

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIAN PEREZ-CASSARINO

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MECANISMOS
ALTERNATIVOS DE MERCADOS NO ÂMBITO
DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

CURITIBA
2012

JULIAN PEREZ-CASSARINO

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MECANISMOS
ALTERNATIVOS DE MERCADOS NO ÂMBITO
DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Comitê de Orientação:

- Prof^a. Dra. Angela Duarte Damasceno
Ferreira
- Prof. Dr. Renato Sérgio Maluf
- Prof^a. Dra. Celina Wisniewski

CURITIBA
2012

Perez-Cassarino, Julian

A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia / Julian Perez Cassarino – Curitiba, 2012.

450 f.: il. (algumas color); 29cm.

Comitê de Orientação: Angela D. D. Ferreira
Renato S. Maluf
Celina Wisniewski

Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) –
Universidade Federal do Paraná.

1. Agroecologia. 2. Mercados alternativos. I. Título



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr
Fone (Fax) 41- 3350 5764 Fone 41- 3350 5849
E-mail: made@ufpr.br Home-Page: www.ppgmade.ufpr.br

Ata da sessão pública da arguição da tese para obtenção do grau de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento nº. 119. Aos trinta dias do mês de março de dois mil e doze, às 15h00 na Sede do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná - Setor de Ciências Agrárias foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos professores doutores: Angela Duarte Damasceno Ferreira (orientadora - UFPR), Alfio Brandenburg (UFPR), Luciano de Almeida (UFPR), Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (UNICAMP) e Renato Sergio Jamil Maluf (UFRRJ) para arguição da tese de Doutorado apresentada pelo candidato **Julian Perez Cassarino** intitulada "A construção social de mecanismos alternativos de mercado no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia". A sessão foi presidida pela Professora Angela Duarte Damasceno Ferreira. Foi concedida a palavra ao doutorando conferindo-lhe 60 minutos para exposição de seu trabalho. Concluída a exposição, passou-se a arguição sendo concedida a palavra a cada um dos examinadores, para realização de suas respectivas arguições tendo o doutorando tempo para suas respostas. Na seqüência, a Professora Presidente retomou a palavra para as considerações finais. A banca reunida sigilosamente decidiu pela Aprovação do candidato. Com menção: (X) Distinção (x) Louvor. Em seguida, a senhora Presidente declara aprovado o doutorando, que recebeu o título de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente sessão a qual será assinada pela Comissão Examinadora.

Curitiba, 30 de março de 2012.

Profa. Dra. Angela Duarte Damasceno Ferreira Angela D Damasceno

Prof. Dr. Alfio Brandenburg Alfio Brandenburg

Prof. Dr. Luciano de Almeida Luciano de Almeida

Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Prof. Dr. Renato Sergio Jamil Maluf Renato Sergio Jamil Maluf



Dedico este trabalho à minha família, em especial aos meus pais, Enrique e Silvia, pelo amor e carinho que os faz, a todos, serem o porto seguro a partir do qual pude fazer as viagens de minha vida.

Aos amigos e amigas de jornada pelos desafiadores e gratificantes caminhos da agroecologia, pessoas de bem com a vida e com o planeta.

Às centenas de famílias agricultoras da Rede Ecovida, que fazem da utopia seu caminhar diário.

AGRADECIMENTOS

Aos agricultores e agricultoras dos grupos e associações dos Núcleos Serra, Litoral Solidário, Alto Uruguai, Sul Catarinense, Planalto Norte e Agroflorestal, que se dispuseram a abrir as portas de suas casas para me receber no momento da pesquisa e, para além das informações, me proporcionaram novos momentos de troca e aprendizagem.

Aos companheiros e companheiras de caminhada na construção da Rede Ecovida, Aires, Alvir, Ana Meirelles, Cristiano, Edson Klein, Gilmar Ostrovski, Laércio, Lauro, Leandro Venturini, Lucilene, Marcelo Passos, Natal, Nelson, Nilton, Pedro Oliveira e Valdemar, lutadore(a)s, mas acima de tudo grandes amigo(a)s

Aos meus orientadores. Angela, pelas boas discussões e pela paciência e dedicação no acompanhamento a esta tese, exemplo de compromisso com a ética e a geração do conhecimento. Renato, companheiro de luta pela segurança alimentar e nutricional, pelas contribuições precisas e necessárias ao bom andamento da tese. Celina, amiga e responsável pelos meus primeiros passos pelo mundo da academia.

Aos companheiros e companheiras da turma VIII do MADE, Thiago, Chico, Juju, Natalia, Francelise, Georgeana, Regiane, Thomaz e, em especial, aos colegas do grupo agroalimentar, Katya, Sidemar, Luciano e nosso agregado Filó, pelas fartas e divertidas reuniões, as animadas viagens de campo e as boas trocas de informação que muito contribuíram para este trabalho. Valeu galera!

À família Marfil (incluindo o Mario, claro!), que muito bem me recebeu nestes últimos meses, pelo apoio e força nos momentos mais intensos de elaboração.

Aos bem dispostos e empenhados colaboradores desta pesquisa, Diou, Natan, Deno, Fernanda, André, Marcia, Angelo, Carla, que contribuíram de forma decisiva para o andamento do trabalho.

À CAPES, pelo apoio financeiro nos primeiros dois anos de doutorado e no programa de estágio no exterior e ao CNPq pelo apoio financeiro nos dois últimos anos.

A los compañeros y compañeras del ISEC, Mamen, Alba, David, Isa, Thelma, Ines, Jordi, Angel, Eduardo, Marcia, Tavico, Eros, Luis y todos los demás que me proporcionaron oportunidades unicas de intercambio de ideas, ademas de muy lindos momentos de convivio en Córdoba. A mi colega de piso Ricardo, por las buenas charlas sobre la agroecología y la vida. En especial a Eduardo Sevilla, tutor en España y compañero de lucha por la agroecología, por la receptividad y predisposición en abrir las puertas del ISEC para mi pasantía.

Aos amigos da vida e de andanças pelo mundo da agroecologia André, Jairo, Daniela, Maria José, Flavio, Darildo, Fátima, Vanessa, Maria Emília, Silvia Rigon pela convivência, parceria e sempre oportunas conversas de trabalho e de bar. Em especial ao amigo Paulo Mayer, incentivador desde o início desse doutorado.

À minha Lele, feliz surpresa que as andanças deste doutorado me proporcionou, pelo carinho, amor e companhia fundamentais nas horas mais difíceis e pela alegria com que dividiu estes momentos comigo.

El día que se apague el sol y cierren las cortinas,
cuando el suelo que pisás se te mueva de verdad,
cuando ya no planten más y nadie se haga cargo
de los ríos y del mar, de la mugre del lugar.
Vas a poder pensar quien sos, que hiciste y que te hicieron
y que hacemos pa' arreglar, lo que rompen los demás.

Y yo te digo que no da, y yo te digo y no te miento,
y yo te digo que no da: tengo que aguantar este momento.

Los dueños de la realidad son pocos y dan miedo,
dispuestos a esclavizar, los del campo em la ciudad.
Haciéndose pasar por luz, son cabezas oscuras;
dicen que son de verdad y son pura enfermedad.
Vas a poder pensar quien sos, que hicieste y que te hicieron
y que hacemos pa' arreglar lo que rompen los demás.

[...]

Hay algo que no puede ser y, sin embargo, lucha;
hay algo que no puede ver y, sin embargo, escucha.

Sebastián Cebreiro y Nicolás Lieutier

La Vela Puerca

RESUMO

Estudos sobre o sistema agroalimentar global têm apontado seus limites e impactos, em termos da equidade no acesso aos alimentos e da sustentabilidade dos processos de produção, beneficiamento e comercialização. Tais estudos demonstram como este sistema tem sido responsável pela concentração econômica no âmbito da atividade agroalimentar e exercido particular pressão sobre a agricultura familiar e camponesa, comprometendo sua autonomia e condições para garantia de sua reprodução social. Esta realidade tem gerado reações das mais diversas, por parte de movimentos sociais e organizações camponesas que se propõem a construir processos de produção e consumo alternativos, que privilegiem a busca por formas de produção e consumo ambientalmente sustentáveis e geradoras de processos sociais e econômicos mais equitativos. Nesta perspectiva, diversas organizações de agricultores e assessoria vêm propondo há mais de três décadas no Brasil a construção da agroecologia, enquanto forma alternativa de produção e organização das atividades agroalimentares. No Sul do Brasil, a agroecologia encontra sua maior expressão em torno da Rede Ecovida de Agroecologia, rede que articula grupos de agricultores ecologistas, organizações de assessoria e consumidores em torno de 27 Núcleos Regionais distribuídos nos três Estados do Sul. Entre seus princípios e objetivos, a Rede Ecovida se propõe à construção de formas alternativas de comercialização, que priorizem a ampliação do acesso aos produtos ecológicos, bem como as relações voltadas ao mercado local. Neste sentido, este estudo visa caracterizar estas iniciativas e identificar elementos de sua constituição que possam ser compreendidos como formas alternativas de construção de mercados, bem como sua relação face ao cumprimento dos objetivos da soberania e segurança alimentar e nutricional. Para tanto, seis Núcleos Regionais e, dentro destes, sete organizações de agricultores foram pesquisadas, através da realização de grupos focais junto às organizações, entrevistas com gestores dos processos de comercialização, bem como da aplicação de questionários individuais às famílias selecionadas. As formas de comercialização da Rede Ecovida se estruturam a partir de processos coletivos, configurando uma estratégia geral de participação nos mercados e, dentro desta, a construção de mecanismos alternativos de comercialização, socialmente enraizados nas lógicas social, ambiental e econômica características da agricultura familiar e camponesa. Este processo tem possibilitado a abertura de espaços de autonomia para as famílias agricultoras, ampliando sua capacidade de intervenção nos mercados, estimulando a diversificação da produção e melhorando seus níveis de autoconsumo, fortalecendo processos de organização social e a (re)construção de relações de solidariedade e reciprocidade entre agricultores e destes com os consumidores. Da mesma forma, tem se apoiado na criação de formas de gestão socialmente apropriadas à sua realidade e têm sido efetivas em termos da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional em suas várias dimensões, em que pesem as contradições e limitações desta construção, realizada no âmbito de um contexto onde a racionalidade mercantil se faz predominante.

ABSTRACT

Several studies have shown both the limitations of the global agro-nourishment system in providing equitable access to food and the incapacity to produce and commercialize these products in a sustainable manner. The studies demonstrate how this system has promoted economic concentration in the food agricultural sector and its impact on rural family agriculture, seriously compromising its autonomy and its capacity to provide for social cohesion. This situation has generated a diverse spectrum of reactions by social movements and small farmer organizations looking to develop alternative production and consumption processes. These organizations share the goal of developing sustainable production and consumption that in turn promote more equitable social and economic processes. Several farmer and consulting organizations have been promoting the idea of Agro-ecology for the past three decades. This is an alternative production and consumption proposal for agro-nourishment practices. Agro-ecology has been in action in the South of Brazil through the REDE ECOVIDA de AGROECOLOGIA, which organizes groups of sustainable farmers, consulting organizations and consumers around 27 Regional Nuclei spread out in the three Southern States. The main goal of Rede Ecovida is to develop alternative commercialization strategies and to broaden the access to sustainable products focusing on local markets. This study will single out these initiatives and identify the elements with potential to contribute to the development of alternative markets, within the broader goal of achieving food and nutritional safety and sovereignty. Six Regional Nuclei along with seven farmer organizations were part of the research. This included farmer organization focus groups, personal interviews with commercial agents and individual questionnaires to selected families of Rede Ecovida commercialization is based on communal processes that generate a general strategy for market participation as well as the development of alternative commercialization strategies that are a vital component of the social, environmental and economic fabric of rural family farming. This process has allowed more autonomy for farmer families by broadening their participation in the market, by diversifying production and by improving self consumption. Along with this come benefits to community as a whole, like the reconstruction of solidarity skills between farmers and between farmers and consumers. In similar way the study is based on the creation of appropriate social practices that have proven to be effective to promote food and nutrition sovereignty and security in its many forms. Within the limitations of this construction the research has framed the subject in the rationale of the mercantile context.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1	– NÚMERO DE ENTREVISTADOS NA PESQUISA DE CAMPO COLETIVA.....	49
QUADRO 2	– NÚCLEOS E ORGANIZAÇÕES SELECIONADOS PARA O TRABALHO DE CAMPO E ATIVIDADES REALIZADAS.....	51
FIGURA 1	– FLUXOGRAMA DA PESQUISA DE CAMPO.....	53
FIGURA 2	– PESSOAS SUBNUTRIDAS NO MUNDO ENTRE 1971 E 2010 EM MILHÕES DE PESSOAS (<i>ESQUERDA</i>) E PORCENTAGEM (<i>DIREITA</i>) SOBRE A POPULAÇÃO MUNDIAL.....	57
FIGURA 3	– SUBNUTRIÇÃO NO MUNDO EM 2010 POR REGIÕES (MILHÕES DE PESSOAS).....	58
FIGURA 4	– MAPA DOS PROGRESSOS POR NAÇÃO, EM RELAÇÃO ÀS METAS DO MILÊNIO PROPOSTAS EM 1996.....	58
FIGURA 5	– SEQUÊNCIA HISTÓRICA DO ÍNDICE DE PREÇO DOS ALIMENTOS EM ESCALA GLOBAL (1990-2011).....	59
QUADRO 3	– EFEITOS AMBIENTAIS DA AGRICULTURA INDUSTRIALIZADA.....	96
FIGURA 6	– CONTROLE DE MERCADO POR PARTE DAS 10 MAIORES EMPRESAS POR SETOR EM NÍVEL GLOBAL.....	105
FIGURA 7	– REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS POSSIBILIDADES DE MOVIMENTAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR.....	151
FIGURA 8	– REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA RESTRIÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE MOVIMENTAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR SOB PRESSÃO DOS PADRÕES DO SISTEMA AGROALIMENTAR.....	154
FIGURA 9	– AS DIFERENTES 'PORTAS DE ENTRADA' PARA A PRÁXIS AGROECOLÓGICA A PARTIR DAS DIMENSÕES DE SEVILLA-GUZMÁN.....	182
FIGURA 10	– EXEMPLO DE ESTRUTURAÇÃO DE UM NÚCLEO DENTRO DA REDE.....	191
FIGURA 11	– CADERNO DE FORMAÇÃO DA REDE ECOVIDA E SUAS RESPECTIVAS TRADUÇÕES AO INGLÊS E ESPANHOL.....	194
FIGURA 12	– ORGANOGRAMA DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA.....	195
FIGURA 13	– SELOS E LOGOMARCAS DA REDE ECOVIDA.....	197
FIGURA 14	– IMAGENS DOS ENCONTROS E PLENÁRIAS DA REDE ECOVIDA.....	199

FIGURA 15	– LINHA DO TEMPO DA REDE ECOVIDA ATÉ O ANO DE 2007.....	200
QUADRO 4	– NÚMEROS DA REDE ECOVIDA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	201
GRÁFICO 1	– NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES E MUNICÍPIOS POR ESTADO.....	206
GRÁFICO 2	– NÚMERO DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS POR ESTADO.....	206
GRÁFICO 3	– NÚMERO DE FEIRAS E MUNICÍPIOS POR ESTADO.....	207
GRÁFICO 4	– VOLUME COMERCIALIZADO NAS FEIRAS EM R\$ E KG POR MÊS POR ESTADO.....	207
GRÁFICO 5	– VOLUME COMERCIALIZADO NO MERCADO INSTITUCIONAL EM R\$ E KG POR MÊS POR ESTADO.....	209
GRÁFICO 6	– VOLUME COMERCIALIZADO NO VAREJO EM R\$ E KG POR MÊS POR ESTADO.....	210
GRÁFICO 7	– NÚMERO DE PONTOS FIXOS E MUNICÍPIOS POR ESTADO.....	212
FIGURA 16	– MAPA DAS ROTAS DO CIRCUITO SUL DE COMERCIALIZAÇÃO DA REDE ECOVIDA.....	215
FIGURA 17	– PRESENÇA DA REDE ECOVIDA E SEUS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO.....	216
FIGURA 18	– LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DOS GRUPOS/ASSOCIAÇÕES PESQUISADOS NO RIO GRANDE DO SUL.....	222
FIGURA 19	– LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DOS GRUPOS/ASSOCIAÇÕES PESQUISADOS EM SANTA CATARINA.....	225
FIGURA 20	– LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DOS GRUPOS/ASSOCIAÇÕES PESQUISADOS NO PARANÁ E SÃO PAULO.....	226
GRÁFICO 8	– DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGRICULTORES POR FAIXA DE ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	228
GRÁFICO 9	– DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGRICULTORES POR FAIXA DE ÁREA ECOLÓGICA DOS ESTABELECIMENTOS (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	230
GRÁFICO 10	– DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGRICULTORES POR SITUAÇÃO LEGAL DOS ESTABELECIMENTOS (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	231
GRÁFICO 11	– DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS POR FAIXA DE RENDA BRUTA MENSAL (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	232

GRÁFICO 12 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGRICULTORES POR PRINCIPAL FONTE DE RENDA (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	233
GRÁFICO 13 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS POR FAIXA DE DISPONIBILIDADE DE MÃO DE OBRA FAMILIAR (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	234
QUADRO 5 – UMA TIPOLOGIA DE MERCADOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR.....	262
QUADRO 6 – A CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA COMO CASO DE REFERÊNCIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PADRÕES NO ÂMBITO DA AGROECOLOGIA E OS RESPECTIVOS SELOS ORGÂNICOS DO MAPA E REDE ECOVIDA.....	276
FIGURA 21 – FLUXOGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DA APEMSUL.....	290
QUADRO 7 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA APEMSUL.....	291
FIGURA 22 – FLUXOGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DO RIO BONITO..	292
QUADRO 8 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO GRUPO RIO BONITO.....	293
FIGURA 23 – IMAGENS DO NÚCLEO LITORAL SOLIDÁRIO.....	295
FIGURA 24 – FLUXOGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DA APEVS, APESA E APEMA.....	296
QUADRO 9 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA APEVS, APESA E APEMA.....	297
FIGURA 25 – IMAGENS DO NÚCLEO SERRA.....	298
FIGURA 26 – FLUXOGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DA ECOTERRA.....	299
QUADRO 10 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA ECOTERRA.....	300
FIGURA 27 – IMAGENS DO NÚCLEO ALTO URUGUAI.....	301
FIGURA 28 – FLUXOGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DA AFRUTA.....	302
QUADRO 11 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA AFRUTA.....	304
FIGURA 29 – IMAGENS DO NÚCLEO PLANALTO NORTE.....	305
FIGURA 30 – MAPA COM OS MUNICÍPIOS ONDE HÁ ENTREGAS NO PEQUENO VAREJO (PONTOS VERMELHOS).....	306
FIGURA 31 – FLUXOGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DA AFRUTA.....	307
QUADRO 12 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA ACEVAM.....	308
FIGURA 32 – IMAGENS DO NÚCLEO LITORAL CATARINENSE.....	309
FIGURA 33 – FLUXOGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DA COOPERAFLORESTA.....	310
QUADRO 13 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA COOPERAFLORESTA....	312
FIGURA 34 – IMAGENS DO NÚCLEO AGROFLORESTAL.....	313
FIGURA 35 – FEIRAS ECOLÓGICAS COMO SUPORTE À CONSTRUÇÃO SOCIAL DE NOVOS MERCADOS.....	325

FIGURA 36 – CARACTERÍSTICAS DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS NO ÂMBITO DA REDE ECOVIDA.....	340
FIGURA 37 – REPRESENTAÇÃO DOS MECANISMOS DE DIVISÃO DE CUSTOS DE FRETE.....	351
GRÁFICO 14 – MÉDIA DE PRODUTOS DIFERENTES CULTIVADOS PELAS FAMÍLIAS (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	377
FIGURA 38 – RELAÇÃO ENTRE AUTOCONSUMO, MERCADOS ALTERNATIVOS E O RESGATE E VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR.....	381
GRÁFICO 15 – MÉDIA NOVOS PRODUTOS CULTIVADOS A PARTIR DA AGROECOLOGIA (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	385
GRÁFICO 16 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO TOTAL DE AGRICULTORES POR PRINCIPAIS NOVOS PRODUTOS CITADOS.....	385
GRÁFICO 17 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGRICULTORES EM FAIXAS DE ECONOMIA MÉDIA COM A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	388
GRÁFICO 18 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS POR PRINCIPAIS PRODUTOS ADQUIRIDOS DE FORA DA PROPRIEDADE.....	389
GRÁFICO 19 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGRICULTORES POR FAIXAS DE GASTO COM AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DE FORA DA PROPRIEDADE (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).	391
GRÁFICO 20 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL TOTAL DOS AGRICULTORES POR IDENTIDADES.....	394
GRÁFICO 21 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS POR RESPOSTA SOBRE O POTENCIAL DE TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	398
GRÁFICO 22 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS SOBRE AS CONDIÇÕES OU NÃO DE MANTER OS FILHOS NO MEIO RURAL (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).	399
GRÁFICO 23 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS SOBRE O DESEJO DE PERMANÊNCIA DOS FILHOS NO MEIO RURAL (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	400
GRÁFICO 24 – MÉDIA DE CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO ACESSADOS PELAS FAMÍLIAS ANTES DA PRODUÇÃO ECOLÓGICA (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	403
GRÁFICO 25 – PORCENTAGEM DOS ESTABELECIMENTOS TOTAIS, SEGUNDO TIPO DE CANAL ACESSADO ANTES DA PRODUÇÃO ECOLÓGICA.....	404
GRÁFICO 26 – MÉDIA DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS ANTES E DEPOIS DA AGROECOLOGIA (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	406

GRÁFICO 27 – MÉDIA DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS POR CANAL DE COMERCIALIZAÇÃO NA AGROECOLOGIA.....	407
GRÁFICO 28 – MÉDIA DE CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO POR ESTABELECIMENTO NA AGROECOLOGIA (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	409
GRÁFICO 29 – PORCENTAGEM DA PRODUÇÃO ENVIADA PELOS ESTABELECIMENTO EM CADA CANAL DE COMERCIALIZAÇÃO NA AGROECOLOGIA (POR ASSOCIAÇÃO E TOTAL).....	409
GRÁFICO 30 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS EM ESCALA NA COMPARAÇÃO ENTRE A COMERCIALIZAÇÃO ANTES E DEPOIS DA AGROECOLOGIA (TOTAL).....	417
GRÁFICO 31 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS EM RELAÇÃO À FREQUÊNCIA DE PAGAMENTOS RECEBIDOS ANTES E DEPOIS DA COMERCIALIZAÇÃO NA AGROECOLOGIA (TOTAL).....	418
GRÁFICO 32 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS POR CATEGORIA DE DESTINO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A COMERCIALIZAÇÃO NA AGROECOLOGIA (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	421
FIGURA 39 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA AMPLIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE MOVIMENTAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR A PARTIR DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS E DE SAAA/SIAL.....	442

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RELAÇÃO AUMENTO DA POPULAÇÃO E DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS (1981 A 2004).....	60
TABELA 2 – EXPANSÃO DA ÁREA PRODUTIVA DE ALGUNS PRODUTOS NO BRASIL – 1975 A 2002.....	92
TABELA 3 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, ÁREA PLANTADA E PRODUTIVIDADE DA SOJA NO BRASIL: 1990-2006.....	93
TABELA 4 – DEZ MAIORES EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL NO ANO DE 2007.....	109
TABELA 5 – CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS DE VAREJO POR VOLUME DE VENDA NO BRASIL (BILHÕES DE R\$).....	111
TABELA 6 – ORGANIZAÇÕES E FAMÍLIAS INTEGRANTES DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA.....	206
TABELA 7 – VOLUME COMERCIALIZADO NAS FEIRAS EM R\$ E KG POR MÊS POR ESTADO.....	208
TABELA 8 – VOLUME COMERCIALIZADO NO MERCADO INSTITUCIONAL E VAREJO EM R\$ E KG POR MÊS POR ESTADO.....	210
TABELA 9 – VOLUME COMERCIALIZADO NOS PONTOS FIXOS DA REDE ECOVIDA EM R\$ E KG POR MÊS POR ESTADO.....	212
TABELA 10 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS AGRICULTORES POR FAIXA DE ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS (POR ASSOCIAÇÃO E TOTAL).....	228
TABELA 11 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS AGRICULTORES POR FAIXA DE ÁREA ECOLÓGICA DOS ESTABELECIMENTOS (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	230
TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS AGRICULTORES POR SITUAÇÃO LEGAL DOS ESTABELECIMENTOS (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	231
TABELA 13 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS ESTABELECIMENTOS POR FAIXA DE RENDA BRUTA MENSAL (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	232
TABELA 14 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS AGRICULTORES POR PRINCIPAL FONTE DE RENDA DOS ESTABELECIMENTOS (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	234
TABELA 15 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS POR FAIXA DE DISPONIBILIDADE DE MÃO DE OBRA FAMILIAR (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	235
TABELA 16 – PONTOS DE FEIRA MANTIDOS PELAS FAMÍLIAS DA AFRUTA NOS MUNICÍPIOS DE PORTO UNIÃO/SC E UNIÃO DA VITÓRIA/PR.....	303

TABELA 17 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO POR AGRICULTOR SEGUNDO FORMA DE PRODUÇÃO E DESTINO DO PRODUTO (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	377
TABELA 18 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS AGRICULTORES SOBRE A PRODUÇÃO OU NÃO DE NOVOS PRODUTOS A PARTIR DA AGROECOLOGIA (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	384
TABELA 19 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS AGRICULTORES EM FAIXAS DE ECONOMIA MÉDIA COM A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	388
TABELA 20 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE AGRICULTORES POR PRINCIPAIS PRODUTOS ADQUIRIDOS DE FORA DA PROPRIEDADE (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	389
TABELA 21 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS AGRICULTORES POR FAIXAS DE GASTO COM AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DE FORA DA PROPRIEDADE (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	391
TABELA 22 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS AGRICULTORES POR IDENTIDADES (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	394
TABELA 23 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS ESTABELECIMENTOS POR CATEGORIA DE DESTINO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A COMERCIALIZAÇÃO NA AGROECOLOGIA (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL).....	422
TABELA 24 – A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS NA REDE ECOVIDA FACE AOS OBJETIVOS DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	440

LISTA DE SIGLAS

ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná

ACEVAM – Associação dos Colonos Ecologista do Vale do Mampituba

AECP – Associação Ecovida de Certificação Participativa

AFRUTA – Associação dos Produtores Ecológicos de Porto União-SC

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

AOPA – Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia

APEMA – Associação dos Produtores Ecologistas da Linha Pereira Lima

APEMSUL – Associação dos Produtores Ecologistas de Morrinhos do Sul

APESAA – Associação dos Produtores Ecologistas de Santo Antônio Abade

APEVS – Associação dos Produtores Ecologistas da Vila Segredo

COMSOL – Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização do Planalto Norte - SC

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

COOPERAFLORESTA – Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo-SP e Adrianópolis-PR

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ECONATIVA – Cooperativa Regional de Produtores Ecologistas do Litoral Norte do Rio Grande do Sul e Sul de Santa Catarina

ECOSERRA – Cooperativa Ecológica dos Agricultores, Artesãos e Consumidores da Região Serrana

ECOTERRA – Associação Regional de Cooperação e Agroecologia

EMATER – Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENA – Encontro Nacional de Agroecologia

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAB – Movimento dos Atingidos pro Barragens

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NSE – Nova Sociologia Econômica

OMC – Organização Mundial do Comércio

OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Política Agrícola Comum da União Europeia

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

SAA – Sistema Agroalimentar

SAAA – Sistema Agroalimentar Alternativo

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIAL – Sistema Agroalimentar Localizado

SOBAL – Soberania Alimentar

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	21
CAPÍTULO 1 GLOBALIZAÇÃO, QUESTÃO ALIMENTAR E AS ALTERNATIVIDADES EM CONSTRUÇÃO.....	25
1.1 GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA, CRISES ALIMENTARES E QUESTÃO ALIMENTAR.....	25
1.2 AS ALTERNATIVIDADES NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO DO SISTEMA AGROALIMENTAR.....	31
1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO: A DELIMITAÇÃO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA COMO ESPAÇO COMUM DE PESQUISA.....	40
1.4 A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA E OBJETIVOS.....	42
1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	45
1.5.1 A construção interdisciplinar da pesquisa: articulação entre trabalho coletivo e individual	45
1.5.2 Construção metodológica da pesquisa individual.....	49
CAPÍTULO 2 O SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBAL E SUAS IMPLICAÇÕES	54
2.1 QUESTÃO ALIMENTAR E CRISES ALIMENTARES.....	54
2.2 CRISE ALIMENTAR OU SISTEMA AGROALIMENTAR EM CRISE?.....	63
2.3 O SISTEMA AGROALIMENTAR EM CRISE E SUAS IMPLICAÇÕES.....	74
2.3.1 A aposta na 'Revolução Verde' e suas implicações ambientais e sobre o campesinato	87
2.3.2 A concentração corporativa como característica estrutural do sistema agroalimentar global.....	100
2.3.3 O controle da distribuição como elemento estrutural no atual sistema agroalimentar.....	108
CAPÍTULO 3 AS RACIONALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA E A CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA.....	116
3.1 AS DENOMINAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR	117

3.2 AS RACIONALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA: A BUSCA PELA REPRODUÇÃO SOCIAL E AUTONOMIA.....	125
3.2.1 O Balanço trabalho-consumo nas unidades familiares de produção.....	131
3.2.2 O autoconsumo como estratégia de construção de espaços de autonomia..	137
3.2.3 A constituição e relevância das relações de solidariedade e reciprocidade nas estratégias econômicas das unidades familiares de produção.....	142
3.3 OS BLOQUEIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA.....	148
3.4 AGROECOLOGIA: PARADIGMA PARA A RECONSTRUÇÃO DA AGRICULTURA EM BASES SUSTENTÁVEIS.....	157
3.4.1 Campesinato como forma social e ambiental estruturante da ciência e prática agroecológica.....	161
3.4.2 O diálogo de saberes e a multidimensionalidade nos processos agroecológicos.....	171
CAPÍTULO 4 AGRICULTORES ECOLOGISTAS E ORGANIZAÇÃO EM REDE: A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA.....	184
4.1 REDE ECOVIDA: SURGIMENTO, CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVA DE MERCADOS.....	185
4.2 A COMERCIALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA.....	204
4.3 QUEM SÃO OS AGRICULTORES DA REDE ECOVIDA: CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ESTUDADAS.....	217
4.3.1 Histórico e localização dos grupos e associações pesquisados.....	218
4.3.2 Caracterização das famílias integrantes dos grupos e associações pesquisados.....	226
CAPÍTULO 5 MECANISMOS ALTERNATIVOS DE MERCADO NO ÂMBITO DA AGROECOLOGIA.....	238
5.1 CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS: DISCUSSÕES GERAIS.....	239
5.1.1 Os mercados como construção social: perspectivas teóricas.....	240
5.1.2 A perspectiva dos mercados na agricultura familiar e camponesa.....	258
5.1.3 A questão dos mercados na perspectiva da agroecologia	266
5.2 SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O DIÁLOGO COM A QUESTÃO DOS MERCADOS E ABASTECIMENTO.....	280

5.3	CARACTERIZAÇÃO DOS MECANISMOS DE MERCADO E FORMAS DE GESTÃO DOS GRUPOS PESQUISADOS.....	287
5.4	CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS ALTERNATIVOS NO ÂMBITO DA REDE ECOVIDA.....	314
5.5	MECANISMOS DE GESTÃO, FORMATOS ORGANIZACIONAIS ALTERNATIVOS E A (RE)CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE NOS MERCADOS DA REDE ECOVIDA.....	343
	CAPÍTULO 6 MECANISMOS ALTERNATIVOS DE MERCADO, (RE)CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES ALTERNATIVOS.....	373
6.1	OS MERCADOS DA REDE ECOVIDA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O RESGATE E FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA NO ÂMBITO DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA.....	373
6.1.1	Aspectos produtivos e alimentares na reconstrução da autonomia no âmbito familiar e comunitário.....	375
6.1.2	Resgate e valorização da sociabilidade, identidade e projeto de vida por meio dos mecanismos alternativos de mercado.....	392
6.1.3	A abertura de espaços de autonomia a partir da reconstrução da racionalidade socioeconômica camponesa.....	401
6.2	A CONTRIBUIÇÃO DOS MECANISMOS ALTERNATIVOS DE MERCADO PARA CONSTITUIÇÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES ALTERNATIVOS A PARTIR DA AGROECOLOGIA.....	424
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	443
	REFERÊNCIAS.....	449
	APÊNDICES.....	465

APRESENTAÇÃO

Estudos sobre o sistema agroalimentar global têm demonstrado uma tendência de desenvolvimento que acentua as diferenças sociais e econômicas nas condições de acesso aos alimentos, tanto no que tange à quantidade e regularidade de oferta quanto à qualidade do que é comercializado. Agregue-se o fato de o modelo de agricultura industrial ser, muito possivelmente, a atividade econômica geradora dos maiores e mais extensos impactos ambientais.

Tais diferenças sociais e impactos ambientais têm se acentuado nas últimas décadas, por meio, entre várias outras questões, do crescente processo de mercantilização dos alimentos, privatização dos recursos naturais, concentração corporativa, redução do papel dos Estados nacionais e de um desenvolvimento tecnológico pautado nos ganhos de produtividade, em detrimento da sustentabilidade ambiental. No entanto, mesmo no âmbito deste sistema agroalimentar global, vivem e se reproduzem socialmente milhões de agricultores familiares e camponeses que, apesar da constante pressão por sua desestruturação econômica, social e ambiental, ainda respondem por significativos volumes de produção, notadamente para o mercado interno. O caso brasileiro é exemplar dessa situação.

Este trabalho se situa nesta problemática geral e se propôs a analisar a construção social de mercados alternativos no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia. Essa rede, espaço de articulação estabelecido há cerca de 14 anos nos três estados do Sul do Brasil, agrega organizações de agricultores, técnicos e consumidores em torno da produção, comercialização e consumo de alimentos ecológicos.

Tal proposta se insere numa preocupação maior, qual seja, a da investigação das alternativas que estão sendo gestadas em torno da **questão alimentar**. Mais do que a busca por novos 'modelos', o que se pretende é identificar processos sociais em que se faz possível emergir o novo, com as contradições e incoerências que isso possa significar, e dele extrair elementos de contraponto e alternativa a um modelo hegemônico, apoiado em uma ideologia fatalista, na qual o que lhe é diferente parece estar condenado à marginalidade e ao isolamento.

Tratou-se de identificar iniciativas que se propõem ao enfrentamento desta questão e, ao mesmo tempo, à criação de alternativas que possam construir novos saberes, capazes de abrir espaços para o redesenho dos sistemas agroalimentares, na busca por uma maior sustentabilidade ambiental e equidade social em seu desenvolvimento.

A pesquisa se insere nos marcos do Grupo de Pesquisa sobre a Questão Agroalimentar do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, dentro do qual cinco pesquisas foram realizadas, com o intuito de compreender como se desenvolve esta organização – a Rede Ecovida de Agroecologia – que se pretende portadora de alternativas socioambientais para o enfrentamento da questão alimentar.

A tese aqui apresentada centra sua discussão em torno dos processos de construção social de mercados alternativos junto às organizações que integram a Rede Ecovida, dada a relevância desta temática no âmbito das organizações do campo agroecológico, sendo este um ponto de tensão entre diferentes visões de construção da agroecologia. A questão dos mercados configura um dos principais bloqueios ao desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa, realidade esta que não é diferente no caso da agroecologia. Agregue-se a isso, a perspectiva de resistência e contraposição à lógica puramente mercantil das atividades agroalimentares hegemonicamente estabelecidas. No entanto, quando da consolidação dos processos de organização social e da evolução nos aspectos produtivos, faz-se necessário enfrentar a relação com os mercados e as contradições e incertezas que isso acarreta, em face do viés alternativo que as organizações se propõem a desenvolver.

A motivação em torno desta temática também se sustenta na minha história profissional. Durante vários anos, tive a possibilidade de atuar junto a grupos e associações vinculados à Rede Ecovida, bem como participar de sua construção como processo de articulação da agroecologia no Sul do Brasil. Nesta atuação, pude acompanhar um denso processo de mobilização social e política em torno da agroecologia, bem como da construção da estratégia inovadora da certificação participativa, aspectos que foram fundamentais para a construção de uma identidade política em torno da Rede Ecovida. No entanto, chamava a atenção a diversidade de situações sociais, econômicas e culturais em torno dos processos de

comercialização, apesar de uma orientação política solidamente construída no que tange aos princípios da Rede sobre esta temática.

Essa realidade, aliada às dificuldades vivenciadas na busca pela construção de formas alternativas de comercialização, bem como o acompanhamento de diversos processos sociais, econômicos e ambientais inovadores desenvolvidos pelos grupos que integram a Rede Ecovida neste campo, e a relevância desta temática em face dos objetivos da soberania e segurança alimentar e nutricional, foram determinantes para que, em diálogo com os demais pesquisadores do grupo ao qual integrei, pudessem ser delimitados a problemática e os objetivos desta tese. Particular interesse representou assumir um novo papel nesta dinâmica, migrando da posição de assessor e participante nesta construção, para ocupar a função de observador e pesquisador dos processos que ali se desenvolvem. As implicações que resultam desta transição configuraram um dos maiores desafios para esta pesquisa, pois, para além dos projetos pessoais e profissionais construídos nesta vivência, procurou-se construir uma nova postura de análise e crítica aos processos em andamento, compreendidos aqui, em seus mais diferentes sentidos, como uma nova e necessária contribuição ao trabalho desenvolvido pelas organizações que integram a Rede Ecovida.

Para tanto, a exposição deste trabalho está organizada em sete capítulos. O Capítulo 1 está centrado na introdução à problemática geral da tese, a construção do problema e dos objetivos de pesquisa e a descrição dos procedimentos metodológicos adotados, desde a etapa coletiva até a etapa individual de pesquisa. O Capítulo 2 apresenta uma análise crítica da questão alimentar, da forma de estruturação e organização do sistema agroalimentar hegemônico e seus efeitos ambientais, econômicos e sociais, com particular ênfase às crises alimentares vivenciadas nos últimos anos e seus impactos sobre a agricultura familiar e camponesa. O Capítulo 3 deste estudo faz um resgate teórico em torno das denominações da agricultura familiar, justificando o porquê do termo agricultura familiar e camponesa, adotado na pesquisa. A partir dessa compreensão, desenvolve-se a construção teórica em torno de aspectos que compõem a estratégia de busca permanente por autonomia por parte das unidades familiares de produção. O capítulo se encerra com uma reconstrução teórica do conceito de agroecologia, a centralidade do diálogo de saberes em seu fazer teórico e empírico, bem como a

relevância de uma abordagem crítica e multidimensional desta, de forma a que da agroecologia possam se extrair elementos concretos necessários à reconstrução dos sistemas agroalimentares.

O Capítulo 4 adentra no espaço empírico em questão, a Rede Ecovida de Agroecologia, recuperando sua história, descrevendo seus princípios, objetivos e formas de organização e funcionamento. Na sequência, apresenta-se a constituição da organização e demonstram-se dados sobre as estratégias de comercialização levadas a cabo por seus membros, bem como os volumes comercializados por meio destas estratégias. Por fim, apresenta-se uma descrição socioeconômica das famílias pesquisadas.

O Capítulo 5 configura o centro da análise da construção social dos mercados, fazendo um resgate da teoria em torno desta questão e do debate em torno dos mercados na agricultura familiar e camponesa e, particularmente, no âmbito da agroecologia. A partir desse resgate, trata-se das estratégias de comercialização das organizações em estudo, descrevendo sua constituição e formas de organização e gestão dos processos em questão. O capítulo se encerra com a análise do processo de construção social da estratégia geral e dos mecanismos alternativos de mercado desenvolvidos pelas organizações e as implicações deste processo.

O Capítulo 6 está dedicado a uma análise do papel da estratégia e dos mecanismos alternativos de mercados em relação à abertura de espaços de autonomia junto à agricultura familiar e camponesa. Encerra-se a análise da pesquisa com uma leitura sobre o potencial desses mecanismos em atingir os objetivos da soberania e segurança alimentar e nutricional e em constituir sistemas agroalimentares alternativos. A sétima, e última, parte traz as considerações finais do estudo e lança algumas questões para se pensar o futuro dessas iniciativas.

CAPÍTULO 1 GLOBALIZAÇÃO, QUESTÃO ALIMENTAR E AS ALTERNATIVIDADES EM CONSTRUÇÃO

Como presença consciente no mundo não posso escapar à responsabilidade ética de meu mover-me no mundo. [...] Daí o meu nenhum interesse de, não importa que ordem, assumir um ar de observador imparcial, objetivo, seguro, dos fatos e dos acontecimento. Em tempo algum pude ser um observador “acizentadamente” imparcial, o que, porém, jamais me afastou de uma posição rigorosamente ética. Quem observa o faz de um certo ponto de vista, o que não situa o observador em erro. O erro na verdade não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto de seu ponto de vista é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele.
(Paulo Freire, 2009, p. 19 e 14)

1.1 GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA, CRISES ALIMENTARES E QUESTÃO ALIMENTAR

Poderíamos imaginar que com o enorme avanço tecnológico observado nos dias de hoje, bem como o domínio e a circulação de informações, estariam dadas as condições para que valores fundamentais ao convívio humano e à garantia da qualidade de vida da população, como o cumprimento dos direitos humanos fundamentais, seriam metas superadas em nossas sociedades. No entanto, prevalecem o aprofundamento do abismo das diferenças sociais e econômicas em todas as sociedades, o acirramento de diferenças culturais, a perda de milhões de vidas por doenças cujas curas há muito já foram descobertas e pela fome e desnutrição crônicas, a violação das condições mínimas de um trabalho digno, acentuando diferenças e deixando à margem das condições mínimas de sobrevivência setores consideráveis da população mundial (SANTOS, 2005b).

Segundo Santos (2005a, p. 34), “Nos últimos trinta anos a desigualdade na distribuição dos rendimentos entre países aumentou dramaticamente. A diferença de rendimento entre o quinto mais rico e o quinto mais pobre era, em 1960, de 30 para 1, em 1990, de 60 para 1e, em 1997, de 74 para 1”. O desenvolvimento passa a voltar-se para o fortalecimento do mercado como espaço de regulação e ordenação da atividade econômica, base para os padrões de desenvolvimento atuais, centrados no crescimento econômico. O mesmo autor afirma que o atual estágio de desenvolvimento do processo de globalização neoliberal visa

[...] por um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e

políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social é mais bem organizada quando organizada sob a forma do mercado. (SANTOS, 2005b, p. 14).

O predomínio da grande empresa multinacional, extremamente concentrada economicamente, como ator central da economia revela o caráter mercantil e voltado ao fortalecimento de uma racionalidade econômica do atual processo de globalização. Os grandes investimentos em escala global, bem como a flexibilização dos sistemas de produção e das relações laborais, a forte presença do capital especulativo associado à desregulação das economias nacionais e privatização de empresas estatais, desestruturam os sistemas locais de produção, fortalecendo o avanço de grandes grupos corporativos, que, ao ampliarem seu poder econômico, ampliam também seu poder político e capacidade de influência nos governos locais e órgãos multilaterais (SANTOS, 2005a).

Tal processo de financeirização do sistema econômico e sua irrevogável compulsão à concentração gerou um cenário inimaginável, na qual das 100 maiores economias do mundo, 52 são países e 48 são grandes corporações multinacionais. Enfim, “a globalização econômica instala a soberania do consumidor no lugar da soberania dos povos [...]” (LEFF, 2006, p. 236), o desenvolvimento dos sistemas econômicos altamente concentrados e centralizados deteriora sistemas descentralizados de produção, compromete autonomias locais e lança à mão do mercado a responsabilidade pela regulação entre atores em condições econômicas, sociais e políticas extremamente desiguais.

Enfim, o processo de globalização encerra uma cultura da monetarização, financeirização dos valores e formas de produção, o consumo passa a ser o único meio de realização e satisfação das pessoas, e a lógica da competitividade, do crescimento sem limites e da exploração máxima dos recursos transforma-se no padrão de comportamento prevalecente.

Nesse sentido, o processo de globalização hegemônica se traduz em formas de homogeneização cultural, pela imposição de um determinado modelo de comportamento e pelo estabelecimento de uma escala única de valores que orientam a ação humana. No entanto, há de se fazer a ressalva sobre outras dinâmicas possíveis nesse contexto, uma vez que os fluxos e as comunicações intensificados em tempos de globalização possibilitam um fortalecimento das

identidades locais e a articulação destas entre si em escala global.

Nitidamente o que se observa é uma ocidentalização dos valores e das culturas locais, o predomínio da ideologia da ciência, da economia, da política e religião ocidentais sobre as demais, ou seja, estabelecendo culturas globais 'parciais'. Para compreender esse processo de globalização cultural é necessário identificar quais os interesses nacionais, de classes e grupos que definem os novos padrões, de forma a não disfarçar controles e domínios tal qual fossem hibridizações ou convívios harmônicos (SANTOS, 2005a).

As assimetrias e desigualdades geradas pelo atual processo de globalização, no entanto, não são necessariamente compreendidas em suas causas sociais e políticas. Assim, o discurso hegemônico trata do processo de globalização de forma determinista, ou seja, como sendo um processo espontâneo, automático e irreversível, em que as causas se transformam em efeitos desta globalização. Tais concepções triunfalistas do processo de globalização escondem dinâmicas de dominação históricas que se reproduzem nos dias atuais sob outras formas. Difícil admitir que se está a entrar numa nova era de criação de uma grande comunidade internacional, quando relevantes diferenças sociais entre classes e países persistem e se aprofundam. De fato, o que se observa é a hegemonização de um local em detrimento de outros, ao invés do diálogo, a imposição de determinadas culturas sobre outras (*idem*).

Essa realidade se reproduz também no âmbito da questão alimentar. De fato, elemento básico à sobrevivência e garantia do convívio harmonioso entre povos e nações, o direito humano à alimentação adequada tem sido violado de forma constante e sucumbido ao funcionamento e determinismo das leis do mercado em sua realização, apesar de seu reconhecimento pela FAO e, mais recentemente, no Brasil, pela emenda constitucional 64, aprovada somente no ano de 2010. Dessa forma:

[...] o direito à alimentação, confirmada pela Cúpula Alimentar Mundial – colocada em prática pela FAO em 1996 –, supõe uma ruptura epistemológica: até agora a produção dos alimentos no mundo, a distribuição, o transporte, etc., dependiam exclusivamente do mercado. Um saco de arroz, um litro de leite, uma saca de trigo, eram consideradas mercadorias como outra qualquer. Por outro lado, até o momento, a Bolsa de Matérias Primas Agrícolas de Chicago (Chicago Commodity Stock Exchange) é a que, a cada dia útil, fixa os preços dos principais alimentos. Seis sociedades transcontinentais de agroalimentação e finanças dominam essa bolsa. Os preços que elabora diariamente, são, quase sempre, fruto de especulações complicadas sobre contratos a prazo, pirâmides de derivados,

etc. Porém, visto o crescente número de vítimas da desnutrição e da fome, a maioria dos Estados considera que não se pode deixar a distribuição da alimentação no mundo ao livre jogo da oferta e demanda. (ZIEGLER, 2001 *apud* RIECHMANN, 2003, p. 224).

Nesse sentido, as discussões em torno da questão alimentar têm suscitado importantes polêmicas na sociedade já há algum tempo. Controvérsias em torno da falta de acesso ao alimento por parcelas significativas da população, demanda e volumes de produção têm monopolizado o diálogo em âmbito nacional e na comunidade internacional quando se trata do tema da fome e da agricultura.

Essa importante temática ganhou novo impulso nos dois últimos anos, em virtude da visibilidade dada pelas significativas altas nos preços dos alimentos, gerando agravamento do quadro de fome e miséria no mundo. Particularmente nos anos de 2007/08, inúmeras manifestações foram observadas em vários países, como resultado da elevação do preço dos alimentos (PEREZ-CASSARINO *et al.*, 2009). De fato, informe preparado pela FAO, visando à Cúpula Mundial da Alimentação realizada em novembro do presente ano em Roma, dá conta de um aumento significativo no número de pessoas subnutridas nos anos de 2008/09, chegando a superar a marca de 1 bilhão de pessoas subnutridas. Em perspectiva histórica, esse número representou pela primeira vez uma elevação nos números da fome em termos proporcionais ao total da população, embora em número absolutos esta tendência já fosse observada (FAO, 2009).

Vários são os motivadores dessa crise em suas manifestações atuais. Neste sentido, a visibilidade tomada pela crise dos alimentos motivou governos, organismos internacionais, intelectuais, movimentos sociais e outras organizações a se manifestarem em torno da questão. Entre os discursos governamentais e da mídia em geral, o que se observa é um destaque para as questões de cunho conjuntural, tal como a alta no preço do petróleo, a quebra de safras por questões climáticas, o aumento da demanda por alimentos, assim como a disputa gerada entre a produção de alimentos e agrocombustíveis (MALUF, 2008).

No entanto, vale ressaltar que não poucas vozes, entre elas intelectuais e movimentos sociais, trouxeram para o debate questões relacionadas à forma de estruturação do atual sistema agroalimentar e do mercado mundial de alimentos. Maluf (2008) agrega, aos motivadores já citados, a questão da especulação financeira em torno dos alimentos tornados *commodities*, tais como milho, soja e

trigo, a articulação entre esses fatores e o aquecimento da demanda mundial e a redução dos estoques e retirada dos Estados do papel de regulação do mercado como geradores desta realidade. (MALUF, 2008).

Da mesma forma, Perez-Cassarino *et al.* (2009) dão importante destaque aos aspectos estruturais da crise alimentar, com ênfase na concentração corporativa dentro do sistema agroalimentar. Nessa perspectiva, no campo das estruturas agrária e agrícola, o que se observa é o aprofundamento do modelo tecnológico imposto pela chamada 'revolução verde', notadamente centrada na tecnificação da agricultura (sementes melhoradas e transgênicas, fertilizantes químicos, agrotóxicos e mecanização intensa), ampliando e fortalecendo o domínio das grandes corporações transnacionais sobre o mercado da produção agrícola.

Nesse sentido, observa-se um avanço do controle corporativo nos demais setores do sistema agroalimentar, aprofundando a concentração do processamento e distribuição dos alimentos nas mãos de algumas poucas transacionais em escala global, conforme será aprofundado no capítulo a seguir. Portanto, o que se pode observar é um evidente processo de concentração das atividades produtivas, favorecido pela lógica imposta pelo pensamento hegemônico da globalização neoliberal, do livre mercado e da regulação das relações sociais e econômicas por meio deste mercado capitalista. Da mesma forma, a natureza e o acesso aos recursos naturais se veem reguladas por esta lógica. Para muito além do apelo ambiental observado nos últimos tempos – notadamente em torno do aquecimento global e das mudanças climáticas –, o que se observa é que ações de maior cuidado com o uso de recomposição dos recursos naturais estão atreladas à possibilidade de esta ser uma vantagem competitiva ou possibilidade de maior geração de lucro.

Notadamente, ganha relevância nos últimos anos o avanço no controle corporativo dentro do setor de distribuição de alimentos, bem como o vigoroso e contínuo crescimento do faturamento deste setor na última década (FLEXOR, 2008; WILKINSON, 2008). Somente no Brasil, a concentração de mercado das cinco maiores empresas do país no setor varejista aumentou de 40 para 46% em seis anos (2004 a 2010) e seu faturamento em mais cem por cento. Tal domínio significa que este setor, ao controlar o processo de distribuição e, portanto, a relação direta com o consumidor, tem cumprido importante papel na determinação de normas e procedimentos para as atividades a jusante do sistema agroalimentar, impondo

padrões que atendam à sua lógica de funcionamento e, conseqüentemente, excluindo empreendimentos menos estruturados e de menor porte (PLOEG, 2008; WILKINSON, 2008).

Não obstante, um olhar atento a uma abordagem de garantia da soberania alimentar pressupõe a capacidade de os povos poderem definir suas estratégias produtivas e de consumo; processo hoje significativamente comprometido com o franco domínio das corporações sobre os elos do sistema agroalimentar. É nesse sentido que diversos movimentos sociais têm se manifestado pelo reconhecimento e resgate dos sistemas familiares e camponeses de produção, bem como de outras formas de criação de mercados. Assim, mesmo com a força do modelo hegemônico, especialmente quando considerado a partir da globalização, existem movimentos de resistência, que podem apresentar alternativas, uma vez que:

Vivemos tempos complexos, tempos de crises, dados pelas grandes questões ambientais e pelos graves problemas sociais que ficaram evidentes em todo o planeta. Em tempos de globalização, um debate importante ancora-se nas possibilidades de resistência e construção de outras formas de produzir, de consumir, de viver, de outras sociabilidades em geral marcadas por lógicas que não as que se centrem na produtividade, na competitividade, no controle da natureza e seu uso irrestrito como recurso. Fala-se em globalização solidária (Santos, 2005), em globalização contra-hegemônica e globalização alternativa (Souza Santos, 2007, 2008), em outra globalização (vários, dentre eles Gendron, 2007; Fontan, 2007), assim como são identificados vários movimentos e processos sociais cujo traço em comum é colocar em andamento práticas distintas das que são hegemônicas e que, nesse sentido, podem ser vistas como potencialmente construtoras de alternativas. Poderia-se denominá-las de práticas de resistência, de movimentos sociais de resistência, amplamente baseadas nos territórios locais, mas conectados em redes que lhes dão uma dimensão global. (FERREIRA *et al.*, 2008, p. 2).

Se, por um lado, esse modelo hegemônico tem se mostrado globalizado, no sentido da imposição de um pensamento único, também se faz necessário revelar a outra face deste processo, em que novas alternativas vão se construindo. A esse processo de estabelecimento de uma globalização hegemônica, centrada na difusão de valores e normas econômicas, sociais e culturais de determinadas sociedades em detrimento de outras, corresponde um novo processo de reação a esta exclusão e opressão, no qual se há uma história de vencedores, também há a dos vencidos. A esse respeito, afirma Santos (1996, p. 247):

O fato de que a produção ilimitada de racionalidade é associada a uma produção ampla de escassez conduz os atores que estão fora do círculo da racionalidade hegemônica à descoberta de sua exclusão e à busca de formas alternativas de racionalidade, indispensáveis à sua sobrevivência. A racionalidade dominante e cega acaba por produzir os seus próprios limites.

1.2 AS ALTERNATIVIDADES NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO DO SISTEMA AGROALIMENTAR

A noção de alternatividade foi utilizada frequentemente por Paulo Freire para indicar práticas e processos sociais portadores de mudanças sociais em favor da libertação das classes subalternas, em especial os processos educativos. (FREIRE, 1960, 1973). Em Boaventura Sousa Santos (2005a, 2005b, 2007a), a noção é de **alternativas, alternativo** e designa práticas e movimentos sociais cujo traço em comum é colocar em andamento processos anti-hegemônicos, potencialmente construtores de emancipação social. Em ambos os casos, privilegia-se o local, o cotidiano, mas se pressupõe uma vocação para exprimir-se em escala societária. Para Sousa Santos, seu caráter emancipatório se exprime nos seus ecos globais, dados pela inserção em redes, articulações e fóruns internacionais.

Ainda que possam constituir casos localizados, nem por isso deixam de apresentar uma riqueza de possibilidades que só não são vistas por não serem reconhecidas pelas racionalidades dominantes. Como bem discute Sousa Santos, as lutas, os movimentos, as iniciativas alternativas existentes em vários países são descartados e tratados de irrelevantes por aparentemente não apresentar uma alternativa credível ao capitalismo. Para se pôr fim ao desperdício, tornando visíveis tais iniciativas e movimentos e dar-lhes credibilidade, propondo uma nova racionalidade que Sousa Santos propõe ser a racionalidade cosmopolita. Esse novo espaço-tempo poderá se contrapor à versão abreviada do mundo que

[...] foi tornada possível por uma concepção do tempo presente que o reduz a uma instante fugaz entre que foi e o que será [...]. A contração do presente esconde assim a maior parte da riqueza inesgotável das experiências sociais no mundo [...]. A pobreza da experiência não é a expressão de uma carência, mas de uma arrogância – a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podem identificar e dar valor (SANTOS, 2007a, p.14).

O estabelecimento de um pensamento hegemônico, posto como inquestionável em sua ideologia e principalmente em sua implementação, faz crer que não há possibilidades ou alternativas para além do modelo proposto por este pensamento. No âmbito das hegemônias, as abordagens mais tecnologistas, que tratam dos aspectos técnicos das facilidades de comunicação e circulação de informações, ou aquelas que reforçam os aspectos financeiros e econômicos dos

processos de globalização apresentam uma versão 'encantada' desses processos, criando um ambiente impermeável a questionamentos e contradições, atribuindo aos processos um valor intrínseco, como se ocorressem por si só sem a intervenção humana, reforçando o caráter da 'naturalidade' do processo, como se globalização e mercado atuassem por si, escondendo as dinâmicas sociais e políticas que as sustentam (MATO, 2005). O predomínio da lógica capitalista faz crer que as possibilidades de alternativas a este modelo soem como meras especulações ou pequenas transgressões localizadas e deslocadas da lógica que impera triunfante nas dinâmicas globais.

Assim, anulam-se as alternativas e desencantam-se utopias, e aquilo que poderia representar propostas diferenciadas, os processos hegemônicos se ocupam de 'folclorizar', de tratá-las como algo totalmente deslocado, inviável e possível somente em realidades ou grupos sociais muito específicos; ou ainda, questiona ou nega a capacidade dos indivíduos em desenvolver estas experiências alternativas ou de sua aplicabilidade e replicabilidade, afirmando não estar 'pronta' nossa sociedade para vivenciar este novo. Porém, a questão a ser debatida é outra, ao invés de questionar se as iniciativas 'são capazes de...', devemos nos colocar como desafio o 'como' essas iniciativas podem ser antecipadas e postas em prática no nosso dia a dia (GORZ, 2004).

Portanto, a hegemonia do capitalismo não significa a impossibilidade de alternativas, muito pelo contrário, é neste momento particular que a existência dessas alternativas se torna estratégica, uma vez que estas implicam reformas radicais dentro do sistema capitalista, baseadas em valores não capitalistas, que são contrários à sua própria lógica de reprodução (SANTOS, 2005b). Nesse sentido é que Milton Santos fala das 'contra-racionalidades', construídas pelos 'de baixo' de forma a garantir sua sobrevivência num mundo dominado por uma racionalidade hegemônica que os ignora:

Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais 'opacas', tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente. (SANTOS, 1996 p. 246).

A forma de organização no âmbito do sistema agroalimentar responde, então, a essa lógica ampla e abrangente do processo de globalização. De uma forma geral, há pouco espaço de manobra para além da perspectiva hegemônica de organização das atividades no campo agroalimentar. O controle corporativo estabelece normas e procedimentos que não se restringem à sua atuação mais direta, mas difundem uma lógica a ser seguida por todos os âmbitos da atividade produtiva. Esta lógica se apoia num saber técnico-científico produzido de forma centralizada e hierárquica e isolado de outras formas de construção do conhecimento e na privatização deste saber, mediante a concessão de patentes. Alija-se, desta forma, o cidadão comum do domínio dos processos de algo tão cotidiano em sua vida quanto a alimentação, em uma realidade em que:

[...] hoje, do complexo sistema internacional de produção e distribuição dos alimentos, os consumidores só conhecem os elementos terminais: os lugares de distribuição e os produtos. O restante é uma verdadeira caixa preta que entranha um grande medo, uma vez que a existência se encontra associada com a alimentação. (CONTRERAS; GARCIA, 2005 *apud* DELGADO, 2010, p. 49, tradução livre).

Neste sentido, a posição estratégica adquirida pela grande distribuição dentro do sistema agroalimentar não deixa de ser uma resposta a uma estratégia de desenvolvimento baseada na centralidade do consumo. A dinâmica do processo de globalização neoliberal baseada na suposta “soberania do consumidor” encontra um eco imediato no trato da questão do alimento, sendo este o principal bem de consumo corrente e cotidiano da vida das pessoas, independente de classe social, poder aquisitivo ou perfil cultural. Dessa forma, o supermercado (como elementos representativo desta lógica) torna-se o espaço físico e simbólico onde o alimento ganha concretude para o cidadão e partir deste espaço se cria o imaginário que estimula as demandas e (re)modela hábitos de consumo. No entanto, não são poucos os questionamentos e as críticas a essa visão de sociedade e a essa forma de se pensar o desenvolvimento, seja no âmbito mais geral do processo de globalização hegemônico, seja no âmbito das preocupações em torno da qualidade da alimentação, não são poucas as vozes que apontam para a necessidade de novos caminhos, conforme descrevem Calle *et al.* (2009, p.6, tradução livre):

A medida que a “globalização” se converte em um fato referencial em escala planetária (debilitamento do estado, auge das multinacionais e dos mercados mundiais, adoção de políticas neoliberais, etc.), este modelo de crescimento, submetido progressivamente aos vaivéns de uma capitalismo financeiro e transnacionalizado, começará a ser contestado. E com ele, o

consumo e o sistema agroalimentar passarão a situar-se no olhar dos excluídos deste processo (camponeses, por exemplo) ou dos insatisfeitos por razões materiais, expressivas ou afetivas (novos movimentos no Ocidente).

De fato, cada vez mais, seja pela urbanização, seja pela manipulação genética e artificialização dos alimentos, o ser humano vai desconstruindo sua relação com o alimento como forma de mediação entre a sociedade e a natureza (RIGON *et al.*, 2006). Evidencia-se uma desconexão entre a origem e a forma de produção dos alimentos e seu processo de apropriação por parte dos seres humanos. Essa desconexão se traduz em muitas situações, entre elas em um desinteresse e despreocupação em torno da alimentação, que pode ser explicado também pela própria falta de capacidade de decisão sobre o que consumir, bem como pela gritante ausência de informações sobre os processos de produção. Mas, por outro lado, também se traduz em questionamentos a atitudes críticas em relação a esta falta de informação, principalmente quando falamos nos efeitos à saúde provocados por alimentos contaminados ou pela incerteza gerada pelos alimentos geneticamente modificados. Esse crescente processo de questionamento dos padrões de produção e consumo dentro do sistema agroalimentar foi definido por Calle *et al.* como *desafeição alimentária*, explicitando sua elaboração da seguinte forma:

Com desafeição alimentária, nos referimos à generalização de uma percepção social negativa (nos países industrializados (*sic*)) do sistema agroalimentar mais globalizado e das instituições públicas encarregadas de controlar, reproduzir ou intervir nele. Dita desafeição implica uma desconfiança com tal entramado por motivos de saúde, éticos ou ambientais fundamentalmente. (CALLE *et al.*, 2009, p. 6, tradução livre).

Nessa perspectiva, também no âmbito das questões agroalimentares, se multiplicam os processos de enfrentamento e construção de alternativas aos atuais padrões de organização do sistema agroalimentar. Na ponta da produção, cada vez mais, setores da agricultura familiar e camponesa, articulados em organizações e movimentos sociais, atuam no campo da denúncia dos processos que os excluem e reivindicam políticas de desenvolvimento que favoreçam seu fortalecimento e, conseqüentemente, de uma alimentação baseada em formas de produção mais diversificadas, adequadas à cultura e realidades locais e ambientalmente mais sustentáveis. Tal processo ganhou importante visibilidade com a proposição, em 1996, por parte da Via Campesina, organização que congrega movimentos

camponeses de vários países do mundo, do conceito de *soberania alimentar*¹, em que se demonstra clara insatisfação com os padrões de organização do sistema agroalimentar e se propõem políticas e ações alternativas a ele.

No entanto, para além do carácter reivindicativo, são várias as proposições que surgem, no âmbito da sociedade e da academia, que buscam desenvolver práticas alternativas de produção e consumo, baseadas em formas diferenciadas de organização da agricultura familiar e camponesa, bem como na promoção de tecnologias de produção de baixo impacto e na construção de mecanismos diferenciados de processamento e comercialização dos alimentos. Conforme destacam Calle *et al.* (2009, p. 10, tradução livre), “camponeses e pequenos agricultores apostam por novos estilos agroalimentares que recuperam e recriam manejos dos agroetnoecossistemas sobre a base da proximidade e do saber local, esta vez para fazer frente a uma mundialização que os exclui”.

Uma das importantes alternativas em construção nesse âmbito está amoldurada na esfera da agroecologia², compreendida, de forma genérica, como uma forma de tratamento da produção agropecuária e do sistema agroalimentar, baseada no diálogo de saberes, a partir de um enfoque participativo, com vistas à promoção do desenvolvimento local e da sustentabilidade ecológica (LEFF, 2006; SEVILLA, 2006; CALLE *et al.*, 2009). Assumida por diversos movimentos sociais e desenvolvida a campo por milhares de famílias agricultoras no Brasil, a agroecologia se propõe a constituir uma alternativa aos padrões hegemônicos de estruturação do sistema agroalimentar, propondo novos formatos político-organizativos, novas relações socioeconômicas e novos padrões técnico-produtivos na produção e circulação de alimentos (SEVILLA, 2006, SEVILLA; SOLER, 2009).

Por outro lado, ou em articulação com essas iniciativas, surgem no âmbito do consumo diversas experiências de constituição de redes alternativas de consumo, ações de agricultura urbana, bem como importantes movimentos de resgate e valorização de culturas e hábitos alimentares locais e regionais. Da mesma forma, empreendem-se campanhas de denúncia e boicote e ações de enfrentamento no âmbito da qualidade dos alimentos, delineando um processo de mobilização social

¹ A origem do debate, bem como o processo de construção do conceito de soberania alimentar por parte da Via Campesina e sua recente construção no campo da academia, será objeto do item 5.2 deste trabalho.

² A concepção aqui apresentada procura abordar alguns pressupostos do pensamento agroecológico, a fim de exemplificar as alternativas em construção. A elaboração teórica em torno da agroecologia será retomada e aprofundada no item 3.4 deste trabalho.

ao qual Calle *et al.*, denominaram *resistências alimentares*, definindo-as como “estratégias conscientes de introduzir modificações nos habitus, nas gramáticas sociais do que é considerado como 'bom' na alimentação, apelando para isso a razões sociais, morais, ambientais, culturais ou afetivas” (CALLE *et al.*, 2009, p. 8, tradução livre).

Note-se que o modelo hegemônico, apesar de fortemente estruturado, apresenta fissuras, dadas pela má qualidade dos alimentos, pelo processo de exclusão gerado ou pelos impactos ambientais e situações de contaminação dos recursos naturais e de seres humanos. De fato, apesar de se estabelecerem as formas de organização de funcionamento das dinâmicas agroalimentares de maneira centralizada e proposta como única, o que há para se ressaltar é que importantes volumes de produção de alimentos ainda se encontram em mãos do campesinato, conforme foi descrito para o caso brasileiro. Da mesma forma, Ploeg (2008) aponta que cerca de 85% dos alimentos ainda circulam no âmbito dos mercados internos nacionais e das redes regionais e locais de comercialização, dando fortes indícios de que ao mesmo tempo em que há muito onde o modelo hegemônico pode avançar, há também, por outro lado, um enorme potencial de ação a ser fortalecido e reestruturado, a fim de dinamizar as economias locais e reduzir impactos ambientais.

Porém, o desenvolvimento de inúmeras iniciativas de formas 'não capitalistas' de produção ainda é esparso, o que aliado ao seu caráter antissistêmico leva a fragilidades em sua execução e difusão, por isso a importância da proposta apresentada por Santos, ao analisar essas iniciativas na perspectiva da “hermenêutica das emergências”, ou seja, fazendo uma análise abrangente das iniciativas de movimentos e organizações sociais que resistem ao padrão hegemônico do capitalismo e constroem alternativas a ele, dentro dele, porém baseadas em princípios não capitalistas, a partir de uma leitura gradual, que vê nestas caminhos para possíveis novas construções sociais (SANTOS, 2005b).

É com esse propósito que as alternativas vêm se desenvolvendo, na perspectiva de estabelecer novos valores e princípios, materializados em novas formas de produção e organização social, que sejam promotoras de justiça, solidariedade e respeito ao ambiente. Se sua escala e articulação não permitem que ainda sejam capazes de substituir os padrões de desenvolvimento atuais, não é sem

importância que devemos vê-las, uma vez que são as luzes que apontam para as possibilidades de novos caminhos, diferentes daqueles propostos pela globalização hegemônica, tornando incômoda sua reprodução e apontando as contradições de seu discurso e de suas práticas.

No entanto, faz-se necessário estar ciente de que, para muito além de seu caráter contra-hegemônico, contestador de estruturas e discursos e promotor de formas alternativas de organização e produção, essas experiências se dão no âmbito do capitalismo, por dentro dele e convivendo com ele, se estabelecendo com outros princípios é certo, mas dentro de uma economia de mercado, e não poucas vezes, aliás na maioria, se veem obrigadas a dialogar com este sistema e partilhar de suas práticas. Assim, deve-se levar em conta a capacidade dos processos hegemônicos de incorporarem algumas dessas ideias, deslocando seu sentido para atender à sua lógica, a partir de uma apropriação por vezes simbólica e por vezes material – mediante aquisições e fusões – do acúmulo de saberes e práticas construídos por tais experiências.

Esse complexo e contraditório processo de enfrentamento e diálogo, distanciamento e convivência, negação e negociação é considerada uma importante brecha a ser explorada no âmbito dessas iniciativas alternativas. Compreender os mecanismos que permeiam um discurso de contraposição, aliada a uma quase inevitável prática de convívio com os mecanismos hegemônicos, possui uma importância estratégica na consolidação ou não dessas iniciativas, como propostas concretas de novas configurações para os sistemas agroalimentares.

Cabe a relevante reflexão sobre se o que se pretende então propor à sociedade se coloca no âmbito da construção de 'espaços' alternativos isolados ao que está posto, ou se esta busca passa por um processo capaz de desconstruir o pensamento e as práticas hegemônicas a partir da construção de novos saberes e práticas alternativas a ele. Nesse sentido, de acordo com o que afirma Quijano, várias são as iniciativas que se colocam como alternativas; para tanto: “seria, pois, necessário e pertinente encontrar os elementos eficazes de delimitação entre aquelas que revelam, e as que não o fazem, a vitalidade social necessária para tomar parte em uma história diferente, uma existência social diferente da que todos conhecemos” (QUIJANO, 2005 p. 487).

Nessa conjuntura de forte concentração corporativa nos vários segmentos

que estruturam o sistema agroalimentar, a inserção de agricultores, bem como a capacidade de escolha dos consumidores, se vê determinada muito mais pelos ditames impostos pelas grandes corporações transnacionais do que pela capacidade ou vontade destes atores.

A constante e progressiva retirada do Estado da regulação dos mercados e da ação das corporações aprofunda esse controle e termina por excluir cada vez mais setores importantes da cena produtiva brasileira, em particular o da agricultura familiar e camponesa, reduzindo suas opções e capacidade de decisão no que se refere à definição de suas atividades produtivas, bem como suas formas de inserção no mercado. Assim, resta ao setor da agricultura familiar e camponesa adequar-se aos padrões de qualidade e escala impostos pelo mercado, “de cadeia em cadeia, a escala tende a expulsar a agricultura familiar de posições conquistadas nos modernos mercados de *commodities* onde ela ou mantinha uma forte participação – milho, soja – ou era parceiro privilegiado – aves, suínos – ou chegou a ser uma âncora – leite (WILKINSON, 2008).

Dessa forma, a perspectiva da autonomia, no sentido da organização de suas atividades centradas na garantia de condições mínimas de sobrevivência imediata e intergeracional pelo autoconsumo, bem como pela constituição de patrimônio que permita a reprodução social da família (WANDERLEY, 2009), se vê fortemente ameaçada pela pressão externa a unidade produtiva familiar no que se refere as suas possibilidades produtivas.

Da mesma maneira, a perspectiva da pluriatividade, como estratégia de sobrevivência e reprodução social, a partir da articulação de diversas atividades agrícolas e não agrícolas (SCHNEIDER *et al.*, 2009), também se vê comprometida. Assim, aspectos fundantes das formas de organização social, econômica e cultural da agricultura familiar e camponesa – se vêm pressionados pela necessidade de homogeneização e especialização da produção, bem como pela demanda de escala, comprometendo sua reprodução, como importante segmento da cena social, cultural e econômica da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva é que vêm se construindo alternativas a esses padrões hegemônicos de organização das atividades agroalimentares. Evidentemente que, tanto em termos de escala geográfica quanto de volumes de produção e de representação social e econômica dentro do todo da sociedade, essas iniciativas

ainda podem ser consideradas incipientes. Porém, ao mesmo tempo, estas podem ser as indicadoras de uma nova perspectiva, trazendo referências para a construção de alternativas que questionem os padrões hegemônicos de produção e consumo no âmbito do sistema agroalimentar. Cabem, aqui, todas as contradições inerentes à construção do novo, bem como da complexa relação e convívio deste novo, dentro de um padrão hegemônico em que se encontram inseridas as iniciativas.

Entre as diversas iniciativas em andamento, no sentido da constituição de alternativas, uma das principais forças emergentes, entre as inúmeras organizações da sociedade civil, tem sido a do desenvolvimento da agroecologia como alternativa técnico-produtiva e novo princípio ou fundamento para a construção de um novo desenvolvimento rural. A agroecologia pode ser compreendida como uma nova proposta de desenvolvimento para o campo, tendo como princípios gerais, aqui apresentados de forma extremamente sintetizada: o manejo dos agroecossistemas em harmonia com as dinâmicas dos ecossistemas naturais – tendo como característica básica a produção diversificada de alimentos sem o uso de insumos químicos ou de transgênicos –, o resgate e preservação dos conhecimentos tradicionais e culturas locais, a geração de autonomia da agricultura camponesa e familiar e a promoção de mercados locais, mediante a aproximação agricultor-consumidor (GUZMÁN; GONZALEZ; SEVILLA-GUZMÁN, 2000; ALTIERI, 1999; REDE ECOVIDA, 2007; PEREZ-CASSARINO, 2004). Assim, a agroecologia parte de uma nova compreensão da ação do homem nos agroecossistemas³, conforme afirma Sevilla-Guzmán (2006, p. 209, tradução livre):

[...] a agroecologia contempla o manejo dos recursos naturais desde uma perspectiva sistêmica, quer dizer, levando em conta a totalidade dos recursos humanos e naturais que definem a estrutura e a função dos agroecossistemas, e suas inter relações, para compreender o papel dos múltiplos elementos que intervêm nos processos artificializadores da natureza por parte da sociedade para obter alimentos.

No Sul do Brasil, destaca-se a articulação Rede Ecovida de Agroecologia como um dos principais espaços de organização e fomento de grupos de agricultores, entidades de assessoria e de consumidores na promoção da agroecologia. Esta rede social traz em suas articulações estratégias diferenciadas

³ “Um agroecossistema é um local de produção agrícola – uma propriedade agrícola por exemplo – compreendido como um ecossistema. O conceito de agroecossistema proporciona uma estrutura com a qual podemos analisar os sistemas de produção de alimentos como um todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção e as interconexões que os compõe” (GLIESSMAN, 2000, p. 61).

de produção, comercialização e de formas de cooperação e associativismo. Dentre suas práticas, destaca-se a centralidade prática e política que a Rede Ecovida dá aos processos de comercialização que seus membros constituem. Centrada em um discurso de promoção do comércio “justo e solidário” (REDE ECOVIDA, 2007), a Rede Ecovida tem agregado atores e estimulado o fortalecimento dos mercados locais e dos circuitos curtos de comercialização, por meio da construção de mecanismos alternativos de mercado, em que se destacam as feiras ecológicas.

Há de se destacar, porém, que, tanto no âmbito da Rede Ecovida como das demais iniciativas que se propõem alternativas à globalização hegemônica, nenhuma destas iniciativas pode ser considerada uma forma pura de “alternatividade” e que em suas relações é possível (e provável) encontrar muitas contradições. Também é relevante apontar que a intensidade das dinâmicas da rede em si e de suas relações com o mercado tradicional traz forte complexidade, em especial quando destacadas as relações entre o local e o global, e que estes aspectos foram determinantes para direcionar a escolha do grupo. Busca-se, nesse viés, verificar como tais experiências de formas alternativas de produção, comercialização, cooperação e regulação questionam ou simplesmente reafirmam o sistema hegemônico. Seu potencial para a emancipação social será analisado tendo como contraponto as relações de poder do modo capitalista de produção e, desse modo, procurar-se-á investigar se sua estratégia permite a construção de relações de sociabilidade voltadas à garantia de autonomia e participação social aos indivíduos e grupos ou se cria apenas uma forma de subsistência e sobrevivência. E ainda, no aspecto da crise ambiental, se as práticas agroecológicas utilizadas pela rede permitem a conservação da natureza e da biodiversidade.

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO: A DELIMITAÇÃO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA COMO ESPAÇO COMUM DE PESQUISA

A Rede Ecovida é, muito provavelmente, a maior forma de expressão em favor da agroecologia na região Sul do Brasil na atualidade. Está constituída por Organizações não governamentais de assessoria, agricultores familiares ecologistas organizados em grupos, associações e(ou) cooperativas e organizações de consumidores. Os objetivos da Rede são:

(i) desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; (ii) estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos agroecológicos; (iii) articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas; (iv) aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; (v) estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; (vi) ter uma marca e um selo que expressem o comprometimento (REDE ECOVIDA, 2000, s/p).

A partir do Caderno nº 1 da Rede Ecovida, conclui-se que a missão da Rede está centrada em ser um espaço de articulação, interação e ação para potencializar o desenvolvimento da agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada povo (REDE ECOVIDA, 2007). Com base nessa concepção, verifica-se, portanto, que apesar da importância do componente tecnológico, na noção de agroecologia adotada pela Rede Ecovida de Agroecologia pretende-se articular um projeto que possua um alcance maior e que não se restrinja somente a um projeto para a agricultura, mas que se torne um “projeto de sociedade”.

A Rede foi constituída em 1998, mas o processo que lhe deu origem é anterior. Inicialmente foram os movimentos contestatórios ao modelo tecnológico da agricultura de final dos anos 70 e início dos anos 80; em seguida começaram a se desenvolver “experiências” e a multiplicação das iniciativas práticas, quando se constituiu a Rede TA-Sul (Rede de Tecnologia Alternativa do Sul do Brasil), que levou à constituição da Rede Ecovida.

Conforme já descrito e evidenciado nos objetivos da Rede Ecovida, o desenvolvimento de estratégias de mercado que se contraponham aos moldes convencionais de comercialização, focadas nos mercados de exportação (marcadamente no que se refere à produção orgânica/ecológica), nas grandes redes de supermercados ou grandes cooperativas, constitui-se em uma referência aos grupos que compõem a Rede, conforme afirma Meirelles (2004, p. 13): “contrariando essa tendência, os membros da Rede Ecovida de Agroecologia têm buscado privilegiar os mercados locais para o escoamento de sua produção”.

Assim, as diversas iniciativas organizadas em torno da Rede Ecovida buscam construir espaços de mercado que se propõe a resgatar laços de solidariedade entre agricultores e consumidores, reduzir os impactos ambientais das atividades agroalimentares, universalizar o acesso ao alimento ecológico e propiciar melhores fontes de renda a produtores, conforme define Meirelles (2004, p. 13),

no entendimento da Rede Ecovida, um mercado pautado por esses princípios permite o escoamento de uma produção diversificada, baseada em recursos genéticos autóctones, uma melhor remuneração para o agricultor, preços mais acessíveis ao consumidor e baixos custos operacionais.

Os números apresentados pela Rede Ecovida dão conta de mais de 100 feiras ecológicas realizadas no âmbito dos 25 Núcleos regionais que a compõem, desenvolvidas pelos cerca de 300 grupos de agricultores que formam parte da organização (MEIRELLES, 2009). Da mesma forma, são diversas as iniciativas de implantação de pontos fixos de comercialização de alimentos ecológicos, entregas domiciliares, atendimento a pequenos varejos e restaurantes locais, bem como acesso ao mercado institucional local, por meio de programas públicos, notadamente no fornecimento de alimentos ecológicos na alimentação escolar.

Para além das iniciativas locais, uma importante ação desenvolvida por alguns dos núcleos que compõem a Rede Ecovida é a estruturação do “Circuito Sul de comercialização de produtos ecológicos”. Esta iniciativa busca promover a circulação de produtos entre os núcleos da Rede, com o objetivo de atender às famílias agricultoras integrantes da Rede, bem como garantir diversificação dos canais de comercialização estruturados (MARFIL, 2009).

Nesse sentido, a construção discursiva, bem como a implementação de novas estratégias de comercialização, parece constituir importante ação de consolidação da proposta agroecológica no âmbito da Rede Ecovida. É a partir desta base que se buscará desenvolver uma análise crítica dessas iniciativas, no sentido de captar elementos que possam vir a se caracterizar como proposta alternativa aos atuais padrões hegemônicos de mercantilização do alimento.

1.4 A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA E OBJETIVOS

O diálogo proposto neste estudo perpassa a crítica ao processo de globalização neoliberal e sua lógica homogeneizadora e excludente, no âmbito das questões agroalimentares em função da concentração econômica, da perda de diversidade cultural e ambiental e da degradação das relações sociais de solidariedade. Esse processo pode ser compreendido pela lente da mercantilização da sociedade e da natureza, como mecanismo de redução das relações sociais, dos

recursos naturais e, por consequência, do alimento em meios para a geração de lucro, submetendo cultura, natureza e direitos aos ditames da economia.

Da mesma forma, inspira-se na “hermenêutica das emergências” (SANTOS, 2005b), ou seja, em uma leitura do reconhecimento das alternativas em construção no âmbito da sociedade, dadas como forma de resistência ao padrão hegemônico e de construção de alternativas a este. É a partir dessa perspectiva que está se propondo o estudo a ser realizado. Assumindo a construção da agroecologia como proposta alternativa aos padrões hegemônicos de estruturação do sistema agroalimentar.

Observa-se um vasto desenvolvimento no âmbito da produção agroecológica, mesmo que a escala ainda não seja a desejada, em termos de alternativa técnicas e produtivas construídas, há um acúmulo considerável e respaldado em termos de sua aplicabilidade e resultados. Da mesma forma, em termos da construção social, há um forte movimento em torno do 'campo agroecológico' no Brasil, que tem crescido e se estruturado nos últimos anos, seja em espaços de organização próprios deste campo (Rede Ecovida, ANA, Rede PTA, Articulações Estaduais de Agroecologia, etc.), seja pela 'adoção' por parte dos principais movimentos sociais do campo da proposta da agroecologia (MST, FETRAF, MMA, MPA etc.). De igual maneira, nos espaços de articulação em torno da questão da segurança e soberania alimentar e nutricional (FBSSAN, CONSEAs, etc.), este debate tem avançado fortemente, sendo importante elo entre questões rurais e urbanas, de saúde e ambiente e de políticas e direitos.

Para além das dificuldades de viabilização econômica de muitas organizações e de organização política de outras, bem como dos tímidos avanços das políticas públicas (em relação ao avanço do tema na sociedade civil em geral), a proposta da agroecologia tem ganhado importantes espaços na sociedade. Com efeito, é cada vez maior a compreensão do público urbano da proposta, entre outros aspectos, observado pelo franco aumento da demanda por alimentos ecológicos/orgânicos, porém também pela crescente discussão em torno das questões ambientais, assim como pela preocupação com a saúde e qualidade de vida.

É neste momento do diálogo entre público rural e urbano, ou seja, da abertura das iniciativas agroecológicas para o 'exterior' de seu ambiente, que podem observar-se as diferentes perspectivas políticas e sociais que são construídas pelas

experiências em andamento. Notadamente, no momento de estabelecer relações com o mercado é que os princípios de conservação ambiental, mas fundamentalmente as questões de cooperação e solidariedade abrem um leque imenso de possibilidades de ação que podem estar, mais ou menos, relacionadas aos princípios propostos por uma 'agroecologia forte' (SEVILLA-GUZMÁN, 2006ab).

Enfim, é possível estender e redesenhar as relações de cooperação e solidariedade internas às comunidades de agricultores ou aos grupos ecológicos, para outros âmbitos da sociedade? De que forma as relações dadas pela comercialização de alimentos reforçam ou colocam em questão o caráter de alternatividade a que se propõem as iniciativas agroecológicas? Qual o diferencial, se este realmente existe, entre as formas de mercado estabelecidas pelos grupos vinculados à Rede Ecovida de Agroecologia e o acesso aos mercados de nicho para produtos orgânicos? De que forma a construção de novos mercados pode fortalecer sistemas de produção sustentáveis? As relações estabelecidas entre produtores e consumidores apontam para a construção de novas economias locais, baseadas em princípios de reciprocidade e benefício mútuo?

Sob a perspectiva da centralidade da agricultura familiar e camponesa na construção da proposta agroecológica, de que forma a construção de novos mercados fortalece ou compromete a perspectiva da autonomia destas comunidades e/ou grupos? Ou ainda, em que sentido reforçam as estratégias de produção para o autoconsumo ou as comprometem em função das demandas de mercado? No que se refere às relações de solidariedade e reciprocidade, é possível resgatar e(ou) fortalecer estas dinâmicas a partir de uma nova relação com o mercado?

Desta forma, coloca-se como questão central deste estudo compreender quais as relações que se estabelecem no processo de construção de mercados para alimentos ecológicos, no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia e, a partir dessa análise, identificar elementos de sua caracterização que permitem considerá-los alternativos aos padrões de organização e funcionamento do sistema agroalimentar global.

Neste sentido, afim de desenvolver esta pesquisa visando a busca das respostas às questões levantadas, objetiva-se, de forma geral, analisar o processo de construção de mecanismos de mercado no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia no sentido de avaliar quais aspectos desta construção constituem

formas alternativa de comercialização e produção dos alimentos.

Para atingir esta meta geral dentro da pesquisa alguns objetivos específicos foram traçados. Inicialmente a pesquisa visou identificar os mercados constituídos pelos grupos e associações da rede ecovida e seus mecanismos de organização e funcionamento

A partir desta identificação , a pesquisa analisou como tais mecanismos de mercado contribuem para a promoção da soberania e segurança alimentar - base para a constituição de sistemas agroalimentares sustentáveis.

No que se refere ao âmbito da agricultura familiar e camponesa, a pesquisa procurou identificar como tais mercados proporcionam a (re)construção de espaços de autonomia em diversas dimensões da vida dos agricultores ecologistas.

Por fim, a pesquisa visa analisar o potencial destes novos mecanismos de mercado de alimentos ecológicos no resgate e reconstrução de relações de reciprocidade e solidariedade entre famílias e grupos de agricultores e destes com o público que acessa os alimentos comercializados, uma vez que a constituição de relações de solidariedade e reciprocidade constituem-se como elemento estruturante de novas relações sociais que reconfigurem as relações de mercado.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.5.1 A construção interdisciplinar da pesquisa: articulação entre trabalho coletivo e individual

A construção desta tese têm origem nas discussões coletivas realizada pela turma VIII do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, motivadas pelo tema de pesquisa apresentado à turma: “*Mudanças Globais, Globalização: hegemonias, crises e alternativas*”. A partir da definição deste grande tema, foi apresentada à turma a formação de grupos de pesquisa com base em três grandes crises estruturais dos processos de mudanças globais, crise da biodiversidade, de governança e alimentar.

Três documentos foram produzidos a fim de fazer um estudo prospectivo do 'estado da arte' dessas três grandes crises e que permitisse a indicação de algumas

questões de pesquisa que orientassem a elaboração de um grande programa de pesquisa coletivo e ao mesmo tempo trouxesse sinalizações para a formação dos grupos de pesquisa na turma. O projeto aqui apresentado tem sua origem nas elaborações feitas pelo grupo responsável pelo documento da crise alimentar, a partir do qual algumas indicações sobre aspectos estruturais desta crise geraram questões e temas agregadores para alguns alunos do programa.

A partir da produção desses documentos das 'crises', passou-se à elaboração do programa coletivo de pesquisa da Turma VIII do MADE/UFPR. Este programa coletivo agregou as questões levantadas na leitura das crises (biodiversidade, governança e alimentar) e teve como tema central: *“Lógicas e estratégias de produção, consumo e gestão/governança nas questões alimentar, energética e da biodiversidade”*. Ainda nesta perspectiva agregadora da construção das temáticas de pesquisa, levantou-se uma grande problemática central de pesquisa para a turma, dada pela seguinte questão: *Quais relações se estabelecem entre as lógicas hegemônicas e contra-hegemônicas no âmbito das práticas de produção e consumo, dos processos de elaboração e implementação de políticas socioambientais e quais suas implicações na reprodução social das populações e na conservação ambiental?*

O desdobramento dessa questão em outras problemáticas específicas, bem como a discussão dos interesses individuais de pesquisa, a partir das leituras dos documentos das crises e do programa coletivo de pesquisa, apontou para a formação de três grupos de pesquisa na turma. Um primeiro focado nas questões de biodiversidade e costeiras, um segundo voltado aos processos de gestão em relação a grandes empreendimentos e um terceiro voltado ao estudo da questão alimentar.

É neste último grupo de pesquisa que este trabalho se insere. O aprofundamento interno das discussões entre alunos e professores levou a uma aproximação do tema alimentar ao campo das alternativas em construção neste campo, particularmente no caso da agroecologia e especificamente da atuação da Rede Ecovida de Agroecologia no Sul do Brasil.

Com esta definição, passou-se à elaboração de um projeto coletivo de pesquisa, intitulado *“Tecendo uma globalização alternativa: experiências da Rede Ecovida na construção de alternativas socioambientais para o enfrentamento da questão alimentar”*. A problemática de pesquisa construída neste projeto parte de

dois grandes pressupostos. Um primeiro de que, apesar das recentes manifestações populares e da elevação conjuntural do preço dos alimentos, a crise alimentar é estrutural em nossa sociedade, sendo mais apropriado tratá-la como questão alimentar do que propriamente uma crise. Um segundo pressuposto parte da leitura de que, ao mesmo tempo que existem forças hegemônicas de globalização, movimentos de resistência e alternativos são construídos como força contraditória a este processo de globalização.

A partir destes pressupostos foi construída a seguinte questão coletiva de pesquisa, dentro da qual se inserem as problemáticas individuais dos cinco integrantes do grupo: *“Em que medida as ações da Rede Ecovida – de apropriação da natureza, produção agroalimentar, comercialização, consumo, certificação, institucionalização e cooperação – se constituem em alternativas socioambientais ao modelo hegemônico, redefinindo relações entre o global e o local, no sentido de afirmar novas formas de desenvolvimento, soberania e segurança alimentar e novas formas de organização social?”*

Essa elaboração coletiva permitiu a definição das questões individuais de pesquisa aqui apresentadas e que se inserem dentro da dinâmica coletiva deste grupo de pesquisa. Portanto, parte importante do trabalho de campo a ser realizado nesta pesquisa será realizada de forma coletiva pelo grupo em questão, contemplando no trabalho coletivo as demandas de dados e informações necessárias aos projetos individuais de pesquisa, havendo necessidade serão realizadas incursões de campo também individuais, com o propósito de aprofundar questões que sejam de interesse específico desta pesquisa.

Conforme já descrito, o universo de pesquisa deste grupo, e portanto desta tese, está focado na atuação da Rede Ecovida de Agroecologia. A abrangência da Rede Ecovida (sul do Brasil), no entanto, não permite a realização de estudos aprofundados de sua realidade como um todo, por questões logísticas e de tempo.

Neste sentido, procedeu-se, como grupo, a um levantamento inicial de informações de todos os Núcleos da Rede, para então selecionar um conjunto de núcleos que fosse representativo das demandas de pesquisa de cada integrante, a fim de proceder a uma primeira abordagem de campo, de forma coletiva. Assim, a pesquisa, desenvolvida em conjunto pelo referido grupo de pesquisa, foi realizada em duas fases. Na primeira fase houve uma aproximação à realidade pesquisada a

partir da participação no 7º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, em Ipê (RS), em novembro de 2009, quando se realizou uma rápida caracterização dos núcleos da Rede: grupos de agricultores, organizações de consumidores, ONG de assessoria, estrutura organizativa, gestão (coordenação e conselho de ética), tempo de existência, formas de cooperação, canais de comercialização, pontos fortes etc.

O grupo possuía como meta entrevistar pelo menos um coordenador de todos os 26 núcleos da Rede, mas não foi possível entrevistar os coordenadores de quatro núcleos (não foram entrevistados também os representantes dos dois núcleos cuja constituição foi aprovada somente na assembleia final realizada no último dia do encontro). As informações obtidas durante a primeira fase da pesquisa coletiva foram tabuladas e incorporadas ao projeto coletivo apresentado ao programa de doutorado em novembro de 2009.

A segunda fase consistiu em visitas e entrevistas a membros de sete núcleos da Rede (26 agricultores(as), 14 técnicos e coordenadores de núcleos e um representante de organizações de consumidores) realizadas entre janeiro e março de 2010. Cabe destacar que algumas dessas entrevistas foram realizadas com duas ou três pessoas, tanto com agricultores(as) membros de grupos quanto com técnicos e diretores, o que denota que o número efetivo de entrevistados foi maior (37 agricultores(as) e 17 coordenadores/técnicos).

Para a seleção desses núcleos considerou-se a necessidade de se contemplar a diversidade social e econômica dos núcleos que compõem a Rede e os interesses das questões constantes nos projetos de tese dos cinco doutorandos do grupo. Para esta fase foram elaborados três roteiros de entrevistas, sendo um para cada um dos referidos tipos de entrevistados.

Além disto, houve a possibilidade de se participar, na condição de observadores, em dois eventos organizados pelos núcleos, sendo um em Passo Fundo (RS) e outro em Barra do Turvo (SP).

A maior parte das entrevistas foi gravada em áudio e disponibilizada aos membros do grupo. As informações coletadas por meio dos roteiros foram tabuladas e também disponibilizadas. Por fim, elaborou-se este relatório descritivo com os resultados obtidos nesta fase. Os Núcleos selecionados para realização de uma prospecção de dados mais aprofundada foram os seguintes: Maurício Burmeister do

Amaral (PR), Agroflorestal (PR), Libertação camponesa (PR), Sudoeste (PR), Planalto serrano (SC), Planalto (RS) e Litoral Solidário (RS). Para realização do estudo prospectivo nestes núcleos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, buscando levantar informações junto aos diferentes grupos sociais que integram a Rede Ecovida, agricultores, técnicos, dirigentes e consumidores. O Quadro 1 abaixo apresenta a distribuição das entrevistas.

	Núcleo	UF	Municípios entrevistas	Entrevistas Agricultores (nº)	Entrevistas coordenadores e técnicos (nº)
1	Maurício Burmeister do Amaral	PR	Campo Magro, Castro, Lapa, Cerro Azul, Curitiba	10	2
2	Libertação Camponesa	PR	Paranacity	2	2
3	Planalto RS	RS	Passo Fundo, Santo Antonio do Palma, São Domingos do Sul	2	2
4	Litoral Solidário	RS	Torres, Dom Pedro de Alcântara e Três Cacheiras	3	2
5	Agroflorestal	SP, PR	Barra do Turvo, Adrianópolis	3	2
6	Planalto Serrano	SC	Lages, Anita Garibaldi, Otacílio Costa	3	2
7	Sudoeste	PR	Francisco Beltrão	3	2
	Total			26	14

QUADRO 1 – NÚMERO DE ENTREVISTADOS NA PESQUISA DE CAMPO COLETIVA
 FONTE: Relatório de pesquisa de campo coletiva (2010).

Na verdade, os núcleos aqui estudados não foram necessariamente escolhidos no seu conjunto para as teses individuais, mas serviram como base para se entender a dinâmica da Rede e suas principais características. No entanto, o acompanhamento das atividades da Rede Ecovida, foi fundamental para as escolhas dos espaços empíricos individuais.

1.5.2 Construção metodológica da pesquisa individual

Para delimitação do universo de pesquisa para a tese, partiu-se do trabalho de campo realizado coletivamente. A partir desse trabalho inicial, foi possível mapear regiões onde as questões de comercialização eram relevantes, portanto, onde seria interessante aprofundar a análise. Dois objetivos foram perseguidos no momento de selecionar as regiões para realização da pesquisa. Um primeiro estava centrado em

captar quais eram as estratégias predominantes de comercialização no âmbito da Rede e em quais núcleos elas eram observadas com maior frequência ou vigor. A segunda preocupação estava vinculada ao que se poderia considerar como estratégias inovadoras de construção de mercados no âmbito da Rede, em dois sentidos: inicialmente aquelas regiões que realizam formas inovadoras das estratégias predominantes na Rede e, em um segundo sentido, aquelas que despontam como propostas inovadoras em relação às existentes, mesmo que ainda incipientes.

A partir desses critérios, a seleção dos núcleos onde a pesquisa foi realizada partiu do cruzamento entre os resultados do trabalho de campo coletivo e a realização de cinco entrevistas telefônicas com informantes-chave, membros da coordenação da Rede Ecovida ou conhecedores da realidade da organização em sua totalidade. Um breve roteiro foi elaborado para estas entrevistas (Apêndice I). Dentro desta análise realizada, buscou-se mapear os núcleos possíveis de serem trabalhados, bem como, dentro destes, quais grupos ou associações poderiam representar a realidade demandada, uma vez que havia um limite físico de tempo, bem como de possibilidades de deslocamento por regiões que ocupam a extensa área do Sul do Brasil. Há de se ressaltar que os núcleos da Rede Ecovida distribuem-se desde a região sul do Rio Grande do Sul (Núcleo em torno Pelotas), até a região norte do Paraná (Núcleo em torno de Paranacity).

A partir da análise das informações do relatório de campo do trabalho coletivo de pesquisa e das entrevistas realizadas com os informantes-chave, seis Núcleos Regionais foram mapeados para realização da pesquisa de campo e, dentro destes, as seguintes associações, descritas no Quadro 2.

Os procedimentos metodológicos utilizados no âmbito da pesquisa buscaram articular uma perspectiva qualitativa e quantitativa das informações obtidas. Neste sentido, a pesquisa lançou mão de ferramentas de observação de processos e atividades destes núcleos, mediante o acompanhamento de reuniões, encontros, eventos e atividades de campo relacionadas com a temática da tese, bem como pelo acompanhamento a campo das iniciativas de comercialização, tais como espaços de comercialização, coleta de produtos junto aos agricultores, entregas nos pontos de venda e atividades de gestão, tais como organização da contabilidade, pagamentos, sobras e outros.

Estado	Núcleo Regional	Grupo/ Associação	Entrevistas com gestores	Grupos Focais	Questio nários
RS	Litoral Solidário	Associação dos Produtores Ecológicos de Morrinhos do Sul (APEMSUL)	2	1	6
		Grupo Rio Bonito		1	15
	Serra	Associação dos Produtores Ecológicos de Vila Segredo (APEVS)	3	1	11
		Associação dos Produtores Ecológicos da Linha Pereira Lima (APEMA)			
	Associação dos Produtores Ecológicos da Capela Santo Antão (APESA)				
Alto Uruguai	Associação regional de Cooperação de Agroecologia (ECOTERRA)	1	1	14	
SC	Sul Catarinense	Associação dos Colonos Ecológicos do vale do Mampituba (ACEVAM)	2	1	22
	Planalto Norte	Associação dos Produtores Ecológicos de Porto União (AFRUTA)	1	1	13
PR	Agroflorestal	Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis (COOPERAFLORESTA)	1	1	72
	Circuito Sul		2	-	-
TOTAL	6 (1)	9	12	7	153

QUADRO 2 – NÚCLEOS E ORGANIZAÇÕES SELECIONADOS PARA O TRABALHO DE CAMPO E ATIVIDADES REALIZADAS
 FONTE: O autor (2012).

Ao mesmo tempo, utilizou-se da prática de entrevistas semiestruturadas com informantes qualificados da Rede Ecovida e nos núcleos selecionados, bem como a realização de grupos focais, caracterizados pela realização de uma entrevista e discussão em grupo com agricultores de cada associação/grupos pesquisado.

Como ferramenta complementar de pesquisa, elaborou-se um questionário com respostas objetivas, a fim de propiciar a geração de informações quantificáveis sobre a realidade dos grupos/associações pesquisados, bem como de suas estratégias de produção e comercialização, aplicados junto a todas as famílias integrantes destes grupos/associações. O uso destas informações tem a função de apoiar ou exemplificar a análise feita a partir das entrevistas e grupos focais realizados, portanto, não foi realizada análise estatística dessas informações.

A pesquisa se apoiou também no levantamento de informações secundárias,

a partir de documentos publicados pela Rede Ecovida, a página na internet da organização e relatórios de reuniões, eventos e demais atividades da Rede Ecovida e dos grupos pesquisados, bem como dados sobre estes gerados pelas próprias organizações e organizações de assessoria, tais como relatórios de projetos.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas preferencialmente com gestores responsáveis pelo processo de comercialização nos grupos/associações ou nos núcleos regionais, uma vez que as ações de comercialização em muitas das regiões são articuladas via cooperativas regionais, da mesma forma em alguns casos foram entrevistados técnicos que realizam assessoria aos grupos em seu processo de comercialização. A definição dos informantes a serem entrevistados seguiu a orientação de priorizar aquelas pessoas que continham informações abrangentes sobre o processo de comercialização na região, que conhecessem a dinâmica interna dos grupos e seu processo de comercialização, as relações estabelecidas com os agentes externos ao processo, assim como os mecanismos de gestão utilizados.

Nas associações e grupos definidos como público da pesquisa foi demandado a indicação de representantes para participação de reunião para realização da entrevista em grupo focal. Para cada caso foi demandado que no mínimo três representantes da associação estivessem presentes, em alguns casos, os técnicos das entidades de assessoria contribuíram neste agendamento, a partir de contato prévio realizado. Em outros casos, foi possível estabelecer contato direto com os grupos previamente às entrevistas para realizar os agendamentos.

Em um dos casos, no Núcleo Litoral Solidário, foi realizada uma entrevista especificamente com representante de uma cooperativa de consumidores, uma vez que a região se caracteriza por desenvolver processos de organização de consumidores para o consumo de produtos ecológicos, mediante a abertura de pontos fixos de comercialização, bem como para a realização de atividade de divulgação, formação e integração com agricultores em torno da agroecologia.

Tanto para as entrevistas com gestores, quanto para realização dos grupos focais, foram elaborados roteiros semiestruturados (Apêndice II e III) a partir dos objetivos definidos dentro da pesquisa. Como forma de apoio às informações geradas a partir das entrevistas realizadas aplicaram-se os questionários (elaborados a partir do modelo utilizado por Michelato, 2010) de respostas objetivas

(Apêndice IV) junto a todas as famílias integrantes das associações e grupos onde foi realizado grupo focal.

Paralelamente à pesquisa de campo junto aos grupos e associações selecionados, foi elaborado instrumento de pesquisa afim de permitir o levantamento das informações de comercialização no âmbito da Rede Ecovida como um todo. Em uma das plenárias de núcleos (reuniões com representantes de todos os núcleos da Rede) foi apresentada a proposta de levantamento feito em conjunto com a coordenação da Rede. Foi elaborado um formulário padrão (Apêndice V) a ser preenchido pelos núcleos regionais e retornados para sistematização.

A dinâmica da pesquisa de campo realizada encontra-se sintetizada na Figura 1, que busca apresentar, em formato de fluxograma, a sequência de atividades de campo realizadas e os critérios utilizados em cada etapa.

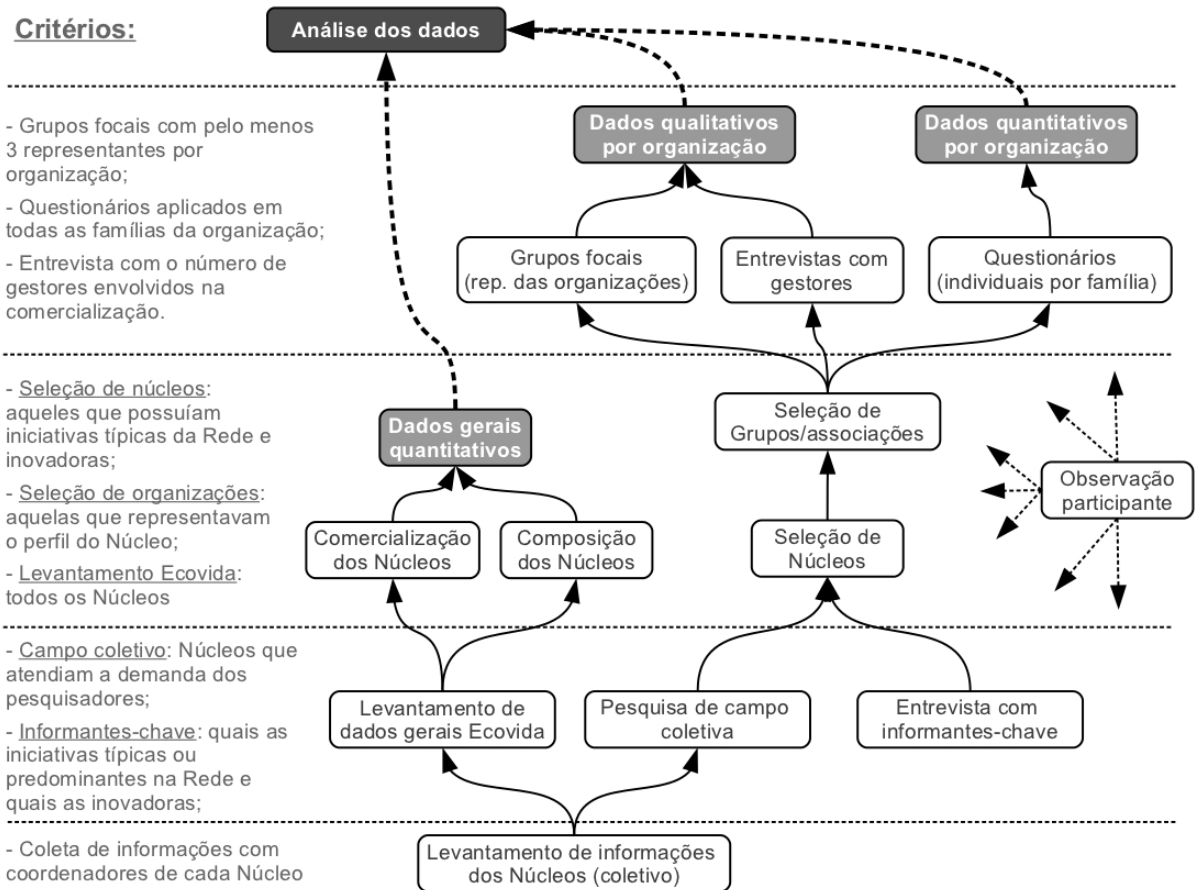


FIGURA 1 – FLUXOGRAMA DA PESQUISA DE CAMPO
 FONTE: O autor (2012).

CAPÍTULO 2 O SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBAL E SUAS IMPLICAÇÕES

A fome, no Brasil, é consequência, antes de tudo, do seu passado histórico, com os seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa portanto da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas quase sempre por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva, ou pelo menos desequilibrante da saúde econômica da nação: a do pau-brasil, a da cana-de-açúcar, a da caça ao índio, a da mineração, a da lavoura nômade, a do café, a da extração da borracha, e finalmente a da industrialização artificial baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime da inflação... Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do estado político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo. A princípio por sua tenuidade e fraqueza potencial diante da fortaleza e independência dos senhores de terras, manda-chuvas em seus domínios de porteiras fechadas... Ultimamente, num contrastante exagero noutro sentido, no excesso centralizante do poder... Consequência dessa centralização absurda e da política de fachada da República foi o quase abandono do campo e o surto da urbanização[...] que não encontrando no país nenhuma civilização rural bem enraizada veio acentuar de maneira alarmante a nossa deficiência alimentar.

(Josué de Castro, 1984 (1946), pág. 280 e 282)

2.1 QUESTÃO ALIMENTAR E CRISES ALIMENTARES

As discussões em torno da questão alimentar têm suscitado importantes polêmicas na sociedade já há algum tempo. Controvérsias em torno da falta de acesso ao alimento por parcelas significativas da população, demanda e volumes de produção vêm monopolizando o diálogo em âmbito nacional e na comunidade internacional quando se trata do tema da fome e da agricultura.

De fato, a questão alimentar possui relação direta com os processos de desenvolvimento de uma nação, de um lado, dada a necessidade básica de que seres humanos sejam bem alimentados para sustentar sua atividade produtiva e seu convívio saudável em sociedade. De outro lado, conforme afirma Maluf (2009, p. 24) porque: “os processos de desenvolvimento econômico ligam-se à questão alimentar por motivos de ordem ética, econômica e política, e esta questão influi de forma decisiva no padrão de equidade social de uma sociedade”.

Esta importante temática ganhou novo impulso nos dois últimos anos, em virtude da visibilidade dada pelas significativas altas nos preços dos alimentos,

gerando agravamento do quadro de fome e miséria no mundo. Particularmente nos anos de 2007/08, inúmeras manifestações foram observadas em vários países, como resultado da elevação do preço dos alimentos (ABRANDH, 2008; PEREZ-CASSARINO *et al.*, 2009; HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010).

No entanto, segundo Chonchol (2005), é nos anos 30 do século passado que se iniciam as primeiras discussões em nível mundial sobre a questão da fome; discussões essas suscitadas por uma crise na agricultura provocada por um excedente de produção para o qual não havia mercado e pelo avanço nos estudos da biologia humana que passam a analisar o problema da desnutrição.

Paralelo a isso, começam a se obter as primeiras informações em caráter mundial sobre a disponibilidade de alimentos e de populações em situação de carência alimentar, notadamente nos países em desenvolvimento. Tais avanços levaram a se conduzir os primeiros debates internacionais sobre o tema nessa década de 1930, no entanto, o período da Segunda Guerra Mundial naturalmente desarticulou as discussões, que se encontravam em fase inicial (CHONCHOL, 2005).

Já na década de 1940, precisamente ao término da Segunda Guerra Mundial, é criada a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, FAO. Nos anos seguintes, com a modernização da agricultura europeia, surgem novos excedentes e um novo problema com o abastecimento de países em situações de fome. Em 1962, realça Chonchol, a FAO estabelece o Programa Alimentar Mundial que, com o apoio da comunidade científica, passa a desenvolver tecnologias para o processo de 'modernização' da agricultura, entre elas, sementes de altos rendimentos, tal como as do trigo e do arroz. Era o início da implantação massiva da chamada 'Revolução Verde', decorrente na década de 1960, e o autor alerta para a constituição de outra contradição, agora entre o modelo de alta produtividade e a expropriação de terras de agricultores familiares e camponeses (PEREZ-CASSARINO *et al.*, 2009). Nos anos 1970, acentua-se a desigualdade entre os países e também entre os seus tipos de desenvolvimento. Permeando isso tudo, destaca ainda Chonchol (2005, p. 34):

Em 1972, a queda geral da produção cerealista mundial e as compras maciças da URSS esgotam os estoques disponíveis e produzem um aumento considerável dos preços. No mesmo ano, Bangladesh e a Etiópia são atingidas pela fome e, entre 1973 e 1975, a seca produz uma grave crise alimentar no Sahel africano.

Tal crise levou à realização da Conferência Mundial da Alimentação, promovida pela FAO em 1974 e a criação, em 1976 do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, que tinha por finalidade básica o fortalecimento do enfoque da necessidade de se ampliar a produção mundial de alimentos como forma de se enfrentar o quadro de fome e miséria vividos por várias nações (MALUF, 2009).

As contradições evidenciadas, já nos anos de 1980, pela permanência quase regular dos índices mundiais da fome, em contraposição à níveis cada vez mais altos de produção e produtividade, fizeram com que a questão do acesso aos alimentos surgisse como elemento determinante no combate à fome (MALUF, 2009).

Em 1996 realiza-se a Cúpula Mundial da Alimentação, que representou importante espaço para o debate da questão alimentar e da fome, e a partir da qual se estabeleceu um plano de ação, em consonância com os demais órgãos das Nações Unidas, as chamadas ' Metas do Milênio'. Nelas se estabelecia o objetivo de reduzir à metade o número de pessoas com fome no mundo, até o ano de 2015. Para além da limitação da própria meta proposta (reduzir somente à metade o número de famintos em 20 anos), o fato concreto é que os números foram demonstrando a falta de comprometimento da maioria das nações em fazer com que estes objetivos fossem alcançados (MALUF, 2009).

Os primeiros números obtidos após a realização da conferência, tomando-se como ano-base os dados de 1990-1992, levantados entre os anos de 2001 a 2003, davam conta de uma realidade nada satisfatória no que se referia ao cumprimento das metas do milênio. Conforme pode-se observar na Figura 2, a redução pode ser considerada somente em termos percentuais sobre o total da população, porém não em números absolutos, além de indicar um ínfimo avanço, ou praticamente um retrocesso, em relação aos anos de 1990-92.

De fato, informe preparado pela FAO, visando à Cúpula Mundial da Alimentação realizada em novembro de 2009 em Roma, ao invés de indicar tendências à redução, dava conta de um aumento significativo no número de pessoas subnutridas nos anos de 2008/09, chegando a superar a marca de 1 bilhão de pessoas nessa situação. Em perspectiva histórica, esse número representou pela primeira vez uma elevação nos números da fome em termos proporcionais ao total da população, embora em número absolutos esta tendência já fosse observada. Mesmo que, no ano de 2010 essa cifra tenha se reduzido para menos do bilhão de

peças, a própria FAO reconhece que os números ainda são inaceitáveis. Esses dados conformam a Figura 2 (FAO, 2010).

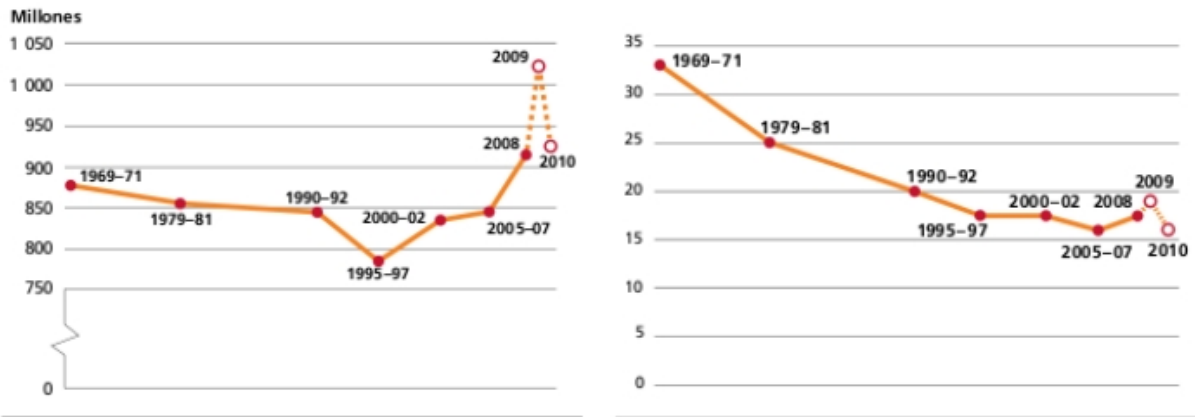


FIGURA 2 – PESSOAS SUBNUTRIDAS NO MUNDO ENTRE 1971 E 2010 EM MILHÕES DE PESSOAS (ESQUERDA) E PORCENTAGEM (DIREITA) SOBRE A POPULAÇÃO MUNDIAL FONTE: FAO (2010).

Agrava ainda esse quadro, o fato de que a redução dos índices de desnutrição encontra-se concentrado num grupo de 30 países (entre eles Brasil, China e Índia), regiões como África subsaariana, Oriente Médio-Norte da África e Ásia-Pacífico) tiveram aumentos em seus índices, sendo que na América Latina e Caribe houve pequenas reduções (MALUF, 2009). Segundo Delgado (2010), sete países concentram 75% desta população faminta (Bangladesh, República Democrática do Congo, Etiópia, Indonésia, Paquistão, Índia e China). Essa distribuição pode ser observada nas proporcionalidades dadas entre as regiões nas Figuras 3 e 4, nesta última um mapa sobre os níveis de cumprimento das metas do milênio por nação.

Essa decepcionante realidade pode ser explicada pelas ondas de manifestações observadas no ano de 2008 em função da brusca elevação dos preços dos alimentos básicos nesse período. Tal realidade trouxe novamente à tona o conceito de “Crise Alimentar” e voltou a deflagrar o debate em torno da produção e do acesso aos alimentos, além de lançar milhões de famílias à situação de fome e miséria. A alta dos preços trouxe impactos à população de uma forma geral, mas atingiu principalmente a população mais pobre do mundo.

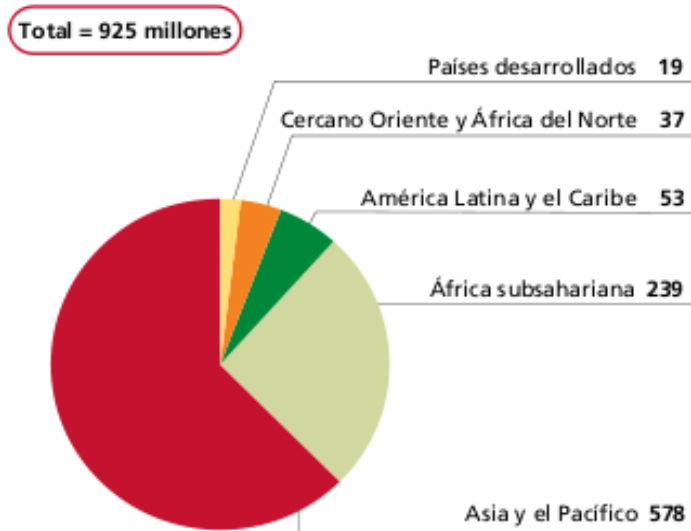


FIGURA 3 – SUBNUTRIÇÃO NO MUNDO EM 2010 POR REGIÕES (MILHÕES DE PESSOAS)
 FONTE: FAO (2010).

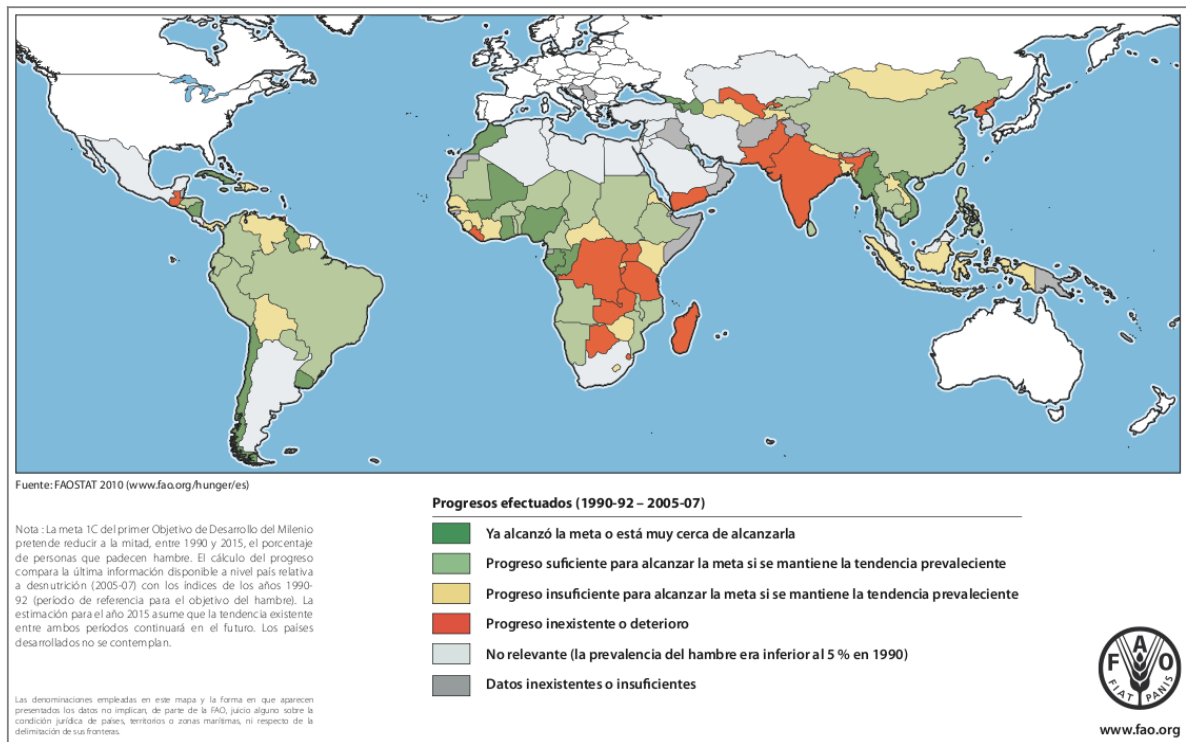


FIGURA 4 – MAPA DOS PROGRESSOS POR NAÇÃO, EM RELAÇÃO ÀS METAS DO MILÊNIO PROPOSTAS EM 1996.
 FONTE: FAO (2010).

Tais manifestações são explicadas pela drástica elevação de preços dos principais cereais (arroz, milho e trigo), além de outros alimentos, verificada no ano

de 2008. Informe do Banco Mundial para esse ano alertava que o preço dos alimentos teria aumentado em 83% nos últimos três anos (de 2005 a 2008). Em março de 2008, o preço dos principais grãos teve altas muito elevadas em relação ao ano anterior, com números que variaram de 130% para o trigo, 87% para soja, 74% para o arroz e 31% para o milho (HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010). Essa tendência de elevação, mesmo após algumas leves quedas em 2009, tende a se manter nos próximos anos, conforme mostram os dados da FAO considerando o primeiro trimestre de 2011 (Figura 5), a partir de levantamentos periódicos que esta passou a realizar após a crise de 2008 (FAO, 2011).

No Brasil, a situação não foi diferente, apesar das ações governamentais no sentido de reduzir os impactos das altas dos preços dos alimentos – tais como restrições à importação do arroz e o uso de estoques governamentais para controle de preços –, observa-se nos últimos anos uma tendência de alta no custo dos alimentos. No período da crise, entre 2007 e 2008, dados do DIEESE davam conta de elevações no custo da cesta básica em algumas capitais em níveis acima dos 25%, com os alimentos tendo elevações de preço até quatro vezes maior que a inflação do período (MALUF, 2008).

A constatação das elevações no preço dos alimentos, suas consequências em termos de agravamento do quadro de desnutrição no mundo, bem como o seu impacto nas economias nacionais, reacendeu o debate em torno da questão alimentar.



FIGURA 5 – SEQUÊNCIA HISTÓRICA DO ÍNDICE DE PREÇO DOS ALIMENTOS EM ESCALA GLOBAL (1990-2011)
FONTE: FAO (2011).

Porém, uma das questões pouco exploradas neste debate foi a da relação entre produção e consumo, ou seja, a sempre presente discussão entre volumes de produção e população mundial. Pode-se atribuir a ausência desta questão à própria contradição a que ela expõe os argumentos historicamente usados como forma de amenizar os problemas da fome: o da necessidade de aumento de produção.

De fato, nos últimos 20 anos, a produção de alimentos tem crescido a um fator médio de 2% ao ano, enquanto a população mundial cresce ao fator de 1,14%. Estima-se que haja produção suficiente para alimentar 1,5 vezes a população mundial atual (HOLT-GIMENEZ ; PATEL, 2010). Analisando-se os próprios dados da FAO, uma das propulsoras da agricultura de larga escala, visando ao aumento da produção, pode-se verificar que os aumentos de produção têm superado em muito os do crescimento populacional, conforme pode se verificar na Tabela 1.

Não obstante, os supostos benefícios almejados com o estímulo à agricultura industrializada de larga escala parecem cada vez mais difíceis de serem alcançados. O fato concreto é que os protestos ocorridos em nível mundial não se deram necessariamente em países em situação de guerra ou, por exemplo, afetados por mudanças climáticas, mas sim, em lugares onde a comida se tornou muito cara para as camadas mais pobres da população (HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010).

TABELA 1 – RELAÇÃO AUMENTO DA POPULAÇÃO E DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS (1981 A 2004)

	1981	2003	2004	Aumento (%)
População (bilhões de pessoas)	4,5	6,12		36
Cereais (mil ton)	1573,2		2270,3	44,3
Frutas/Hortaliças (mil ton)	679,7		1383,6	120
Carne (mil ton)	136,2		260,1	91

Fonte: FAO (2005). Elaboração do autor (2008).

No entanto, as explicações para as elevações nos preços dos alimentos e, conseqüentemente, a elevação a níveis históricos do número de pessoas famintas, passaram longe por explorar as contradições do modelo agroalimentar hegemônico, quanto mais das recomendações historicamente propostas pelos organismos internacionais.

Pelo menos quatro grandes fatores foram apontados como forte influência à alta dos preços dos principais produtos agrícolas que compõem a base alimentar de

vários países. Em primeiro lugar, a elevação de renda que vem sendo observada em países emergentes (China, Índia, Brasil, entre outros), o que aumentou a demanda por alimentos, por ser este o principal item de despesa da maior parte de suas populações. Agrega-se a esse aumento de demanda o uso de bens alimentares para a produção de agrocombustíveis, elaborados em muitos países a partir de culturas alimentares, tal como o milho nos Estados Unidos (MALUF, 2008).

Um segundo fator se refere à forte elevação dos preços do petróleo nos últimos dois anos, que gera aumento nos custos de insumos (notadamente fertilizantes) e de transporte e mecanização, meios indispensáveis aos padrões da agricultura industrializada dos dias de hoje, extremamente petrodependente. Um terceiro aspecto está ligado ao momento conjuntural de quebra de safra nesse período em vários países com importância no mercado internacional de alimentos como na China e Austrália, além de perdas importantes na América Latina, Caribe e Ásia. Por fim, a conversão de produtos alimentares como milho, soja e trigo em *commodities* negociadas em bolsa, valorizaram os produtos ao se tornarem atrativos interessantes ao capital financeiro nacional e internacional (ABRANDH, 2008; MALUF, 2008, ALTIERI; NICHOLS, 2010; HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010).

A combinação demanda mundial aquecida, baixo nível de estoques e governos desarmados de instrumentos reguladores oferece excelentes perspectivas de ganho especulativo no mercado de futuros que termina por se refletir no mercado físico desses bens. (MALUF, 2008, p. 1,2).

Nesse sentido, a de se destacar que a década passada foi emblemática em termos de retirada do Estado de praticamente todos os setores da economia, sob o pressuposto de que o desenvolvimento do mercado seria capaz de regular a oferta e os preços. Isso aconteceu também no setor de alimentos, pois os Estados nacionais reduziram seus estoques reguladores públicos, deixando-os em grande parte nas mãos da iniciativa privada (ABRANDH, 2008, MALUF, 2008; ALTIERI; NICHOLS, 2010; DELGADO, 2010; HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010).

Agrega-se ainda a esses fatores, a intensificação na produção de agrocombustíveis, que tem levado a disputas por terras e territórios, comprometendo a produção agrícola para alimentos em função da produção de etanol e biodiesel (ABRANDH, 2008; ALTIERI; NICHOLS, 2010; HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010). Por fim, cabe destacar aqui a importante discussão em torno dos hábitos alimentares e dos aumentos significativos no consumo de carne na grande maioria dos países

desenvolvidos e em desenvolvimento, que significa necessidade de maiores volumes de produção de grãos, uso de água e de energia para a produção de proteína animal. De fato, estima-se que, em média, cada quilograma de proteína animal, demande 6 Kg de proteína vegetal para ser produzida. Para cada quilocaloria obtida de produtos de origem vegetal, necessitam-se 2,2 quilocalorias de energia; enquanto para os produtos de origem animal, esta proporção é, em média, de 25 para 1 (DELGADO, 2010; HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010).

A articulação entre esses diversos fatores sugerem algumas explicações para a atual crise alimentar – evidenciada pelas revoltas populares acima citadas. Estas podem ser atribuídas em grande medida, como resultado deste intenso processo de liberalização econômica e de ausência do Estado como regulador do mercado e mais do que isso, como agente promotor e garantidor de direitos humanos fundamentais, entre os quais destaca-se o direito humano à alimentação adequada (DHAA).

No Brasil particularmente, pressupunha-se que a negociação de produtos agrícolas no mercado futuro pudesse garantir certa estabilidade dos preços e contribuir para regular estoque. No entanto, embora haja interesses de algumas empresas pela manutenção de estoques, principalmente aquelas ligadas à produção de carnes de aves e suínos, de uma forma geral não é isso que se constata. As grandes empresas, com vistas a reduzir custos, trabalham de uma forma geral com a ideia de estoque mínimo, que é uma das características atuais do capitalismo.

A articulação entre retirada do Estado da regulação do comércio de alimentos e o aumento crescente da influência das grandes transnacionais na definição de políticas e marcos regulatórios no sistema agroalimentar faz crescer a brecha entre pobres e ricos, e coloca milhões de famílias à mercê do jogo especulativo no que se refere à garantia básica de ter o direito a alimentação adequada de forma regular e permanente.

Para além dos fatores conjunturais – dentre os aqui apontados: o crescimento da demanda, a alta do petróleo, avanço dos agrocombustíveis e as quebras de safra –, as atuais manifestações são sinais preocupantes do esgotamento do modelo de estruturação do sistema agroalimentar global.

A forte tendência à substituição da produção de base familiar, orientada pela busca da autossuficiência alimentar e voltada ao mercado interno, pela produção

tecnificada em larga escala e extremamente especializada, orientada para os mercados externos, das grandes agroindústrias indicam que elementos subjacentes a esta lógica passam a ter reflexos diretos na disponibilidade de alimentos para a população em geral.

Da mesma forma, o intenso processo de concentração de todos os segmentos do sistema agroalimentar, observada não só na produção como acima citado, mas também no processamento, na comercialização, na distribuição e na produção e mercado de insumos, aponta para a necessidade de uma leitura mais profunda dos diferentes significados da crise alimentar mundial.

Há uma necessidade proeminente de aprofundar o debate em torno da “atual” crise alimentar, que articule as dimensões conjunturais e estruturais, no sentido de apontar que as recentes manifestações observadas podem significar muito mais do que um 'momento' de crise, uma vez que o problema da fome é estrutural em nossa sociedade e que as políticas adotadas, bem como as estratégias de desenvolvimento promovidas, têm representado mais do que uma superação deste quadro, para tornar-se fator de agravamento desta triste realidade.

2.2 CRISE ALIMENTAR OU SISTEMA AGROALIMENTAR EM CRISE?

Abordar a questão alimentar exige articular inúmeros elementos e processos do dia a dia dos seres humanos. Ao se constituir em função básica para a manutenção da vida, tal como respirar e beber, o ato de alimentar-se compõe o cotidiano das sociedades humanas, seu trato é diário; permeia diálogos, encontros e conflitos, prazeres e carências, coerência e ambiguidade, atitude e passividade, autonomia e submissão, preocupações e satisfação.

Enfim, a esse ato correspondem situações corriqueiras que vão do desejar, escolher, preparar e partilhar os alimentos, mas também revela por trás deste cotidiano, uma estrutura de produção, beneficiamento e distribuição, permeada por interesses corporativos e apropriação de capital, que, ao mesmo tempo em que possibilita uma produção em massa de alimentos, impossibilita a milhões o seu acesso.

Esse caráter cotidiano e estrutural talvez possa explicar a forma como há muitos anos a comunidade global vem convivendo com diferenças abismais no

acesso aos alimentos entre seres humanos. Conforme já foi descrito, uma em cada cinco ou seis pessoas, dependendo do período, vive em situação de carência de alimentos ou ausência dele no planeta – nas últimas quatro décadas – desde que estes números começaram a ser levantados e divulgados. Situação incomoda e difícil de explicar.

Essa realidade não é o resultado de uma ação natural do ser humano ou de sua decisão individual, que venha a determinar ou não suas condições de acessar os recursos mínimos para sua sobrevivência (alimento). Por trás dessa realidade há um intrincado jogo de interesses corporativos e de relações de poder entre nações e entre empresas privadas e Estado. Não por acaso, os Fóruns Internacionais de debate em torno das questões da fome têm sido cada vez mais esvaziados (MALUF, 2009; ETC GROUP, 2008), transferindo para o âmbito dos espaços comerciais – notadamente a OMC – as decisões acerca da produção e distribuição dos alimentos.

Pouco empenho têm sido observado por parte dos Estado, mais que nada dos chamados 'países desenvolvidos', para apresentar soluções rápidas e eficientes da questão da desnutrição. Apesar de se observarem melhoras em muitos indicadores sociais nas últimas décadas, tais como escolaridade, mortalidade infantil e expectativa de vida, o fato é que “[...] seguimos projetando para um amanhã sempre prometido; conquistas que, há muito, poderiam ter sido atingidas” (MALUF, 2009, p. 11) .

No clássico *Geografia da Fome*, Josué de Castro alertava para a observação da fome como um fenômeno global e não somente localizado em algumas realidades específicas ou determinadas, fadadas a esta situação pelas sua precariedade de condições, falta de recursos ou de iniciativa própria para obter o alimento. Longe disso, o autor aponta que a realidade da fome pressupõe determinações econômicas e sociais, aproximando realidades e universalizando a questão.

Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome. Mesmo nosso continente, chamado o da abundância e simbolizado até hoje nas lendas do Eldorado, sofre intensamente o flagelo da fome. E, se os estragos desse flagelo na América não são tão dramáticos como sempre foram no Extremo Oriente, nem tão espetaculares como se apresentaram nos últimos anos na Europa, nem por isso são menos trágicos, visto que, entre nós, esses estragos se fazem sentir mais sordidamente, minando a nossa riqueza humana numa persistente ação destruidora, geração após geração. (Castro, 1984, p. 56).

O autor elevou o debate em torno da fome ao evidenciar seu caráter político, social, econômico e ambiental, dado pelas opções políticas dos Estados e pelo modelo de desenvolvimento adotado, realizando uma enfática crítica à redução da perspectiva de desenvolvimento ao mero crescimento econômico, orientado pelo livre mercado e pela geração de lucro.

Josué de Castro denuncia as mazelas do desenvolvimento como crescimento econômico, atribuindo-lhe claramente um papel determinante na construção de cenários de fome e miséria nos países em desenvolvimento. Assim, o autor politiza o debate, expondo as contradições do modelo hegemônico de desenvolvimento e trazendo à luz a presença da fome nas sociedades modernas como um estado de permanente crise, resultante de decisões políticas e econômicas, tomadas por governos locais e defendidas como única forma de desenvolvimento para comunidade internacional, pelas nações hegemônicas.

É preciso considerar a degradação da economia dos países subdesenvolvidos como uma poluição do seu meio humano, causada pelos abusos econômicos das zonas de domínio da economia mundial; a fome, a miséria, os altos índices de frequência de enfermidades evitáveis com um mínimo de higiene, a curta duração média da vida, tudo isto é produto da ação destruidora da exploração do mundo segundo o modelo da economia de domínio.

A fome na Índia, no Peru, em São Domingos, no Nordeste do Brasil, embora apareça como manifestação local de zonas subdesenvolvidas, exprime na verdade formas paradoxais de doenças da civilização, na medida em que são o produto indireto do crescimento econômico desequilibrado, da mesma forma que são também indiretamente produzidas por ele as doenças cardiovasculares e degenerativas. No fundo, ambos os grupos de doença, as da civilização e as da penúria, são causadas por um só despotismo, o da frenética civilização do lucro. Umas surgem ali, diretamente sobre o próprio terreno desse despotismo: outras, indiretamente, longe dele. (Castro, 1973, p. 3).

É nesse sentido que se requer uma leitura crítica sobre o que pode se compreender como crise(s) alimentar(es). Esta leitura crítica passa por reconhecer o caráter emergencial e revelador da desigualdade de estruturas sociais dadas, por exemplo, pelas duas últimas elevações nos preços dos alimentos nos anos de 2008 e 2010, conforme já foi apontado anteriormente. Crises estas, que ganharam projeção pela ebulição de manifestações e mobilizações populares em repúdio a estas altas nos preços dos alimentos e que demandam soluções urgentes para o atendimento a casos de fome e desnutrição críticos, criados por tais elevações.

As origens, as causas e os efeitos dessas crises apontadas serão objeto de análise mais a frente neste capítulo. Neste momento, o que se pretende analisar são

os significados de tais crises e propor uma leitura crítica de suas manifestações. Em primeiro lugar, porque, tal qual foi descrito anteriormente, a situação de fome e carência de alimentos é algo crônico em nossa sociedade, para o que, compreende-se que falar em crise(s) alimentar(es) neste período têm significado, invariavelmente, no agravamento de um quadro que já pode ser considerado como de permanente crise, se assim entendermos o fato de haver historicamente, em média, quase um quinto da população humana em situação de fome (FAO, 2010).

Enfim, as revoltas causadas pela elevação dos preços dos alimentos nos anos de 2007 e 2008 e com menor intensidade, porém igualmente marcante, em 2010, não podem ser consideradas como 'crises alimentares', mas sim, como *sintomas de um sistema agroalimentar em crise* (MALUF, 2008; HOLT-GIMÉNEZ; PATEL, 2010).

Em segundo lugar, parte-se do pressuposto que essas crises alimentares estão emolduradas por um quadro geral de crise civilizatória que se vive na atualidade. Não há como fazer uma leitura das crises alimentares nos dias de hoje sem se estabelecer as necessárias conexões e articulações com outros processos em crise; dados por uma inter-relação entre causas e efeitos das mais diversas ordens e que não podem ser explicadas por fatores isolados, mas por um complexo e dinâmico emaranhado de situações.

Várias poderiam ser as abordagens sobre os processos em crise na atualidade. No entanto, com a finalidade de facilitar a compreensão, buscou-se explicitar, neste momento, quatro principais expressões desta crise civilizatória, os quais, entende-se, possuem relação mais estreita com a constituição de um sistema agroalimentar em crise e de suas manifestações dadas pelas elevações nos preços dos alimentos. Nesse sentido, quatro grandes processos de crise são relevados a seguir: *i)* crise ambiental, *ii)* crise da democracia representativa, *iii)* crise da ciência e *iv)* crise econômico-financeira.

Nesta perspectiva, uma primeira relação a ser estabelecida é a das crises alimentares com a crise ambiental global. Nos últimos anos, este debate tem ganhado relevância em função dos debates em torno das mudanças climáticas e do aquecimento global. No entanto, há mais de três décadas têm sido cada vez mais engrossadas as fileiras dos críticos aos impactos ambientais gerados pelo modelo de agricultura proposto pela Revolução Verde como caminho para o combate à

fome.

Esses efeitos já foram descritos e amplamente documentados por diversos autores e se encontram focados no intenso processo de industrialização e tecnificação da agricultura. A expansão de grandes extensões de monoculturas – baseadas em sementes híbridas (depois transgênicas), insumização química e pesada mecanização – levou a efeitos nefastos sobre os ecossistemas locais. Dentre eles, podem destacar-se a contaminação da água e dos solos; erosão, compactação e salinização de solos; emissões de poluentes e gases de efeito estufa (15 a 20% das emissões totais do planeta correspondem a agricultura); desmatamento e crescente perda de biodiversidade e agrobiodiversidade (GUZMÁN; GONZALEZ; SEVILLA-GUZMÁN, 2000; ALTIERI, 1999; GLIESSMAN, 2000; RIECHMANN, 2003; EHLERS, 1999; PORTO-GONÇALVES, 2004).

Aos problemas enfrentados na agricultura agregam-se os enormes impactos ambientais gerados pela intensa circulação de alimentos, dada esta pela liberalização dos mercados e elevação das importações/exportações em detrimento da produção voltada para o autoconsumo das nações. A concentração e centralização das unidades de beneficiamento e processamento dos alimentos, bem como da distribuição, também acarretam em grandes deslocamentos. Estudos indicam que, por exemplo, nos Estados Unidos, o alimento percorre, desde sua origem até chegar ao consumidor final, cerca de 2.100 km em média (DELGADO, 2010). Estima-se que somados os ingredientes e componentes de embalagem, os insumos necessários à disponibilização de um copo de iogurte de morango em uma estante de supermercado devam ter percorrido cerca de 9.000 km (GRAVINA, 2004).

A ineficiência dos sistemas de produção, processamento e os longos deslocamento também geram importantes desequilíbrios energéticos dentro do sistema agroalimentar. Estima-se que os alimentos disponíveis para a população americana, por exemplo, representem 20% da biomassa utilizada no sistema para sua produção, processamento e transporte. Ainda não se levam em consideração nesta estimativa os desperdícios e as perdas de alimentos no processo (DELGADO, 2010).

Já no início da década de 1970, Josué de Castro alertava sobre a relação entre as questões ambientais e as desigualdades econômicas e sociais, e

consequentemente a presença da fome, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O autor denunciava a expansão de um modelo de desenvolvimento feito às custas do desperdício dos recursos naturais e despreocupado da realidade ambiental de cada região, destacando ainda como este desenvolvimento se dá pela 'drenagem' de recursos dos países do chamado terceiro mundo para atender às demandas das nações ditas desenvolvidas, em seus próprios termos:

Não devemos considerar apenas a ação indireta do desenvolvimento sobre o Terceiro Mundo, ação que é mais econômica e cultural do que puramente física ou natural; devemos nos inquietar também com a ação direta: o esbanjamento inconsiderado dos recursos naturais não renováveis e as rupturas biológicas dos subsistemas ecológicos. O Terceiro Mundo está sob a ameaça permanente de ver introduzidos tipos de desenvolvimento tecnológico que, desenhando a dimensão ecológica, podem provocar uma desagregação total de sua estrutura. Se levarmos em conta a relativa fragilidade de alguns ecossistemas equatoriais e tropicais, onde se agrupa a maior parte dos países do Terceiro Mundo, este perigo adquire maior gravidade ainda. (CASTRO, 1973, p. 4).

Num segundo momento, há de se estabelecer uma relação com a crise e o permanente questionamento dos modelos de democracia e as instituições e os governos que os representam e constituem, entendida aqui não como o esgotamento do papel do Estado – tal qual proposto pelas leituras neoliberais –, mas sim, pela pouca permeabilidade e adequação à dinâmica e complexidade das sociedades.

A hegemonia nas últimas décadas do modelo de democracia representativa fez com que se fechassem os olhos a outras possibilidades de construção do espaço democrático, o que Boaventura de Sousa Santos define como “demodiversidade”, ou seja, a diversidade de formas alternativas de democracia que em luta entre si contribuíam para a força do próprio processo democrático (SANTOS, 2007b).

Vivemos um momento de sociedades com uma democracia de “baixa intensidade”, dada pela retirada da função primordial do Estado como promotor de redistribuição de riquezas e redutor de desigualdades. Uma democracia em que os grupos predominantes têm poder de decisão sobre os setores mais fracos da população, pressupondo um processo de exclusão aceito pela forma democrática hegemônica, conforme assevera Santos:

O importante agora é ver como o fato de se passar muito facilmente do

sistema de desigualdade ao sistema de exclusão está produzindo uma situação nova, que é essa de haver brutais desigualdades sociais que são invisíveis, que estão aceitas, que estão naturalizadas, ainda que se mantenham a ideia democrática, o Estado democrático. (2007b, p. 89).

Esta democracia de baixa intensidade está dada pela construção de um marco legal, ou por um jogo de forças políticas desigual, em que os interesses das grandes corporações multinacionais prevalecem sobre as legislações nacionais e locais. Da mesma forma, a primazia do direito e da justiça como forma de garantia do cumprimento de contratos econômicos se sobrepõe à garantia dos direitos sociais e políticos da população (SANTOS, 2007b).

Este predomínio das forças de mercado sobre os valores humanos termina por gerar uma crise de representatividade e da participação, dado pelo desinteresse de participação na cena política pelos cidadãos. A ausência de mecanismos e formatos políticos que articulem representação 'dos' e prestação de contas 'para' os cidadãos gera descrença e, conseqüentemente, desmobilização social. Enfim, a cidadania está aprisionada à condição única de participar ou não deste 'jogo', mas não tem a condição de debater seu funcionamento, segundo Santos (2007b, p. 92):

A situação da qual partimos, realmente muito difícil, tem essas características gerais: uma cidadania bloqueada, na medida em que a muita gente – que é a característica do sistema democrático representativo – não se garantem as condições de participação, ou seja, uma cidadania que se baseia na ideia de participação mas não garante suas condições materiais. [...] consiste em participar sem poder discutir as regras de participação.

Nesse sentido, tais formatos democráticos hegemônicos significam meios eficazes e apropriados para a expansão de um modelo de organização do sistema agroalimentar baseado na concentração corporativa e predomínio do capital sobre as necessidades humanas, bem como na difusão da ideia do livre mercado como forma de regular as relações humanas, entre elas a produção e distribuição dos alimentos. A influência das grandes corporações sobre governos locais, a fim de atender a seus interesses de expansão se sobrepõe à garantia do alimento como direito à população, impondo uma nova forma de 'fascismo alimentar', na qual as grandes corporações se constituem no que Jan Dowe van der Ploeg (2008) denomina *Impérios Alimentares*.

Uma terceira articulação necessária se dá com a própria crise da ciência e da produção do conhecimento. Predominam na ciência abordagens de cunho cartesiano, reducionista e baseadas na fragmentação do saber, insuficientes para

compreender a realidade das sociedades humanas e mais ainda para lhe propor soluções. Alia-se a isso o caráter exclusivista do saber acadêmico como o único válido e validado, autointitulando-se como única forma de se encontrar respostas para os dilemas da sociedade; questão evidenciada pelo discurso unísono no meio acadêmico hegemônico da necessidade de mais tecnologia para contornar os problemas gerados pela própria tecnologia (ETC GROUP, 2008). Tal concepção possui relação estreita com a forma como se compreende e intervém no ambiente, conforme afirma Leff (2006b, p. 49-50, tradução livre):

O conhecimento ao fragmentar-se analiticamente para penetrar nos entes, separa o que está articulado organicamente na ordem do real; sem saber, sem intenção expressa, a racionalidade científica gera uma sinergia negativa, um círculo vicioso de degradação ambiental que o conhecimento já não compreende nem contém.

O saber científico expropria outras formas de gerar e organizar o conhecimento, impondo a positividade de seu conhecimento como estratégia de poder, à qual corresponde uma forma de apropriação da natureza que subordina os valores humanos e ambientais aos interesses econômicos e instrumentais (LEFF, 2006a, 2006b; PORTO-GONÇALVES, 2006; PLOEG, 2008). É o que Boaventura de Sousa Santos define como a *monocultura do saber e do rigor*, ou seja, a compreensão de que os demais saberes não têm valor perante o rigor do conhecimento científico. Todas as formas de produção do conhecimento alternativas a esta não são críveis, portanto, são invisíveis, gerando uma espécie de “epistemicídio”, ou seja, a morte de conhecimentos alternativos (SANTOS, 2007b).

Nessa perspectiva, faz-se necessário propor o diálogo entre diferentes formas de se produzir e organizar o conhecimento, pelos diversos saberes construídos em paralelo e partir de diferentes perspectivas, e que podem contribuir de forma mais integral à compreensão da realidade social, econômica e ambiental. Conforme assevera Leff (2006b, p.51 e 52, tradução livre), ao propor a abordagem do 'saber ambiental', apontando que “[...] este encontro de saberes implica processos de hibridação cultural onde se revalorizam os conhecimentos indígenas e os saberes populares produzidos por diferentes culturas em sua coevolução com a natureza”.

A essa imposição da ciência como forma única de se gerar conhecimento corresponde, no caso da organização do sistema agroalimentar, a eliminação de milhares de saberes e conhecimentos associados às práticas de produção agrícola

e pecuária, enfim, de manejo dos agroecossistemas, de adaptação de variedades agrícolas e raças animais, bem como de processamento de alimentos. Tais formas, desenvolvidas milenarmente por comunidades locais e povos tradicionais, em geral encontram grande ressonância com o ambiente local, dado pela própria necessidade de reprodução social destes grupos no e pelo do meio em que se encontram.

Tão importante quanto, ou mais, que a perda de uma variedade local de milho, feijão ou arroz desenvolvida e preservada por alguma comunidade local, por exemplo, é a perda do conhecimento associado a esta. A cada variedade adaptada, cada forma de manejo desenvolvida, corresponde um saber acumulado que, nos dias de hoje, torna-se importante ferramenta para o desenvolvimento de sistemas mais sustentáveis de produção e consumo, mas que, no entanto, são saberes excluídos e subordinados a uma lógica única de produção do conhecimento (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Por fim, a quarta relação que se entende como importante de ser estabelecida é entre o sistema agroalimentar em crise e a crise econômico-financeira. As fronteiras cada vez mais apagadas entre Estado e capital, Estado e mega corporações produzem um cenário onde as decisões econômicas não passam pela busca do bem-estar comum, mas sim pelo atendimento às demandas de expansão e realização de lucros dos grandes grupos corporativos.

Diante disso, a influência e presença cada vez mais constante e determinante das corporações nas decisões dos Estado conduz a uma nova maneira de organizar e estruturar as funções estatais, tais como saúde pública, segurança e educação. Transfere-se para agentes mercantis a responsabilidade pela prestação desses serviços, que impõe seus ritmos, formas de planejamento e organização, determinados pela necessidade de expansão corporativa e realização de lucros para seus acionistas (PLOEG, 2008).

A financeirização das atividades produtivas, dadas pela possibilidade de hipoteca de bens e emissão de títulos de dívidas, que por sua vez não são exigíveis, possibilita o perfeito atendimento das necessidades de crescimento desmedido das empresas. Intensos processos de fusão e incorporação, e conseqüente concentração, são observados, uma vez que deixam de haver restrições materiais para o aumento da riqueza (ETC GROUP, 2008; PLOEG, 2008; DELGADO, 2010).

Dessa forma, a futura lucratividade e o futuro valor dos acionistas tornam-se estratégicos para as operações atuais e, assim, a lógica e a justificação de

uma dada atividade já não residem nessa atividade em si (e no lugar e época associados a ela), mas está, ao invés disso, ligada a e, por conseguinte, dependente de sua (suposta) contribuição para a lucratividade e expansão do Império. (PLOEG, 2008, p. 276).

Há uma ligação fortemente presente entre esse processo de mercantilização do Estado e a crise das formas democrática abordada anteriormente. O distanciamento do Estado da sociedade abre espaço para a presença corporativa privada, o que contribui para que a corrupção e tráfico de influência passem a ser elemento corriqueiro da ação política estatal (SANTOS, 2007b; PLOEG, 2008). Novas e intrincadas redes se estabelecem, bem como novas formas de gerir o poder e organizar a atividade econômica, conforme descreve Ploeg (2008, p. 276, 277):

Essa sobreposição do Império [grandes corporações] como princípio orientador implica que o Mercado e o Estado deixem de ser complementares um em relação ao outro, mesmo que parcialmente. No Impérios, e através dele, o Estado e o Mercado estão cada vez mais alinhados e fundidos [...] [e onde] [...] o Império não é governado simplesmente por mercados e pela suposta 'mão invisível', mas pelo oposto, pois ele é, até certo ponto, capaz de governar os mercados que controla.

Particularmente no âmbito do sistema agroalimentar, essa lógica se reproduz a passos largos, observando-se um constante processo de concentração corporativa e redução do controle sobre as mais diferentes etapas do processo alimentar nas mãos de algumas poucas empresas (ETC GROUP, 2008; PLOEG, 2008; SEVILLA; SOLER, 2010; ALTIERI; NICHOLS, 2010; DELGADO, 2010; HOLT-GIMÉNEZ; PATEL, 2010).

Dessa forma, a produção e o abastecimento alimentar estão cada vez mais subordinados às variações de mercado. A atual crise financeira mundial, deflagrada no ano de 2008, significou importantes agravamentos das manifestações da crise alimentar, pois restringiu o crédito para a produção. Ao mesmo tempo, os ganhos das grandes corporações se multiplicaram ao apostarem no jogo financeiro, mediante a inversão no mercado de matérias-primas – fortalecendo processos inflacionários para os alimentos –, bem como pela influência que exercem sobre os governos para obter ressarcimentos a investimentos frustrados. Em contrapartida, milhões de famílias agricultoras, assim como famílias urbanas consumidoras, ficam à mercê da volatilidade do mercado (ABRANDH, 2008; MALUF, 2008; ALTIERI ; NICHOLS, 2010; HOLT-GIMÉNEZ; PATEL, 2010).

Daí porque, a leitura do que se compreende no momento como crise

alimentar deva ser feita através de várias lentes, e fundamentalmente compreendida no sentido de analisar as recentes manifestações em função das altas de preços dos alimentos básicos como sinais de um sistema em crise. Se não for analisada por este ângulo e desconsiderando a complexidade da questão, termina-se por reduzir o debate, apontando causas superficiais para explicar um momento esporádico, para o qual se exigem soluções pontuais e meros 'ajustes' no sistema em funcionamento, tal qual se tem observado no tratamento dos episódios dos anos de 2008 e 2010.

O debate que emerge no momento está voltado para a necessidade de discutir as razões estruturais ou as causas originárias da questão, que se encontram relacionadas com a forma como vem sendo estruturando o sistema agroalimentar nas últimas décadas (MALUF, 2008; PLOEG, 2008; PEREZ-CASSARINO *et al.*, 2009; HOLT-GIMÉNEZ; PATEL, 2010; DELGADO, 2010). Tal processo é resultado e causador dos aspectos acima abordados, tais crises são geradas, e também retroalimentam um sistema agroalimentar concentrador, excludente e ambientalmente devastador.

A crítica à própria abordagem superficial das causas dessas crises alimentares tem levado a um aprofundamento e enriquecimento do debate, trazendo pensadores dos mais diversos campos, bem como movimentos sociais e organizações da sociedade civil, a se aproximarem do tema. A primazia do debate em torno das questões ambientais e as frequentes crises económico-financeiras pareciam ter alijado do centro de discussão a questão essencial da fome e da alimentação. Quando muito, a abordagem da questão alimentar se dava em torno do debate da qualidade dos alimentos, hábitos alimentares e dos impactos na saúde humana, abordagem tão relevante quanto as demais, mas que só se explica quando em relação aos outros aspectos relativos à questão alimentar.

Tendo em vista o exposto, procuraremos na próxima seção, debater as questões que levaram à estruturação deste sistema agroalimentar em crise, o qual se constitui e se expande, em função das políticas e decisões estratégicas tomadas pelos ou impostas aos Estados, sustentadas em relações de poder que configuram enormes desigualdades sociais e económicas de determinados grupos sociais e nações sobre outros.

2.3 O SISTEMA AGROALIMENTAR EM CRISE E SUAS IMPLICAÇÕES

Dentre as diferentes dimensões a serem abordadas na discussão das crises alimentares, torna-se de fundamental importância resgatar aspectos referentes à estruturação do sistema agroalimentar mundial. As decisões políticas e os modelos de desenvolvimento adotadas por Estados nacionais e por organismos internacionais passam a configurar as formas de organização dos diferentes segmentos da cadeia agroalimentar (insumos, produção, processamento, distribuição e comercialização), definindo mecanismos de funcionamento que fortalecem e debilitam determinados setores da cena produtiva.

Por sistema agroalimentar podemos entender o conjunto de atividades que se integram visando ao cumprimento da função da alimentação humana. A forma mais adequada para a compreensão dos sistemas agroalimentares é entendê-los de maneira articulada, observando as interconexões entre os diferentes setores que o estruturam. Neste sentido, não é possível isolar ou desagregar uma etapa da outra para compreender como se dá o processo alimentar, mas é necessário observar as inter-relações que se dão desde a etapa básica da produção agrícola ou pecuária até a venda e distribuição dos produtos (SOLER, 2009).

Uma característica diferencial e determinante dos sistemas agroalimentares é a sua relação com as dinâmicas naturais e sua dependência dos ciclos biológicos, ou seja, há um elemento de permanente 'instabilidade' no processo, que tem a ver com a reduzida capacidade de controlar as condições ambientais, que são determinantes para se obter os benefícios da produção alimentar (SOLER, 2009; DELGADO, 2010). Neste sentido, as sociedades humanas, historicamente, foram desenvolvendo estratégias de 'convívio' com estas incertezas, dadas por um processo de coevolução entre sociedade e natureza. Tal processo – baseado na observação constante e num processo permanente de experimentação – se concretiza em uma enorme diversidade de espécies vegetais e animais domesticadas, em formas de manejo dos recursos naturais disponíveis, técnicas de cultivo, desenvolvimento de ferramentas e maquinários, seleção, conservação e reprodução de sementes, que traduzem formas adaptadas de interagir com as condições naturais em que estas sociedades se encontram inseridas (PORTO-GONÇALVES, 2006; SOLER, 2009).

A essa enorme gama de práticas, técnicas, produtos e instrumentos, corresponde uma diversidade tão importante quanto de conhecimentos e saberes gerados a partir desta interação contínua. Somam-se – no âmbito da questão alimentar – a essas práticas agrícolas inúmeras formas de preparo e manipulação dos alimentos, carregadas não só de uma importante diversidade de saberes, mas também de estruturas simbólicas e representações das relações dos seres humanos entre si e com a natureza. Enfim, o processo alimentar caracteriza-se como um dos elementos estruturantes da cultura de um agrupamento humano, a partir do qual diariamente se constroem formas de convívio humano, com natureza e com a própria espiritualidade (VALENTE, 2002; PORTO-GONÇALVES, 2006; SOLER, 2009).

No entanto, a intensificação dos processos de industrialização, notadamente no Pós-Guerra, representou um importante momento de reordenamento das estruturas produtivas, de processamento e abastecimento de alimentos. Até este momento, a função alimentar se encontrava muito vinculada à agricultura e submetida à determinação das condições naturais dadas em cada realidade, “[...]os alimentos que as pessoas compravam relacionavam-se diretamente com as plantas e os animais: batatas, pães, carnes, produtos lácteos, frutas e verduras. A agricultura atrelava-se intimamente ao clima e a outras condições naturais” (FRIEDMANN, 2000, p. 4). Os processos de transformação eram escassos, os produtos prioritariamente circulavam em âmbito local, havendo comércio internacional, porém de menor intensidade (FRIEDMANN, 2000; SOLER, 2009).

Inicialmente, a expansão da atividade industrial e sua transferência para a produção agrícola e pecuária significaram uma importante quebra na lógica de organização da agricultura, impondo uma dinâmica de subordinação dos ciclos naturais, vistos agora como limites a serem superados, no sentido de viabilizar o estabelecimento de uma racionalidade baseada na expansão e acumulação de capital (SOLER, 2009; DELGADO, 2010). A essa importante e estratégica mudança no âmbito da agricultura, pela introdução da lógica industrial à sua realização – com a introdução de insumos externos industrializados, privatização das sementes e intenso processo de mecanização –, somam-se o desenvolvimento e a expansão da indústria de transformação alimentar, bem como a ampliação do comércio internacional de alimentos, conforme descreve Soler (2009, p. 4, tradução livre):

O desenvolvimento da indústria de transformação alimentar e das indústrias de insumos agroindustriais, unido ao crescente comércio internacional alimentário, transformam profundamente a função alimentaria que se torna muito mais complexa e, por tanto, resultado de múltiplas inter-relações entre diferentes agentes socioeconômicos. É esta realidade de complexas relações dinâmicas subjacentes à produção, distribuição e consumo da alimentação e das bebidas industrializadas a questão central do conceito de sistema agroalimentar.

Assim, o que se desenha, a partir da intensificação de processo de industrialização no Pós Guerra, é a estruturação de um sistema agroalimentar baseado na dependência da indústria e seus processos produtivos; estando a produção de alimentos cada vez mais atrelada e dependente da indústria de insumos químicos, de sementes e maquinário na agricultura, bem como de aditivos e processamento alimentar (SOLER, 2009). De fato, a produção, o beneficiamento e a distribuição dos alimentos têm experimentado nos últimos 40 anos um intenso processo de integração à lógica de organização industrial de funcionamento de suas diversas etapas, cada vez mais voltado para o âmbito da financeirização de suas atividades, distanciando-se de sua vinculação mais direta com a agricultura e seu entorno (DELGADO, 2010).

A partir dessa lógica, seguimos aqui o proposto por Soler, quando se refere ao que se compreende por sistema agroalimentar; sendo possível se falar em sistemas agroalimentares segundo produto (lácteos, frutas etc.), o espaço geográfico em que se inserem (brasileiro, paranaense, região metropolitana de Curitiba) ou segundo a técnica de produção agrária (agricultura convencional, ecológica, hidropônica); mas neste caso, “[...] quando falamos de forma genérica de sistema agroalimentar, nos referimos ao conjunto de setores econômicos e institucionais presentes em todos os casos” (SOLER, 2009, p. 3, tradução livre). Assim, conforme descreve a autora, podem-se identificar os seguintes setores dentro do sistema agroalimentar:

- Setor agropecuário: responsável pela produção de alimentos frescos para indústria de transformação ou alimentação animal, sendo uma parte consumida diretamente;
- Conjunto de setores de insumos agrícolas: conjunto de atividades industriais responsáveis pela produção de fertilizantes químicos, agrotóxicos, maquinário agrícola, bem como o setor de melhoramento de sementes e biotecnologia;
- Indústria de processamento alimentar; transforma os produtos agropecuários

em produtos o menos perecíveis possível, capazes de serem estocados e, ao mesmo tempo, possibilitando obtenção de maior valor agregado por parte da indústria. Pode ser organizado em setor de primeira transformação, aqueles mais próximo à atividade agropecuária (como leite, beneficiamento de grãos etc.) e de segunda transformação aqueles que implicam um grau mais elevado de processamento, tais como alimentos pré-preparados, solubilizados, refrigerantes, entre outros;

- Setor de distribuição ou abastecimento alimentar: abrange o conjunto de atividades comerciais que viabilizam o acesso aos alimentos por parte do consumidor, articula produção e demanda alimentar; hoje com crescente domínio das grandes redes de hipermercados;
- Setor de restauração e hotelaria: com a crescente prática de alimentação fora das residências, este setor encontra-se em franco crescimento e se constitui como parte importante do processo de compreensão do sistema agroalimentar.

No entanto, mais que uma delimitação técnica do setor responsável pela produção, processamento e distribuição dos alimentos, o sistema agroalimentar compreende um complexo emaranhado de relações sociais e econômicas, permeado por aspectos da cultura local e regional, relações de poder e tendo impactos decisivos nas condições ambientais do planeta. O acesso aos alimentos, a opção por formas mais ou menos sustentáveis de produção, o perfil econômico mais equânime ou concentrador, a imposição de padrões ou o respeito a cultura local e regional, todos são aspectos que permeiam a constituição e o funcionamento do sistema agroalimentar global, portanto:

Aquilo que se come e bebe não é somente uma questão de escolha individual. A pobreza, a exclusão social e a qualidade da informação disponível frustram ou, pelo menos restringem à escolha de uma alimentação saudável. E o que se come e se bebe é ainda em grande parte, uma questão familiar e social. Em geral, as escolhas alimentares são determinadas não tanto pela preferência e pelos hábitos, mas muito mais pelo sistema de produção e de abastecimento de alimentos. (BRASIL, 2008, p. 22).

Inicialmente, a estruturação de um sistema agroalimentar de caráter industrial foi o formato pensado para reestruturar a produção e o abastecimento de alimentos dos países europeus no Pós-Guerra. O foco esteve centrado em ampliar de forma dinâmica e acelerada a produção de alimentos, a fim de recompor sistemas de

produção e aplacar situações de carência alimentar. Não obstante a necessidade de se obter alimentos e com os caminhos abertos nessa conjuntura para uma possível liberalização dos mercados, a opção tomada pelos países centrais foi de aplicar, cada um ao seu modo, políticas de proteção às importações excessivas, bem como uma forte regulação do mercado, a fim de proteger suas economias e garantir o autoabastecimento (FRIEDMANN, 2000).

Tal processo não esteve livre de contradições e muitos tencionamentos, notadamente entre a política estadunidense de proteção de sua agricultura e pela prática de preços elevados nas exportações, necessárias naquele momento aos países europeus. Agrega-se a essa perspectiva da necessidade de proteção de suas economias e de garantia de sua “segurança alimentar”, o histórico da crise observada nos anos 1930, quando excedentes de produção ficaram sem ser comercializados e, por outro lado, se observavam quadros de agravamento de situações de fome e desnutrição. Nesse sentido, o período do Pós-Guerra se caracterizou como um momento de forte preocupação com a garantia do abastecimento alimentar dos países centrais, configurando, de acordo com o argumento de Friedmann, “[...] o setor mais intensamente regulado pelo Estado de todos os setores das economias 'fordistas'” (2000, p. 4-5). Ganham, nesse período, importante papel as políticas de assistência alimentar⁴; no sentido tanto de estruturar uma política questionável de resolução da questão da fome quanto no papel que tais políticas cumprem no jogo do comércio internacional de alimentos.

Dessa forma, começa a se constituir um sistema agroalimentar global, que estabelece mecanismos e formas de funcionamento, por meio dos organismos internacionais de negociações comerciais e financiamento, que respondem à demanda concreta de aprofundamento e expansão da industrialização. Tal processo de intensificação da industrialização parte do princípio da necessidade de mão de obra de baixo custo, entre outros aspectos, que, preferencialmente, estivesse

⁴ Os programas de assistência alimentar possuem um caráter bastante central nas políticas de segurança alimentar propostas pela FAO e, portanto, pela comunidade internacional. Não obstante sua relevância no tratamento de situações emergenciais de fome (catástrofes naturais, guerras etc.), o seu uso esteve voltado muito mais para o escoamento de excedentes de produção e consequente viabilização das políticas protecionistas dos países desenvolvidos. Da mesma forma, terminam por cumprir um papel, quando exercidas de maneira constante ou imposta, de desestruturação dos sistemas agroalimentares locais, bem como para a imposição de padrões tecnológicos, tal como no caso do oferecimento de ajudas alimentares mediante doação de grãos transgênicos (MALUF, 2009; DELGADO, 2010; HOLT-GIMENEZ ; PATEL, 2010). Neste sentido, os programas de ajuda alimentar possuem um papel importante no debate da segurança alimentar, mas que porém não será aprofundado neste trabalho, por não ser o foco do debate aqui proposto.

concentrada em núcleos urbanos. Tal disponibilidade de mão de obra não poderia advir de outro setor que não a agricultura, setor em que predominava a população e, conseqüentemente, a presença de mão de obra no período (FRIEDMANN, 2000; SOLER, 2009).

A nova intervenção estatal formou parte de projetos maiores de modernização e construção de Estados: subsídios alimentícios aos trabalhadores urbanos, sendo frequente a administração dos mesmos através de assistência alimentícia. Novos Estados (assim como, na América Latina, Estados já antigos) aceitaram assistência mesmo à custa dos setores agrícolas nativos, visando a acelerar a disponibilidade de trabalhadores assalariados urbanos para o emprego industrial. (FRIEDMANN, 2000, p. 6).

À medida que os mecanismos de proteção de mercados e a formação de estoques, inicialmente nos Estados Unidos e posteriormente na Europa, foram se firmando, tais regiões passaram a constituir importantes excedentes de produção, que terminam se configurando como excelente oportunidade para uma indústria alimentar em expansão se abastecer com base em produtos agrícolas comercializado a preços deprimidos. Da mesma forma, tal política de redução de preços, baseada nos subsídios, permite aumentar importações e pressionar os países periféricos a absorverem esses excedentes, como já foi dito, inicialmente por meio das 'ajudas alimentares' e, em um segundo momento, mediante acordos e normas internacionais que estimulassem a importação de alimentos por parte destes países (FRIEDMANN, 2000; SOLER, 2009; HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010).

Esse modelo protecionista, aliado às mudanças estimuladas pela indústria nos padrões de consumo, jogou um papel fundamental no fortalecimento das grandes corporações alimentares, que, com o avanço tecnológico e a oferta de matéria-prima de baixo custo, passaram a estabelecer padrões de consumo, bem como impor suas formas de organização e funcionamento para além dos regimes de regulação nacional.

De fato, alguns aspectos cumpriram importante papel nesse processo. Cada vez mais o modelo de consumo alimentar está baseado na elevação dos níveis de consumo de carne, em muito tomando-se como referência os padrões estadunidenses e europeus, ao qual corresponde a constituição de toda uma cadeia alimentar baseada na produção de alimento para os animais e nas inúmeras formas de sua industrialização. Acrescem-se a isso o forte desenvolvimento tecnológico e a 'quimicalização' dos alimentos – com a utilização de conservantes, corantes,

espassantes de base sintética – tornando-os praticamente como bens de consumo durável, fortalecendo a presença das grandes indústrias alimentares neste mercado (FRIEDMANN, 2000).

Da mesma forma, as técnicas de conservação, como a desidratação, congelamento, bem como de embalagem, significaram um 'processo de substituição' dos produtos agropecuários por produtos industrializados, ou seja, de 'alimentos fabricados', ao qual correspondeu um 'processo de apropriação' industrial na agricultura (SOLER, 2009). Esse significativo aumento de produtos congelados e pré-preparados exige estruturas de refrigeração e armazenamento que favoreciam a presença das grandes redes varejistas na comercialização desses alimentos (FRIEDMANN, 2000).

No âmbito da agricultura, as mudanças corresponderam à evolução dos padrões industriais de produção dos alimentos. A intensificação da industrialização demandava cada vez mais produtos em maior escala e mais homogêneos, da mesma forma se dava com as necessidades crescentes de produtos agrícolas para alimentação animal. Sistemas tradicionais de rotação e consorciamento de culturas e com animais vão sendo substituídos por monoculturas intensivas, de menor estabilidade ecológica, portanto demandadoras de maiores volumes de insumos externos. A diversidade é substituída pela homogeneidade. A mão de obra vai se tornando escassa, os pacotes tecnológicos aliam cada vez mais sementes híbridas ao uso de insumos químicos e ao intenso processo de mecanização, favorecendo o estabelecimento das grandes produções em detrimento dos produtores de menor porte (FRIEDMANN, 2000; SOLER, 2009; HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010).

Tais aspectos determinaram um esgotamento do regime alimentar de forte intervenção estatal, uma vez que este já havia dado as condições para o estabelecimento da expressiva presença corporativa dentro do sistema agroalimentar. Abrem-se, então, as portas para o fortalecimento das políticas de liberalização comercial no âmbito do comércio mundial de alimentos, voltadas ao fortalecimento e à expansão das corporações alimentares, já bastante tonificadas pelo modelo de produção fordista de alimentos (FRIEDMANN, 2000; PLOEG, 2008; HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010).

Centro da crise do sistema agroalimentar atual, a liberalização dos mercados foi possibilitada pela pressão internacional exercida pelas grandes corporações

alimentares e regida pelos interesses dos países desenvolvimento, em detrimento das condições sociais, econômicas e da sustentabilidade ambiental dos chamados países do terceiro mundo.

A crise alimentar dos anos 70, gerada em parte por este regime de excedentes constituídos nos países centrais, aliada à crise do petróleo, significou uma restrição na oferta internacional de alimentos. Tal conjuntura levou a um recrudescimento nas negociações comerciais internacionais neste âmbito, evidenciando cada vez mais o complexo emaranhado de interesses confrontantes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como entre interesses privados e regulação pública. De acordo com Maluf (2009, p. 42), “nesse mesmo contexto, as corporações transnacionais suplantaram as estruturas reguladoras nacionais sob as quais nasceram, tornando-se os principais agentes a tentar estabelecer uma regulação global privada das condições agroalimentares”.

A rodada do Uruguai do GATT (1986-1994) representou o momento central de constituição de uma política de liberalização dos mercados agroalimentares, porém não livre de contradições em suas proposições e tencionamentos entre seus integrantes. Suas negociações estiveram focadas na abertura dos mercados internacionais à importação de alimentos, eliminando barreiras tributárias, bem como subsídios e ajudas à produção agrícola, de forma a possibilitar uma “igualdade de condições” no processo de competição dentro do mercado internacional de alimentos (DELGADO, 2010; HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010).

Essas políticas de abertura comercial foram fortemente difundidas e impostas aos países periféricos, por meio do Banco Mundial e do FMI. A renegociação de dívidas e a obtenção de novos financiamentos estiveram vinculadas à adesão e implementação das políticas de liberalização comercial, assim como à expansão das formas industriais de produção agropecuária e adesão ao pacote tecnológico da 'Revolução Verde' (FRIEDMANN, 2000; MALUF, 2009; DELGADO, 2010; HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010).

Tais 'ajustes', no entanto, terminaram por fortalecer as economias mais robustas das nações desenvolvidas. Através de suas políticas agrícolas, a União Europeia (PAC) e os Estados Unidos (Farm Bill) continuaram subsidiando sua produção agropecuária, mediante mecanismos indiretos de subsídio, tais como inversões em infraestrutura, pesquisa agrícola, educação, entre outros,

considerados então como 'suportes à competitividade'. A contradição está dada pelo permanente discurso de necessidade de liberalização dos mercados, porém com constantes elevações nos níveis de subsídios e participação estatal na produção agropecuária dos países desenvolvidos (DELGADO, 2010).

A ideia de que os países em vias de desenvolvimento devem alimentar-se a si mesmo é um anacronismo. Poderiam garantir sua segurança alimentar de melhor maneira contando com produtos agrícolas dos EUA, que estão disponíveis a custos muito mais baixos. (John Block, secretário de agricultura dos EUA na Rodada do Uruguai em 1986 *apud* HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010, p. 78, tradução livre).

Ao lado da suposta eliminação de barreiras e subsídios, passam a se impor normas e padrões de qualidade a serem adotados internacionalmente que, invariavelmente, respondiam aos interesses e às formas de organização da produção e distribuição das grandes corporações alimentares (FRIEDMANN, 2000; DELGADO, 2010).

[...] as especificações e normas sobre produtos e processos agroalimentares experimentam um processo de privatização que supõe o deslocamento de sua elaboração e implementação para as grandes organizações empresariais, que as converteram em um mecanismo a mais para reestruturar, gestionar e controlar o sistema agroalimentar globalizado. [...] Em definitivo, as normas decidem quem podem ser os provedores, onde se localizam e quais são suas condições, permitindo às grandes corporações deslocar custos e riscos para outros agentes, áreas e territórios. (DELGADO, 2010, p. 39, tradução livre).

O que pôde se observar foi uma inundação de produtos alimentares importados oriundos das agriculturas subsidiadas dos países 'do norte' nos 'países do sul'. Os modelos de agricultura dos países periféricos, já bastante voltados ao mercado de exportação, se veem aprofundados, com fortes estímulos a esta produção. As políticas de ajuste estrutural, impostas para renegociação de dívidas junto aos organismos internacionais, pressupunham a redução de gastos públicos e se traduziam no âmbito agroalimentar, entre outros aspectos, na: redução de estoques estratégicos de grãos básicos; retirada do Estado das políticas de regulação de preços agrícolas; eliminação de ajudas e subsídios a agricultura e no desmantelamento e privatização das estruturas públicas de pesquisa e extensão agrícola, bem como de armazenamento, estocagem e distribuição de alimentos⁵

⁵ No caso brasileiro são representativos desse momento as medidas adotadas pelo governo Collor no início dos anos 1990 no âmbito da agricultura, tais como a extinção da Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos) e a privatização e desestruturação de armazéns e mercados públicos. Da mesma forma, a extinção do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) criado no governo Itamar,

(DELGADO, 2010).

Observa-se ainda, nesse período, uma tendência de mercado voltada aos produtos 'gourmets', dada por uma revalorização de produtos artesanais tradicionais, com garantia de origem e produtos exóticos, voltados ao atendimento de uma demanda de uma classe alta emergente em tempos de neoliberalismo. Tal possibilidade significou a emergência dos chamados 'mercados de nicho', voltados a produtos específicos, em geral elitizados e de alto valor agregado (FRIEDMANN, 2000).

A soma desses fatores (fortalecimento das culturas de exportação, ausência de regulação do Estado, aumento massivo das importações e o desenvolvimento de mercados para produtos 'exóticos') levou a um intenso processo de reestruturação da base produtiva dos países em desenvolvimento. Invariavelmente essa mudança significou um comprometimento ou total desmantelamento dos sistemas de produção voltados para o abastecimento interno, em função do atendimento às demandas externas, seja pela ampliação das áreas de cultivos de exportação, seja pela reorientação produtiva voltadas aos mercados de nicho (frutas e verduras exóticas, flores etc.). Da mesma forma, a entrada massiva de produtos importados, oriundos dos países desenvolvidos, a baixos custos possibilitados pelas políticas de subsídios, desestruturou os sistemas locais de produção (DELGADO, 2010, HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010).

Sob pressão do pagamento de dívidas e medidas austeras diretamente impostas com frequência pelo FMI, a terra e o trabalho são redirecionados da alimentação e das exportações tradicionais para a provisão de fluídos mercados estrangeiros. Estas mudanças são muitas vezes altamente desestabilizadoras, minando a subsistência dentro de mercados voláteis. A flexibilidade da produção se dá à custa da estabilidade de fazendeiros e trabalhadores agrícolas. (FRIEDMANN, 2000, p. 10).

Nesse quadro, desloca-se o papel central do Estado na regulação das políticas de produção e abastecimento alimentar para o jogo do livre mercado, e a presença das grandes corporações passa a ser o principal fator regulador da nova organização do sistema agroalimentar mundial. Tais ajustes representaram importantes comprometimentos da capacidade de abastecimento dos países, bem como um processo de desestruturação dos sistemas de produção locais, em que

já no início do mandato do governo FHC, demonstrava um claro desinteresse em realizar um debate público e garantir uma presença do Estado no que tange às políticas de segurança alimentar e nutricional.

cada vez mais, pequenos produtores vão sendo empurrados em massa a abandonar suas áreas para consolidar os contingentes de mão de obra para as indústrias no meio urbano. Não por mera coincidência vive-se na atualidade o contrassenso de se ter as mais relevantes situações de fome e carência alimentar em zonas rurais e junto à comunidades de agricultores familiares e camponeses.

Essa é a lógica prevalecente na atualidade na definição dos desenhos produtivos e nos arranjos de distribuição no campo alimentar e que, contraditoriamente ao discurso hegemônico da suficiência das leis do mercado como forma de garantir a segurança alimentar, tem mantido ou exacerbado os índices de fome e desnutrição nas últimas duas décadas, conforme destacam Holt-Gimenez e Patel (2010, p. 71, tradução livre):

O constante aumento da fome nos países em vias de desenvolvimento reflete a perda de suas capacidades de produção local, ao mesmo tempo que as instituições financeiras internacionais continuam-nos pressionando para que comprem comida no mercado internacional ao invés de produzi-la eles mesmos.

Cabe ressaltar que, conforme pode-se supor dos argumentos aqui desenvolvidos, tal processo de liberalização se fez presente de forma muito mais branda ou quase ausente nas economias centrais. Apesar das regras do jogo estarem sendo cada vez mais ditadas pela presença privada corporativa, as nações ditas desenvolvidas contam com um ponto de apoio para a entrada nesse novo modelo, dado pela consolidação do abastecimento interno e de estruturação de sua produção agrícola, criados, conforme descrito aqui, a partir de um regime de forte presença estatal. Mesmo assim, ainda hoje, esses países mantêm e ampliam suas políticas de proteção de mercados e subsídios agrícolas, as quais são negadas ao restante da comunidade internacional; não por acaso, os constantes desentendimentos e a falta de acordos nas atuais negociações no âmbito da OMC.

Atualmente a chamada Rodada de Doha da OMC, iniciada em 2001, no Catar, ocupa-se de ser o espaço de debate dessas políticas de liberalização, e cada vez mais, os interesses entre países desenvolvidos e em desenvolvimento vêm entrando em confronto. Não obstante, alheias aos visíveis efeitos negativos sobre a garantia da segurança alimentar, e ao debate internacional em torno das questões alimentar e ambiental, tais propostas continuam sendo amplamente difundidas e reforçadas, conforme pode-se observar na declaração sobre segurança alimentar

exposta pelo G8⁶ em cúpula realizada no Japão no ano de 2008, em pleno calor do debate sobre a crise alimentar:

A segurança alimentar também requer um mercado internacional robusto e um sistema de comércio sólido para os alimentos e agricultura. O aumento no preço dos alimentos está ocasionando pressões inflacionárias e gerando desequilíbrios macroeconômicos, especialmente em alguns países de baixa renda. Com respeito a isso, trabalharemos por um fechamento urgente e exitoso de uma Rodada de Doha ambiciosa, exaustiva e equilibrada. (G8, 2008 *apud* HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010, p. 81, tradução livre).

A partir dessa leitura pode compreender-se que este é um sistema agroalimentar em crise, uma vez que seus pressupostos, bem como seus padrões de produção e comercialização têm se caracterizado pelo desmantelamento das economias locais e dos sistemas locais de produção e abastecimento alimentar. O deslocamento da questão alimentar da regulação estatal e de fortalecimento das estratégias de autoabastecimento – não sem a presença de intercâmbios obviamente – para uma perspectiva ideológica amparada na economia neoclássica, em que o sistema de mercado atua como centro do desenvolvimento humano, atinge frontalmente a construção social histórica de constituição da alimentação como direito humano.

As histórias entrecruzadas do desenvolvimento, da Revolução Verde, dos subsídios no Norte, do ajuste estrutural e dos tratados de livre comércio, constituem uma saga agrária de proporções mundiais e ajudam a explicar porque a pobreza e a sobreprodução – e não a escassez e o excesso de população – são as causas originárias da fome no planeta. (HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010, p. 50, tradução livre).

Considera-se, assim, que o centro da crítica à atual forma de estruturação do sistema agroalimentar está no processo de mercantilização do alimento, por deslocar o papel central da alimentação como direito fundamental. Conforme já destacado, a alimentação se constitui, por um lado, em um processo de construção cultural e social na história das sociedades, cumprindo papel central no processo de reprodução social dos agrupamentos humanos, bem como no estabelecimento de interações e diálogos entre diferentes sociedades. Por outro, caracteriza-se como estrutura elementar para manutenção da vida humana, por ser fonte básica para a manutenção de um organismo saudável, pressupõe-se uma alimentação saudável para poder ser sujeito de qualquer outro direito e inserir-se com dignidade na sociedade.

⁶ Grupo que reúne os países que possuem as oito maiores economias do mundo.

Em uma definição mais detalhada, o direito à alimentação é considerado como um Direito Humano Básico, sem o que não há direito a vida, não há cidadania, não há direito a humanidade, isto é, o direito de acesso à riqueza material, cultural, científica e espiritual produzida pelo gênero humano. As pessoas necessitam de alimento apropriado, no sentido quantitativo. No entanto, isto não é suficiente. Para o ser humano alimentar-se, o ato é ligado à tradição, vida familiar, amizade e celebrações coletivas. Quando comemos com amigos, com a família, comendo pratos de sua infância e de sua cultura, indivíduos renovam-se a si mesmos além do aspecto físico, fortalecendo sua saúde física e mental, assim como a sua auto-estima. (VALENTE *et al.*, 1999 *apud* VALENTE, 2002, p. 71).

Os mercados (no plural), como espaços de intercâmbio, encontro e diálogo entre as pessoas e, conseqüentemente, entre as sociedades, inclusive com uso de valores de troca (moeda), historicamente se caracterizaram como uma das formas de reprodução dessa perspectiva. A mentalidade de mercado, a atribuição de preço ao invés de valor, a acumulação ao invés da troca e o uso do alimento como negócio é que propiciam uma situação de subversão do alimento como construção cultural e de direito humano fundamental. Impõe-se uma lógica de domínio e diferenciação social, cujos efeitos sociais, ambientais e econômicos são produto da análise feita neste capítulo, delimitando o que Holt-Gimenez e Patel (2010) definiram como 'sistema agroalimentar em crise'.

Como foi descrito, esse sistema agroalimentar está organizado em diferentes setores ou atividades, todos afetados ou em processo de reestruturação impulsionado pela perspectiva de liberalização dos mercados e pela forte presença corporativa em sua normatização, organização e funcionamento. Neste sentido, vários são os âmbitos e as portas de entrada a partir da qual podem-se analisar os efeitos deste sistema agroalimentar em crise. Para fins deste trabalho, destacamos adiante três aspectos considerados como fundamentais neste processo e que atendem de forma direta às questões de pesquisa aqui propostas: *i)* o modelo de agricultura proposto e seus efeitos ambientais e sobre o campesinato; *ii)* controle corporativo no processo de estruturação do sistema agroalimentar; e *iii)* a expansão e o predomínio do setor varejista como fator determinante na forma de organização do sistema agroalimentar mundial e seus efeitos sobre as lógicas camponesas.

2.3.1 A aposta na 'Revolução Verde' e suas implicações ambientais e sobre o campesinato

No âmbito do setor fundamental do sistema agroalimentar, a produção agrícola, observa-se uma marcada mudança de concepção produtiva e consequente forma de organização da cadeia agroalimentar, proporcionada pelo desenvolvimento do pacote tecnológico denominado “revolução verde”. Esse pacote é caracterizado pela introdução de sementes 'melhoradas', fertilizantes químicos, agrotóxicos e pesada maquinaria agrícola, o que proporciona drásticas alterações nos padrões de produção agrícola, impondo a especialização e a verticalização na produção, visando ao incremento de produtividade, aproximando indústria e agricultura, tanto pela aquisição massiva de insumos externos à unidade produtiva quanto pela integração no beneficiamento da produção agrícola e pecuária (ALTIERI, 1999; EHLERS, 1999; SILVA, 1999; GUZMÁN; GONZÁLEZ; SEVILLA-GUZMÁN, 2000)

Porém, talvez o mais importante impacto da imposição da chamada “revolução verde” e sua consequente aproximação entre indústria e agricultura tenha sido a transposição da lógica econômica, social e organizativa da primeira para a segunda, o que significa sobrepor valores e princípios que determinam uma nova forma de estruturar o sistema agroalimentar, orientada pela obtenção de lucro máximo, pela exploração ilimitada dos recursos naturais, especialização da produção, exploração da mão de obra, típicos da produção capitalista intensiva.

[...] a industrialização representa, em primeiro lugar, uma desconexão definitiva entre a produção e consumo de alimentos e as particularidades (e limites) do tempo e do espaço. Os espaços de produção e consumo (entendidos como localidades específicas) deixam de ter importância, assim como a inter-relação entre eles. [...] Em segundo lugar, a industrialização da agricultura representa um movimento contínuo na direção oposta à “integridade”. [...] A produção agrícola é “afastada” dos ecossistemas locais. Nesse sentido, a industrialização implica uma superimposição de fatores de crescimento artificial sobre a natureza levando a uma marginalização e, consequentemente, a uma eliminação completa da mesma. [...] Em terceiro lugar, a industrialização coincide com (e é uma expressão de) um controle “imperial” direto e crescente sobre a produção e consumo de alimentos. [...] a “agenda da industrialização” afirma que não existe outra alternativa a não ser o incremento da industrialização. (PLOEG, 2008, p. 22).

A imposição dessa 'nova ordem' para o âmbito da produção agrícola e consequentemente aos setores produtivos que dela derivam foi fortemente impulsionada por políticas de Estado, de início orientadas pelo estímulo à industrialização de forma ampla como meio para o desenvolvimento dos países do

'terceiro mundo', tal qual proposto pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), órgão das Nações Unidas a partir dos anos 40 e 50 (SILVA, 1999).

A transposição da lógica da 'industrialização' como principal, e talvez único, meio para a promoção do desenvolvimento não tardou a chegar, então, ao rural. Assim, a proposta da “revolução verde” rapidamente ganhou campo, sendo fortemente promovida e impulsionada por organismos internacionais, tais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a *United States Agency for International Development* (USAID), e a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), como órgão central e responsável pelo enfrentamento das questões relacionadas à fome, à produção agrícola e ao abastecimento no mundo; sendo assim, assumida pelos Estados periféricos como caminho único para a 'modernização' e o desenvolvimento do campo, centrando as discussões sobre a fome e agricultura em torno da especialização da produção e do aumento de rendimentos, gerando uma enorme transformação da agricultura a partir dos anos 60 e 70 (EHLERS, 1999).

Essa lógica estava fortemente apoiada na premissa da primazia do conhecimento científico sobre os demais saberes constituídos historicamente pelas comunidades camponesas, indígenas e tradicionais. Apoiada na criação de organismos internacionais e nacionais de pesquisa agropecuárias, impunha-se um modelo de produção do conhecimento e seu conseqüente 'repasso' por meio da extensão agrícola que transfere a questão alimentar e, concretamente, da produção agropecuária, do âmbito social, político e cultural – da forma como esteve historicamente pautado pelas comunidades agrícolas – para o âmbito técnico-científico, camuflando as relações de poder e contradições sociais e políticas dadas neste âmbito (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Crédito, pesquisa e extensão formaram a tríade que impulsionou, sustentou e sustenta os padrões tecnológicos propostos pela “revolução verde”. A criação, a partir do final dos anos 50 e início dos 60, do serviço oficial de assistência técnica – no Paraná representado pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, anteriormente ACARPA) –, e da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), nos anos 70, exemplificam o esforço do Estado brasileiro em levar adiante o modelo da “revolução verde”, o que, aliado ao crédito fortemente vinculado ao pacote tecnológico (aquisição de sementes melhoradas, adubos químicos e

agrotóxicos), empurrou famílias agricultoras aos milhões para a adoção das novas práticas agrícolas desenvolvidas pelas indústrias de sementes, máquinas e insumos (RÜEGG *et al.*, 1991; DELGADO, 2001).

O foco no melhoramento genético de sementes de grãos básicos – inicialmente com trigo, arroz e milho – proporcionou a base do desenvolvimento das práticas da 'Revolução Verde'. As sementes chamadas de alto rendimento tinham seu bom desempenho vinculado ao uso de fertilizantes químicos e à tentativa de controle das condições ambientais, a fim de garantir o desenvolvimento de culturas altamente suscetíveis ao ataque de pragas, doenças e à competição com ervas invasoras, devido a sua restrita base genética, e sua baixa adaptabilidade às condições ambientais diversas em que são implantadas (PORTO-GONÇALVES, 2006; HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010). De fato, o desenvolvimento de culturas geneticamente melhoradas por parte das empresas e centros de pesquisa está centrado na semente, na planta que irá se desenvolver e nos rendimentos propiciados. Assim, o meio deve se adaptar ao cultivo e não o inverso.

Tal suposição pressupõe uma necessidade permanente de uso de insumos externos, bem como de adequação das condições de solo e irrigação, para que se atinjam os níveis de produtividade propostos. A demanda por *inputs* externos (fertilizantes químicos, inseticidas, fungicidas, herbicidas etc.) vai de mãos dadas com o estabelecimento das sementes geneticamente melhoradas (GUZMÁN; GONZALEZ; SEVILLA-GUZMÁN, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Essa dinâmica pressupõe duas importantes formas de inserção da lógica da industrialização na agricultura, a primeira observada pela necessidade cada vez maior de produtos de origem industrial, tais como fertilizantes e agrotóxicos, bem como pelo desenvolvimento da mecanização agrícola e dos sistemas de irrigação. A evolução da agricultura, durante milhares de anos esteve voltada à observação e adequação aos ciclos dos agroecossistemas locais, tendo como foco central a busca pelo desenvolvimento de práticas e técnicas que otimizassem o uso dos recursos locais; não necessariamente pela busca de um ideal ambiental, mas com forte centralidade na garantia da reprodução social dos grupos humanos. A partir da implantação massiva das sementes e técnicas da 'Revolução Verde', passa-se a quebrar esta dinâmica de autorreprodução, para se estabelecer um manejo agrícola, florestal e pecuário voltado ao consumo massivo de bens industriais, externos aos

sistemas de produção (GUZMÁN; GONZALEZ; SEVILLA-GUZMÁN, 2000).

Um segundo importante aspecto da lógica industrial está relacionada à privatização do conhecimento. O desenvolvimento das sementes nos ditames propostos pela 'Revolução Verde' pressupõe o controle corporativo sobre estas. Seu desenvolvimento está associado à concessão de patentes sobre os processos de melhoramento e a obtenção de ganhos econômicos a partir de sua comercialização. Em contraponto, historicamente, a domesticação, o melhoramento e a adaptação de variedades por parte de comunidades agricultoras possuiu caráter livre, inclusive centrado em contundentes estratégias de intercâmbio de material genético, de forma a diversificar sistemas de produção, bem como a base genética a partir da qual se faziam os melhoramentos das culturas ou criações. Cabe ressaltar que esse conhecimento historicamente acumulado pressupõe a base técnica e material a partir da qual as corporações desenvolvem suas pesquisas e sementes patenteadas, sendo este “[...] apropriado sem reconhecimento por grandes corporações extremamente ciosas da propriedade quando própria e não alheia.” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 221). O mesmo autor segue seu argumento afirmando que:

Com o monopólio das sementes (e do novo modo de produção do conhecimento a ele associado) a produção tende a se dissociar da reprodução (Vandana Shiva) e, assim, a *segurança alimentar* perseguida por cada agrupamento humano durante todo o processo de hominização passa a depender de algumas poucas corporações que passam a deter uma posição privilegiada nas relações sociais e de poder que se configuram. A insegurança alimentar passa a ser, paradoxalmente, cada vez mais a regra. (*ibid*, 2006, p. 221, 222, grifos do autor).

A especialização da agricultura e a expansão da monocultura passam a ser difundidos como modelo tecnológico capaz de propiciar altos rendimentos, aumentar as colheitas e conseqüentemente aplacar a situação de fome observada no cenário mundial. Assim, reduziu-se a questão do combate à fome ao incremento de produtividade e conseqüente especialização dos sistemas agrícolas e pecuários, baseados na já citada introdução de novas tecnologias, centradas na engenharia genética (inicialmente no melhoramento de sementes, atualmente na transgenia e em um brevíssimo futuro na engenharia genética extrema) e o pacote tecnológico a ela vinculado (fertilizantes químicos, agrotóxicos e mecanização) (LAPPÉ *et al.*, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2006; HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010).

De fato, a resposta dada por terras e cultivos à introdução dessas novas

tecnologias gerou incrementos importantes na produção agrícola. Entre 1970 e 1990, décadas centrais do desenvolvimento da 'Revolução Verde', a disponibilidade de alimentos em nível mundial subiu em 11% e o número de famintos caiu em 16% nesse mesmo período (LAPPÉ *et al.*, 2005). Ainda, segundo Ehlers (1999, p. 33):

No que se refere ao aumento da produção total da agricultura, a Revolução Verde foi, sem dúvida, um sucesso. Entre 1950 e 1985, a produção mundial de cereais passou de 700 milhões para 1,8 bilhões de toneladas, uma taxa de crescimento anual de 2,7%. Entre 1950 e 1984, a produção alimentar dobrou e a disponibilidade de alimento por habitante aumentou em 40%.

No entanto, um olhar mais cuidadoso sobre esses números revelam uma realidade não tão alentadora em termos de combate à fome. Importante contingente desta redução do número de pessoas em situação de fome esteve concentrada na China (406 para 189 milhões). Excluindo-se esse país da análise, o número de famintos subiu em termos globais nesse mesmo período em 11%. No caso da América do Sul, a oferta de alimentos *per capita* nesse período subiu em 8%, porém o número de pessoas em situação de fome subiu em 19% (LAPPÉ *et al.*, 2005).

Ou seja, se por um lado, obtiveram-se importantes incrementos de rendimento nas primeiras décadas de implantação da “Revolução Verde”, por outro, isso não significou a superação ou no mínimo a redução dos números da fome na mesma proporção em que se elevavam os números da produção.

Mais de 1,5 bilhões de pessoas morreram de fome e desnutrição na segunda metade do século XX, quando – pela primeira vez na história da humanidade – globalmente os cilos estavam cheios, e a produção de alimentos crescia muito acima do incremento demográfico. (RIECHMANN, 2003, p. 191, 192, tradução livre).

De fato, como já dito anteriormente, os ritmos de crescimento da produção têm sido constantemente maiores que os de crescimento da população, conforme apresentado, por exemplo na Tabela 1, apresentada no item 2.1. Não obstante, dois aspectos têm se tornado especialmente preocupantes no âmbito da agricultura, para os quais a situação brasileira é particularmente representativa. O primeiro está relacionado à desestruturação dos sistemas de produção voltados ao abastecimento interno, em face do estímulo das monoculturas de exportação, atualmente em franco processo de expansão motivada pelas políticas comerciais liberais das quais abordamos recentemente, bem como pelo casamento entre esta tendência produtiva com os pressupostos e as tecnologias da 'revolução verde', consolidado por sólidas políticas de Estado, e por fim pela própria construção ideológica de um ideal de

agricultura 'moderna' do que hoje é chamado de 'agronegócio'⁷.

Dados organizados pelo Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER), a partir de levantamentos do IBGE sobre área produtiva da agricultura e pecuária brasileiras entre 1975 e 2002, dão conta de uma forte tendência à priorização das culturas de exportação em detrimento às de consumo interno (conforme classificação feita pela instituição). Configura-se, assim, um quadro de ameaça à segurança e soberania alimentar nacional em virtude da possibilidade de colapso de abastecimento de alguns produtos da cesta básica dos brasileiros, conforme Tabela 2, a seguir (CRISTO, 2004).

TABELA 2 – EXPANSÃO DA ÁREA PRODUTIVA DE ALGUNS PRODUTOS NO BRASIL – 1975 A 2002

Produtos	Expansão da área produtiva (%)
Produtos de exportação	
Soja	193
Cana	162
Laranja	107
Fumo	37
Café	8
Algodão	(-53)
Rebanho bovino	85,42
Rebanho galináceos	169,59
Rebanho suínos	(-9,87)
Produtos de mercado interno	
Milho	17
Feijão	7
Arroz	(-12)
Trigo	(-27)
Mandioca	(-14)
Batata inglesa	(-5)
Batata doce	(-246)
Centeio	(-330)
Rebanho leiteiro	57,99

FONTE: CRISTO (2004).

Particular atenção deve ser dada ao caso da soja, em função de vários fatores. Num primeiro momento pelo rápido crescimento da cultura (maior expansão no período), considerando sua recente expansão no país de forma comercial (anos

⁷ Toma-se aqui como análise crítica a essa construção ideológica o pé de página descrito por Porto-Gonçalves (2006, p. 215): “Relembremos o caráter colonial que está inscrito na própria lógica da monocultura, como o demonstram as primeiras monoculturas modernas de exportação de cana-de-açúcar. Junto com as monoculturas, acrescenta-se, estavam as mais modernas manufaturas de então, os engenhos de açúcar e, também, a reinvenção moderna da escravidão com caráter racial. Em essência, a modernidade do *agribusiness* atualiza tudo isso sendo, rigorosamente, mais do mesmo moderno colonial de sempre”

70). Outro aspecto importante a ser levado em conta está relacionado à relevância do grão na pauta de exportações brasileiras, constando como um dos principais itens, estando o Brasil entre os três maiores produtores mundiais. A monocultura da soja tem sido a principal atividade agrícola em expansão nos últimos anos no Brasil, tendo relação direta com o avanço da agricultura sobre áreas do cerrado e da amazônia brasileiras e seus consequentes impactos ambientais (BERMANN *et al.*, 2008).

Por fim, a cultura da soja representou a porta de entrada dos transgênicos no Brasil, caso da soja RR (Round-up Ready), que foi inserida de forma ilegal no Sul do país, tendo sua comercialização liberada após o seu plantio ilegal e finalmente contando com a liberação de seu cultivo pela CTNBio, sob enorme pressão de ruralistas e representantes do agronegócio. Os dados apresentados na Tabela 3 refletem o crescente avanço desta cultura no Brasil.

Conforme pode se observar, as culturas atingidas por decréscimos na área produtiva ou elevações pequenas – abaixo por exemplo dos níveis de crescimento populacional brasileiro – são aquelas para as quais há um predomínio da produção familiar camponesa, notadamente voltada para o mercado interno.

TABELA 3 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, ÁREA PLANTADA E PRODUTIVIDADE DA SOJA NO BRASIL: 1990-2006

Safra	Produção (milhões de ton)	Área plantada (milhões de ha)	Produtividade (Kg/ha)
1990/91	15,39	9,7	1580
1995/96	23,19	10,7	2175
2000/01	38,43	14	2751
2003/04	49,79	21,4	2329
2005/06	53,43	22,2	2403

FONTE: Bermann *et al* (2008).

Dados do IBGE revelam que, por exemplo, a agricultura familiar tem participação de 87% da produção total de mandioca, 70% na de feijão e 46% na de milho, sendo esta responsável pela produção de cerca de 70% dos alimentos direcionados ao consumo interno nacional (BRASIL, s/d). É nesse sentido que Porto-Gonçalves realiza sua crítica em relação à introdução da 'revolução verde' no Brasil e a consequente expansão das monoculturas e seus efeitos sobre agricultores e a sociedade como um todo:

No Brasil, o desenvolvimento do novo modelo agrário/agrícola também mostra o mesmo sentido ao apontar para um modelo onde o monocultivo acentua a dependência do agricultor diante do complexo industrial-financeiro altamente oligopolizado e, com isso, aumenta a insegurança alimentar, tanto dos agricultores e suas famílias como do país como um todo. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 223).

O segundo aspecto a ser levado em conta, no que tange aos índices de produtividade da agricultura tecnificada, tem a ver com a desproporção observada entre os aumentos de produtividade e os índices de consumo de fertilizantes e agrotóxicos. No caso brasileiro, essa realidade é particularmente peculiar, uma vez que o país se tornou no ano de 2008 o maior consumidor mundial de agrotóxicos, com um consumo total de 670 mil toneladas nesse ano e 780 mil em 2009, o país corresponde a 16% do consumo mundial desses produtos (GUAZZELLI; PEREZ-CASSARINO, 2010; PELAEZ, 2010). No entanto, esse aumento não possui correspondência com elevações nos índices de produção na mesma proporção, pois, dados organizados por Nunes e Perez-Cassarino (2008), demonstram que de 1995 a 2005, o aumento na produção agrícola brasileira foi de cerca de 40%, neste período a área plantada aumentou em torno de 27%. No entanto, os dispêndios com inseticidas e fungicidas aumentaram 248% e 380%, respectivamente, considerando o uso de agrotóxicos como um todo, estes aumentaram em 176% (*ibid*, 2008, p.16).

Ainda no que se refere à ineficiência dos sistemas produtivos da 'revolução verde', o que se observa é que cada vez mais a degradação dos recursos naturais vem demandando quantidades mais elevadas de insumos, sendo que, entre 1950 e 2000, a relação toneladas de grãos por tonelada de fertilizantes passou de 42/1 para 13/1 (PORTO-GONÇALVES, 2006). De fato, atualmente, os números de incremento da produção estão muito mais relacionados ao aumento da área produtiva do que propriamente aos aumentos de produtividade como no passado, o que significa, em geral, o aprofundamento dos impactos ambientais e sociais gerados por este modelo de produção.

As políticas agrícolas de quase todos os países concentram-se no aumento da produção. Mesmo assim, verificou-se ser muito mais difícil elevar a produção agrícola mundial em consistentes 3% ao ano em meados dos anos 80 do que fora em meados dos anos 50. (CMMAD, 1991 *apud* EHLERS, 1999, p. 34).

Segundo Porto-Gonçalves (2006), a produção de grãos aumentou em 2,9 vezes entre 1950 e 2000, já o consumo de fertilizantes aumentou 10,1 vezes; o

aumento da produtividade foi de 2,1% em média ao ano entre 1950 e 1990, e caiu para 1,1% ao ano entre 1990 e 2000, demonstrando sinais de esgotamento dos recursos naturais disponíveis para o desenvolvimento desta agricultura. A industrialização da agricultura implicou sistemas de produção altamente instáveis e inadequados às condições ambientais onde estão inseridos, levando a francos processos de degradação ambiental devido ao uso massivo de insumo químicos e à degradação dos agroecossistemas. Informe elaborado no início dos anos 80 pelo governo americano ao presidente Carter exemplifica bem os efeitos no ambiente de tal modelo de agricultura:

Quiçá o fenômeno mais grave para o ambiente {visando o ano 2000} será um acelerado deterioramento e a perda dos recursos essenciais para a agricultura. Este fenômeno geral abarca a erosão do solo; a perda de nutrientes e a compactação das terras; a crescente salinização, tanto das terras irrigadas como da água utilizada para irrigação; a perda de terras lavráveis de alta qualidade em função do desenvolvimento urbano; os danos às culturas devido a maior contaminação do ar e da água; a extinção das variedades vegetais locais e silvestres que os fitogeneticistas necessitam para o melhoramento das variedades de culturas, e a escassez mais frequente e severa de água em algumas regiões, sobretudo quando a produção de energia e a expansão industrial competem pelo abastecimento de água ou quando o desmatamento é intenso e a terra não pode continuar absorvendo, armazenando e regulando as descargas de água. (BARNEY, 1982 *apud* RIECHMANN, 2003, p. 31, 32, tradução livre).

A própria FAO, que durante um longo período e inclusive nos dias de hoje, foi um dos motores propulsores da 'revolução verde', reconhece suas limitações num informe sobre o futuro da agricultura mundial, afirmando que:

- Concentrou-se fundamentalmente, nos três principais cultivos de cereais do mundo (arroz, trigo e milho); porém outras culturas, incluídas muitas importantes para a África subsahariana – a região mais problemática do planeta no que se refere à segurança alimentar –, como a mandioca, o milheto, o sorgo, a banana ou a batata, necessitam de um enfoque diferenciado.
- Ajustou-se somente à zonas agronomicamente privilegiadas (com bons solos e água abundante), esquecendo as regiões áridas com solos piores e pluviosidade incerta.
- Apoiou-se em agricultores privilegiados, capazes de adquirir caros insumos, e fez pouco pelos camponeses com renda insuficiente ou sem acesso a crédito.
- Ignorou em grande medida as possíveis consequências ambientais de um elevado uso de insumos químicos, como a contaminação da água e dos solos por nitratos e agrotóxicos. (FAO, 2002 *apud* RIECHMANN, 2003, p. 242, 243, tradução livre).

Por outro lado, a intensa especialização da produção e a expansão desenfreada de áreas agrícolas em detrimento de ecossistemas naturais vêm comprometendo de forma importante a biodiversidade nativa de diversas regiões de

delicado equilíbrio ecológico. Situação ilustrativa dessa realidade é o avanço da pecuária de corte e das áreas de cana para produção de etanol sobre o pantanal e amazônia brasileiras (PORTO-GONÇALVES, 2004).

O Quadro 3 procura trazer, de forma resumida, o conjunto de impactos gerados pela adoção das práticas agrícolas propostas pela “revolução verde” como forma de 'modernização' da agricultura e de busca de altos rendimentos.

Recurso	Externalidade	Ações
Solo	- Erosão hídrica e eólica	- Eliminação da flora em terrenos não cultivados - Revolvimento excessivo e profundo - Não reposição de matéria orgânica - Queima de resíduos de colheitas - Pastoreio excessivo
	- Degradação química e salinização	- Irrigação com água salubre - Intrusão marinha pela superexploração de aquíferos - Aplicação de pesticidas e adubos industriais
	- Degradação biológica e física	- Revolvimento excessivo e profundo - Não reposição de matéria orgânica - Queima de resíduos de colheitas - Aplicação de pesticidas e adubos industriais
Atmosfera	- Efeito estufa e mudanças climáticas	- Combustão de motores de maquinário agrícola
	- Redução da camada de ozônio - Chuva ácida - Poluição	- Aplicação de pesticidas e adubos industriais - Queima de resíduos de colheitas
Água	- Contaminação dos recursos marinhos e fluviais	- Superacúmulo de esterco
		- Aplicação de pesticidas e adubos industriais
Recursos genéticos	- Perda de diversidade genética e conhecimento agropecuário	- Superacúmulo de esterco - Utilização de sementes híbridas e variedades exógenas e exploração de raças de gado com base genética reduzida e não adaptada aos ecossistemas locais.
Vida silvestre	- Disfunções fisiológicas - Morte	- Aplicação de pesticidas e adubos industriais - Queima de resíduos de colheitas
Seres humanos	- Disfunções fisiológicas - Morte	- Aplicação de pesticidas e adubos industriais

QUADRO 3 – EFEITOS AMBIENTAIS DA AGRICULTURA INDUSTRIALIZADA

FONTE: Guzmán; Gonzalez; Sevilla-Guzmán (2000). tradução livre.

Entre os mais importantes e pouco valorizados impactos está o da perda da biodiversidade. Não só pela substituição dos ecossistemas nativos por sistemas simplificados de produção, centrados na monocultura, mas também pela redução da própria base alimentar e da agrobiodiversidade acumulada por mais de dez mil anos de desenvolvimento da agricultura, perdendo quantidades significativas de variedades e culturas locais.

90% de nossa alimentação provém de 15 espécies de plantas e 8 espécies de animais. O arroz, segundo a FAO, garante 26% das calorias, o trigo 23% e o milho 7%. As novas espécies substituem as nativas, uniformizando a agricultura e destruindo a diversidade genética. Somente na Indonésia se extinguiram 1.500 variedades de arroz nos últimos 15 anos. A medida que cresce a uniformidade, aumenta a vulnerabilidade. (SANTAMARTA, 2002, p. 1).

Observam-se, atualmente, níveis preocupantes de homogeneização do consumo, seja pelas questões referentes aos aspectos nutricionais e da saúde humana, seja pela perda de saberes tradicionais no âmbito da produção e consumo dos alimentos, bem como por seus impactos ambientais e econômicos, no sentido de reduzir a oferta a uns poucos produtos agrícolas, cuja produção, processamento e comercialização se encontram nas mãos de um punhado de grandes oligopólios. Atualmente, 90% da alimentação humana está sustentada em 15 espécies de plantas e oito de animais, aproximadamente 60% das calorias proveem de arroz, trigo e milho (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Nesse sentido, a proposta tecnológica da 'revolução verde' tem demonstrado claros sinais de desgaste, quer pelo esgotamento dos recursos naturais, quer pelos impactos ambientais e à saúde humana já muito questionados no âmbito da sociedade. Uma segunda geração de tecnologias está proposta pela inserção dos transgênicos na agricultura, partindo do princípio já questionado anteriormente, de que o avanço da tecnologia poderá ser o 'remédio' para os males por ela causados. A controvérsia em torno dos transgênicos é ampla e exige um extenso debate, no entanto, o que parece ser revelador é que, para muito além de seus impactos ambientais e à saúde humana – diga-se de passagem, muito relevantes – o que está a se observar é um revigoramento de um padrão de agricultura que pelo seu perfil técnico, econômico e social, tem levado a geração de situações de insegurança alimentar tanto no âmbito das famílias agricultoras como da sociedade como um todo.

Em relação à produção, conforme o modelo liberal-produtivista vai minando as bases do modelo fordista, os problemas sociais e ecológicos se multiplicam. A biotecnologia, que se compromete em princípio com o fomento à sustentabilidade ecológica e social, na prática ameaça exacerbar os efeitos negativos das velhas tecnologias químicas e mecânicas. (FRIEEDMANN, 2000, p. 11).

Um retrato do efeito local dessa realidade pode ser observado no belo estudo realizado por Carlos Rodrigues Brandão nos anos 1970 sobre as relações estabelecidas em torno da alimentação em comunidades camponesas no interior de Goiás, em movimento de migração para o meio urbano em virtude dos processos de capitalização da agricultura na região. As afirmações do autor revelam como este intrincado emaranhado de relações sociais, econômicas e das formas de apropriação da natureza se refletem no dia a dia da alimentação das famílias

camponesas:

O lavrador reconhece que sua alimentação é, hoje em dia, uma forma enfraquecida daquela que todos se serviam no passado. A qualidade da comida é considerada como “mais fraca” de ano para ano, com relação a todas as pessoas da cidade [...]

A derrubada dos cerrados e dos campos para abertura de novas áreas de lavoura ou de pastagens responde por uma redução muito acentuada de produtos vegetais complementares da alimentação em épocas sequentes, como o pequi, o caju e a guariroba [...]

[...] a introdução muito recente de fertilizantes e de maquinário agrícola [...] é vista pelo lavrador como um passo final em uma trajetória de máximo aproveitamento das condições naturais de produção, com o preço da destruição dos recursos ambientais anteriores e a perda conjunta de um equilíbrio de trocas entre o homem e a natureza. Chega a parecer inacreditável ao lavrador que com máquinas e adubos os fazendeiros “estão pondo pasto na terra de cultura e abrindo lavoura no campo e no cerrado”. (BRANDÃO, 1981, p. 44 e 57).

De fato, a proposta de organização técnica, econômica e social da agricultura baseada na 'revolução verde' tornou-se um elemento estrutural de reordenação da dinâmica agrícola e agrária no meio rural. A agricultura familiar e camponesa, centrada na produção para o autoconsumo, necessariamente de caráter diversificado e fortemente orientada ao aproveitamento dos recursos internos à unidade de produção, se vê estimulada pelos serviços de extensão e pelo crédito (e forçada pelo mercado) a especializar a produção, reduzir níveis de diversidade e passa a demandar constantemente insumos externos aos seus sistemas de produção (ALTIERI, 1999; GUZMÁN; GONZALEZ; SEVILLA-GUZMÁN, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2006).

A agricultura fortemente *insumizada* e dependente de capital, baseada na necessidade de altos níveis de produtividade a fim de garantir ganhos em margens muito estreitas entre custos de produção e preço final, torna-se inviável para a grande maioria das realidades camponesas. Marca-se um constante e crescente processo, a partir da implantação da 'revolução verde', de descapitalização dos agricultores, traduzido no subconsumo alimentar, na perda de qualidade de vida e no consequente comprometimento de sua capacidade de reprodução social e abandono do campo (PORTO-GONÇALVES, 2006; HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010).

Esses efeitos e impactos sobre a agricultura familiar e camponesa foram amplamente documentados e analisados, desde o ponto de vista econômico, social, ambiental e cultural, e são poucas as vozes divergentes no que se refere ao comprometimento deste setor em função da expansão da agricultura industrializada.

Os próprios números do êxodo rural na grande maioria dos países e particularmente no Brasil refletem esta realidade de exclusão. Compreende-se que nenhum processo de tamanha proporção, em que dezenas de milhões de famílias (num período de 30-40 anos) abandonam sua atividade social e produtiva e aventuram-se na incerteza das cidades, pode ser explicado por uma decisão individual ou pela simples 'ineficiência' de determinada forma de produção; mas resulta de um processo politicamente construído e implementado pelos Estados, com os meios de que dispõe. Nessa perspectiva, Maluf (2004, p. 302) destaca que:

[...] a transposição para o plano macro (conjunto dos agricultores) do enfoque microeconômico da modernização agrícola com especialização produtiva, com o conseqüente aumento na produtividade, resulta, a médio prazo, na exclusão do mercado respectivo de um contingente significativo de pequenos produtores tornados "excessivos" (ou "não competitivos"). Vale dizer, a agricultura de base familiar torna-se a vítima da receita comumente formulada para sua redenção.

As próprias instituições hegemônicas, como Banco Mundial, FAO, importantes promotoras deste modelo, reconhecem seus efeitos sobre o campesinato e, por conseguinte, sobre os sistemas de produção locais e a capacidade de autoabastecimento das nações (HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010). No entanto, tal perspectiva não significa necessariamente um correspondente reconhecimento da necessidade de reconversão das políticas, pelo contrário, as discussões e os debates no âmbito dessas instituições, que possuem papel relevante e determinante nas políticas públicas regionais e nacionais, centram-se no reordenamento e aprofundamento deste modelo. Holt-Gimenez e Patel (2010, p. 71-72, tradução livre) analisando o *Informe sobre o desenvolvimento mundial 2008: agricultura para o desenvolvimento*, publicado pelo Banco Mundial, destacam que:

A recomendação mais controversa do informe de 2008 talvez seja a opinião do BM: a agricultura de pequena escala não é uma atividade economicamente viável. Segundo eles, isto está demonstrado pela tendência do mercado que a terra dos camponeses pobres passe para mão dos mais ricos, levando a situação atual, onde a maioria da agricultura para exportação a realizam uns poucos grande latifundiários, enquanto que a maioria dos camponeses pobres vivem em parcelas relativamente pequenas. O banco sugere que esta concentração de terra é um sinal de que a terra está sendo transferida para agricultores "mais eficientes" - e portanto recomenda que se deve ajudar aos pobres do mundo rural a deixar a agricultura e trabalhar em outro setor.

Porém, um importante aspecto a ser considerado nessa dinâmica advém do exposto por Porto-Gonçalves (2006, p. 264), quando afirma que "[...] o mais

interessante de todo esse debate é que a questão agrária/agrícola se urbanizou e, assim, é a relação cidade-campo como um todo que está em discussão”. Neste sentido, os efeitos desta realidade imposta pela 'revolução verde' se veem refletidos nos espaços urbanos, num importante aspecto pela visibilidade das lutas camponesas e a atuação dos movimentos sociais vinculados (sem terra, sindicalismo rural, mulheres camponesas, pequenos agricultores etc.).

No entanto, a questão da alimentação como um todo têm significado um importante elo entre estas visões críticas, ou pelo menos questionadoras, dos padrões da agricultura industrializada. As questões de saúde, manifestadas pela contaminação química dos alimentos e pela imposição dos transgênicos, pouco aceitável por parte dos consumidores, jogam um importante papel nesta articulação. Porém, cada vez mais os debates em torno dos efeitos ambientais, sociais e recentemente da dimensão cultural, associada ao conhecimento tradicional e à biodiversidade, têm gerado um contexto social e político em que as lutas por novas formas de produção não se delimitam a uma demanda do mundo rural e, dentro deste, dos excluídos, mas assume proporções maiores de articulação entre movimentos urbanos e rurais, onde a alimentação cumpre papel crucial de unir discursos e interesses.

Enfim, nessa perspectiva, esse processo de industrialização da agricultura possui relação com a forma como foram se estruturando os demais setores do sistema agroalimentar global. A 'revolução verde' veio de mãos dadas com o avanço do setor privado sobre a regulação e normatização dos processos em torno da alimentação, marcado por uma dinâmica de concentração corporativa e de controle econômico e, conseqüentemente, político, que se estende dos insumos à produção primária, passando pelos atividades de estocagem, processamento até a distribuição. Esse processo de concentração corporativa e o ritmo que ele passa a impor na estruturação do sistema agroalimentar são objeto de análise da seção a seguir.

2.3.2 A concentração corporativa como característica estrutural do sistema agroalimentar global

As formas como essas diferentes 'agriculturas' se relacionam com o mundo exterior determinam diferentes formas de estruturação dos sistemas agroalimentares. Em geral podem ser identificados dois grandes modelos dominantes no processamento e distribuição de alimentos. Um primeiro centrado nos circuitos regionais e descentralizados que vinculam produção e consumo, normalmente dado em âmbito regional. A outra forma está dada pela forte centralização no processamento e comercialização de alimentos, operando cada vez mais em uma escala global (PLOEG, 2008).

Ploeg (2008) define esse modelo como sendo aquele que rege as atuais normas de produção, processamento e comercialização dos alimentos, estabelecendo uma ordem dominante, mesmo que esta não represente o grande volume de circulação de alimentos em nível mundial, pois cerca de 85% da produção circula por circuitos regionais e descentralizados (PLOEG, 2008). A esse modelo centralizador e concentrador, o autor define como "Império", dadas as suas características de se tornar um modo de ordenamento dominante, e esta noção parece representar de forma consistente o atual quadro de concentração corporativa do sistema agroalimentar mundial e seu poder na definição de formas de normatização e funcionamento das atividades adjacentes desde a produção ao consumo alimentar (FRANÇA *et al.*, 2009). Segundo Ploeg, a lógica de organização corporativa em torno da questão alimentar resulta no seguinte processo:

[...] o Império é personificado por uma variedade de expressões específicas: grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias, etc. [...] o Império não é apenas um fenômeno emergente e internamente diferenciado; ele consiste, acima de tudo, no *fortalecimento mútuo e intrincado* de uma grande variedade de elementos, relações, interesses e modelos diferentes. Esse *intrincamento* relaciona-se com a sociedade de forma *coercitiva*: todos os projetos (com atores individuais e coletivos), em qualquer nível, devem ser alinhados conforme as regras que a gramática do Império estabelece. [...] Por meio do Império, a produção e o consumo de alimentos estão cada vez mais desconectados entre si, tanto no tempo como no espaço. Da mesma forma, a produção agrícola está descontextualizada, ou seja, está desconectada das especificidades dos ecossistemas locais e das sociedades regionais. (PLOEG, 2008, p. 20, 21)

Essa forma de governança corporativa no 'negócio alimentar' está baseada na criação de estruturas em rede, possibilitada em grande parte pela intensidade de fluxo de capitais em termos globais na atualidade, que constantemente migram de uma para outra atividade produtiva na busca de maiores ganhos. Da mesma forma, a evolução das tecnologias de informação e comunicação possibilita o

desenvolvimento de estratégias de controle e determinação de procedimentos superando as limitações de tempo e espaço. Apoia de forma determinante, ainda, esta nova forma de governança, a crescente pressão pela liberalização de mercados e redução do papel dos Estados (PLOEG, 2008; DELGADO, 2010).

De fato, Ploeg analisa esse processo, a partir da análise da constituição dos Impérios Alimentares, de forma a considerar que “a essência da atual fase da globalização é que ela introduz, literalmente por toda parte, conjuntos de normas e parâmetros generalizados que governam todas e quaisquer práticas locais específicas” (PLOEG, 2008, p. 255, grifos do autor). Dessa forma, estabelecem-se mecanismo de superação dos limites de espaço e temporais à expansão corporativa. O controle dos nós e fluxos desta organização em rede possibilita às grandes corporações superar os limites de lugar e tempo, impondo sua dinâmica de organização e funcionamento aos espaços reais de produção e consumo (PLOEG, 2008; DELGADO, 2010).

A imposição de seus procedimentos e mecanismos de funcionamento delimita, mesmo que à distância, as possibilidades e os limites de realização da atividade produtiva real e concreta, e por sua vez “à medida que se estendem esses modos organizativos, se bloqueiam, eliminam ou excluem padrões alternativos de funcionamento, de modo que fora dos procedimentos utilizados por estas grandes corporações resultado difícil a sobrevivência” (DELGADO, 2010, p. 43, tradução livre). A atividade produtiva local se vê premida pela imposição de padrões externos à sua realidade, definidos pelo poder de atuação dessas grandes corporações. Suas possibilidades de sobrevivência 'no mercado' se veem reduzidas ao atendimento desses procedimentos, comprometendo sua autonomia e colocando em xeque sua viabilidade⁸, conforme destaca Ploeg (2008, p. 256):

⁸ No Brasil, mas também na maioria dos outros países, essa realidade pode ser observada, por exemplo, nas normas e procedimentos de fiscalização das várias instâncias (federal, estadual e municipal) da vigilância sanitária para a industrialização de alimentos. Motivo de intenso debate e controvérsia entre agricultura familiar e pequenos empreendimentos, Estado e grandes corporações, os procedimentos adotados para normatizar o processamento de alimentos, poucas vezes estão baseados na preocupação com a qualidade final do produto, mas se encontra presa a uma norma centrada nas estruturas necessárias ao beneficiamento (portanto demandantes de capital para se viabilizarem), a partir das quais se pressupõe que critérios de sanidade biológica dos alimentos serão atendidos. No entanto, pouco se atua no sentido de verificar as práticas dos agentes envolvidos, na qual os grandes empreendimentos têm menor controle, bem como na sanidade e qualidade química dos alimentos, em que a suposta inocuidade do alimento se dá pela inserção de inúmeros ingredientes químicos, que, para além do questionamento de seus efeitos à saúde humana, representam a necessidade de maiores investimentos na produção, viáveis, também, aos empreendimentos mais capitalizados. As alternativas desenvolvidas, por exemplo, no âmbito da agricultura familiar para o processamento de alimentos em pequenas unidades, não

A codificação e formalização resultantes [da conquista imperial] tendem a excluir a autonomia nos processos de trabalho. Ou seja, elas não só eliminam a responsabilidade, como também tendem a aniquilar a condição de agente. É criada uma condição de “não-agente”, porque tudo tem de ser desenvolvido de acordo com normas pré-estabelecidas e definidas centralmente. Assim é introduzido um atraso institucionalizado nas muitas áreas da vida social (e, ironicamente, também na natureza através dos protocolos de conservação da natureza). O desvio das normas para fazer com que as coisas funcionem melhor é considerado uma infração.

É nesse sentido que se fala na constituição de Impérios que se organizam em redes, de forma que o controle corporativo se dá não pela via da participação na esfera produtiva em si, mas no controle do fluxo de informações e na delimitação dos mecanismos de organização e funcionamento da atividade produtiva e de consumo, “uma das características centrais do Império é que ele estrutura e reestrutura cada vez mais as práticas concretas nestes segmentos” (*ibid*, p. 112). Estabelece-se uma dinâmica em que os processos locais e territoriais se submetem a ditames externos a eles, porém de maior poder político e econômico, e a partir do qual, o fluxo de capital se dá todo destas periferias para o centro destas redes (*ibid*).

Nessa perspectiva, a atuação das grandes corporações se baseia principalmente na incorporação de novos segmentos à sua dinâmica, na atuação em rede, na forma de controle dos fluxos e nós dos processos produtivos, apropriando-se das formas de riqueza existentes; reconfigurando sua forma de se organizar e relacionar com o mercado. Neste sentido, conforme afirma Delgado (2010, p. 43, tradução livre), “o centro nevrálgico da rede – a grande corporação – baseia, por tanto, seu crescimento, não na criação de riqueza, senão na atração – apropriação – da já criada”, seguindo a linha proposta por Ploeg (2008, p. 121), “o Império não acrescenta nada, ele simplesmente combina e re-combina os recursos existentes”.

Um aspecto importante desta leitura parte de que os lugares de produção locais, apesar de permanecerem existindo, deixam de funcionar a partir de sua própria dinâmica e estrutura social, cultural, econômica e ambiental preexistente. A dinâmica dos impérios impõe uma condição temporária a esta realidade concreta, em que aquela atividade, além de seguir as especificações estabelecidas desde o centro da rede, se vê afetada pelas condições dadas em outras realidades (nós da rede). Sua viabilidade e a própria existência estão vinculadas às decisões tomadas

só não encontram respaldo para serem legalizadas, como, mesmo provando a qualidade e inocuidade dos alimentos produzidos, tem seu produto socialmente desqualificado por não atender a tais ditames.

desde um centro, muitas vezes desconhecido, conforme descreve Ploeg (2008), em um 'terceiro nível', a produção alimentar passa a ser uma atividade do 'não-lugar' .

O que se observa é um processo de 'desterritorialização' não no sentido espacial ou físico-geográfico, mas na perspectiva da sobreposição de uma territorialidade sobre outra anteriormente constituída, dada pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais de um determinado grupo social⁹. Conforme descreve Delgado (2010, p. 44, tradução livre), “esta dinâmica nos mostra que para construir o emaranhado de conexões subordinadas aos interesses dos impérios globais, se destroem por sua vez, em todos os elos da cadeia, um conjunto de conexões essenciais para a manutenção da vida local”.

Dessa forma, cada vez mais, a atuação das grandes corporações se dá no âmbito de territorializar a sua ação nos mais diferentes âmbitos e espaços. Nessa perspectiva, ganha sentido a intensa dinâmica de fusões e aquisições, que lhes permitem controlar maiores fatias do mercado e aos mesmo tempo encorpar-se de maior poder econômico e político, que lhes possibilita maiores condições de determinar seus padrões e mecanismos de funcionamento aos processos a elas subjacentes.

A concentração nas indústrias da vida permitiu que um punhado de empresas poderosas tomassem a agenda das pesquisas, ditassem acordos de comércio internacionais assim como políticas agrícolas, e manipulassem a aceitação de novas tecnologias (a solução 'baseada na ciência') para aumentar os rendimentos dos cultivos, alimentar os esfomeados e salvar o planeta. (ETC GROUP, 2008, p. 7, tradução livre)

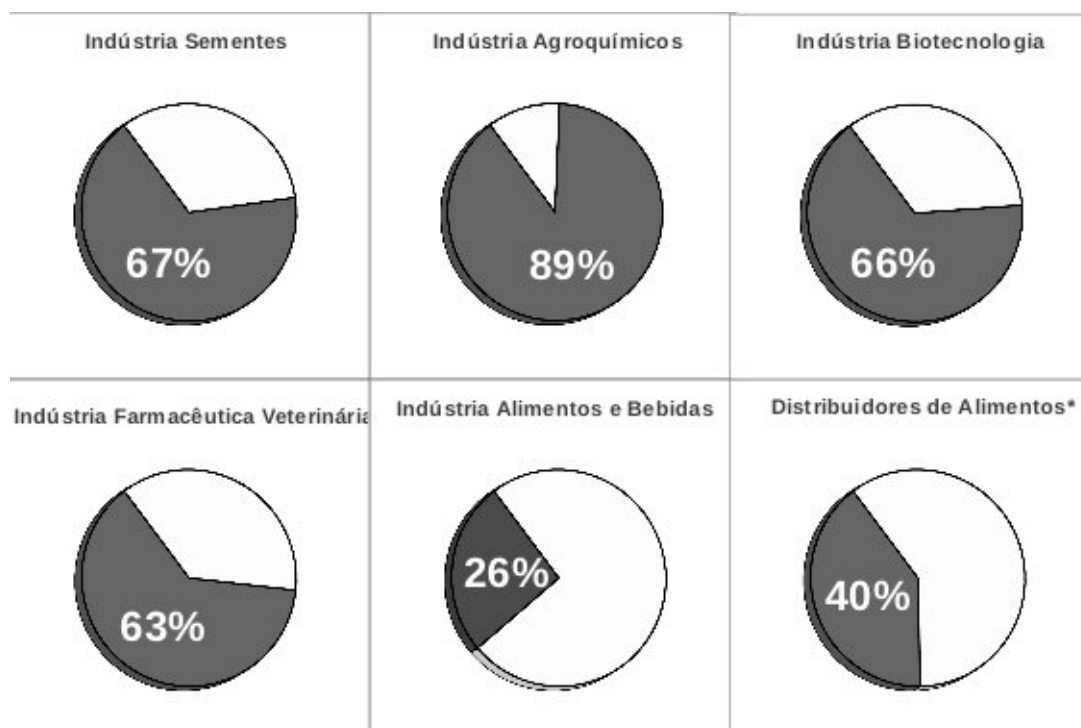
Da mesma forma, amplia-se sua capacidade de inversão e de desenvolvimento tecnológico e, inclusive, de redimensionamento da demanda, por meio de uma maior artificialização, que cria novos produtos e padrões de consumo, possibilitada pela engenharia de alimentos. Não obstante, essa atuação na forma de constituição de oligopólios reúne maiores condições de pressão junto aos Estados – por vezes premidos, por vezes coniventes – a fim de abrir espaços para legalizar seus processos e procedimentos, bem como para estabelecer mecanismos legais e

⁹ Assume-se, aqui, a perspectiva de território e territorialidade apontada por vários autores do campo da geografia, tendo como precursor Milton Santos e sendo desenvolvida por Rogério Haesbaert, Carlos Walter Porto-Gonçalves, entre outros. Como síntese dessa perspectiva, toma-se como concepção de território, o proposto por Marcelo Lopes Souza (1995, p. 108) nos seguintes termos: “Em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas as trocas com o exterior. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia”.

de políticas públicas que favoreçam sua expansão em detrimento de outras formas produtivas e organizacionais (PLOEG, 2008; SOLER, 2010).

De fato, o que se observa na atualidade é um intenso e crescente processo de oligopolização dos mercados no âmbito da alimentação. Um pequeno número de grandes empresas controla grandes fatias de mercado em cada setor produtivo do sistema agroalimentar, desde a semente e os insumos na agricultura, passando pela comercialização dos produtos agrícolas, seu processamento e distribuição, conforme descreve Riechmann, referindo-se à atuação das grandes corporações: “através de fusões, participações e alianças com outros setores da cadeia alimentar, possuem um controle vertical de enormes trechos do sistema alimentar, desde o gene até a estante do supermercado” (RIECHMANN, 2003, p. 258, tradução livre).

A figura 6 busca ilustrar esta realidade. A partir de informações coletadas pelo ETC group, pode se observar o nível de controle dos mercados por parte de um pequeno grupo de empresas. Os gráficos expostos na Figura 6 retratam o nível de controle de alguns setores do sistema agroalimentar, mediante a demonstração da fatia de mercado dominada pelas dez maiores empresas de cada setor.



* Porcentagem das 10 maiores empresas distribuidoras entre as 100 maiores do mundo

FIGURA 6 – CONTROLE DE MERCADO POR PARTE DAS 10 MAIORES EMPRESAS POR SETOR EM NÍVEL GLOBAL

FONTE: ETC Group (2008).

No âmbito, por exemplo, da comercialização de grãos, duas empresas (Archer Daniels Midland e Cargill) controlam 75% do mercado internacional (HOLT-GIMENEZ; PATEL, 2010). Agrega-se a isso, o fato de que as mesmas corporações atuam em vários destes setores, por exemplo, das dez maiores sementeiras, quatro delas coincidem no grupo das dez maiores empresas de agroquímicos (Bayer, Monsanto, Syngenta e DuPont). No âmbito do processamento, as dez maiores empresas do mundo controlam 26% do mercado mundial de alimentos industrializados, embora este possa não ser um valor próximo ao nível de concentração nas indústrias da agricultura, possui significativa importância se levado em conta que este é um elo da cadeia muito mais difuso que o da produção agrícola, e que em três anos (entre 2004 e 2007) houve uma elevação de 14% neste controle. Observa-se, ainda, que somente no ano de 2007 foram realizadas mais de 400 fusões entre grandes empresas do setor, e, se levarmos em conta as 100 maiores empresas, estas controlam 74% do mercado mundial de alimentos e bebidas processados (ETC Group, 2008).

Cabe ainda ressaltar nessa dinâmica de concentração o processo de 'convergência corporativa', conforme afirmado pelo ETC Group (2008), onde as mega corporações de diferentes setores fazem alianças, de forma a possibilitar intercâmbios tecnológicos e desenvolvimentos técnicos que permitam o controle de maiores porções de mercado. Essa convergência tem cada vez mais relação com o desenvolvimento de novas tecnologias, tais como a nanotecnologia, a biologia sintética e genômica, onde se observam convergências entre corporações do campo da genética, química, informática e petróleo, por exemplo, na busca do desenvolvimento de tecnologias para conservação de alimentos, embalagens, bem como para produção de agrocombustíveis (*ibid*).

Tão marcante quanto os números de concentração na economia dos alimentos, é a velocidade dos processos de fusão observados nos últimos anos. No caso das sementes, no ano de 2000, a fatia de mercado das dez maiores empresas era de 30% e nos agroquímicos, 84%. Essa velocidade de aquisições também pode ser observada no setor de processamento dos alimentos, bem como fortemente no setor de distribuição. Tal realidade reforça a perspectiva anteriormente apontada, do comportamento desses impérios alimentares em relação à política de incorporações de valores e não de geração de novas riquezas, bem como do controle do mercado

e domínio de determinado setor para impor seus ditames.

Essa realidade pressupõe um firme questionamento à proposição de abertura comercial e da perspectiva da regulação da demanda e oferta de alimentos por meio do mercado. Notadamente, o comportamento dos grupos empresariais dentro do sistema agroalimentar global demonstra um comportamento de oligopolização e consequente controle e regulação do mercado a partir de um reduzido grupo de corporações. Tal domínio pressupõe, inclusive, como já descrito, a possibilidade de delimitação das regras e normas de funcionamento deste mercado, definindo quem pode e quem não pode fazer parte deste jogo. Assim, a ausência de regulação por parte do Estado não necessariamente significa a eliminação de normas e controles no funcionamento do mercado, significa, isso sim, a regulação corporativa privada, “a 'empresa' penetra o mercado através da prescrição do que deve ser feito (e como, quando e por quem), mesmo nos lugares mais remotos” (PLOEG, 2008, p. 280).

Assim, o mercado passa a fazer parte do projeto de conquista e controle das grandes corporações, fundindo-se a ele, ao invés de cumprir o papel de promotor da concorrência, por meio da qual se regularia a oferta e o acesso aos alimentos. Para muito além da bastante visível impossibilidade de se atingir situações de equidade e justiça no âmbito da alimentação mediante a regulação pelo livre mercado, o que se observa é como esta retórica ideológica estabeleceu os marcos a partir dos quais se viabilizou um intenso processo de concentração corporativa e consequente acumulação de riquezas por parte de um reduzido grupo de empresas, que, diga-se de passagem, estruturaram-se, em seu período, com base nas políticas de proteção comercial e forte regulação estatal do mercado de alimentos.

Os impérios alimentares, por exemplo, não funcionam apenas *dentro* dos mercados. Ao contrário, eles representam o controle *sobre* esses mercados. O Império é o mercado disfarçado. Ele faz com que o mundo *pareça* um mercado, uma vez que existem muitos processos de compra e venda e os fluxos associados. Contudo, a *rota* desses fluxos é monopolizada, e as transações associadas só podem ser realizadas de acordo com as condições impostas pelo próprio Império.

[...] A retórica do mercado livre é acompanhada por um aumento súbito e abrangente da regulação e hierarquia. Os cidadãos que supostamente se movem 'livremente' nos 'mercados livres' recém-criados são sujeitos (especialmente se quiserem produzir ou envolver-se na prestação de serviços) a protocolos e procedimentos asfixiantes para o planejamento de controle, os quais tendem a excluir a condição de agente e a responsabilidade. (PLOEG, 2008, p. 266 e 281).

Dessa forma, os impérios alimentares controlam os *pontos de entrada* e os

pontos de venda (PLOEG, 2008) dessas redes estabelecidas, controlando as condições de acesso ou não aos seus processos. Tal perspectiva aponta para uma forma de 'comportamento' das grandes corporações na atualidade, que vão constituindo seus espaços sociais, políticos e geográficos de controle e domínio dos processos produtivos e dos mercados adjacentes. Nesse sentido, cabe aqui ressaltar que quando se fala de 'sistema agroalimentar em crise' está se referindo à sua capacidade de possibilitar a condição básica de garantia da alimentação como direito humano universal. Porém, o que se constata é que não há uma crise para os atores hegemônicos que atuam nessa dinâmica.

Um importante ponto de inflexão neste novo “regime alimentar imperial” – conforme definiu Ploeg, a partir da construção histórica dos diferentes “regimes alimentares”, feita por Harriet Friedmann (PLOEG, 2008) – tem a ver com o processo de concentração corporativa no mercado de varejo, ou seja, no âmbito da distribuição alimentar. Muito provavelmente o setor com maiores níveis de aquisições e fusões – observadas no dia a dia das médias e grandes cidades – e que ao controlar a etapa final da 'cadeia agroalimentar', o consumo, vem pressupondo um processo de reajuste a alinhamento dos setores a jusante do momento da aquisição dos alimentos.

Pela importância que tal temática tem tido na atualidade e sendo a perspectiva da construção de mecanismos alternativos de mercado o centro da análise deste trabalho, pretende-se fazer uma breve análise do papel do setor varejista na dinâmica de funcionamento e organização do sistema agroalimentar global na seção a seguir.

2.3.3 O controle da distribuição como elemento estrutural no atual sistema agroalimentar

Conforme o argumento aqui desenvolvido, a dinâmica imposta pela atuação em rede das grandes corporações alimentares motiva e pressupõe um crescente processo de concentração nos mercados. Tal realidade é mais recente, porém bastante intensa no que se refere ao setor de distribuição, no qual as grandes redes de supermercados têm ocupado espaços cada vez mais importantes no âmbito da

comercialização dos alimentos.

Essa dinâmica possui particular importância de análise uma vez que paralelo a este processo de concentração, também se observa uma crescente influência e determinação de normas e padrões de produção e abastecimento impostas desde a ponta final do negócio alimentar. A tendência à oligopolização dos mercados e seu caráter determinante no estabelecimento de procedimentos, muito provavelmente tem sua maior expressão na atualidade no âmbito da grande distribuição.

As grandes empresas de varejo têm sido as de maior crescimento nos últimos anos, sendo que as 100 maiores empresas controlam 35% do mercado mundial. As 10 maiores controlam 40% do mercado destas 100 (Tabela 4), sendo que somente o Wal-Mart (EUA) corresponde a 10% do volume comercializado pelas 100 maiores e 25% das 10 gigantes; quando acompanhado por Carrefour (França) e Tesco (Reino Unido), estas controlam 50% do mercado das 10 maiores (ETC Group, 2008). Pela tabela 4 pode se ter uma ideia dos volume movimentados pelas principais redes supermercadistas em nível mundial.

TABELA 4 – DEZ MAIORES EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL NO ANO DE 2007

Companhia	Vendas de Alimentos 2007 (milhões de dólares)	Vendas Totais 2007 (milhões de dólares)	% dos Alimentos nas Vendas Totais
1. Wal-Mart (EUA)	180.621	391.135	46
2. Carrefour (França)	104.151	141.087	74
3. Tesco (Reino Unido)	72.970	100.200	73
4. Schwarz Group (Alemanha)	58.753	70.943	83
5. Aldi (Alemanha)	55.966	65.251	86
6. Kroger (EUA)	52.082	73.053	71
7. Ahold (Reino Unido)	50.556	62.614	81
8. Rewe Group (Alemanha)	49.651	56.324	88
9. Metro Group (Alemanha)	49.483	73.538	71
10. Edeka (Alemanha)	45.397	51.272	89
Total das 10 Maiores	719.630	1.085.417	

FONTE: ETC Group (2008).

Segundo Wilkinson (2008, p. 132), “a participação dos supermercados no total do varejo nos seis países líderes da América Latina varia de 45-75%, com o Brasil em primeiro lugar, seguido por Argentina, Chile, Costa Rica, México e Colômbia”. No México, somente o Wal-Mart representa 50% das vendas em supermercado.

No caso brasileiro, a realidade é de um maior volume de concentração do que em nível mundial. A liberalização e abertura de mercados a partir da década de 1990 permitiram condições vantajosas para a entrada das grandes redes no país. Entre 1994 e 2005, as três maiores redes de supermercados passaram de uma participação de 18,5% para 38% no mercado varejista brasileiro. Destas três, apenas uma é de origem brasileira, o Grupo Pão de Açúcar, mas que já possui 50% de seu controle em mãos do Grupo Casino, francês. As demais, Carrefour e Wal-Mart são estrangeiras, e o caso desta última merece um olhar especial, considerando sua recente inserção no Brasil, passa de controlar 1,6% do mercado em 1999, para controlar 11% em 2005; sempre por meio de intensos processos de fusão e aquisição (FLEXOR, 2008).

A Tabela 5 representa os níveis e aumentos de faturamento das dez principais redes atuantes no Brasil, porém Georges Flexor destaca que este perfil de concentração pode ser considerado ainda mais intenso, conforme o autor ressalta:

A dinâmica do setor varejista brasileiro, que presenciou um processo de concentração na última década, apresenta todavia, alguns aspectos que a estrutura agregada não revela e que cabe destacar. Em primeiro lugar, a distribuição geográfica dos estabelecimentos dos grandes grupos aponta para um grau de concentração espacial muito maior que aqueles [descritos no parágrafo anterior]. [...] Ultimamente, os planos de expansão do Wal-Mart no Brasil são bastante ambiciosos e focam, em particular, os consumidores de baixa renda e a expansão geográfica. [...] Essa ambição do grupo americano, por fim, tem forçado a reação de seus rivais, como mostram os recentes movimentos do Carrefour com a compra do Atacadão em 2007 e a busca de respostas estratégicas pelo Grupo Pão de Açúcar (FLEXOR, 2008, p. 77,78)

De fato, a tendência de aumento da concentração é constante no Brasil, as cinco maiores distribuidoras passaram de controlar 40% do mercado varejista em 2004, para 46% em 2010, neste mesmo período o faturamento do setor como um todo aumentou em 106,3%, totalizando R\$ 201,6 bilhões (SALLOWICZ; ROLLI, 2011). No presente momento, a Companhia Brasileira de Distribuição, cujo grupo principal é o Pão de Açúcar, controla 18% deste mercado, seguido por Carrefour (14,4%), Walmart Brasil (11,1%), Gbarbosa (1,7%) e Zaffari (1,2%), respectivamente (SALLOWICZ; ROLLI, 2011).

TABELA 5 – CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS DE VAREJO POR VOLUME DE VENDA NO BRASIL (BILHÕES DE R\$)

Empresa	2006	2007
Carrefour	12,91	19,26
Grupo Pão de Açúcar	16,46	18,76
Wal-Mart	12,91	15,00
Gbarbosa/Cencosud	1,49	1,89
Zaffari	1,47	1,61
EPA	1,46	1,54
Bretãs	1,36	1,50
Prezunic	1,19	1,46
Angeloni	1,09	1,19
Super Muffato		1,15

FONTE: Wilkinson (2008).

A empresa Wal-Mart muito provavelmente seja o elemento-símbolo da atual dinâmica de estruturação dos sistema agroalimentar. Notadamente conhecida pela precarização nas condições de trabalho, dados, por exemplo, pelos baixos salários e pela exigência de não sindicalização de seus funcionários, assim como pela sua agressividade na inserção em novos mercados, o Wal-Mart tem estado nos últimos anos constantemente na lista das três maiores corporações mundiais (ETC Group, 2008; FLEXOR, 2008).

De forma a ampliar sua participação no mercado de alimentos, as grandes redes desenvolvem estratégias agressivas de ocupação de espaço nos mercados locais e regionais. Inicialmente esta expansão está voltada à entrada em grandes e médias cidades, onde, pelo seu caráter global, conseguem impor num primeiro momento de implantação, reduções consideráveis no preços dos produtos, de forma a atrair consumidores e ao mesmo tempo desestabilizar concorrentes. As estratégias passam pela abertura de novos locais próprios, porém há um destacado processo de aquisições e fusões com redes locais e regionais, que facilitam a sua entrada em novos mercados (SOLER, 2009).

Essa estratégia responde, em grande parte, ao perfil da atividade da comercialização, uma vez que o contato direto com o consumidor demanda um maior conhecimento dos hábitos e das preferências alimentares locais, bem como do perfil de renda e de comportamento econômico da população. Nesse sentido, joga papel estratégico a realização de fusões, parcerias e aquisições de empresas

locais e regionais, no sentido de absorver delas, o conhecimento das condições e da realidade local (FLEXOR, 2008; SOLER, 2009).

Diante disso, à implantação destas novas redes corresponde um decréscimo significativo dos empreendimentos comerciais locais e regionais. Pequenos e médios comércios se veem diretamente afetados pela concorrência estabelecida, seja pela disputa de preços, seja pelo estabelecimento de novos padrões de produto e de consumo (MALUF, 1999; WILKINSON, 2008; SOLER, 2009). Vê-se plasmada nesta realidade a dinâmica de organização e estruturação dos impérios alimentares. Conforme destaca Marta Soler, à medida que esse avanço das grandes redes vai se consolidando nas realidades locais, acentua-se a polarização entre as formas tradicionais de comercialização e as formas modernas dadas pelas grandes redes de hipermercados, acrescentando que:

A isto, se une a crescente desvinculação entre os sistemas comerciais regionais e os sistemas produtivos alimentários locais. As pequenas e médias empresas agroalimentares locais encontram cada vez maiores dificuldades para acessar os mercados, inclusive os mais próximos, e perdem o controle sobre as condições de qualidade e preço em que seus produtos chegam ao consumidor (SOLER, 2009, p. 19, tradução livre)

É importante destacar que a dinâmica imposta por esta forma organizacional em rede das grandes corporações impõe novos padrões não somente à sua dinâmica e aos seus espaços de atuação, mas acabam por determinar as condições e os marcos institucionais nos quais se movimentam todas as atividades econômicas no entorno do setor em questão. A expansão das grandes redes caracterizam “[...] o supermercado como uma inovação organizacional radical, que redefine a dinâmica do sistema agroalimentar, bem como a participação de todos os outros atores na cadeia, a partir do varejo” (WILKINSON, 2008, p. 130).

A proximidade com o público consumidor atribui ao setor de distribuição um papel determinante no conjunto do sistema agroalimentar, definindo padrões de qualidade dos produtos e procedimentos de produção, beneficiamento e transporte em todas as atividades a jusante do consumo final. Neste sentido, a agricultura como setor básico, passando por todas as demais etapas da cadeia agroalimentar, passa a ter suas características de produção (seleção de culturas, padrões de qualidade, volumes, periodicidade) determinadas a partir da ponta final do consumo. Tal processo resulta na exclusão daqueles grupos e setores da produção que, por falta de capital, nível de informação e capacitação e outros aspectos, não se

adequam aos critérios impostos desde fora. Particularmente no âmbito da agricultura familiar, as exigências de volume, frequência e regularidade de entrega levam a um considerável comprometimento de sua inserção nesta nova dinâmica de mercado (MALUF, 1999; BELIK, 2000; SOLER, 2009). Porém, todos os setores se veem de uma ou outra maneira afetados, conforme destaca Wilkinson (2008, p. 126):

As regras de jogo neste setor, contudo, como aliás no conjunto do sistema agroalimentar, tem se transformado dramaticamente com a modernização e a transnacionalização do varejo na forma dos super e hipermercados. Com um grande supermercado substituindo centenas de lojas de “secos e molhados” tradicionais, a exigência de escala se impõe brutalmente nesse setor. [...] Se isto não fosse suficiente, os supermercados, ao mesmo tempo, impõe uma nova dinâmica à coordenação do mercado a partir da implantação de sistemas de logística que, para o produtor, implica a capacidade de suprir e custear uma cesta mínima de produtos em forma planejada e contínua.

A nova dinâmica de organização das grandes redes revela efeitos diretos nas estruturas de abastecimento alimentar. Inicialmente, reconfigura os padrões de fornecimento por parte de produtores e distribuidoras. Por exemplo, notadamente no âmbito da compra de frutas, legumes e verduras, passam a criar centrais próprias de distribuição e realizam contratos diretos com produtores. Elevam, assim, a escala de pedidos, facilitando a negociação de preços, bem como de prazos de pagamentos e definição de padrões de qualidade dos produtos, estabelecidos de forma privada, a partir de suas demandas específicas (GREEN; SCHALER, 1999; WILKINSON, 2008). Desestabilizam-se, assim, as centrais públicas de distribuição – nas quais as relações de poder e exploração entre intermediários e produtores também compõem uma complexa e desigual correlação de forças – mas que possibilitavam o acesso a comerciantes de menor porte, bem como a produtores que reunissem melhores condições.

Por outro lado, no que se refere ao abastecimento ou a distribuição em si, a comercialização dos alimentos, essa capacidade desenvolvida pelas grandes redes de determinar padrões, periodicidade e perfis de produtos possui relação direta com a sua capacidade de construir demanda, ou seja, estabelecer o leque de produtos possíveis de serem ofertados. Com isso, colocam-se em questão as análises que atribuem um papel central ao consumidor, no sentido de este poder determinar os padrões de produção e consumo de alimentos, ou mesmo, aquelas que indicam que o redesenho dos hábitos alimentares da população tem determinado os padrões da indústria. Embora haja uma complexa relação entre demanda e oferta, e entre

possibilidades e necessidades de consumo, cabe ressaltar que essa suposta 'autonomia' do consumidor é relativa e também predeterminada, conforme destaca Soler (2009, p. 18, tradução livre):

Portanto, a crescente fragmentação do consumo alimentar, que se plasma na convivência da comida rápida americana com um crescente consumo de produtos frescos exóticos nos países industrializados ou o êxito das comidas “étnicas” ou a permanência dos gostos gastronômicos locais, não pode considerar-se exclusivamente um exercício da “soberania do consumidor”. A ele se unem o que o poder estratégico da distribuição também molda e orienta a reestruturação dos restantes setores dos sistemas agroalimentares neste período.

Dessa forma, o entendimento do papel que o setor de distribuição de alimentos cumpre dentro do sistema agroalimentar torna-se importante ferramenta de compreensão das formas de exclusão de grupos menos capitalizados e estruturados nas atividades prévias a esta. No caso da agricultura familiar e camponesa, esta perspectiva é particularmente importante de ser considerada, pois representa o mais novo campo de ameaças, e por vezes oportunidades, à sua sobrevivência e fortalecimento. Conforme descreve Maluf (2004, p. 300):

[...] os empreendimentos agroalimentares de pequeno e médio portes constituem componente central para uma estratégia de desenvolvimento assentada em atividades econômicas promotoras de equidade e inclusão social, em bases sustentáveis.

Compreender a dinâmica atual do sistema agroalimentar torna-se, portanto, fundamental para poder localizar o espaço desses empreendimentos em seu interior, bem como as possibilidades de alternativas para eles. Esse vasto campo de ameaças representa um importante ponto de debate no âmbito do acesso e construção de mercados para a agricultura familiar, e é particularmente relevante no âmbito da agroecologia. De forma mais ampla, esse debate se impõe na perspectiva da promoção da segurança alimentar e nutricional como um todo – haja vista sua concepção baseada no acesso universal a alimentos de qualidade e em quantidade suficientes (MALUF, 2009) – há de se colocar importante ênfase na discussão em torno dos mercados e da 'universalização' do acesso aos alimentos, visto que este enfoque estabelece um tenso diálogo com a necessidade de viabilização econômica da agricultura familiar e camponesa.

Neste sentido, na seção a seguir serão aprofundados aspectos do comportamento social, econômico e ambiental da agricultura familiar e camponesa, caracterizada como cultura ou civilização. Esta lógica de organização e

funcionamento se apoia em uma lógica própria, intensamente fragilizada pela atual forma de organização, e os padrões a ela vinculados, do sistema agroalimentar global. Por outro lado, esta sua lógica carrega elementos de resistência a estes padrões hegemônicos, bem como um potencial a ser desenvolvido ao pensar em construir formas sociais, econômicas e ambientais de contraposição a este modelo.

A agroecologia, como proposta alternativa de organização das atividades agroalimentares, funda-se a partir desta racionalidade camponesa que, em diálogo com o saber científico, se propõe a construir alternativas técnicas, organizativas e econômicas que possibilitem a viabilização da agricultura familiar e camponesa, portanto, garantir sua reprodução social. Abrem-se, nesse sentido, as possibilidades da agroecologia constituir-se em um campo de possíveis respostas às atuais crises da modernidade, notadamente as crises alimentar e ambiental.

O capítulo 3 busca, então, trazer elementos conceituais da constituição desta racionalidade característica da agricultura familiar e camponesa. Da mesma forma, apresenta a base teórica a partir da qual a agroecologia se estrutura, com destaque para uma construção conceitual holística, que aborda o caráter multidimensional desta. Essa abordagem possibilita a abertura do espaço prático e teórico de constituição e reflexão em torno das possíveis alternativas de mercado que se constituem no interior da agricultura familiar e camponesa e, dentro desta, dos processos agroecológicos, como meio para a constituição de sistemas agroalimentares alternativos.

CAPÍTULO 3 AS RACIONALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA E A CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA

A agricultura familiar e, dentro desta, o campesinato compreendem a categoria social privilegiada da proposta agroecológica, sendo seu 'público-alvo' e, ao mesmo tempo, a sua racionalidade e características culturais, ambientais, sociais e econômicas o elemento estruturador da práxis e teoria agroecológica.

Um dos aspectos fundamentais do campesinato (e de boa parte da agricultura familiar) como categoria social é sua primazia pela garantia da autonomia da unidade familiar de produção. Essa perspectiva se constrói em face de uma série de aspectos de âmbito interno e externo às unidades familiares de produção e das comunidades onde estas se encontram inseridas.

Neste sentido, a compreensão da relação entre os diferentes mercados acessados e(ou) construídos e a construção da autonomia no âmbito da agricultura familiar e camponesa se constituem em elemento-chave para a análise dos diferentes mecanismos de mercado desenvolvidos no âmbito das iniciativas agroecológicas, permitindo uma melhor compreensão sobre as possibilidades de enfrentamento, contraposição e construção de alternativas aos padrões sociais, econômicos e culturais hegemonzados pela globalização do capitalismo, neste caso, na configuração do sistema agroalimentar.

A partir dessa perspectiva, esta seção do trabalho se dedica a desenvolver a ideia da autonomia e sua relação específica com a constituição do campesinato como grupo social. Inicialmente se busca fazer uma leitura ampla dos conceitos de agricultura familiar e campesinato, procurando construir uma proposta conceitual que se adeque à realidade dos agricultores pesquisados.

Em seguida, trata-se de desenvolver a importância da perspectiva da autonomia dentro da compreensão do campesinato como categoria social e, dentro deste debate, o papel central ocupado pelas relações estabelecidas entre as unidades camponesas de produção e vida e os mercados. A partir desta leitura, desenvolvem-se alguns aspectos, dentro deste debate, que se configuram como limitantes ao desenvolvimento do campesinato, o que foi denominado 'bloqueios' no âmbito da agricultura familiar e camponesa e que se caracterizam como estrangulamentos à sua condição e à sua capacidade de reprodução social

(WANDERLEY, 2009).

Por fim, utilizando-se da base conceitual do campesinato, situa-se a construção teórica do conceito de agroecologia. Inicialmente aborda-se a estreita relação existente entre a agroecologia e a constituição da agricultura familiar e camponesa como forma social que sustenta esta proposta. Em seguida, apresenta-se a ideia do diálogo de saberes como abordagem inerente à construção da agroecologia. Da mesma forma, busca-se promover uma leitura sobre o caráter multidimensional da agroecologia, de forma a apresentar a teoria e práxis agroecológica em alternativa concreta para um desenvolvimento rural focado na sustentabilidade ambiental, equidade econômica e justiça social.

3.1 AS DENOMINAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR

Um amplo debate se desenvolve no âmbito da definição e construção de uma teoria em torno da dinâmica social, econômica, ambiental e cultural das formas de organização e funcionamento das unidades familiares de produção agrícola.

De fato, há uma vasta tradição dentro dos estudos sobre o campesinato que visam explicar os aspectos socioculturais e econômicos deste grupo social, buscando, em geral, a convergência de determinadas características que delimitam elementos de unidade no comportamento das unidades familiares de produção. Dentre esta rica tradição, Wanderley (2009) extrai duas distintas dimensões como forma de compreender o campesinato, complementares entre si. A primeira é dada por uma abordagem do campesinato que o compreende como civilização ou cultura, e nela os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais se encontram intimamente interligados e configuram um tecido social comum. Tal perspectiva é atribuída a autores como Mendras, Jollivet e no Brasil, Antonio Cândido, Carlos Rodrigues Brandão entre outros.

Uma segunda dimensão compreende o campesinato “como uma forma social particular de organização da produção” (WANDERLEY, 2009, p. 187), caracterizando o que a autora denomina uma agricultura camponesa. Mais restrita que a abordagem do campesinato como civilização ou cultura, o centro desta perspectiva está na análise da unidade de produção gerida pela família, sendo que “este caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre

patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica” (*idem*).

Uma leitura próxima a essa perspectiva pode ser encontrada em Ploeg (2008), desenvolvida pelo autor no sentido de uma diferenciação entre o que ele define como “condição camponesa” e o “modo camponês de fazer agricultura”. Segundo o autor, esta condição camponesa pode ser definida como:

(1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. (PLOEG, 2008, p. 40).

Ambos os autores apontam para a necessária conjugação e complementaridade dessas abordagens como forma de enriquecer a leitura teórica sobre o campesinato, bem como facilitar sua compreensão e utilidade prática.

Torna-se evidente que, guardadas as devidas diferenças, a abordagem da civilização ou cultura camponesa desenvolvida por Wanderley (2009), e a perspectiva da condição camponesa apontada por Ploeg (2008) carregam uma característica básica em sua concepção, dada pela relação que a família e a comunidade camponesa estabelecem com a sociedade como um todo, mediada por diversos aspectos, entre eles, a questão central da relação com os mercados (PLOEG, 2008; WANDERELEY, 2009).

É amplo e rico o debate em torno da “atualidade” das diferentes teorias acerca do campesinato. A chamada modernização da agricultura difundida pela expansão do modelo da ‘revolução verde’, o constante e cada vez mais agressivo processo de industrialização e mercantilização dos sistemas de produção e, conseqüentemente, das relações sociais, econômicas e culturais em torno destes, são retratos de uma influência cada vez maior do meio ‘externo’ no ambiente das unidades familiares e as comunidades em que se agrupam.

Ou seja, cada vez mais, **as formas, a intensidade e a necessidade de relação com os mercados e, por meio desta, com a sociedade global como um todo, cumprem um papel fundamental na compreensão sobre a contemporaneidade da discussão em torno do campesinato** (LAMARCHE,

1993; WANDERLEY, 2009).

Particularmente no caso brasileiro esta discussão assume uma nova dimensão a partir da difusão do conceito de agricultura familiar, notadamente em meados da década de 1990, quando da criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) por parte do governo federal, a partir das pressões dos movimentos sociais do campo. A denominação 'agricultura familiar' começa a ganhar espaço, sendo que, para alguns, esta abordagem se refere à tipologia utilizada pelo PRONAF para orientar suas políticas¹⁰. Outra abordagem busca diferenciar o agricultor familiar como aquele 'mais adaptado' à modernidade, portanto às exigências dos mercados, processo ao qual os 'pequenos agricultores' ou de subsistência não se adequariam. Poderiam estes agricultores familiares, então, ser definidos como agricultores em vias de consolidação (WANDERLEY, 2009).

Segundo Lamarche (1993), essa condição está em grande parte atribuída ao modelo de desenvolvimento agrícola e agrário adotado pelos diferentes países, sendo que em determinadas regiões a agricultura familiar encontra-se plenamente integrada ao mercado, sendo o setor fundamental da economia agrícola da nação, já em outras regiões, esta se encontra desestruturada, fundada na produção de subsistência. Ou seja, as políticas adotadas pelos diferentes países podem definir por ter a agricultura familiar como base para seu desenvolvimento, notadamente mediante sua franca integração com o mercado, bem como podem relegá-la a um papel secundário, sendo desacreditada como forma social e econômica capaz de contribuir ao desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, muitas das análises realizadas em torno da agricultura familiar se baseiam no que foi denominado por Wanderley (2009) como uma perspectiva

¹⁰ Essa perspectiva se viu reforçada pela aprovação, no ano de 2006, da Lei da Agricultura Familiar, a Lei nº 11.326, que definiu, em termos legais, as características do 'agricultor familiar', basicamente para fins de delimitação do público em condições de acessar as políticas voltadas à agricultura familiar. O texto da lei utiliza os seguintes critérios para 'definição' do agricultor familiar:

"Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família." (BRASIL, 2006, s/p)

‘evolutiva’, ou seja, a condição de agricultor familiar passa pela adequação aos padrões da modernidade na agricultura, ‘superando’ a condição de camponês, dada como perspectiva historicamente ultrapassada, referida ao passado, buscando caracterizar uma situação de ruptura entre o agricultor familiar “moderno” e o camponês “tradicional”.

No entanto, outros estudiosos abordam essa questão sob uma perspectiva diferenciada, analisando este processo vinculado às condições históricas de desenvolvimento do campesinato, tendo como fundamento os princípios básicos que orientam a dinâmica interna da unidade familiar que se reconfiguram, desconstroem e reconstroem em diálogo com a sociedade em geral. Conforme afirma Wanderley (2009, p. 189), “mais do que, propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar ‘moderno’, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de rupturas e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais”. Nesta linha, Ploeg, tratando da dinâmica do campesinato na Europa, afirma:

Embora exista uma forte tendência nas Ciências Sociais para delegar a noção de camponês, campesinato e modo de produção camponês ao passado e/ou à periferia, pode-se argumentar que os mesmos conceitos também são essenciais para uma compreensão de muitos processos de desenvolvimento na Europa. O camponês não está apenas escondido no passado ou em locais distantes. Às vezes, desempenha um papel discreto, mas também decisivo, em lugares altamente modernizados. (PLOEG, 2009, p. 43).

Dentro dessa mesma linha de ‘rupturas e continuidades’, Lamarche (1993) adota a perspectiva de que as diferentes configurações da agricultura familiar na atualidade partem da base comum sustentada pelas diferentes teorias preocupadas em analisar o funcionamento do campesinato (Chayanov, Mendras, Shanin etc.). Assim, o autor considera que, independentemente das condições na qual a agricultura familiar se desenvolveu em cada região, ela toma como referência um *Modelo Original*, a partir do qual conserva, ressignifica e promove rompimentos consideradas as condições sociais, econômicas e ambientais em que está inserida. Este *Modelo Original* lhe confere um patrimônio sociocultural, a partir do qual toma as suas decisões. Desta forma, a abordagem realizada por Lamarche e demais autores reafirma a perspectiva de ‘rupturas e continuidades’ proposta por Wanderley, segundo a qual o agricultor familiar toma suas decisões tendo em conta os:

níveis de influência sobre o funcionamento das explorações, estando de um

lado o patrimônio sociocultural que cada explorador e sua família dispõem e, de outro, as escolhas políticas que lhes dizem respeito, efetuadas pela Sociedade Global. O funcionamento da exploração familiar deve ser analisado dentro dessa dinâmica e cada tomada de decisão importante é resultante de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir. (LAMARCHE, 1993, p. 19).

O estudo coordenado por Hughes Lamarche analisou a realidade da agricultura familiar em países com diferentes realidades socioeconômicas e políticas, de forma a permitir captar os diferentes mecanismos e formatos organizativos que a agricultura familiar assume de acordo com a história e o contexto onde se encontra inserida. A partir dessa análise, Lamarche constrói quatro tipologias que delimitam, segundo o autor, os principais formatos/modelos de organização da agricultura familiar na atualidade.

A análise, realizada dentro de uma perspectiva sociológica, tem como eixo a reflexão em torno do grau de integração dos agricultores à economia de mercado, porém integração não somente do ponto de vista econômico, mas conforme descreve o autor:

[...] concebemos esta integração em seu mais absoluto sentido, isto é, ao mesmo tempo nos planos técnico-econômico e sociocultural [...]. A um certo grau de integração com o mercado corresponde uma certa relação com a sociedade de consumo, um certo modo de vida e um sistema de valores e de representação específica. (LAMARCHE, 1998, p. 62).

O estudo propõe quatro 'modelos' a partir dos quais pode-se buscar compreender os diferentes desenhos socioeconômicos que a agricultura familiar assume na atualidade. Um primeiro modelo proposto refere-se ao “*modelo empresa*”, caracterizado “por relações de produção pouco (ou não) familiares e fortemente dependentes” (*ibid*, p. 67), ou seja participação familiar no trabalho é menos importante, mas ainda se mantém no que se refere ao trabalho responsável pela manutenção do estabelecimento. O segundo modelo proposto denomina-se “*modelo empresa familiar*”, que se distingue do anterior pela centralidade da família no que se refere à mão de obra necessária à organização do trabalho, sendo que “o patrimônio é uma noção exclusivamente familiar e o futuro da unidade de produção é pensado em termos de reprodução familiar” (*ibid*, p. 70).

O terceiro modelo proposto é o da “*agricultura camponesa e de subsistência*”, caracterizado pelo predomínio das lógicas familiares e pelo reduzido grau de dependência em relação ao meio externo, “o objetivo primeiro aqui é satisfazer as

necessidades familiares” (*idem*). No entanto, faz-se necessária a distinção entre o perfil do agricultor de subsistência, centrado basicamente na sobrevivência do grupo doméstico, visto que um estabelecimento camponês não se reduz a somente essa perspectiva. Por fim, o quarto modelo proposto pelo estudo é o da “*agricultura familiar moderna*”, caracterizado pelos estabelecimentos que procuram uma redução permanente no papel cumprido pela família, porém primam pela busca de níveis cada vez maiores de autonomia, ou seja, representa um modo de funcionamento “que teria se libertado, ao mesmo tempo, das limitações familiares materiais, mas principalmente morais e ideológicas, e das dependências técnico-econômicas” (*ibid*, p. 71).

Cabe ressaltar a preocupação do autor em esclarecer a característica dessa tipologia tendo-a como “*modelos ideais*” em torno dos quais se encontra a maioria da realidade concreta dos estabelecimentos familiares pesquisados, sendo poucos ou nulos os casos em que algum estabelecimento se enquadra exatamente em um dos modelos. Tal realidade pode ser considerada como característica da maneira de organização e funcionamento da agricultura familiar, algo intrínseco à sua racionalidade (uma racionalidade oriunda de sua origem camponesa), de forma a permitir uma flexibilidade que lhe dê condições de realizar movimentos que a aproximem mais ou menos de um ou outro modelo, conforme descreve Lamarche (1998, p. 72):

Aparece aqui muito claramente que todos os estabelecimentos estudados permanecem em situações intermediárias em relação aos extremos, como se não quisessem ou não pudessem engajar-se mais profundamente em seu modelo *ideal* respectivo. Essa prudência pode ser considerada como um fator de equilíbrio na medida em que esses produtores procuram conservar uma certa margem de manobra, uma capacidade de regulação e de adaptação às diversas limitações, tanto internas quanto externas, com as quais eles devem defrontar-se regularmente.

Assim, a opção pela adoção da terminologia “agricultura familiar e camponesa” vincula-se ao fato de que as informações coletadas a campo, bem como a experiência acumulada pelo autor com a realidade em estudo, levam a posicionar a ampla maioria dos estabelecimentos pesquisados em situações que giram na órbita dos dois últimos modelos teóricos propostos por Lamarche, da “*agricultura camponesa e de subsistência*” e da “*agricultura familiar moderna*”. Em grande parte, as situações vivenciadas a campo podem ser aproximadas ao modelo da agricultura familiar moderna, por serem agricultores inseridos no mercado e que

mantêm importantes e regulares vínculos com a sociedade como um todo. No entanto, contam com forte presença da mão de obra familiar, que, se escassa, deve-se a motivos relativos à permanente saída dos jovens do meio rural, provocada por questões mais amplas do que a viabilização econômica (CARNEIRO, 2008), tais questões, porém, não são objeto deste estudo, apesar de sua relevância na dinâmica interna das famílias e grupos pesquisados.

Em uma perspectiva complementar dessa análise considera-se que a relação estabelecidas pelos agricultores com as novas condições sociais, econômicas e inclusive ambientais que a modernidade lhe trouxe, encontra-se fundamentada em uma ‘bagagem histórica’, que se traduz em práticas e estratégias de sobrevivência que garantam sua reprodução social como **unidade familiar**. Esta se sustenta em princípios e mecanismos de funcionamento que bebem na fonte da sua história como categoria social, ou seja, de uma civilização ou cultura camponesa. Conforme assevera Wanderley (2009, p. 189,190, grifo nosso):

Não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional, tal como foi analisado pelos seus “clássicos”. Esteve e está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas, que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar. Porém, parece evidente, como foi dito acima, que a “modernização” desta agricultura não reproduz o modelo clássico (refiro-me aqui aos outros “clássicos”) da empresa capitalista, e sim o modelo familiar. Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, **o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida**; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. **Este agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que fala Jollivet), na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão.**

Nesse sentido, a abordagem aqui adotada, quando se trata da questão da agricultura familiar e camponesa, fundamenta-se nessa centralidade da questão familiar como elemento fundante da lógica social, econômica e ambiental dos agricultores, para os quais, conforme descreve Ploeg (2008, p. 43), “a possibilidade de conceber, controlar, construir e re-construir o processo de trabalho (e os muitos recursos, ciclos, tarefas e relações que este implica) é estratégica em todos os níveis de desenvolvimento”.

Portanto, **a denominação “agricultura familiar e camponesa” aqui**

adotada se sustenta, em termos de concepção e fundamento teórico, na perspectiva das ‘continuidades e rupturas’, no que se refere às formas que os agricultores desenvolveram para se adequar e ao mesmo tempo enfrentar, resistir e refazer sua relação com os padrões e ditames da modernidade. Ou seja, há elementos novos na (re)construção deste agricultor cada vez mais ‘globalizado’, no sentido de que crescentemente suas decisões se veem permeadas pela influência da sociedade global. A própria análise realizada nesta tese encontra-se centrada nestas novas construções e ressignificações que os agricultores fazem a partir de sua carga histórica, como tradição camponesa, e de seu permanente diálogo com a sociedade, a relação com os mercados.

Daí porque, a tradição dos estudos camponeses torna-se elemento estrutural para a compreensão das lógicas que orientam as decisões tomadas pelos agricultores contemporâneos. Da mesma forma, a compreensão de suas relações com uma sociedade global, cujas transformações tecnológicas, sociais, econômicas, culturais e ambientais são cada vez mais intensas e esparsas, e das formas de diálogo e resistência que os agricultores desenvolvem, cumpre, também, papel fundamental para análise dos processos em que se encontram envolvidos.

O uso da terminologia “agricultura familiar e camponesa” tem, então, como ponto de apoio as duas premissas aqui apresentadas. Uma primeira centrada na identificação dos grupos de agricultores pesquisados com uma tipologia ou categorização, pela qual, conforme descreve Wanderley (2009), a agricultura camponesa pode ser entendida como uma forma da agricultura familiar. Nesse particular é que se dá a aproximação aos modelos teóricos propostos por Lamarche da agricultura camponesa e de subsistência e o modelo da agricultura familiar moderna. **Porém, conforme ressalva o próprio autor, mais do que enquadrar-se nesses modelos, o que se observa são situações intermediárias, que se movimentam entre um e outro modelo, tanto no espaço como na trajetória de cada estabelecimento familiar.**

A segunda premissa baseia-se na importância e na atualidade da teoria do campesinato como um dos fundamentos teóricos que contribuem para explicar o comportamento dos estabelecimentos familiares na atualidade, principalmente em virtude de seu cada vez mais intenso processo de diálogo com a sociedade global, e os tensionamentos gerados por este diálogo nos processos de ruptura e

continuidade do caráter familiar dos estabelecimentos.

Com apoio nessa abordagem, busca-se desenvolver na seção a seguir a temática da autonomia na agricultura familiar, um dos aspectos centrais nas elaborações das teorias do campesinato como forma de sustentar a lógica familiar de organização e funcionamento dos estabelecimentos. Tal aspecto possui particular relevância no que se refere à questão da relação com os mercados, ponto nevrálgico na configuração de situações de maior e menor autonomia dos estabelecimentos em relação ao meio 'externo'.

3.2 AS RACIONALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA: A BUSCA PELA REPRODUÇÃO SOCIAL E AUTONOMIA

Como forma de compreender a dinâmica da agricultura familiar na conjuntura atual, faz-se relevante retomar alguns aspectos da configuração do campesinato como forma social ou cultura, que carrega características específicas ao seu funcionamento e racionalidade técnica, econômica e sociocultural. Conforme já foi descrito, a relevância deste resgate e compreensão evidencia-se pela concepção aqui proposta de compreender que há elementos de rompimento, mas também de continuidade com esta tradição, na agricultura familiar contemporânea, a partir dos quais as unidades familiares de produção agrícola vão se moldando em seu diálogo e confronto com as condições que a modernidade lhes impõe e apresenta. Justamente esta 'tradição camponesa' é que propicia as condições ao agricultor familiar moderno para adequar-se aos novos padrões da sociedade global (WANDERLEY, 2009).

Precisamente, é o atendimento à lógica familiar de organização social, econômica e ambiental da atividade produtiva que compreende o principal alicerce da racionalidade camponesa e sua principal diferenciação em relação à lógica das demais formas de organização da produção, ou seja, “é no fato de encontrarmos uma família que responde tanto pela organização técnica da produção quanto pela execução das atividades e, sobretudo, pelo destino a ser dado aos seus resultados, que reside a especificidade da exploração familiar” (CARNEIRO, 2008, p. 257). Daí porque é possível se falar em uma 'economia camponesa', sustentada em preceitos e condicionantes próprias do agir e do porvir das famílias camponesas (CHAYANOV,

1974; SHANIN, 1976; WILKINSON, 1986; SEVILLA-GUZMÁN, 2006b; WANDERLEY, 2009). Conforme destaca Wanderley (2009, p. 156), “é importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente”.

Dessa forma, pode-se falar em características comuns que configuram as sociedades camponesas e, portanto, a bagagem social e cultural a partir da qual os agricultores familiares modernos estabelecem seus vínculos com a sociedade global e moldam suas decisões socioeconômicas em busca de abrir ou encontrar brechas que permitam sua permanência, a partir de sua lógica e racionalidade econômica. Wanderley (2009) sintetiza algumas dessas características propostas por Mendras (1976) como um “modelo geral” de sociedade camponesa, a partir do qual diferentes arranjos se formam, como sendo: “uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarcia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global” (WANDERLEY, 2009, p. 157).

A delimitação proposta por Mendras insere-se na vasta teoria dos estudos camponeses, que, aplicando diferentes olhares, a partir de diversas disciplinas, apontam um traço central para o estabelecimento da condição camponesa: a estruturação de um modo de ser e agir focado na construção e garantia da autonomia da família. Autonomia esta que pode dar-se no âmbito da produção, da sua relação com a sociedade e da garantia de seu sustento. Conforme assevera Wanderley (*idem*):

A autonomia é demográfica, social e econômica. Neste último caso, ela se expressa pela capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, em dois níveis complementares: a subsistência imediata, isto é, o atendimento às necessidades do grupo doméstico, e a reprodução da família pelas gerações subsequentes. Da conjugação destes dois objetivos resultam suas características fundamentais: a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar.

Essa autonomia se reflete, então, em vários âmbitos da atividade social, econômica e cultural do campesinato, e tem importantes implicações do ponto de vista ambiental. Um dos aspectos estruturais na constituição da autonomia do campesinato está delimitado pela posse ou acesso à terra. Este se configura como recurso primordial para se exercer a atividade produtiva familiar e que permite a

condição autônoma, no sentido de o agricultor ser o agente capaz de tomar todas as decisões no que se refere ao manejo e à gestão do espaço físico onde sua família vive e trabalha (PLOEG, 2008; WANDERLEY, 2009). Para Sevilla-Guzmán (1990, p. 201, tradução livre), o campesinato se caracteriza como “um modo de produção no qual a posse da terra é um pré-requisito para que o trabalhador tenha a propriedade do produto de seu próprio trabalho”. Neste sentido:

Motivo para organização de movimentos, a terra constitui o pré-requisito da existência do colono enquanto categoria social. Em função do que significa para sua sobrevivência, para a conquista de sua liberdade ou autonomia e para a constituição de um patrimônio familiar, a terra apresenta-se como um dos elementos mais relevantes da organização do colono [*camponés*] (BRANDENBURG, 1998, p. 89, 90).

No que se refere aos aspectos técnico-produtivos, as diferentes realidades e os contextos das comunidades camponesas coincidem, guardadas as especificidades de cada região, no desenvolvimento de sistemas de produção diversificados e que primem pela integração agricultura-pecuária. Tal perspectiva se sustenta nas necessidades de autoconsumo da família, mas revelam uma racionalidade ambiental baseada na preservação e ampliação da base de recursos naturais de que dispõem e manejam (SEVILLA-GUZMÁN, 2006a; PLOEG, 2008; WANDERLEY, 2009). Conforme destaca Ploeg (2006, p. 22):

Esta luta pela autonomia, que o campesinato compartilha com muitas outras categorias sociais, articula-se, no caso específico do campesinato, como processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos autocontrolada, sendo a terra e a natureza viva (cultivos, animais, luz solar, água) suas partes essenciais.

As estratégias de gestão da unidade produtiva se inserem nesta lógica da busca pela autonomia, notadamente no que se refere à relação com os mercados, seja no âmbito da aquisição de insumos necessários à produção e ao consumo interno, seja na comercialização da produção. A busca da autonomia reflete-se na relação 'cuidadosa' que o campesinato resguarda em relação aos mercados, por vezes de maior proximidade, por vezes mais contraída. Há um esforço permanente de fortalecimento de sua base de recursos, composta por não mercadorias, tais como insumos e ferramentas de produção própria, a produção para o autoconsumo e o próprio trabalho familiar. Da mesma maneira, procura-se desenvolver estratégias de comercialização da produção, ou seja, do acesso aos mercados, que garantam o necessário para assegurar sua reprodução como unidade familiar, neste sentido:

Uma expansão da base de recursos através do estabelecimento de relações de dependência com o mercado de fatores de produção é evitada – isso corre contra a luta por autonomia e pode levar a um aumento no custo de transação. Assim, a (relativa) escassez de recursos disponíveis faz com que a chamada 'eficiência técnica' (Votopoulos, 1974) e a mudança técnica não-material (Salter, 1966) tornem-se centrais: no modo de produção camponês, os produtores precisam obter o maior resultado possível com uma dada quantidade de recursos – e sem que haja uma deterioração da qualidade destes recursos. [...] Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção como valores-de-uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que são utilizados para produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção. Tal padrão contrasta consideravelmente com a produção dependente do mercado [...], na qual todos os recursos são mobilizados em seus correspondentes mercados para, em seguida, entrarem no processo de produção como mercadorias (PLOEG, 2009, p. 25, 27 e 28).

Apesar do caráter essencialmente vinculado à reprodução da unidade de produção, a busca da autonomia não pode ser explicada por uma racionalidade econômica ou contábil, em que o agricultor define suas estratégias a partir de uma perspectiva unicamente focada na gestão da atividade produtiva. O processo de construção da autonomia é mediado por relações estabelecidas no âmbito da família, da comunidade e da sociedade global, e é carregado de uma história cultural que permeia de subjetividades o complexo emaranhado de decisões tomadas pela família (CARNEIRO, 2008).

Para apreender a lógica de atuação dos indivíduos, faz-se necessário reter que tão importante quanto o caráter de unidade de produção é o caráter familiar da unidade, no sentido de que a inter-relação entre o âmbito do parentesco e do trabalho é que orienta as decisões a serem tomadas, e que tem influência em ambas as esferas. Portanto, o caráter familiar da agricultura familiar não está centrado somente nas relações de trabalho que sustentam a atividade produtiva, mas na integração deste aspecto com um conjunto de fatores sociais e culturais que permeiam a vida da família. Para Carneiro (2008, p. 259, 260):

é necessário levar em conta a dinâmica interna da unidade familiar para apreendemos o espaço de autonomia dessa unidade na formulação de estratégias reprodutivas e na articulação com as condições externas. No entanto, é preciso enfatizar que a ideia de autonomia não implica a formulação consciente das estratégias a serem implementadas pelo grupo familiar, nem a independência em relação às condições externas. Mas, diferentemente do trabalhador assalariado, a unidade familiar de produção, por ser sustentada pela íntima relação entre trabalho e parentesco, apresenta maior margem de negociação interna na elaboração de caminhos alternativos de reprodução social. [...] A unidade familiar, entendida como entidade plástica e mutante, tem a capacidade de elaborar estratégias para se adaptar às condições econômicas e sociais. No entanto, cabe enfatizar

que esses rearranjos que, não raro, dialogam com a tradição – rejeitando-a ou revalorizando-a – não se limitam ao plano das relações observáveis empiricamente [...]. Em outras palavras, fatores de ordem cultural, e até mesmo subjetiva, interferem diretamente na trajetória econômica dessas unidades produtivas.

Ao aliar no mesmo espaço as relações de produção e trabalho com as familiares, a lógica econômica da unidade familiar de produção se vê orientada por uma série de valores e motivações que vão além da racionalidade econômica hegemônica, da obtenção do lucro. Isto significa que o agricultor não visa a ganhos e(ou) melhorias na sua qualidade de vida? Definitivamente não, o que se coloca em questão neste momento é que o processo de tomada de decisões dentro da unidade familiar de produção não segue os ditames, por assim dizer, 'convencionais' da economia. Seu processo de gestão e trabalho na atividade produtiva se encontra orientado por uma perspectiva de eficiência econômica, ou seja, “a primeira característica importante do modo camponês de fazer agricultura é que ele é orientado para 'a produção e crescimento do máximo de valor agregado possível” (PLOEG, 2008, p. 60), no entanto, não pode ser reduzida a uma lógica técnica ou meramente gerencial da atividade, conforme destaca Neves (1998, p. 30):

A compreensão do peso de projetos e valores que orientam as relações familiares e de sua interferência nas formas de gestão e operação da unidade produtiva é fundamental para entender que a produção não se constitui em atividade isolada, que os agricultores não podem ser reduzidos a agentes econômicos.

Assim, o agricultor familiar orienta sua ação econômica por uma busca permanente de autonomia, que, muito longe de poder ser considerada como independência ou isolamento em relação à sociedade que o circunda, refere-se a uma atitude constante e permanente de valorizar seus próprios recursos e de extrair destes as condições para garantir a reprodução de sua unidade familiar de produção (PLOEG, 2008, WANDERLEY, 2009). Em outras palavras, significa que:

Sua linha de conduta não pode ser ditada do exterior. Só ele pode apreciar as circunstâncias que sua ação deverá levar em conta. Ele deve poder a todo momento modificar os seus projetos, seu programa de trabalho, para enfrentar um fato novo. Ele tem, assim, a necessidade de ser plenamente responsável. Enfim, e sobretudo, ele é o único que pode impor a si mesmo esta terrível disciplina, estes cuidados minuciosos, esta sujeição de todos os instantes. (GERVAIS *et al.*, 1965 *apud* WANDERLEY, 2009, p. 159).

A perspectiva que une o trabalhador, consumidor e, diria, o 'gestor' da atividade produtiva na mesma pessoa, o agricultor, determina uma lógica totalmente diferenciada daquela que Ploeg (2008) definiu como os modos empresarial e

capitalista de fazer agricultura. Conforme destacamos, a articulação desta perspectiva com as relações de parentesco e os valores culturalmente estabelecidos constituem no campesinato uma forma econômica diferenciada que não pode ser compreendida por uma abordagem restrita ao caráter capitalista da produção (CHAYANOV, 1974[1925], 1975; WILKINSON, 1986; PLOEG, 2008; PONTES, 2005). Conforme assevera Chayanov (1975, p. 19, tradução livre):

Na exploração familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua capacidade de trabalho em cultivar a terra e recebe como resultado do trabalho de um ano certa quantidade de bens. Um simples olhar sobre a estrutura interna da unidade de trabalho familiar basta para compreender que é impossível sem a categoria dos salários impor nesta estrutura o lucro líquido, a renda e os juros do capital como categorias econômicas reais no sentido capitalista da palavra. (...) Este produto do trabalho familiar é a única categoria possível de ganho para a unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, porque não há como desagregá-lo analítica ou objetivamente. Dado que não há o fenômeno social dos salários, o fenômeno social do lucro líquido também falta. Resulta então impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro.

Para além do amplo debate em torno do caráter não capitalista ou capitalista da produção familiar, o que interessa destacar é que as categorias econômicas convencionalmente utilizadas para avaliar o comportamento e a eficiência de uma atividade produtiva não se adequam e muito menos explicam a lógica de funcionamento da economia camponesa. Esta lógica camponesa, entre outros aspectos, baseada em um processo de integração e distanciamento em relação aos mercados, na constante busca por maiores níveis de autonomia, não encontra respaldo nas teorias econômicas prevalecentes, “na verdade, essas diferenças de elevado potencial de relevância são 'ocultadas' pelas abordagens dominantes de contabilidade e pelos conceitos neoclássicos em que elas são fundamentadas” (PLOEG, 2008, p. 69).

Tal perspectiva motiva um frutífero debate no meio acadêmico – e político inclusive, uma vez que a referência em uma ou outra concepção se reflete claramente na perspectiva de desenvolvimento e conseqüentemente no perfil das políticas públicas implementadas pelos governos –, o qual não se pretende reproduzir aqui, dado não ser esta questão o foco único do trabalho. No entanto, pretende-se resgatar aqui alguns elementos relevantes da compreensão do comportamento econômico das unidades familiares de produção, considerados como importantes referências para análise e compreensão das estratégias desenvolvidas pelo grupo da Rede Ecovida de Agroecologia na constituição de

novos mecanismos de mercado.

Neste sentido, objetiva-se a seguir resgatar elementos teóricos do comportamento econômico da unidade familiar de produção considerados como relevantes para análise da realidade pesquisada, notadamente no que se refere às estratégias desenvolvidas para a construção de “espaços de autonomia” (FERREIRA, 1998) que garantam as condições favoráveis ao processo de reprodução social da agricultura familiar e camponesa. Dentre a vasta construção conceitual em torno da relevância da autonomia para agricultura familiar e camponesa, buscou-se delimitar aqui três elementos importantes neste processo, que se encontram articulados entre si, e com outras categorias importantes da teoria do campesinato, mas que para facilitar a análise serão aqui descritos de forma desagregada, são eles: *i*) o balanço trabalho-consumo no âmbito das unidades familiares de produção; *ii*) o autoconsumo como estratégia para construção de espaços de autonomia; e *iii*) a constituição e relevância das relações de solidariedade e reciprocidade nas estratégias econômicas das unidades familiares de produção.

3.2.1 O Balanço trabalho-consumo nas unidades familiares de produção

Em sua busca pela construção de espaços de autonomia, o agricultor familiar enfrenta a complexa realidade de articular, no mesmo espaço e tempo, a função de empregado e empregador, do gestor e do trabalhador, do proprietário do capital e do proletário. Enfim, seu processo de trabalho e gestão se vê entremeado por um conjunto de relações econômicas – às quais devem se agregar as de cunho social e cultural, no âmbito da família e da comunidade – que compreendem uma outra racionalidade econômica distante da lógica hegemônica prevalecente. Nem a racionalidade capitalista, nem a do socialismo de Estado conseguiram compreender e quanto menos abrir espaços ou valorizar a lógica econômica do campesinato.

É nesse prisma, que muitos autores da teoria do campesinato afirmam ser a economia camponesa uma economia não capitalista, dentre elas destaca-se Alexander Chayanov, responsável pela elaboração de uma das principais teorias para compreensão do comportamento econômico das unidades familiares de

produção, ao qual se denominou “balanço trabalho-consumo” (Chayanov, 1974). É a partir dessa dinâmica que o autor desenvolve seu pensamento, no sentido de demonstrar que os preceitos da economia capitalista não são suficientes, ou mesmo não se aplicam, para explicar o comportamento econômico de unidades familiares de produção, conforme destaca:

No pensamento econômico não poderemos avançar somente com as categorias capitalistas, porque uma região muito vasta da vida econômica (a maior parte da área da produção agrária) se baseia, não em uma forma capitalista, mas sim na forma completamente diferente de uma unidade econômica familiar não assalariada. Esta unidade tem motivos muito especiais para a atividade econômica, bem como uma concepção muito específica do que é remunerável. [...] Inclusive uma simples análise teórica de seus fenômenos econômicos específicos não sempre encaixam dentro do marco da economia clássica nem na teoria moderna da economia que dela se deriva (CHAYANOV, 1975, p.15, tradução livre).

A base que explica tal diferenciação no comportamento econômico das unidades familiares de produção está centrada na perspectiva de que estas unidades devem ser vistas como um conjunto indissociável de fatores, estando terra, trabalho e capital articulados e dependentes dentro da atividade econômica camponesa (CHAYANOV, 1974; WILKINSON, 1986; WANDERLEY, 1998). Ainda conforme Palerm (*apud* SEVILLA-GUZMÁN, 1990, p. 226, 227), “a peculiaridade econômica do campesinato [...] reside no fato de que não pertence nem a classe dos empresários, nem a do proletário assalariado; não representa a produção capitalista, mas sim a produção simples de mercadorias”.

Essa condição torna inviável o cálculo capitalista da renda dentro da unidade familiar, o rendimento obtido pelo agricultor, por meio de seu trabalho e de sua família, associado aos meios de produção de sua posse ou controle, bem como de seu capital, é indivisível, ou seja, não há como separar custos de produção, inversão e capital e, principalmente, salários no cálculo econômico dos estabelecimentos familiares (CHAYANOV, 1974; WILKINSON, 1986). Conforme destaca o próprio Chayanov (1975, p. 19, tradução livre):

Este produto do trabalho familiar é a única categoria possível de renda para uma unidade de trabalho familiar camponês ou artesão, porque não existe forma de desagregá-lo analítica ou objetivamente. Dado que não há o fenômeno social dos salários, o fenômeno social da renda líquida também falta. Resulta então impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro.

Segundo Wanderley (1998, p. 30), “ao contrário da empresa capitalista, a empresa familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação do

trabalho alheio, da mais-valia. A fonte do trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção”. Desta forma, os agricultores atuam no sentido de permanentemente aumentar a eficiência de seus sistemas de produção, uma vez que sendo um proprietário (e gestor) que trabalha, torna-se estratégia fundamental para garantir sua reprodução social, manter e ampliar a sua base de recursos, ou seja, seu patrimônio produtivo (WANDERLEY, 1998; PLOEG, 2008; 2009). Portanto, a lógica econômica das unidades familiares de produção encontra-se não só fundamentada na indissociabilidade dos fatores de produção, mas também se vê entremeada por uma dimensão 'subjéctiva', característica da organização do trabalho em família e da perspectiva de futuro dada pelo desejo e pela necessidade de reprodução social do estabelecimento (PONTES, 2005).

Apesar de pouco refletida nessa perspectiva, essa lógica de organização econômica das unidades familiares possui estreita relação com uma conduta focada na sustentabilidade ambiental. Ao ampliar o horizonte de sua atividade econômica para a manutenção e melhoria de suas condições econômicas, sociais, técnicas e ambientais para a geração subsequente à sua (garantia da reprodução social), o agricultor imprime ao seu processo produtivo uma dinâmica que responde a perspectiva de tempo mais estendida, deixando de comprometer determinado recurso em um momento, em virtude de sua necessidade futura. Por esta e por outras condições culturais, de conhecimento do ambiente em que se encontra inserido, das relações ecológicas entre organismos que ali se estabelecem, bem como por preceitos morais e religiosos que, em geral, configuram uma cultura de respeito ao meio no qual intervém e dele sobrevivem, é que pode se falar de uma perspectiva ecológica no manejo dos recursos inerentes ao campesinato (SEVILLA-GUZMÁN, 2006a).

Ainda dentro do pensamento econômico do campesinato, uma retomada do pensamento de Chayanov reforça a perspectiva acima apresentada. Dentro da lógica diferenciada do funcionamento econômico da unidade familiar de produção, um aspecto é fundamental na teoria de Chayanov, e refere-se ao movimento interno que o agricultor realiza para organizar a sua atividade produtiva. Segundo o autor, esse movimento está baseado no que ele definiu como *balanço trabalho-consumo*, ou seja, na busca do equilíbrio entre o atendimento das necessidades de sua família

e o esforço empreendido para a realização do trabalho na atividade produtiva (CHAYANOV, 1974; WILKINSON, 1986; WANDERLEY, 1998; PONTES, 2005).

Conforme afirma Chayanov (1974, p. 56, tradução livre):

O problema econômico básico de uma unidade agrícola é uma organização correta e solidária do trabalho anual, estimulados pela simples necessidade de a família cobrir o seu orçamento anual e pelo simples desejo de economizar ou investir capital se as condições econômicas de trabalho o permitirem.

Nesse sentido, “o principal objetivo das operações e transações econômicas do camponês é a subsistência e não a obtenção de uma taxa normal de lucro” (PONTES, 2005, p. 36). Assim, Chayanov argumenta que o esforço de trabalho empreendido pelo agricultor e sua família está diretamente vinculado às necessidades de consumo que esta mesma possui, ou seja, caso o agricultor encontre condições favoráveis ao desenvolvimento de sua atividade produtiva (solos férteis, proximidade do mercado, alta nos preços etc.), este utilizará estas condições até obter o necessário para a manutenção de sua família, podendo reduzir seu esforço trabalho (autoexploração). Ao contrário, se as condições não lhe forem favoráveis, terá de empreender maiores esforços de trabalho para garantir o atendimento das necessidades da família, podendo, inclusive, apelar para o trabalho externo à propriedade para garanti-lo, ou seja:

A medida da autoexploração depende em maior grau do peso que exercem sobre o trabalhador as necessidades de consumo de sua família. A influência das necessidades de consumo se exerce neste caso com tanta força em uma série de regiões o trabalhador, sob pressão das crescentes necessidades de consumo, desenvolve sua produção em estreita concordância com o número crescente de consumidores. O volume da atividade da família depende totalmente do número de consumidores e de nenhuma forma do número de trabalhadores (CHAYANOV, 1974, p. 81, tradução livre).

Desta forma:

[...] a intensidade anual de trabalho declina sob a influência de melhores remunerações, porque para permanecer igual é absolutamente essencial que a produtividade do trabalho do ano (e da mesma forma o padrão de bem-estar) cresça em proporção ao aumento da retribuição de uma unidade doméstica de trabalho (*ibid*, p. 83, tradução livre).

A lógica que orienta o raciocínio econômico do agricultor fundamenta-se no equilíbrio entre o atendimento das necessidades da família e o esforço empreendido na atividade produtiva, estando este submetido à primeira condição. Outrossim, qualquer desgaste da força de trabalho que ultrapasse esse equilíbrio se tornará

“subjetivamente desvantajoso” para o agricultor, ou seja, “um aumento na remuneração de uma unidade de trabalho na exploração doméstica produz um aumento do rendimento anual e no bem-estar da família com uma menor intensidade de trabalho no ano” (*ibid*, p. 88, tradução livre).

A relevância dessa leitura para este trabalho, relaciona-se à compreensão da lógica econômica que orienta a atividade produtiva da agricultura familiar e camponesa. Conforme já foi descrito, o contexto da modernidade na agricultura exerce influências importantes que afetam diretamente esse comportamento econômico (e ambiental) das unidades produtivas. Seja em função da pressão pela modernização tecnológica, pelo alargamento das relações de mercado no âmbito das comunidades, seja pelas demandas de consumo e acesso a bens e serviços da modernidade, a lógica do balanço trabalho-consumo não pode ser tomada como única, talvez nem como o principal elemento para explicar o comportamento econômico dos estabelecimentos familiares na atualidade. No entanto, conforme já abordado anteriormente, essa racionalidade constitui importante bagagem histórica e cultural do campesinato, a partir da qual os agricultores de hoje desenham suas estratégias de sobrevivência, “isto é, mesmo estando integrada ao movimento geral de valorização do capital, a economia camponesa se reproduz sobre a base dos princípios gerais de seu funcionamento interno, nos termos apresentados por Chayanov” (WANDERLEY, 1998, p. 36). Nesse sentido, consideram-se como importante ponto de atualização da importância do pensamento de Chayanov para a agricultura familiar e camponesa contemporâneas, as seguintes observações feitas por Wanderley (1998, p. 45, 46):

- b) a unidade de produção é familiar, porém a família atualmente é diferente daquela estrutura que a caracterizava tradicionalmente [...]
- c) a família se orienta em função do balanço entre trabalho e consumo, cujos parâmetros modernos são, evidentemente, diferentes dos tradicionais. Com efeito, a tecnologia moderna introduzida potencializa a força produtiva do trabalho familiar e reduz o esforço físico (penosidade) requerido em seu exercício. [...] Participando plenamente da sociedade moderna, o agricultor aspira ao acesso de todos os bens socialmente disponíveis. Não se trata, assim, de garantir a reprodução social à base do mínimo vital, mas do direito a um modo de vida moderno, o que inclui o acesso a um conjunto complexo de bens materiais e culturais. [...]
- e) internamente, o rendimento familiar permanece indivisível, pois é impossível separar, do resultado obtido com a produção, parcelas autônomas e particulares que corresponderiam ao salário, ao lucro e à renda da terra.

O que se percebe como importante referência de análise para a realidade da

agricultura familiar e camponesa na atualidade refere-se ao fato de que novos elementos são introduzidos pelo convívio na sociedade moderna, porém alguns aspectos constituintes do comportamento econômico do campesinato permanecem. Tal reflexão torna-se particularmente importante no momento de debater a construção de mercados em função da lógica prevalecente em cada situação. De fato, muito do que se considera como 'alternativa' para a agricultura familiar na atualidade está emoldurado numa perspectiva que contradiz o pensamento aqui apresentado, gerando frustrações em relação ao resultado dos processos implementados, dado que se norteiam por princípios que contradizem a lógica aqui apresentada do comportamento do campesinato, uma vez que, ao se procurar compreender o campesinato a partir das categorias do capitalismo:

[...] criou-se um conceito excessivamente ambíguo: ver no camponês o empresário capitalista e o operário que ele explora, que é o trabalhador sujeito ao desemprego crônico que obriga seu patrão, em nome de seus interesses como trabalhador, a desorganizar sua unidade de exploração e a comportar-se de modo inconveniente, do ponto de vista empresarial. (PONTES, 2005, p. 44).

Por outra parte, a unidade camponesa em situação de elevada renda econômica parecem-lhe inaceitáveis certas aplicações da força de trabalho que, sendo benéficas para uma unidade capitalista, proporcionam um retorno mais baixo que aqueles com os quais a unidade camponesa cobre seu orçamento. (CHAYANOV, 1974, p. 94, tradução livre).

Sendo assim, entende-se de extrema relevância o conhecimento desse comportamento econômico quando se trata das relações estabelecidas pelos agricultores com os mercados, pois, para além das influências e determinações do 'mercado global', o agricultor apoia-se nesta racionalidade 'de origem' na busca de garantir e operar maiores espaços de autonomia. Muitos dos elementos abordados por Chayanov se fazem presente na realidade e na dinâmica da agricultura familiar e camponesa na atualidade. Particularmente no caso da construção de mercados na perspectiva da agroecologia, o discurso se apoia de forma consistente na construção de estratégias de mercados que garantam a autonomia dos agricultores e que se fundem em uma nova racionalidade, que supere o viés capitalista do mercado, aspecto que será aprofundado no capítulo 5. A abordagem a partir do pensamento de Chayanov pode constituir-se em uma das ferramentas que possa explicitar a presença desta racionalidade na proposta de construção de mercados desenvolvidas pelos grupos da Rede Ecovida de Agroecologia.

Da mesma forma, outro importante elemento agregador na proposta da

agroecologia é a valorização e o resgate do autoconsumo como a base para a constituição de espaços de autonomia para a agricultura familiar e camponesa. Esta perspectiva será abordada no item a seguir.

3.2.2 O autoconsumo como estratégia de construção de espaços de autonomia

Dentre as diversas estratégias desenvolvidas pelos agricultores para ampliar cada vez mais os espaços de autonomia que possibilitem sua reprodução social, a produção para o autoconsumo cumpre papel central. É a partir da capacidade que a família tem em gerar a produção para o autoconsumo que se estabelece o “mínimo vital e social” (CÂNDIDO, 2009) possível à sobrevivência da família. A garantia desse mínimo necessário à sua sobrevivência possibilita a condição básica necessária à sua reprodução social e se constitui no 'alicerce' a partir do qual o agricultor irá empreender sua atividade, estando, portanto, estritamente relacionada à condição de geração de maiores espaços de autonomia para o estabelecimento, conforme destacam Gazolla e Schneider (2007, p. 101, grifos do autor):

A produção para autoconsumo gera autonomia do agricultor familiar por manter interna a unidade produtiva, a principal esfera responsável pela reprodução do grupo doméstico, fazendo com que o grupo dependa cada vez menos das condições externas à unidade de produção para se reproduzir socialmente. É por meio da produção para autoconsumo que o agricultor familiar não depende, totalmente, do ambiente social e econômico em que está inserido e, principalmente, não depende das constantes flutuações das condições de troca do mercado.

É com base na garantia do autoconsumo que se estabelecem, no âmbito da tradição camponesa, as principais estratégias de produção e formas de manejo, notadamente na prioridade dada à diversificação da produção em detrimento da especialização produtiva, traduzida em sistemas de manejo que integram agricultura e pecuária e que buscam aproveitar ao máximo os recursos naturais disponíveis ao processo de produção (SEVILLA-GUZMÁN, 2006a; PLOEG, 2008; WANDERLEY, 2009). Conforme destaca Brandão (1981, p. 148, 149):

Entre lavradores cuja atividade econômica está quase toda dentro dos limites da produção diária e sazonal de comida para a família, o alimento e tudo que envolve o acesso a ele, aparecem como agentes reguladores entre o homem e o seu mundo. Praticamente todo o seu trabalho é dirigido a obter alimentos para uma dieta cujos ingredientes produzem, conservam ou comprometem as suas condições pessoais de presença em esferas sociais de relações entre produtores de alimentos. Uma parte importante

das representações formadas a respeito de seu mundo e de sua sociedade, procura incorporar modos de interpretação de seu sistema de relações definidos pela prática econômica rural e pela prática alimentar de produtos rurais.

Nesses termos, a produção para o autoconsumo pode ser definida como aquela que “compreende todo tipo de produção, bens, ferramentas de trabalho ou outros produtos que são gerados no interior da unidade familiar e utilizados pelos seus membros para suprir suas necessidades” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 90). Dentro dessa definição mais abrangente, o autoconsumo alimentar é o de maior relevância e está delimitado como sendo a parcela de produção animal e vegetal, bem como os processos de transformação caseira a eles associados, que, produzida pelos membros de determinada família, serve ao seu próprio sustento (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

A produção para o autoconsumo possui então, importante influência em vários âmbitos da atividade econômica, da racionalidade ambiental e da sociabilidade que a família agricultora realiza, constituindo elemento chave de sua estratégia de reprodução social. Segundo Chayanov (1974), são as necessidades de consumo da família que determinam a atividade produtiva e o volume de trabalho por ela realizada, visto que a garantia da alimentação da família está relacionada com a condição objetiva da existência humana, ou seja, a prioridade de toda sua ação está voltada à garantia prioritária da alimentação de seus membros (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

Dessa forma, o autoconsumo pode ser considerado como o passo primordial para a garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias, uma vez que, para além da garantia do mínimo necessário à sobrevivência, esta produção em geral atende aos requisitos da diversificação da dieta, de apropriação cultural às realidades das famílias envolvidas, bem como à adequação ambiental e qualidade dos alimentos (RIGON *et al.*, 2006; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007; ZANETTI; MANSCHÉ, 2007). O autoconsumo se constitui, então, na “base sobre a qual se assenta, materialmente, grande parte da reprodução social e alimentar do grupo doméstico e o ponto de partida para que as unidades de produção consigam diversificar suas estratégias de vivência” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 96). Assim, a produção para o autoconsumo garante as condições objetivas e materiais para que a família possa se lançar com maiores níveis de segurança e estabilidade,

portanto de autonomia, nas demais atividades produtivas e fontes de geração de renda que pretende desenvolver (*ibid*).

Ademais, a garantia da produção de autoconsumo possibilita maiores e melhores condições de troca com o mercado por parte das unidades familiares, definindo uma característica que foi denominada “princípio da alternatividade”, pelo qual o agricultor 'joga' com as condições de mercado a partir de sua base produtiva, realizando incursões mais ousadas em momentos em que este lhe é favorável ou retraindo-se em momentos em que a relação lhe é prejudicial. Em outros termos, mesmo sua produção inicialmente destinada ao autoconsumo poderá ser comercializada caso as condições sejam favoráveis, apelando, então, para aquisição dos alimentos que lhe faltem, do contrário, utiliza toda a produção para seu consumo, comercializando somente aquilo que seja indispensável à garantia de suas necessidades externamente à unidade produtiva (GARCIA JR, 1990). Dessa forma, a produção para autoconsumo assume o caráter de 'valores de uso ou não mercantis' ou de 'valor de troca ou mercantil' de acordo com o contexto e a realidade do momento em que conta com sua produção em mãos. É nesse sentido que o autoconsumo consolida-se como importante elemento no alargamento e contração dos espaços de autonomia em que a categoria agricultura familiar e camponesa se movimenta, uma vez que:

Não existe, atualmente, apenas uma “agricultura de subsistência” assim como tampouco existe um agricultor familiar totalmente mercantilizado do ponto de vista social e econômico. O que existe é um agricultor familiar que possui sua lógica de produção e reprodução social assentada tanto no mercado como na produção para autoconsumo, como duas esferas integradas dialeticamente e sobrepostas à unidade de produção e ao grupo doméstico, determinando e apontando os “caminhos” que a reprodução social do agricultor familiar vai seguir (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 104).

Da mesma forma, para além dos aspectos econômicos relativos ao processo de produção de espaços de autonomia possibilitado pela produção para o autoconsumo, faz-se necessário destacar o papel que as estratégias de autoconsumo cumprem no estabelecimento da sociabilidade internamente às famílias e entre estas na comunidade. De fato, boa parte das relações de reciprocidade estabelecidas no âmbito das comunidades rurais circula em torno da troca de alimentos, e não somente destes, mas também das sementes, mudas, matrizes animais necessárias à sua produção (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007;

MARQUES *et al.*, 2007).

Dessa forma, as relações de solidariedade e reciprocidade no âmbito da alimentação exercem função complementar à da produção própria em dois sentidos. Um primeiro no que se refere à garantia da diversidade alimentar das famílias ou mesmo da complementação do mínimo necessário à sobrevivência do grupo doméstico. Um segundo sentido está relacionado ao papel técnico e ambiental que essas trocas cumprem, uma vez que possibilitam cruzamentos entre raças de animais, evitando o “afinamento” das raças, bem como na diversificação de espécies e variedades vegetais que possibilitam maior estabilidade de produção (melhor adequação aos solos e clima, maior resistência a pragas e doenças), e mesmo na variação do cardápio familiar, conforme asseveram Marques *et al.* (2007, p. 167, 168):

Em uma sociedade agrária, para “ser socialmente”, é necessário dar, e, para dar, é preciso produzir. A lógica da reciprocidade, motiva, portanto, uma parte importante da produção, de sua transmissão, mas, também, do manejo dos recursos e dos fatores de produção. [...] A troca de sementes e materiais de plantio é prática inscrita em estratégias fundantes da sustentabilidade da agricultura e um dos mecanismos mais difundidos em sistemas agrários tradicionais, pois garante a manutenção do conhecimento associado às diferentes espécies e variedades, bem como à diversidade genética, seguro importante contra riscos de frustração de colheitas e perda de recursos alimentícios importantes.

Assim, a produção para o autoconsumo, ou seja, a relação entre os agricultores e sua alimentação, compreende um conjunto de relações sociais e ambientais que articulam conhecimento e prática, tornando o processo alimentar a principal forma de mediação entre o ser humano e a natureza, pois:

A alimentação ilustra o caráter de sequência ininterrupta, de continuidade que há nas relações dos grupos sociais com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador. Sendo condição da vida, ela é pressuposto de toda vida social. (RIGON *et al.*, 2006, p. 21).

Os diálogos em torno do autoconsumo encerram um importante conjunto de relações dentro das famílias e das comunidades, fundamentais à constituição da sociabilidade dos agricultores familiares, bem como de sua constituição como ser social, enfim, na geração de sua identidade (MARQUES *et al.*, 2007). Não por acaso, a alimentação é motivo frequente das conversas com e entre agricultores e a garantia de altos níveis de autoconsumo motivo de orgulho para a família, bem como

razão para definir uma alimentação saudável em seu meio. A doação e troca de alimentos e material genético compreendem um importante momento de sociabilização no âmbito das comunidades rurais, que, ao mesmo tempo que permitem o fortalecimento dos vínculos entre as famílias, reforçam também a constituição de sua própria identidade coletiva, enfim:

A expressão da dádiva envolve a doação em si e os significados em que está envolta. Mas, quando se fala de alimentos e agricultura, é especialmente dádiva o trabalho, o esforço e o saber fazer de quem plantou, colheu ou preparou a “comida”. Tal expressão, que se manifesta com frequência na família, pode também ser observada no âmbito da comunidade, em que doar um alimento, um doce para uma festa ou reunião, transcende o valor em si (...) Pois a obrigação de dar é que garante a honra e o prestígio; a obrigação de receber mantém e reproduz a hierarquia, já que a aceitação de uma dádiva cria comprometimento. A obrigação de retribuir garante a permanência, o pertencimento, reiteram-se os laços, constitui-se a aliança. (MARQUES *et al.*, 2007, p. 169, 170).

Não por acaso, um dos principais elementos de desagregação do caráter familiar das unidades produtivas na atualidade relaciona-se à perda da produção para o autoconsumo. De fato, a especialização da produção imposta pela modernidade na agricultura, bem como a contínua contratualização das relações, tem levado os agricultores a abrir mão de sua produção para o autoconsumo em função da necessidade de ampliação da produção para o mercado (BRANDÃO, 1981; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007; WAGNER *et al.*, 2007). A essa realidade, aliam-se a pressão social e constante pela modernização dos próprios padrões de alimentação, a redução constante de mão de obra no meio rural, a redução do tamanho das famílias e a própria praticidade dos alimentos modernos industrializados, necessariamente adquiridos fora do âmbito das unidades produtivas (WAGNER *et al.*, 2007).

É praticamente consenso entre as famílias agricultoras que vem se perdendo qualidade alimentar, assim como a própria autonomia, nos últimos anos, em função da diminuição ou da incapacidade em manter bons níveis de produção para o autoconsumo. No entanto, tal constatação não é suficiente para gerar uma reversão das relações sociais, econômicas e ambientais nas quais as famílias agricultoras se encontram inseridas. Quando muito, a proposta agroecológica busca resgatar e valorizar tal princípio, fato que será analisado mais adiante a partir da realidade pesquisada, porém a necessária desconstrução de lógicas econômicas, sociais, ambientais e mesmo subjetivas (sobre o que representa um alimento de qualidade)

apresenta-se como importante obstáculo à manutenção e(ou) retomada de uma produção voltada à garantia do autoconsumo da família, bem como das relações de reciprocidade e solidariedade que esta estratégia encerra. No entanto, ainda observa-se a manutenção de um ideal sobre o valor social, econômico, ambiental e de saúde que os agricultores mantêm em torno do autoconsumo que pode representar uma base para o resgate de tais relações, uma vez que:

O lugar da comida do lavrador, em situações hoje idealizadas de produção e de consumo, foi a fazenda¹¹. O mundo de rusticidade solidária e farta é medido pelo acesso adequado aos alimentos e pela sua qualidade como comida. As condições de acesso foram possíveis graças a sistemas equilibrados de trocas sociais; a qualidade da comida foi mantida graças a sistemas equilibrados de trocas com a natureza. (BRANDÃO, 1981, p. 152).

3.2.3 A constituição e relevância das relações de solidariedade e reciprocidade nas estratégias econômicas das unidades familiares de produção

Com a discussão em torno do autoconsumo foi possível demonstrar uma das faces da relevância das relações de solidariedade e reciprocidade no interior das comunidades rurais. De fato, tais relações constituem importante fundamento para a construção social e cultural do campesinato. É consenso entre os estudiosos do campesinato o fato de que as relações intercomunitárias estruturam inclusive a lógica econômica e a organização da atividade produtiva das unidades familiares, estabelecendo um emaranhado de trocas e retribuições de produtos, insumos, trabalho que permeiam a ação econômica, social e cultural das famílias. Na grande maioria dos casos, tais relações se encerram no âmbito das comunidades, o espaço primordial de sociabilidade das famílias agricultoras,

Um bairro [*comunidade*] poderia, desse ângulo, definir-se como o agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua. É membro do bairro quem convoca e é convocado para tais atividades. A obrigação bilateral é aí o elemento integrante da sociabilidade do grupo, que dessa forma adquire consciência de unidade e funcionamento (CANDIDO, 2009, p. 193).

A comunidade materializa a unidade geográfica, mas também social e

¹¹ A fazenda, no caso do estudo realizado por Brandão, refere-se ao espaço do rural, o espaço do domínio da natureza (o selvagem) em função da necessidade da produção; o termo fazenda é mais utilizado em função das relações de parceria ou de meeiros que os agricultores estudados estabeleciam na região à época.

cultural, onde a família estabelece seus principais vínculos e relações, influenciando e sendo influenciada por este meio e, mais do que isso, sendo este o território que configura a principal identidade e referência da família, do qual participa e ao qual se referencia como espaço fundamental da constituição de sua sociabilidade. Quando não pelos próprios laços de sangue, pelas relações de compadrio, a comunidade torna-se uma extensão do núcleo familiar, no sentido de seu caráter social, mas também produtivo e econômico; as relações de solidariedade e reciprocidade constituem-se, então, na base para o estabelecimento das redes sociais, por meio das quais o agricultor se relaciona e dialoga com o mundo. Conforme assinala Candido (2009, p. 194), “a necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola, e sua retribuição automática determinavam [determinam] a formação duma rede ampla de relações, ligando os habitantes do grupo de vizinhança uns aos outros e contribuindo pra sua unidade estrutural e funcional”. Enfim, a comunidade consiste na unidade básica de organização e articulação das unidades familiares de produção, cumprindo relevante papel na configuração e afirmação da identidade do campesinato como forma social diferenciada:

Participar de uma comunidade constituída por uma relação com a natureza onde a terra não tem apenas um significado econômico, por uma relação espiritual ou religiosa capaz de determinar procedimentos na dimensão temporal, por uma relação social que funda, a partir das relações de vizinhança ou parentesco, o sentimento de pertencer a um espaço social, é também participar da construção de um modo de vida que faz com que todos os colonos se identifiquem entre si, uma vez que se opõe a outras classes da sociedade. Os colonos se reconhecem uns aos outros, ao mesmo tempo se diferenciam de outras categorias sociais (BRANDENBURG, 1998, p. 92, 93).

O bairro [*comunidade*] [...] é, pois, o agrupamento básico, a unidade por excelência da sociabilidade caipira. [...] Ele é a unidade em que se ordenam as relações básicas da vida caipira, rudimentares como ele. É um *mínimo social*, equivalente no plano das relações ao *mínimo vital* representado pela dieta (CANDIDO, 2009, p. 199, grifos do autor)

Por conseguinte, é neste espaço que se constituem as relações de solidariedade e reciprocidade fundamentais ao convívio e à sobrevivência do agricultor familiar como ser social e produtivo. Conforme já foi descrito, tais relações são estruturais no funcionamento das comunidades e encerram um ciclo espiral em que o dar se associa obrigatoriamente ao receber e, conseqüentemente, ao retribuir, em uma perspectiva simbólica que se traduz em ações práticas no dia a dia de troca de alimentos, dias de serviço, ferramentas, insumos, material genético, que acabam

por estruturar um modo de ser e de agir dentro das unidades familiares de produção, “a ação concreta, sendo simbólica, mescla obrigação e liberdade, assim como interesse e desinteresse, o que torna difícil identificar a motivação 'real'” (MARQUES *et al.*, 2007, p. 55), dessa forma:

a lógica de ajuda mútua ou de solidariedade do sistema de reciprocidade não visa a produção exclusiva de valores de uso ou de bens comuns a compartilhar, e sim a criação “de ser”, de vínculo social. Para obter consideração dos outros, é preciso possuir, claro; mas é preciso possuir para dar, para redistribuir, no âmbito da família e de uma família para outra (SABOURIN, 2009, p. 55)

No caso da alimentação, tal perspectiva fica bastante evidente, as trocas de alimentos entre famílias, dinâmica comum ao espaço das comunidades rurais, materialmente possibilita a garantia de uma alimentação diversificada e a presença de itens na mesa que por algum motivo não sejam produzidos pela família. Ao mesmo tempo, pode ser também a própria garantia do mínimo necessário à sobrevivência, em casos extremos. No entanto, seu papel não se reduz a essa dimensão, pois a troca de alimentos pressupõe o estabelecimento de uma sociabilidade entre as famílias, reforça laços de parentesco e amizade, bem como a cultura que ali se cria e recria. O que em princípio pode ser entendido como “sobra” ou excedente (aquilo que se doa ao vizinho), na verdade, constitui já a base do cálculo econômico, motivada pela sociabilidade, a partir da qual se pressupõe garantir a base alimentar da família, porém, numa perspectiva subjetiva, conforme destacam Marques *et al.* (2007, p. 163):

Pode-se, ainda, distinguir uma espécie de divisão complementar da produção – que evidenciaria a não-fortuidade da existência de “sobras” –, em que as trocas garantem que todos tenham uma maior variedade de tipos de alimentos sempre disponíveis, embora não pareça haver qualquer espécie de cálculo ou de preocupação em medir quanto foi trocado, em estabelecer valores equivalentes de troca ou a sincronização da troca.

Nesse sentido, a dimensão simbólica da reciprocidade gera o vínculo necessário à manutenção de uma rede de prestações e dádivas que sustentam a organização comunitária e consolidam o ser “camponês”. Diferentemente das relações de troca, motivadas pelo interesse material dado à coisa trocada, a reciprocidade é sustentada pela relação social simbólica que precede o ato. Ao invés de esgotar-se no momento da troca, ou seja, a satisfação da necessidade imediata pelo bem ou serviço trocado, a reciprocidade gera compromisso e torna-se cimento da constituição de uma rede de relações sociais,

a troca é motivada pelo interesse que se dá às coisas por elas mesmas ou por seu valor simbólico. Ela é feudatária da posse e até do acúmulo. Pelo contrário, com a dádiva recíproca, o ato prevalece sobre a coisa. [...] A reciprocidade envolve a preocupação pelo outro, ou seja, valores afetivos, tais como a paz, a confiança, a amizade e a compreensão mútua (TEMPLE *apud* SABOURIN, 2009, p. 56).

Melhor dizendo, a ação recíproca pode basear-se na troca e no interesse material, por meio de produtos e serviços intercambiados, porém coaduna-se com o elemento simbólico e social existente na troca, pela da troca de valores e intenções humanas, geradoras de sociabilidade e constituintes da cultura local, por regras e costumes que podem ou não configurar uma tradição (SABOURIN, 2009). Nesse sentido, a “simetria da reciprocidade não envolve necessariamente a igualdade de distribuição das dádivas, mas envolve a 'justiça', ou seja, uma redistribuição em função dos méritos de cada um [...]. portanto, a paridade é relativa à participação de cada um na criação do ser social” (*ibid*, p. 62).

As relações de reciprocidade também constituem-se em importante elemento de agregação nas comunidades, pois pressupõem a geração de compromisso entre os partícipes e, inclusive, motivam a participação, pois a doação de hoje é a retribuição do amanhã. Segundo Sabourin (2009, p. 94), a partir de Ostrom, “não há cooperação sem reciprocidade, ou seja, sem retorno ou compartilhamento por parte dos usuários”. Porém, a reciprocidade se constitui em exercício diário, ela não está dada, nem muito menos sua existência significa sua contínua permanência. Em geral, tais relações encontram-se associadas, no âmbito das comunidades, ao passado, muitas vezes às condições extremas de sobrevivência e do próprio isolamento, a partir das quais se demandavam maiores e mais frequentes momentos de ajuda mútua e, portanto, de sociabilidade.

Nos dias atuais, é preciso redesenhar tais processos de constituição de relações de solidariedade e reciprocidade, adequando seus formatos à realidade de comunidades cada vez mais permeadas pelos valores de uma sociedade capitalista globalizada, assim como de uma condição de maior esvaziamento populacional, notadamente no que se refere à juventude. Porém, tal perspectiva pressupõe o resgate e a valorização dos valores humanos que fundamentam essas relações de reciprocidade, que podem, assim como no passado, de forma agora ressignificada, constituir um fundamento da economia dos estabelecimentos familiares. Porém, conforme ressalva Sabourin (2009), é preciso saber diferenciar bem os valores e a

intencionalidade que orientam o projeto de uma nova economia, baseada na reciprocidade, uma vez que o próprio fortalecimento dos laços comunitários e dos processos organizativos também podem ser mobilizados para estruturar uma ação que se contrapõe aos princípios da solidariedade aqui descritos:

Dá pra imaginar a diferença de projeto humano, em termos de ética, bem como de resultado social (distribuição de riquezas), entre a produção pura e simples de valores materiais de troca visando o acúmulo privado e o desenvolvimento de relações humanas de complementaridade e reciprocidade entre sujeitos.[...] Diferenciar a natureza das lógicas só é possível mediante a análise dos projetos e valores dos atores e das estruturas relacionais implementadas (*ibid*, p. 253, 254)

Assim, o estabelecimento de relações em rede e de processos organizativos não necessariamente em todas as ocasiões corresponde a uma opção pela constituição de novas relações humanas, ou daquelas relações que permeiam a sociabilidade típica do modo camponês de viver. Tal perspectiva assume particular relevância no âmbito das relações de mercado e da construção de novos mecanismos de comercialização. A abordagem aqui proposta traz para dentro desta nova economia camponesa em construção o resgate das relações de reciprocidade e solidariedade como elemento estruturante de sua lógica de funcionamento, conforme destaca Sabourin (2009, p. 256), “a escolha dos agricultores ou artesões das comunidades rurais de trabalhar em unidades familiares autônomas e organizadas em rede pode depender também de uma opção ética”. Dessa forma:

a “campesinidade” - enquanto um modo de vida ou uma ordem moral que mobiliza autoconsumo, trabalho familiar, patrimônio comum, autonomia relativa, inserção parcial no mercado, relações de *interconhecimento* – está em íntima correlação com as estruturas de reciprocidade (aliança, honra, hierarquia), mesmo nas situações “mistas” em que, por vezes, é difícil separar, analiticamente, o intercâmbio da reciprocidade (Marques *et al.*, 2007, p. 173).

Assim sendo, as relações de reciprocidade constituem-se, então, em importante elemento de construção de uma relação autônoma das unidades familiares em relação à sociedade global. Manter relações sólidas de solidariedade e reciprocidade possibilita não só uma melhor condição técnica e econômica – dada pela troca de alimentos, insumos e saberes – , mas também constrói e reforça a sua identidade como categoria social, bem como possibilita e fortalece processos de organização coletiva. Tal dinâmica permite as condições para a constituição dos espaços de autonomia aos quais nos referimos, possibilitando maior flexibilidade de

ação e tomada de decisão por parte dos estabelecimentos familiares. Assim sendo,

Condição camponesa e modernos meios de produção combinam-se para sustentar a reprodução social desses agricultores, cuja identidade social é também ao mesmo tempo construída a partir do modelo comunitário de organização social. Essa identidade, que não exclui modernidade, foi e continua sendo forjada nas lutas sociais e no confronto com diversos atores sociais. Advém de uma formação social que tem na sua raiz uma agricultura familiar que ao invés de submeter-se a padrões de submissão, de dependência, afirma-se mediante padrões de autonomia e independência, vinculados à geração de projetos sociais, ou de utopias, que se refazem constantemente (BRANDENBURG, 1998, p. 99).

Daí a relevância da análise das relações de solidariedade e reciprocidade no âmbito da construção de novos mecanismos de mercado proposta pelos grupos vinculados à Rede Ecovida. Sua capacidade ou condição de instituir ou 'destituir' tais relações pode revelar limites e estrangulamentos ao processo, evidentemente, conforme já descrito, dentro de um marco de situações "mescladas", nas quais a ordem econômica vigente e a proposição e(ou) resgate de outras sociabilidades estão entremeadas. Assim, compreender de que forma se dá a relação dos estabelecimentos familiares com o meio em que se encontram inseridos e de que forma este restringe ou possibilita espaços para construção de sua autonomia, torna-se elemento relevante para a compreensão das formas sociais aqui pesquisadas.

Conforme abordado, pode-se observar a presença de relações de solidariedade e reciprocidade como elemento intrínseco à racionalidade da agricultura familiar e camponesa. Do mesmo modo, a cada vez maior interação e integração dos agricultores com a sociedade global reconfigura essas relações e traz para o âmbito das comunidades os valores e preceitos da modernidade. Essa realidade tem representado, na grande maioria das situações, um processo de exclusão da agricultura familiar e camponesa, reforçando bloqueios historicamente instituídos ao seu desenvolvimento. Os atuais padrões do sistema agroalimentar global têm pressionado os agricultores reduzindo sua margem de manobra e sua capacidade de gerir sua atividade produtiva e, por extensão, de possibilitar as condições para sua reprodução social e econômica.

Diante disso, o item à seguir procura resgatar e atualizar os elementos que 'bloqueiam' o desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa e dificultam sua reprodução social. Particularmente no caso brasileiro, a história das políticas voltadas para o rural não se caracterizam por ter a agricultura familiar e camponesa

como um ator relevante do desenvolvimento, conforme afirma Wanderley (2009, p. 60), “além de desperdiçar terras, o modelo da modernização brasileira desperdiça os próprios agricultores”. Tais política, pelo contrário, geraram e ainda geram uma condição permanente de desmotivação de sua atividade produtiva, bem como de restrição ao seu crescimento. A globalização dos padrões dos sistemas agroalimentares, como fortalecimento de uma lógica concentradora e de cunho essencialmente empresarial, significou um reforço em uma condição adversa historicamente constituída. Tais aspectos procura-se analisar na seção a seguir.

3.3 OS BLOQUEIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA

Conforme abordado nos itens anteriores, a agricultura familiar e camponesa possui uma racionalidade própria, característica de sua lógica orientada pela busca constante e crescente de condições que possibilitem sua reprodução social. No entanto, muitas leituras teóricas confundem essa racionalidade com uma condição de subsistência, que indicaria um limite na capacidade produtiva e de geração de excedentes por parte da agricultura familiar e camponesa. Tal abordagem reforça a perspectiva da ineficiência econômica deste grupo social e relega a um segundo plano sua importância em termos de desenvolvimento rural. Essas abordagens, pouco explicam sobre as origens de um possível empobrecimento do campesinato no Brasil. Particularmente em nossa realidade, a história de organização da estrutura fundiária revela a perversidade de um modelo concentrador de terras que está na origem do processo de exclusão de grande parte dos agricultores às condições necessárias ao desenvolvimento de sua atividade produtiva (WANDERELEY, 2009). Nesse sentido:

a pobreza do seu patrimônio em terras não justifica, de modo algum, que os abandonemos ao nível do processo de pensamento e, com uma simples expressão subjetiva, “antieconômico” ou de “subsistência” os condenemos ao desprezo a nível científico. A classificação dos pequenos estabelecimentos como “antieconômicos” nada explica sobre os padrões empiricamente observáveis nessas unidades, mas trai claramente a intenção dos classificadores: visa passar a imagem de estabelecimentos que existem, mas não deveriam existir, segundo os cânones de “racionalidade econômica”, ou então que deveriam desaparecer (GARCIA JR, 1990, p. 22, grifos do autor).

Portanto, fica evidente que, se em determinadas situações, a condição da agricultura familiar e camponesa pode ser considerada como inviável economicamente, esta se refere a uma viabilidade dentro de uma racionalidade hegemônica que não abre espaço e muito menos se adequa à sua realidade. No entanto, conforme discutido na seção anterior, a racionalidade socioeconômica e as relações estabelecidas pela agricultura familiar e camponesa proporcionam ações produtivas e de troca que configuram sistemas de alta complexidade e produtividade. Conforme afirma Ploeg (2009, p. 36):

No contexto amplo da economia rural regional, muitas unidades camponesas de produção podem existir lado a lado, sendo que suas mútuas inter-relações são governadas através de complexos e variados balanços entre autonomia e cooperação. A reciprocidade é frequente e importante característica em tais balanços e, sem dúvida, uma força motriz para o desenvolvimento e o crescimento.

No caso brasileiro, apesar do descaso das políticas públicas, podem-se tomar como exemplo os dados já bastante difundidos sobre a capacidade de abastecimento da agricultura familiar e camponesa no mercado local e nacional. O setor responde por cerca de 70% da produção de alimentos para o mercado interno¹² (BRASIL, 201?), o que corresponde, em termos de distribuição, ao desenvolvimento de circuitos regionais e estratégias descentralizadas de distribuição dos alimentos. O fortalecimento da condição de autonomia já abordada anteriormente representa uma estratégia básica para a potencialização deste seu perfil produtivo. Segundo Ploeg (2009, p. 36), “a emancipação do campesinato e o crescimento da produção coincidem – a luta por emancipação supre o crescimento da produção e dos níveis de emprego e, ao mesmo tempo, resulta dele”.

É nesse sentido que Wanderley (2009) fala em uma agricultura familiar e camponesa como um setor “bloqueado”, ou seja, impedido de desenvolver as potencialidades características de sua forma social de produção. Esse bloqueio se define pela condição básica dos limites no acesso à terra, porém pode ser extrapolado para as normas e os padrões impostos pela modernidade à atividade social e econômica da agricultura familiar e camponesa. Tal condição de bloqueio pode ser atribuída não somente aqueles agricultores mais empobrecidos e de capacidade produtiva reduzida, mas afeta também àqueles agricultores

¹² Pode-se destacar dentro desta produção: a mandioca 84%, cebola 72%, frango 70%, alface 69%, feijão 67%, banana 58%, caju 61%, suíno 60%, leite 56%, melancia 55%, abacaxi 52%, tomate 49%, milho 49%, uva 47% e batata 44%. (BRASIL, 2008).

'modernizados'. Mesmo estes, integrados ao mercado e que trabalham suas terras sob as condições capitalistas de produção, se veem afetados por esse bloqueio ao seu desenvolvimento, tornando-se incapazes de desenvolver em plenitude as suas potencialidades econômicas e sociais, restringindo seu desenvolvimento (*ibid*).

Esse bloqueio se configura principalmente no que se refere à limitação da capacidade de expressar e tornar efetiva a condição autônoma do agricultor. Conforme abordado na seção 3.2, a autonomia expressa a característica central deste grupo social, bem como representa a condição básica para a constituição de sua racionalidade, a viabilização da reprodução social e econômica. Mais do que um elemento estático ou predeterminado, a condição autônoma se constrói de acordo com o contexto social, econômico, cultural e ambiental em que os estabelecimentos se encontram inseridos.

Assim, as diferentes formas de inserção e desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa em toda a sociedade, podem determinar situações mais próximas de uma condição de maior ou menor autonomia, de maiores ou menores possibilidades de acesso aos recursos naturais, bem como garantir a sua segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, a agricultura familiar e camponesa possui um caráter extremamente heterogêneo. Tais condições ajudam a definir o lugar onde determinada comunidade ou família se posiciona em relação à sociedade e às sua condição de reprodução social.

A Figura 7 busca apresentar de forma gráfica esta condição, sendo que a família agricultora pode se encontrar em diferentes posições (1, 2, 3, 4, 5), de acordo com as decisões técnicas, econômicas e sociais que toma no momento de desenvolver sua atividade produtiva. As famílias jogam com as condições de mercado, técnico-produtivas e com o contexto socioeconômico em que se encontram inseridas em termos locais e globais. Este 'jogo' define maiores ou menores possibilidades de autonomia, garantia de segurança alimentar e nutricional, e disponibilidade e acesso aos recursos naturais, que, por sua vez, podem lhe garantir uma melhor ou pior condição para sua reprodução social. Cabe destacar que nesse processo está a possibilidade de a mesma unidade familiar percorrer várias posições, bem como retornar a posições anteriores, no decorrer de sua história produtiva e social. Dessa forma, a agricultura familiar e camponesa 'joga' com as condições externas (mercado, infraestrutura, assistência técnica,

financiamento, ...) e internas (capital, recursos naturais, mão de obra, conhecimento, ...) a fim de ir construindo aquela que considera sua melhor posição para garantir o bem-estar de sua família.

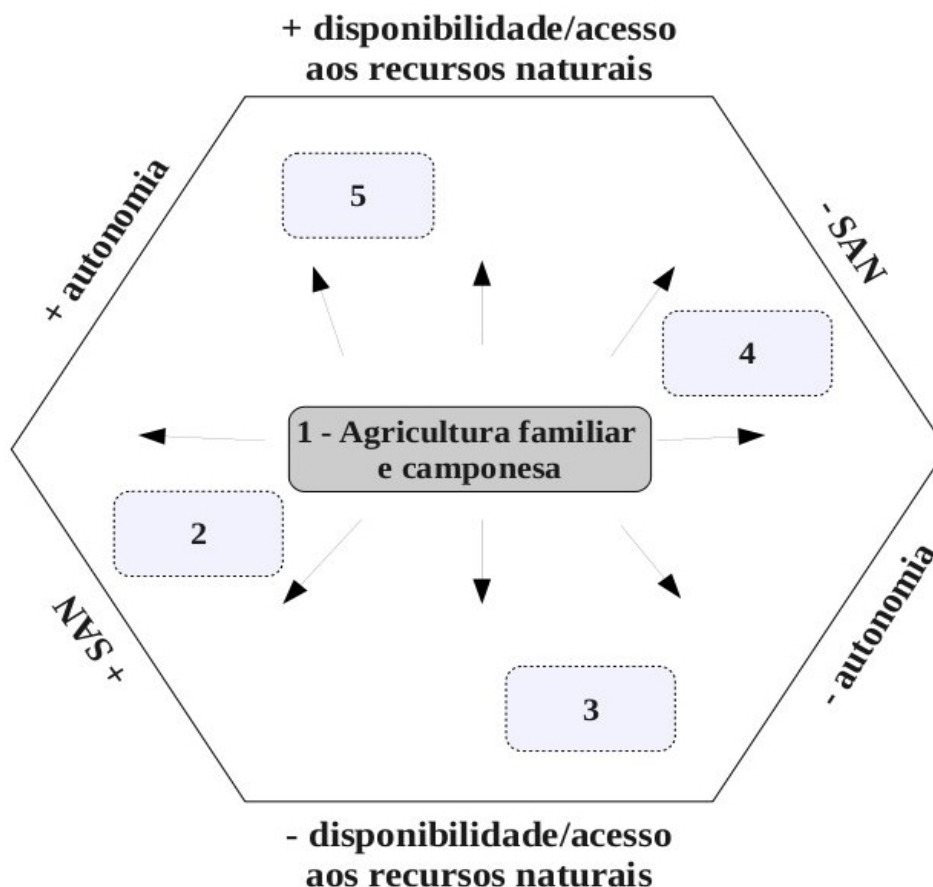


FIGURA 7 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS POSSIBILIDADES DE MOVIMENTAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR
 FONTE: O autor. (2012).

No entanto, conforme já foi abordado nas seções anteriores, a agricultura familiar e camponesa, como forma de organização social e de vida no campo, e como forma de estruturação da dinâmica produtiva agropecuária, tem sido o grupo social mais atingido pelas mudanças nos padrões do sistema agroalimentar nos últimos anos. À desestruturação dos sistemas locais de produção gerada pela liberalização da economia, abertura às exportações e estímulo às culturas de exportação, associam-se a desestabilização social, ambiental e econômica que os padrões tecnológicos da 'revolução verde' lhe impõem. Ou seja, "ao mesmo tempo em que é limitada em sua expansão, a agricultura familiar sofre as consequências da imposição do modelo de modernização dominante" (WANDERLEY, 2009, p. 62).

Tal processo tem significado o comprometimento da disponibilidade de recursos naturais disponíveis, por contaminação, erosão ou sobreuso; além de um processo permanente de redução da qualidade da alimentação familiar pela simplificação dos sistemas de produção e sua maior inserção no mercado. Neste sentido, cada vez mais, as famílias veem sua autonomia comprometida, em função de um maior grau de descapitalização, dependência externa (insumos, tecnologia, mercado) e desvalorização do saber e das práticas historicamente construídos.

Agregam-se a essa realidade os recentes rearranjos organizacionais determinados pelas mudanças nos formatos de compra e distribuição das grandes redes de supermercados, centradas cada vez mais em compras agrupadas, reduzindo número de fornecedores, aumentando os volumes demandados por pedido e demandando maior logística de estocagem, conservação e transporte dos produtos (GREEN; SCHALLER, 1999). Tal rearranjo têm significado a substituição de fornecedores tradicionais, normalmente vinculados às redes locais de produção e consumo, por fornecedores mais especializados, capazes de atender aos novos padrões preestabelecidos (PLOEG, 2008; WILKINSON, 2008). Essa capacidade encontra-se atrelada ao capital disponível e a uma maior condição de investimento destes fornecedores, bem como a um maior acesso à informação e a possibilidade de exercer pressão sobre os setores que se encontram sob seu controle. Tais condições são difíceis de ser verificadas no âmbito da agricultura familiar e camponesa. A respeito disso, destaca Wilkinson (2008, p. 157):

Esse sistema exclui claramente pequenos produtores individuais que agora precisam trabalhar em associação, para poderem enfrentar os investimentos em transporte, logística, instalações de *packing* e cesta de produtos a serem ofertados. Mesmo assim, existe um longo processo de aprendizagem para se alcançarem esses novos patamares de qualidade e organização, sem falar nos pesados investimentos financeiros com os seus riscos conexos. Os grandes supermercados dependem cada vez mais de fornecedores altamente profissionalizados, contexto no qual a pequena produção pode ter apenas uma participação subordinada.

Dessa forma, a configuração do sistema agroalimentar global na atualidade significa, nos mais diversos âmbitos, uma restrição às possibilidades de desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa. Mais do que isso, as mudanças de perfil tecnológico, econômico e produtivas veem 'encurralando' o setor, mediante um processo de permanente descapitalização e dependência do mercado e de conhecimento externo à sua realidade. As pressões exercidas pelo

alargamento do controle corporativo no sistema agroalimentar, o fortalecimento e a reconfiguração das estruturas produtivas no sentido da especialização e da prioridade às exportações, bem como o deslocamento do centro da atividade agroalimentar da agricultura para a 'ponta final' da distribuição, têm premido os agricultores familiares, reduzindo sua capacidade de decisão e suas possibilidades de desenhar estratégias de reprodução.

Esse processo não é novo, as pressões do mercado e da 'modernização tecnológica' há algumas décadas vem causando estrangulamentos às condições de reprodução social da agricultura familiar e camponesa. No entanto, as crescentes e permanentes mudanças no sistema agroalimentar vão cumprindo uma função cumulativa de fatores que termina por ampliar as restrições de desenvolvimento e viabilização dos agricultores.

A Figura 8 busca, a partir da representação anterior (Figura 7), representar esse processo de pressão sobre a agricultura familiar e camponesa, em que as opções entre uma inserção mais ou menos intensa no mercado, o uso de tecnologias apropriadas ou a adoção de pacotes modernizantes, as possibilidades de equilíbrio entre produção para o autoconsumo e mercado vão se reduzindo, implicando menores possibilidades de 'movimentação' na busca de sua viabilidade econômica e social. Em síntese, a pressão exercida pelos atuais padrões de organização do sistema agroalimentar desloca os limites de manobra da agricultura familiar e camponesa no sentido de uma redução de oportunidades e possibilidades de 'jogar' com as condições técnicas, econômicas, ambientais e sociais que possui, inclusive o seu próprio conhecimento sobre o funcionamento e a dinâmica da agricultura, que é relegado a um papel secundário na visão de modernização da agricultura e suas atividades correspondentes. Como 'saída' final deste quadro de crescentes e permanentes pressões externas, em grande parte das situações restam o abandono da atividade produtiva e a migração aos centros urbanos, na busca de possibilidades de trabalho e renda que permitam a viabilização das famílias.

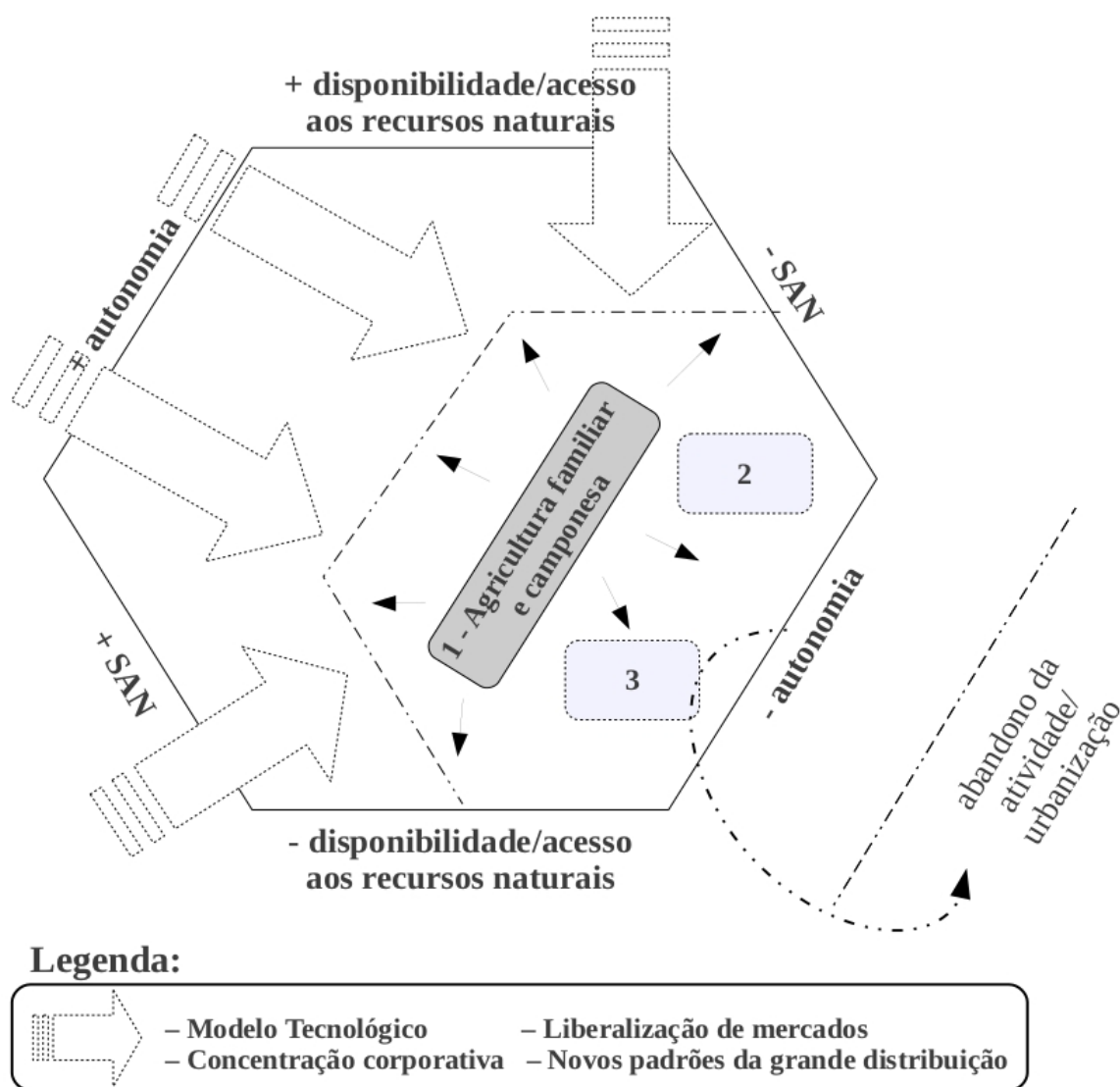


FIGURA 8 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA RESTRIÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE MOVIMENTAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR SOB PRESSÃO DOS PADRÕES DO SISTEMA AGROALIMENTAR
 FONTE: O autor (2012).

Nesse sentido, essa realidade reconfigura desenhos organizacionais e produtivos no âmbito da agricultura familiar e camponesa, de maneira a acomodar-se neste novo desenho dos mercados. Nessa realidade, observa-se que, dentro dos próprios ditames estabelecidos desde a perspectiva hegemônica de estruturação do sistema agroalimentar, abrem-se brechas para a entrada de grupos de pequenos produtores de âmbito local, mediante a inserção de produtos diferenciados, tais como os artesanais, de denominação de origem, exóticos e, evidentemente, da produção orgânica (FRIEDMANN, 2000; WILKINSON, 2008). Tais possibilidades poderiam ser consideradas, analisando-se o esquema proposto na figura 9, como brechas ou pequenas fugas dentro deste marco de estrangulamento dos limites de

manobra da agricultura familiar e camponesa. Essas brechas podem dar a condição a determinadas famílias ou grupos de famílias de se deslocarem a posições de maior segurança e estabilidade no que se refere à garantia de sua qualidade de vida e conseqüente reprodução social.

Não obstante, duas contradições podem ser reveladas nesse processo. Inicialmente, no âmbito do abastecimento, a construção social e mediática, da necessidade de diferenciação, gera um retorno ou a valorização de hábitos alimentares locais e regionais, bem como a inserção do componente ambiental e da saúde humana no consumo alimentar. No entanto, esse processo se encontra, na grande maioria das vezes, vinculado a uma perspectiva “gourmet” de valorização desses produtos e pratos típicos, denotando um claro processo de diferenciação pelo mercado, impondo uma agregação de valor a esse produto, de forma a que o preço determine o seu acesso.

Num segundo momento, a própria definição do mercado como sendo um 'nicho' indica os limites de sua replicabilidade para o campo mais amplo da agricultura familiar. A perspectiva adotada na grande maioria dos casos é a da busca da viabilização particularizada de grupos de forma isolada. Haveria espaço e demanda para tantas diferenciações produtivas necessárias à viabilização do conjunto da agricultura familiar? A resposta é incerta, o certo é que muitos mercados de nicho ainda estão a ser explorados e ainda existem brechas a serem abertas ou alargadas numa perspectiva hegemônica de estruturar o processo alimentar.

Conforme observado, os limites impostos pela modernidade, por meio dos novos padrões do sistema agroalimentar global, têm significado um aprofundamento dos bloqueios historicamente impostos ao desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar e camponesa. Configura-se uma realidade em que os espaços e as possibilidades de desenhar e refazer estratégia que possibilitem sua reprodução social se tornam tarefa cada vez mais difícil. De um lado, pelos limites que o modelo hegemônico concretamente lhes impõe, de outro, pela frequente desconstrução de valores e princípios que caracterizam sua ética e racionalidade. Esse movimento constante vai 'minando' e comprometendo cada vez mais a própria 'bagagem histórica' da racionalidade camponesa, uma vez que, “mais do que uma mudança puramente técnica, a modernização supõe a inserção dos agricultores em uma sociedade onde predominam os valores do mundo moderno” (WANDERLEY, 2009,

p. 63).

Nesse sentido, estratégias que visem romper com essa dinâmica de bloqueios frequentes e permanentes ao desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa, devem estar centradas em uma abordagem ampla da realidade deste grupo social. Esse complexo emaranhado de limitações técnicas e econômicas está acompanhado de um processo permanente de desconstrução e ressignificação de valores e métodos de organização da vida produtiva e social, conforme afirma Wandereley (2009, p. 166):

é bem verdade que a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna, o agricultor se profissionaliza, o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional. No entanto, parece-me importante sublinhar que estes “novos personagens”, ou pelo mesmo [sic] uma parte significativa desta categoria social, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, resultado de uma continuidade.

Ao considerar esse contexto, torna-se relevante a busca por formas técnicas, mas também sociais e econômicas que possibilitem um desenho desta 'continuidade' mais favorável ao desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa. Conseqüentemente, que se torne favorável à sociedade, no que se refere aos benefícios sociais e ambientais diretos e indiretos gerados por um modelo de desenvolvimento para o rural que se apoie na racionalidade camponesa historicamente construída em diálogo, com o saber cientificamente construído e com as demandas socioambientais de uma sociedade que, cada vez mais, pauta as questões sociais e ambientais como preocupação pública.

Uma das estratégias construídas nos últimos anos no âmbito dos movimentos sociais do campo e da academia tem sido a proposta da agroecologia. Base a partir da qual se apoia o desenvolvimento desta pesquisa, a agroecologia busca se constituir como alternativa às formas hegemônicas de organização dos sistemas agroalimentar global e das relações sociais, econômicas e ambientais que se dão no 'campo' e do diálogo deste com a 'cidade'.

Na seção a seguir procura-se desenvolver a base conceitual da agroecologia, dentro de uma abordagem complexa, que prima pelo diálogo e pela articulação entre as dimensões ambientais, técnico-agronômicas, sociais, econômicas e culturais, apoiando-se na agricultura familiar e camponesa como forma social e ambiental de fazer agricultura.

3.4 AGROECOLOGIA: PARADIGMA PARA A RECONSTRUÇÃO DA AGRICULTURA EM BASES SUSTENTÁVEIS

Agroecologia será o arado para o cultivo de um futuro sustentável e haverá de articular-se a processos de transformação social que permitam passar da resistência à globalização à construção de um novo mundo (LEFF, 2002, p. 50).

A agroecologia possui origens muito próximas ao resgate das discussões em torno das questões ambientais nas décadas de 60 e 70 do século passado. Efetivamente, a própria obra de Rachel Carson (*Primavera silenciosa*), um marco dos primórdios dos debates sobre sustentabilidade, tinha como um dos principais focos de denúncia os impactos do uso de agrotóxicos na agricultura.

Não obstante os conceitos propostos por Rudolf Steiner, com os postulados da agricultura biodinâmica, ainda na década de 1920, assim como os pressupostos levantados por Sir Albert Howard na década de 1940, a discussão em torno de alternativas aos padrões da agricultura industrial ganha corpo a partir da década de 1970 (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

A discussão em torno da agroecologia se confunde com a entrada da agenda ambiental nos grandes debates internacionais, tendo como uma de suas origens uma corrente de viés ambientalista, porém sustentada numa proposta de uso sustentável dos recursos baseado na aplicação dos princípios da ecologia nas formas de manejo agropecuário. Essa proposta, que tem em Miguel Altieri e Stephen Gliessman seus principais difusores, parte do resgate e da revalorização das práticas agrícolas tradicionais indígenas/camponesas na América Latina, notadamente nos andes e no México (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 2000).

Essa perspectiva apoiada no conhecimento e na tradição de manejo dos recursos naturais por parte de comunidades indígenas e camponesas é aprofundada por outros autores do campo das ciências sociais, entre os quais pode-se destacar Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel Gonzalez Molina, que identificam as origens da agroecologia dentro da evolução dos estudos sobre o campesinato. Partindo de um relato histórico do debate em torno do campesinato, esses autores se apoiam nas releituras da constituição do campesinato como categoria social, a partir de sua relação com o ambiente, ou seja, pela forma como constitui e maneja os agroecossistemas onde estão inseridos, tendo como principal referência os estudos

de Angel Palerm e Victor Toledo (SEVILLA-GUZMÁN, 2006ab).

Ambas as perspectivas demonstram, já na sua origem, as diferentes epistemes que compõem a base da proposta agroecológica. Possuem o traço comum de estabelecer a agroecologia como ciência, uma ciência de caráter intrinsecamente interdisciplinar – no que se refere à necessidade de articulação de diversos campos do conhecimento científico acadêmico – e principalmente baseada na complexidade e na construção do diálogo de saberes, no qual o saber tradicional cumpre um papel fundamental na construção desta ciência agroecológica (ALTIERI, 1999; LEFF, 2002; SEVILLA-GUZMÁN, 2006ab; FLORIANI; FLORIANI, 2010). Ainda como elemento agregador de ambas as propostas teóricas, bem como observado nas construções no âmbito dos movimentos sociais e organizações não governamentais, o campesinato se configura como o elemento estruturante da ciência agroecológica e principal ator de implementação das práticas agroecológicas.

Nesse sentido, o saber camponês se constitui como base de sustentação da ciência agroecológica, mas ao mesmo tempo é objeto de transformação e reconfiguração, a partir do diálogo com o conhecimento científico, sendo o *locus* da ação concreta das práticas agroecológicas a campo, conforme assevera Leff (2002, p. 41, 42):

As práticas agroecológicas resultam culturalmente compatíveis com a racionalidade produtiva camponesa, pois se constroem sobre o conhecimento agrícola tradicional, combinando este conhecimento com elementos da ciência agrícola moderna. As técnicas resultantes são ecologicamente apropriadas e culturalmente apropriáveis; permitem a otimização da unidade de produção através da incorporação de novos elementos às práticas tradicionais de manejo, elevando a produtividade e preservando a capacidade produtiva sustentável do ecossistema. [...]
Isso implica ir além do estudo das economias camponesas para garantir a sobrevivência das comunidades indígenas e a sustentabilidade das economias camponesas, estabelecendo um vínculo da Agroecologia em uma nova teoria da produção, que se sustenta no espaço rural e que, portanto, convoca os povos do campo e das florestas como atores privilegiados do processo.

A agroecologia, nessa perspectiva, passa a ter caráter multidimensional, visto que as questões técnico-produtivas, relacionadas diretamente com as práticas de manejo e conservação dos recursos naturais, se articulam às dimensões econômicas, sociais e culturais. Assim, “trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e

avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 2009, p. 23).

Nesse sentido, a agroecologia cobra uma postura crítica aos atuais modelos de produção e distribuição de alimentos, seja pelos seus efeitos ambientais e à saúde humana, seja pelas iniquidades sociais e os desníveis econômicos observados pelo avanços da agricultura industrializada, sustentada na segmentação e elitização do conhecimento. A proposta agroecológica demanda um enfoque holístico, em que “a agricultura há de ser contemplada como uma interseção de sistemas de natureza ecológica, social e econômica” (SEVILLA-GUZMÁN, 2006a, p. 224, tradução livre), a partir do qual o diálogo com o conhecimento camponês, historicamente construído, cobra um lugar essencial no seu desenvolvimento.

A constituição de uma 'agroecologia forte', de caráter transformador, exige o desenvolvimento de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis, porém com a perspectiva de constituir novas relações sociais e econômicas, bem como sustentar-se em um enfoque sistêmico e complexo de construção do conhecimento. O casamento entre as disciplinas da ecologia e da agronomia, no sentido de redesenhar tecnicamente os agroecossistemas, pressupõe um dos pilares de sustentação de uma ciência e práticas agroecológicas, porém, não sustenta a constituição de uma perspectiva sistêmica que busca analisar ao máximo a teia de relações que configura o favorecimento de determinados atores em detrimento de outros. Conforme afirma Sevilla-Guzmán (2006c, p. 14, tradução livre):

A Agroecologia utiliza um enfoque integral no qual as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante, uma vez que apesar de partir da dimensão técnica (artificialização ecocompatível da natureza para obter alimentos) e seu primeiro nível de análise seja a propriedade rural; a partir dela, se pretende entender as múltiplas formas de dependência que o funcionamento atual da política, da economia e da sociedade gera sobre os agricultores. Mas além disto, a Agroecologia considera como central a matriz comunitária em que o agricultor está inserido; ou seja, a matriz sociocultural que dota de uma práxis intelectual e política a sua identidade local e a sua rede de relações sociais. A Agroecologia pretende então, que os processos de transição nas propriedades da agricultura convencional para agricultura ecológica se desenvolvam neste contexto sociocultural e político e que suponha propostas coletivas que transformem as formas de dependência anteriormente assinaladas.

Nesse sentido, a agroecologia toma o campesinato como referente técnico, social, econômico e cultural para a proposição de uma nova agricultura que, em diálogo com a construção de novos conhecimentos científicos – no âmbito das

tecnologias, da compreensão das dinâmicas sociais e econômicas e desenho de processos metodológicos – configura a potencialidade desta proposta em se tornar uma forma alternativa de organizar as dinâmicas agroalimentares, que respondam aos anseios de uma sociedade em busca de equilíbrio ambiental, equidade social, saúde e qualidade de vida.

Muito mais do que uma perspectiva voltada ao fortalecimento de uma categoria social, a delimitação de uma amplitude espacial às unidades de produção ou uma valorização edílica de uma agricultura do passado, a construção dialógica entre o saber historicamente acumulado pelo campesinato e o conhecimento científico se constitui como um paradigma para uma nova agricultura, referenciada e apoiada na racionalidade camponesa de organização técnica, social e econômica das atividades agroalimentares. Com efeito:

o porvir da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Esse modelo antagônico da empresa capitalista tem já sua protoforma no sistema camponês (PALERM, 1980 *apud* SEVILLA-GUZMÁN, 2006b, p. 189, 190, tradução livre).

À compreensão e potencialização dessa racionalidade correspondem processos metodológicos inovadores e diferenciados, que facilitem o diálogo de saberes e propiciem espaços de troca e interação onde possam se construir os novos conhecimentos, capazes de se constituir como alternativas aos padrões hegemônicos de organização da agricultura e das atividades a ela relacionadas.

As relações de mercado estabelecidas pelo campesinato possuem particular relevância na sua constituição como forma social e ambiental de organização e manejo dos recursos naturais. Nesse sentido, reveste-se de importância a compreensão da proposta técnica e política da agroecologia no âmbito deste momento de interação entre agricultores e a sociedade, mediada pela troca mercantil, espaço privilegiado de análise, confrontos, mediações e estranhamentos entre este novo paradigma e as bases ideológicas e materiais que configuram a racionalidade técnico-científica da dita sociedade mercado.

Tais perspectivas são objeto de análise e construção teórica da proposta agroecológica nas seções a seguir.

3.4.1 Campesinato como forma social e ambiental estruturante da ciência e prática agroecológica

As origens da agricultura estão datadas entre 11.000 e 8.000 anos atrás, a partir do momento em que a espécie humana passa a domesticar determinadas plantas e animais, por meio de uma estratégia mista, que unia a caça e a coleta ao cultivo e criação, e que lhe possibilitou maior segurança alimentar e inclusive a possibilidade de assentar-se em determinado território (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Ao delimitar territórios, o ser humano passou a manejar os recursos naturais disponíveis, no sentido de constituir agroecossistemas que respondessem às necessidades de seu agrupamento social. A configuração de um agroecossistema pressupõe um processo de artificialização dos ecossistemas nativos, normalmente resultando em redução de diversidade e, em muitos casos, no comprometimento do equilíbrio das dinâmicas naturais que sustentam a vida em determinado ambiente (PORTO-GONÇALVES, 2006; SEVILLA-GUZMÁN, 2006ab, ALTIERI, 2009).

Nessa perspectiva, o conhecimento sobre as condições ambientais locais e o desenvolvimento de formas de manejo que minimizem tais desequilíbrios caracterizam as diferentes formas de apropriação dos recursos naturais pelas comunidades agricultoras, a partir da qual se configuram diferentes culturas que, por sua vez, tornam-se um dos elementos essenciais ao estabelecimento de identidades comuns, conforme destaca Porto-Gonçalves (2006, p. 211):

Um dos maiores patrimônios que a humanidade dispõe é a diversidade de cultivares forjados nos mais diferentes nichos, adaptados à seca e à umidade, a altitudes as mais diversas, assim como soluções para manter, pela cultura (conhecimento técnico, mítico e religioso), o equilíbrio das espécies eleitas, selecionadas e cultivadas. Há uma forte correlação entre a agricultura e a expansão e a consolidação dos diversos troncos linguísticos existentes ainda hoje no planeta.

Esse potencial cultural construído ao longo de gerações se constitui em uma das principais contribuições que o campesinato presta à humanidade, como proposta de manejo sustentável, criativo e apropriado às condições ambientais (físicas, climáticas, biológicas) e socioculturais locais. Mais do que um processo necessariamente reflexivo ou orientado por uma perspectiva de sustentabilidade futura, presente em maior ou menor intensidade em determinadas culturas e

agrupamentos sociais, o caráter ambientalmente apropriado do manejo feito pelos camponeses pode ser atribuído ao profundo conhecimento das dinâmicas naturais do ambiente onde está inserido. Da mesma forma, contribui para esta perspectiva de sustentabilidade a necessidade de desenvolver ao máximo sua atividade produtiva contando com quase nulas possibilidades de aportes de recursos e energia externos à unidade de produção, resultando em sistemas de produção altamente diversificados, por meio de cultivos e criações consorciados e(ou) em sucessão (ALTIERI, 1999, 2009; GLIESSMAN, 2000).

Segundo Altieri (1999, 2009), as adaptações e melhorias realizadas pelas comunidades ao longo da história, com vistas a maximizar seus rendimentos e propiciar a conservação dos recursos disponíveis, geraram uma enorme diversidade de agroecossistemas, que variam na sua constituição e formas de manejo, de acordo com as condições geográficas e históricas em que se desenvolveram. No entanto, o autor destaca alguns aspectos que podem ser considerados como estruturais e que são compartilhados pela grande maioria dos diferentes sistemas desenvolvidos; dentre esses, pode-se destacar que os agroecossistemas desenvolvidos no âmbito das comunidades camponesas das diversas regiões do mundo possuem em comum as seguintes características:

- contém um grande número de espécies;
- exploram toda uma gama de microambientes com características distintas, tais como solo, água, temperatura, altitude, declividade ou fertilidade, seja em um único campo de cultivo, seja em uma região;
- mantêm os ciclos de materiais e resíduos através de práticas eficientes de reciclagem;
- têm como suporte interdependências biológicas complexas, resultando em um certo grau de supressão biológica de pragas;
- utilizam baixos níveis de insumos tecnológicos, mobilizando recursos locais baseados na energia humana e animal;
- fazem uso de variedades locais e espécies silvestres de plantas e animais;
- produzem para o local (ALTIERI, 2009, p. 31).

Tais características são o resultado de um processo de coevolução entre comunidades humanas e natureza, no qual a cultura, como conhecimento, cumpre um papel estratégico. É nesse saber historicamente construído que reside o potencial a se desenvolver no âmbito da agroecologia, uma vez que esse saber acumulado foi amplamente expropriado pela agricultura de caráter industrial intensivo. Por um lado, o domínio da diversidade de espécies, raças e variedades, e o conhecimento associado a elas (adaptabilidade, produtividade, resistência, etc.) se

constituíram na base para a composição no suporte genética dos cultivos/raças geneticamente melhorados e da transgenia na atualidade (PORTO-GONÇALVES, 2006; ALTIERI, 1999; GUZMÁN; GONZALEZ; SEVILLA-GUZMÁN, 2000).

Por outro lado, a agricultura industrial propagada pela 'revolução verde' pressupôs um intenso processo de homogeneização das culturas, seja no âmbito da diversidade de espécies cultivadas (cada vez mais reduzido), seja no que se refere às variedades e raças animais utilizadas (cada vez mais privatizadas). A esse processo correspondeu um pacote de tecnologias associadas (fertilizantes químicos, agrotóxicos, mecanização), que suplantaram e subjugararam o conhecimento camponês, tido, na contemporaneidade, como atrasado, inadequado ou, em algumas exceções, preservado numa perspectiva folclórica ou edílica.

Contrariando essa tendência, a agroecologia se apresenta como prática e ciência, apoiada nesse saber acumulado, como forma de contribuir para a construção de sistemas de produção sustentáveis. Assim, “a validação do paradigma da agroecologia não se produz conforme as regras da produção científica convencional, mas através da experiência dos saberes práticos. São conhecimentos que se aferram à terra conduzidos por saberes individuais dos produtores diretos” (LEFF, 2002, p. 44), conforme assevera SEVILLA-GUZMÁN (2006b, p. 226, tradução livre):

A agroecologia pretende realizar tal empreitada partindo da análise da coevolução social e ecológica para aprender daquelas experiências nas que o homem tem desenvolvido sistemas de adaptação que têm permitido umas corretas formas de reprodução social e ecológica dos agroecossistemas.

A intrínseca relação entre conhecimento e práticas de uso e manejo dos recursos que configuram agroecossistemas com determinadas características, a partir das quais pode-se apoiar e potencializar uma estratégia de produção em bases ambientalmente sustentáveis, pressupõe o conhecimento não só destas práticas, mas, de forma igualmente relevante, das estruturas sociais que permitiram sua configuração. Igualmente, conhecer estas dinâmicas sociais pressupõe compreender com maior clareza quais os efeitos de uma agricultura que contraria e expropria o conhecimento e as práticas camponesas.

Nesse sentido, o estabelecimento das práticas deve ser compreendido dentro das relações sociais, econômicas e políticas em que determinada comunidade se encontra inserida. As estratégias de uso e manejo dos recursos naturais

desenvolvidas por famílias camponesas em boa parte das ocasiões respondem a uma articulação de interesses e fatores externos e internos à sua própria dinâmica, de forma a viabilizar sua condição de reprodução social e ambiental (SEVILLA-GUZMÁN, 2006a; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Difícil seria explicar a forma de manejo e uso dos recursos dentro de um “faxinal” sem compreender as relações sociais e comunitárias que ali dentro se dão, assim como, os mecanismos de regulação existentes e as dinâmicas de poder oriundas da construção histórica do sistema, propiciado pela necessidade de fixação de mão de obra para colheita da erva-mate para grandes sesmeiros e a necessidade de os 'agregados' estabelecerem áreas para produção de autoconsumo. Da mesma forma, seria difícil compreender o estabelecimento de áreas de pastagens comunitárias não fosse o entrecruzamento da perspectiva cabocla de criar os animais soltos e cercar pequenas áreas de lavouras e a posterior cultura imigrante europeia, baseada, por um lado, no confinamento dos animais em épocas de frio e por outro, na cultura da “transhumância” das rotas de pastoreio, como, por exemplo, na “Dehesa” da península Ibérica. Tais dinâmicas sociais, econômicas e políticas possuem influência tão marcante quanto o conhecimento sobre as dinâmicas dos pinhais (Floresta com Araucária), o domínio das culturas agrícolas e raças animais locais, na constituição dos agroecossistemas.

Nesse sentido, à relevância que cobra o conhecimento camponês na construção das práticas e ciência agroecológicas, corresponde uma compreensão aprofundada sobre suas dinâmicas internas e sua relação com fatores externos à sua estrutura, que terminam por configurar sua racionalidade, traduzida em práticas, técnicas, ritos e crenças em cada realidade que se estuda ou intervém. Conforme destaca Sevilla-Guzmán (2006a, p. 226, 227, tradução livre):

[...] os grupos humanos tem utilizado historicamente seu conhecimento dos recursos naturais nos processos de artificialização ecossistêmica. Por isto o conhecimento do manejo dos recursos naturais requer conhecer a história do campesinato, da ciência e da tecnologia no uso e abuso da natureza o qual só será possível perante um conhecimento histórico não da natureza imaculada, senão da incidência das estruturas sociais e das representações sociais da natureza no manejo dos recursos.

Sevilla-Guzmán, em seus dois livros do ano de 2006 ('De la Sociología Rural a la Agroecología' e 'Desde el Pensamiento Social Agrario'), faz um resgate histórico, entre outras questões, do debate em torno do campesinato dentre as mais

diferentes linhas e abordagens, de forma a extrair elementos dessas tradições que subsidiem a construção da ciência agroecológica, bem como propiciem uma leitura crítica da realidade do campesinato na atualidade. Segundo o autor, dentro do debate histórico sobre a constituição e forma de organização social e econômica do campesinato, as leituras que incorporam as dimensões étnicas e ambientais à compreensão do campesinato são as que têm lançado mais luzes sobre o entendimento da questão, conforme ressalta:

[...] o 'problema' só começa a clarificar-se quando se compreende [...] desde uma perspectiva agroecológica que o campesinato é mais que uma categoria histórica ou um sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre dito entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de dita tecnologia [...] (SEVILLA-GUZMÁN, 2006b, p. 189, tradução livre)

Essa perspectiva se constrói a partir de uma tradição chayanoviana, apoiada fundamentalmente na perspectiva dos ótimos diferenciais, que permitem uma flexibilidade de ação e de arranjos técnicos, econômicos e produtivos, que possuem influência marcante nas formas de manejos dos recursos naturais (SEVILLA-GUZMÁN, 2006ab). Assim, a lógica do campesinato, orientada pela busca de sua reprodução social, delimita uma racionalidade que configura um modo de relação com os recursos naturais disponíveis, a partir das condições sociais, técnicas e econômicas que dispõe; e que tem sido o processo responsável pela sua continuidade histórica, dada pela sua enorme flexibilidade, onde o campesinato:

[...] não só subsiste modificando-se, adaptando-se e utilizando as possibilidades que lhe oferece a mesma expansão do capitalismo e as contínuas transformações do sistema”, senão que subsiste também graças as “vantagens econômicas frente as grandes empresas agrárias” que possuem suas formas de produção. Tais vantagens procedem, segundo mantinha Palerm, de que “produz e usa energia da matéria viva, que inclui seu próprio trabalho e a reprodução da unidade doméstica de trabalho e consumo”. [...]

Os processos de inserção do campesinato na sua matriz social possuem um contexto ecológico específico que vincula sua aprendizagem como ser social ao conhecimento dos processos biológicos em que se insere a produção de seu conhecimento (SEVILLA-GUZMÁN, 2006a, p. 230, 231, tradução livre, grifos do autor).

A ciência e práticas agroecológicas estruturam sua construção teórica e seu marco de ação, no resgate, na valorização e reconstrução de uma racionalidade camponesa alijada por uma agricultura tecnificada e mercantilizada. A incorporação dos saberes apoiados nas culturas e identidades locais, seja no âmbito das

subjetividades – pela relação mística e espiritual que se estabelece com o entorno natural – seja pela racionalidade econômica e produtiva, que, articuladas, centram-se na perspectiva da construção de uma relação com o ambiente e a sociedade centrada na busca da reprodução social e ambiental do grupo e não na lucratividade e na expansão econômica focada no crescimento. Ao apoiar-se nessa condição, a agroecologia mais do que optar por uma classe ou categoria social absorve uma série de princípios e dinâmicas que condizem e se aproximam de forma mais eficiente e coerente de uma perspectiva de sustentabilidade social, econômica e ambiental que alcança dimensões e escala mais amplas que da atividade agrícola produtiva em si, para plasmar-se como lógica em torno de todas as atividades no âmbito dos sistemas agroalimentares. Conforme destaca Schmitt em diálogo com a proposta de Ploeg:

Em oposição a uma agricultura globalizada, sob o controle das grandes corporações transnacionais, reforça-se o fortalecimento de uma agricultura de base familiar, alicerçada no uso múltiplo dos recursos naturais e no potencial endógeno das comunidades rurais. [...]

Para van der Ploeg, um dos elementos que caracteriza a agricultura camponesa é seu permanente esforço por produzir e reproduzir uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada, através de um intercâmbio constante entre os seres humanos e a natureza viva. O trabalho do camponês e de sua família não está orientado apenas para a produção de bens e serviços oriundos da atividade agrícola, mas também para a reprodução dos próprios recursos produtivos como a fertilidade do solo, as sementes, os animais e os processos naturais que garantem o abastecimento das fontes de água (van der Ploeg, 2008, p. 42). O controle e fortalecimento dessa base de recursos configuram-se, para os camponeses e agricultores familiares, como um processo de luta por autonomia, que não se restringe ao espaço da unidade produtiva, envolvendo relações que se estendem, inclusive, para além dos limites da comunidade (SCHMITT, 2009, p. 195, 196).

Dessa maneira, a agroecologia procura apoiar-se na racionalidade camponesa, centrada na busca da reprodução social, como forma de estruturação de técnicas e processos de organização social alternativos aos de modernização industrial, que, por sua parte, levaram ao empobrecimento econômico, ambiental e social deste modelo histórico. Essa racionalidade se traduz nas mais diferentes formas de intervenção no ambiente, mediante a configuração de agroecossistemas sustentáveis, enfim:

[...] é central para a Agroecologia demonstrar que a sabedoria, como sistema de conhecimento contextualizador das esferas biofísica e cultural, possui a potencialidade de encontrar os mecanismos de defesa frente a realidade virtual construída: tanto pelo discurso ecotecnocrático, como pela negação do conhecimento local camponês e indígena. [...]

Cada agroecossistema possui um potencial endógeno em termos de

produção de materiais e informação (conhecimento e códigos genéticos) que surge da articulação histórica de cada pedaço de natureza e de sociedade; quer dizer, de sua coevolução. [...] A Agroecologia busca utilizar e desenvolver dito potencial, em lugar de negá-lo e substituí-lo pelas estruturas e processos industriais. (SEVILLA-GUZMÁN, 2006b, p. 205, tradução livre)

A perspectiva agroecológica se apoia e ao mesmo tempo constrói conhecimento com base nos saberes historicamente construídos pelo campesinato, termina por apresentar-se, também, como meio para garantir sua própria reprodução social, uma vez que se desenvolve respeitando as condições socioculturais, ambientais e econômicas de cada local ou região. Assim, a perspectiva agroecológica aponta para um desenvolvimento fortemente amparado no conhecimento construído localmente, na valorização e interação com os saberes locais. Diante disso, o resgate da abordagem do campesinato como categoria social portadora destes saberes e principal ponto de apoio joga papel central na construção da proposta agroecológica, conforme destacam Petersen *et al.* (2009, p. 93):

É exatamente nesse ponto que a perspectiva agroecológica para o desenvolvimento se articula com o debate sobre o papel e o lugar da agricultura camponesa nas sociedades contemporâneas. Consiste também no locus onde se encontram a Ciência da Agroecologia com o movimento agroecológico. Ao propugnar a recampesinização do mundo rural como a única alternativa viável para as múltiplas crises provocadas pela civilização industrial, os agroecólogos (sejam eles ativistas sociais ou cientistas) não têm em mente o retorno ao passado nem uma visão de futuro idílica.

A heterogeneidade de saberes e práticas construídos através da história pelas comunidades camponesas transforma-se no fértil substrato que possibilita a germinação de sistemas de manejo, processos de organização social, alternativas de gestão, práticas alimentares, novas relações de mercado, processos de certificação diferenciados que conferem dimensão concreta à construção teórica da agroecologia. Assim,

a ciência agroecológica resgata, sob novas bases tecnológicas e econômicas, a lógica da complexificação das sociedades camponesas tradicionais e seus conhecimentos desprezados pela agricultura moderna como forma de vencer o desafio de uma agricultura sustentável. (ASSIS; ROMEIRO, 2002, p. 77).

O campesinato configura-se como modelo transformador e transformado pela ciência e práticas agroecológicas, sendo que a *práxis* agroecológica pressupõe um processo de fortalecimento e(ou) reconstrução das estruturas camponesas,

utilizando-se, para isso, do próprio potencial endógeno da realidade em que atua. Tal perspectiva aponta para a compreensão da agroecologia como um conjunto de princípios que compõem um novo paradigma para agricultura (LEFF, 2002) mais do que um conjunto de técnicas ou tecnologias que possam ser aplicadas a diferentes contextos.

Nesse aspecto reside, por um lado, a enorme potencialidade da proposta, pela sua flexibilidade e adaptabilidade às realidades locais (pois sua práxis parte do conhecimento ali acumulado). Porém, alguns aspectos podem limitar o avanço de tal perspectiva. Um primeiro está relacionado ao despreparo dos profissionais e das instituições para a realização concreta desta proposta, uma vez que a formação profissional e a institucionalidade das organizações (principalmente as de Estado) encontra-se centrada numa perspectiva vertical e de certa forma autoritária de construção e 'repasso' do conhecimento, sendo que o saber situa-se numa ponta (profissional/instituição) e é transmitido para a outra (agricultor/comunidade).

Essa perspectiva já vem sendo problematizada nos mais diversos âmbitos, e neles o debate da educação popular assume papel fundamental. No entanto, um segundo aspecto considera-se de particular importância, no sentido de desenvolver esforços para levar a cabo a construção da proposta agroecológica centrada no conhecimento camponês historicamente construído. Tal perspectiva se refere aos espaços onde o avanço da agricultura industrial incorporou em maior ou menor grau de intensidade as dinâmicas familiares de produção.

De fato, particularmente no Sul do Brasil, região estudada neste trabalho, a expansão da 'revolução verde' é uma realidade. Pode-se questionar a eficiência e os efeitos negativos do desenvolvimento de tal proposta ao campesinato, porém, o fato é que suas tecnologias e, mais do que isso, sua perspectiva ideológica se encontra enraizada, em diferentes níveis é certo, no imaginário e nas práticas agrícolas dos agricultores familiares e camponeses. Em algumas situações, escassas diga-se de passagem, permitindo uma maior capitalização de agricultores que assumem um perfil moderno empresarial. Porém, na ampla maioria dos casos, supondo uma racionalidade e uma forma de ver a agricultura que perpassa o cotidiano das famílias, mesmo que esta não seja a forma mais viável de garantir seu sustento e, mais ainda, sua reprodução social, o fato é que o entorno institucional, mediático e a construção de um ideário na sociedade implicam que as próprias comunidades

camponesas o assumam como sendo o modelo para sua viabilização.

Tal perspectiva pressupõe a desvalorização de seus próprios métodos e práticas, bem como a desconstrução de sua identidade como forma social, econômica e ambiental de fazer agricultura. Em decorrência, o caminho ideologicamente construído e tecnologicamente proposto por meio do pacote da 'revolução verde' passa a ser assimilado (não sem contradições, relutâncias e questionamentos) como o percurso 'natural' de evolução da agricultura. Em diálogo com grupos de agricultores ecologistas, é senso comum o relato das críticas de outras famílias da comunidade quando estes iniciaram seu processo de transição. Todas essas críticas, centram-se na ideia de que produzir 'sem adubos e venenos' não irá 'trazer resultados' (produção) e que as famílias 'vão morrer de fome' (redução da produtividade e rendimentos), dando um claro sinal da construção ideológica em torno dos resultados e avanços da agricultura dita moderna. Conforme destaca Michelato (2007), em estudo sobre o processo de assessoria na formação de grupos de agricultores ecologistas:

Faz-se necessário destacar que o resgate e a valorização dessa identidade cultural entre os agricultores desta associação, num primeiro momento, significaram um movimento de cisão com o processo de racionalização que se instituiu entre os agricultores, ou seja, de individualização e de grande dependência tecnológica e econômica (MICHELATO, 2007, p. 78, 79)

Ressalta-se, aqui, que grande parte da construção teórica em torno da ciência agroecológica se baseia no trabalho e na leitura junto a comunidades indígenas camponesas, realidade bastante frequente no México e nos Andes, quando falamos de América Latina, a partir da qual desenvolvem suas práticas e teorias alguns dos principais autores do campo agroecológico (Altieri, Gliessman, Toledo). Tal perspectiva possui significativa relevância na construção dos princípios e do marco teórico das práticas e da ciência agroecológica, no entanto, o desenvolvimento da agroecologia em outras realidades demanda uma leitura mais apurada desta construção.

Considera-se que a estratégia agroecológica muitas vezes se fundamenta numa certa imagem específica do contexto e realidade do campesinato, a partir da qual a descrição e o resgate de técnicas e conhecimentos tradicionais parecem ser suficientes para a construção de uma estratégia agroecológica.

Embora, a potencialização das formas de ação social locais, baseadas na

valorização dos saberes locais constitua estratégia fundamental para o desenvolvimento da agroecologia, em boa parte das situações de campo vivenciadas a realidade demanda uma intervenção mais proativa dos agentes externos. Os processos de transição para agroecologia representam, na grande maioria dos casos da realidade estudada, mais do que um resgate das técnicas e formas de organização social existentes, a construção dialógica de novas formas e tecnologias, nas quais a presença de agentes externos joga um papel central.

Vale notar que essa construção dialógica pressupõe uma interação entre a valorização das formas camponesas e a proposição de novas formas de produção, organização e articulação política. A construção de uma contrarracionalidade aos moldes da 'revolução verde', em boa parte ideologicamente incorporada em diferentes graus em muitas comunidades camponesas, demanda um rompimento com aquilo que, por vezes, as próprias comunidades consideram como o 'percurso natural' do seu fazer na agricultura. Nesse contexto, as práticas agroecológicas demandam uma verdadeira fusão de saberes extraídos internamente do potencial endógeno das comunidades, e incorporado externamente pelo diálogo com o conhecimento científico e as novas formas de organização coletiva, invariavelmente dada pela ação de agentes externos que se constituem como mediadores. Para Michelato (2007, p. 73):

o desenvolvimento e a implementação da agroecologia implicam uma construção metodológica que exige a interação das formas tradicionais e das novas formas organizativas. Isto porque o retomar ou, simplesmente resgatar as formas tradicionais de organização dos “antigos”, é contrapor-se à construção do sujeito, pois fundar uma proposta organizativa unicamente na tradição, nos costumes, no comunitarismo é o mesmo que reproduzir a lógica da “racionalidade” capitalista no seu sentido contraditório.

Dessa forma, na maioria das realidades observadas e vivenciadas, a transição para a agroecologia pressupõe uma transformação nas tecnologias e lógicas de organização da produção, tal qual boa parte do campesinato e da agricultura familiar desenvolve hoje. Representa um '*mudar para seguir sendo o que sempre se foi*', ou seja, gerar processos de mudança técnica, social e organizativa, de forma a que se abram espaços para reincorporação de uma racionalidade camponesa, que não se considera perdida, pois subsiste em suas estratégias de reprodução social, porém, em muitos aspectos, subjugada e adormecida pelo avanço ideológico da 'modernização da agricultura'.

Tal dinâmica demanda processos de construção de novos saberes, a partir de princípios e práticas metodológicas diferenciadas, que possibilitem as condições para tornar concreta a perspectiva de um diálogo de saberes real e horizontal, no qual o saber camponês se enfrenta e complementa com um conhecimento externamente a ele produzido e que, em situações de paridade e reconhecimento mútuo, possibilitam o surgimento do novo.

3.4.2 O diálogo de saberes e a multidimensionalidade nos processos agroecológicos

A constituição da agroecologia como ciência e prática parte, então, da premissa básica de incorporar os saberes e a racionalidade camponesa à compreensão e ao redesenho dos agroecossistemas, objetivando propor formas alternativas à agricultura dita 'moderna', apoiada no conhecimento científico instrumental, que aponta para o conhecimento parcial da realidade, negando outras racionalidades e formas de construir os saberes. Ao apoiar-se nessa perspectiva, a agroecologia pressupõe um giro significativo nos princípios de organização da produção, já que “na reapropriação de saberes tradicionais e sua hibridação com conhecimentos científicos modernos, o elemento aglutinante não é o desejo de lucro, senão a reprodução ecológico-cultural do agroecossistema e do território” (LEFF, 2002, p. 42, 43).

Compreender essa nova perspectiva significa, em um primeiro momento, superar a abordagem restritiva da realidade desenvolvida pelo método científico, em que as demais formas de construção do saber se submetem ou desaparecem ante uma abordagem hegemônica e posta como única na explicação dos fenômenos naturais e sociais (LEFF, 2006; SANTOS, 2007b). Conforme destacam Floriani e Floriani (2010, p. 5):

A construção social do saber apoia-se, portanto, sobre a construção discursiva dos objetos de conhecimento segundo interesses sociais que necessitam tornar hegemônica sua visão de mundo, estabelecendo critérios e legitimando suas práticas materiais de produção, e suas representações da natureza.

Não obstante, as rupturas ocorridas no interior das metodologias e, conseqüentemente, nas teorias do conhecimento científico resultam de solavancos, estranhamentos e incapacidades das antigas narrativas para explicar a emergência de novidades.

Portanto, compreender essas limitações significa empreender novos esforços cognitivos para decifrar as realidades em questão. A ciência agroecológica se constitui a partir de diferentes formas e pontos de vista de construção do saber, não sendo possível fazer uma leitura dela somente com base no paradigma científico dominante. Com efeito, os parâmetros para avaliação e validação das práticas agroecológicas não podem ser submetidos tão somente aos ditames da 'ciência convencional', “estes princípios, valores, saberes e conhecimentos adquirem coerência paradigmática em níveis teóricos mais gerais, nos quais é possível contrastar as práticas agronômicas que se originam da racionalidade econômica dominante, com a Agroecologia vinculada a uma 'racionalidade ambiental” (LEFF, 2002, p. 43). Dessa forma:

a Agroecologia e a agronomia capitalista não se enfrentam por seus "paradigmas de conhecimento" simplesmente contrastando a efetividade de seus modelos produtivos, tomando a natureza como objeto. Em ambos os casos, a produção está vinculada a cosmovisões de mundo: assim, enquanto a Agroecologia se nutre dos saberes culturais dos povos, de valores tradicionais que vinculam o momento da produção com as funções simbólicas e o sentido cultural do metabolismo social com a natureza, a agricultura capitalista se funda na crença no mercado e na valorização da especialização tecnológica do processo e do crescimento sem limites, que vai desnaturalizando a natureza e a relação do homem com a terra (*idem*).

O reconhecimento das limitações do conhecimento científico não significa, no entanto, sua negação como forma de descrever a realidade e construir soluções para seu avanço. A ciência deve ser compreendida como uma dessas formas, não somente como a única; ela se articula e dialoga com o saber socialmente construído pela experiência e pela vivência cotidiana, que configura uma identidade sociocultural ao meio onde surge (SEVILLA-GUZMÁN, 2006b).

Daí porque a construção da proposta agroecológica deve estar mediada por processos metodológicos inovadores e fundamentalmente baseados na horizontalidade e na participação ativa e equânime de todos os envolvidos, notadamente dos agricultores, agentes da implementação concreta da agroecologia à campo (ALTIERI, 1999; GUZMÁN; GONZALEZ; SEVILLA-GUZMÁN, 2000; CAPORAL; COSTABEBER, 2002). O desenvolvimento e aplicação de metodologias participativas tornam-se pressuposto do prática agroecológica e objeto de estudo de sua ciência, por ser o meio pelo qual o resgate de saberes e as formas de diálogo destes saberes com o conhecimento científico se concretizam.

A articulação entre agroecologia e educação popular toma particular

relevância neste sentido, uma vez que a construção metodológica aqui proposta pretende ir além da criação de 'ferramentas participativas' que visam propiciar a abertura do diálogo. O que está em questão é a reconfiguração de relações de poder entre os saberes construídos empiricamente e aqueles cientificamente produzidos, que se traduzem, evidentemente, nas relações de poder entre os agentes oriundos de uma e outra perspectiva – notadamente agricultores e técnicos – mas que podem ser extrapolados para o âmbito da relação com o público urbano (consumidores), gestores públicos e outros.

É nessa perspectiva que se pode-se falar de uma construção de agroecologia como 'paradigma', uma vez que sua proposta teórica, prática e metodológica, pressupõe uma rearticulação e agregação de elementos tratados de forma isolada dentro dos parâmetros da ciência hegemônica (por exemplo, na tríade linear ensino-pesquisa-extensão). Da mesma forma, configura-se como paradigma por atuar em níveis mais amplos da construção do conhecimento e das estruturas de poder que o conformam (LEFF, 2002). Assim, a agroecologia:

é um "paradigma" pela generalidade de seus novos princípios, mas que se aplica através de saberes pessoais e coletivos, de habilidades individuais e direitos coletivos, de contextos ecológicos específicos e culturas particulares. É isso o que abre um amplo processo de mediações entre a teoria geral e os saberes específicos, uma hibridação de ciências, tecnologias, saberes e práticas; um intercâmbio de experiências - agricultor a agricultor - das quais se enriquecem, se validam e se estendem as práticas da Agroecologia (LEFF, 2002, p. 40, 41).

Como ciência e prática baseada no diálogo de saberes, os métodos que medeiam a sua implementação devem ter esta perspectiva como centro, o privilégio ao diálogo, à troca de experiências, ao processo de experimentação participativa, enfim, absorver pressupostos da práxis da educação popular, centrada na ação reflexiva, cujo processo de intervenção e inovação está sempre acompanhado de uma dinâmica coletiva e participativa de análise e reflexão sobre a prática, de forma a orientar as novas intervenções (FREIRE, 1977).

Importante destacar, nessa perspectiva, a faculdade da interação entre os atores envolvidos, de forma mais direta, técnicos e agricultores; interação esta que, entende-se, pressupõe a construção coletiva e a intervenção de ambos atores (no sentido coletivo) no processo. A clareza deste aspecto torna-se fundamental na construção de propostas agroecológicas, uma vez que as metodologias participativas, bem como a ação dos técnicos a campo, muitas vezes são utilizadas

como forma de 'ouvir' os agricultores, na perspectiva de realizar aquilo que por eles é demandado, orientando a ação prática por uma suposta demanda de sentido único dos 'consultados', no caso, os agricultores.

Duas críticas são levantadas a essa perspectiva. A primeira diz respeito às questões já apontadas ao final da seção anterior, na qual o resgate de saberes e a proposição de alternativas seguramente se encontram permeados pela incorporação da ideologia dominante no âmbito da agricultura (a da agricultura moderna, da 'revolução verde'). Nesse prisma, o caráter participativo de uma só via, em um único sentido, não necessariamente pode levar à (re)construção de estratégias que recomponham a dinâmica do campesinato, no sentido de garantir suas condições de reprodução social e ambiental.

A segunda crítica a ser elaborada se refere à postura ética dos agentes externos. Em ações de desenvolvimento rural, a perspectiva propositiva (imagem do futuro), os conflitos de interesses, as contradições permeiam constantemente o processo. O que necessariamente demanda uma postura técnica, política e proativa desses agentes externos. Explicitar tal perspectiva considera-se como elemento fundamental na construção do diálogo, expondo claramente quais são os objetivos, as intenções e opiniões sobre os processos em andamento, de forma horizontal e, obviamente, aberta ao diálogo, à crítica e à escuta e, mais ainda, tendo claras as diferenças de domínio de informações e discursos entre os atores. Portanto, considera-se que o diálogo pressupõe uma ação ativa de todos os atores envolvidos, explicitando suas intenções e finalidades e tendo como condição essencial a esse diálogo a horizontalidade entre estes atores. Essa perspectiva é contemplada por Schmitt (2009) ao apontar para três importantes aspectos a serem considerados em processos de transição agroecológica, conforme se destaca a seguir:

(a) o resgate dos atores e suas distintas visões de mundo como um elemento essencial na análise dos processos de mudança socioambiental na agricultura, evitando-se uma visão tecnicista da *transição agroecológica* como um processo de conversão de sistemas convencionais de produção (pouco diversificados e dependentes de insumos externos) para sistemas diversificados e autorregulados; (b) a visão de que a construção do conhecimento agroecológico, a partir de um diálogo entre conhecimento científico e o chamado *saber popular* ou *conhecimento prático*, envolve dinâmicas de conflito e negociação entre diferentes mundos, nos quais se expressam complementariedades mas também discontinuidades entre diferentes sistemas ou formas de conhecimento; (c) a necessária articulação entre as dimensões locais (os atores locais, suas estratégias, seus modos de vida, sua base natural de recursos) e as dimensões globais

envolvidas na transição agroecológica, considerando-se as inúmeras mediações existentes entre esses diferentes níveis de interpretação (SCHMITT, 2009, p. 199).

Dessa forma, o diálogo de saberes torna-se premissa para a construção da ciência e práticas agroecológica, desnudando mitos e intencionalidades e buscando promover um processo centrado na síntese e construção crítica e coletiva de novos conhecimentos que se traduzam em ações concretas de intervenção na realidade, na busca do equilíbrio ambiental, da justiça e equidade socioeconômicas e da valorização e fortalecimento das identidades culturais. Neste sentido, considera-se de particular relevância a perspectiva apontada por Leff de articulação da agroecologia com uma nova racionalidade ambiental, dentro de uma compreensão em que:

A Agroecologia surge como um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura. A Agroecologia convoca a um diálogo de saberes e intercâmbio de experiências; a uma hibridação de ciências e técnicas, para potencializar as capacidades dos agricultores; a uma interdisciplinaridade, para articular os conhecimentos ecológicos e antropológicos, econômicos e tecnológicos, que confluem na dinâmica dos agroecossistemas (LEFF, 2002, p. 42).

Não obstante, a construção da ciência e práticas agroecológicas não se restringe somente a uma intervenção de cunho técnico-produtivo, mesmo que mediada por processos metodológicos participativos, uma vez que a leitura aqui proposta demanda uma abordagem crítica da realidade em que a família, grupo ou comunidade se encontra inserido e que seja fruto de uma compreensão de que as dimensões técnico-agronômicas encontram-se integradas às de cunho social, cultural, econômico e ambiental, conforme já descrito. Segundo Altieri (2009, p. 23), “trata-se de uma nova abordagem, que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo”.

Essa leitura da agroecologia na perspectiva da complexidade e do diálogo de saberes demanda, então, uma abordagem multidimensional da realidade, em que as diferentes dimensões (social, econômica, cultural, técnica, ambiental, ética) não somente se encontram integradas e articuladas, mas também cobram a mesma relevância no momento de se fazer uma leitura da realidade estudada ou onde se intervem. Vale apontar que são vários os autores que enxergam a proposta

agroecológica dentro de uma perspectiva multidimensional, construindo para isso diferentes formas de abordar esta multidimensionalidade, ou seja, delimitando diferentes campos de ação ou “lentes” para a leitura e intervenção das realidades acompanhadas (SEVILLA-GUZMÁN, 2006abc; SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2009; LEFF, 2002; FLORIANI; FLORIANI, 2010; CAPORAL; COSTABEBER, 2002; ALTIERI, 2009).

Conforme já foi abordado, a agroecologia parte da premissa do resgate da racionalidade camponesa como base para a construção de novas práticas agroalimentares, em diálogo com a ciência e as formas de construção do conhecimento científico. Essa premissa se apoia em uma leitura que compreende a relação dos camponeses com a natureza – mediadas por práticas, formas de manejo, técnicas, ferramentas e rituais – dentro de uma perspectiva de “coevolução” entre os sistemas sociais e biológicos que, por desenvolverem-se mutuamente, possuem potencial agrícola que pode ser mais bem compreendido estudando-se como as culturas tradicionais captaram esse potencial sinérgico” (FLORIANI; FLORIANI, 2010, p. 13). Dessa forma, tecnologias e práticas de manejo resultam de um processo socialmente construído, inserido e orientado por uma lógica econômica, ambiental e cultural que constitui uma racionalidade na qual “o conhecimento do agricultor sobre os [agro]ecossistemas geralmente resulta de estratégias produtivas multidimensionais de uso da terra desenvolvidos em função de aspectos peculiares a essas comunidades rurais tradicionais” (FLORIANI; FLORIANI, 2010, p. 14). Conforme destaca Altieri (2009, p. 27):

a produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. A agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprios desenvolvimento.

A perspectiva da 'coevolução' dialoga diretamente com uma abordagem multidimensional e uma compreensão de que as mudanças tecnológicas – um dos centros da ação agroecológica – possuem um limite de transformação da realidade, dado pelas condições sociais e econômicas em que as comunidades se encontram inseridas. Da mesma forma, as possibilidades de gerar essa transformação estão intensamente relacionadas com a história e cultura das comunidades onde se atua,

delimitando as possibilidades e a velocidade das mudanças que se propõe promover, de forma coletiva.

Nessa linha crítica da abordagem tecnicista da agroecologia, Caporal e Costabeber propõe uma 'análise multidimensional da sustentabilidade', neste caso, na produção agrícola, considerando que “não podemos, simplesmente, entender a agricultura ecológica [agroecologia] como aquela agricultura que não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu processo produtivo. No limite, uma agricultura com esta característica pode corresponder a uma agricultura pobre” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 74). Os autores propõem então, uma abordagem multidimensional organizada em três níveis, compostos por diferentes dimensões; em um primeiro nível se encontrariam as dimensões ecológica, econômica e social, no segundo, as dimensões cultural e política e no terceiro, a dimensão ética. Nessa perspectiva,

mais do que uma disciplina específica, a Agroecologia constitui um enfoque científico que reúne vários campos do conhecimento [...] justamente por possuir uma base epistemológica que reconhece a existência de uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico. (*ibid*, p. 72 e 80).

A própria definição de agroecologia proposta pela Rede Ecovida incorpora esta multidimensionalidade, bem como seus objetivos e princípios, de forma que a agroecologia se realiza nas relações entre as diferentes mudanças necessárias nos sistemas econômico, social e ambiental, permeada pela cultura e por uma dimensão ética de relação com a natureza e entre os seres humanos. Assim, a partir do ponto de vista do rural, a agroecologia “é a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados” (REDE ECOVIDA, 2007, p. 29).

Neste esforço de compreensão da multidimensionalidade da agroecologia, plasmar a necessidade de articulação das mais diversas dimensões em torno da proposta agroecológica torna-se ferramenta crítica para suplantando soluções e propostas ecoteconocráticas para a questão da sustentabilidade no campo agroalimentar, incorporando discurso e prática ambientais ao pensamento e às formas de organização hegemônicas do sistema agroalimentar.

Nesse sentido, a abordagem proposta por Sevilla-Guzmán mostra-se como

interessante ferramenta teórica e pedagógica para analisar os processos agroecológicos. A proposta parte de uma abordagem da agroecologia tomada como enfoque teórico e metodológico para análise dos agroecossistemas, os sistemas agroalimentares e o desenvolvimento rural, para a qual se “constitui uma estratégia pluridisciplinar e pluriépistemológica para a análise e desenho de formas de manejo participativo dos recursos naturais aplicando conceitos e princípios ecológicos vinculados a propostas alternativas de desenvolvimento local” (SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2009, p. 195, tradução livre). Nessa perspectiva, segundo o autor, a agroecologia pode ser compreendida como:

o **manejo ecológico dos recursos naturais** através de formas de ação social coletiva para o estabelecimento de **sistemas de controle participativo e democrático**, nos âmbitos da produção e circulação. A estratégia teórica e metodológica assim elaborada terá, além disto; por um lado, uma **natureza sistêmica e um enfoque holístico**, já que tais formas de manejo não de frear seletivamente o desenvolvimento atual das forças produtivas para conter as formas degradantes de produção e consumo que tem gerado a crise ecológica. E, por outro lado, tal necessário manejo ecológico dos recursos naturais, terá igualmente, uma **forte dimensão local** como portadora de um **potencial endógeno**, que, através do conhecimento camponês (local ou indígena, ali onde possa ainda existir), permita a potencialização da biodiversidade ecológica e sociocultural e o desenho de sistemas de agricultura sustentável (SEVILLA-GUZMÁN, 2006a, p. 223, tradução livre, grifos do autor)

Assim, o autor propõe propõe três dimensões que facilitam o estudo e a práxis agroecológica, oriundas de diferentes bases epistemológicas, como as ciências da ecologia, agronomia, estudos camponeses, economia ecológica, história e ecologia política, assim como o saber e a práxis produtiva dos camponeses, a formação dos movimentos sociais do campo e as estratégias de reprodução social do campesinato. As três dimensões consideradas são: (i) dimensão ecológica e técnico-produtiva; (ii) dimensão sociocultural e econômica e (iii) dimensão política (SEVILLA-GUZMÁN, 2006b; SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2009).

A dimensão ecológica e técnico-produtiva tem na ecologia, em diálogo com o saber tradicional camponês, a base para a redefinição dos fundamentos técnicos das ciência agrárias (agronomia, veterinária e florestal) e está centrada no redesenho dos agroecossistemas, a fim de propiciar formas de manejo ambientalmente sustentáveis dos recursos naturais. A dimensão sociocultural e econômica encontra forte enraizamento na análise sociológica e antropológica do potencial endógeno das comunidades camponesas, articulando a produção

ecológica com estratégias de desenvolvimento rural, e nela as metodologias participativas cumprem um papel central. A dimensão política da agroecologia “se traduz na implicação prática na construção de alternativas à globalização agroalimentar mediante o apoio e acompanhamento de ações coletivas, tanto produtivas, de comercialização como de luta política” (SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2009, p. 196, tradução livre).

A leitura multidimensional proposta por Sevilla-Guzmán é compreendida como uma ferramenta metodológica que contempla os diferentes olhares necessários para se desenvolver uma prática agroecológica e, conseqüentemente, o estudo destas realidades. Mais do que substituir ou superar conceitos teoricamente já construídos, como o de desenvolvimento rural (em suas diferentes acepções: local, territorial, comunitário, sustentável...) ou do próprio conceito de sustentabilidade, o que se propõe é a utilização dos marcos conceituais da agroecologia como uma 'lente', a partir da qual se faz a leitura das dinâmicas no meio rural e suas articulações com o espaço urbano.

De fato, ao observar os discursos e as práticas dos principais agentes sociais promotores da agroecologia no Brasil (movimentos sociais e ONGs), estes aspectos (técnico-produtivo, sociocultural, econômico e político) encontram-se entrelaçados, apresentando em cada realidade vivenciada maior ou menor peso entre uma ou outra dimensão. No entanto, num movimento permanente de construção de uma agroecologia 'crítica', que ao mesmo tempo que se constitui como alternativa produtiva e econômica para os agricultores, se propõe a questionar e enfrentar os atuais padrões de desenvolvimento e organização do sistema agroalimentar. Como referência, pode-se tomar uma das leituras dos movimentos sociais do campo sobre o papel da agroecologia, como a divulgada em materiais do Movimento de Mulheres Camponesas, um dos primeiros em tomar a agroecologia como bandeira de luta, sendo esta vista “como uma ferramenta de resistência dos camponeses e camponesas na proposição de outro projeto de agricultura” (MMC-Brasil, s/d).

A delimitação desses três campos de abordagem da proposta agroecológica, mais do que encerrar sua compreensão, abre perspectivas para incorporar de forma articulada uma concepção interdisciplinar à ciência agroecológica. Ao obter uma compreensão multidimensional dos processos, far-se-á uma leitura ampla da realidade na qual se intervém ou a qual se acompanha, que permitirá a

compreensão sobre o andamento ou não de determinadas dinâmicas, em função das diversas dimensões em questão.

Soluções tecnológicas com resultados comprovados em muitas comunidades resultam não proceder ou avançar em outras, mesmo em condições ambientais semelhantes, devido à conjuntura política, às relações econômicas e sociais historicamente construídas naquele território. Da mesma forma, a abordagem multidimensional abre um leque amplo de possibilidades de atuação e leitura das realidades, uma vez que podem se abrir diferentes 'portas de entrada' nas comunidades rurais, no momento de promover a práxis agroecológica. Se em uma grande maioria dos casos – notadamente nos primórdios da construção da agroecologia no Brasil – a 'porta de entrada' se deu pela experimentação e pelo desenvolvimento de tecnologias alternativas, que viabilizassem sistemas de produção sustentáveis às famílias agricultoras, muitas são as outras possibilidades de entrada das comunidades no sentido de promover uma estratégia agroecológica, conforme destacam Medeiros e Marques (2011, p. 20):

O início da prática de uma agricultura de base ecológica requer, em algum momento, uma motivação particular. O interesse em promover uma transição pode ser originado de diversas formas, desde a simples constatação de que um vizinho está desempenhando essa atividade e obtendo êxito, até o resgate de ideais transmitidos por ancestrais. Porém, a existência de uma motivação particular ou até mesmo de uma tomada de consciência de um interesse comum entre vários indivíduos não é suficiente para o desenvolvimento de uma ação coletiva. Muitas vezes, esta tem de ser incentivada ou acompanhada por algum estímulo externo, cuja eficácia é maior quanto mais se valer dos canais das relações sociais preexistentes: parentesco, compadrio ou redes de diálogo .

Atualmente, com ênfase no Sul do Brasil, as oportunidades econômicas cobram importante papel na 'motivação' das famílias para a transição agroecológica, da mesma forma, as estratégias de agregação de valor, como a agroindústria, motivações de cunho ético e espiritual, bem como os processos de organização comunitária e mobilização política, têm se tornado ferramentas de impulso à transição para a agroecologia. Diante disso, considera-se que não há necessariamente uma motivação central ou principal para se iniciar um processo de transição para a agroecologia, mas que são várias as possibilidades (portas de entrada) para se iniciar a transição, dentro das diferentes dimensões em questão.

O que se faz importante destacar, em uma abordagem multidimensional, é que as diferentes 'motivações/portas de entrada' estão relacionadas e articuladas, e

que, portanto, a práxis agroecológica deve estabelecer o diálogo de forma progressiva e contínua, gerando o que em momentos anteriores denominamos de 'círculo de promoção da agroecologia' (PEREZ-CASSARINO, 2005). A abordagem multidimensional, além de possibilitar o marco teórico para análise destas realidades, instiga a uma abordagem holística dos processos, na qual a agroecologia passa a ser o elemento agregador das diferentes motivações e dimensões, conforme busca se demonstrar na Figura 9. O contexto socioeconômico, ambiental e político local determina as possibilidades de entrada ou motivação das famílias e comunidades em um processo de transição agroecológica, ou seja, que se torne mais adequado àquela realidade. No entanto, as possibilidades abertas por uma (ou mais) 'portas de entrada' só determinam um processo de cunho agroecológico quando se perfila no sentido de contemplar as demais motivações. A agroecologia torna-se, assim, um mote agregador das diversas dimensões em estudo e processo de transformação pela ciência e práxis agroecológica.

Dentro dessa concepção, incorporam-se com particular relevância o estudo e a ação no âmbito da crítica ao sistema agroalimentar global e a proposição de sistemas agroalimentares locais/alternativos, ampliando o foco da abordagem agroecológica do âmbito da produção primária para os espaços de processamento e comercialização dos alimentos. Conforme destacam Sevilla-Guzmán e Soler (2009, p. 205, tradução livre):

[...] tanto a práxis como o objeto de estudo da Agroecologia tem se ampliado nos últimos anos para o sistema agroalimentar em seu conjunto, cobrando cada vez maior importância a análise das relações intersetoriais e especialmente a articulação entre a produção e o consumo através de redes sociais [...] e canais curtos de comercialização em mercados locais [...]. A estabilidade das formas de produção e vida camponesas e rurais dependem de uma inserção estável em um sistema agroalimentar onde o equilíbrio de poder não subordine a produção agropecuária aos setores industriais e de distribuição comercial, em contraposição com o modo dominante na globalização.

A amplitude de leitura e ação da agroecologia se traduz na complexificação de conceitos e na profusão de estratégias de ação, que sejam capazes de articular as diferentes dimensões da realidade do campesinato, bem como possibilitem a constituição de alternativas concretas e sustentáveis no tempo de viabilização e melhoria de qualidade de vida das famílias e, conseqüentemente, contribuindo para esta melhoria na sociedade e no planeta.

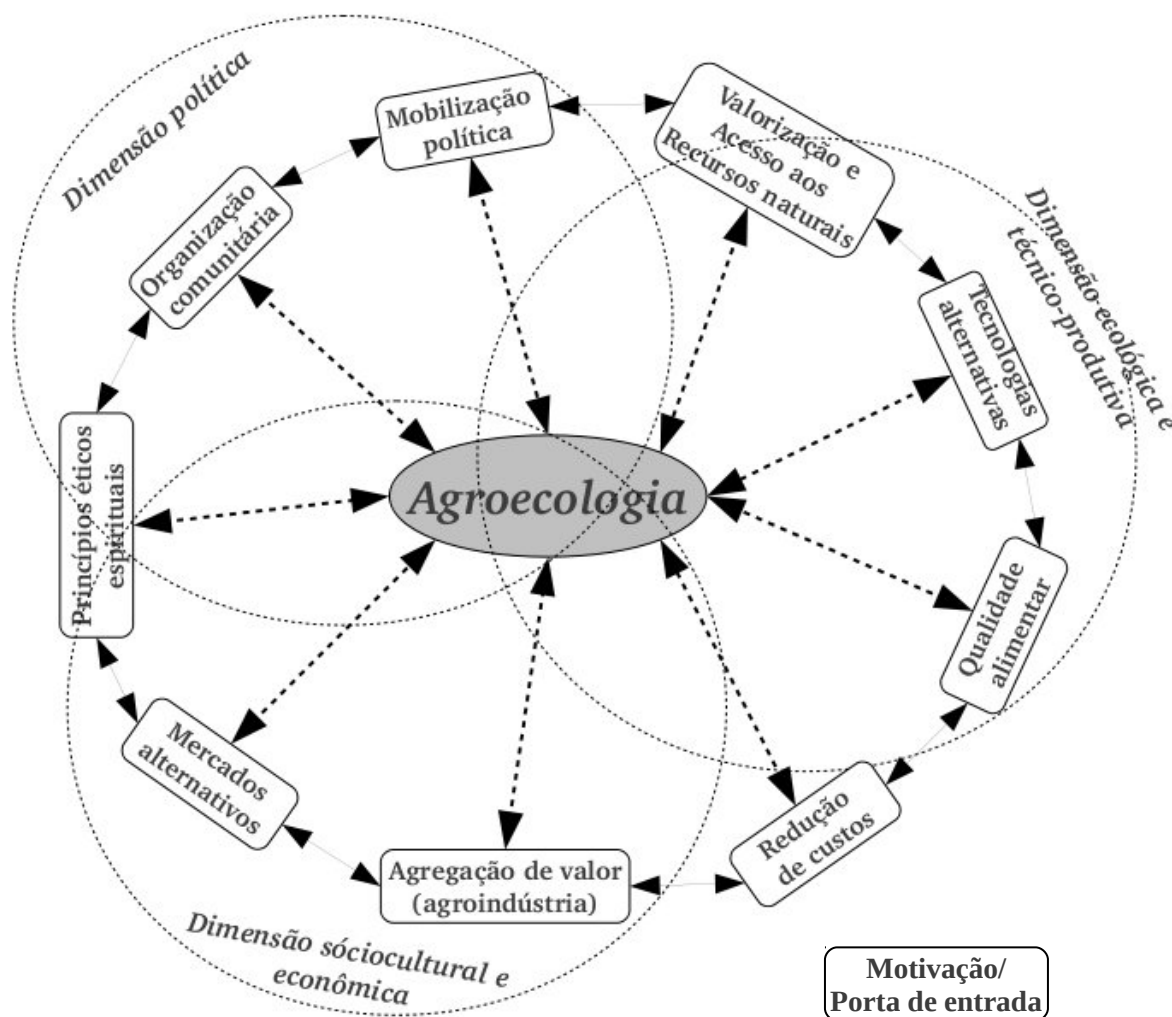


FIGURA 9 – AS DIFERENTES 'PORTAS DE ENTRADA' PARA A PRÁTICA AGROECOLÓGICA A PARTIR DAS DIMENSÕES DE SEVILLA-GUZMÁN
 FONTE: O autor (2012), a partir de PEREZ-CASSARINO (2005).

Neste sentido, adquire relevância a análise da relação das iniciativas agroecológicas com os mercados, dentro de uma abordagem crítica às atuais relações de mercado no sistema agroalimentar global. Este aspecto da ação multidimensional da agroecologia é que se busca aprofundar na presente pesquisa. O intuito, de uma forma geral, é a de sistematizar e analisar sua dinâmica a fim de gerar conhecimentos que possam indicar a constituição de estratégias alternativas de mercados que se contraponham aos modelos hegemônicos aqui criticados. Os aspectos referentes ao debate de mercados no âmbito da agroecologia serão aprofundados no item 5.1.3 desta tese, quando se realiza uma análise geral da construção social dos mercados e destes no âmbito da agricultura familiar e camponesa e da agroecologia.

Para aprofundar tais aspectos, optou-se por selecionar a Rede Ecovida de Agroecologia como espaço de pesquisa. A Rede Ecovida se constitui como espaço de articulação de atores sociais que promovem a agroecologia no Sul do Brasil, compõem a Rede grupos de agricultores ecologistas (formais ou informais), organizações de consumidores, comercializadoras, agroindústrias e entidades de assessoria (ONGs). Historicamente a Rede se caracteriza como importante espaço de articulação política de diversas iniciativas em torno da agroecologia, tendo uma atuação marcante no que se refere à construção de estratégias de comercialização orientadas aos mercados locais, bem como pelo desenvolvimento e implementação da metodologia de certificação participativa como forma de expressar a qualidade do produto ecológico.

A Rede é reconhecida nacional e internacionalmente como uma das principais referências nesses dois campos, sendo importante espaço de inovação e difusão dessas ações. Compreende-se, no entanto, que cabe no âmbito desta realidade propiciar reflexões em torno dessas ações, sua articulação com a ação discursiva, seu caráter contra-hegemônico, como proposta alternativa que se propõe ser. Para tanto, faz-se necessário conhecer o mais profundamente possível esta realidade. Neste sentido, no capítulo a seguir buscaremos apresentar a Rede Ecovida como realidade pesquisada, orientando esta apresentação para as características relacionadas ao perfil das estratégias de comercialização que se dão em seu âmbito. Da mesma forma, serão expostas informações referentes à história das organizações selecionadas como representativas da realidade da Rede Ecovida e que foram o espaço central de pesquisa desta tese, bem como do perfil socioeconômico das famílias que compõe estas organizações.

CAPÍTULO 4 AGRICULTORES ECOLOGISTAS E ORGANIZAÇÃO EM REDE: A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

*A Rede Ecovida é formada por núcleos.
Os núcleos são formados por organizações.
As organizações são feitas de gente.
E gente é feita de sonhos e trabalho.
(REDE ECOVIDA, [200-])*

Este capítulo tem por finalidade apresentar elementos da história e da configuração social e econômica do espaço institucional em que se centrou esta pesquisa. A Rede Ecovida de Agroecologia conta com uma trajetória de 14 anos de atuação. No entanto, conta em sua constituição com organizações que atuam há cerca de 30 anos com a agroecologia, como proposta de desenvolvimento alternativo para o rural brasileiro e como meio concreto de viabilização econômica e ambiental de milhares de agricultores familiares e camponeses.

Conforme descrito, além de se caracterizar como principal espaço de articulação da agroecologia no Sul de Brasil, a Rede Ecovida possui particular foco de atuação nas questões de comercialização e certificação. Na questão dos mercados, a atuação da Rede se dá no sentido de articular iniciativas, gerar processos de comercialização em rede e, principalmente, construir um marco político para a orientação das ações de mercado de seus integrantes. Cabe a particular ressalva de que a atuação da Rede Ecovida não se caracteriza por uma ação centralizada, menos ainda por efetivar ações de comercialização, ou seja, compra e venda de produtos. O perfil de atuação é marcado pela agregação das centenas de iniciativas de comercialização que se dão a partir de seus integrantes, estabelecendo compromissos e ações práticas comuns que configuram a atuação em rede.

Da mesma forma, o processo de certificação participativa implementado pela Rede Ecovida possui relação direta com o perfil de mercados construídos pelas organizações que a compõe. Portanto, respondendo ao mesmo perfil de atuação política, de buscar ser o espaço agregador de iniciativas com interesses e perfis comuns. Alguma diferença se estabelece nesse processo, pela recente institucionalização da certificação participativa na 'Lei dos Orgânicos', o que, por um lado, trouxe reconhecimento à atuação da Rede Ecovida, mas, por outro, uma série

de amarras burocráticas que, em parte, reconfiguram seu perfil de atuação em rede.

Objetiva-se, aqui, expor esse processo de construção histórica da Rede Ecovida, seus mecanismos de atuação e orientações políticas. A partir de uma descrição genérica da Rede Ecovida, passa-se a expor dados extraídos do trabalho de pesquisa que apresentam um perfil e volumes das ações de comercialização de seus integrantes.

Na continuidade, apresentam-se informações específicas sobre as organizações pesquisadas como representativas da realidade da Rede Ecovida, trazendo um breve histórico de formação e atuação de cada uma e uma descrição do perfil socioeconômico das famílias que a compõem. Estes dados são resultado também do trabalho de pesquisa realizado, tanto em sua etapa coletiva quanto no momento do trabalho individual de tese, importantes para analisar, de forma mais detalhada, as dinâmicas de comercialização das famílias que compõem a Rede Ecovida de Agroecologia.

4.1 REDE ECOVIDA: SURGIMENTO, CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVA DE MERCADOS

A formação da Rede Ecovida de Agroecologia se explica por meio de uma leitura histórica da promoção da agroecologia no Sul do Brasil. Seu surgimento é resultado da necessidade de articulação sentida pelas organizações não governamentais e grupos de agricultores ecologistas à medida que seu público e suas ações se ampliavam e ganhavam proporção. Ao mesmo tempo, o próprio aumento de visibilidade na sociedade das iniciativas em torno das formas alternativas de produção (agroecologia, agricultura orgânica, biodinâmica, natural, etc.) e a demanda por políticas públicas neste sentido reforçavam a necessidade de se ter um espaço comum de articulação e representação política da agroecologia. Era proeminente a necessidade de configurar um espaço coletivo que proporcionasse as condições para o estabelecimento de uma identidade comum entre diversas iniciativas que se multiplicavam no interior dos estados do Sul do Brasil.

Anteriormente a criação da Rede Ecovida já havia um espaço de articulação em torno da agroecologia no Sul do Brasil. A Rede Tecnologias Alternativas-Sul (Rede TA/Sul) agregava ONGs que atuavam no âmbito da agroecologia no Sul do Brasil. Esta Rede se integrava a Rede PTA (Projeto em Tecnologias Alternativas) em âmbito nacional, contando com uma rede no Sudeste e outra no Nordeste do Brasil como espaços componentes da rede nacional. No entanto, era um espaço que agregava somente as organizações de assessoria, no sentido de discutir suas estratégias e influência política. A Rede TA/Sul acabou sendo o espaço central de articulação das organizações em torno da agroecologia no Sul do Brasil, sendo a articulação a partir da qual se agregaram os atores precursores da Rede Ecovida (REDE ECOVIDA, 2007a).

A ideia de tecnologias alternativas está na origem do debate da agroecologia, sendo que o foco inicial da proposta levada a campo junto às famílias agricultoras era o de propor alternativas tecnológicas aos padrões da 'revolução verde'. Souza (2003) destaca que o processo histórico que resultou no que se entende atualmente por agroecologia passou por diversas mudanças e que atualmente se verifica uma reaproximação de diversas “correntes do pensamento alternativo”. Para o autor:

A década de 1980 foi um momento forte deste movimento, pois reunia duas questões importantes: a monumental crise econômica Brasileira (ficou conhecida pelos economistas como a década perdida) e o fortalecimento dos movimentos sociais. Com o enfraquecimento do modelo da revolução verde e a percepção de que aquele era o momento de fazer avançar um projeto alternativo, inúmeras organizações uniram-se em torno do projeto dos “Encontros Brasileiros da Agricultura Alternativa” (EBAA's), que reuniram milhares de pessoas em várias regiões do Brasil. Estes encontros tinham por objetivo, além de debater a crise que a agricultura dominante vinha passando e das alternativas existentes e possíveis, unir os vários movimentos em prol de um projeto comum, o que, infelizmente não foi possível naquele momento histórico devido à fase imatura dos movimentos e as disputas internas que haviam, o que dificultou a construção de consensos mínimos. O grande racha que havia era entre os movimentos do ambientalismo científico, que propugnavam uma revolução cultural (e batiam duro nos países socialistas da época que não tinham preocupação ambiental) e os movimentos de base marxista, defensores de uma proposta socialista (que criticavam a suposta alienação dos ambientalistas). Percebe que era um debate difícil e de certa forma inócuo, claro que olhando a partir de hoje, considerando os desdobramentos históricos. Porém mais tarde ocorre uma reaproximação das várias correntes do pensamento alternativo, agora com mais solidez, sob a base comum da Agroecologia (SOUZA, 2003, p. 22).

Sob essa base, o processo de articulação se fortalece e complexifica. A partir de uma avaliação institucional realizada no âmbito da Rede PTA como um todo,

alguns seminário definem pela necessidade de se ampliar o processo de articulação, tanto no que se refere ao número e perfil de atores quanto das regiões do país. Essa definição reflete uma resposta à própria ampliação e difusão da agroecologia pelo país, bem como pelo sua incorporação por parte dos principais movimentos sociais do campo, notadamente aqueles vinculados à Via Campesina (MST, MMC, MPA, MAB, CPT), FETRAF e organizações de povos e comunidades tradicionais, tais como Indígenas, Quebradeiras de coco, Quilombolas, Seringueiros e outros (ENA, 2003). Tal processo de mobilização culminou com a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que agrega movimentos e organizações em torno da agroecologia no Brasil, da qual a Rede Ecovida faz parte.

Ainda no que se refere ao contexto no Sul do Brasil, a região começa a enfrentar de forma cada vez mais frequente a questão da necessidade de certificação de seus produtos. As iniciativas de comercialização se multiplicavam, as vendas para outros Estados e regiões crescia e havia uma pressão institucional, por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para normatizar o processo de produção e certificação de produtos orgânicos no Brasil. Fato marcante desse período é a publicação da Instrução Normativa 07, em maio de 1999, que definia a produção orgânica e estabelecia os critérios para sua certificação (BRASIL, 1999).

Isoladamente, algumas organizações vinham criando alternativas a esse processo, tais como o selo próprio criado pela ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural) no final da década de 1990. Dentre essas alternativas, ganhava destaque a proposta da Cooperativa Coolmeia de Porto Alegre, de promover a certificação participativa, ou seja, uma certificação realizada entre agricultores e consumidores da feira promovida por esta cooperativa. Muitas das entidades precursoras da Rede Ecovida participavam da feira da Coolmeia, ajudando a construir este processo e difundindo seus princípios e suas ideias para outras organizações.

A certificação tornava-se importante ponto de inflexão no que se refere à viabilidade das iniciativas agroecológicas. A pressão da normatização estabelecida pelo MAPA, bem como das próprias certificadoras nacionais e internacionais estabelecidas, cria uma reação no âmbito das organizações do campo agroecológico por buscar mecanismos de não obrigatoriedade da certificação. Ao

mesmo tempo, alternativas à certificação 'convencional', por auditoria, eram experimentadas, com o intuito de garantir a autonomia dos agricultores e suas organizações nesse processo.

Um fato em particular impulsiona a criação de uma ação em rede. A proposição de um projeto de normatização e certificação da agricultura orgânica no Estado de Santa Catarina, elaborado sem o diálogo com as organizações do campo agroecológico, estimula uma reação em uma das regiões do Estado (Planalto Norte). Em um seminário realizado para debater o projeto em questão, decide-se pela criação de um processo de articulação que fizesse frente à proposta, criando uma Rede Regional de Agroecologia, fato ocorrido no primeiro semestre de 1998 (REDE ECOVIDA, 2007a).

A proposta ganhou proporção, e o diálogo entre as ONGs que compunham a Rede TA/Sul estimulou a realização de um seminário estadual, a fim de ampliar e fortalecer sua composição, criava-se, em novembro de 1998, a **Rede Ecovida de Certificação Participativa**. Durante o primeiro semestre de 1999 foram sendo realizadas atividades de discussão e formação para estruturação da Rede Ecovida. A proposta foi sendo divulgada e, mediante a articulação preexistente entre as ONGs da Rede TA/Sul, organizações do Rio Grande do Sul e Paraná passam a se interessar pelo debate em andamento em Santa Catarina.

No ano de 1999, realiza-se no município de Lages o 1º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, que reúne representantes de grupos de agricultores ecologistas e das ONGs de assessoria, quando se delibera pela ampliação da Rede Ecovida para os três estados do Sul do Brasil. Nesse momento, a estrutura organizativa da Rede estava centralizada, havendo uma coordenação formada por um membro por Estado mais um coordenador geral e sendo o encontro ampliado principal espaço de articulação entre as organizações.

O ano de 1998 pode então ser considerado como o momento de 'fundação' da Rede Ecovida, ano em que se definiram o nome e o perfil inicial da articulação. No entanto, conforme destacado, o processo gerado pela reação à iniciativa do Estado catarinense aglutinou demandas políticas, técnicas e de mercado represadas naquele momento histórico e que puderam se manifestar por meio do processo de criação da Rede Ecovida (MARQUES *et al.*, 2001; REDE ECOVIDA, 2007a). Conforme pode-se observar em Rede Ecovida (2007a, p. 11, grifos do autor):

A Rede Ecovida se concretiza basicamente a partir de uma identidade e reconhecimento histórico entre as iniciativas de Ong's e organizações de agricultores construídos na região sul. Assim, imediatamente passa se tornar uma Rede da Região Sul.

Diante dessa história conclui-se que a Rede não nasce em 98. Nesta data inicia-se um novo formato organizacional de um movimento agroecológico no Sul do Brasil: a **Rede Ecovida de Agroecologia**.

O ano de 2000 marca a realização do 2º Encontro da Rede Ecovida, quando se define pela ampliação de sua perspectiva, ou seja, não restringir o processo de articulação somente ao campo da certificação, mas sim caracterizar-se como espaço de articulação da agroecologia no Sul do Brasil. Assim, a Rede passa a denominar-se **Rede Ecovida de Agroecologia**, tendo a certificação participativa como um dos seus cinco grande objetivos. O 2º encontro ampliado representa importante momento de afirmação da Rede Ecovida de Agroecologia, não somente pela ampliação da perspectiva que estava centrada na certificação participativa, mas também pela definição de uma série de conceitos e pressupostos que orientariam sua ação nos anos seguintes. Da mesma forma, esse encontro dá continuidade e afirma um perfil metodológico centrado numa perspectiva de horizontalidade, o que significa dizer que as definições de perfil político, técnico e os espaços de tomada de decisão são exaustivamente debatidos nos encontros ampliados, que contam com a presença de agricultores e técnicos em permanente processo de diálogo.

O encontro do ano 2000 concentrou seus esforços em estabelecer as definições sobre os princípios e objetivos da Rede, perfil dos participantes, forma de inserção, atribuições, bem como a definição conceitual de agroecologia e outras questões que compuseram o documento "*Organização e Funcionamento da Rede Ecovida de Agroecologia*" (REDE ECOVIDA, 2000, 2003), que se pode caracterizar como o 'regimento interno' da Rede Ecovida. Segundo o documento:

A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares e suas organizações, organizações de assessoria e pessoas envolvidas e simpatizantes com a produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos ecológicos. A Rede trabalha com princípios e objetivos bem definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia nos seus mais amplos aspectos, disponibilizar informações entre os envolvidos e criar mecanismos legítimos de geração de credibilidade e de garantia dos processos desenvolvidos pelos seus membros (REDE ECOVIDA, 2000, p. 4).

O encontro define que para integrar-se à Rede Ecovida é necessário estar inserido em alguma forma de organização. Notadamente no caso dos agricultores,

este só podem filiar-se à Rede caso estejam organizados em grupos formais (associação ou cooperativa) ou informais, ou seja, filiam-se à Rede Ecovida os grupos e não as pessoas diretamente. À exceção da figura do colaborador, todos os demais membros devem estar inseridos em alguma forma de organização local. Além dos grupos de agricultores, define-se que podem integrar a Rede Ecovida Ongs de assessoria, organizações de consumidores (cooperativas, associações de bairro, etc.), comercializadoras e agroindústrias, desde que sejam microempresas e empreendimentos familiares (REDE ECOVIDA, 2000, 2007a). Portanto, a Rede Ecovida caracteriza-se como uma rede de organizações, estando estas orientadas pelos seguintes princípios e objetivos:

- **Princípios**

- Ter a Agroecologia como base para o desenvolvimento sustentável.
- Garantir a qualidade do processo através da Certificação Participativa.
- Trabalhar com agricultores e agricultoras familiares e suas organizações.
- Ser regida por normativa própria de funcionamento e de produção.
- Trabalhar na construção do comércio justo e solidário.

- **Objetivos**

- Desenvolver e multiplicar as iniciativas agroecológicas.
- Incentivar o trabalho associativo na produção e no consumo de alimentos ecológicos.
- Articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas.
- Aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores.
- Ter uma marca-selo que expresse o processo, o compromisso e a qualidade.
- Fomentar o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular (REDE ECOVIDA, 2000, p. 3, grifos do autor).

Nesse mesmo ano de 2000 os integrantes da Rede Ecovida decidem por estruturar um formato descentralizado de organização, uma vez que a amplitude da Rede inviabilizava o processo de articulação realizado de forma centralizada como até o momento, principalmente, por meio dos Encontros Ampliados e de reuniões de coordenação. Define-se, então, por uma organização estruturada em “Núcleos Regionais”, e estes acabaram por se tornar a principal unidade funcional da Rede Ecovida. Os núcleos reproduzem nas microrregiões a estrutura da Rede Ecovida, contando com uma coordenação, secretaria, tesouraria, além da formação de um conselho de ética próprio (REDE ECOVIDA, 2000, 2007a).

Segundo a Rede Ecovida, a organização em núcleos permite maior agilidade nas discussões e tomadas de decisão, uma vez que os membros encontram-se mais próximos. Por esse mesmo motivo, há um maior conhecimento entre os membros, portanto mais possibilidades de se realizarem visitas e intercâmbios entre eles,

sendo que “a troca de conhecimento mútuo é fundamental ao processo de geração de credibilidade [certificação]” (REDE ECOVIDA, 2007a, p. 22). Ao mesmo tempo, esta estrutura permite e a continuidade dos processos organizacionais históricos, resultantes da realidade social, cultural e ambiental de cada região, o que, por sua vez, representa um formato mais adequado à realidade local ou regional. Os núcleos regionais são a principal unidade funcional da Rede Ecovida e onde se efetiva o processo de certificação participativa (*ibid*). A Figura 10 ilustra a forma como a Rede se organiza, demonstrando as diversas etapas, desde os grupos ecológicos até a Rede como um todo, usando como referência o Núcleo Litoral Solidário do Rio Grande do Sul.

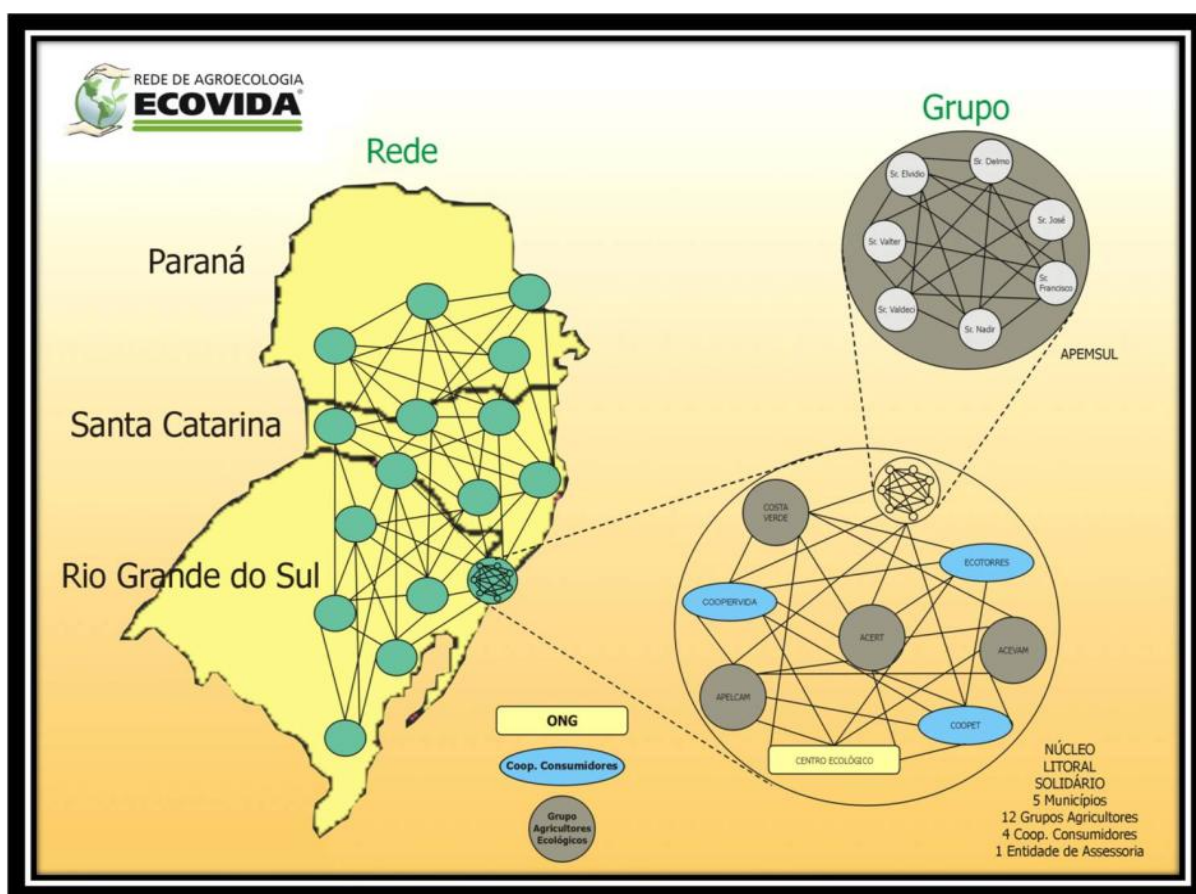


FIGURA 10 – EXEMPLO DE ESTRUTURAÇÃO DE UM NÚCLEO DENTRO DA REDE

FONTE: Rede Ecovida (2007a, p. 16).

Ainda em perspectiva histórica, ao ano de 2001, um novo Encontro (o terceiro), realizado em Francisco Beltrão no Paraná, discute as normas internas para a transição agroecológica. Realizou-se um profundo debate entre agricultores, técnicos e a presença de algumas representações de consumidores em torno das

normas e dos procedimentos de certificação (REDE ECOVIDA, 2003). Este debate culminou na produção do documento denominado “*Normas Simplificadas da Rede Ecovida de Agroecologia*” (REDE ECOVIDA, 2001) e no formulário de certificação das famílias agricultoras. Ambos documentos, juntamente com os princípios da certificação participativa, orientações de uso do selo e outras orientações, resultaram na publicação no ano de 2004 do “*Caderno de Formação: Certificação Participativa de Produtos Ecológicos*” (REDE ECOVIDA, 2004), conforme observado na Figura 11.

A ampliação no campo de ação da Rede Ecovida, para além da certificação participativa, refletiu de forma clara o momento histórico em que se encontravam as organizações de agricultores e de assessoria do campo agroecológico no Sul do Brasil. No entanto, há que destacar, que a metodologia de certificação participativa em rede é um importante aspecto de unicidade e inovação dentro da Rede, dando originalidade à sua proposta, principalmente quando articulada à construção de mecanismos alternativos de mercado, pressuposto para a realização da certificação em moldes participativos. Isso porque se negam as certificações 'convencionais' (terceira parte), feitas por empresas especializadas, pois esse processo não possibilitava a criação de novos referenciais para a produção e comercialização dos produtos agroecológicos. A certificação participativa contribui, nesse sentido, para recriar esses referenciais. Assim, a partir desse pressuposto, os agricultores, técnicos de ONGs e cooperativas de consumo passaram a se organizar em grupos, nos quais acontece essa certificação participativa baseada na geração coletiva de credibilidade e no controle social. Para Souza (2003, p. 25):

A certificação participativa pode ser explicada da seguinte forma. Inversamente ao enfoque da certificação convencional, que trabalha com o princípio da desconfiança, o que gera uma série de providências de fiscalização do agricultor pelas certificadoras, a certificação participativa parte do princípio da confiança, ou seja - de que é possível criar processos geradores de credibilidade, que além de serem educativos e muito mais construtivos, a prática tem mostrado que podem oferecer a mesma segurança da certificação convencional. O processo de geração de credibilidade começa pelo pertencimento do agricultor a um grupo, a um núcleo da Rede, a processos locais de comercialização direta onde exista transparência do processo produtivo junto aos consumidores e acompanhamento técnico no âmbito da Rede. Tomando isto como idéia geral, a Rede desenvolveu um sistema de normas técnicas, que abrange todo o processo produtivo (que consta na legislação nacional sobre orgânicos), e um sistema de procedimentos a serem seguidos pelos núcleos a fim de viabilizar a liberação do selo de orgânico para os agricultores.

Nesse sentido, as normas simplificadas construídas no 3º Encontro Ampliado resultaram em importante momento de consenso dentro da Rede Ecovida, no que se refere aos critérios e a metodologia da certificação participativa. Esse procedimento possibilitou não só maior homogeneidade no processo de certificação como acabou por lhe conferir maior respaldo. Esse aspecto se tornou importante ferramenta no momento da negociação política em torno da aceitação da certificação participativa no marco legal brasileiro de agricultura orgânica, conforme debatido na seção 5.1.3 deste trabalho. A construção de uma nova metodologia e, conseqüentemente, de um novo processo social em torno da geração de credibilidade para garantia da qualidade de produtos orgânicos/ecológicos, pode ser resumida da seguinte forma:

A certificação participativa é um sistema solidário de geração de credibilidade. O selo de certificação da Rede Ecovida expressa que o produto foi gerado com respeito ao meio ambiente e que é fruto de relações sociais justas. A aplicação dos princípios e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva dos agricultores e consumidores envolvidos no processo, garantindo o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada região. O selo ECOVIDA é o resultado de um processo participativo, que envolve uma série de procedimentos desenvolvidos dentro de cada núcleo regional, onde ocorre a filiação à Rede, a convivência e a verificação do Conselho de Ética, concedendo o selo se for o caso e quando solicitado pelo grupo (REDE ECOVIDA, [200-], s/p).

A sistematização realizada pela Rede Ecovida em torno das normas e procedimentos de certificação tornou-se também importante referência para a difusão da certificação participativa em outros países. A Figura 11 exhibe traduções do caderno de normas da Rede Ecovida para o espanhol e inglês feita por ONGs estrangeiras com objetivo de promover a certificação participativa em seus países.

A partir do 3º Encontro foram detalhadas as estruturas de organização e articulação da Rede Ecovida, uma vez que ficou decidido pela realização de encontros ampliados somente a cada dois anos. Criou-se, então, como principal instância de decisão no âmbito da Rede, à exceção dos encontros ampliados, a realização de “plenárias de núcleos”, que reuniriam no mínimo dois representantes de cada núcleo e seriam realizadas duas a três vezes ao ano (REDE ECOVIDA, 2007a).



FIGURA 11 – CADERNO DE FORMAÇÃO DA REDE ECOVIDA E SUAS RESPECTIVAS TRADUÇÕES AO INGLÊS E ESPANHOL
 FONTE: Rede Ecovida (2004, [200-], [2005?]).

Assim, a Rede Ecovida passa a se estruturar a partir dos Núcleos Regionais, Plenárias de Núcleos, Coordenação Geral e Encontro Ampliado; complementa esta estrutura a formação temporária ou permanente de “Grupos de Trabalho” por demanda. As comissões de ética se fazem presentes em três instâncias (grupos, núcleos e Rede). O organograma organizacional da Rede Ecovida, que reflete esta estrutura, pode ser observado na Figura 12.

Ainda no ano de 2001 decide-se no âmbito da Rede Ecovida pela criação de uma associação voltada a atender às demandas de formalização do processo de certificação. Após a publicação da IN 07/99, preparava-se no MAPA a publicação de uma nova Instrução Normativa, esta com objetivo de regulamentar o processo de credenciamento de certificadoras junto ao Ministério. De fato, tal Instrução foi publicada em janeiro de 2002, com conteúdo fortemente influenciado pelas certificadoras por auditoria, excluindo todas as possibilidades de credenciamento de processos de certificação participativa, possibilidade que tinha uma certa abertura na IN 07/99 (BRASIL, 2002).

Apesar de criada em fevereiro de 2001 (AECP, 2001), a Associação Ecovida de Certificação Participativa (AECP) não chegou a ter funcionalidade no período. A IN 06/02 fechava as portas para o credenciamento de processos de certificação participativa, paralelamente, o selo da Rede Ecovida ganhava reconhecimento social e de mercado, fazendo com que se optasse pelo fortalecimento da marca e

identidade Ecovida.



FIGURA 12 – ORGANOGRAMA DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA
 FONTE: Rede Ecovida (2007a, p. 18).

O longo processo de debate em torno da legislação – conforme brevemente descrito no Quadro 6 da seção 5.1.3, a seguir – levou à desconsideração das Instruções Normativas, pois estas seriam brevemente substituídas pela legislação nacional, fato ocorrido em dezembro de 2003. No ano de 2010, com a conclusão da regulamentação da Lei nº 10.831/03 (BRASIL, 2003), e o consequente reconhecimento da certificação participativa, a AECOP foi reestruturada. No segundo semestre de 2010 a associação foi credenciada junto ao MAPA como Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica (OPAC), estando autorizada a realizar processo de certificação formalmente (MEIRELLES, 2010).

A decisão política de fortalecer a imagem e identidade da Rede Ecovida fez com que se estimulasse os grupos a utilizar o selo, mesmo onde não havia demanda pela certificação. Em muitos casos, a comercialização feita em mercados locais não apresenta demanda pela certificação dos produtos. A relação de proximidade entre agricultores e consumidores estabelece um vínculo social a partir

do qual há um compromisso recíproco entre as partes, em relação à qualidade do produto e a fidelidade na compra. Este é o caso de muitos grupos da Rede Ecovida, o que fez com que em várias regiões o processo de certificação andasse muito lentamente. Tal situação dificultava a construção de uma identidade entre os membros da Rede, bem como a visibilidade do seu selo/marca. A partir da regulamentação da legislação de orgânicos, todos os produtos devem ser certificados ou seus produtores cadastrados no MAPA (opção para os mercados locais) para poder ser vendidos como orgânicos, ecológicos ou agroecológicos.

Tal processo possibilitava um reconhecimento maior entre os membros da Rede Ecovida e, por outro lado, exercitava o processo de certificação participativa nas regiões. Na perspectiva de fortalecer a imagem da Rede Ecovida, uma Plenária de Núcleos realizada no ano de 2002 optou pela divisão da imagem da Rede em dois modelos. Um primeiro o selo, a ser utilizado nos produtos certificados, e o segundo a logomarca da Rede, a fim de utilizar em materiais didáticos e de divulgação. Uma das preocupações centrais era o de evitar a confusão entre os consumidores, uma vez que o uso do selo de qualidade orgânica em outros espaços, que não o rótulo dos produtos, poderia gerar dificuldades de compreensão sobre o que era ou não um produto orgânico. Da mesma forma, a criação de uma logomarca separada de um selo, ampliava suas possibilidades de uso como material de identificação entre os membros da rede (REDE ECOVIDA, 2002). Ambos os materiais possuem orientações claras e definidas sobre as formas e condições para o uso de cada imagem (REDE ECOVIDA 2004, 2007a). A Figura 13 expressa a mudança e a evolução gráfica do selo e logomarca da Rede Ecovida. Da esquerda para a direita mostra-se inicialmente o selo/marca original da Rede Ecovida (quando não havia separação), o selo e logomarca com o dito 'ecovida' em preto representam o momento da divisão entre selo e logomarca, e por fim a logomarca e selo atuais da Rede Ecovida.

A partir do Encontro realizado em Francisco Beltrão em 2001, a dinâmica organizativa da Rede foi se consolidando; a coordenação passou a ser colegiada, com pelo menos três representantes de cada Estado e as plenárias possibilitavam maior celeridade na tomada de decisões. Dessa forma, os encontros ampliados se tornaram cada vez mais espaços de intercâmbio, formação, celebração e mobilização política, deixando seu caráter deliberativo de lado. As decisões

fundamentais que passam pelos Encontros Ampliados são a eleição da coordenação e a aprovação da formação de novos Núcleos Regionais.



FIGURA 13 – SELOS E LOGOMARCAS DA REDE ECOVIDA
 FONTE: Rede Ecovida (2007a) e site da Rede Ecovida.

Os Encontros Ampliados, porém, podem ser considerados como os marcos que expressam o momento político da Rede Ecovida. Assim, a partir de 2003, os encontros passam a ter lemas que simbolizavam esses momentos e pautavam a dinâmica de discussões e formação no âmbito da Rede. Em 2003, realiza-se, então, o 4º Encontro Ampliado, com o lema “Cultivando a ética, reproduzindo a vida”, no município de Passo Fundo/RS, que contou com a presença de cerca de 350 participantes. Sua temática esteve centrada no fortalecimento dos mecanismos de geração de credibilidade e controle social no processo de certificação participativa. Em 2005 o encontro realizou-se em Praia Grande/SC e teve como lema “Agricultura ecológica, alimentando a soberania de um povo”, buscando aprofundar as discussões em torno da relação entre agroecologia e soberania alimentar, o encontro contou com cerca de 800 participantes (REDE ECOVIDA, 2003, 2007a).

Em 2007 realiza-se o 6º Encontro Ampliado, no município da Lapa/PR, tendo como lema “Nossa identidade se constrói em rede”. O Encontro visava fortalecer a identidade entre os integrantes e os processos organizativos e políticos dentro da Rede Ecovida (REDE ECOVIDA, 2007b). Nesse encontro é lançado o “*Caderno de*

Formação nº 1: uma identidade que se constrói em rede”, que trata do processo de organização interna da Rede, como forma de orientar novos grupos e fortalecer o processo organizativo daqueles que já a compõem (REDE ECOVIDA, 2007a). Esse caderno e o caderno sobre certificação participativa constituem os principais materiais de formação da Rede Ecovida, apesar de o caderno sobre certificação estar desatualizado, pois foi elaborado antes do processo de regulamentação, no entanto, seus princípios ainda prevalecem.

O 7º Encontro Ampliado foi realizado no município de Ipê/RS no ano de 2009. O lema do encontro foi “Agricultura familiar ecológica: produzindo alimentos, alimentando sonhos”, tendo por finalidade fortalecer a construção da proposta da agroecologia em seu todo (REDE ECOVIDA, 2009). Na Figura 14 podem ser observadas imagens dos encontros e plenárias da Rede Ecovida, como forma de ilustrar parte da história descrita neste documento. A imagem nº 1 corresponde a uma das primeiras plenárias de Núcleos, realizada em Passo Fundo em novembro de 2002; a imagem nº 2 é do IV Encontro em Passo Fundo/RS, ano de 2003; a terceira imagem é do V Encontro realizado Praia Grande/SC; a imagem nº 4 é do VI Encontro, realizado na Lapa/PR; a quinta e sexta imagens são do VII Encontro realizado em Ipê/RS. Os anos de 2009 a 2011 concentraram grande parte dos esforços das organizações da Rede em torno do processo de regulamentação da agricultura orgânica e, conseqüentemente, da legalização da certificação participativa. Tal processo demandou um esforço burocrático e de coleta e organização de informações em vários níveis, desde as unidades produtivas, passando pelos mecanismos de comercialização e organização (REDE ECOVIDA, 2010).

Está previsto para o mês de maio de 2012 a realização do 8º Encontro Ampliado da Rede Ecovida, que deveria ter ocorrido no ano de 2011. No entanto, a dificuldade de mobilização e captação de recursos dificultou sua realização, o que demonstra uma certa fragilidade político-organizativa que a Rede vem enfrentando nos últimos anos, em virtude da intensa demanda pela legalização da certificação, bem como por um quadro político de fragilização das organizações de assessoria, notadamente, pela dificuldade de captação de recursos.



LEGENDA: 1. Plenária da Rede Ecovida em Passo Fundo/RS (2002); 2. 4º Encontro Ampliado, Passo Fundo/RS; 3. 5º Encontro Ampliado, Praia Grande/SC; 4. 6º Encontro Ampliado, Lapa/PR; 5. 7º Encontro Ampliado, Ipê/RS; 8. Feira de Sabores e Saberes no 7º Encontro Ampliado.

FIGURA 14 – IMAGENS DOS ENCONTROS E PLENÁRIAS DA REDE ECOVIDA
 FONTE: Rede Ecovida (2007a) e Meirelles (2009).

Como síntese do histórico e apresentação da Rede Ecovida de Agroecologia realizado até o momento, apresenta-se na Figura 15 a linha do tempo da Rede Ecovida exposta no Caderno de formação nº 1, considerando o período até o ano de 2007. Segundo informações levantadas em outros documento da Rede e Associação Ecovida, sua fundação se deu no ano de 2001 e não 2003, conforme consta na figura (AECV, 2001).

A LINHA DO TEMPO NA HISTÓRIA DA REDE ECOVIDA DA AGROECOLOGIA

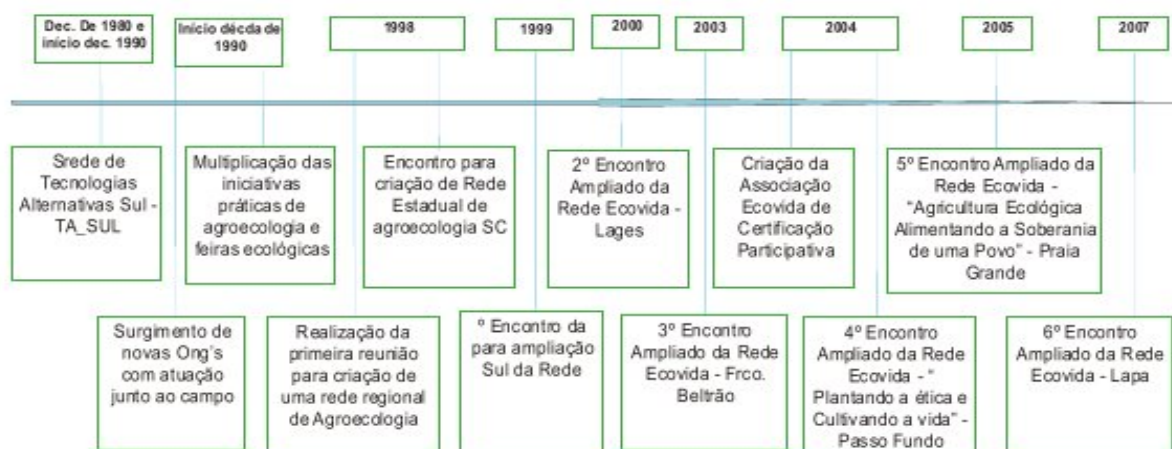


FIGURA 15 – LINHA DO TEMPO DA REDE ECOVIDA ATÉ O ANO DE 2007
 FONTE: Rede Ecovida (2007a).

A Rede Ecovida de Agroecologia é, atualmente, a maior forma de expressão em favor da agroecologia na Região Sul do Brasil. É constituída por aproximadamente 35 ONGs, 3.000 agricultores ligados a 300 grupos de produção e 10 cooperativas de consumo (MEIRELLES, 2009). No que se refere às organizações de representação dos agricultores que compõem a Rede, a maior parte se encontra ligada aos sindicatos da Fetraf, outros ao MST e outros, ainda, consideram que a Rede Ecovida é seu próprio movimento (RODRIGUES *et al.*, 2010). Segundo informações da Rede Ecovida, em cerca de dez anos de existência, a articulação ampliou de 340 para 3000 o número de famílias agricultoras que a integram, o Quadro 4 apresenta uma perspectiva evolutiva dos números da Rede, do ano de 1999 até 2009, sendo que, para esse último ano, o próprio autor apresenta dúvidas em relação à projeção realizada.

Cabe ressaltar que, apesar dessa estrutura de organização, a Rede Ecovida é um espaço 'informal' de articulação, não possuindo pessoa jurídica, sede ou uma secretaria ou coordenação liberada para atuar em nome dela. Essa conformação reforça o caráter de organização em rede proposto, embora traga também dificuldades em sua condução pelas limitações de tempo dos membros da coordenação e as dificuldades de comunicação presentes.

	Março 1999	Maião 2000	Junho 2005	Maião 2007	Hoje ???
Núcleos			21	24	25
Famílias	343	1300	2438	2700	3000
Grupos de agricultores	35	130	272	290	300
ONG's	4	15	28	35	35
Organizações de consumidores			6	8	8
Municípios			180	205	220

QUADRO 4 – NÚMEROS DA REDE ECOVIDA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA
FONTE: Meirelles (2009).

Apesar da motivação para formação da Rede ter se dado por uma reação à imposição de um modelo de certificação e regulamentação dos produtos ecológicos, sua criação reflete um momento de amadurecimento do campo agroecológico, que passa a perceber a necessidade de fortalecimento dos processos de articulação entre as diversas experiências em andamento (REDE ECOVIDA, 2007a). A definição de agroecologia por ela adotada exemplifica sua perspectiva holística e multidimensional dos processos rurais; nela questões técnico-produtivas se articulam com dimensões sociais, econômicas, culturais e, obviamente, ambientais. Para a Rede Ecovida, a agroecologia pode ser definida como:

[...] processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os agricultores (as) possam desenvolver suas atividades sem agredir o meio ambiente, tornando independentes dos “pacotes tecnológicos” com seus caros e degradantes insumos industriais, visando não somente as sobras financeiras, mas principalmente qualidade de vida. É a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados, onde (os) trabalhadores (as) assumem o protagonismo maior e aumentam seu poder de intervenção na sociedade de forma organizada (CEPAGRI, 1998 *apud* REDE ECOVIDA, 2007a, p. 25).

De acordo com Meirelles (2001), a agricultura orgânica, utilizada pelo autor à época como sinônimo de agroecologia, deve ser: ambientalmente sadia, energeticamente positiva, economicamente viável, socialmente justa e favorecer o protagonismo dos agricultores. O autor destaca que algumas práticas têm modificado/deturpado esses princípios: simples substituição de insumos, continuidade da circulação planetária de mercadorias, utilização de insumos

orgânicos industrializados e mercado globalizado, integração verde, o mercado continua como organizador da unidade produtiva, certificação policialesca (MEIRELLES, 2002).

Meirelles (2002) – agrônomo de ONG e um dos principais articuladores da Rede Ecovida – propõe também que o mercado não seja o organizador do “projeto agroecológico”, pois a preocupação deveria ser com a qualidade de vida, que não se resume aos resultados econômicos. Assim, a agroecologia torna-se um projeto de vida, e não somente um modelo tecnológico. Nesse sentido, a estratégia passa por construir processos junto aos agricultores que estimulem a conversão de seus sistemas produtivos à agroecologia, alterando as técnicas de produção, mas também visando construir ações sociais e econômicas que superem uma abordagem meramente economicista como motivador para esta transição. A abordagem deve buscar obter e valorizar os diversos benefícios individuais e coletivos que a implantação de um processo agroecológico possibilita. Esta perspectiva fica bastante evidente nos documentos da Rede Ecovida, que reforçam a perspectiva de uma abordagem multidimensional do conceito e, portanto, das práticas que dele advêm. Segundo Rede Ecovida (2007a, p. 34, grifos do autor):

1 A agroecologia é uma ciência que resulta da interação entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular, tradicional e histórico.

2 A AGROECOLOGIA é uma CIÊNCIA embasada em uma NOVA CONSCIÊNCIA, fundamentada numa visão sistêmica, e que restabelece a RELAÇÃO HUMANA, na NATUREZA.

3 A agroecologia se propõe a pensar e a trabalhar a integração entre a maneira de fazer agricultura, a natureza e as formas das pessoas organizarem suas vidas e relações.

4 A AGROECOLOGIA É TAMBÉM UMA LUTA POLÍTICA QUE MOSTRA NA PRÁTICA QUE É POSSÍVEL VIVER DE OUTRA FORMA. [...]

6 Essa compreensão e luta é que identifica a REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA – a isso se chama IDENTIDADE DE PROJETO.

Enfim, a proposta de organização em rede levada à cabo pelas organizações que compõe a Rede Ecovida de Agroecologia pretende expressar o protagonismo popular em torno da construção prática da agroecologia. Esta assume um caráter sistêmico, que abrange dimensões sociais, culturais, econômicas e ambientais das atividades agroalimentares (REDE ECOVIDA, 2007a). Sua proposta se expressa mediante processos de organização social de centenas de grupos de agricultores, da expressão de seu processo de produção e identidade sociopolítica por meio de

um selo de qualidade orgânica/ecológica, além de inúmeros processos de geração de conhecimento pela via de intercâmbios, reuniões, cursos, oficinas e publicação de materiais. Sua materialidade se visualiza em uma diversa gama de alimentos produzidos de forma ecológica, que circulam em espaços alternativos de comercialização, bem como nos avanços sociais, econômicos e ambientais experimentados pelos seus integrantes e o ambiente que integram e manejam.

Conforme já abordado, a certificação participativa e a construção do comércio justo e solidário constituem-se em princípios da Rede Ecovida. Mais do que isso, são aspectos interdependentes, a partir dos quais se materializa uma das principais inovações propostas pela Rede Ecovida, amparados por um processo horizontal de organização social em rede. Acredita-se que muito tem se avançado em termos de construção conceitual, mobilização política e definição de parâmetros, virtudes e limites em torno da proposta da certificação participativa.

No entanto, apesar dos avanços em termos da consolidação de espaços diferenciados de comercialização da produção ecológica oriunda dos grupos que integram a Rede Ecovida, considera-se que há ainda uma série de espaços vazios no que se refere aos aspectos sociais, políticos, ambientais e econômicos neste âmbito. O próprio caráter contraditório que a relação com os mercados impõe à proposta da agroecologia dificulta esta construção. Por um lado, o mercado orgânico apresenta-se como espaço a ser ocupado, dentro dos parâmetros hegemônicos de organização do sistema agroalimentar global. Por outro, iniciativas de mecanismos alternativos de mercado se realizam e concretizam dentro de um território permeado e influenciado pelos valores e padrões hegemônicos de uma modernidade à qual a agroecologia, como proposta, e a Rede Ecovida, enquanto espaço concreto de sua efetivação, se opõe.

Para explorar e analisar esta construção e contradições, realizar-se-á na seção a seguir uma apresentação da perspectiva política que a rede Ecovida construiu nos últimos anos no âmbito da relação com os mercados. Como forma de exemplificar e possibilitar um olhar amplo sobre a realidade pesquisada, apresentam-se alguns números dos processos de comercialização levado a cabo pelas organizações que integram a Rede Ecovida.

4.2 A COMERCIALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

No que se refere à comercialização, dentre os princípios e objetivos de trabalho propostos pela Rede Ecovida, torna-se bastante evidente sua preocupação em indicar aos seus membros uma orientação pela busca de estratégias de mercado baseadas no comércio justo e solidário e, conseqüentemente, a priorização dos mercados locais. Esse enfoque de mercados, conforme apontado na seção anterior, mais do que uma proposição política, representa a prática e o pensamento das organizações no momento de criação e estabelecimento da Rede Ecovida, que procurou agregar os objetivos e ideais de seus integrantes em um espaço político comum. O caderno de formação nº 1 descreve de forma mais detalhada os princípios da Rede Ecovida neste aspecto, e nele se destacam-se os seguintes princípios em relação à comercialização:

- Fortalecimento das relações de economia popular solidária na Rede e a articulação junto a outros espaços e formas de mercado justo e solidário.
- Priorização da relação direta com os consumidores(as), o abastecimento local e regional, com perspectivas à segurança e soberania alimentar.
- Oposição a qualquer forma de exploração ou opressão seja econômica, política, social, de gênero ou geração (REDE ECOVIDA, 2007a, p. 15).

A perspectiva de uma relação diferenciada com os mercados encontra-se integrada à própria dinâmica de organização e funcionamento da Rede Ecovida. Em seus critérios de certificação, descritos no caderno de formação sobre certificação participativa, observam-se orientações bastante definidas no que se refere ao perfil de mercados e ao tipo de relação que se pretende estabelecer. A proposição de formas alternativas de mercado compreende-se como critério para inserção e certificação no âmbito da Rede Ecovida. No que se refere às “normas de produção ecológica”, no campo das 'regras gerais', destaca-se um item que trata da comercialização, no qual se propõe como objetivos para os grupos de agricultores que pretendem ser certificados:

- O acesso de toda população aos produtos ecológicos, independente do nível de renda. Para isto os produtos devem ser ofertados a preços que sejam justos ao produtor e acessíveis aos consumidores;
- O estabelecimento de relações mais próximas entre agricultores e consumidores através de formas de comercialização que priorizem a venda direta e/ou que reduzam ao máximo as intermediações;
- A valorização e priorização no atendimento ao mercado interno (REDE ECOVIDA, 2004, p. 16).

Números levantados a partir das estimativas apresentadas pelos núcleos da Rede confirmam em grande medida essa perspectiva, sendo que o espaço das feiras ecológicas, o do mercado institucional e das lojas próprias (de membros da Rede) correspondem às principais iniciativas em termos de quantidade de espaços de venda. Em termos de volumes de venda, o varejo 'tradicional', ou seja, a venda para redes de supermercados, lojas de produtos orgânicos, restaurantes e outros espaços estabelecidos, ainda ocupa um espaço importante, correspondente, no momento, ao mercado institucional, porém abaixo das feiras.

Os dados apresentados a seguir referem-se a um levantamento proposto por esta pesquisa para a Rede Ecovida, uma vez que não há um registro atualizado dos números da Rede em nenhum espaço ou feito por alguma organização. Em virtude das poucas condições de sistematização e organização dos dados que as organizações possuem, o levantamento está baseado em estimativas realizadas pelos responsáveis de cada núcleo, por vezes em reuniões de núcleo, por vezes com base em consultas aos seus membros. Dos previstos 25 núcleos regionais da Rede Ecovida, 17 retornaram o formulário preenchido, sendo 5 do PR, 5 de SC e 7 do RS, no período de um ano e com a realização de contatos permanentes com as coordenações de cada núcleo. No entanto, os núcleos mais significativos da Rede Ecovida se encontram presentes na amostra, sendo aqueles mais periféricos ou em um momento de certa desestruturação os que não responderam ao formulário. Pela estimativa de membros apresentada no último encontro da Rede Ecovida (MEIRELLES, 2009), o levantamento aqui realizado corresponde a cerca de 80% do público da Rede Ecovida.

Em virtude de não serem estes dados o foco central de análise deste estudo, mas sim, das organizações pesquisadas, considera-se que esta amostra possui uma representatividade suficiente para permitir uma leitura ampla e aproximada do perfil da comercialização na Rede Ecovida de Agroecologia. No que se refere à composição destes 17 núcleos contabilizados, temos o seguinte perfil de membros da Rede Ecovida (Gráficos 1 e 2 e Tabela 6).

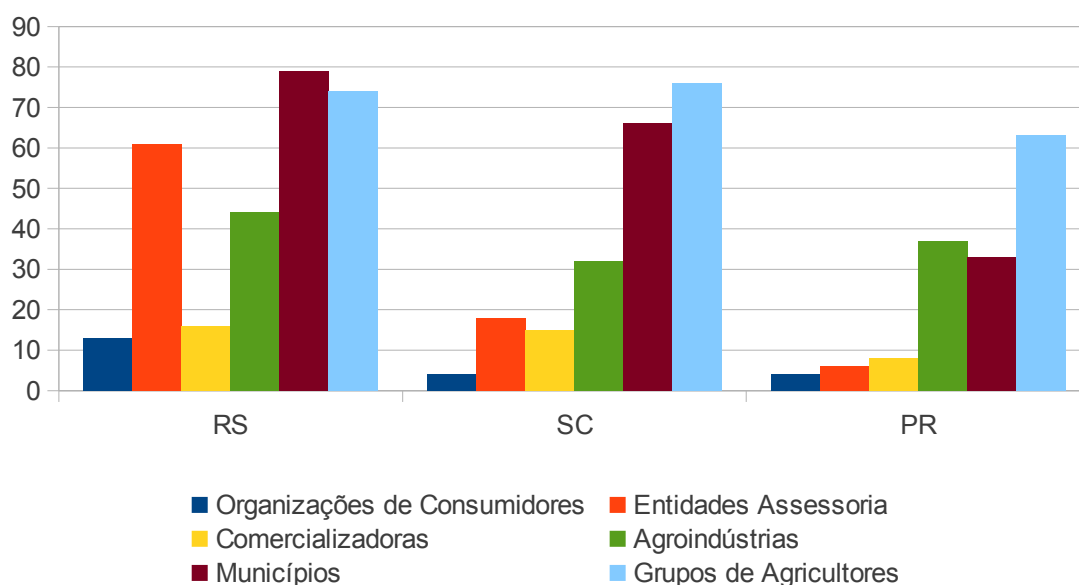


GRÁFICO 1 – NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES E MUNICÍPIOS POR ESTADO
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

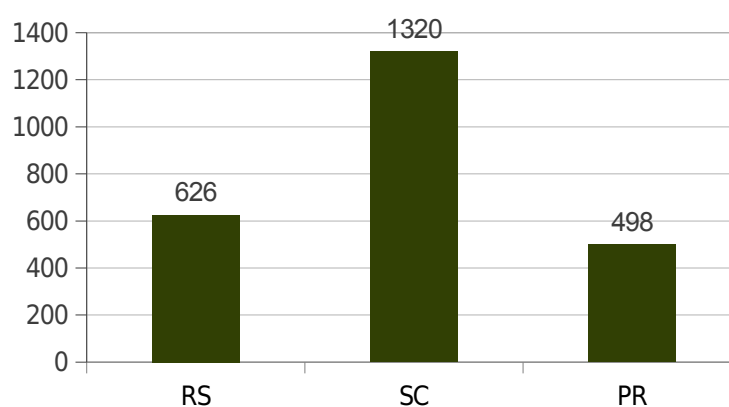


GRÁFICO 2 – NÚMERO DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS POR ESTADO
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

TABELA 6 – ORGANIZAÇÕES E FAMÍLIAS INTEGRANTES DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

Estado	Municípios	Organizações Consumidores	Entidades Assessoria	Comercializadoras	Agroindústrias	Grupos de Agricultores	Famílias
RS	79	13	61	16	44	74	626
SC	66	4	18	15	32	76	1.320
PR	33	4	6	8	37	63	498
TOTAL	178	21	85	39	113	213	2.444

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Dos números da comercialização apresentados a seguir, é possível observar a relevância que a comercialização via feiras ecológicas possui para os integrantes da Rede Ecovida. Essa modalidade consolida-se como a principal estratégia de comercialização tanto em número de pontos de venda, quanto em volume comercializado, em termos financeiros e de quantidade de produtos (Gráficos 3 e 4 e Tabela 7). Esta realidade permite, em termos genéricos – conforme esta leitura se propõe e os dados disponíveis possibilitam –, concluir que se pode atribuir uma coerência entre os princípios e objetivos formulados pela Rede Ecovida e sua prática, ou seja, sua construção discursiva, e a prática diária, em termos de construção de uma proposta que privilegie os mercados locais.

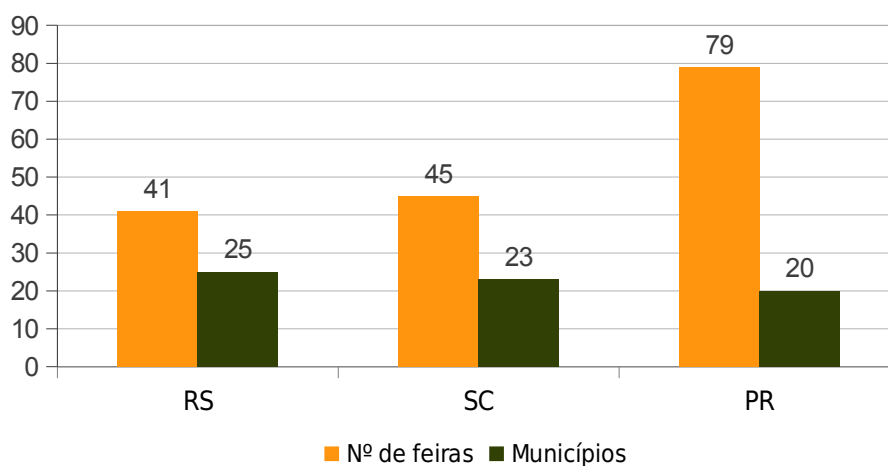


GRÁFICO 3 – NÚMERO DE FEIRAS E MUNICÍPIOS POR ESTADO
FONTE: Pesquisa de campo (2011).

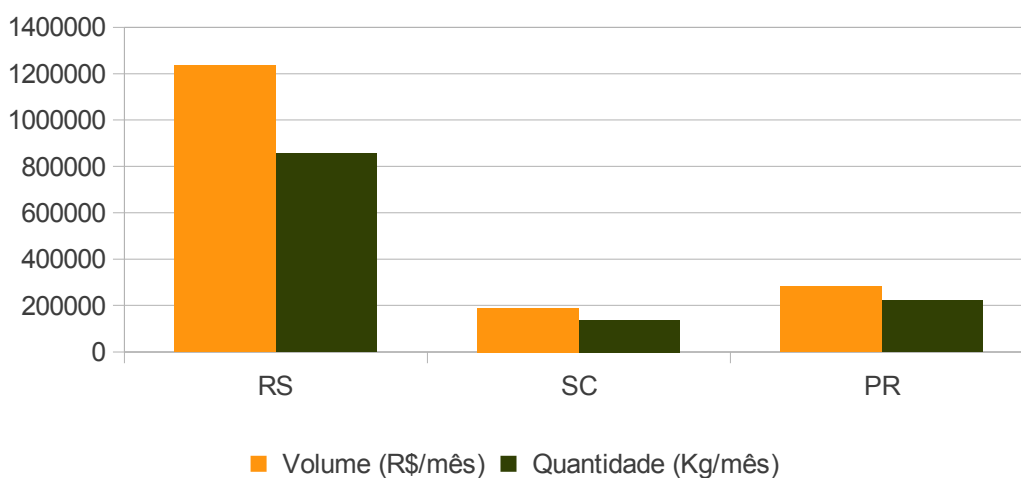


GRÁFICO 4 – VOLUME COMERCIALIZADO NAS FEIRAS EM R\$ E KG POR MÊS POR ESTADO
FONTE: Pesquisa de campo (2011).

TABELA 7 – VOLUME COMERCIALIZADO NAS FEIRAS EM R\$ E KG POR MÊS POR ESTADO

Estado	Municípios	FEIRAS		
		Nº de feiras	Volume (R\$/mês)	Quantidade (Kg/mês)
RS	25	41	R\$ 1.235.494,80	855.127,90
SC	23	45	R\$ 189.230,00	136.880,00
PR	20	79	R\$ 280.260,00	219.776,00
TOTAL	68	165	R\$ 1.704.984,80	1.211.783,90

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Por si só, o fato de um dos principais e volumosos movimentos de agroecologia do país ter como principal estratégia de comercialização o espaço das feiras revela a prioridade dada por seus membros em construir formas diferenciadas de comercialização. Muitas ressalvas podem ser feitas a esta análise, em primeiro lugar pelo seu caráter genérico, que não permite conhecer as nuances de cada uma destas feiras implementadas. Da mesma forma, o fato de a comercialização ser feita em feiras não necessariamente garante o caráter “justo e solidário” que a Rede Ecovida se propõe em relação à construção dos mercados. No entanto, a predominância das feiras pode sim revelar a prioridade dada aos mercados locais, ao fortalecimento de estratégias de aproximação agricultor-consumidor (a grande maioria é de venda direta), bem como ao fortalecimento da autonomia dos agricultores.

Uma leitura mais profunda do funcionamento, dos mecanismos de gestão, da articulação com e perfil do público consumidor permite identificar o caráter diferenciado que estas iniciativas podem ter. Tal abordagem, em grande parte, será possível de ser realizada nos grupos pesquisados, conforme análise a ser realizada nos capítulos 5 e 6 desta tese.

Com volumes muito próximos de comercialização, a venda no varejo, ou seja, nos mercados 'convencionais' (supermercados, lojas especializadas, restaurantes, empresas etc.), e a venda no mercado institucional correspondem à segunda e terceira estratégias em ordem de prioridade, dada pelo volume comercializado (Gráficos 5 e 6 e Tabela 8). O mercado institucional está centrado basicamente nas aquisições governamentais feitas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹³. Cabe a ressalva de que

¹³ O Programa de aquisição de alimentos (PAA) foi criado em 2003 dentro da estratégia Fome Zero do Governo Lula, mediante uma proposta do CONSEA. Executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Estados e municípios, encontra-se voltado para a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, assentados de reforma agrária e comunidades tradicionais. Os alimentos adquiridos são distribuídos a entidades beneficentes para o atendimento de pessoas em

os dados obtidos referem-se ao ano de 2010 e que este foi o primeiro ano de implantação das compras da agricultura familiar, mediante a lei da Alimentação Escolar, portanto, tanto os grupos e organizações de assessoria quanto os gestores municipais e estaduais não se encontravam familiarizados com a execução do programa (BRASIL, 2009). Como exemplo, informações obtidas em diálogos com representantes do Núcleo Mauricio Burmeister do Amaral, da região metropolitana de Curitiba, dão conta de que no ano de 2010 os grupos da região não haviam operacionalizado nenhum projeto do PNAE junto ao Governo do Estado. Para o ano de 2012, os grupos da região metropolitana, em articulação com outras duas regiões do Estado, fecharam um contrato de mais de quatro milhões de reais de entregas em escolas da rede Estadual de ensino. A maioria dos projetos de mercado institucional levantados aqui refere-se ao Programa de Aquisição de Alimentos.

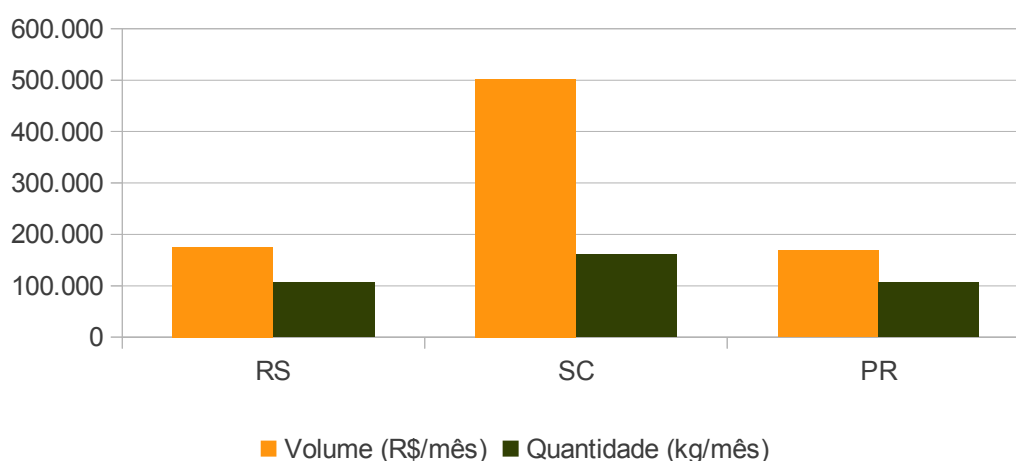


GRÁFICO 5 – VOLUME COMERCIALIZADO NO MERCADO INSTITUCIONAL EM R\$ E KG POR MÊS POR ESTADO
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

situação de insegurança alimentar ou utilizados para formação de estoques. O programa prevê a aquisição de um valor determinado por família, no ano de 2011 esse valor era de R\$ 4.500/família/ano. O programa prevê o pagamento de um valor 30% maior sobre os preços de referência do programa para alimentos orgânicos (CONAB, 2009). O programa possui diversas linhas, na Rede Ecovida a linha mais acessada é a de 'Doação Simultânea', ou seja, os grupos de agricultores fazem as entregas diretamente às entidades beneficiárias.

Quanto ao PNAE, no ano de 2009 foi aprovada a Lei nº 11.947, que dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Apesar de criado há mais de 50 anos, o programa não possuía legislação específica. O artigo 14 da lei prevê que Estados e municípios devem dedicar no mínimo 30% dos recursos do programa para aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, assentados de reforma agrária e comunidades tradicionais (BRASIL, 2009). A lei prevê ainda prioridade para aquisição de alimentos orgânicos. A inovação da lei está na eliminação da necessidade de processo licitatório para realizar essas aquisições. Estas são feitas por meio de 'chamadas públicas', que reduzem a burocracia para seu acesso e delimita a concorrência entre agricultores familiares, assentados e comunidades tradicionais. Tal qual o PAA, o PNAE também estabelece um limite anual por família, no ano de 2011 este limite era de R\$ 9.000/família/ano.

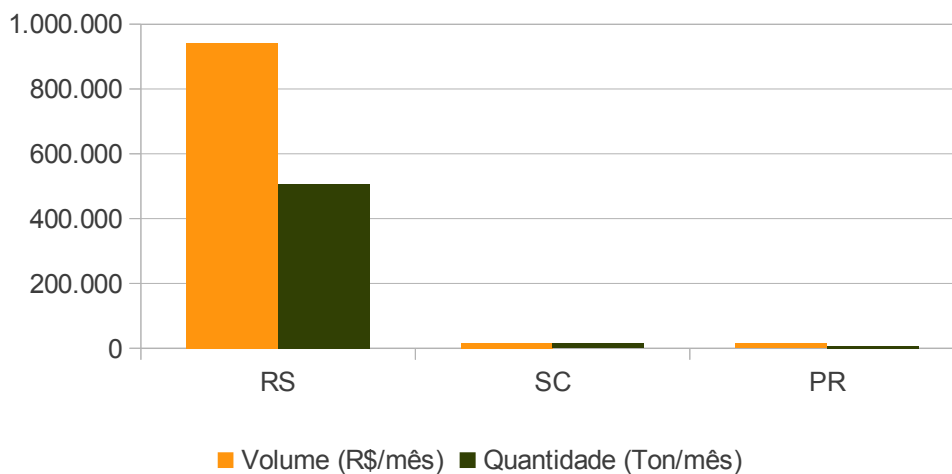


GRÁFICO 6 – VOLUME COMERCIALIZADO NO VAREJO EM R\$ E KG POR MÊS POR ESTADO
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

TABELA 8 – VOLUME COMERCIALIZADO NO MERCADO INSTITUCIONAL E VAREJO EM R\$ E KG POR MÊS POR ESTADO

Mercado Institucional		
Estado	Volume (R\$/mês)	Quantidade (Kg/mês)
RS	175.404,22	106.380,00
SC	502.551,42	161.370,00
PR	168.631,08	107.070,00
TOTAL	846.586,72	374.820,00
Varejo		
RS	941.676,25	506.840,00
SC	16.000,00	15.300,00
PR	14.463,65	7.830,00
TOTAL	972.139,90	529.970,00

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Cabe ressaltar que a informação sobre a comercialização no varejo possui uma distorção em relação à distribuição entre os Estados, ou seja, o Estado do Rio Grande do Sul responde por praticamente 100% das vendas no varejo, segundo as estimativas enviadas pelos Núcleos. Esse Estado é onde o maior número de Núcleos respondeu ao levantamento, faltando somente o Núcleo Sul por responder, no entanto esta discrepância não pode ser atribuída a este aspecto, uma vez que há uma tendência proporcional nos demais canais (feiras e mercado institucional) entre

os estados, que não se repete neste caso. Pode-se concluir que há uma maior ofensiva dos grupos deste Estado no mercado 'convencional', onde a venda em Redes de Supermercados representa a maior proporção desses volumes.

No que se refere ao mercado institucional, os volumes estão concentrados em dois núcleos, Alto Uruguai (RS) e Planalto Serrano (SC), no entanto, os volumes do núcleo Alto Uruguai (cerca de R\$ 340.000,00) correspondem a grupos de municípios pertencentes a Santa Catarina, mas que se articulam por proximidade com os grupos deste Núcleo. Uma realidade observada em diálogo com integrantes da Rede e reuniões da organização é que muitos projetos de PAA não são contabilizados como ecológicos, seja porque alguns grupos ainda não concluíram seu processo de certificação, seja porque boa parte dos projetos é feita agrupando agricultores de produção convencional e ecológica, constando todos como produtos convencionais. Desde o início de 2011, com a conclusão da regulamentação de orgânicos, passou-se a exigir o processo de certificação legal para se obter o 'plus' de 30% no preço dos produtos ecológicos previstos pelo PAA. Como o processo de certificação participativa ficou bastante burocratizado, sua regularização foi mais lenta por parte dos grupos.

Uma das estratégias que têm sido estimulada no âmbito da Rede Ecovida nos últimos anos, juntamente com a entrada no mercado institucional, é a abertura de pontos fixos, ou seja, lojas de comercialização de produtos ecológicos gerenciadas por membros da Rede (Gráfico 7 e Tabela 9). Seus desenhos variam de acordo com as regiões, há pontos fixos mantidos por associações de agricultores e outros por empreendedores individuais familiares, consumidores ou agricultores filiados à Rede. No entanto, os pontos que mais têm chamado a atenção são aqueles abertos por organizações de consumidores, em geral cooperativas, que articulam consumidores de um bairro ou município e se organizam no intuito de manter um espaço que permita a comercialização permanente de produtos no decorrer da semana. Apesar de ainda serem poucos os pontos, é uma estratégia que se encontra em expansão e muito valorizada pelos grupos da Rede e consumidores, uma vez que permitem o abastecimento mais regular e não somente em alguns dias da semana, tal qual as feiras ecológicas. Porém, seu processo de gestão e os custos de manutenção de um espaço regular (locação, funcionários, custos de manutenção etc.) dificultam a difusão desta estratégia de forma mais ampla.

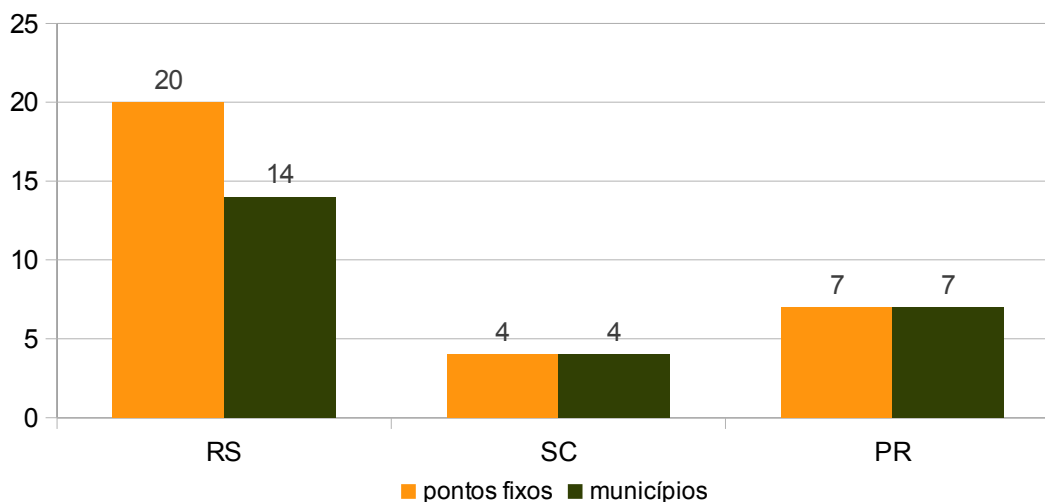


GRÁFICO 7 – NÚMERO DE PONTOS FIXOS E MUNICÍPIOS POR ESTADO
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

TABELA 9 – VOLUME COMERCIALIZADO NOS PONTOS
 FIXOS DA REDE ECOVIDA EM R\$ E KG
 POR MÊS POR ESTADO

Pontos fixos		
Estado	Volume (R\$/mês)	Quantidade (Kg/mês)
RS	212.253,00	156.200,00
SC	6.233,33	500,00
PR	54.667,00	5.060,00
TOTAL	273,153,33	161,760,00

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

As demais estratégias de comercialização foram agrupadas em um item chamado 'outras iniciativas', que incluía entregas residenciais, cestas, exportação entre outros que representam um volume reduzido no âmbito da Rede Ecovida. No total, essas iniciativas somam um volume financeiro de R\$ 132.918,56 mensais nos três estados, comercializando um total de 57,6 toneladas de produtos por mês.

Uma análise à parte merece ser realizada para o caso do Circuito Sul de alimentos ecológicos. No entanto, os dados desta iniciativa devem ser analisados à parte, pois em sua maioria estão inseridos no levantamento anterior, uma vez que os produtos que circulam pelo Circuito Sul são comercializados dentro das iniciativas dos grupos da Rede, notadamente no mercado institucional e nas feiras.

O Circuito Sul de Comercialização começou a se estruturar em meados de

2006 visando ao intercâmbio de produtos entre alguns núcleos da Rede ECOVIDA de Agroecologia, a fim de garantir maior oferta de produtos nas feiras e demais canais de comercialização, bem como superar a sazonalidade da produção em cada região. Da mesma forma, o Circuito visa aumentar a oferta de alimentos ecológicos para as próprias famílias agricultoras. A comercialização se dá basicamente por meio da troca de produtos entre as associações de cada região. As rotas estabelecidas comunicam os núcleos, recolhendo produtos das associações que se situam no âmbito da rota. Como norma geral, cada associação, por meio de seus canais de comercialização, demanda volumes de produtos próximos aos que ofertam. As rotas principais funcionam semanalmente e hoje têm cumprido um importante papel no aumento da diversidade de oferta nas feiras e para o mercado institucional, principalmente no atendimento aos editais do PNAE (MARFIL, 2009).

O Circuito se organiza em 'estações', que correspondem às organizações envolvidas em cada Núcleo Regional com o intercâmbio de produtos. A articulação entre pedidos e oferta se dá por comunicações telefônicas e via internet, feitas entre os agricultores interessados, havendo pouco envolvimento das organizações de assessoria. O intercâmbio de produtos conta com quase nenhuma estrutura física de suporte, de fato, os caminhões se encontram nas estações e vão realizando a troca de produtos entre um caminhão e outro, seguindo viagem de retorno para suas estações. Apesar de ainda ter muitos desafios a superar, principalmente em termos de facilidade de comunicação e de logística para a comercialização, bem como no âmbito de sua articulação política, pois há divergências de concepção entre seus integrantes, o Circuito tem se caracterizado como uma das principais inovações em termos de comercialização no âmbito da Rede. Seu funcionamento, apesar de ainda demandar em alguns casos, a realização de grandes distâncias, representa importante fator de garantia de regularidade e aumento da oferta de produtos, portanto de garantia de abastecimento.

Segundo Marfil (2009), entre o final do ano de 2006, quando começaram as primeiras iniciativas de trocas de produtos, até o ano de 2009, cerca de 1.500 toneladas de 60 alimentos diferentes circularam no âmbito do Circuito Sul. Tais volumes representaram um valor de dois milhões de reais em recursos financeiros, o que significou um valor médio de R\$ 2.500,00/ano por família envolvida no Circuito. Não há, até o momento, informações sistematizadas sobre os volumes que circulam

no Circuito Sul. Em entrevista realizada com um de seus participantes, pode-se obter uma ideia aproximada dos volumes de alimentos que circularam no período de um ano em torno da estação de Curitiba, uma das principais demandadoras de produtos dentro do Circuito.

Segundo as previsões apontadas, circularam por essa estação no ano de 2011 cerca de 100 toneladas de laranja, 100 de maçã, 100 de banana, 10 de feijão, 10 de outros grãos, 15 de farinhas, 10 de arroz, 55 de uva, 10 de quiuí, 20 de batata-doce, 15 de cebola, 10 de açúcar mascavo, 5 de tomate *in natura*, 15 de variedades de abóboras, 10 de milho verde, duas de abóbora descascada, 10 de mandioca, 30 de poncã, 10 de mexerica, 8 de melancia, 5 de manga, 15 de batata-inglesa, além de 500 kg de amendoim, 600 de alho, 35 mil litros de sucos e 30 mil vidros de molho de tomate (600g cada). Ou seja, cerca de 620 toneladas de produtos no decorrer de um ano, que foram em sua maioria utilizados para abastecer feiras e o PNAE da região, mas que circularam também dessa estação para outras.

A seguir tem-se o mapa de rotas do Circuito. O funcionamento delas não é fixo, ou seja, algumas funcionam em determinados períodos do ano somente. Da mesma forma, pequenos ramais se formam em torno dessas rotas, que ligam os grupos próximos às rotas principais. A rota mais frequente e com maiores volumes até o momento no Circuito é a que corresponde ao trecho 'Erexim/RS-Curitiba/PR', que funciona semanalmente (Figura 16). Segundo informações coletadas nas entrevistas, no ano de 2011 as rotas mais frequentes, além da Erexim-Curitiba, foram as rotas Lages-Florianópolis (SC); Curitiba/PR-São Joaquim/SC (rota Curitiba-Lages); Erexim/RS-Lages/SC; Praia Grande-Florianópolis-Joinville e Presidente Getúlio-Jaraguá-Blumenau em Santa Catarina, estas três últimas não constam no mapa, assim como algumas ali constantes já não se realizam, pois as rotas vão se moldando e ajustando de ano a ano.

Como síntese do levantamento realizado, foram elaborados mapas da incidência da Rede Ecovida nos três estados do Sul do Brasil, destacando quais as iniciativas de comercialização presentes em cada município. A Figura 17 apresenta a distribuição das iniciativas de comercialização e grupos da Rede Ecovida em cada estado, considerando os 17 núcleos regionais que enviaram as informações que compõem este levantamento.



FIGURA 16 – MAPA DAS ROTAS DO CIRCUITO SUL DE COMERCIALIZAÇÃO DA REDE ECOVIDA
FONTE: VIANEI (2009).

A partir da leitura do perfil da comercialização no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia, pôde-se observar que os grupos que a integram têm procurado estabelecer uma prioridade no que se refere ao atendimentos dos mercados locais. Da mesma forma, observa-se que prevalecem as estratégias focadas na aproximação agricultor-consumidor e os esforços por construir mecanismos de mercado que evitem intermediações. No entanto, não é de se desconsiderar a presença em mercados 'convencionais', que ainda são responsáveis pela comercialização de importantes volumes de produtos. Porém, uma leitura abrangente tal qual aqui apresentada não revela os mecanismos de funcionamento e organização para o desenvolvimento destes mercados. Da mesma forma, não revela as mudanças sociais e econômicas por ele geradas, bem como as contradições, os limites e as dificuldades que se dão no momento de sua implementação.

Para tanto, foram selecionados seis Núcleos Regionais e, dentro destes, grupos e associações representativos desta realidade e que, para além desta representatividade, estivessem gerando ações inovadoras em termos de comercialização. Na seção a seguir será apresentado um breve histórico de cada um destes grupos/associações, bem como uma descrição do perfil socioeconômico

e produtivo das famílias que os integram, obtido por meio dos questionários de campo aplicados junto às famílias.

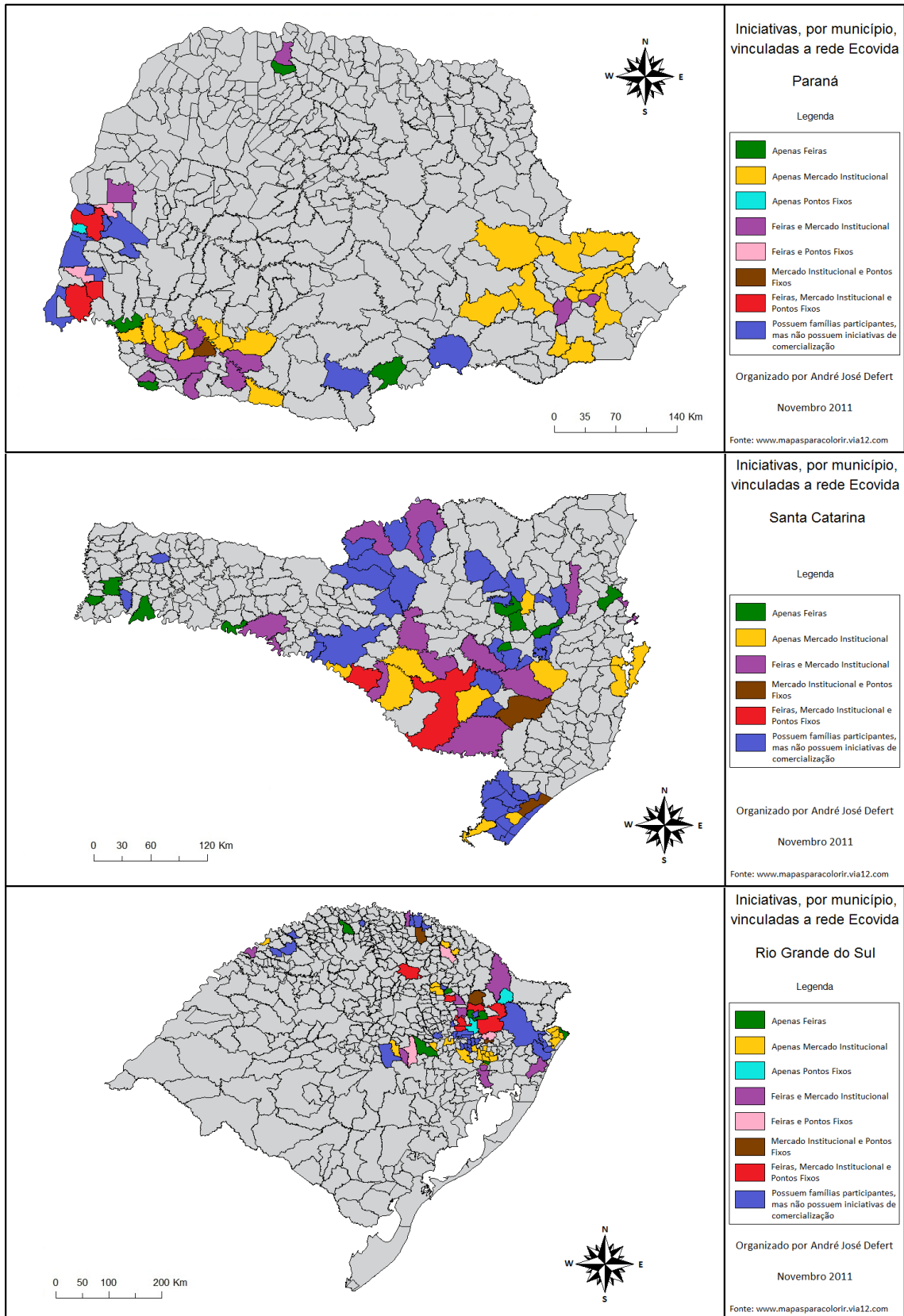


FIGURA 17 – PRESENÇA DA REDE ECOVIDA E SEUS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO
 Fonte: Defert e o autor (2012).

4.3 QUEM SÃO OS AGRICULTORES DA REDE ECOVIDA: CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ESTUDADAS

A realidade pesquisada neste estudo contemplou seis Núcleos Regionais da Rede Ecovida de Agroecologia. Dentro desses núcleos, foram selecionadas associações representativas da realidade local, mediante indicações de lideranças e dos gestores de comercialização locais, com as quais foram realizados os grupos focais, bem como a aplicação dos questionários, conforme descrito no item 1.5.2 desta tese.

No Núcleo Litoral Solidário (RS) pesquisaram-se a associação APEMSUL (Associação dos Produtores Ecologistas de Morrinhos do Sul), composta por seis famílias, e o Grupo Rio Bonito, também do município de Morrinhos do Sul, e que conta com 13 famílias integrantes. Realizou-se um grupo focal em cada grupo e foi aplicado questionário a todas as famílias pertencentes aos grupo/associação. As entrevistas com gestores do processo de comercialização foram realizadas com uma representante das associações de consumidores, o articulador da comercialização na região e com um agricultor que faz o papel de intermediário na comercialização de banana com os supermercados para os grupos da região.

No Núcleo Serra (RS), foi realizado grupo focal agrupando representantes de três associações do município de Ipê; as associações possuem número pequeno de membros e procedimentos de comercialização muito próximos, portanto a análise do processo foi feita de forma agrupada. A APEVS (Associação dos Produtores Ecologistas de Vila Segredo), com três famílias; APESA (Associação dos Produtores Ecologistas da Capela Santo Antônio), com quatro famílias, e a APEMA (Associação dos Produtores Ecologistas da Linha Pereira de Lima), com 4 famílias pertencem todas ao município de Ipê e representam alguns dos primeiros grupos a trabalhar com agroecologia na região. Além do grupo focal, nesse núcleo foram entrevistados o articulador da comercialização da Cooperativa ECONATIVA, por meio da qual as três associações comercializam parte de sua produção e um dos técnicos do Centro Ecológico, responsável pela assessoria à comercialização aos grupos. Na região foi entrevistado ainda o proprietário de uma das fruteiras ecológicas de Caixas do Sul, que absorve produtos do Litoral e da Serra.

O terceiro núcleo pesquisado no Rio Grande do Sul foi o Núcleo Alto Uruguai, dentro do qual foi selecionada a Associação ECOTERRA para realização das entrevistas e questionários. A Ecoterra conta com 28 famílias envolvidas com a comercialização, pertencentes aos municípios de Itatiba do Sul, Três Arroios, Aratiba do Sul e Barra do Rio Azul, sendo que a associação possui sede em Erechim. A associação reúne grupos distribuídos em comunidades desses municípios. Nesse núcleo foram entrevistados ainda o técnico responsável pela assessoria à comercialização e uma das lideranças da Cooperativa, que atualmente é quem realiza o transporte dos produtos.

Em Santa Catarina, um dos Núcleos estudado foi o Planalto Norte, dentro deste, a Associação AFRUTA (Associação dos Produtores Ecológicos de Porto União), com 25 famílias. Na região além do grupo focal, foi entrevistado um agricultor que é liderança e faz assessoria à associação, sendo o responsável pela gestão da comercialização localmente.

Ainda no Estado de Santa Catarina integrou a pesquisa o Núcleo Sul Catarinense, por meio da ACEVAM (Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba), que conta com 22 famílias do Município de Praia Grande. Além do grupo focal, foram entrevistados na Acevam um agricultor responsável pela gestão da comercialização e o articulador da comercialização e motorista do caminhão.

No Paraná, trabalhou-se com o Núcleo Agroflorestal, do Vale do Ribeira Paraná/São Paulo. A associação pesquisada foi a Cooperafloresta (Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis), que contempla os municípios de Barra do Turvo (SP), Adrianópolis e Bocaiúva do Sul (PR), num total de 110 famílias. Foi realizado grupo focal e entrevistado o gestor da comercialização.

4.3.1 Histórico e localização dos grupos e associações pesquisados

No núcleo Litoral Solidário, o Grupo Rio Bonito foi organizado no final do ano de 2000, em grande parte, a formação de novos grupos compunha a estratégia de expansão do trabalho com agroecologia proposto pela entidade de assessoria da região, o Centro Ecológico. As famílias pertencem à própria comunidade do Rio Bonito e à comunidade vizinha de Chapecozinho, localizada no município de

Morrinhos do Sul, litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 18). Entre várias motivações, a demanda por produtos ecológicos possibilitada pela abertura do mercado institucional por parte do Governo do Estado e alguns municípios à época alavancou o processo de transição de novos grupos para a agroecologia.

Nesse caso, um dos motivadores foi a abertura do mercado institucional da alimentação escolar no município de Caxias do Sul, na serra gaúcha. O grupo iniciou com sete famílias, com o decorrer do tempo, algumas que iniciaram foram se afastando do trabalho, porém novas famílias passaram a integrar o grupo que, segundo seus membros, “é um grupo muito aberto”, abre a possibilidade para que pessoas conhecidas passem a integrá-lo. As famílias destacam este aspecto, pois em muitos casos na região, e em outras também, os grupos à medida que se consolidam, por vezes, preferem estimular a criação de novos grupos para novas famílias interessadas do que admitir novas famílias nos grupos existentes, a fim de preservar a história e a dinâmica interna do grupo. No momento, 14 famílias compõem o grupo, que ainda se encontra aberto para novas adesões, desde que as famílias se comprometam com os princípios da agroecologia e passem pelo processo de conversão de um ano e meio de duração.

No ano de 2002, o grupo Rio Bonito realizou sua primeira comercialização, no caso, para alimentação escolar de Caxias do Sul. Essas entregas duraram até o ano de 2004, quando a mudança de gestão na prefeitura encerrou as aquisições de produtos da agricultura familiar ecológica. A partir de 2005, com a criação da cooperativa regional ECONATIVA, os grupos passaram a acessar o PAA, via cooperativa, que elaborou projetos regionais, que incorporavam os grupos do Núcleo Litoral Solidário. Nos últimos cinco anos, o grupo passou a abrir novas perspectivas de mercado. O grupo no momento participa de uma feira ecológica em Bento Gonçalves, bem como comercializa para as cooperativas de consumidores da região e 'fruteiras' ecológicas da serra gaúcha. O grupo ainda mantém relação comercial com o agricultor-intermediário da região, porém, as famílias negociam de forma isolada os pedidos e as entregas.

Ainda dentro do núcleo Litoral Solidário, a Apemsul (Associação dos Produtores Ecológicos de Morrinhos do Sul) agrega seis famílias da comunidade de Pixirica deste município (Figura 18). O grupo iniciou suas atividades no ano de 1999 realizando uma feira no município de Criciúma, litoral sul de Santa Catarina, dentro

da UDESC, universidade estadual presente no município e outra no centro da cidade de Criciúma. A distância e o baixo volume comercializado, aliado à abertura do mercado institucional em Caxias do Sul, fizeram o grupo abandonar as feiras e passar a comercializar no município da serra gaúcha. Nesse período, passaram a entregar na alimentação escolar de Caxias do Sul e a participar da feira ecológica do município, bem como do programa Ponto de Safra¹⁴. Nos últimos anos, o grupo deixou a feira ecológica de Caxias do Sul, pois esta sofre um processo de desestruturação, e passou a integrar a feira ecológica do bairro Menino Deus, em Porto Alegre. Durante um período o grupo fez entregas a uma empresa distribuidora de produtos orgânicos (S Carmel), que concentrava suas vendas nos supermercados de Porto Alegre. Porém, segundo os agricultores, ao abrir um ponto próprio de venda, a empresa não se viabilizou e as famílias logo avaliaram que seria melhor deixar de entregar-lhes produtos. Recentemente, a associação passou a participar da feira ecológica promovida pela prefeitura de Canoas no município, localizado na região metropolitana de Porto Alegre. Hoje, seus principais espaços de comercialização são as duas feiras e o Ponto de Safra.

No Núcleo Serra, do Rio Grande do Sul, a pesquisa foi realizada junto a três associações: APEMA, APEVS e APESA. As três associações possuem histórico semelhante, uma vez que se concentram em torno de uma região do município de Ipê (Figura 18), onde houve forte disseminação da proposta agroecológica. APEMA, APEVS e APESA foram criadas entre os anos de 1990 e 1992, iniciando a comercialização logo que as associações se formaram. Todas as três associações possuem um longo histórico de participação nas Feiras Ecológicas de Porto Alegre, onde comercializam há pelo menos vinte anos. Porto Alegre possui uma das feiras ecológicas mais antigas do Brasil, a feira da Coolmeia, na qual Apema e Apesa participam desde que foram criadas. Apevs integrou-se inicialmente a uma feira

¹⁴ O *Ponto de Safra* é um programa iniciado pela prefeitura de Caxias do Sul (RS) na gestão 2001-2004 que visa ao escoamento da produção de safra na região e ao mesmo tempo regular preço dos produtos no município. Seu nome tem variado de acordo com a gestão (Ponto de Safra ou Ponto de Colheita). Vale a pena ressaltar que apesar das variações no perfil dos gestores (partidos de esquerda e direita) o programa tem se mantido, não sem conflitos, em função das mudanças, principalmente de locais de venda, de acordo com a abertura e interesse de cada gestão. O programa consiste na abertura de pontos de venda em locais centrais e de intenso fluxo de pessoas para produtos de safra da região. São montadas bancas nas calçadas e os produtos são vendidos em sacolas com peso padrão a preços mais acessíveis. A maioria dos produtos é da Serra Gaúcha e convencionais, vendidos nos períodos de safra. A banana é comercializada durante o ano todo e é toda de origem ecológica, oriunda dos grupos do Núcleo Litoral Solidário, em média, segundo os grupos entrevistados, se comercializam de 3 a 6 toneladas de banana por feira, dependendo do local e época do ano.

anexa à feira da Coolmeia, a feira Arco-íris, organizada pela prefeitura. Além disso, a prefeitura de Porto Alegre no decorrer do tempo criou uma série de pequenas feiras ecológicas em bairros, chamados 'pontos de oferta', do qual Apevs e Apesa participam também.

À medida que pontos fixos, as fruteiras, foram sendo abertas na região, os grupos passaram naturalmente a ser os principais fornecedores desses espaços. A partir de 2007, com a criação da filial Serra da Econativa, cooperativa regional que abrange os grupos vinculados aos Núcleos Regionais Litoral Solidário e Serra da Rede Ecovida, boa parte da produção passou a ser comercializada via cooperativa. Nos dias de hoje, a cooperativa comercializa produtos ecológicos da região no mercados institucional (PAA e PNAE), na Rede Zaffari de Porto Alegre, nas fruteiras ecológicas da região e em lojas especializadas de outros Estados, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro.

Uma das dificuldades na realidade desses grupos é a saída de famílias, segundo os agricultores entrevistados todas as associações perderam famílias, principalmente pela oferta de trabalhos na região, sendo que algumas famílias preferiram atuar em outras áreas que não a agricultura. Outro aspecto é a questão do desgaste gerado pela participação na feira, que tem saturado algumas famílias que estão há muito tempo nesta atividade. No momento, a Apema conta com quatro famílias, mas já chegou a ter doze; Apesaa possui quatro famílias, mas também já chegou a ter doze, e Apevs conta com três famílias, sendo que iniciou com 20, e menos de um ano após o surgimento contava com dez. Um aspecto importante a se ressaltar desta realidade é que, apesar de terem havido muitas saídas de famílias nestas associações, no município de Ipê, houve uma forte expansão da agroecologia. A título de curiosidade, hoje o município é considerado a 'Capital Nacional da Agroecologia', título obtido por lei aprovada no Congresso Nacional (REDE ECOVIDA, 2009).

Ainda no Rio Grande do Sul, foi pesquisada a Associação ECOTERRA, que pertence ao Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida. A ECOTERRA foi criada no ano de 2001, a associação se caracteriza por ser uma associação regional, que agrega grupos/associações de quatro municípios da região Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, Itatiba do Sul, Barra do Rio Azul, Aratiba e Três Arroios, estando a sede da organização localizada em Erechim, município polo da região (Figura 18). A

associação regional é composta por três outras associações: associação alternativa de agricultores da comunidade Vaca Morta, Associação agroecológica Vale Lageado Antas, Associação agroecológica de Derrubadas, além de agricultores isolados desses municípios.

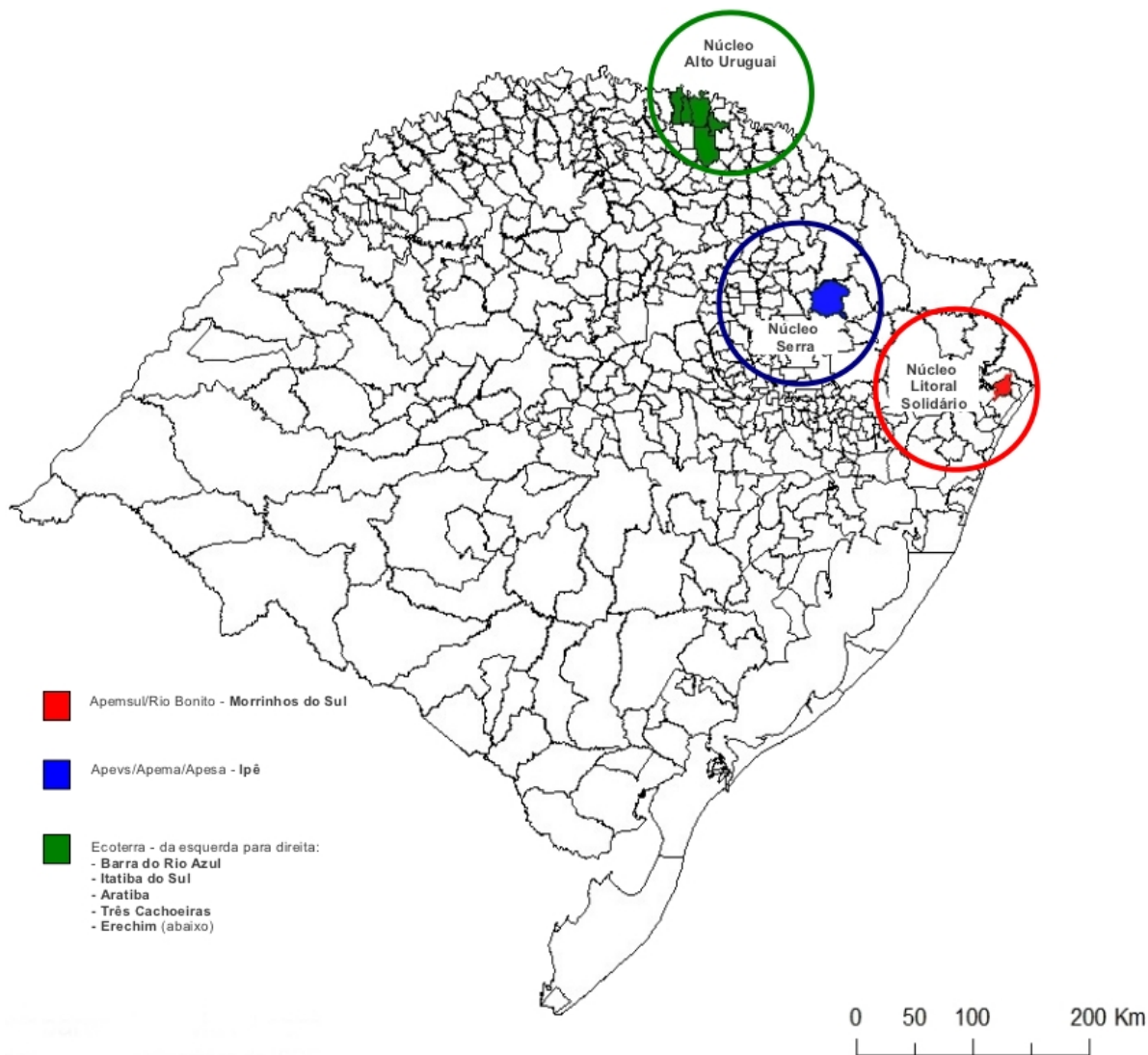


FIGURA 18 – LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DOS GRUPOS/ASSOCIAÇÕES PESQUISADOS NO RIO GRANDE DO SUL
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Apesar de a Ecoterra ter sido criada em 2001, alguns de seus grupos atuam há mais de vinte anos dentro da proposta agroecológica, como é o caso da Associação da Vaca Morta. Esta associação, portanto, já possuía algumas estratégias de comercialização, sendo a feira ecológica de Passo Fundo uma delas. Em 2001, cria-se, através da Ecoterra, a feira ecológica de Erechim: em 2003, a barraca que era somente da associação da Vaca Morta em Passo Fundo passa a

ser da Ecoterra como um todo, também neste ano abre-se o ponto fixo em Erechim e iniciam-se as entregas em pequenos varejos de Erechim e Passo Fundo. Em 2005 a associação elabora seu primeiro projeto de PAA e em 2010 com alimentação escolar. No ano de 2006, a Ecoterra, Aopa (PR), Afruta(SC) e Ecoserra (SC) iniciam o 'Circuito Sul de Comercialização de Produtos Ecológicos', como forma de promover o intercâmbio de produtos entre os Núcleos da Rede Ecovida.

No Estado de Santa Catarina, um dos Núcleos trabalhados foi o Sul Catarinense, a associação ACEVAM foi o grupo pesquisado. A Acevam foi criada no ano de 1994, e nesse mesmo ano estruturou uma feira ecológica no município de Praia Grande/SC, onde está sediada (Figura 19). Promoveu uma feira também no município de Cambará do Sul/RS, porém, ambas não se mantiveram com o tempo. No final da década de 1990 participou da feira ecológica da UDESC em Criciúma, onde no início dos anos 2000 passou também a atender à alimentação escolar. A associação participou ainda da feira ecológica de Caxias do Sul no mesmo período, e também passou a participar do programa 'Ponto de Safra', permanecendo nele até o momento. No ano de 2008 começaram algumas incursões junto a Redes de Supermercados em Porto Alegre, trabalhando com a Rede Unida.

Nesse mesmo período teve início a articulação com o pequeno varejo da região, iniciando no próprio município de Praia Grande em 2008. Os bons resultados da parceria realizada com o pequeno varejo do município, aliados à necessidade de aumentar a escala de comercialização para viabilizar a logística, estimularam a busca de novos pequenos varejos na região. No momento, a Acevam trabalha com 35 pontos de pequenos varejos em quatro municípios da região: Praia Grande, São João do Sul, Araranguá e Jacinto Machado, todos no litoral sul de catarinense. A associação conta com 22 famílias e sua produção está centrada na banana, sendo que uma agroindústria está construída e, quando da realização do trabalho de campo, em janeiro de 2011, estava prestes a iniciar atividades.

O segundo núcleo pesquisado em Santa Catarina, o Núcleo Planalto Norte, possui estreita articulação com o Estado do Paraná também, ao ter feiras e famílias agricultoras que integram a AFRUTA – associação pesquisada – no município de União da Vitória/PR, que faz divisa com o município sede da Afruta, Porto União/SC (Figura 19). A associação foi fundada em 1996, porém, já havia um trabalho anterior na região de algumas lideranças, inclusive fazendo comercialização de produtos

ecológicos, no entanto, de forma individual. As primeiras feiras feitas de forma coletiva foram promovidas em 1998, com dois pontos em regiões centrais de Porto União. A partir dessas feiras, segundo relato dos agricultores, os consumidores foram demandando a realização de feiras mais próximas dos bairros, com isso, os pontos foram se pulverizando: atualmente, a associação, que conta com cerca de 20 famílias, mantém 22 pontos de feira durante a semana nos municípios de Porto União e União da Vitória.

Em 1997 a associação montou uma agroindústria para processamento de frutas e tomate, fazendo sucos, doces e molho de tomate. Durante a história da organização, foram realizadas articulações com a Aopa em Curitiba, que no final da década de 1990 comercializava importantes volumes de orgânicos com uma Rede de Supermercados de Curitiba. A Afruta chegou a comercializar 40 toneladas de tomate por safra, no entanto, preferiram priorizar o mercado local, que, por meio das feiras, acabou absorvendo volumes muito próximos a estes. No início dos anos 2000 começaram uma parceria com a Gebana, empresa do Paraná, exportadora de grãos orgânicos, para comercialização de feijão adzuki e soja para exportação. A Afruta comercializa ainda sua produção via COMSOL, cooperativa regional que atua em diversos âmbitos, entre eles a comercialização da agricultura familiar. A cooperativa articula os projetos de mercado institucional na região, sendo que os membros da Afruta acessam o PAA e PNAE via Comsol, bem como os próprios contratos de exportação com a Gebana.

O último Núcleo onde se realizou pesquisa considera-se como pertencente ao Estado do Paraná, de fato, dos três municípios onde a Cooperafloresta – única organização integrante do núcleo – atua, dois pertencem ao Estado do Paraná, Adrianópolis e Bocaiúva do Sul (Figura 20). No entanto, a associação está sediada em Barra do Turvo, que pertence ao Estado de São Paulo. Localizada no Vale do Ribeira, a Cooperafloresta, porém, realiza quase toda sua comercialização em Curitiba, tendo vínculos muito mais fortes e presentes com o Estado do Paraná.

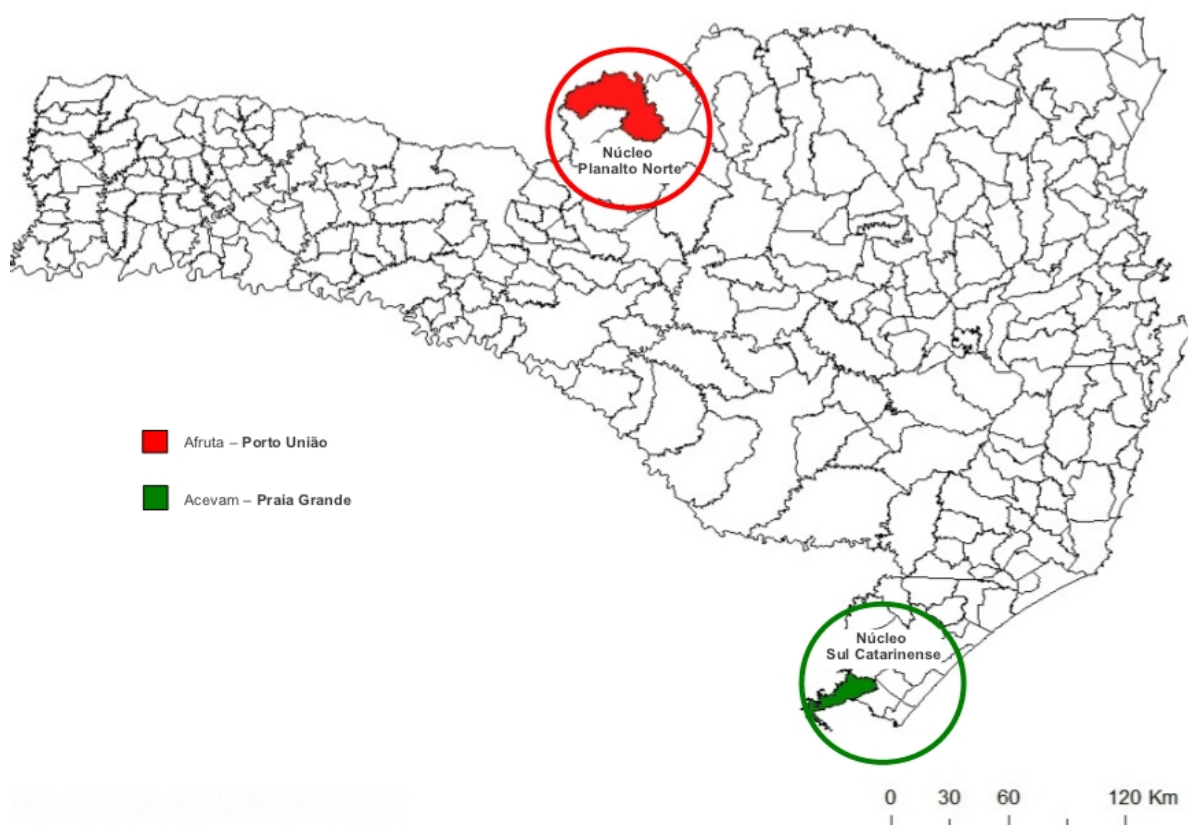


FIGURA 19 – LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DOS GRUPOS/ASSOCIAÇÕES PESQUISADOS EM SANTA CATARINA
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

O trabalho da associação teve início no ano de 1996, com duas famílias realizando as primeiras experiências em sistemas agroflorestais. A proposta ganhou corpo e novas famílias aderiram a ela, sendo que, em 1998, 30 famílias já integravam a associação. Em 2004 a associação foi formalmente constituída e possui um perfil próximo ao da Ecoterra, caracterizando-se como uma associação de grupos, no caso da Cooperafloresta, 22 grupos distribuídos nos três municípios acima citados. No presente momento, a associação conta com 110 famílias associadas. Sua primeira iniciativa de comercialização foi a participação na feira orgânica de Curitiba, no início da década de 2000.

As vendas na feira ganharam volume e a associação pôde adquirir um transporte próprio. A partir do ano de 2005 a Cooperafloresta passou a acessar o PAA, sendo a principal estratégia de comercialização no momento. A associação possui particular relevância no fornecimento de frutas nas feiras orgânicas de Curitiba, principalmente a banana, carro-chefe da organização, sendo esta região e

o Litoral Norte gaúcho as únicas que produzem a fruta em escala no âmbito da Rede Ecovida. Seus principais canais de comercialização estão em Curitiba, onde, além das feiras e PAA, realizam-se pequenas vendas de varejo para outros feirantes ou lojas da cidade. A Cooperafloresta participa desde o início do Circuito Sul, sendo a principal fornecedora de banana para o circuito. No momento atende também o PNAE no município de Barra do Turvo. A associação está em fase de conclusão de uma agroindústria de médio porte, que pretende processar doces, polpas e sorvetes de frutas.

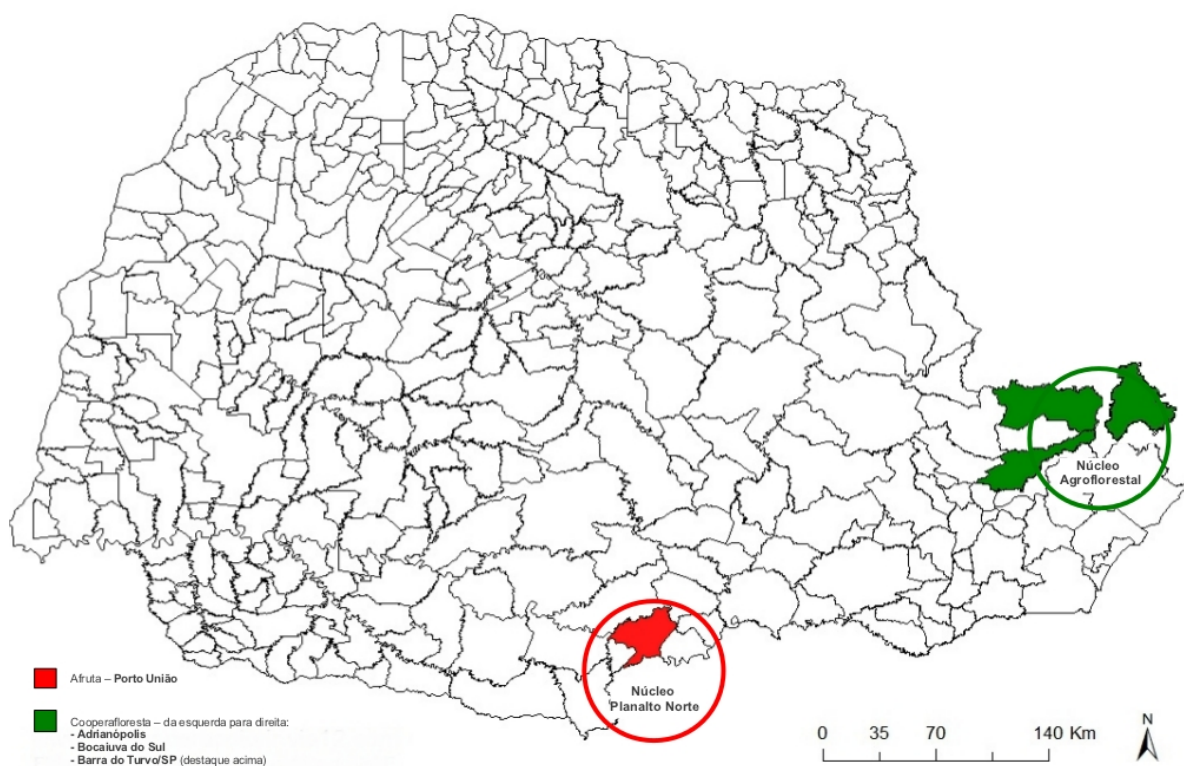


FIGURA 20 – LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DOS GRUPOS/ASSOCIAÇÕES PESQUISADOS NO PARANÁ E SÃO PAULO
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

4.3.2 Caracterização das famílias integrantes dos grupos e associações pesquisados

Nesta seção apresentam-se os dados extraídos dos questionários de campo aplicados junto às famílias integrantes dos grupos e associações pesquisados. Os

questionários tinham por finalidade extrair elementos quantificáveis das estratégias de comercialização das organizações. Porém, o mesmo instrumento de pesquisa serviu para realizar uma breve caracterização socioeconômica das famílias, a fim de possibilitar uma melhor compreensão do contexto em que cada organização se insere e estabelecer uma relação entre este contexto e as estratégias de comercialização adotadas. Da mesma forma, compreender como questões históricas e conjunturais podem interferir na maior ou menor efetividade de resultados no âmbito de cada iniciativa.

As informações estão agrupadas por organização, sendo que Apevs/Apema e Apesa foram analisadas em conjunto pelo pequeno número de famílias de cada associação, mas, fundamentalmente, pela proximidade geográfica, cultural e socioeconômica entre as famílias que integram essas associações, sendo citadas a partir do Núcleo a que pertencem, utilizando a denominação 'Serra'. Em alguns casos, o número de questionários pode não corresponder ao de famílias de cada organização, basicamente porque há famílias que manejam a mesma área. É o caso de pais e filhos, parceiros e outras situações, que para fins de acesso a políticas públicas ou de representatividade nas organizações são contabilizadas como duas famílias, mas que responderam o questionário de forma conjunta, uma vez que nos pré-testes realizados, para eles foi difícil 'dividir' informações no momento das respostas.

As informações são apresentadas em forma percentual por organização (grupos ou associação) e ao final totalizadas, nas tabelas são apresentados os números absolutos. As informações estão organizadas nos temas: área total e ecológica dos estabelecimentos, situação legal dos mesmos, níveis e origem de renda e disponibilidade de mão de obra. Ao se analisar os dados, considera-se que cada estabelecimento corresponde a uma família, usando-se os termos para expressar a mesma unidade.

No que se refere ao tamanho da área total de cada unidade produtiva, observa-se uma distribuição regular entre as categorias propostas no questionário, com aproximadamente 18 a 20% em cada categoria, à exceção dos proprietários acima de 50 ha que não atingiram 4% do total (Gráfico 8 e Tabela 10). Em geral, os estabelecimento pesquisados se encontram enquadrados nos moldes da agricultura familiar do Sul do Brasil, inclusive se observada a distribuição interna entre as

associações, onde, por exemplo, predominam na Cooperafloresta agricultores com áreas de menor porte, pois esta se encontra situada no Vale do Ribeira, região com presença histórica de agricultores descapitalizados. Em comparação, as associações da Serra Gaúcha, onde a agricultura familiar se encontra mais estruturada, possuem proporcionalmente área maiores.

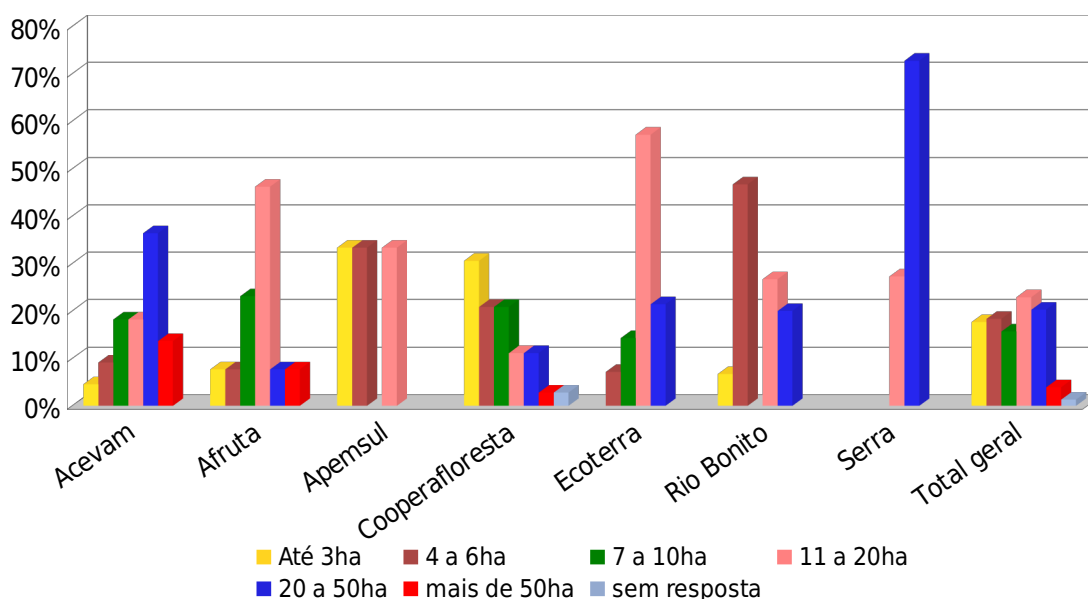


GRÁFICO 8 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGRICULTORES POR FAIXA DE ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)
FONTE: Pesquisa de campo (2011).

TABELA 10 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS AGRICULTORES POR FAIXA DE ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS (POR ASSOCIAÇÃO E TOTAL)

Grupo/ Associação	até 3ha	4 a 6ha	7 a 10ha	11 a 20ha	20 a 50ha	mais de 50ha	sem resposta	Total
Acevam	1	2	4	4	8	3		22
Afruta	1	1	3	6	1	1		13
Apemsul	2	2		2				6
Cooperafloresta	22	15	15	8	8	2	2	72
Ecoterra		1	2	8	3			14
Rio Bonito	1	7		4	3			15
Serra				3	8			11
Total geral	27	28	24	35	31	6	2	153

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Nem todas as propriedades possuem sua área cem por cento 'convertida' para produção ecológica; de fato, muitos agricultores ainda se encontram em processo de transição, o que faz com que nem toda a área do estabelecimento possa ser considerada como ecológica. Em alguns casos não há, inclusive, o

interesse do agricultor em realizar esta conversão de forma integral, por falta de mão de obra, capacidade de investimento ou mesmo como estratégia para sua viabilização, apostando tanto na agroecologia como em outra estratégia complementar. Tal condição ou motivação não pode ser captada pelos instrumentos de pesquisa aplicados, uma vez que também não era objeto do estudo. Porém, a vivência prática e o convívio com a realidade da agroecologia permitem informar tal realidade.

Cabe ressaltar que não há obrigação legal (de acordo com a lei de agricultura orgânica¹⁵) de se ter toda a área convertida à produção ecológica, no entanto, a Rede Ecovida tem como normativa acordada internamente a realização da conversão total das propriedades. O fato é que, quando perguntados sobre qual a área ecológica do estabelecimento, o que se verificou foi uma distribuição diferente da área total dos estabelecimentos, com um predomínio de áreas na faixa de até 3 ha, mostrando que muitos estabelecimentos ainda se encontram em processo de transição (Gráfico 9 e Tabela 11). Após a aplicação dos questionários, em visitas e diálogos com representantes da Cooperafloresta, acredita-se que possa haver uma certa distorção nas informações desta associação. Como o centro da atividade da Cooperafloresta é a agrofloresta, falando-se menos em agroecologia na região, muitas famílias podem ter compreendido a pergunta se já haviam realizado toda a conversão para o sistema agroflorestal e não para a agroecologia. Na Cooperafloresta há uma normativa interna que estabelece que, para integrar a associação, a família deve abandonar as práticas de queimadas, uso de agrotóxicos e adubos químicos, portanto, 100% das áreas são ecológicas, porém não são, ainda, 100% agroflorestais.

Outro aspecto relevante a se considerar, no sentido de compreender a realidade dos estabelecimentos pesquisados, é a situação legal das áreas, uma vez que tal situação possui influência direta na perspectiva de investimento na atividade produtiva e, portanto, do avanço na transição agroecológica e investimento na construção social de mecanismos de mercado.

¹⁵ A Lei 10.831 foi aprovada no final de 2003 e sua regulamentação concluída no ano de 2010. A lei define os critérios técnicos para se considerar o que é uma produção orgânica (e seus sinônimos 'tecnicamente' definidos: ecológica, agroecológica, biodinâmica...), bem como quais os insumos proibidos e permitidos e as instruções para a devida separação de áreas de produção orgânicas e convencionais, bem como depósitos de insumos e produtos e condições de processamento. A Lei ainda regulamenta o processo de certificação da agricultura orgânica no Brasil.

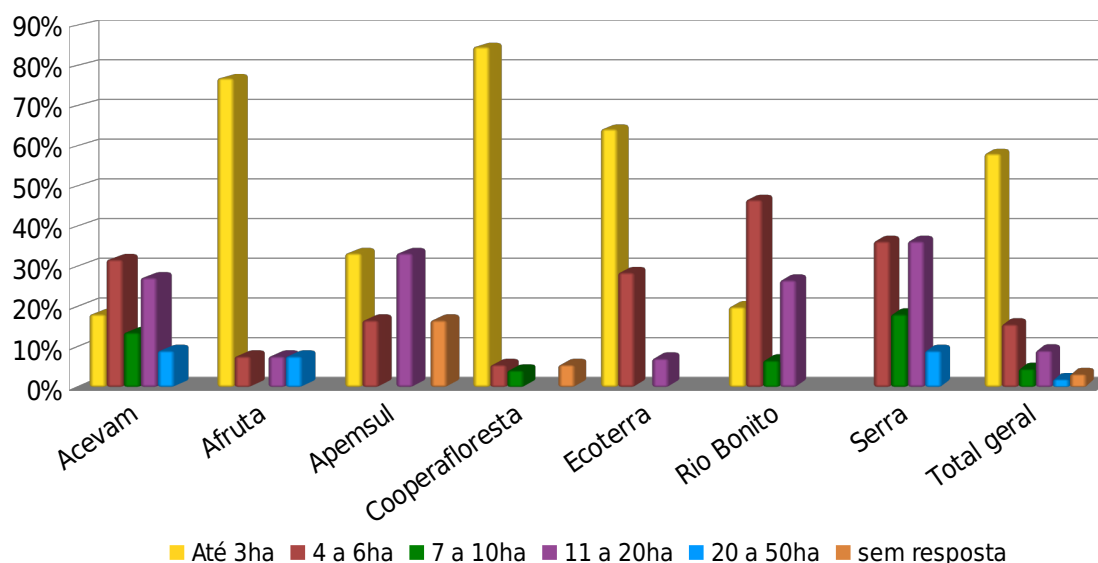


GRÁFICO 9 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGRICULTORES POR FAIXA DE ÁREA ECOLÓGICA DOS ESTABELECIMENTOS (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)
 FONTE: PESQUISA DE CAMPO (2011).

TABELA 11 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS AGRICULTORES POR FAIXA DE ÁREA ECOLÓGICA DOS ESTABELECIMENTOS (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)

Grupo/ Associação	até 3ha	4 a 6ha	7 a 10ha	11 a 20ha	20 a 50ha	sem resposta	Total
Acevam	4	7	3	6	2		22
Afruta	10	1		1	1		13
Apemsul	2	1		2		1	6
Cooperafloresta	61	4	3			4	72
Ecoterra	9	4		1			14
Rio Bonito	3	7	1	4			15
Serra		4	2	4	1		11
Total geral	89	24	7	14	3	5	153

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

A situação jurídica dos estabelecimentos é condição estratégica para a garantia da autonomia das unidades familiares de produção – conforme debatido no capítulo 3 desta tese – portanto, para garantir a estabilidade necessária ao investimento em uma atividade produtiva e econômica inovadora. De forma geral, a maioria das áreas se encontra em situação regularizada, porém, na outra metade dos estabelecimentos, há uma diversidade grande de situações observadas, desde parcerias, áreas cedidas por familiares e áreas em situação irregular. Na categoria 'outros', encontram-se situações de usufruto, inventário e direito de posse, além de áreas com pendência de liberação do registro no INCRA (Gráfico 10 e Tabela 12).

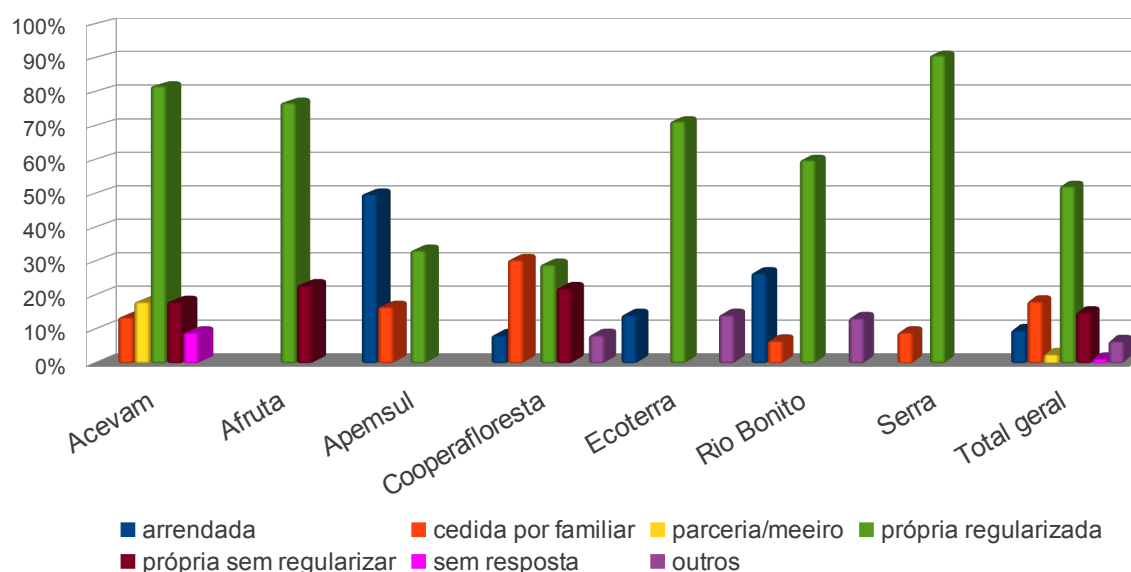


GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGRICULTORES POR SITUAÇÃO LEGAL DOS ESTABELECIMENTOS (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS AGRICULTORES POR SITUAÇÃO LEGAL DOS ESTABELECIMENTOS (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)

Grupo/ Associação	arrendada	cedida por familiar	parceria/meeiro	própria regularizada	própria sem regularizar	sem resposta	outros	Total
Acevam		3	4	18	4	2		22
Afruta				10	3			13
Apemsul	3	1		2				6
Cooperafloresta	6	22		21	16		6	72
Ecoterra	2			10			2	14
Rio Bonito	4	1		9			2	15
Serra		1		10				11
Total geral	15	28	4	80	23	2	10	153

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

No que se refere à renda bruta dos estabelecimentos, há um predomínio nas faixas entre 1,5 a 2 salários mínimos, bem como nas faixas de 3 a 4 salários mínimos, tendo como base o salário mínimo do ano de 2011. A faixa de 0,5 a 1 e 1 a 1,5 salário mínimo possui uma presença importante de agricultores na proporção total. No entanto, conforme observado na situação da área total dos estabelecimentos, esta prevalência se deve ao peso da Cooperafloresta na amostra, pois os agricultores vêm de um histórico de descapitalização e muitos se encontram em processo de estruturação a partir da agroecologia, conforme se poderá verificar

nas discussões dos capítulos a seguir. Estas duas últimas faixas correspondem a cerca de 55% dos agricultores da Cooperafloresta, levando a uma elevação do percentual total (Gráfico 11 e Tabela 13).

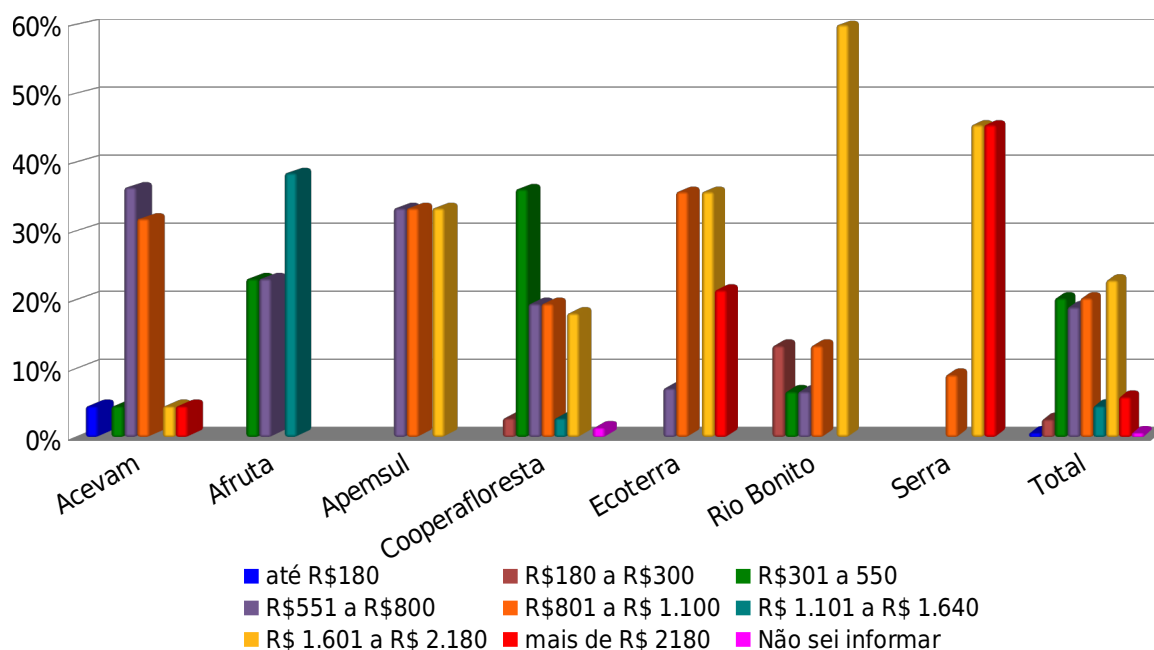


GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS POR FAIXA DE RENDA BRUTA MENSAL (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

TABELA 13 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS ESTABELECIMENTOS POR FAIXA DE RENDA BRUTA MENSAL (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)

Grupo/ Associação	até R\$180	R\$ 180 a R\$ 300	R\$ 301 a R\$ 550	R\$ 551 a R\$ 800	R\$ 801 a R\$ 1.100	R\$ 1.101 a R\$ 1.640	R\$ 1.601 a R\$ 2.180	mais de R\$ 2.180	não sei informar	Total
Acevam	1		1	8	7		1	1		22
Afruta			3	3		5				13
Apemsul				2	2		2			6
Cooperafloresta		2	26	14	14	2	13		1	72
Ecoterra				1	5		5	3		14
Rio Bonito		2	1	1	2		9			15
Serra					1		5	5		11
Total geral	1	4	31	29	31	7	35	9	1	153

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Um aspecto interessante a ser destacado dentro dos grupos pesquisados refere-se às informações apresentadas a seguir. Quando perguntados sobre qual a principal fonte de renda dos estabelecimentos, três quartos das famílias afirmaram que esta é oriunda da produção ecológica. Tal realidade, que por momentos pode parecer evidente, merece atenção, pois reflete, em primeiro lugar, o investimento e a

crença das famílias na proposta da agroecologia e, em segundo lugar, a condição que a agroecologia tem possibilitado em viabilizar economicamente, de fato, estas famílias. Mais à frente, no capítulo 6, veremos que as famílias se encontram satisfeitas com a qualidade de vida que possuem no momento, reforçando os dados aqui apresentados. Ainda observa-se que a aposentadoria rural, conforme outras análises demonstram, cumpre importante papel na capitalização dos agricultores familiares e camponeses, uma vez que se situa, juntamente com o trabalho fora da propriedade, em segundo lugar em relação à principal fonte de renda, após a produção ecológica. Note-se que os grupos que possuem agricultores em faixas de renda mais baixas são também aqueles que mais dependem da aposentadoria ou de trabalhos fora da propriedade (Gráfico 12 e Tabela 14). A aposentadoria como principal fonte de renda também pode refletir a presença de estabelecimentos com pessoas de mais idade e, portanto, menos capacidade produtiva, porém, esta informação acabou não sendo captada pelo questionário.

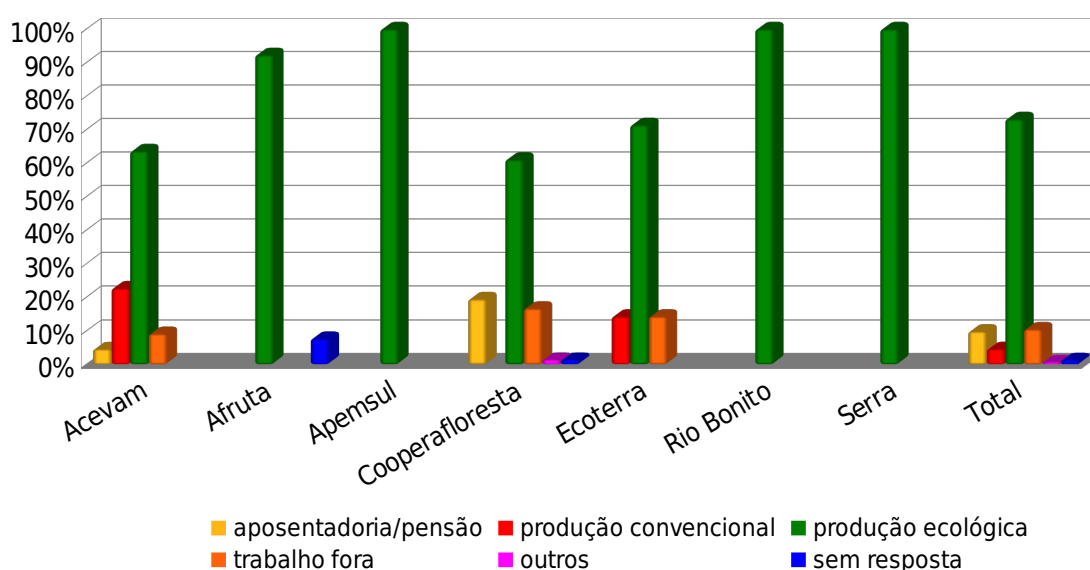


GRÁFICO 12 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGRICULTORES POR PRINCIPAL FONTE DE RENDA (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Por fim, a última consideração a ser feita em relação ao perfil dos agricultores integrantes das organizações pesquisadas refere-se à disponibilidade de mão de obra nos estabelecimentos. A realidade dos grupos não difere da realidade da agricultura familiar como um todo no Sul do Brasil.

TABELA 14 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS AGRICULTORES POR PRINCIPAL FONTE DE RENDA DOS ESTABELECIMENTOS (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)

Grupo/ Associação	aposentadoria/ pensão	produção convencional	produção ecológica	trabalho fora	outros	sem resposta	Total
Acevam	1	5	14	2			22
Afruta			12			1	13
Apemsul			6				6
Cooperafloresta	14		44	12	1	1	72
Ecoterra		2	10	2			14
Rio Bonito			15				15
Serra			11				11
Total geral	15	7	112	16	1	2	153

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

O esvaziamento do meio rural também atinge as unidades familiares que atuam no campo da agroecologia, reduzindo a disponibilidade de mão de obra. Se, por um lado, em geral, o que se observa é uma melhoria e satisfação em relação à qualidade de vida dos grupos que atuam com agroecologia, a evasão rural surge como realidade estrutural, a partir da qual a melhoria individual da condição de vida parece, em muitos casos, ainda não ser suficiente para atrair a juventude rural. Dois terços das famílias contam com mão de obra de até duas pessoas nos estabelecimentos e outros 20% contam com três pessoas para trabalhar nas propriedades (Gráfico 13 e Tabela 15).

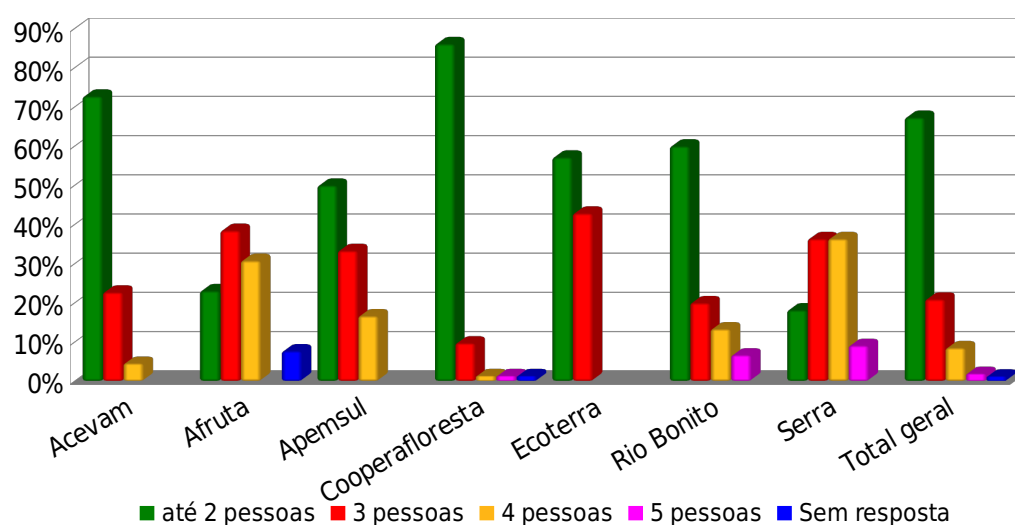


GRÁFICO 13 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS POR FAIXA DE DISPONIBILIDADE DE MÃO DE OBRA FAMILIAR (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

TABELA 15 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS POR FAIXA DE DISPONIBILIDADE DE MÃO DE OBRA FAMILIAR (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)

Grupo/ Associação	até 2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 pessoas	sem resposta	Total
Cooperafloresta	62	7	1	1	1	72
Ecoterra	8	6				14
Acevam	16	5	1			22
Rio Bonito	9	3	2	1		15
Apemsul	3	2	1			6
Afruta	3	5	4		1	13
Serra	2	4	4	1		11
Total geral	103	32	13	3	2	153

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

A explicação para a pouca disponibilidade de mão de obra poderia ser atribuída também pela presença de famílias jovens, com crianças pequenas, e que, portanto, não seriam contabilizadas pela família como pessoas que 'trabalham na propriedade' (conforme foi perguntado no questionário). De fato, o questionário não previu uma decomposição da estrutura familiar, o que dificulta assegurar qual a realidade prevalecente com maior segurança. No entanto, o convívio com os grupos em estudo e os relatos em processos de observação participante permitem considerar que a migração de jovens e o conseqüente envelhecimento da população rural é uma realidade frequente e em expansão nos grupos pesquisados. Conforme analisa, de forma precisa, Carneiro (2008, p. 264):

O salário como forma de remuneração do trabalho fora da agricultura acaba por se tornar um elemento de ruptura da identidade entre família e unidade de produção. Ao se tornar uma referência também no universo doméstico, a remuneração individualizada do trabalho acaba por minar os princípios fundados, até então, no parentesco e sustentados na reciprocidade e na dívida moral. Primeiramente, os filhos, e principalmente as filhas, não se sentem mais estimulados a permanecer trabalhando com e para a família, na medida em que a renda obtida pela unidade de produção camponesa é indivisa, ou seja, não se remunera individualmente a mão de obra familiar; por outro lado, a renda agrícola não seria suficiente para pagar um salário individual equivalente ao do mercado de trabalho. [...] ser agricultor não é mais uma decorrência imediata dos laços de afiliação. Não se é agricultor apenas porque se nasce filho de agricultor, mas, cada vez mais, por opção (ou por falta de opção). Esta "liberdade de escolha", expressa muitas vezes pelos próprios pais, é um valor que passa a orientar a atitude dos jovens e a elaboração de suas estratégias profissionais. Estabelecem-se, então, as condições para a construção de um projeto modernizador, individualizante, centrado nas escolhas individuais. Abre-se espaço também para a expressão de conflitos familiares, até então latentes, que passam a ser objeto de negociação no interior do grupo familiar.

Agrega-se a tal realidade o fato de que a ausência de políticas públicas no meio rural torna os serviços de lazer, saúde e educação mais precários e difíceis de acessar, fator que motiva ainda mais a migração da juventude. No âmbito da agroecologia, cabe ressaltar a análise feita por um dos técnicos das entidades de assessoria da Rede Ecovida, em diálogo durante uma das entrevistas realizadas, que explica que, apesar de, em geral, os agricultores ecologistas terem melhorado sua qualidade de vida e inclusive ampliado sua capacidade de diálogo internamente à família, ainda assim muitos jovens não têm permanecido nos estabelecimentos. Segundo o técnico, tal realidade pode ser explicada pelo fato de que ao melhorar de condição de vida, os jovens agricultores ecologistas possuem níveis mais altos de educação, possuem uma história de inserção em processos organizativos, de discussão e formação, bem como uma maior desenvoltura por participar dos espaços de comercialização, notadamente das feiras ecológicas, que os diferencia do restante dos jovens de suas comunidades. Nesse sentido, encontram-se mais preparados e acessam melhores empregos no meio urbano, tornando-se a opção pela agroecologia um meio de garantir uma formação mais qualificada para os jovens do meio rural, mas que, por vezes, pode representar a própria condição para sua saída do meio, porém, pelo menos, em condições mais favoráveis que a dos demais jovens de seu entorno.

Até o presente momento, a análise realizada no decorrer da tese procurou apresentar um contexto amplo da realidade em estudo. Da leitura crítica sobre a estruturação do sistema agroalimentar global, procurou-se analisar quais as características e a condição de inserção da agricultura familiar e camponesa neste contexto. A agroecologia surge como uma das alternativas possíveis para o enfrentamento da questão alimentar, no sentido de reverter os impactos negativos do atual modelo hegemônico de organização das atividades agroalimentares e, portanto, para possibilitar uma condição mais autônoma para a agricultura familiar e camponesa, visando à garantia de sua reprodução social.

Neste marco insere-se a Rede Ecovida de Agroecologia, como um dos espaços de articulação da agroecologia no Sul do Brasil, que se busca apresentar como alternativa concreta para viabilização econômica, rearticulação social e preservação ambiental no âmbito da agricultura familiar e camponesa, constituindo-se como contraponto e alternativa ao modelo agroalimentar hegemônico.

No capítulo a seguir, busca-se desenvolver o pensamento em torno do papel e da influência da ação econômica das famílias e suas organizações neste processo. Apresenta-se a perspectiva da construção social de mercados e, dentro destes, a dos mercados alternativos, como forma de estruturar sistemas agroalimentares alternativos, que apontem caminhos para novas formas de organização e estruturação das atividades agroalimentares.

Toma-se como referência para esta análise, as organizações, cuja estrutura social e produtiva foi anteriormente descrita, trazendo para o centro do debate as relações sociais, culturais e econômicas desenvolvidas por estas em seu processo de construção social de mercados. Serão apresentados, então, os fundamentos teóricos que sustentam a abordagem da construção social de mercados e como esta reverbera no âmbito da agricultura familiar e camponesa e, dentro desta, na práxis e teoria agroecológica. Da mesma forma, pretende-se apresentar e analisar com profundidade os formatos econômicos, sociais e organizativos desenvolvidos pelas organizações para a constituição de suas estratégias de comercialização.

CAPÍTULO 5 MECANISMOS ALTERNATIVOS DE MERCADO NO ÂMBITO DA AGROECOLOGIA

A partir da realidade anteriormente descrita, podemos concluir que o desenvolvimento da agroecologia no âmbito da agricultura familiar e camponesa apresenta-se como um dos caminhos possíveis para a desconstrução e reorganização do sistema agroalimentar, pautando-se por critérios de adequação ambiental, descentralização da atividade econômica e reconfiguração das relações sociais.

No âmbito discursivo, a proposta da agroecologia – conforme descrito, intrinsecamente vinculada e articulada com a agricultura familiar e camponesa, como categoria social, mas notadamente com racionalidade socioeconômica e ambiental – se apresenta como proposta alternativa de desenvolvimento para o rural e, na abordagem teórica aqui desenvolvida, de organização dos sistemas agroalimentares.

Nessa perspectiva, a Rede Ecovida de Agroecologia busca, em seu agir cotidiano, concretizar este apelo discursivo mediante processos de organização social (grupos, associações, cooperativas...), da produção de alimentos ecológicos, iniciativas de processamento descentralizado e de pequena escala, da criação de uma metodologia diferenciada de geração de credibilidade, dada pela certificação participativa, bem como pela busca de ampliação do acesso aos alimentos ecológicos por meio da priorização dos mercados locais, redução da intermediação e aproximação entre agricultores e consumidores.

Tal processo não está imune, evidentemente, às contradições que se revelam no desenvolvimento de uma proposta que se propõe alternativa a um modelo, mas que se realiza dentro dele mesmo. O conjunto de práticas desenvolvidas pelos grupos e organizações se vê permeado pelos valores e pressupostos de um modelo de desenvolvimento, de organização da vida social e econômica e de manejo dos recursos naturais que se contrapõem à sua proposta, mas com os quais tem de conviver e negociar permanentemente.

Muito possivelmente seja no âmbito das questões de acesso e construção de mercados que se situem os maiores tensionamentos entre enfrentamento e acomodação, contraposição e negociação, discurso político e viabilidade econômica,

dado que o questionamento da sociedade de mercado encontra-se no cerne da crítica proposta.

É nesse sentido que, dentro do amplo marco de práticas sociais e produtivas que os grupos da Rede Ecovida desenvolvem, buscou-se priorizar a análise do perfil das iniciativas de mecanismos de mercado em construção. Para tanto, considera-se necessário estabelecer um diálogo entre teoria e prática que procure apresentar conceitos que possam caracterizar uma abordagem diferenciada da construção de mercados e confrontá-los com a realidade prática pesquisada, a fim de extrair elementos de alternativas, expor contradições e elaborar reflexões sobre as possibilidades e os limites no desenvolvimento das iniciativas.

Dessa forma, a abordagem que segue procura apresentar elementos teóricos de análise da construção social de mercados e de sua dinâmica no âmbito da agricultura familiar e camponesa e da agroecologia, estabelecendo umnexo entre a relevância de uma nova abordagem de mercados e a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional. A partir desta leitura empreende-se uma análise crítica das iniciativas pesquisadas, que aponte quais as características que podem configurar uma abordagem alternativa da questão dos mercados no âmbito dos sistemas agroalimentares.

5.1 CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS: DISCUSSÕES GERAIS

O intento de aplicar o determinismo econômico a todas as sociedades humanas beira com a fantasia. [...] A criatividade institucional do homem tem se esmorecido somente porque se tem permitido que o mercado triture o material humano reduzindo-o à achatada uniformidade de uma paisagem lunar. Não deve surpreender que a imaginação social do homem mostre sinais de estancamento. Poderia se chegar ao ponto de perder definitivamente a elasticidade, a riqueza e a força imaginativa da que estava dotado em seu estado selvagem. [...] Em todos estes aspectos cai a pedaços a filosofia do laissez faire, com seu corolário da sociedade de mercado. Esta escinde a essencial unidade humana: no homem "real", inclinado aos valores materiais, e em sua parte "ideal", algo melhor. Paralisa nossa imaginação social reforçando mais ou menos inconscientemente o prejuízo do determinismo econômico. Foi útil na fase da civilização industrial que pertence ao nosso passado: à custa de empobrecer ao indivíduo, enriqueceu a sociedade. Hoje devemos afrontar a tarefa fundamental de restituir a plenitude da vida à pessoas, mesmo que isto signifique uma sociedade menos eficiente desde o ponto de vista tecnológico.
(Karl Polanyi, 2004[1947])

5.1.1 Os mercados como construção social: perspectivas teóricas

O debate em torno da constituição e configuração dos mercados e das relações que nele se dão ocupa lugar central nas discussões sobre modelos de desenvolvimento nas sociedades contemporâneas. O mercado, por um lado visto como espaço de encontro entre oferta e demanda, realizado a partir do cálculo racional do ser humano como propriedade natural de sua essência, ou seja, ausente do contexto social no qual se encontra inserido, se opõe a uma política baseada no Estado, centrada na onipresença de um aparelho estatal que centraliza e organiza toda a atividade econômica (ABRAMOVAY, 2004; DEMO, 2005; SOUZA, 2009). O tensionamento entre a presença estatal e o livre mercado prevalece no plano teórico e político nas grandes teorias econômicas clássicas e neoclássicas, bem como na ordem do dia dos aparatos e das decisões políticas de governos e organizações sociais.

Tal concepção se sustenta na tese de que mercado e economia são um só ente e mais, pressupõe o mercado como forma de regular e organizar as sociedades. Segundo essa tese, o ser humano se encontra orientado pela perspectiva racional do cálculo entre custo e benefício e a concorrência se ocuparia em garantir o equilíbrio nas relações, uma vez que a ação de má-fé pode ser coibida recorrendo-se a outros negociantes do mesmo rubro (ABRAMOVAY, 2004; DEMO, 2005; GRANOVETTER 2007; WILKINSON, 2008; SOUZA, 2009). Com a teoria do equilíbrio geral, busca-se aprimorar essa perspectiva, apontando que os agentes atuam baseados tão somente no autointeresse, atribuindo um sentido lógico e previsível à ação econômica, conforme destaca Abramovay (2004, p. 42):

Os agentes econômicos são aí meros autômatos que reagem mecanicamente aos estímulos do ambiente. O importante, porém, é que essa reação – e o equilíbrio que dela resulta – não provém de um processo evolutivo e seqüencial de aprendizagem. As compras e as vendas ocorrem de maneira absolutamente fluida, sem ruídos, graças à concorrência. Mas os atores não precisam interpretar os sinais emitidos pelos outros: o ambiente social é dado imediatamente aos indivíduos, o mundo econômico reveste-se de uma transparência básica que afasta a necessidade de que os atores o interpretem.

Nesse sentido, o ser humano é colocado como indivíduo a-histórico, ou seja, 'livre' de influência e assimilações culturais e sociais, presente numa sociedade ausente de convenções e normas que foram e são historicamente constituídas e que

permeiam todo o convívio em sociedade, inclusive aquele no âmbito dos mercados (ABRAMOVAY, 2004; GRANOVETTER, 2007; SOUZA, 2009). É vasto o campo de críticas a esses pressupostos sustentados pela teoria da economia neoclássica, que se configura como um dos pilares de sustentação da economia neoliberal e de seu processo de globalização nos dias de hoje. No entanto, o que se procurará resgatar aqui corresponde às críticas realizadas no âmbito dos autores que afirmam que os mercados se encontram permeados e influenciados por aspectos sociais e culturais das sociedades. Esse viés se sustenta em uma análise que situa os mercados como estando 'enraizados' nas convenções, comportamentos e rotinas historicamente constituídos no meio onde se desenvolvem (ABRAMOVAY, 2004; DEMO, 2005; WILKINSON, 2008, SOUZA, 2009), compreendendo que “a decisão econômica, portanto, não é de um agente isolado, mas de um coletivo. Além disso, ela não é pura consciência sem passado, operação cognitiva sem pressão social” (SOUZA, 2009, p. 56).

Um dos primeiros teóricos dessa perspectiva¹⁶, Karl Polanyi, realizou um resgate histórico do funcionamento e da organização dos mercados nas sociedades pré-capitalistas. O autor questionou a universalidade que a teoria econômica se arroga, ao demonstrar que essas sociedades possuíam relações de mercado orientadas por outros princípios (reciprocidade e redistribuição)¹⁷ e que,

¹⁶ Aqui nos referimos a esse grupo de pensadores que trabalha com a ideia do *enraizamento* (*embeddedness*) da economia e do mercado na sociedade, como uma crítica às teorias liberais e neo-liberais. Outros autores que fizeram a crítica aos pressupostos das teorias clássicas liberais são precursores históricos dessa ideia. Não há como deixar de mencionar Karl Marx e o pensamento marxista que, sob uma outra perspectiva (a fetichização da mercadoria, a mercadoria como relação social, o papel do Estado, entre outras concepções) critica a ideologia do mercado auto regulável e livre de inserções e determinações sociopolíticas. Veja-se, especialmente, Marx (1975).

¹⁷ Polanyi lança mão dos princípios da reciprocidade e redistribuição afim de explicar o comportamento econômico das sociedades pré-capitalistas, notadamente em função da ausência da motivação pelo lucro e da remuneração do trabalho. De forma resumida, reciprocidade e redistribuição se combinavam, com o intuito de estabelecer processos de trocas entre famílias e de redistribuição de riquezas entregues a autoridade(s) e redistribuídas por esta(s) que garantiam a sobrevivência das famílias e o estabelecimento de laços entre estas, que contribuíam para a delimitação da própria coletividade (VINHA, 2001; POLANYI, 2007). Segundo o próprio autor: “Em termos gerais, a proposição sustenta que todos os sistemas econômicos conhecidos até o final do feudalismo na Europa Ocidental se organizaram de acordo com os princípios da reciprocidade ou da redistribuição, ou da atividade caseira, ou alguma combinação dos três. Estes princípios se institucionalizaram com o auxílio de uma organização social que, entre outras coisas, utilizava os padrões da simetria, da centralidade e da autarquia. Neste marco se obtinha a produção e a distribuição ordenada dos bens mediante grande diversidade de motivações individuais disciplinadas pelos princípios gerais do comportamento. O lucro não era proeminente entre estas motivações. O costume e o direito, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a obedecer as regras do comportamento que eventualmente asseguravam o funcionamento do sistema econômico”. (POLANYI, 2007, p. 103, tradução livre).

fundamentalmente, a economia se encontrava submetida às demais funções sociais e não estas à lógica de mercado (POLANYI, 2004, 2007; VINHA, 2001). Conforme destaca Vinha (2001, p. 210):

Em outras palavras, a economia e seus derivados, como a troca e o escambo, nunca foram os determinantes da vida social, mas sim a necessidade de manter a sociedade enquanto tal que levou os homens a se organizarem, também, economicamente. Independentemente da forma de organização da sociedade, o sistema econômico será sempre dirigido por motivações não-econômicas, concluiu ele [Polanyi]. [...] Além disso, essas sociedades se responsabilizavam pela sobrevivência do conjunto dos seus membros, já que isto significava a manutenção dos laços sociais, os quais, em última instância, definiam-nas enquanto coletividades. Logo, não existia a noção de lucro, nem a propensão natural à barganha, sendo o sistema econômico uma mera função da organização social, embora existissem sofisticadas transações comerciais.

É nesse sentido que Polanyi afirma estarem as economias pré-capitalistas, “enraizadas”¹⁸ nas dinâmicas sociais e culturais das sociedades, sendo estas dinâmicas as que orientam e regulam o mercado e não este o que impõe a lógica de organização e funcionamento das sociedades. Dessa forma, “[...] para Polanyi, economia, por estar socialmente enraizada, organiza, orienta e impõe limites às funções do mercado, para teoria neoclássica é o mercado que organiza e dirige a economia” (VINHA, 2001, p. 213).

Portanto, a compreensão 'dos mercados' não se resume à perspectiva 'do mercado' proposto pela economia neoclássica como ente regulador da vida econômica e social, mas de forma oposta pode assumir diferentes desenhos e ordenamentos, conforme demonstra Polanyi ao analisar as sociedades pré-capitalistas. Os mercados sempre existiram, sob outras regras e outros princípios, e caracteriza-se no mínimo uma distorção de leitura resumi-los somente à forma do mercado autorregulado (VINHA, 2001; ABRAMOVAY, 2004; POLANYI, 2004, 2007; DEMO, 2005). De fato, “em todas as sociedades conhecidas, mercado sempre comparece como instância instrumental, na qual se organizam as necessidades econômicas de produção e troca, acesso e recursos” (DEMO, 2005, p. 465). Tais mercados se encontravam regulados por um forte componente ético, delimitados por convenções sociais, nas quais a religião cumpria importante papel. Para muito além do juízo de valor sobre tal perspectiva, o fato é que os mercados se viam permeados por relações interpessoais, bem como pela consolidação da coletividade e dos laços comunitários (RAUD-MATTEDI, 2005a; POLANYI, 2007).

¹⁸ Tradução para o termo em inglês *embeddednes*, lançado por Polanyi.

É a partir dessa perspectiva que se considera mais pertinente falar em 'mercados' e não somente em um único mercado, uma vez que suas configurações podem ser as mais diversas, em função do contexto sociocultural em que se encontram inseridas as relações de troca. Neste sentido, há de se realizar o discernimento entre o que se compreende por mercados, de uma forma mais ampla, e a perspectiva, de fato já globalizada, do mercado capitalista, compreendida hoje como a única forma de organizar a economia. Um mercado, conforme destaca Demo (2005, p. 465, grifos do autor), que “em vez de regulado a partir dos interesses comuns, passou a regular o interesse comum, aparecendo, cada vez mais, como referência implacável, seja sob a ótica da “mão invisível”, seja sob o “discurso único”, seja sob defesa das liberdades individuais, seja sob o signo de leis férreas objetivas”.

A crítica, portanto, refere-se ao caráter antissocial do mercado capitalista que, pela alienação do trabalho, e imerso no pressuposto da livre concorrência, pretende uma condição de autorregulação, baseada na autonomia de escolha dos indivíduos, independentemente das motivações e das condições históricas que situam estes indivíduos no mercado (ABRAMOVAY, 2004; DEMO, 2005). A esse respeito, afirma Demo (2005, p. 464, 465):

O combustível crucial desta dinâmica é a lógica abstrata da mercadoria, quando o valor de uso é substituído pelo de troca, tornando mercadoria até mesmo o trabalhador. O problema na mercadoria é a abstração que faz da relação de trabalho, permitindo que o valor gerado seja alienado em favor de outrem estranho ao processo.

O mercado capitalista passou a 'mercantilizar' bens e serviços de forma a possibilitar a realização de sua condição de economia de mercado. A condição inicial para este desenvolvimento se deu a partir do momento em que

o trabalho e a terra foram transformados em mercadorias, quer dizer, foram tratados como se tivessem sido produzidos para ser vendidos. É óbvio que não eram mercadorias porque não haviam sido totalmente produzidos (como a terra) ou, no caso contrário, não haviam sido produzidos para serem vendidos (como o trabalho). (...) A ficção da mercadoria tem submetido o destino do homem e da natureza ao jogo de um autômato que se move por suas próprias normas e se rege por suas próprias leis (POLANYI, 2004, p. 2, tradução livre).

À negação da presença e influência das condições sociais nas relações de mercado acaba por corresponder a uma matização das diferenças sociais historicamente presentes nas sociedades, bem como das relações de poder que se

dão em seu âmbito. Tal mercado, centrado nos interesses individuais e estruturado a partir de relações, em tese, impessoais, procura alijar regras morais e éticas de seu funcionamento. Daí porque, “como é dominado por interesses materiais individuais, tal mercado é contrário a toda 'confraternização', à 'piedade' e à 'comunidade'. As relações comunitárias representam, pois, 'obstáculos' para o desenvolvimento do mercado” (RAUD-MATTEDI, 2005a, p. 132).

A crítica passa a se focar, então, no caráter de desagregação social deste mercado e em sua determinação em impor suas regras como o único caminho para a organização da sociedade. É neste sentido que, em se tratando da questão dos mercados, considera-se que a crítica deve estar centrada em “[...] superar o mercado capitalista, não fazendo sentido superar o mercado como tal, já que é fenômeno histórico-estrutural.” (DEMO, 2005, p.466). Logo, faz-se necessário reelaborar a crítica ao mercado dentro de um horizonte que permita considerar a articulação entre as relações sociais e culturais e as decisões econômicas e, dessa forma, abrindo a perspectiva de uma leitura ampla dos mercados que não se restrinja à crítica ao mercado capitalista como sendo a única possibilidade de construção de relações mercantis, conforme destaca Abramovay (2004, p. 47):

os mercados não são entes abstratos, neutros e impessoais que a tradição “engenheira” – em oposição à tradição ética – da ciência econômica quis deles fazer: mas nessa frase não está a demonização generalizada da categoria “mercado”, e sim um convite ao estudo das condições em que os mercados operam e das premissas que podem permitir que eles favoreçam a realização das capacidades dos mais pobres.

A busca por uma leitura que amplie a concepção de mercados, fundamentalmente por meio da relação entre elementos de ordem sociocultural com os econômicos, está no centro da análise daqueles autores que buscam demonstrar que os mercados podem tomar configurações diversas e que a ação econômica não se realiza ausente de um contexto institucional, moral e ético socialmente construído (ABRAMOVAY, 2004; RAUD-MATTEDI, 2005ab; GRANOVETTER, 2007; WILKINSON, 2008; SOUZA, 2009). Conforme já destacado, Karl Polanyi é um dos pioneiros em aprofundar tal relação ao lançar o conceito de enraizamento dos mercados nas estruturas sociais e políticas nas sociedades pré-capitalistas. O autor demonstra que os mercados se constituíam em um elemento a mais da vida social das comunidades, de forma a não comprometer as demais funções sociais ali presentes (VINHA, 2001; POLANYI, 2007). No entanto, para o autor, a mudança

gerada pela economia de livre mercado estabeleceu uma dinâmica em que a economia passou se organizar em função do mercado:

Além do mais, o mecanismo de mercado induziu erroneamente a crer que o determinismo econômico é uma lei geral válida para todas as sociedades humanas. Naturalmente, em uma economia de mercado esta lei é válida. De fato, aqui o funcionamento do mercado não só influi sobre o restante da sociedade senão que a determina; como em um triângulo, os lados não só influem sobre os ângulos senão que os determinam. (POLANYI, 2004, p. 6, tradução livre).

Em síntese, na concepção de Polanyi, o padrão de mercado original confinou o próprio mercado a uma esfera de atuação que não comprometa os princípios de funcionamento baseados na reciprocidade e na redistribuição, uma vez que funcionava, apenas, como um apêndice. Esta interpretação sobre o papel desempenhado, historicamente pelo mercado na economia é radicalmente diversa da defendida na teoria neoclássica. (VINHA, 2001, p. 213).

Essa perspectiva pioneira proposta por Polanyi, mediante o conceito de enraizamento, constitui-se em uma das bases para o debate crítico sobre os mercados na atualidade. Particularmente no caso da Nova Sociologia Econômica (NSE), realiza-se um esforço de atualização da leitura de Polanyi. Tal atualização aprofunda os elementos da obra do autor, nos quais se afirma que, mesmo nesta economia de mercado moderna, o que se observa não é um desenraizamento da atividade econômica em relação às determinações sociais e culturais. Na realidade, a concepção do livre mercado se configura como um conjunto ideológico de concepções que constroem a falácia do mercado autorregulado que se hegemonizou historicamente e deu respaldo à ideia de que o mercado é um ente autônomo em relação à sociedade em geral e ao Estado

Dois dos principais autores da NSE – Mark Granovetter e Richard Swedberg – partem dos pressupostos de Polanyi, para demonstrar que, mesmo nas economias de mercado mais avançadas, o peso das relações sociais na ação econômica ainda possui expressiva relevância. Os autores atualizam o argumento no sentido de demonstrar que a ação econômica se encontra enraizada em redes de relações pessoais e não em indivíduos atomizados, conforme propõem as concepções neoliberais de mercado.

Nesse sentido, os mercados ganham uma dimensão humanizada e histórica, ou seja, passam a ser vistos como uma forma de articulação social, em que os conflitos, as normas, as estruturas historicamente dadas nas sociedades se fazem presentes. A visão dos mercados passa se impregnar de imprevisibilidades e tensões muito distantes do que preconiza a visão neoclássica da economia e sua

teoria do equilíbrio geral, enfim, “para que haja mercados, são necessárias condições sociais e comportamentais que vão muito além do que se entende habitualmente por auto-interesse dos atores.” (ABRAMOVAY, 2004, p. 48).

Portanto, aquele mercado visto como um ente regido por normas próprias não manipuláveis, de caráter apolítico, passa a ser compreendido como espaço de confronto e tensionamento entre os atores que o integram, e os possíveis formatos que possa tomar dependem da correlação de forças, interesses, da capacidade de organização, do poder e dos recursos disponíveis que cada um dos atores, individual ou coletivamente, possui na relação (ABRAMOVAY, 2004; DEMO, 2005). Neste sentido, “[...] a relação mercantil gera um laço social mesmo sem passar por relações pessoais íntimas, na medida em que esse laço não se esgota no único ato da troca, mas se enraíza e participa do processo de reprodução das instituições sociais.” (RAUD-MATTEDI, 2005a, p. 129).

Conforme abordado, Mark Granovetter constitui-se num dos principais autores dessa abordagem dos mercados e, para melhor compreender a ideia de enraizamento dos mercados na atualidade, tenta-se realizar uma breve revisão de seu pensamento. A leitura proposta pelo autor se constrói a partir de uma 'dupla' crítica, feita ao que ele denominou de visões sub e supersocializadas da economia e dos mercados especificamente (GRANOVETTER, 2007; SANTOS, 2006; WILKINSON, 2008; SOUZA, 2009).

Nessa perspectiva, o autor realiza a crítica à economia neoclássica pela sua visão atomizada da ação humana, visto que a inserção nos mercados se dá por uma ação racional baseada no cálculo econômico que avalia oportunidades e benefícios em razão de prejuízos, tendo em vista que a “[...] atomização social constitui um pré-requisito para a concorrência perfeita” (SMITH *apud* GRANOVETTER, 2007, p. 6). Assim, as relações sociais se tornam questões circunstanciais na vida econômica, o ser humano, visto como ser a-histórico, configura um agente imune às determinações sociais, caracterizando uma visão subsocializada da ação econômica (GRANOVETTER, 2007; SANTOS, 2006; WILKINSON, 2008).

Por outro lado, Granovetter também critica o que ele define como abordagens supersocializadas, pelas quais se pressupõe que toda ação humana está determinada pelas estruturas sociais, o contexto é quem determina a ação do indivíduo, que se vê influenciado pelas opiniões, normas e cultura que ele herda ou

que compõem o seu entorno no momento da tomada de suas decisões (GRANOVETTER, 2007; SANTOS, 2006; WILKINSON, 2008).

Apesar de opostas, as duas abordagens coincidem em não considerar o ser humano no espaço e tempo em que se encontra inserido, ou seja, desconsiderando a vida social do comportamento econômico, caracterizando-se, ambas, como visões atomizadas da ação econômica.

É a partir dessa crítica que Granovetter resgata a abordagem do 'enraizamento' da economia lançada por Polanyi, atribuindo às estruturas de relações em rede e à comunicação social um papel decisivo na ação econômica, ou seja, toda ação econômica se encontra imersa (ou enraizada) em redes de relações interpessoais, de maior ou menor intensidade, mas que são determinantes na configuração dos mercados. Conforme destaca Granovetter (2007, p. 9, grifo nosso):

Uma análise proveitosa da ação humana implica que evitemos a atomização implícita nos extremos teóricos das concepções sub e supersocializadas. **Os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais.**

Essa compreensão do funcionamento dos mercados a partir de uma abordagem de redes sociais configura a principal inovação proposta pela NSE, que surge como “[...] resposta à expulsão da vida social da análise econômica” (WILKINSON, 2008, p. 87). A leitura da construção de mercados enraizados em redes de relações interpessoais traz para o centro da análise a influência do tempo presente da vida social na ação econômica (*ibid*), já que:

[...] as ações dos atores sociais são condicionadas pelo seu pertencimento a redes de relações interpessoais. O mercado, portanto, não consiste num livre jogo de forças abstratas, a oferta e a procura, entre atores atomizados e anônimos, mas um conjunto de ações estreitamente imbricadas (enraizadas) em redes concretas de relações sociais. (RAUD-MATTEDI, 2005b p. 65).

A partir desse argumento, Granovetter enfatiza que o estabelecimento e o pertencimento a estas redes possibilita relações de confiança e de desencorajamento da má-fé ou oportunismo. Assim, a ação econômica prioriza o estabelecimento de relações com indivíduos com reputação conhecida, evitando confiar em dispositivos dados por uma moral generalizada ou em dispositivos

institucionais previamente estabelecidos. Para Granovetter (2007, p. 12):

melhor que a afirmação de que alguém é conhecido pela sua honestidade é a informação de um informante confiável que já lidou com esse indivíduo e o considerou honesto. Ainda melhor é a informação das próprias transações que foram feitas com essa pessoa no passado.

Ou seja, as redes sociais possibilitam uma melhor circulação das informações, geram proximidades e permitem uma condição de geração de credibilidade e confiança que limita as possibilidades de comportamentos oportunistas. As relações de mercado ocorrem com maior fluidez entre indivíduos que se conhecem ou onde sua reputação é garantida pelo conhecimento de terceiros (SWEDBERG, 2004; RAUD-MATTEDI, 2005b; SANTOS, 2006; GRANOVERTTER, 2007; WILKINSON, 2008). Assim – diferentemente do paradigma neoclássico – os elementos de confiança, reputação e credibilidade nas relações de mercado não acontecem naturalmente, a partir de um 'equilíbrio geral', mas buscam regularidades de comportamento pela construção de laços de confiança mútua, bem como pela construção histórica de normas sociais, evidentemente carregadas de relações de poder, hierarquia e controle (VINHA, 2001). Dessa maneira, segundo Wilkinson (2008, p. 90):

Granovetter afirma que nem a economia tradicional foi totalmente desprovida do cálculo nem a economia moderna foi isenta de ingerência social. O homem, em maior ou menor grau, sempre elaborou os seus cálculos econômicos a partir da sua inserção em redes sociais. A natureza dessas redes sociais e a posição do ator nessas redes deveriam ser, portanto os pontos de partida para análise da vida econômica.

Portanto, toda ação econômica é uma forma de ação social, ou seja, está “socialmente situada” e é realizada por indivíduos que, além dos objetivos do ganho econômico, buscam, por meio dos mercados, objetivos sociais, tais como a sociabilidade, o reconhecimento, o poder. **Ou seja, há, nesta abordagem, um reconhecimento de que os mercados, muito mais do que o resultado de uma racionalidade natural ou de um mecanismo harmonioso, são o resultado de uma construção social carregada de conflitos, interesses e relações de poder, portanto, resultado de lutas** (RAUD-MATTEDI, 2005b). Enfim, para os principais autores da NSE:

[...] as ações econômicas não acompanham os caminhos concisos e diretos da maximização, tal como reivindicam os economistas; acompanham muito mais os caminhos consideravelmente mais complexos das redes existentes. Os economistas estavam errados, mas não tanto por conta de razões psicológicas correlacionadas ao *homo economicus* ou de fato pelo quão

racionais são ou não as pessoas; os economistas como que falharam em apreender a importância da estrutura social na economia. (SWEDBERG, 2004, p. 17).

Porém, mesmo Granovetter, faz uma ressalva no que se refere ao risco de substituir um determinismo pelo outro, dado pelas instituições ou, nesta nova abordagem, pelas redes, e que, para tanto, deve-se considerar que as redes penetram irregularmente e em diferentes níveis nas mais diversas realidades da vida econômica, fazendo com que desconfiança, oportunismo e desordem não estejam ausentes deste processo (GRANOVETTER, 2007; WILKINSON, 2008).

A abordagem de Granovetter, acompanhada em grande parte pela maioria dos autores da NSE, constitui-se em importante referência, notadamente no que diz respeito a desmitificação do mercado tal qual proposto pela economia neoclássica, trazendo a abordagem de redes, portanto da vida social, para análise do comportamento econômico (RAUD-MATTEDI, 2005b). Tal perspectiva representa um importante avanço na leitura dos mercados, abrindo o leque das relações que se constituem no seu âmbito e das possibilidades de interpretação do comportamento dos indivíduos no seu agir econômico. Para a pesquisa que aqui se realiza, tal abordagem já fornece elementos teóricos e metodológicos significativos para uma análise diferenciada dos mercados em estudo, particularmente considerando a perspectiva de redes, base da análise da NSE, uma vez que esta é a condição básica a partir da qual se desenvolvem as iniciativas das organizações que integram a Rede Ecovida na construção de seus mecanismos de mercado.

Granovetter, apesar de não fazer sua leitura a partir deste prisma, considera as distinções culturais como determinantes na constituição das redes, a partir da qual elabora uma tipologia das relações entre as redes sociais e o sucesso na ação empresarial, afirmando, inclusive, que aquelas redes caracterizadas por uma solidariedade forte são mais propícias a ações empresariais bem-sucedidas. Assim, segundo Wilkinson (2008, p. 92), o autor “avança da constatação da mediação da vida econômica por redes sociais para uma operacionalização que permite identificar algumas precondições sociais para a atividade econômica”.

O aprofundamento da abordagem de redes amplia o enfoque de enraizamento, para se pensar a relação entre o tipo de rede social estabelecida e a forma de funcionamento dos mercados, a partir de uma abordagem da 'construção social' de mercados (WILKINSON, 2008). Assim, a inserção em uma ou mais redes torna-se

determinante na constituição do perfil do mercado em questão, ou seja, a posição do ator na(s) rede(s) em que se encontra inserido se torna elemento estratégico de sua ação no mercado. Nesse ponto Granovetter destaca o que foi por ele definido como 'a força dos laços fracos', aqueles atores que se encontram inseridos em várias redes, muitas vezes de forma superficial em várias delas, estão em melhores condições para uma ação econômica bem-sucedida. Dessa forma:

os laços fracos são decisivos porque estabelecem pontes entre as redes, permitindo assim o acesso a universos sociais diversificados e a uma maior variedade de informações [...], o mercado (de trabalho, no caso) não é o resultado de escolhas racionais por parte de indivíduos considerados como independentes, já que os laços sociais influenciam as trajetórias. (RAUD-MATTEDI, 2005b, p. 67).

No entanto, considera-se oportuno trazer à tona, ainda que sucintamente, algumas leituras críticas a esta proposta, a fim de não dar a impressão de que a leitura proposta por Granovetter poderia encerrar a problemática dos mercados, ao contrário, da forma como aqui se compreende, esta abre um amplo leque de leituras e perspectivas que complementam esta proposta, a partir de uma crítica à mesma. Tomam-se como referência, aqui, algumas das críticas elaboradas por Raud-Mattedi (2005ab).

Uma das principais críticas relaciona-se à abordagem por vezes "intimista" que se realiza do laço social no âmbito das redes, ou seja, a condição para a geração de credibilidade e confiança no processo em rede se baseia em relações pessoais constantes e duradouras de forma a possibilitar a troca mercantil. De fato, ao apontar a relação em rede como a condição básica para o enraizamento social da ação econômica, Granovetter não chega a aprofundar sua compreensão de redes, um amplo e vasto campo teórico em franco desenvolvimento na teoria social. Nesse sentido, a concepção de redes apresentada pelo autor se encontra em grande parte apoiada ainda na perspectiva do individualismo metodológico, ou seja, sua análise também pode reforçar uma leitura a partir da ação do indivíduo, pois, para ele, os fenômenos sociais se compreendem a partir da agregação das ações individuais. Tal perspectiva deixa um vazio no que se refere ao papel das instituições e normas jurídicas e morais, também resultado de construções sociais históricas e que configuram elementos relevantes da vida social de marcante influência no comportamento econômico dos indivíduos (RAUD-MATTEDI, 2005ab; SANTOS, 2006). Com efeito:

Granovetter parece desenvolver uma visão “intimista” do laço social, ao afirmar que a confiança, indispensável para a vida econômica, só pode decorrer de relações pessoais, diretas ou indiretas [...]. Ora, um dos méritos de autores como Weber e Durkheim foi justamente escapar desta armadilha, ao explicitar que a relação mercantil é uma relação social, sem necessariamente passar pelas relações pessoais. [...] Assim, afirmar que a confiança no mercado decorre das relações pessoais é esquecer do papel das normas jurídicas e morais, e esquecer que, se muitas relações econômicas passam por relações pessoais, também muitas *não* passam por elas, e que isto não implica obrigatoriamente mais oportunismo. (RAUD-MATTEDI, 2005b, p. 76, grifos da autora).

A abordagem a partir da relevância do papel das instituições e normas jurídicas e morais se caracteriza como um importante elemento a ser agregado na leitura de redes proposta por Granovetter, haja vista que esta incorpora uma dimensão política às relações de mercado, de fato bastante evidenciada nas abordagens de campo realizadas para esta pesquisa. Complementando essa abordagem, Raud-Mattedi, a partir de uma análise da abordagem de mercados em Weber e Durkheim, resgata importantes elementos para a compreensão do papel das instituições e das normas socialmente construídas na ação econômica, portanto, numa visão dos mercados como um “campo de luta”; nos termos da autora: “estabelece-se então uma ideia fundamental em relação à visão econômica do mercado, qual seja, a noção de luta e, conseqüentemente, de poder, que introduz uma dimensão política no coração de um fenômeno econômico.” (RAUD-MATTEDI, 2005a, p. 129).

De modo complementar a essa crítica, a abordagem a partir da influência da cultura no comportamento econômico também apresenta-se como importante ferramenta de aprimoramento da noção de enraizamento nas redes sociais proposta pela NSE, uma vez que esta contribui para a definição do perfil e da forma de constituição destas redes (NIEDERLE; RADOMSKI, 2007).

Diante disso, ganha particular relevância uma leitura dos mercados feita a partir da forma como essas relações econômicas reforçam ou desconstróem sociabilidades, no sentido do estabelecimento de relações de reciprocidade e de laços de solidariedade que marcam as trocas e os intercâmbios no percurso da história das sociedades. Assim, Niederle e Radomski (2007) afirmam, a partir de Caillé, que mesmo sem estabelecer essa relação direta, a leitura do mercado a partir das redes, proposta por Granovetter, muito se aproxima das discussões levantadas por Mauss e seus seguidores sobre o 'paradigma da dádiva', uma vez que o foco central da argumentação do conceito de enraizamento está na busca dos valores de

fidelidade e confiança.

Dessa maneira, “a única coisa que falta a priori nessas análises [de redes] é reconhecer que essa aliança generalizada que constitui as redes, atualmente como nas sociedades arcaicas, só se cria a partir da aposta da dádiva e da confiança.” (Caillé *apud* Niederle; Radomski, 2007, p. 18). É nesse sentido que se pode considerar que a abordagem de Granovetter, atualmente enriquecida por dimensões complementares, atualiza a proposta de Polanyi. Logo, faz-se necessário considerar que as trocas mercantis, a racionalidade econômica e as relações de solidariedade se entrecruzam, dialogam, ganham e perdem espaço de acordo com a história, a cultura, o contexto social e político de cada realidade onde se dá o comportamento econômico (NIEDERLE; RADOMSKI, 2007; SABOURIN, 2009).

Visualiza-se aqui um importante ponto de inflexão na compreensão da articulação entre as relações sociais e a configuração dos mercados. De fato, a reflexão realizada até o momento traz para o centro da análise dos mercados a relevância das relações sociais, portanto, dos valores e das ações humanas que orientam ou perpassam o comportamento econômico. Muito tem se pesquisado nos últimos anos sobre a importância do capital social na economia, portanto, das virtudes humanas nas relações econômicas, tais como solidariedade, partilha, confiança, responsabilidade e reputação, porém poucos se dedicam a explicar a origem desses valores e como se dá seu processo de construção histórica, conseqüentemente, pouco se elabora sobre como resgatar, reconstruir e aprimorar tais valores (SABOURIN, 2009).

No entanto, na grande maioria dos casos, a valorização do capital social se estabelece dentro de uma lógica utilitarista, na perspectiva do empreendedorismo e da eficácia, estando a valorização das relações humanas e dos processos de organização coletiva direcionadas à razão restrita da redução de custos e ao desenvolvimento de capacidades orientados para o acúmulo de valores materiais. Portanto, ainda que trate de uma abordagem a partir dos mesmos 'elementos' do comportamento social, há de se destacar que **é grande a diferença entre um projeto que absorve deste comportamento meios para possibilitar a produção pura e simples de bens materiais de troca visando ao acúmulo privado, e outro que, sem deixar de ser produtivo e onde a troca mercantil se faz presente, está orientado pelo fortalecimento das relações humanas, centrado na**

reciprocidade e complementariedade entre os indivíduos (SABOURIN, 2009).

Essas constatações são de particular relevância nas discussões teóricas e práxis agroecológica, uma vez que o discurso em torno do acesso a nichos de mercado, de produtos diferenciados e especializados se entrecruza com propostas de mercados alternativos e de popularização do acesso aos produtos ecológicos, gerando conflitos e contradições.

Alguns elementos dessas contradições, presentes no âmbito das organizações que constroem a agroecologia, já foram levantados anteriormente e serão aprofundados no item 5.1.3 a seguir. Portanto, considera-se de inestimável relevância aprofundar análises teóricas e empíricas que possibilitem lançar luzes sobre a construção diária dos mecanismos de mercado no âmbito da agroecologia, a fim de possibilitar os subsídios necessários à emergência do caráter alternativo que a proposta se arroga e busca fazer surgir no cotidiano de centenas de iniciativas em comunidades camponesas e espaços de diálogo entre agricultores e consumidores.

Ao retomar, portanto, a contradição presente entre os diferentes vieses dados à relevância e orientação dos valores sociais em termos do comportamento econômico e, conseqüentemente, do perfil da troca mercantil estabelecida, possibilita-se as ferramentas para uma leitura crítica da realidade, bem como abrem-se as portas para uma construção crítica dos mecanismos de mercado. Enfim, faz-se necessário enfrentar o debate em torno das possibilidades de construção de estratégias econômicas que possam fortalecer os valores humanos já referidos. De fato, tal análise possibilita em 'decantar' das iniciativas de construção de mercados, a fim de evitar um uso 'funcional' destes valores, que venha a fortalecer lógicas econômicas contrárias aos seus próprios objetivos. Para tanto, é preciso gerar processos de informação e formação juntos às comunidades envolvidas, com vistas a que estas possam extrair da experiência os elementos que dinamizam e debilitam a lógica que pretendem desenvolver, conforme destaca Sabourin (2009, p. 253):

[...] um dos aspectos mais graves da confusão entre essas categorias e lógicas consiste mesmo em justificar a mobilização de processos sociais com base em valores éticos das comunidades visando favorecer essencialmente o desenvolvimento da economia de troca capitalista. Esse tipo de abordagem se sustenta tanto com a desinformação quanto com a falsidade. Pode também, como afirma Temple (1992), resultar do 'economicídio', quando populações envolvidas não dominam as duas lógicas ou os meios políticos econômicos da escolha entre uma e outra.

Portanto, a análise em torno da articulação entre relações sociais e ação

econômica se orienta não somente pela identificação da presença dessas relações ou não, haja vista que possuem particular relevância o meio social em que elas se estabelecem, o perfil, a história e as motivações assumidas por cada grupo social na construção dos mercados. A consideração da presença das relações humanas no âmbito dos mercados entre empresas capitalistas não é só possível como real, conforme o próprio estudo de Granovetter demonstrou. No entanto, os princípios éticos que orientam tais relações e o objetivo final da ação econômica assumem também papel fundamental no momento de constituir processos alternativos aos pressupostos hegemônicos da economia de mercado.

No caso da agroecologia, esta abordagem é fundamental, e dois aspectos podem se destacar neste sentido. Um primeiro refere-se ao próprio viés de oportunidade de mercado que pode motivar a transição agroecológica, ou seja, mesmo a produção diferenciada pode estar orientada a fortalecer uma perspectiva hegemônica de mercado. A segunda questão está ligada à própria capacidade de adequação da proposta de mercados em construção à realidade da agricultura familiar e camponesa, a sua racionalidade socioeconômica e a sua bagagem histórica em termos de perfil de gestão e organização da atividade produtiva. Notadamente, diversas iniciativas com o viés empresarial, baseadas na linha do empreendedorismo, pouco se adaptam ao perfil e à forma de organização socioeconômica da agricultura familiar e camponesa, obtendo, por um lado, resultados frágeis em termos de adesão à proposta e, por outro, sobrepondo um saber e uma racionalidade sobre aquela historicamente construída pelos agricultores.

Portanto, o que se considera relevante é aprofundar a discussão em torno da forma como as relações humanas de solidariedade, partilha, reciprocidade e os valores a elas associados (ética, reputação, confiança, equidade...) podem ser construídos no sentido de orientar as estratégias econômicas, para além de uma possível ou provável absorção de tais lógicas para fortalecer estratégias de troca mercantil de viés capitalista. Não se acredita, porém, que nas comunidades em estudo haja uma racionalidade ausente dos princípios da troca mercantil capitalista, inclusive pela própria influência do ambiente onde se estabelecem as relações de mercado.

No entanto, considera-se aqui que a construção discursiva e prática em torno

do perfil econômico das iniciativas possui fundamental relevância no sentido de resgatar e fortalecer determinados valores e princípios em detrimento de outros. Ou seja, mesmo sob influência, diálogo e enfrentamento permanente com os valores hegemônicos do mercado neoliberal, considera-se relevante construir estratégias econômicas que busquem apoiar-se em valores característicos da racionalidade camponesa, mais ou menos presentes, dispersos ou diluídos na realidade contemporânea, mas que podem constituir um diferencial em termos de uma construção diferenciada de mecanismos de mercado.

Dessa forma, faz-se necessário aprofundar o conhecimento sobre como a construção de relações e valores sociais se realiza, a fim de possibilitar a constituição de comportamentos econômicos que não somente se apoiem, mas também que fortaleçam tal perspectiva. Para Sabourin (2009), a teoria de Polanyi avança no sentido de explicitar as relações entre economias e relações sociais e na descrição dos valores em que o comportamento econômico se encontra enraizado. No entanto, segundo o autor, a ausência em sua teoria está na não explicação sobre qual a forma em que esses valores são produzidos.

Nesse sentido, o autor resgata, a partir de Portes, quatro aspectos considerados como relevantes na diferenciação entre relações de reciprocidade e solidariedade, quanto àquelas da troca puramente mercantil. Um primeiro aspecto refere-se a *obediência às regras* construídas e internalizadas no âmbito do grupo; um segundo aspecto trata da obrigação com os outros, também denominada *reciprocidade bilateral*; a *solidariedade restrita* surge como a norma de reciprocidade construída a partir de um objetivo ou situação comum compartilhado pelo grupo; e, como quarto e último, o estabelecimento de uma *reciprocidade indireta*, que define que o retorno ao doador não provém necessariamente daquele que recebeu a dádiva, ou seja, a coletividade passa a ser responsável pela devolução, esta última particularmente presente nos denominados 'mercados de reciprocidade', que desenvolveremos a seguir (SABOURIN, 2009). Em síntese, “são estes os valores, relações e estruturas que convém identificar e caracterizar, em particular no que diz respeito à sua polarização, conforme sejam regidos pelo princípio de troca e concorrência ou pelo princípio de reciprocidade e redistribuição” (*ibid*, p. 252).

O autor propõe, ainda, uma distinção entre o que pode se compreender como economia de troca e economia de reciprocidade. Mesmo considerando que o

princípio da reciprocidade não exclui a competição, o autor considera possível (e necessário) distinguir as dinâmicas de reciprocidade e redistribuição, promotoras de inclusão social, da troca baseada na concorrência. Segundo ele, “a reciprocidade pode levar à redistribuição ou ao compartilhamento, assim como a concorrência leva à troca para acúmulo privado e, em geral, à exclusão social e econômica, quando se generaliza a troca livre.” (*ibid*, p. 282, 283).

Com essa diferenciação, no entanto, não se quer negar a utilidade prática da economia da troca ou imaginar um cenário onde esta esteja ausente da economia – uma vez que este princípio se fez presente na grande maioria das economias pré-capitalistas –, mas o que se considera de grande relevância é apontar seus limites como forma econômica que prevalece e impõe sua lógica sobre as demais. De igual maneira, tal perspectiva busca valorizar o princípio da economia da reciprocidade como articulação entre o social e econômico, portanto,

afirmar que a troca mercantil se sobrepõe às relações de reciprocidade e que ambas constituem, geralmente, lógicas potencialmente conflituosas, não pode significar a inexistência de condições em que haja complementariedade entre elas, na medida em que as redes de reciprocidade também podem ser utilizadas pelos mercados para sua consolidação (Radomsky, 2006). É fundamental reconhecer que tanto as trocas mercantis quanto as estruturas de reciprocidade funcionam através de redes que se interpenetram mutuamente, e que continuam enraizadas no conjunto de instituições sociais” (NIEDERLE; RADOMSKY, 2007, p. 21).

Tal reflexão nos permite superar alguns conceitos estabelecidos no que se refere aos princípios da reciprocidade e da troca. Inicialmente, a percepção de que a lógica da troca e, em sua forma mais pura, o livre comércio, se sobrepõe e subjuga o princípio da reciprocidade, relegando este a um plano residual presente em esparsas realidades de algumas culturas tradicionais. Niederle e Radomsky (2007) demonstram em sua análise que diversos estudos apontam que tal realidade é mais complexa e que princípios da dívida e da redistribuição se mesclam com a lógica da troca meramente material. Sabourin (2009) reforça essa orientação, porém apresenta ressalvas às possibilidades de articulação entre os princípios da troca e reciprocidade, destacando que:

o reconhecimento de uma coexistência dialética entre princípio de troca e princípio de reciprocidade confirma a natureza, por vezes híbrida, de tantas situações econômicas contemporâneas; mas confirma também a esterilidade do híbrido. A reciprocidade não se mistura à troca, e vice-versa. No melhor dos casos, elas convivem; e, muitas vezes, uma domina a outra (SABOURIN, 2009, p. 268).

Ou seja, Sabourin reforça que nos processos sociais concretos, mesmo que haja troca mercantil em que convivam elementos atinentes ao princípio da troca e atinentes ao princípio da reciprocidade, pode-se distinguir uns dos outros – a convivência, a seu ver, é uma coexistência dialética, com conflitos, adaptações e dominação entre ambos, conforme cada situação. Essa tensão faz parte do cotidiano da Rede Ecovida e dá a ela o formato contraditório que apresenta.

Diante disso, é preciso compreender finalidades e valores dos atores e das estruturas que se vinculam a cada princípio, a fim de identificar o conjunto de práticas no âmbito da economia que possam favorecer a criação e o respeito aos valores humanos e possibilitem sua reprodução. Dessa forma, cabe aprimorar uma concepção de economia da reciprocidade que supere a visão substantivista, focada na dádiva e redistribuição como garantia do mínimo necessário, para uma abordagem que não só contemple as dimensões sociais na construção de mercados, mas que resgate e possibilite a (re)constituição de valores e relações humanas focados na ética e equidade. De fato, “[...] para *ser socialmente* em uma sociedade de reciprocidade é preciso doar; portanto, para doar é preciso produzir.” (*ibid*, 2009, p. 284), ou seja, **uma economia da reciprocidade pressupõe a presença do excedente, sua própria lógica motiva a produção para a transmissão de bens materiais e imateriais, estes se constituem em elementos centrais da manutenção da aliança entre os indivíduos e da vida social comunitária** (NIEDERLE; RADMOSKY, 2007; SABOURIN, 2009).

Uma diversidade de espaços e formatos de comercialização que favorecem e motivam o estabelecimento de relações de reciprocidade podem ser identificados. Particularmente, no caso de mercados de proximidade, em que vínculos sociais se produzem e reproduzem e estimulam a sociabilidade por meio do contato direto entre produtores e consumidores. Tais espaços, baseados numa reciprocidade binária, favorecem a produção de valores de confiança, amizade e respeito que motivam a responsabilidade pela qualidade do que é comercializado, bem como a fidelidade (SABOURIN, 2009). Enfim, o espaço do mercado possibilita o intercâmbio material, mas sustenta uma produção de valores que cimentam novas sociabilidades. Compreender essas relações configura-se como elemento fundamental de uma possível constituição de mecanismos alternativos de mercado, conforme assevera Sabourin (2009, p. 284):

[...] é justamente por não dispormos de instrumentos ou de referências para analisar a forma de restabelecer, produzir e criar o vínculo social (alguns falam de capital social) que precisamos nos dedicar ao estudo das relações e das estruturas de reciprocidade, e, primeiramente, lá onde elas subsistem.

A questão dos mercados constitui-se no cerne da análise da pesquisa aqui realizada, no entanto, conforme abordado até o momento, uma leitura problematizadora da questão dos mercados remete à análise das relações sociais que constituem e influenciam os mercados em construção na realidade pesquisada. Particularmente no âmbito da agricultura familiar e camponesa, o debate em torno do acesso e da construção de mercados, sendo este um dos principais bloqueios à garantia de sua reprodução social. A proposta de uma 'agroecologia forte' traz em seu bojo uma problematização das relações de mercados dentro do sistema agroalimentar e, particularmente, da posição da agricultura familiar e camponesa neste 'jogo', buscando, a partir de uma análise crítica, incluir em seu corpo teórico e prático a proposição do estabelecimento de novas relações de mercado.

Os dois subitens a seguir, tratam dessas problemáticas, fazendo uma leitura inicial das características gerais da relação da agricultura familiar e camponesa com o mercado e, no subitem seguinte, como a agroecologia se apropria deste debate para construir respostas ao 'aprisionamento' dos agricultores nas relações hegemônicas de mercado.

5.1.2 A perspectiva dos mercados na agricultura familiar e camponesa

É vasto o campo de discussões em torno da questão dos mercados na agricultura familiar e camponesa. Conforme abordado no capítulo 3, a forma de acesso aos mercados, bem como a maior ou menor dependência das relações de compra e venda estabelecidas pelos agricultores, possui relação direta com a afirmação ou comprometimento da autonomia das famílias e, conseqüentemente, é um dos aspectos mais relevantes para garantia de sua reprodução social. A relação com os mercados cumpriu, historicamente, um importante papel como forma para o estabelecimento de vínculos com o meio exterior ao âmbito das propriedades e das comunidades para agricultura familiar e camponesa.

Não obstante, o que se observa nas últimas décadas é um processo cada vez

mais amplo e intenso de mercantilização das relações e da produção no âmbito da agricultura familiar e camponesa, que tem contribuído para elevar o grau de dependência das famílias (PLOEG, 2009; GAZOLLA, 2009). Tal processo de mercantilização se manifesta, por exemplo, na maior dependência do mercado para obtenção de insumos e tecnologia para produção, na homogeneização da produção e necessidade de aumentos de escala, bem como na padronização da produção, na privatização dos recursos naturais e mesmo na própria demanda por bens de consumo que a sociedade moderna leva inclusive ao campo. Aspecto particularmente relevante no processo de mercantilização é a redução da diversidade de produção e, dessa forma, o comprometimento da produção para o autoconsumo e a elevação da demanda por alimentos adquiridos externamente ao estabelecimento (MARQUES *et al.*, 2007; CARNEIRO, 2009; GAZOLLA, 2009). Segundo Carneiro (2009, p. 166), “as mudanças nas condições de produção, de venda e de acesso aos alimentos provocaram uma alteração no ritmo de vida e na dinâmica da economia local que surtiu efeito na avaliação sobre os alimentos e nas práticas alimentares, sobretudo nas gerações mais jovens”.

Agrega-se a isso, a redução de possibilidades de comercialização dada por essa perda de diversidade produtiva, característica prevalecente na realidade da agricultura 'modernizada', pautada pela especialização produtiva e pela concentração no mercado (MALUF, 2004). Nesse sentido, Gazolla (2009, p.86), afirma que:

A mercantilização pode ser entendida como um processo social que não afeta apenas as esferas econômica e produtiva da agricultura, mas também a cultura, o saber fazer, os aspectos sociais das famílias. [...] Ela implica não somente produção de mercadorias e se expressa, principalmente, por meio da externalização de etapas do processo produtivo e das diferentes relações que emergem dos circuitos mercantis em que os agricultores estão inseridos (Ploeg, 1992). Trata-se de um processo pelo qual o agricultor passa a ter a sua reprodução social e econômica dependente do mercado.

Esse processo de mercantilização se traduz, em termos dos mercados agroalimentares, em um processo permanente e em expansão de padronização e diferenciação das técnicas, do perfil dos produtos e, conseqüentemente, do consumo (MALUF, 2004; PLOEG, 2008). Os reflexos deste processo são observados diretamente no âmbito das comunidades de agricultores familiares e camponeses, por meio de exigências cada vez maiores de 'qualidade' dos produtos – que por sua vez demanda mais tecnologia, portanto maiores investimentos – que

acabam por excluir um grande número de famílias do mercado. Da mesma forma, mesmo nas cadeias produtivas em que há presença tradicional da agricultura familiar no mercado, como no caso das grandes integrações (suínos, aves, leite, fumo, bicho-da-seda...), o que se observa é um processo de seleção cada vez mais forte, sempre tendendo para a redução do número de famílias e sua cada vez maior especialização (MALUF, 2002; 2004). No entanto, mesmo crescente, esse processo de mercantilização não é linear, nem muito menos homogêneo, pelo contrário, assume diferentes características e níveis de intensidade que dependem da realidade socioeconômica, cultural e ambiental de cada região (GAZOLLA, 2009).

Apesar da presença de uma realidade que cada vez mais recrudescer as restrições à reprodução social da agricultura familiar e camponesa, o fato é que esta tem buscado os meios para se adequar e(ou) superar as condições externamente impostas, recorrendo a elementos próprios de sua racionalidade que lhe possibilitem uma condição mais favorável para manutenção de sua qualidade de vida (SABOURIN, 2009). Em contrapartida, apesar também, da força e do predomínio do modelo hegemônico de organização do sistema agroalimentar e, conseqüentemente, dos mercados em seu âmbito, emergem cada vez mais os questionamentos aos padrões de qualidade, às relações que se estabelecem em seu meio e, de forma relevante, às implicações ambientais de seus procedimentos e tecnologias.

Dessa forma, observa-se que há uma busca por formas alternativas de produção e consumo alimentar, ainda que em grande medida desarticulada e pulverizada, que se apoie em formas ambientais, sociais e culturalmente adequadas de organizar a atividade agroalimentar, nas quais a contribuição e o papel da agricultura familiar e camponesa ganham corpo, conforme destaca Sabourin (2009, p. 255), “isso se deve à crise do atual modelo de desenvolvimento e à busca, de uma parte da sociedade, por outros valores além do acúmulo privado para o consumo de produtos industrializados à custa da degradação dos recursos naturais”.

Daí porque torna-se interessante uma análise dos mercados para agricultura familiar e camponesa que possibilite não só uma leitura crítica das transformações recentes dentro dos sistemas agroalimentares, mas também que permita visualizar as possibilidades a serem desenvolvidas num contexto de potencialização das características intrínsecas à racionalidade da agricultura familiar e camponesa.

Wilkinson propõe três tendências que podem ser observadas em termos de mercados para a agricultura familiar e camponesa a partir da década de 1990. Uma primeira está relacionada às mudanças de regulação, organização e formas de acesso aos mercados agrícolas tradicionais. A segunda tendência refere-se à abertura comercial dada pela integração regional, bem como pela relevância do desmantelamento do papel do Estado na regulação do mercado de alimentos. Por fim, as mudanças no ambiente concorrencial, no caso do Brasil, dadas pela expansão da fronteira agrícola e pelo aumento da escala em atividades integradas, tais como aves, suínos e leite (WILKINSON, 2008).

Porém, em paralelo, também se observa o surgimento de novos mercados, notadamente de nicho, tais como produtos com denominação de origem, comércio justo, artesanais e entre os quais podem-se incluir também os orgânicos, embora, estes últimos apresentem potencial de expansão para além da perspectiva de nicho (MALUF, 2002, 2004; WILKINSON, 2008). No entanto, essas modalidades não necessariamente representam uma quebra ou rompimento com a lógica predominante no SAA, estando submetidas também ao estabelecimento de padrões refinados de qualidade, investimento tecnológico, aspectos que, como já debatido, configuram sérias restrições à incorporação da agricultura familiar e camponesa.

Há de se considerar nesse contexto, a polivalência de formas produtivas e de organização socioeconômica da agricultura familiar e camponesa. Sua realidade contempla desde famílias com uma agricultura orientada praticamente para a garantia da subsistência, com pontuais inserções no mercado, até agricultores altamente tecnificados, com sistemas de produção especializados. Assim, as possibilidades vão desde a inserção nos mercados de *commodities* até as relações mais próximas de comercialização nas comunidades, em feiras livres locais, passando pela integração contratual e inserção em circuitos regionais, de forma direta ou via intermediários (WILKINSON, 2008). Considerando esse amplo marco de possibilidades de inserção nos mercados por parte da agricultura familiar e camponesa, Wilkinson (2008) realizou uma tipologia, destacando o perfil e desafios para cada tipo de mercado levando em conta a realidade da agricultura familiar e camponesa, representado no Quadro 5.

Mercado	Perfil	Desafios
Commodities	Velhos e novos mercados locais e à distância	Padronização, legislação, qualidade mínima e escala
Especialidades	Discriminado por grau de associação com localidade/tradição	Concorrência de novos entrantes
Orgânicos	Grau de associação a saúde e/ou a um modo específico de produção	Certificação, escala, pesquisa
Artesanais	Denominação de origem ou não	Qualidade, normas técnicas, autenticidade, ação coletiva
Solidários	Identificação ou não com a agricultura familiar, mercados de alta e baixa renda	Escala, variedade, qualidade
Institucionais	Licitações, oferta para varejo	Qualidade, variedade, escala

QUADRO 5 – UMA TIPOLOGIA DE MERCADOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR
 FONTE: Wilkinson (2008, p. 17).

A tipologia apresentada pode ser tomada como ponto de partida para realizar um debate mais aprofundado sobre as possibilidades de mercados para a agricultura familiar e camponesa, de maneira a criar formas de inserção que possibilitem condições favoráveis à sua reprodução social e econômica. Para isso, considera-se de particular relevância a crítica elaborada por Maluf (2002, 2004) aos enfoques econômicos convencionais que se apoiam na lógica do “acesso ao mercado” supostamente existentes ou considerados como um elemento externo aos estabelecimentos. A partir desta, a opção para os agricultores passa a ser entrar ou não nestes mercados dados, prevalecendo para sua inserção o enfoque da capacitação empresarial e empreendedora dos agricultores, a fim de que estes possam se enquadrar aos moldes e normas estabelecidos desde fora (MALUF, 2002, 2004; PEREZ-CASSARINO, 2004). Diferentemente desta abordagem, a perspectiva que se apresenta para agricultura familiar e camponesa está centrada, se pensarmos de acordo com os argumentos expostos no item anterior, na lógica da construção social de mercados, desta forma:

As novas possibilidades de inserção da agricultura familiar nos mercados agroalimentares com base em estratégias autônomas requerem uma ótica de “construção de mercados” adequada à realidade dos agentes econômicos de pequeno porte (Maluf; Wilkinson, 1999). [...] ao se considerarem os mercados como resultado de construção social, ganham relevância elementos tais como os processos que levam à construção do

próprio valor dos produtos, as relações (muitas vezes personalizadas) que se estabelecem entre os agentes econômicos (produtivos, comerciais e financeiros) e a instituição de formas associativas unindo produtores e demais envolvidos na produção e na distribuição dos respectivos produtos (MALUF, 2004, p. 305).

Neste sentido, o autor propõe que esta construção social de mercados se realize apoiada em uma perspectiva territorial, que contemple a criação e(ou) abertura de espaços em circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos. Essa construção de mercados pode-se dar mediante a participação direta nas estratégias de comercialização, como em feiras livres, mas considera também a possibilidade de articulação com redes de médio e pequeno varejo, restaurantes e outros comércios de alimentos, bem como no mercado institucional local e regional. Esta abordagem se consolida no momento em que se articulam a concepção de cadeia produtiva e sistema alimentar com a concepção de redes socioeconômicas, que se encontram, conforme abordado no item anterior, socialmente enraizadas no contexto sociocultural e ambiental local (MALUF, 2002, 2004).

A abordagem proposta pela concepção da construção social dos mercados configura-se como a possibilidade mais adequada à realidade da agricultura familiar e camponesa. Não somente por possibilitar uma condição socioeconômica favorável à melhoria de sua qualidade de vida, mas também por abrir espaços para a reconstrução da sociabilidade por meio das relações de mercado, na lógica de uma economia da reciprocidade, conforme aponta Sabourin (2009), na qual aspectos da cultura local podem ser resgatados e valorizados, e relações econômicas são permeados por princípios éticos relativos à preocupação com o 'outro'. Da mesma forma, esta abordagem tende a ser ambientalmente mais amigável, reduzindo deslocamentos dos produtos e favorecendo sistemas de produção mais sustentáveis, pela facilidade em se obter informações sobre a origem dos produtos, portanto, em demandar alimentos 'limpos'.

A agricultura familiar e camponesa traz consigo a bagagem social e cultural que, quando encontra o meio fértil e apropriado para seu desenvolvimento, pode favorecer a construção de lógicas econômicas centradas na reciprocidade, em que, a partir do estabelecimento de relações em rede, se criem as condições para o surgimento das relações acima descritas. Assim, ao analisar a adequação de processos de construção de mercados à realidade da agricultura familiar e

camponesa, torna-se imprescindível compreender a lógica socioeconômica que orienta sua tomada de decisões, a fim de tornar claro para o grupo em questão se a lógica que orienta a construção dos mercados está em sintonia com os princípios da reciprocidade ou da troca capitalista, ou ainda, se incorpora ambas as dimensões. Dessa forma,

[...] convém analisar qual é o principal objetivo das unidades camponesas de produção ou dos pequenos empreendimentos familiares. Trata-se, entre outros, de verificar o papel das redes socioeconômicas que podem constituir. [...] Assim, a escolha dos agricultores ou artesões das comunidades rurais de trabalhar em unidades familiares autônomas e organizadas em rede pode depender também de uma opção ética. No âmbito dessas relações de rede, trata-se de verificar se a busca por algum valor ético poderia ser assinalada por meio de práticas ou critérios capazes de informar seus atores se a natureza do projeto prioritário da rede comercial é de troca ou reciprocidade. Ou, então, se reúne ambos os princípios e não apenas um... (SABOURIN, 2009, p. 255,256).

Nesse sentido, valorizam-se e potencializam-se os elementos da racionalidade socioeconômica característica do campesinato como forma de construir espaços de mercado que se apoiem nestes valores. Segundo Sabourin, essa racionalidade não se estrutura somente na perspectiva da dinâmica interna às famílias ou à sua comunidade, ou seja, “não é apenas questão de interesses coletivos ou compartilhados de tipo corporativista; trata-se de um interesse próprio associado à satisfação das necessidades dos outros ou, ainda, do interesse pela satisfação das necessidades do grupo” (SABOURIN, 2009, p. 256). Este grupo pode se estender ao público consumidor com o qual se mantém contato, ou mesmo, através destas relações, na responsabilidade com aqueles que se encontram mais distantes.

Passa-se, então, a considerar a estruturação dos mercados numa perspectiva de construção social, apoiada em relações em rede, pode possibilitar, inclusive, o restabelecimento e reordenamento dos padrões de qualidade e do perfil tecnológico da produção. Tais aspectos passam a ser construídos em diálogo com a realidade local, de produtores e consumidores, restando a este processo a capacidade de influenciar nos processos de formulação de políticas públicas e da legislação.

Tal condição considera-se particularmente relevante, uma vez que, conforme foi descrito, os próprios mercados que se apresentam como 'oportunidades' para agricultura familiar e camponesa – notadamente os mercados de nicho – são, de forma paradoxal, aqueles que aumentam a demanda por padrões de qualidade mais

refinados e de maior investimento tecnológico (WILKINSON, 2008). De uma outra forma, além do limite físico e econômico de participação em um mercado que, como o próprio nome diz, é de nicho, portanto reduzido, o que se considera relevante nesta análise é que o acesso a esses mercados podem representar uma oportunidade econômica interessante às famílias envolvidas, porém pouco se diferenciam, ou melhor, fortalecem a lógica de um sistema hegemônico que, no cômputo geral, as exclui. Agregue-se o fato de que, notadamente no mercado de orgânicos, o avanço dos setores mais estruturados e das grandes corporações é cada vez maior, com os quais torna-se difícil concorrer ou evitar de ser por eles absorvido (p. ex: caso das 'marcas brancas').

No entanto, há de se destacar a complexidade da questão dos mercados, uma vez que, conforme já abordado, prevalece em termos globais uma concepção de mercado, visto como processo isento de ingerências sociais e no qual predominam o interesse individual e a lógica do lucro como balizadora das relações econômicas e sociais. Essa concepção, apesar de contestada, se hegemoniza e os ambientes para as quais se propõe a construção de formas diferenciadas estão carregados de sua lógica. Portanto, realizar processos que busquem reafirmar a articulação entre o social e o econômico compreende estar envolto em contradições e questionamentos permanentes, que podem fragilizar tais processos.

Porém, torna-se fundamental aprofundar o debate em torno da questão dos mercados para agricultura familiar e camponesa, haja vista que, apesar da relevância do tema em termos não somente da viabilidade econômica das famílias, mas também como elemento estrutural para sua estratégia de reprodução social, pouco tem se construído no âmbito teórico e dos movimentos sociais em termos de alternativas e possibilidades neste campo. O próprio debate de muitos movimentos sociais em torno da construção de um “projeto camponês”, apresentado como alternativa aos atuais padrões de modernização da agricultura, concentração do sistema agroalimentar e liberalização dos mercados, pouco trata da questão, conforme destaca Sabourin (2009, p. 282):

[...] a principal fraqueza desse “novo projeto camponês” se deve à incapacidade de fixar a articulação com o mercado e a distribuição dos recursos dentro de um contexto de solidariedade humana que rompa com o modelo capitalista do mercado de troca. Hoje não é possível reduzir a autonomia econômica à autarquia e ao autoconsumo.

Em específico no âmbito da produção ecológica e do mercado de orgânicos, este debate possui particular relevância, pois este se configura como um dos principais mercados em expansão para a agricultura familiar e camponesa. No caso brasileiro, esta realidade é particularmente interessante e complexa, pois confronta modelos de expansão do viés de nicho e de enfoque empresarial, com a constituição de diversas iniciativas em rede que buscam configurar mecanismos diferenciados de comercialização, como no caso da Rede Ecovida. O debate em torno de tal questão constitui um dos elementos de estruturação de uma estratégia agroecológica. No item a seguir busca-se aprofundar o perfil e a concepção de mercados no âmbito da agroecologia.

5.1.3 A questão dos mercados na perspectiva da agroecologia

A questão do acesso e construção de mercados permeia, portanto, a dinâmica de organização e funcionamento da agricultura familiar e camponesa, sendo aspecto estratégico da garantia, ou não, da reprodução social das famílias. Neste sentido, é importante que no âmbito da agroecologia, se contemple, como proposta alternativa para o desenvolvimento rural, uma abordagem diferenciada dos mercados, que busque fortalecer a agricultura familiar e camponesa como ator central deste processo.

O estabelecimento de formas solidárias de comercialização, bem como a busca de eliminação de intermediários e de relações de exploração nos mercados, tem sido objeto de ação de muitas das organizações e dos movimentos do campo agroecológico nos últimos anos. Mais recente tem sido a construção teórica sobre as questões relacionadas ao papel da ciência e práticas agroecológicas neste campo, seja da leitura do sistema agroalimentar em sua totalidade, seja do que podem ser consideradas como formas alternativas e contrapostas a este sistema na atualidade. Nesta seção trata-se abordar estes aspectos, no sentido de agregar as diferentes abordagens sobre a relação e ação da agroecologia no âmbito da questão da comercialização dos alimentos ecológicos e da interação dos atores dos processos com os mercados.

Conforme argumentado no item 3.4.2, a perspectiva multidimensional da

agroecologia confere-lhe uma abordagem ampla dos processos em torno da produção agropecuária. De fato, a tendência no campo teórico nos últimos anos tem sido a de ampliar a leitura crítica, bem como a articulação de conhecimentos, para passar a tratar de todo o sistema agroalimentar, do ponto de vista do paradigma da agroecologia.

Da mesma forma – conforme já tratado no capítulo 2 – dentro das diversas etapas ou segmentos do sistema agroalimentar, o setor de distribuição tem se tornado o elemento-chave de estruturação dos SAAs, sendo que o processo de comercialização, sua logística e formas de gestão vem sendo determinantes na definição do perfil, qualidade, volumes e logística das demais etapas a jusante do sistema agroalimentar (processamento, armazenamento, produção, insumos).

O avanço das grandes redes supermercadistas e seu intenso processo de concentração corporativa levam a um equivalente poder de definição dos padrões de produção e consumo, respectivamente, aos agricultores e consumidores, por dominarem a etapa final do processo alimentar, a comercialização direta ao consumidor. Dentro dos padrões estabelecidos por essas grandes redes, os produtos orgânicos ou ecológicos encontram um espaço a ser ocupado, dado pela perspectiva de acesso a mercados de nicho, que privilegiam os produtos diferenciados, orientados por uma motivação de saúde, da denominação de origem, da delicatessen, da artesanidade, voltados a atender a um consumidor também diferenciado e, na grande maioria dos casos, de maior poder aquisitivo (WILKINSON, 2008).

O mercado de produtos orgânicos passa a estar associado ao mesmo tempo a preocupações dos indivíduos com aspectos relativos à saúde, beleza e bem-estar, bem como se orienta, por ser meio de diferenciação social, pelo consumo. Dessa forma, a aquisição de alimentos orgânicos associa-se a determinados estilos de vida, pois, segundo Guivant (2003, p. 64 e 78, grifos da autora):

o consumo crescente de orgânicos nos supermercados é parte de uma demanda mais ampla por alimentos saudáveis que, por sua vez, faz parte de um estilo de vida que tem sido caracterizado como *ego-trip* [...] a qual os supermercados e as agências de consultoria internacional não tem deixado de dar crescente destaque.

De fato, a participação dos supermercados nas vendas de produtos orgânicos tem aumentado consideravelmente, sendo que no início da década de 2000 já

ultrapassava o das vendas em lojas especializadas em vários países (GUIVANT, 2003; SCHMITT; GUIMARÃES, 2008). Tal perspectiva tem significado historicamente uma tensão dentro da construção prática da agroecologia a campo, bem como um ponto relevante de debate dentro do movimento agroecológico (MEIRELLES, 2004; SCHMITT; GUIMARÃES, 2008; SOLER, 2009; SOLER; CALLE, 2010). Hoje, a comercialização dentro dos circuitos estabelecidos de comercialização no sistema agroalimentar global corresponde aos principais mercados de produtos orgânicos.

Inserir-se nessa dinâmica ou estender a abordagem crítica proposta por uma leitura multidimensional da agroecologia resulta em um dos principais pontos de estrangulamento da práxis agroecológica. Tal processo se torna ainda mais complexo se considerada a importância para afirmação e construção da autonomia do campesinato que possui a relação com os mercados. Da mesma forma, as relações comerciais e a decisão sobre que tipo de mercado, bem como as formas de inserção nestes, configuram-se como um importante ponto de estrangulamento na construção política crítica da proposta da agroecologia, uma vez que este é o espaço 'privilegiado' – o espaço do(s) mercado(s) – de tensão entre a prática e o discurso de enfrentamento e construção de alternativas aos padrões hegemônicos estabelecidos e(ou) a conveniência com determinadas condições – que muitas vezes também são oportunidades – de inserção nos mecanismos hegemônicos de organização da comercialização, notadamente na relação com as grandes redes supermercadistas e na exportação. Dessa forma, as iniciativas desenvolvidas pelas organizações no âmbito da agroecologia “deparam-se no seu dia a dia, com uma sociedade intensamente colonizada pelas relações de mercado capitalistas, ainda que outras lógicas econômicas (da partilha, da reciprocidade) não tenham deixado de existir” (SCHMITT; TYGEL, 2009, p. 118).

Nesse sentido, “os limites da produção ecológica como alternativa para o meio rural aparecem em direta conexão com os canais de comercialização dominados por grandes corporações onde dominam critérios de rentabilidade econômica ficando a atenção das necessidades básicas subordinada ao mecanismo de preços” (SOLER; CALLE, 2010, p. 263, tradução livre). Essa contradição é praticamente constante no debate interno ao movimento agroecológico, embora também se encontra presente nos debates teóricos tanto do campo da agroecologia como da agricultura familiar e camponesa como um todo, conforme destacamos no

item anterior.

O reconhecimento das limitações de uma participação nos mercados formalmente estabelecidos como meio para comercialização da produção orgânica (supermercados e exportação) é bastante evidente e, em certo ponto consensual, nos calorosos debates em torno da ciência e prática agroecológica. No entanto, a abertura dada pelas grandes redes supermercadistas à comercialização de orgânicos, bem como a demanda para exportação de produtos orgânicos no sentido Sul-Norte global, configura-se como considerável espaço de viabilização econômica das diversas iniciativas de produção ecológica, as quais se multiplicam a passos muito mais tímidos do que a demanda do mercado (SCHMITT; GUIMARÃES, 2008; SOLER, 2009).

Não obstante, são conhecidos os limites dos fornecedores, particularmente da agricultura familiar e camponesa, nos processos de negociação com estas grandes redes ou intermediários internacionais, que formam parte ou configuram-se, como já denominado, em “impérios alimentares” (PLOEG, 2008), cuja lógica e dinâmica sobrepassa e subjuga as estruturas sociais e econômicas a eles adjacentes. Alguns dos limites desta inserção nos mecanismos estabelecidos de mercado são apontados de forma clara por Soler, abordando especificamente as possibilidades da agricultura familiar e camponesa no mercado de orgânicos nestes espaços:

Em geral, as explorações familiares com produção limitada se encontram neste modelo em uma situação de debilidade devido à sua incapacidade de produzir os grandes volumes demandados pelas grandes superfícies e de responder de forma flexível às mudanças na demanda. (...) Ademais, resulta previsível que a crescente demanda de produtos ecológicos se traduza no interesse por parte das grandes empresas de distribuição alimentar em abrir linhas brancas [marcas próprias] de produtos ecológicos¹⁹. (...) Por outra parte, nesse modelo a agricultura ecológica é concebida essencialmente como uma atividade fornecedora de produtos

¹⁹ Para fins de ilustração, em uma das entrevistas realizadas com os gestores da comercialização de uma das associações estudadas no Rio Grande do Sul, revelou-se o rápido crescimento da venda de suco de uva para uma grande rede em São Paulo nos últimos anos. No último ano, a associação decidiu propor um aumento considerável no valor da garrafa, o que em princípio seria aceito pela Rede caso a associação passasse a entregá-lo com a marca 'orgânica' da Rede e não mais com sua marca. Esta condição foi rejeitada pela associação, o que levou a um novo processo de negociação dos preços. Porém, considera-se revelador de três aspectos fundamentais do debate aqui proposto: (i) a estratégia de buscar o máximo controle e sujeição dos fornecedores por parte das grandes Redes, por exemplo com a produção com sua marca; (ii) a forma como o desequilíbrio entre oferta e demanda possibilita uma maior capacidade (temporária considera-se) de negociação por parte dos agricultores, uma vez que as vendas foram mantidas, mesmo rejeitada a proposta de produção com marca própria; e (iii) a qualidade de produto possibilitada pela produção familiar e artesanal, porém com certa escala, que fez com que o comprador (grande Rede) optasse pela manutenção do fornecimento devido à superioridade deste produto em relação aos outros de mesmas características comercializados pela Rede.

frescos de qualidade e como fornecedora de insumos para uma nova indústria transformadora de alimentos ecológicos. (...) O poder de negociação destas multinacionais alimentares unido à sua capacidade de fornecer grandes volumes de forma estável e flexível coloca em um lugar subordinado as explorações agrárias e industriais locais de tamanho médio do setor da agricultura ecológica (SOLER, 2009, p. 26, tradução livre).

Da mesma forma, a orientação da produção orgânica para a exportação, característica clara do mercado brasileiro de produtos orgânicos certificados, termina por reproduzir a lógica global de impor uma condição aos países de baixa renda, de produtores de matérias-primas, para uma indústria cada vez mais concentrada nos chamados países desenvolvidos. Nessa perspectiva, a produção ecológica passa não só a consolidar, como também tende a aprofundar a posição dos países mais pobres em relação aos mais estruturados em âmbito global (SOLER, 2009). Artigo publicado no início de 2011 no jornal *Le Monde Diplomatique* analisa o avanço das grandes cadeias industriais e de distribuição no mercado orgânico, apontando para a pressão exercida por elas para mudanças na regulamentação do setor, a fim de viabilizar sistemas de produção intensivos de larga escala. Os efeitos sobre a agricultura familiar e camponesa já podem ser observados no caso francês, uma vez que produtores tem contraídos grandes dívidas a fim de atender ao perfil tecnológico de uma produção industrial; “os produtores perderam toda a autonomia” (BAQUE, 2011, p. 34), afirma uma liderança da Confederação Camponesa francesa ao jornalista autor do artigo, analisando a realidade dos agricultores familiares e camponeses que têm entrado no 'mundo orgânico'. Segundo Baque (2011, p. 34):

Desde 1999, devido a problemas de saúde e relacionados ao meio ambiente, o consumo de produtos alimentares orgânicos vem crescendo 10% ao ano na França. Em 2009, apesar da crise, o volume de negócios de produtos orgânicos aumentou 19%. Este mercado, por muito tempo marginal, tornou-se relevante e foi ocupado pelo grandes distribuidores, que respondem atualmente por mais de 65% das vendas.[...] Para atender à demanda dos consumidores²⁰, os atores que dominam o mercado

²⁰ No mesmo artigo, o autor expõe o objetivo do Estado Francês de introduzir até 2012, 20% de alimentos oriundos da agricultura orgânica no cardápio de restaurantes das administrações e estabelecimentos públicos. Esta realidade pressiona ainda mais a demanda por consumo, fortalecendo o argumento das grandes corporações. Não se trata aqui, de invalidar tal objetivo, considerado relevante em termos da melhoria da qualidade alimentar nos serviços públicos. No entanto, cabe ressaltar a diferença em relação às recentes mudanças no mercado institucional brasileiro, onde o PAA e, principalmente o PNAE, tem estabelecido metas nas compras públicas (mínimo de 30%) para aquisições da agricultura familiar, com prioridade para a produção orgânica. A diferença de enfoque revela uma variação fundamental em termos de estratégia de desenvolvimento, ao focar sua política no produto (orgânico), a política francesa opta por manter o 'livre' e desigual jogo de forças dentro do sistema agroalimentar. No caso brasileiro, o foco no 'processo' (agricultura familiar), revela uma tentativa de reequilibrar as forças ou, no mínimo, possibilitar melhores condições de reprodução social de um público fundamental à opção por um desenvolvimento rural sustentável, mesmo que isto possa significar um processo mais lento de

escolheram duas soluções: um apelo maciço às importações e o desenvolvimento de uma agricultura orgânica industrial e intensiva.

Muito além de querer atribuir à agroecologia o papel ou mesmo a condição de ser o elemento de reversão dessa dinâmica, o que se busca salientar é que a reprodução desta realidade significa a extensão de seus efeitos no dia a dia das comunidades rurais, conforme destacado no capítulo 1 deste trabalho. Dessa forma, “uma agricultura ecológica orientada à distribuição comercial massiva e vinculada a uma indústria concentrada e localizada preferencialmente nos países industrializados pretenderá manter a atual especialização agrária em grande propriedades onde predominam os grandes cultivos” (SOLER, 2009, p. 27, tradução livre).

Nesse sentido, a construção teórica em torno da agroecologia, bem como o discurso das organizações que a promovem, ganha o âmbito do debate do sistema agroalimentar, colocando em questão a necessidade de, ao lado do desenvolvimento de formas ambientalmente sustentáveis de produção, desenvolver mecanismos diferenciados de comercialização, uma vez que

o objetivo da Agroecologia não é, simplesmente, contribuir para uma produção mais sustentável, dentro dos mecanismos do desenvolvimento limpo, ou para ocupar nichos de mercado de produtos "verdes" dentro das políticas da globalização econômico-ecológica. (LEFF, 2002, p. 44).

A proposta passa então a centrar-se na busca de formas alternativas de comercialização dos produtos, que objetivam, por um lado, permitir melhores condições de construção de mercados por parte dos agricultores e, por outro, possibilitar maiores condições de acesso aos alimentos ecológicos por parte dos consumidores, bem como vislumbrar a construção de processos contra-hegemônicos aos padrões da globalização capitalista, especificamente dentro do sistema agroalimentar (MEIRELLES, 2004; PEREZ-CASSARINO, 2004; ANA, 2006; REDE ECOVIDA, 2007; SCHMITT; GUIMARÃES, 2008; SOLER; CALLE; SOLER; VARA, 2009; SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2010).

Resgatando o debate em torno da multidimensionalidade da agroecologia, plasmada em um enfoque ampliado sobre a produção agrícola, que parte de uma

introdução de alimentos de qualidade (orgânicos) nos cardápios das compras públicas. Não por outra razão, ambas políticas (PAA e PNAE) são resultado de processo de mobilização da sociedade civil e de articulação do Estado com esta, consideradas, obviamente, todas as contradições inerentes a este processo.

leitura crítica do sistema agroalimentar global, procura-se, então, no âmbito da ciência e da práxis agroecológica, construir um arcabouço teórico e uma vivência prática e cotidiana de iniciativas que configurem mecanismos alternativos de mercado. Tais iniciativas consolidam processos diferenciados de desenvolvimento rural, baseados na construção de sistemas agroalimentares alternativos em escala local, mas que visa e, em muitos casos realiza, a articulações regionais, nacionais e internacionais, tendo como um dos pilares de sustentação a construção de circuitos curtos de comercialização e a valorização dos mercados locais. Dessa forma:

a práxis socioeconômica da Agroecologia avança na construção de sistemas agroalimentares alternativos que se caracterizam por reequilibrar as relações de poder entre produção e consumo, aproximando aos agricultores e criadores aos espaços de consumo estabelecendo relações cooperativas equilibradas e negociadas com os consumidores sobre bases comuns que transcendem as exclusivamente mercantis, atualizando assim valores historicamente vinculados ao campesinato na construção de sociedades mais justas e sustentáveis no contexto atual da globalização (SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2010, p. 205, tradução livre).

No âmbito específico da organização em estudo, a Rede Ecovida de Agroecologia, o debate em torno das formas de comercialização está nas origens de seu processo de formação, bem como na construção de seus princípios e objetivos. Em grande parte, a demanda concreta em torno da necessidade de certificação dos produtos – por exigências legais ou de mercado – que consolidou a metodologia e proposta política diferenciadas que a Rede propôs, mediante a certificação participativa, origina-se na construção de formas alternativas de comercialização dos produtos, notadamente por meio das feiras ecológicas (REDE ECOVIDA, 2007). Já quando da sua constituição como rede, a Ecovida estabelecia entre seus princípios, como elemento estrutural da proposta agroecológica, “trabalhar na construção do comércio justo e solidário”, tendo como objetivo “aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores” (REDE ECOVIDA, 2000, p. 4).

Quando da construção de suas normas de produção ecológica, visando padronizar os procedimentos entre os núcleos, a fim de estabelecer critérios comuns que permitissem viabilizar o processo de certificação participativa, aspectos referentes às formas de comercialização adotadas pelos grupos se constituíram como critérios de certificação. Essa lógica se sustenta no entendimento de que “a Rede se pauta pelo incentivo à agroecologia por seus méritos próprios (sustentabilidade, protagonismo do agricultor etc.) e não pela existência de um

mercado diferenciado” (REDE ECOVIDA, 2004, p. 16). Nessa perspectiva, os critérios propostos no âmbito da comercialização centravam-se nos seguintes objetivos:

- O acesso de toda a população aos produtos ecológicos, independente do nível de renda. Para isto os produtos devem ser ofertados a preços que sejam justos ao produtor e acessíveis aos consumidores;
- O estabelecimento de relações mais próximas entre agricultores e consumidores através de formas de comercialização que priorizem a venda direta e/ou que reduzam ao máximo as intermediações;
- A valorização e priorização no atendimento ao mercado interno (REDE ECOVIDA, 2004, p. 16).

A tradução concreta dessa construção se dá no estabelecimento dos chamados circuitos ou canais curtos de comercialização, focados em estratégias variadas de aproximação agricultor-consumidor, bem como tendo a clara prioridade de abastecimento local e regional, fundamentada na economia energética, na redução de deslocamentos, na valorização da produção local e na compreensão da sazonalidade produtiva regional (MEIRELLES, 2004; PEREZ-CASSARINO, 2004; SOLER; CALLE, 2010). Neste sentido:

Os canais curtos de comercialização permitem reequilibrar as relações de poder entre o agricultor e a distribuição comercial favorecendo uma distribuição do valor agregado mais favorável para o primeiro. A partilha do valor agregado se faz essencialmente entre consumidor e agricultor, a comercialização recupera seu papel tradicional subordinado ao enlace e articulação de mercados e não o poder estratégico de controle do acesso ao mercado e da decisão do que é consumido. (...) Os mercados locais tem além disto importantes benefícios ecológicos já que reduzem drasticamente as necessidades de transporte dos produtos (SOLER, 2009, p. 29, tradução livre).

Da mesma forma, um dos aspectos que diferencia a concepção do desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização, em relação às estratégias de nichos de mercado de produtos orgânicos, é a busca por democratizar e popularizar, enfim, universalizar o acesso aos alimentos ecológicos. Dentro dessa perspectiva, compreende-se como aspecto fundamental o estabelecimento de novas relações de mercado, que não passam somente por criar as 'estruturas' de aproximação entre produtores e consumidores, mas também o espaço social de diálogo, intercâmbio de conhecimentos, enfim de sociabilidade entre os atores envolvidos, no caso, agricultores e consumidores, em que a transparência, a cooperação e a partilha de benefícios estejam presentes como elemento estruturador da construção dos mercados em uma perspectiva agroecológica (MEIRELLES, 2004; PEREZ-CASSARINO, 2004; ANA, 2006; SCHMITT; TYGEL,

2009). É importante destacar que a abordagem em torno dos canais curtos de comercialização não necessariamente se limita a uma visão em torno da proximidade geográfica-espacial entre produtores e consumidores, mas podem estar 'espacialmente estendidos', porém tendo na proximidade organizativa e social o elemento de 'encurtamento' destes canais, pela transparência da informação, da credibilidade nos processos e da partilha de valores em torno de questões éticas, ambientais, culturais e de qualidade dos alimentos (SOLER; CALLE, 2010).

Assim, conforme destaca Leff (2002, p. 48):

O problema que está colocado é a necessidade de articular os espaços de economias autogestionárias e endógenas, fundado sobre a apropriação comunitária dos recursos, com as forças onipresentes do mercado mundial. Assim mesmo, será necessário incorporar as bases naturais e culturais de sustentabilidade à racionalidade da produção e equilibrar a eficácia produtiva com a distribuição do poder, de modo que sejam os atores conscientes de uma nova economia social quem decidam e controlem os processos políticos e produtivos e não apenas as leis cegas e os interesses corporativos do mercado.

Essa articulação proposta por Leff compreende um processo complexo de relações sociais, econômicas, de valorização cultural e de adequação ambiental que em grande parte das situações leva a uma coordenação entre o resgate e valorização dos saberes tradicionais com os padrões estabelecidos desde fora. A legalidade e a racionalidade construída no consumidor sobre o que significa a qualidade do produto demanda, então, o desenho de estratégias que façam valer os valores e processos característicos da agroecologia, porém, dialogando com muitas das exigências impostas pelo contexto. Assim, faz-se necessário refazer e atualizar técnicas, processos e mesmo relações e valores, com vistas a que o tradicional dialogue com o moderno, sem que este diálogo signifique um processo de exclusão. Nesse sentido:

O movimento da agricultura agroecológica ganha força precisamente porque promove *standars* que oferecem uma alternativa sistêmica aos *standars* dominantes, e que são, ao mesmo tempo, afinadas com alguns dos valores fundamentais que motivam estes novos *standars*. [...] Neste sentido, um padrão orgânico/agroecológico/sustentável começa a se constituir em uma espécie de convenção de qualidade para os diversos mercados alternativos da agricultura familiar. Isto pode levar à ratificação de sistemas de certificação apropriados ou se sustentar na transmissão de reputação, por meio de selos e *labelling* amparados em redes sociais (WILKINSON, 2008, p. 135, 143, 144, grifos do autor).

A abordagem de Wilkinson reflete a dinâmica observada no âmbito das iniciativas do campo agroecológico. De fato, muitas das técnicas e procedimentos

desenvolvidos a partir da prática agroecológica têm sido institucionalizados e(ou) aceitos socialmente pelos consumidores. O que se considera relevante destacar é que o estabelecimento de novos padrões é resultado da construção social da agroecologia, a qual inclui a questão dos mercados diferenciados. Tal dinâmica reflete o caráter multidimensional da agroecologia, uma vez que técnicas, processos sociais e articulação política se integram no sentido de consolidar uma estratégia alternativa de desenvolvimento e organização dos sistemas agroalimentares. No Quadro 6 toma-se o caso da certificação participativa como exemplo desta realidade.

A incorporação do debate em torno às formas de comercialização da produção ecológica vêm assumindo força e importância no âmbito da agroecologia, seja no campo da ciência, seja entre os movimentos sociais que a desenvolvem. Neste espaço, os debates têm evoluído para a incorporação no discurso e na prática diária de propostas concretas de formas alternativas de comercialização ao debate historicamente construído de crítica ao mercado como forma de regulação e princípio orientador da sociedade. Da mesma maneira, a crítica em torno da mercantilização do alimento e dos recursos naturais passa a motivar a construção de mecanismos de mercado, que possam se caracterizar como alternativas a este processo de mercantilização. Tais aspectos, historicamente, resultaram em pontos de tensão ou ausência dentro do movimento agroecológico, uma vez que não só a crítica ao mercado, mas também a necessidade da comercialização, resultavam em debates conflituosos no âmbito das organizações. Como referência da evolução deste debate, pode-se tomar as conclusões obtidas no II Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em Recife-PE no ano de 2006, pois, entre outras questões, consta na sua carta política uma abordagem da qual se compreende que:

A construção social da Certificação Participativa e seu processo de regulamentação

Mesmo não sendo objeto central deste estudo, convém destacar a relevância do processo de construção social e regulamentação da certificação participativa. Resultado do enfrentamento ao modelo 'convencional' de certificação, apoiado em auditorias externas; a certificação surge como processo diferenciado de certificação, que se apoia na valorização da organização em rede e na construção da relação direta agricultor-consumidor (REDE ECOVIDA, 2004). Porém, mais do que um processo mais adequado de certificação, se constitui como força política, apoiada na própria negação à obrigatoriedade da certificação, e caracterizando-se como movimento político que se difundiu nacional e internacionalmente, sendo, na atualidade, um dos principais temas em voga no âmbito do movimento internacional da agricultura orgânica e da agroecologia (CENTRO ECOLÓGICO, 2007).

Cabe ressaltar que no ano de 2003, quando da constituição do Grupo de Agricultura Orgânica (GAO), que reunia certificadoras e organizações do mundo orgânico e agroecológico brasileiro – constituído para debater a regulamentação dos orgânicos no Brasil e a partir do qual se elaborou a atual lei em vigor –, a posição da Rede Ecovida foi por uma lei que contemplasse a regulamentação da certificação, mas que esta não fosse obrigatória. No processo de negociação política para elaboração da lei de agricultura orgânica, tal posição foi parcialmente contemplada, desobrigando a certificação nos casos de comercialização direta entre agricultor e consumidor (Lei nº 10.831, Art. 3º, § 1º). Além de, como é sabido, a legislação contemplar em seus mecanismos de certificação metodologias diferenciadas (Lei nº 10.831, Art. 3º, § 2º), dentro da qual se aceita a certificação participativa (BRASIL, 2003).

Nesse sentido, a legislação brasileira foi a primeira em reconhecer a certificação participativa, dando a esta o mesmo status e amparo legal que à certificação por auditoria. Dessa forma, o processo social construído historicamente pela Rede Ecovida se estabelece como norma, possibilitando a superação de um dos desafios ao desenvolvimento dos mercados diferenciados para produtos ecológicos, dado pela restrição da certificação, no caso de haverem prevalecido os padrões hegemônicos da certificação por auditoria, realizada externamente à realidade dos agricultores familiares e camponeses. Tal processo de normatização difundiu-se internacionalmente, sendo que outros países, notadamente na América Latina, passaram a incorporar a certificação participativa em seus marcos legais. Da mesma forma, no caso brasileiro, outros processos, tal como a abertura do mercado institucional, o reconhecimento de tecnologias de beneficiamento de pequeno porte também tem se reproduzido.

Tal processo, no entanto, não é livre de contradições, particularmente no caso da certificação participativa, o recrudescimento das normas burocráticas tem trazido dificuldades para muitas famílias mesmo no âmbito da Rede Ecovida. Surgem questionamentos sobre a validade do processo de regulamentação, elementos que se encontram em efervescência nas reuniões e debates internos aos grupos integrantes da Rede. Porém, independente do caminho que os próprios grupos e organizações possam tomar, a construção social e política do processo ainda guarda importantes elementos de análise e reflexão sobre as possibilidades de construção de alternativas.



QUADRO 6 – A CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA COMO CASO DE REFERÊNCIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PADRÕES NO ÂMBITO DA AGROECOLOGIA²¹ E OS RESPECTIVOS SELOS ORGÂNICOS DO MAPA E REDE ECOVIDA
FONTE: O autor (2012).

²¹ O tema da certificação participativa dentro da Rede Ecovida é trabalhado dentro do grupo de pesquisa sobre a questão alimentar da Turma VIII do MADE, no qual esta pesquisa se integra. A temática é particularmente aprofundada por uma das integrantes do grupo de pesquisa em sua tese (ISAGUIRRE, Katya), com a qual esta pesquisa dialoga.

Os mercados, na sua configuração hegemônica atual, representam o principal instrumento de expressão e de reprodução do agronegócio. A construção da agroecologia implica o desenvolvimento de novos valores que fundamentem as relações dos trabalhadores e trabalhadoras do campo com os mercados.

A diversidade de condições nas quais a agroecologia vem sendo construída na prática demanda o emprego de diferentes estratégias de organização e comercialização, que devem necessariamente se basear em alguns pressupostos:

- os mercados devem ser concebidos como um meio de realização de trocas econômicas e não como um fim em si;
 - o produto ecológico deve ser acessível a todos e todas;
- novas relações com os mercados devem ser estabelecidas em bases éticas e solidárias e fundamentadas em alianças entre produtores e consumidores. (ANA, 2006, p. 21).

Assim, começam a tomar corpo as discussões em torno de uma tema 'espinhoso' tanto para movimento sociais quanto para a academia, dado que a contradição entre a crítica ao capitalismo e a necessidade de acessar o mercado passa a ser tratada nesses âmbitos como um tema importante ao desenvolvimento das iniciativas agroecológicas. Começa-se a soltar as amarras (políticas, ideológicas, culturais...) que asfixiavam este debate e passa-se a expor a questão como tema a ser enfrentado e a partir do qual urgem reflexões e boas análises das ações concretas em andamento a campo. Conforme destacam Schmitt e Tygel (2009, p. 118), analisando as aproximações entre agroecologia e economia solidária:

um elemento comum a essas duas visões é a percepção de que o dilema dos mercados não envolve apenas uma questão de 'produtos', mas, sim, de 'processos', ou seja, o que está em jogo são as relações sociais que perpassam a produção, o processamento e a distribuição dos produtos [...].

Longe de estabelecer consensos, o que tem se produzido em torno do debate dos mercados na agroecologia caracteriza-se ainda como aproximações ao tema, carregadas das contradições inerentes a esta problemática, dada a centralidade do processo de acumulação capitalista, bem como da mercantilização de bens, valores e serviços, na ordem hegemônica atual, à qual a proposta da agroecologia quer se apresentar como um de seus contrapontos. Tais contradições se refletem no que se considera uma certa 'timidez' com que se aborda o tema e nas próprias dinâmicas sociais em que a prática agroecológica se configura, desvelando concepções políticas e ideológicas, interesses comuns e particulares e perspectivas mais coletivas e integradoras e outras voltadas à viabilização de espaços ou setores específicos da população. Conforme destacam Schmitt e Guimarães (2008, p. 8):

É importante ter presente que as percepções em relação à forma como essas estratégias de resistência se articulam, ou não, com um movimento mais amplo de construção de alternativas econômicas emancipadoras em diferentes escalas – regional, nacional e global – variam bastante. É preciso lembrar, entretanto, que a prática muitas vezes aproxima aqueles que acreditam na integração competitiva da produção ecológica ao mercado global e os que defendem uma transformação mais radical na organização atual do sistema agroalimentar. Ao mesmo tempo, é nesse contexto que se revelam os inúmeros conflitos e tensionamentos presentes na construção de formas alternativas de produção e comercialização que buscam se contrapor ao modelo dominante.

Enfim, o que se procura ressaltar aqui é que este é um debate em plena construção e que demanda maiores acúmulos teóricos e práticos para poder compreender o intrincado jogo de relações que se estabelecem no momento de se fazer o diálogo com os mercados. Para então, a partir dessa compreensão, possibilitar uma evolução conceitual que subsidie de argumentos e ferramentas metodológicas a construção diária de mecanismos de mercado que possam ser considerados como alternativos aos padrões hegemônicos dos atuais 'impérios alimentares'. Conforme destaca Gravina (2004, p. 67, tradução livre):

não é suficiente com tingir de verde a continuidade das políticas liberais atuais. Uma agricultura sustentável significa adotar uma visão agroecológica, quer dizer, ter em conta fatores sociais e basear-se fundamentalmente na produção extensiva e diversificada, na pequena escala do modelo camponês, com uma dimensão local de comercialização.

Neste ponto, faz-se relevante a compreensão de que novos espaços e formatos devem ser constituídos, com as mais diferentes perspectivas e dentro das mais diversas realidades. O que aqui se considera é que mais do que simplesmente 'acessar' o mercado – conforme abordado na seção anterior – deve-se pensar no que em outro momento denominamos 'desenvolver' mercados (PEREZ-CASSARINO, 2004). Conforme já abordado de forma mais aprofundada, trata-se do que Maluf (2002, 2004) propõe como 'construir' novos mercados, que sejam adequados à realidade e condições sociais, econômicas, culturais e ambientais deste público. Conforme destacado por Sabourin (2009), torna-se necessário, nessa perspectiva, identificar os princípios que conduzem as relações de mercado, de que maneira, os valores humanos da reciprocidade e solidariedade se formam e passam a definir as práticas de mercado socialmente construídas. Assim, torna-se de particular relevância

[...] estudar o tipo e intensidade de cooperação e interação coletiva que

implica participar em dita rede ou canal e, conseqüentemente, o tipo e intensidade de vínculos humanos ou relações pessoais que geram estas redes como processo de aprendizagem de uma socialização alternativa em códigos e práticas de cooperação e interação. [...] Aparecem assim dois eixos de análise que nos podem ser úteis como guia. Por um lado, o grau de predomínio do “mercado criador de preços” através do jogo individual de intercâmbio de preços e quantidades. Por outro, o tipo e grau de ação coletiva que é particular em cada uma das redes e que, portanto, implica o desenvolvimento de instituições alternativas às mercantis (SOLER; CALLE, 2010, p. 266,267, tradução livre).

O aprofundamento do diálogo teórico, fundamentalmente, em torno das iniciativas em andamento no campo da agroecologia, propicia, então, um vasto campo de reflexões sobre as possibilidades da agroecologia como proposta alternativa de desenvolvimento rural e de organização dos sistemas agroalimentares. A delimitação de um enfoque de construção de mercados numa perspectiva agroecológica demanda um grande acúmulo em torno da análise dos mecanismos de mercado construídos e as relações que se dão em seu âmbito, afim de possibilitar a elaboração de um corpo teórico e prático que permita estabelecer diretrizes sobre o que e como seria essa construção. Conforme abordado, esse debate é particularmente relevante no que se refere ao desenvolvimento das iniciativas agroecológicas como proposta alternativas aos padrões hegemônicos de organização dos sistema agroalimentares. Sobre isso, Baque (2011, p. 35) alerta e indaga:

a integração, ou não, dos valores sociais e ecológicos no centro das preocupações dos produtores, intermediários e consumidores dos orgânicos determinará seu futuro. Tornar-se-á uma simples face do mercado, submissa aos únicos interesses do liberalismo econômico? Ou será ainda mensageira de uma alternativa a esse liberalismo?

A questão está lançada e o desafio passa a se configurar em torno dos subsídios conceituais a serem formulados e da inovação na construção e no fortalecimento das iniciativas em andamento. Nesse sentido, algumas das noções a serem aprofundadas, no intuito de fornecer fundamentos ao estabelecimento de mecanismos alternativos de mercado, integram a perspectiva da construção de mercados ao marco mais amplo da constituição de sistemas agroalimentares alternativos. O aprofundamento das noções de soberania e segurança alimentar e nutricional amplia este debate, orientando a construção de mercados pela lógica do abastecimento e da garantia do direito humano à alimentação. Essa abordagem é o que se tenta desenvolver no item a seguir.

5.2 SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O DIÁLOGO COM A QUESTÃO DOS MERCADOS E ABASTECIMENTO

A construção do conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) possui particularidades no que se refere às elaborações realizadas no âmbito da academia e da sociedade civil no Brasil. O histórico debate sobre as questões da fome – notadamente pela atuação de Josué de Castro – significou uma complexificação da abordagem de SAN no contexto brasileiro, com um tratamento multidimensional da questão agroalimentar, superando abordagens mais simplificadoras desta importante temática, como nos conceitos propostos pela FAO. Como síntese, pode-se apresentar a seguinte declaração, aprovada em 2004, durante a realização da II Conferência Nacional de SAN (Oliná-PE):

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, cultural, econômica e ambientalmente sustentáveis. (CONSEA, 2004, p. 2)

A visão construída no âmbito da sociedade civil brasileira e posteriormente assumida institucionalmente, mediante a criação da LOSAN (outubro/2006), acarreta o atendimento de diversas dimensões na promoção da SAN, que abrangem aspectos ligados aos modelos de produção, à disponibilidade e ao acesso aos alimentos, à qualidade dos alimentos, às dimensões sociais e culturais, à educação alimentar e nutricional, assim como demanda pleno processo de articulação da sociedade civil em sua garantia.

Essa acepção amplia e qualifica o debate em torno da segurança alimentar, principalmente se tomarmos os poucos avanços no campo internacional, especialmente no âmbito da FAO, no que se refere à evolução do conceito adotado a partir dos anos 70, notadamente vinculado à produção e disponibilidade de alimentos tão somente, conforme pode ser observado na própria declaração da Cúpula Mundial da Alimentação de 1996:

Existe segurança alimentar quando todas as pessoas têm em todo momento acesso físico e econômico a suficientes alimentos inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentícias e suas preferências quanto aos alimentos, afim de levar uma vida ativa e saudável. (FAO, 2006. s/p, tradução livre)

No Brasil, a abordagem de SAN assume forte caráter de estímulo à participação social. Com a criação do CONSEA em 1994 e do FBSSAN em 1998, o tema da SAN ganha corpo no âmbito da sociedade civil. A aprovação da LOSAN, que prevê a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), institucionaliza a criação de uma rede de conselhos municipais e estaduais, além do nacional, e o debate em torno das políticas de SAN encontra-se diretamente atrelado a um forte processo de participação social. Segundo Marques (2010, p. 80), “a proposta de segurança alimentar apresenta aqui uma faceta notável, aquela de estimular uma forte mobilização social, com vistas a uma democratização substantiva do país, representada, em primeiro lugar, pelo acesso a uma alimentação adequada”.

A dimensão tomada pelo conceito de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil amplia, então, sua abrangência e estabelece um vínculo direto entre sua promoção e a garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), outro conceito cuja compreensão é fundamental para tratar das questões relacionadas ao combate à fome e à estruturação dos sistemas agroalimentares. Para Maluf (2004, p. 300):

Há um objetivo específico ao tema agroalimentar, que é o de ampliar a oferta de alimentos de qualidade de um modo que favoreça a expressão da diversidade de hábitos de consumo no País, ambos aspectos essenciais à ótica da segurança alimentar.

Ao par da evolução da conceituação da Segurança Alimentar e Nutricional, assim como da afirmação da alimentação como direito humano, o debate em torno das questões alimentares foi ganhando espaço dentro dos movimentos sociais, de forma mais acentuada dentro dos movimentos vinculados à agricultura, com forte presença de organizações da agricultura familiar e camponesa, bem como de indígenas e pescadores artesanais. A evolução deste debate está marcada pelo enfrentamento às atuais políticas adotadas por Estados e organismos internacionais na organização do sistema agroalimentar mundial, aspecto abordado no capítulo 2 do presente estudo.

Nesse cenário, a partir da realização de um fórum paralelo à Cúpula Mundial da Alimentação de Roma em 1996, as organizações vinculadas à Via Campesina lançaram o conceito de soberania alimentar (SOBAL), compreendido como:

O direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a

alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. (VIA CAMPESINA, 2009).

Alguns princípios são necessário à consecução deste conceito. Para a Via Campesina, para se alcançar a soberania alimentar é necessário que: (1) a alimentação seja enfocada como direito humano; (2) se realize a Reforma Agrária, (3) se protejam os recursos naturais; (4) o comércio de alimentos seja reorganizado; (5) se elimine a globalização da fome; (6) haver paz social, ou seja, estar livres da violência e repressão; (7) haja controle democrático dentro do sistema agroalimentar (SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2010).

Essa abordagem possui origem eminentemente popular, centrada no fortalecimento das comunidades locais, em uma agricultura de base camponesa, no fortalecimento dos mercados internos, na valorização dos saberes tradicionais e da agrobiodiversidade. Incorpora-se a esta proposta uma marcada presença nas discussões referentes ao mercado internacional de alimentos e suas políticas protecionistas, bem como na orientação dos subsídios agrícolas (SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2010). Desse modo:

As raízes da soberania alimentar estão na vida e na luta dos agricultores camponeses, os pescadores e povos indígenas. A diferença de vários outros termos inventados por intelectuais, autoridades políticas e burocratas, a soberania alimentar surge das lutas camponesas como a necessidade de criar um discurso forte, radical e que abarque as realidades e necessidades locais, que possa ser escutado e compreendido por todo mundo. (GRAIN, 2006, p. 40)

O conceito de soberania alimentar marca uma evidente oposição e contraste com as políticas neoliberais no comércio internacional de alimentos, e modelo da agricultura industrial 'moderna'. Tais características tornam este modelo impermeável a uma possibilidade de adequação à realidade dos cultivos e populações locais, diante disso:

[...] a soberania alimentar implica que o sistema alimentar mundial deveria dar um giro de 180 graus. Tem sido os camponeses, os pescadores tradicionais, os pastores e os povos indígenas quem têm alimentado ao mundo fazem milhares de anos. Para conquistar um mundo sem fome, um mundo onde todos e todas tenham acesso a alimentos nutritivos produzidos localmente, todo eles necessitam ocupar novamente o centro do cenário (GRAIN, 2006, p. 43).

Nesse sentido, os conceitos de SAN e SOBAL apresentam caráter

complementar e se articulam em diferentes âmbitos, com a finalidade de garantir a perspectiva da promoção do direito humano à alimentação adequada. Esta abordagem pressupõe uma leitura multidimensional dos campos de atuação em que pode estabelecer um olhar com o enfoque e a finalidade de se promover a SAN e SOBAL. Para tanto, aspectos vinculados aos modelos de produção, estrutura fundiária, políticas agrícolas e agrárias possuem particular relevância. Da mesma forma, a abordagem proposta pelos dois conceitos compreende aspectos relativos aos mecanismos de abastecimento e relações de mercado que se estabelecem na sociedade com vistas a possibilitar a universalidade do acesso aos alimentos.

Pode-se, então, falar de uma construção social dos mercados de alimentos orientada por uma concepção de SAN e SOBAL, buscando-se a garantia do acesso universal aos alimentos, disponibilidade e regularidade de oferta, sustentabilidade ambiental dos mecanismos de comercialização, redesenho das relações sociais e, inclusive, a participação social nos mercados (GRAVINA, 2004).

Esse parece ser um dos principais aspectos a merecer aprofundamento em termos das possibilidades de articulação entre os conceitos de SAN e SOBAL. Em primeiro lugar, os padrões hegemônicos de estruturação e organização do SAA global, conforme já debatido no capítulo 2 desta tese, configuram um contexto gerador de insegurança alimentar e que – conforme a crítica realizada pelos movimentos sociais reforça – se confronta com os preceitos da Segurança e Soberania Alimentar. Ou seja, a forma como o mercado de alimentos se estrutura na atualidade acaba por excluir atores importantes da produção e distribuição de alimentos, devido basicamente, ao intenso processo de concentração corporativa e aos padrões hegemonicamente definidos como necessários à inserção no mercado agroalimentar.

Num segundo momento, por se tratarem de conceitos amplos que se caracterizam como princípios a nortear as políticas públicas e ações da sociedade civil, faz-se necessário que iniciativas práticas e construções teóricas pragmatizem estes princípios, de forma a estabelecer referências e parâmetros sobre o que significa a execução efetiva e diária desses conceitos. A implementação de propostas de mercados agroalimentares alternativos, bem como a reflexão e sistematização de ideias em seu entorno, torna-se importante tarefa para demonstrar, nesse âmbito, quais os caminhos possíveis para a reorganização de um

sistema agroalimentar que tem sido particularmente ineficiente no que se refere à realização do direito humano à alimentação e, conseqüentemente, à soberania e segurança alimentar e nutricional. Conforme afirma Schmitt (2011, p. 6):

o que está em jogo, na verdade, é o papel dos mercados como um instrumento de orientação, ou melhor, na reorientação dos fluxos de energia e materiais que dão sustentação às atividades econômicas, reorientação esta que implica, também, formas mais equitativas de apropriação e distribuição da riqueza gerada pelo setor agroalimentar.

Nessa perspectiva, a proposta da agroecologia torna-se uma ferramenta relevante para a consecução dos objetivos da SAN e SOBAL. Ambos os conceitos sugerem um programa em que a agricultura familiar e camponesa, a sustentabilidade ambiental e a equidade nas relações de mercado – para falar dos aspectos diretamente vinculados à pesquisa aqui realizada – se tornem pré-condições para a estruturação de sistemas agroalimentares que garantam o direito humano à alimentação adequada (SEVILLA-GUZMÁN, 2006c; SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2010).

Conforme a leitura realizada neste estudo até o presente momento, tais características encontram-se no cerne na proposta da agroecologia que, por sua vez, fornece as ferramentas metodológicas, técnicas e organizacionais que possibilitam a execução concreta de iniciativas a campo de articulação entre produção e consumo em bases sustentáveis e socialmente justas. Ou seja, a agroecologia torna diária a perspectiva da construção de sistema agroalimentares alternativos que gerem as condições para o enfrentamento dos padrões hegemônicos do sistema agroalimentar global. Schmitt (2011, p. 6) traz que:

a transição para novos formatos de produção, processamento e consumo de alimentos, socialmente justos e ambientalmente sustentáveis, coloca em questão, portanto, as estruturas de poder que hoje governam o sistema agroalimentar, apontando para a necessidade de um novo equilíbrio entre agentes econômicos privados, Estados Nacionais, organismos multilaterais e territórios.

Nesse sentido, particular esforço foi realizado pelo Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia (GT/SSA-ANA), que em um exercício de sistematização de experiências em SAN e agroecologia, elaborou algumas dimensões iniciais de articulação entre a perspectiva da soberania e segurança alimentar e a construção da agroecologia. Tal esforço possibilitou a identificação de aspectos concretos à organização dos

sistemas agroalimentares, que permitem gerar e analisar cenários de produção, abastecimento e consumo de alimentos no que tange às suas possibilidades em termos de geração de SAN e SOBAL. Segundo as organizações que integram o grupo de trabalho, as seguintes dimensões possibilitam uma leitura articulada entre agroecologia, SAN e SOBAL:

- 1) **Diversificação da produção de alimentos e Agrobiodiversidade:** Os sistemas de produção agroecológica e particularmente os sistemas agroflorestais são potencializadores da biodiversidade e da diversidade de alimentos. Os agricultores e agricultoras têm desenvolvido ações de intercâmbio de recursos genéticos e troca de sementes, assim como estimulado a produção de mudas de espécies nativas. A valorização dos alimentos regionais e do auto-consumo contribuem para a conservação da biodiversidade e o resgate de cultivos alimentares locais.
- 2) **Estabelecimento de novas relações de mercado:** A abordagem da Segurança Alimentar na comercialização dos produtos agroecológicos tem estimulado a mudança de foco das relações de mercado, para além da dimensão econômica e estritamente monetárias para constituir-se, como as feiras agroecológicas, em espaços pedagógicos e de troca de conhecimentos, sobretudo entre o rural e o urbano, propiciando uma relação direta entre produtor (a) e consumidor(a).
- 3) **Resgate de culturas alimentares:** As experiências de resgate de culturas e hábitos alimentares têm permitido uma ampla participação de grupo de mulheres, o que vem estimulando a valorização e a intensificação do plantio e uso de alimentos tradicionalmente utilizados regionalmente, assim como de plantas medicinais. O resgate da cultura alimentar e do valor cultural do alimento configuram-se como pilares de um novo modelo de agricultura baseado na diversidade da produção e na valorização do alimento “limpo” sem agrotóxicos e livre de transgênicos.
- 4) **Educação alimentar e para o consumo:** Várias experiências têm desenvolvido ações no campo da educação para a produção e para o auto-consumo. São crescentes as ações estimuladoras da educação alimentar para o auto-consumo. Agricultoras familiares e agroextrativistas têm tido papel multiplicador de novos conhecimentos sobre alimentação, valorizando em algumas experiências a dimensão nutricional dos alimentos, assim como a relação entre saúde e o consumo de alimentos saudáveis.
- 5) **Políticas Públicas e mercados Institucionais:** O mercado institucional expressa-se como um mercado de direito para o segmento da Agricultura Familiar que sempre protagonizou a produção de alimentos no Brasil. Há iniciativas do Programa de Aquisição de Alimentos, desde compra de produtos agroecológicos a compra de sementes, que evidenciam suas potencialidades e seu crescente enraizamento (RIGON *et al.*, 2010, p. 11, grifos do autor).

Particular relevância assume o tema da constituição de mecanismos alternativos de mercado no âmbito da agroecologia. O próprio Grupo de Trabalho tomou para si esta temática como central para a análise da constituição de sistemas agroalimentares alternativos (PEREZ-CASSARINO, 2010). Esse aspecto torna-se importante pelo enfrentamento que se propõe a uma característica fundamental do sistema agroalimentar hegemônico, a mercantilização do alimento. Por outro lado, a análise dos mercados de alimentos possui caráter agregador, possibilitando uma

leitura desde o campo da produção, os mecanismos de distribuição até as necessidades e o perfil do consumo, ou seja, articula diferentes atividades, atores e territórios.

A perspectiva de mercados que a agroecologia propõe confere elementos práticos à realização da SAN e da SOBAL, por pressupor a configuração de redes e canais de comercialização que “se constroem através de alianças que redefinem a articulação entre a produção e o consumo de alimentos, baseada em critérios de proximidade, sustentabilidade e equidade” (SOLER; CALLE, 2010, p. 280, tradução livre). Obviamente que esse processo não ocorre ausente de contradições e conflitos, característicos de processos de caráter alternativo e em construção. Principalmente porque esses processos têm de se dar no âmbito do meio socioeconômico, cultural e nos próprios territórios onde o modelo a que esses processos se opõem é hegemônico. Segundo Marques (2010, p. 83):

Esta proposta de soberania alimentar enfatiza os circuitos locais de produção-consumo [...] a ideia de uma aliança entre agricultores e consumidores é considerada estratégica. Os consumidores devem tomar consciência de que sua qualidade de vida está intimamente associada aos modelos agrícolas e seus múltiplos serviços ambientais. Esta multifuncionalidade só emerge quando as paisagens estão dominadas por unidades produtivas pequenas e biodiversificadas, sendo, no fim das contas, mais produtivas que as grandes monoculturas.

Em síntese, trata-se de configurar processos que articulem as dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais que redesenhem as relações de produção, abastecimento, processamento e consumo dos alimentos. Os conceitos de SAN e SOBAL estabelecem os princípios orientadores de políticas e ações da sociedade civil neste sentido, bem como constituem-se em 'bandeiras de luta' pela garantia de justiça e equidade socioeconômica e adequação cultural e ambiental das atividades agroalimentares.

A partir dessa lógica, a agroecologia se constitui como um dos ferramentais técnico, econômico e político que possibilita a construção de sistemas agroalimentares alternativos, nas quais o redesenho das relações de mercado cumprem papel central. É o que ressaltam SEVILLA-GUZMÁN e SOLER (2010, p. 212, tradução livre):

a soberania alimentar centra-se, então, na redefinição do sistema agroalimentar com princípios agroecológicos onde a produção de alimentos resida em sistemas produtivos locais agroecológicos nas mãos de camponeses e agricultores familiares destinados a alimentar a população local através de mercados locais onde prevaleçam relações de poder

equilibradas que permitam viver aos camponeses e acessar os alimentos a preços razoáveis.

Ou seja, a **agroecologia fornece os elementos concretos que possibilitam o redesenho dos sistemas agroalimentares, no sentido de sua descentralização e adequação ambiental, social, cultural e econômica. Por outro lado, a agroecologia necessita imbuir-se da perspectiva de constituição de sistemas agroalimentares como um todo, superando abordagens puramente técnicas ou centradas numa leitura essencialmente rural para, a partir do rural, propor formas alternativas de produção, mas também de processamento, abastecimento e consumo de alimentos.** A articulação entre as abordagens da SAN e SOBAL com a agroecologia possibilita o marco conceitual e político que abre esses caminhos.

Tendo presente essa perspectiva, procura-se apresentar a seguir os mecanismos de mercado construídos no âmbito das organizações em estudo. Confere-se particular importância aos processos sociais e organizativos estabelecidos em seu interior, plasmados nas formas de gestão e funcionamentos do processo de comercialização. Sua apresentação busca integrar elementos técnicos e sociopolíticos que na seção a seguir ainda não são objeto de análise mais aprofundada. Esta análise encontra-se a partir dos itens 5.4 e 5.5 e complementada no capítulo 6 deste trabalho, sendo realizada a partir de critérios e construções teóricas que até o momento foram apresentados.

5.3 CARACTERIZAÇÃO DOS MECANISMOS DE MERCADO E FORMAS DE GESTÃO DOS GRUPOS PESQUISADOS

Neste item são apresentadas as formas de comercialização constituídas no âmbito dos grupos em estudo, bem como seu funcionamento e mecanismos de gestão. A proposta é possibilitar uma visão ampla e detalhada de como se organiza a comercialização em cada grupo/associação pesquisado, a fim de, a partir dessa visão, proceder à análise dos dados colhidos durante as entrevistas e com a aplicação dos questionários de campo. Em geral, as organizações pesquisadas possuem estrutura jurídica, a maioria na forma de associação. Sua composição varia

em tamanho de famílias, em alguns casos um grupo pequeno de famílias se constitui formalmente (Ex: APEMSUL, APESA, APEVS, APESA), em outros a associação agrega grupos de uma determinada região ou município (Ex: ECOTERRA, COOPERAFLORESTA), estando os grupos organizados informalmente. Por fim, em alguns casos concomitante a essas estruturas formam-se cooperativas regionais, voltadas a organizar o processo de comercialização (Ex: ECONATIVA, COMSOL).

De forma geral, procura-se descrever o processo de comercialização por meio de fluxogramas, que foram elaborados junto aos grupos ou gestores do processo de comercialização das organizações. Os fluxograma estão organizados em quatro tipos de fluxos, o da produção (verde), das atividades 'meio' de preparo e(ou) processamento da produção (azul), de transporte (cinza) e finalmente os próprios canais de comercialização (amarelo). Em alguns casos, destacam-se as estruturas regionais, que centralizam todo ou parte do processo de comercialização (laranja).

Os fluxogramas buscam apresentar, de maneira dinâmica, como se dá o processo de comercialização dos grupos pesquisados. As atividades apresentadas foram agregados quadros explicativos para esclarecer a forma como a atividade se realiza, caso necessário. Os fluxogramas, na maior parte dos grupos pesquisados foi elaborado com informações extraídas das entrevistas realizadas junto aos grupos e com os gestores do processo de comercialização. A opção por este formato de sistematização se apoiou em trabalhos anteriores realizados com grupos de agricultores ecologistas, nos quais se buscou sistematizar, de forma coletiva, o processo de comercialização realizado, a fim de identificar suas fragilidades e fortalezas (PEREZ-CASSARINO, 2010). A dinâmica é uma adaptação de técnicas participativas para trabalho em grupo contidas em Geilfus (1997).

De forma complementar aos fluxogramas, procurou-se explorar nas entrevistas elementos relativos aos processos de gestão da comercialização. O objetivo de descrever tais processos se explica não somente por um caráter descritivo e de detalhamento das dinâmicas de comercialização dos grupos. Para além disso, a descrição dos mecanismos de gestão considera-se como importante elemento de análise, uma vez que pode revelar as estruturas de reciprocidade e solidariedade dentro dos grupos e destes com o 'exterior'. Da mesma forma, tais mecanismos expõem o processo de articulação política, social e econômica inter e

entre grupos, ou seja, suas relações em rede. A partir dessa descrição, tais aspectos serão aprofundados nos itens 5.4 e 5.5.

A delimitação de quais aspectos do processo de gestão seriam explorados conjugaram elementos da experiência do pesquisador no tema com a frequência e relevância dada pelos entrevistados quando solicitados a descrever seu processo de comercialização. Para cada caso, apresenta-se um quadro, em que se procura, dentro de itens comuns (entregas, frete, operacionalização, gestão e produtos), detalhar os mecanismos de funcionamento e gestão dos processos de comercialização.

A seguir descreve-se o processo de comercialização de cada grupo/associação, apresentando o fluxograma de cada organização seguido do quadro dos mecanismos de gestão. As associações APEVS, APEMA e APESA são apresentadas conjuntamente, uma vez que o grupo focal ali realizado agregou representantes das três associações; também seu processo de comercialização, e os canais acessados são os mesmos para as três associações.

Os primeiros grupos/associações a serem apresentados referem-se àqueles tomados como referência dentro do Núcleo Litoral Solidário, que agrega grupos na região do Litoral Norte Gaúcho. Quanto ao processo de comercialização, Apemsul e o Grupo Rio Bonito possuem estratégias diferenciadas, porém ambas comercializam em feiras ecológicas, mecanismo central e o mais frequente no âmbito da Rede Ecovida. No entanto, adotam diferentes estratégias para escoar o restante da produção. O Núcleo Litoral Solidário possui uma característica diferenciada de outras regiões, pois agrega agricultores que concentram grandes volumes de uma cultura, no caso, a banana, cultivo de presença histórica na região. Neste caso, faz-se necessária a abertura de mercados que absorvam maiores volumes de um único produto, sendo que o perfil das feiras, apesar de representarem as principais fontes de renda da maioria dos grupos, se caracteriza pela comercialização de quantidades menores de uma diversidade maior de produtos.

Os grupos adotam estratégias complementares às feiras, a fim de garantir a comercialização de volumes maiores de banana. No caso da Apemsul, a principal estratégia de escoamento da banana são os 'Pontos de Safra' em Caxias do Sul, sendo que o grupo ainda possui bancas em duas feiras ecológicas, em Porto Alegre e no município de Canoas, conforme se pode observar na Figura 21.

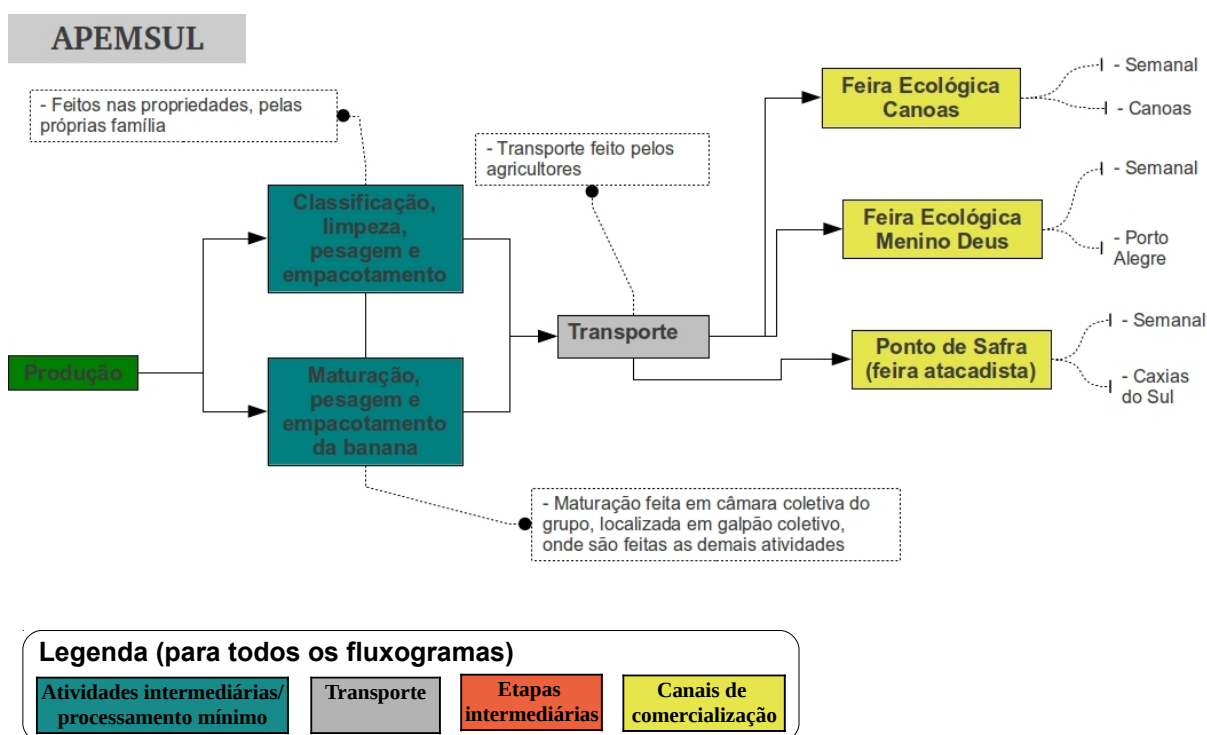


FIGURA 21 – FLUXOGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DA APEMSUL
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

No que se refere aos mecanismos de gestão, por ser um grupo pequeno (seis famílias), há uma forte interação entre os membros quanto à responsabilidade sobre as atividades do processo de comercialização. São realizadas duas saídas por semana e a comercialização é toda coletiva, ou seja, os produtos são reunidos em um galpão coletivo e organizados de forma a que se mesquem os produtos das famílias. Quando da comercialização, não há diferenciação entre o produto de uma ou outra família.

Os custos de comercialização, incluído o transporte, são divididos de forma proporcional à quantidade de produtos enviada, ou seja, cobra-se uma porcentagem daquilo que foi comercializado por cada família. O transporte é feito por veículo do próprio grupo, sendo um dos membros motorista. O grupo realiza reuniões toda segunda-feira para prestação de contas, organização de entregas, realização de pagamento, repasse de informações e discussão de questões político-organizativas do grupo. Há uma direção eleita com coordenador, secretário e tesoureiro, em forma de rotatividade, sendo este último o responsável pelo cálculo da porcentagem recolhida, apresentação de custos e valor a ser pago a cada família. A maturação da banana é feita em câmara coletiva, pertencente ao grupo. Os preços são definidos

em acordo entre os feirantes na feira de Porto Alegre, por cada banca na feira de Canoas e pela prefeitura no Ponto de Safra (Quadro 7).

- **Entregas:** Ponto de Safra na 6ª f, Feiras no sábado
- **Frete:** É cobrada porcentagem sobre o total vendido de cada agricultor, com este valor cobrem-se os custos de frete, de sacolas e investimentos necessários ao grupo, no momento o valor é de 20%.
- **Operacionalização:** Caminhão é do grupo e faz recolhimento nas famílias e transporte até pontos de venda. Pagamentos são feitos toda segunda-feira em reunião do grupo. Sobras são divididas proporcionalmente entre os membros do grupo, de acordo com o que cada um enviou. Maturação da banana é feita em câmara coletiva, pertencente ao grupo.
- **Gestão:** Cada família envia um controle (romaneio) dos produtos enviados, com base neste controle, e no cálculo das sobras da feira, um tesoureiro eleito pelo grupo faz divisão de sobras, desconto de porcentagem e calcula os pagamentos. A venda em todos os pontos é coletiva. No Ponto de Safra o valor e peso por sacola é atribuído pela prefeitura de Caxias. Na feira do Menino Deus preços se definem conjuntamente entre os vários grupos feirantes. Em Canoas os preços são definidos por banca, a APEMSUL possui uma banca. Não existe planejamento formal de produção, no entanto já há um certo acordo entre as famílias do que se produz a cada mês, estabelecido pelos volumes de venda que historicamente vem tendo.
- **Produtos:** Nas feiras são enviadas frutas, verduras e legumes variados, para Ponto de Safra somente banana.

QUADRO 7 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA APEMSUL
FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Ainda no Núcleo Litoral Solidário, o grupo Rio Bonito não acessa o programa Ponto de Safra, porém busca escoar a produção de banana vendendo-a na Rede de Supermercados Zaffari, em Porto Alegre. Esta comercialização é realizada por um agricultor que compõe um dos grupos do Núcleo Litoral Solidário. Esse agricultor investiu em estrutura para climatização da banana e assumiu a intermediação da venda da banana à Rede Zaffari, estabelecendo um preço pago ao agricultor e assumindo a negociação com a Rede. Além disso, o grupo Rio Bonito possui uma diversidade maior de canais, comercializando também no PNAE, via cooperativa regional (ECONATIVA), além de vender nos pontos fixos das cooperativas de consumidores da região e as chamadas 'fruteiras' da Serra Gaúcha, todos integrantes da Rede Ecovida. Essa dinâmica pode ser observada na Figura 22.

No que se refere aos mecanismos de gestão, o grupo Rio Bonito segue procedimentos próximos aos da Apemsul no que se refere a pagamento de frete, comercialização coletiva e rateio de despesas de custos (Quadro 8).

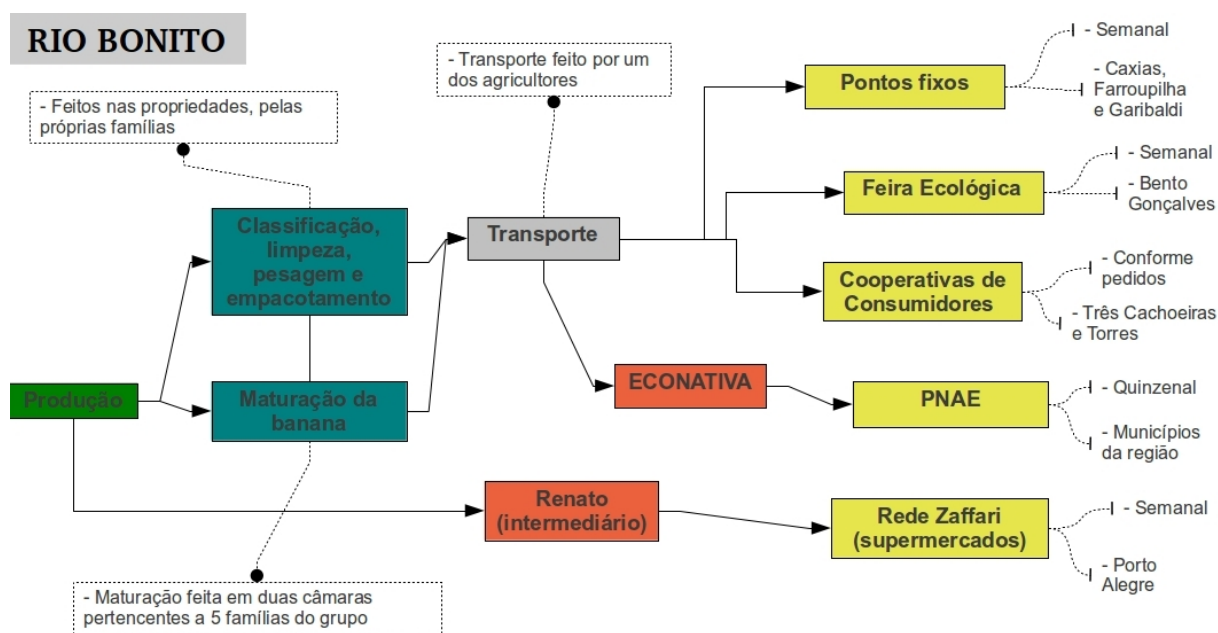


FIGURA 22 – FLUXOGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DO RIO BONITO
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Uma diferença está dada pela maturação da banana, enquanto na Apemsul é feita em equipamento coletivo, no Rio Bonito é feita por algumas famílias que possuem estrutura, aquelas que não possuem pagam às famílias que possuem os equipamentos necessários. Este processo ocorre todo em grupo, à exceção da comercialização feita para as Redes de Supermercado, feita individualmente em negociação com o agricultor que realiza a intermediação. Para este mercado a banana não precisa ser maturada e a definição de volumes, pedidos e período de recolhimento da banana é feita pelo agricultor-intermediário, que contacta cada integrante do grupo. Diferente da Apemsul, o grupo Rio Bonito não realiza reuniões semanais, estas são feitas, em geral, com frequência mensal. Os pagamentos dos agricultores são feitos pelo motorista do caminhão, que é um dos membros do grupo. O veículo pertence a esse agricultor, que recebe um valor por km rodado. Este valor é rateado entre todas as famílias e coberto com a porcentagem cobrada sobre o volume comercializado.

Os preços possuem diferentes definições, o que é feito nas feiras pelos grupos. No caso do mercado institucional, o preço é previamente estabelecido nos projetos, a Cooperativa, que centraliza a elaboração e operacionalização do projeto, cobra uma porcentagem dos agricultores para cobrir gastos administrativos e de transporte. Para os pontos fixos (Cooperativas de Consumidores e Fruteiras da

Serra), os preços são negociados com as administrações dos pontos. No caso da venda à Rede Zaffari, os preços são definidos pelo agricultor-intermediário, sendo que este assume sobras e perdas no processo de comercialização, ou seja, paga integralmente ao agricultor o produto recolhido. Cabe ressaltar a particularidade deste caso na região, praticamente não se observam situações como esta no âmbito da Rede Ecovida.

- **Entregas:** Fruteiras e feira na terça-feira, Cooperativas de consumidores conforme pedidos, Econativa recebe produtos quinzenalmente do grupo. Agricultor-intermediário recolhe semanalmente, diretamente nas famílias.
- **Frete:** É cobrada porcentagem sobre o total vendido de cada agricultor, com este valor cobrem-se os custos de frete, de sacolas e investimentos necessários ao grupo; no momento o valor é de 30% nos produtos enviados à feira. O frete é particular e pago um valor por km ao agricultor dono do caminhão, porém não por agricultor, mas pela quilometragem total feita para o grupo.
- **Operacionalização:** São feitos romaneios das entregas para cada canal, descontadas a porcentagem e sobras proporcionalmente, são feitos os pagamentos pelo agricultor motorista do caminhão. No caso da Econativa, esta faz projetos de PNAE para os grupos da região, que entregam produtos via a Cooperativa, os grupos entregam nas escolas diretamente. No caso das entregas para o agricultor-intermediário, este pertence a um grupo e intermedia as entregas na Rede Zaffari, ele faz os pedidos e recolhe diretamente nas propriedades, pagando por conta própria.
- **Gestão:** Vendas são coletivas, exceto vendas ao agricultor-intermediário. Divisão de sobras são proporcionais e custeio de transporte feito por porcentagem. Cinco famílias financiaram duas câmaras de maturação e cobram R\$ 0,40/caixa para fazer a maturação das demais famílias do grupo.
- **Produtos:** São enviadas frutas, verduras e legumes variados, para o agricultor-intermediário somente banana.

QUADRO 8 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO GRUPO RIO BONITO

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Tal realidade muito provavelmente está ligada a dois principais fatores. O primeiro, já destacado aqui, refere-se à presença da banana, produzida em escala na região, o que faz com que se tenham que desenhar estratégias de comercialização que possibilitem escoar maiores volumes. No caso do Núcleo Litoral Solidário, um dos desenhos encontrados foi o de centralizar a negociação com as Redes supermercadistas, neste caso por um dos agricultores integrantes da Rede Ecovida. Um segundo aspecto pode ser atribuído às dificuldades de articulação política na região, pelo perfil sociocultural da população, bem como pelas deficiências de infraestrutura básica, tais como estradas e comunicação, que dificultam o processo de organização e operacionalização das negociações.

Apesar de muitas das características da intermediação 'tradicional' estarem

presentes neste desenho operacional, ou seja, preços, volumes, padrão do produto e periodicidade de entrega e pagamento definidos pelo comprador, o que se observa é uma relação diferenciada neste caso, devido à vinculação do 'intermediário' à Rede Ecovida e pelo fato de este também ser um agricultor ecologista. De fato, pode-se afirmar algo que em princípio pode parecer contraditório, mas que a estrutura em rede parece possibilitar, que é o exercício de um controle social sobre esse processo de intermediação: há espaços coletivos de negociação e debate aos quais o 'intermediário' se encontra 'submetido', dada sua inserção na Rede, nas reuniões do Núcleo, por exemplo. Ou seja, de uma certa forma, há uma capacidade social e política de intervenção sobre a ação do intermediário, diferenciando este processo da intermediação tradicional. Porém, não há consenso entre os grupos da região em relação a esta atuação, há os que discordam, sendo este um interessante caso a ser acompanhado e aprofundado como proposta de comercialização na Rede Ecovida. Na Figura 23 podem ser observadas algumas imagens da realidade da comercialização nas organizações pesquisadas.

No Núcleo Serra, APEVS, APEMA e APESA produzem basicamente frutas e hortaliças, sendo que deve se destacar a presença de agroindústrias nas associações. Cada associação possui sua própria estrutura de beneficiamento, onde basicamente se produzem doces, sucos e molho de tomate, tendo como principal fonte de matéria-prima a uva e o tomate. Quanto aos canais de comercialização, as associações possuem uma larga história de presença na feira da Coolméia de Porto Alegre, a maior e mais antiga da cidade e muito provavelmente do país.

Além desse canal, comercializam para os pontos fixos (fruteiras) da região. Boa parte da produção no momento é comercializada via Econativa, cooperativa regional que articula os agricultores do Litoral e Serra do Rio Grande do Sul. Por meio da Cooperativa, outros canais são acessados, tais como o mercado institucional (PNAE e PAA), redes de supermercados e lojas especializadas da região e outros Estados (Figura 24). As três associações possuem um grupo pequeno de famílias cada (quatro a seis) e, conforme descrito, apesar de realizar sua comercialização de forma separada (por associação), adotam as mesmas estratégias de mercado, portanto, estão sendo apresentadas de forma agrupada aqui.



LEGENDA: 1. Embalagem de banana para venda em supermercados; 2. Ponto de Safra em Caxias do Sul; 3. Estrutura de beneficiamento/transporte do agricultor-intermediário; 4. Reunião semanal da Apemsul; 5 e 6. Ponto de venda de Cooperativa de Consumidores (Coopet); 7. Placa Ponto de Venda de Cooperativa de Consumidores (Ectorres).

FIGURA 23 – IMAGENS DO NÚCLEO LITORAL SOLIDÁRIO

FONTE: O autor (2012).

No que se refere aos instrumentos de gestão, a comercialização feita pelas associações diretamente é coletiva (feira e fruteiras da região), a venda via Econativa é realizada individualmente. No primeiro caso, os custos são rateados e é

cobrada uma porcentagem do volume comercializado, o transporte pertence a uma das famílias que recebe pelo trabalho. No caso das vendas via Econativa, em geral as entregas são feitas individualmente, porém há momentos em que se reúnem algumas famílias, de acordo com a conjuntura do momento (Quadro 9). Assim como nos casos anteriores, as famílias destas associações se reúnem semanalmente para fazer o 'acerto' da feira e definir outros aspectos relativos à organização da produção e das associações. Todas as três associações possuem tesoureiros eleitos que fazem a contabilidade da feira, calculam sobras e realizam os pagamentos semanalmente nas reuniões do grupo.

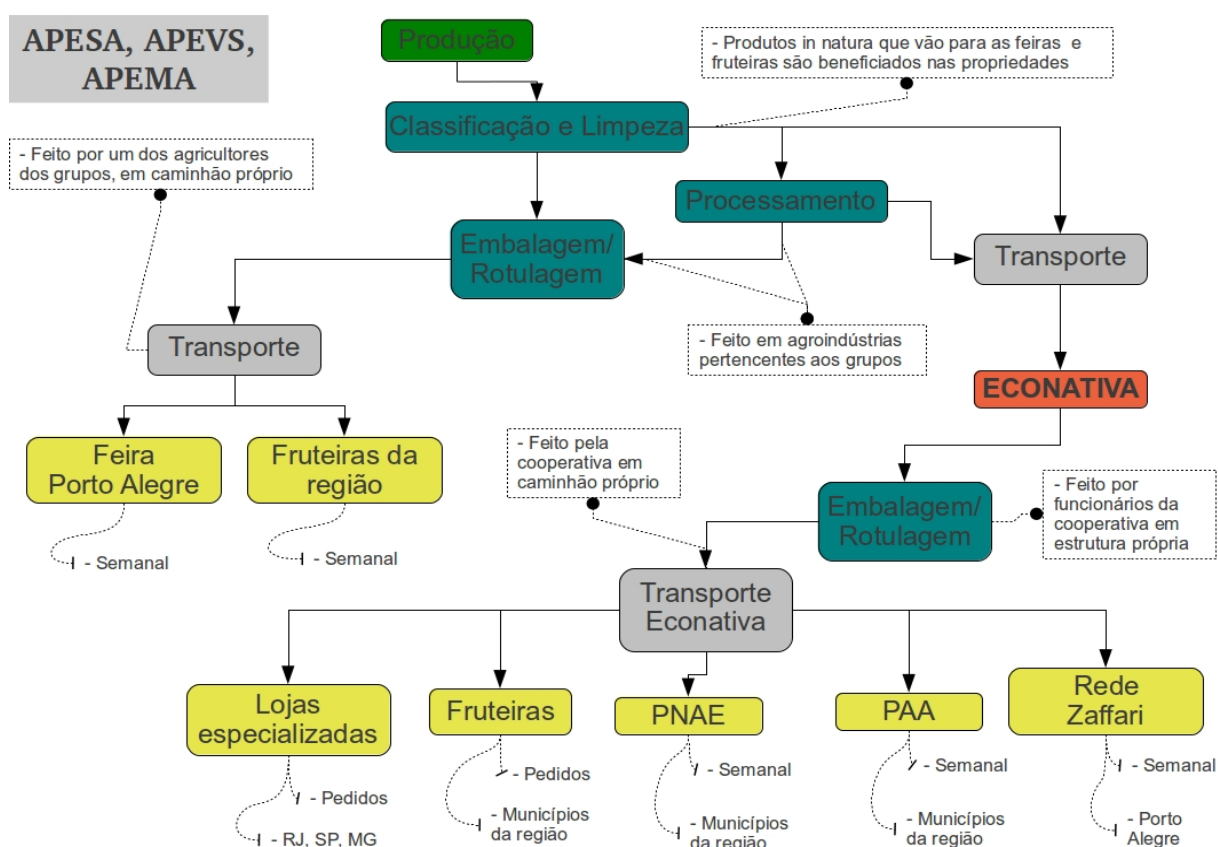


FIGURA 24 – FLUXOGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DA APEVS, APESA E APEMA
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Em todos os casos analisados até o momento cabe destacar que, como a comercialização é feita coletivamente, a divisão de sobras é feita de forma partilhada entre as famílias, independente de quem foi o produto mais vendido. Ou seja, em casos em que todas as famílias mandem quantidades de um mesmo produto, a sobra é dividida proporcionalmente entre todas, independente se o que foi mais

vendido era o de uma ou outra família. Adiante, podem ser observadas algumas imagens do Núcleo (Figura 25).

- **Entregas:** Feiras no sábado. Fruteiras da região aos sábados e durante semana. As entregas feitas para a Econativa são de acordo com pedidos que a Cooperativa faça ou ofertas (excedentes) dos agricultores.
- **Frete:** Na comercialização feita diretamente pelos grupos (Feira e fruteiras) o frete é feito por uma família do grupo e é cobrada porcentagem da comercialização para cobrir o custo. Na comercialização feita via Econativa, cada família leva seus produtos até a sede da cooperativa, por vezes, se agrupam entre algumas famílias. O frete até os pontos de venda são feitos pela cooperativa, cobrando porcentagem do valor vendido por agricultor.
- **Operacionalização:** Um dos agricultores possui caminhão e faz recolhimento nas famílias e transporte até pontos de venda. Pagamentos são feitos toda semana em reunião do grupo. Sobras são divididas proporcionalmente entre os membros do grupo, de acordo com o que cada um enviou. Nas vendas para a Econativa os pagamentos são feitos diretamente pela cooperativa.
- **Gestão:** Cada família envia um controle (romaneio) dos produtos enviados; com base neste controle, e no cálculo das sobras da feira, um tesoureiro eleito pelo grupo faz divisão de sobras, desconto de porcentagem e calcula os pagamentos. A venda em todos os pontos é coletiva. Não existe planejamento formal de produção, no entanto já há um certo acordo entre as famílias do que se produz a cada mês, estabelecido pelos volumes de venda que historicamente vem tendo.
- **Produtos:** Verduras, frutas, legumes e produtos processados, basicamente suco de uva e molho de tomate.

QUADRO 9 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA APEVS, APESA E APEMA
FONTE: Pesquisa de campo (2011).

A Ecoterra faz parte do Núcleo Alto Uruguai, que congrega grupos e associações da região. A associação realiza a comercialização dos produtos de todas as 28 famílias de forma coletiva, via associação, e caracteriza-se pela grande diversidade de canais acessados. A associação agrega agricultores de quatro grupos informais diferentes, situados em municípios da região. Via Ecoterra são comercializados os produtos nas feiras de Erechim e Passo Fundo, em um ponto fixo em Passo Fundo, restaurantes e pequenos mercados em Passo Fundo. Em Erechim a associação mantém um ponto fixo próprio. Além dessas iniciativas, a associação acessa o PAA e PNAE na região e possuem forte presença no Circuito Sul, sendo uma das principais, senão a principal estação que mantém o Circuito em funcionamento. Um dos grupos, de Itatiba do Sul, realiza um processo próprio de comercialização, para além do que é vendido via associação, atendendo a entregas domiciliares, alimentação escolar e realizando uma feira no município. As famílias destacaram ainda a importância das vendas nas próprias comunidades e dentro da própria unidade de produção familiar. O fluxograma do processo de comercialização

da Ecoterra pode ser visto na Figura 26.



LEGENDA: 1. Rótulo de agroindústria da Apema; 2 e 3. Ponto fixo em Antonio Prado; 4 e 5. Ponto fixo em Caxias do Sul; 6 e 7. Central de embalagem e armazenamento da Econativa.

FIGURA 25 – IMAGENS DO NÚCLEO SERRA

FONTE: O autor (2012).

No que se refere aos instrumentos de gestão, a comercialização, à exceção da iniciativa própria do grupo de Itatiba do Sul, é toda realizada coletivamente via associação. O frete é pago em porcentagem sobre o valor entregue em produtos. O

veículo inicialmente era de propriedade da associação e por uma questão de facilidade na gestão, foi adquirido por um dos integrantes, que neste momento assumiu a responsabilidade por todo o transporte (inclusive no Circuito Sul) e que recebe por quilômetro rodado. Perdas e sobras são rateadas proporcionalmente ao volume de produtos enviados (Quadro 10).

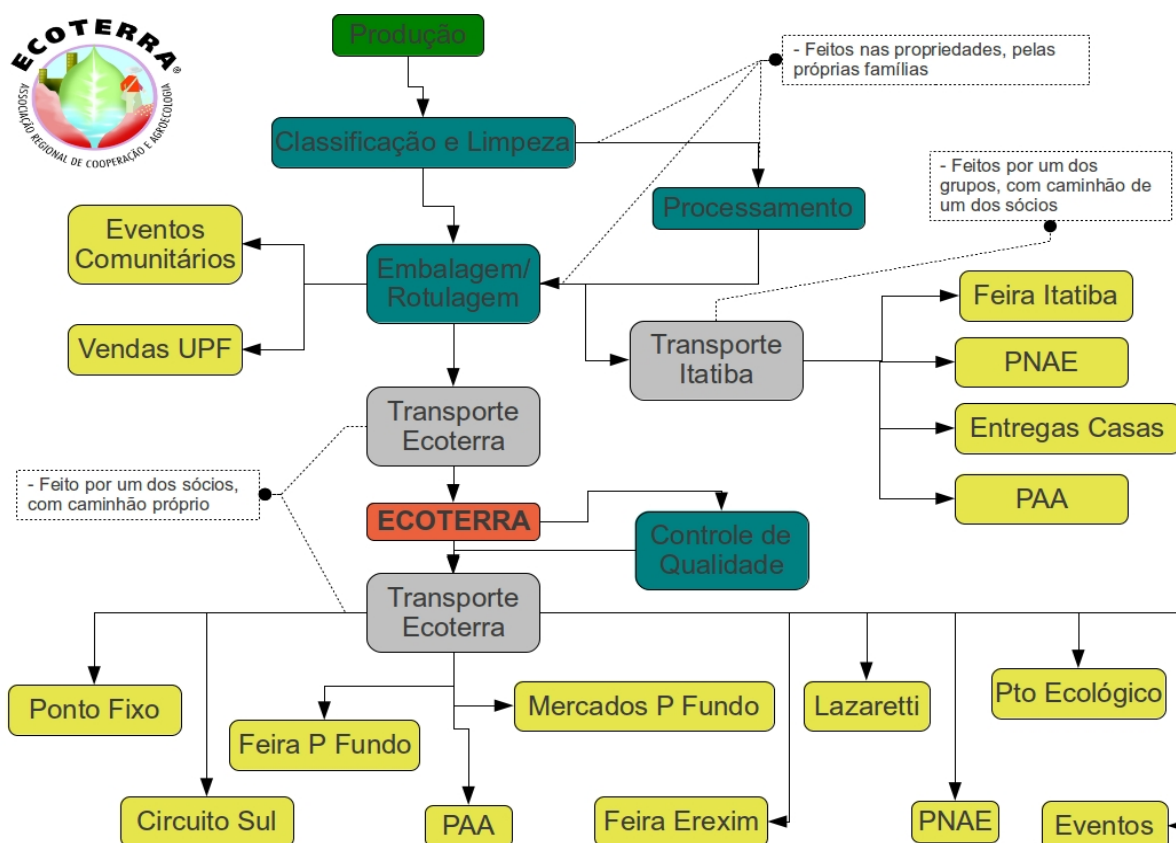


FIGURA 26 – FLUXOGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DA ECOTERRA
FONTE: Pesquisa de campo (2011).

A associação comercializa hortaliças, tubérculos, grãos e frutas. As famílias recebem pagamentos mensais pelos produtos enviados, somando os valores de comercialização em todos os pontos de venda. A contabilidade de toda produção comercializada é feita por um dos agricultores da associação, eleito pelos demais membros, sendo que este mesmo agricultor é o que trabalha no atendimento dentro do ponto fixo da associação. O processo de gestão no caso da Ecoterra torna-se bastante complexo, principalmente no que se refere a esta contabilidade, uma vez que se faz necessário receber os romaneios dos agricultores, verificar os volumes vendidos de cada produto em cada canal, considerando as diferenças de preços

praticados, e lançar as sobras e calcular o ganho de cada agricultor, descontando-se a porcentagem de manutenção.

- **Entregas:** As entregas são feitas todas as terças e sextas, de acordo com a demanda de cada canal.
- **Frete:** Os produtos são recolhidos nas casas das famílias e centralizados na Ecoterra para depois redistribuir nos canais. É cobrada porcentagem sobre o total vendido de cada agricultor, com este valor cobrem-se os custos de frete, no momento o valor é de 22% de todo volume comercializado. O frete é particular e pago um valor por km ao agricultor dono do caminhão. Caso a porcentagem não cubra os custos, este prejuízo é assumido pelo dono do caminhão.
- **Operacionalização:** São feitos romaneios das entregas por família, as perdas e sobras são descontadas proporcionalmente. Um agricultor sócio é funcionário do ponto de venda da Ecoterra e é o responsável pelo cálculo de descontos e porcentagens e dos valores a serem pagos, enviando os pagamentos pelo caminhão.
- **Gestão:** Vendas são todas coletivas, realizadas sempre via Ecoterra, ou seja, a produção é centralizada pela associação. Há casos de vendas nas unidades produtivas e eventos comunitários que são feitas diretamente pelas famílias. Da mesma forma, um dos grupos da associação (Itatiba) comercializa parte da produção por conta própria em seu município, porém, recolhe uma porcentagem para a Associação.
- **Produtos:** A produção é bem diversificada, entregam-se verduras, legumes e frutas, com destaque para os citrus, principal produto da associação. Há alguns produtos beneficiados, tais como panifícios, doces e geleias, porém, ainda sem registro sanitário.

QUADRO 10 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA ECOTERRA
FONTE: Pesquisa de campo (2011).

A opção pela comercialização coletiva agregando diferentes grupos tem gerado dificuldades na gestão e no planejamento da produção da associação, no entanto, a postura dos membros é pela manutenção do formato, por possibilitar maior equidade entre os membros, aspecto que será abordado nos itens a seguir. A associação conseguiu viabilizar, mediante negociação com o governo do Estado, a cessão de um terreno próximo ao centro de Erechim, onde funciona o ponto fixo da organização e onde é feita a feira aos sábados. Nesse espaço também se centralizam os produtos enviados para ser redistribuídos pelos diferentes canais de comercialização e passam por um processo de controle de qualidade (Figura 27).

Esse espaço tem servido como importante ponto de apoio ao processo de comercialização da organização, no entanto, tem resultado em um desgaste político intenso para ela. As mudanças de gestão nos governos estadual e municipal levam a diferentes formas de pressão sobre a organização para que esta abandone o terreno, onde ultimamente há interesse da prefeitura em construir um estacionamento público. As negociações têm gerado muitos desgastes internamente à associação e instabilidades no processo de comercialização. A Ecoterra possui

duas instâncias de articulação, uma primeira dada pelos grupos, que se reúnem mensalmente ou quando há necessidade. A segunda, uma diretoria e um conselho de representantes dos grupos, sendo que estes se reúnem mensalmente.



LEGENDA: 1. Carregamento em família da Ecoterra; 2 e 3. Sede da Ecoterra, onde funcionam a feira e ponto fixo; 4 e 5. Feira de Passo Fundo; 6 e 7. Ponto fixo em Passo Fundo; 8. Família da Ecoterra; 9. Romaneio enviado por uma das famílias.

FIGURA 27 – IMAGENS DO NÚCLEO ALTO URUGUAI
FONTE: O autor (2012).

No núcleo Planalto Norte, em Santa Catarina, a associação pesquisada foi a Afruta. A principal forma de comercialização da Afruta é por meio de feiras nos municípios de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), realizada pela maior parte das famílias da associação. O mercado institucional (PAA e PNAE), as vendas para o Circuito Sul e uma iniciativa de exportação de feijão adzuki (via empresa Gebana) são realizados via a cooperativa regional COMSOL, que agrega agricultores de outros municípios além de Porto União (Figura 28).

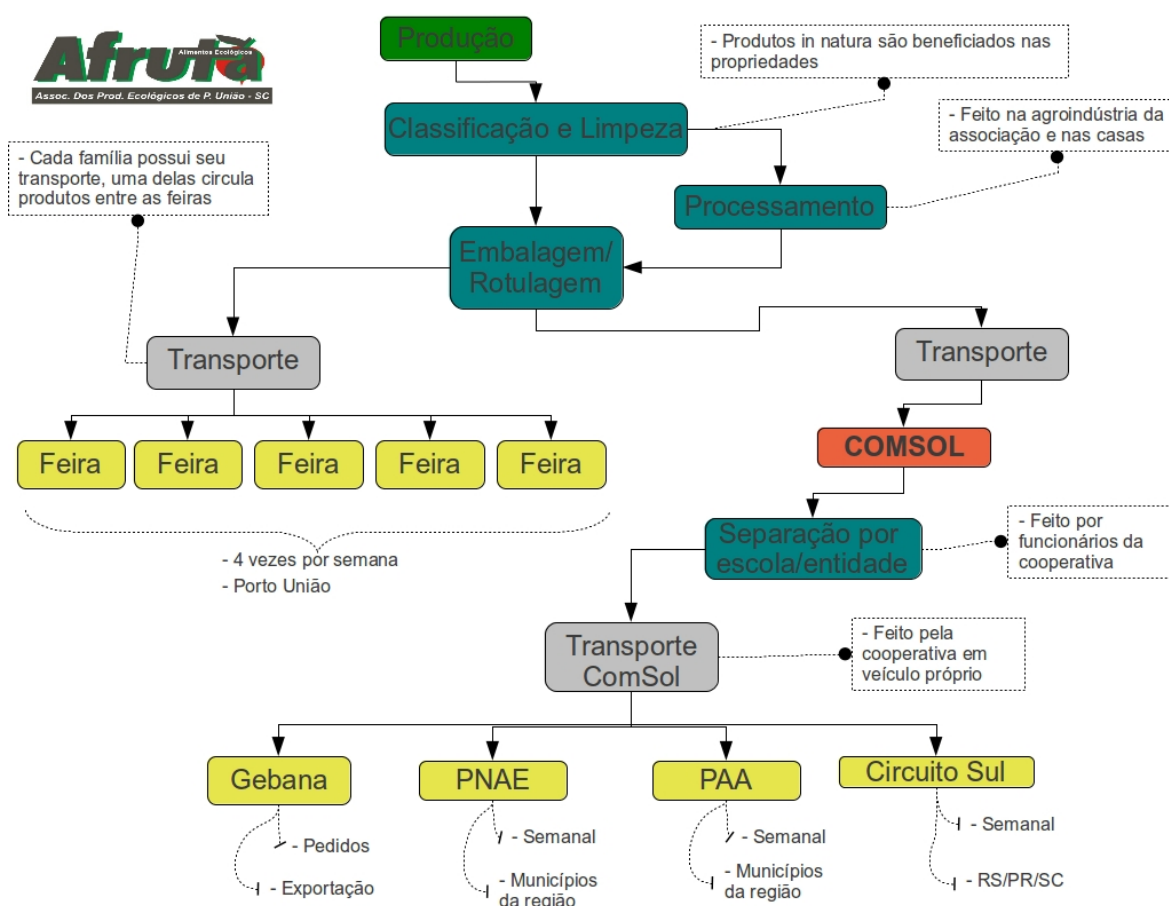


FIGURA 28 – FLUXOGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DA AFRUTA
FONTE: Pesquisa de campo (2011).

A associação possui agroindústria coletiva que processa suco de uva, molho de tomate e alguns doces. Chama atenção no caso da Afruta a estratégia de feiras desenvolvidas, apesar de não estar em um grande centro urbano, nem próximo a um, a associação investiu fortemente no mercado local, iniciando com uma feira no centro de Porto União. Ao perceber a demanda por produtos em outros locais da

cidade, decidiu-se desmembrar a feira em vários pequenos pontos, cada um mantido por uma família. Assim, entre os municípios de Porto União e União da Vitória (não mais de 90 mil habitantes somando zonas urbana e rural), há 22 pontos de feira durante a semana. Na Tabela 16 abaixo descrevem-se os pontos de venda mantidos pela associação e na Figura 29 podem ser observadas algumas imagens do processo de comercialização e pontos de feira da Afruta.

TABELA 16 – PONTOS DE FEIRA MANTIDOS PELAS FAMÍLIAS DA AFRUTA NOS MUNICÍPIOS DE PORTO UNIÃO/SC E UNIÃO DA VITÓRIA/PR

Nº	Local	Dia da feira	Período
1	Terminal urbano centro Mercado Municipal/Porto União	Sexta manha	Manhã
2	Pracinha bairro Santa Rosa Porto União	Terça e Sábado	Manhã
3	Fogueira bairro São Pedro Proto União	Terça e Sábado	Manhã
4	Cidade Nova UNC/Porto União	Terça	Manhã
5	Cidade Nova UNC/Porto União	Terça e Sábado	Manhã
6	Igreja Matriz Centro Porto União	Terça	Manhã
7	Hospital maternidade bairro São Bernardo/União da Vitória	Terça	Manhã
8	Esquina Posto Líder/União da Vitória	Terça	Manhã
9	Próximo Posto Iguaçu Poró União	Terça e Sábado	Manhã
10	Jardim Brasília	Terça	Manhã
11	São Cristóvão em Frente ao Aeroporto/União da Vitória	Terça	Manhã
12	Estação Ferroviária Centro/Porto União	Sábado	Manhã
13	Trevo da Reunidas Posto Fox	Sábado	Manhã
14	Terminal Urbano/Porto União	Segunda	Noite
15	Terminal Urbano /Porto União	Segunda	Noite
16	Terminal Urbano Centro Mercado Municipal/Porto União	Quarta	Noite
17	Posto de Saúde São Cristóvão União da Vitória	Sábado	Manhã
18	Terminal Urbano Centro Mercado Municipal/Porto União	Quarta	Noite

FONTE: adaptado de Afruta (2007).

A Afruta comercializa hortaliças, frutas e grãos, além dos produtos da agroindústria. No que se refere à gestão, a comercialização nas feiras é de responsabilidade de cada família, que mantém seu ponto; das 25 famílias da associação, 18 mantêm um ou mais pontos. Estas vendem seus próprios produtos e de outras famílias da associação, por meio de um mecanismo em que o caminhão

de uma das famílias circula entre os vários pontos duas vezes no período da feira, recolhendo produtos em excesso em um ponto e os redistribuindo entre os demais pontos. No final da feira, esse agricultor contabiliza o que cada um enviou e recebeu e faz o acerto dos pagamentos entre as famílias. Nas demais iniciativas, os pagamentos e a contabilidade são realizados pela Comsol, de acordo com os recebimentos de cada canal de comercialização (mercado institucional, circuito e Gebana). No caso da exportação, os agricultores se vinculam por contrato com a empresa Gebana previamente à safra. Para o mercado institucional, a Comsol realiza uma projeção e planejamento regional da produção para elaborar seus projetos ou acessar os editais do PNAE (Quadro 11).

O transporte é feito por cada família até os pontos de feira, em alguns casos algumas famílias se associam para levar os produtos conjuntamente. O transporte para os demais canais é feito por veículos da Comsol e é cobrada uma porcentagem do valor comercializado para cobrir custos de frete e administrativos. Dos produtos comercializados via Comsol, os pagamentos são feitos em média mensalmente. A Associação realiza reuniões mensais com todos os integrantes.

- **Entregas:** As feiras são feitas às 2ª (2 pontos), 3ª (10 pontos), 4ª (2 pontos), 6ª (1 ponto) e sábado (7 pontos). Circuito sul recolhe produtos em geral às 3ª feiras. PAA e PNAE têm entregas às 3ª feiras, por vezes entregas em outros dias de feira. Gebana compra grãos na safra.
- **Frete:** Nas feiras, cada família leva seus produtos em transporte próprio. Os demais canais são via transporte cooperativa, que cobra porcentagem dos agricultores para cobrir custos e manter ações da cooperativa, atualmente o valor é de 26%.
- **Operacionalização:** As feiras funcionam de forma descentralizada, cada família mantém um ponto (banca) com seus produtos, no entanto, para permitir maior diversificação e regularidade, o caminhão de uma das famílias circula distribuindo produtos de uma banca para outra, em geral, duas vezes por feira. Dono do caminhão recebe porcentagem dos produtos vendidos de outras bancas. O acerto entre as bancas é feito no final de cada dia de feira. ComSol realiza um planejamento aproximado anual para elaborar projetos de PAA e PNAE, quando das entregas vão fazendo consultas às famílias sobre oferta de produtos e passa recolhendo em veículo próprio.
- **Gestão:** Nas feiras, cada família faz a gestão de seu ponto, as vendas de produtos de outras bancas é acertada no final de cada feira. Os produtos comercializados via ComSol (PAA, PNAE e circuito) são enviados com romaneio para controle e o pessoal da cooperativa calcula os pagamentos, feitos em geral, mensalmente. As vendas para Gebana são feitas por contrato e os agricultores aderem previamente à safra.
- **Produtos:** Verduras, frutas, legumes e produtos processados, basicamente suco de uva e molho de tomate. Para Gebana, grãos, basicamente soja e feijão adzuki.

QUADRO 11 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA AFRUTA
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).



LEGENDA: 1. Recolhimento de produtos para atendimento ao PNAE em veículo da Comsol; 2 a 8. Pontos de feira da Afruta; 9. Banner de divulgação e identificação do ponto de feira; 10. Amoras produzidas pela Afruta.

FIGURA 29 – IMAGENS DO NÚCLEO PLANALTO NORTE
 FONTE: O autor (2012). Imagens 4, 5 e 10, Afruta (2007).

No núcleo sul catarinense, a Acevam concentra sua comercialização praticamente em torno da produção de banana, sendo que a produção de hortaliças ou de outras frutas é pouco representativa. Diferentemente de todos os demais grupos estudados – e a grande maioria dos grupos da Rede Ecovida –, a Acevam

não realiza feira ecológica, porém participa do programa Ponto de Safra em Caxias do Sul, tal qual a Apemsul. No mais, suas estratégias de comercialização passam pela venda a uma Rede Supermercadista de Porto Alegre (Rede Unida Sul) e ao acesso ao PNAE e PAA. Destaca-se, porém, da experiência da Acevam, a comercialização da banana feita no pequeno varejo da região, são 36 pontos de venda em oito municípios da região: Praia Grande, São João do Sul, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Jacinto Machado, Ermo, Forquilha e Araranguá (Figura 30).



FIGURA 30 – MAPA COM OS MUNICÍPIOS ONDE HÁ ENTREGAS NO PEQUENO VAREJO (PONTOS VERMELHOS)
 FONTE: Acevam (2011).

Iniciada no segundo semestre de 2008 com alguns pequenos mercados de Praia Grande, município sede da associação, a proposta teve boa aceitação, o que fez com que se buscasse expandir para outros municípios da região. Em função do perfil da comercialização, feita com vendas pulverizadas de pequenas quantidades de banana, faz-se necessário manter uma rede extensa de pontos de entrega, a fim de viabilizar a logística de comercialização. Todos os pontos são mercearias, pequenos supermercados locais, lojas de produtos naturais, cooperativas de

consumidores localizadas em municípios de pequeno porte e que atualmente adquirem da Acevam um volume de banana igual ao absorvido pela Rede Unida Sul em Porto Alegre, aproximadamente 1,5 t/semana (Figura 31).

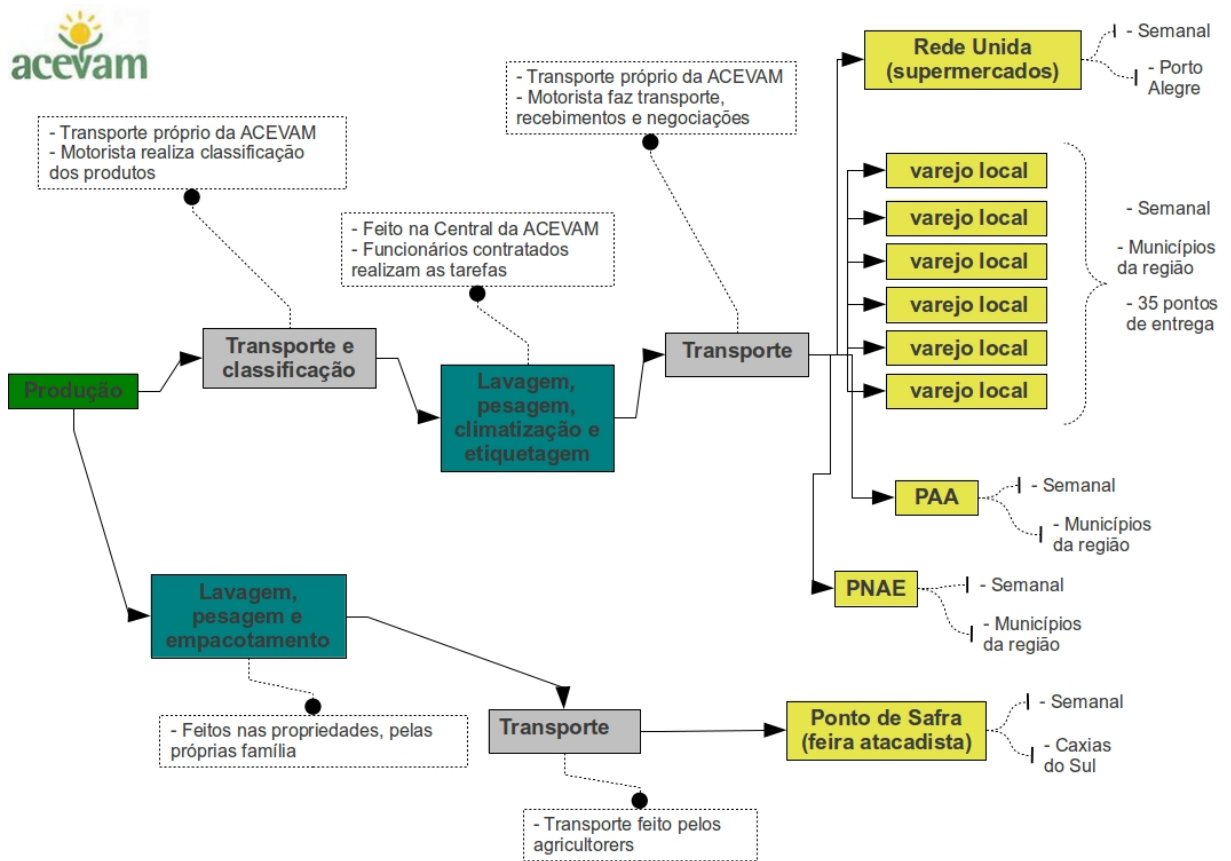


FIGURA 31 – FLUXOGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DA AFRUTA
FONTE: Pesquisa de campo (2011).

O processo de gestão da Acevam é feito por um agricultor liberado e pelo articulador/motorista, que organizam os pedidos, fazem a contabilidade e realizam os pagamentos da entrega anterior no momento do recolhimento dos produtos. O articulador tem a responsabilidade de abrir novos mercados e recebe porcentagem da comercialização para tal. O frete é pago por agricultor de acordo com a distância e o tipo de estrada (asfalto ou chão). A associação realiza reuniões mensais para avaliar o andamento da comercialização e fazer prestação de contas. Os pagamentos são feitos a cada recolhimento de produto, pelo articulador/motorista, de acordo com os pagamentos que vão entrando na associação dos diferentes canais. A associação possui câmara de maturação própria, esta se encontra acoplada a uma agroindústria, que ainda não entrou em funcionamento e a partir da

qual se pretende elaborar subprodutos da banana, tais como doce, balas e banana-passa.(Quadro 12).

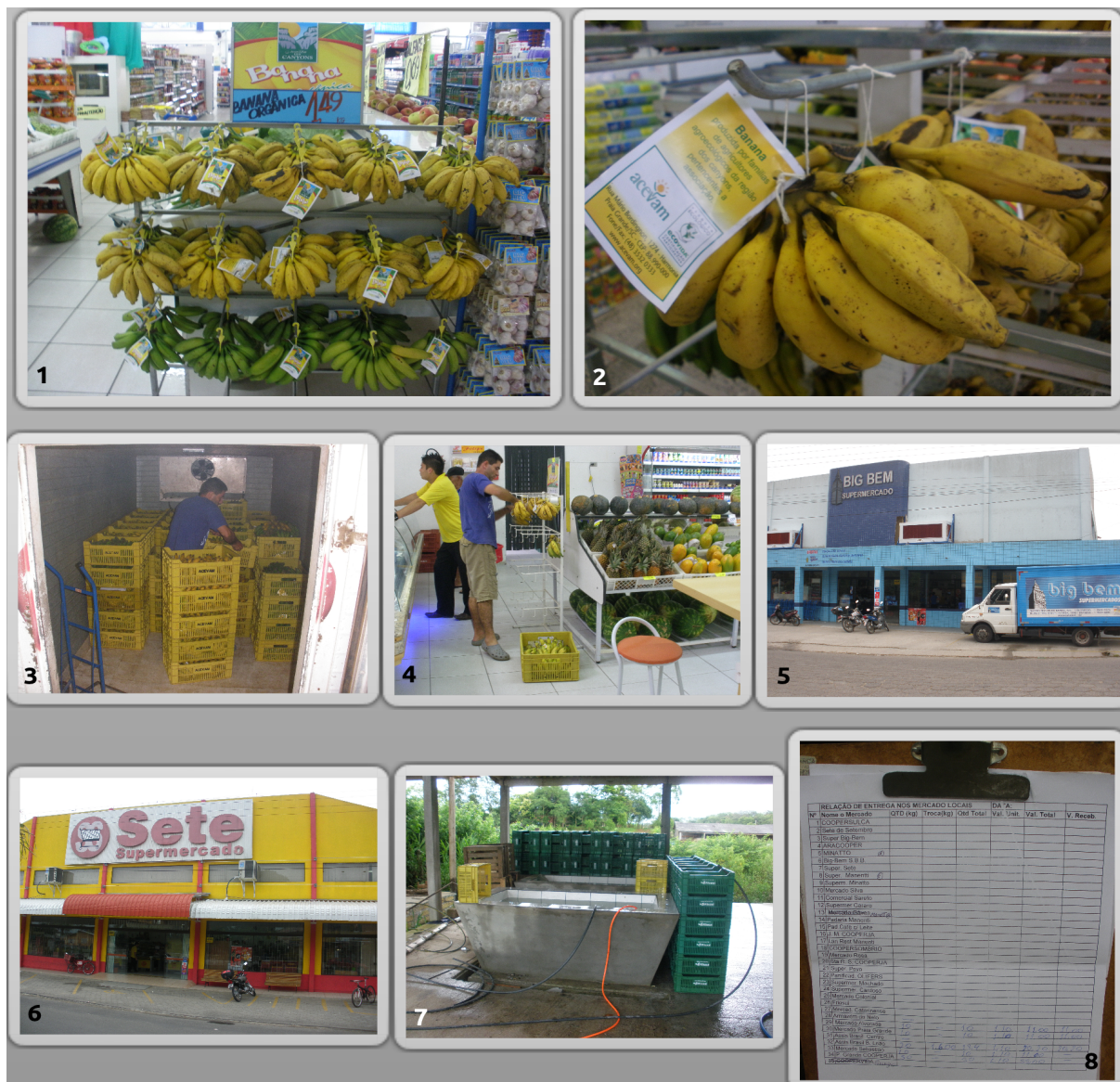
- **Entregas:** Rede Unida (6ª f), Mercados locais (3ª f – Praia Grande, Araranguá, Jacinto Machado, Sombrio), PAA (2ª f – Praia Grande, São João do Sul, Araranguá), PNAE (2ª f – Camboriú, Bombinhas)
- **Frete:** cobrado por agricultor, de acordo com a distância que se encontra, distâncias variam de 5 a 20km. Valor de R\$ 1,00/km em estrada de chão e R\$ 0,80/km em asfalto.
- **Operacionalização:** Parceria da associação com motorista, sendo que este faz os fretes, abre novos mercados, negocia com mercados, faz cobranças e pagamentos aos agricultores. Recebe por comissão de produção comercializada. Pagamentos são feitos no momento do recolhimento dos produtos. Sobras dos mercados locais são assumidas pelo motorista.
- **Gestão:** Feita entre motorista e liberado da associação. Este último elabora e gestiona projetos de PAA/PNAE, faz controles de pagamentos e recebimentos.
- **Produtos:** basicamente variedades de banana (branca e caturra), PAA recebe também verduras.

QUADRO 12 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA ACEVAM
FONTE: Pesquisa de campo (2011).

O trabalho da Acevam, apesar de estar focado em praticamente um só produto – somente no mercado institucional são entregues pequenas quantidades de outros produtos – destaca-se pela experiência inovadora no âmbito da Rede Ecovida de atender a uma rede de pequenos varejistas. Outras organizações comercializam no pequeno varejo, como no caso da Ecoterra, porém, esta é uma estratégia complementar para a associação. No caso da Acevam, em pouco tempo, os volumes entregues no pequeno varejo se igualaram àquele demandado pela Rede Unida, principal canal de comercialização da associação até o momento. Destaca-se, ainda, que o varejo acessado não é de estabelecimentos especializados em produtos orgânicos, mas de mercados e armazéns tradicionais. A estratégia da associação foi a de negociar a colocação de expositores próprios que identificam a banana como sendo ecológica e destacando sua origem (Figura 32).

A última associação pesquisada pertence ao Núcleo Agroflorestal, localizado no Vale do Ribeira Paraná e São Paulo. Na verdade, o núcleo é composto somente pela Cooperafloresta, que articula as famílias da região, organiza a comercialização e realiza assessoria. A Cooperafloresta, assim como a Ecoterra, é uma associação que articula grupos informais, neste caso situados em três municípios (Bocaiuva do Sul e Adrianópolis no Paraná e Barra do Turvo em São Paulo), porém em número maior, segundo informações da associação, 110 famílias, distribuídas em 22 grupos.

No caso da comercialização, esta é toda realizada pela associação, tendo como principais canais as feiras ecológicas de Curitiba e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Para além destas duas iniciativas, há pequenas vendas no varejo, em lojas especializadas e distribuidores de produtos orgânicos, bem como no Circuito Sul (Figura 33).



LEGENDA: 1 e 2. Expositores da banana ecológica no pequeno varejo; 3. Entrega nos estabelecimentos; 3. Reposição dos expositores pelo motorista da Acevam; 5 e 6. Exemplos de pequenos mercados que adquirem a banana; 7. Estrutura de limpeza e maturação da banana da Acevam; 8. Planilha de controle das entregas por estabelecimento

FIGURA 32 – IMAGENS DO NÚCLEO LITORAL CATARINENSE
FONTE: O autor (2012).

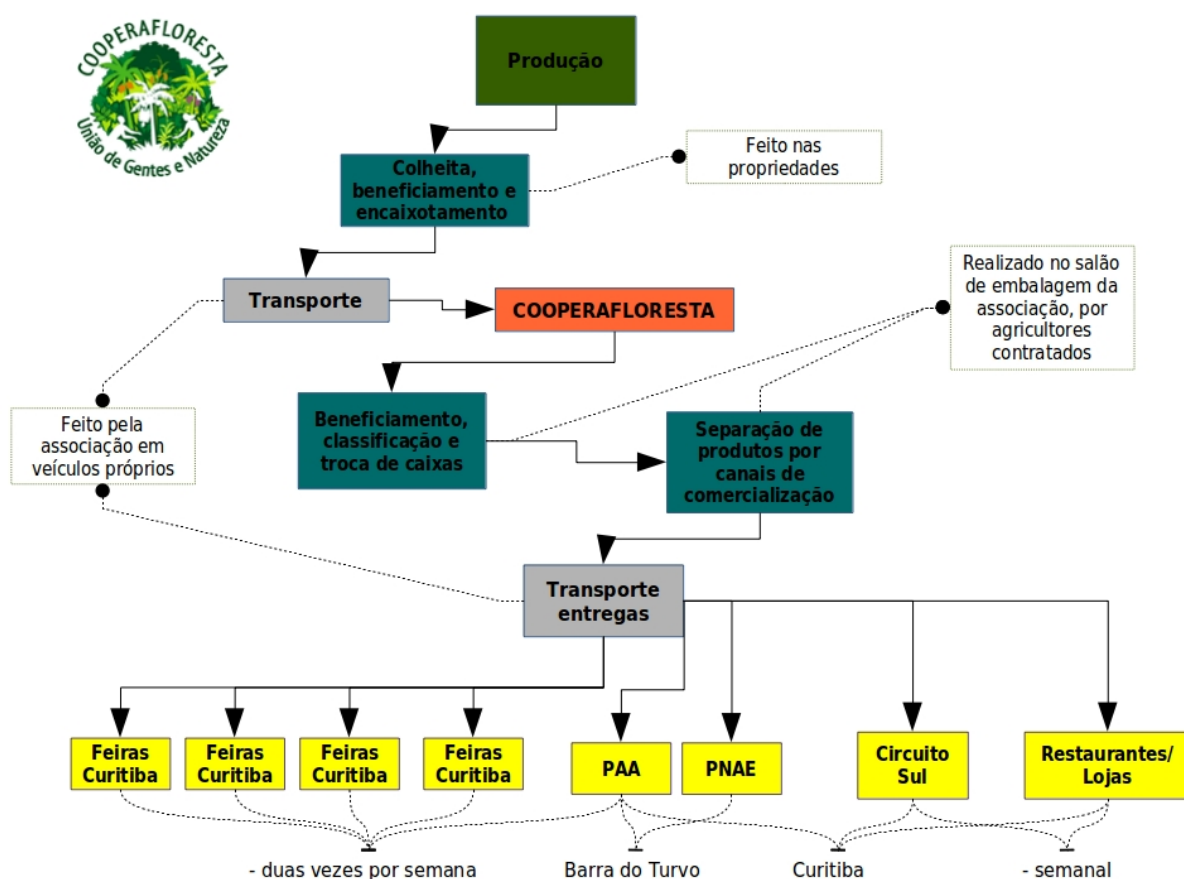


FIGURA 33 – FLUXOGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DA COOPERAFLORESTA
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

O principal produto de comercialização da Cooperafloresta é a banana, no entanto, ao trabalhar com sistemas agroflorestais diversificados, há uma base extensa de produtos comercializados pela associação. À exceção de hortaliças, que pela distância dos agricultores de Curitiba não são possíveis de comercializar com qualidade, os agricultores produzem frutas, tubérculos, palmitos, verduras e processam bananada e goiabada, além do mel. A associação possui um salão de embalagem e um dos agricultores uma micro-agroindústria para processamento da bananada e goiabada, além de uma casa para processamento do mel. No momento está em fase final de montagem uma agroindústria da associação, que comportará também a maturação da banana e a classificação dos produtos.

No que tange às feiras, a Cooperafloresta participa de quatro feiras orgânicas em Curitiba. Tais feiras já se encontram institucionalizadas, sendo administradas pela prefeitura do município. A associação participa com bancas em duas feiras aos sábados e duas às quartas-feiras. Para além das feiras orgânicas, a partir do segundo semestre de 2011, a associação realizou durante o final de 2010 e início de

2011 em um processo de articulação com organizações de economia popular solidária de Curitiba, principalmente padarias comunitárias, a fim de pensar estratégias comuns de comercialização. A partir desse trabalho, duas feiras foram organizadas em parceria em bairros da periferia de Curitiba (Sítio Cercado) e na região metropolitana, no município de Almirante Tamandaré, no Jardim Roma.

As feiras se encontram em fase de afirmação, porém representam importante inovação no âmbito da Rede Ecovida, por articular grupos urbanos de economias solidária e agricultores ecologistas. No caso da feira do Sítio Cercado, são comercializados produtos ecológicos da Cooperafloresta, de uma horta comunitária do bairro e pães convencionais da padaria comunitária do bairro, funcionando aos sábados. Em Almirante Tamandaré o formato de feira parece estar sendo revisto, e as famílias das associação tem pego produtos para comercializar durante a semana em atividades na sede da associação, juntamente com os produtos das padarias e a organização de bazares de roupas usadas (Figura 34).

No que se refere à gestão, a Cooperafloresta, tal qual a Ecoterra, realiza a comercialização de forma centralizada, via associação. O transporte é próprio da associação (três caminhões), e os custos da comercialização (manutenção e combustível, funcionário da câmara de maturação da banana e classificação, motoristas, energia etc.) são cobertos com a diferença entre o valor pago pelo produto ao agricultor e o valor recebido na venda.

Diferentemente das demais associações, que, em geral, trabalham com descontos de porcentagens sobre o volume comercializado, na Cooperafloresta, os agricultores entregam sua produção e recebem um preço acordado internamente pelo produto. A diferença entre este preço pago ao produtor e o valor vendido em cada canal cobre os custos da associação. A contabilidade é feita por funcionária contratada e apresentada nas reuniões mensais da associação (conselho de representantes), os pagamentos são mensais. Apesar de não cobrar porcentagem, o custo de comercialização, por exemplo o frete, acaba sendo dividido de forma proporcional de acordo com os volumes entregues de produtos por cada agricultor, afinal aquele que envia maiores volumes gera maiores diferenças para a associação (Quadro 13).

No entanto, a associação possui uma estrutura organizacional bastante sólida, com uma diretoria de quatro membros, um conselho fiscal e um conselho de

representantes de grupo, que se reúne mensalmente. Além disto, os grupos realizam mutirões semanais ou quinzenais para trabalho nas agroflorestas, que agrupam todas as famílias de cada grupo.

- **Entregas:** Feiras e PAA em Curitiba duas vezes por semana (quarta e sábado). Circuito e lojas, uma vez por semana em Curitiba. PNAE e PAA Barra do Turvo, uma vez por semana (quartas).
- **Frete:** Contabilizado como um todo (salário motoristas, manutenção e combustível) e pago com a diferença de preço entre os produtos pagos aos agricultores e recebidos na comercialização.
- **Operacionalização:** Todas as tarefas são realizadas por pessoas contratadas pela associação, na grande maioria agricultores membros. Agricultores organizam produtos nas caixas, motorista recolhe, pesa, classifica e faz os romaneios. No salão de embalagem os produtos são reclassificados, a banana maturada e é feita a divisão por canal de comercialização. As sobras são absorvidas pela associação.
- **Gestão:** Feita por secretária e gestor da comercialização contratados de fora da associação. A associação possui um acordo interno pelo qual se estabelece um preço pago ao agricultor independente do canal de comercialização, a diferença entre o preço pago ao agricultor e o preço vendido viabiliza os custos da comercialização. Romaneios são feitos pelo motorista e contabilidade pela secretária. Pagamentos são feitos em conta bancária uma vez ao mês. A prestação de contas é feita mensalmente nas reuniões do conselho da associação. A equipe de comercialização (gestão e funcionários) se reúne uma vez ao mês, assim como a equipe de gestão (gestores e diretoria).
- **Produtos:** variedades de banana. Bananada, goiabada, balas de banana e goiaba, mel, frutas, verduras, palmitos e tubérculos.

QUADRO 13 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA COOPERAFLORRESTA
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

De uma forma geral, as organizações pesquisadas possuem muitos aspectos próximos no que se refere ao perfil e a gestão dos processos de comercialização. Com diferentes variantes, a comercialização é realizada de forma coletiva na grande maioria dos casos. Os objetivos propostos pela Rede Ecovida como viés do processo de comercialização são, em grande medida, atendidos, pela prioridade dada ao mercado local e na quase totalidade das experiências, pelo atendimento prioritário os mercados locais. Aspectos referentes ao acesso da população aos alimentos puderam ser captados de forma menos aprofundada, pela dificuldade de realizar estudos comparativos de preços, por exemplo, em cada caso. Em geral, os agricultores e gestores afirmam praticar preços iguais ou pouco acima dos produtos convencionais, destacando que a regularidade no preço durante o ano se constitui como elemento que facilita o acesso.



LEGENDA: 1 e 3. Feiras em parceria com grupos de economia solidária; 2 e 4. Feiras orgânicas de Curitiba; 5. Um dos caminhões da Cooperafloresta; 6. Caminhão realizando carregamento; 7. Descarregamento feito no salão de embalagem e maturação da associação; 8 e 10. Produtos da Cooperafloresta; 9. Controle de entregas dos agricultores feito pelo motorista.

FIGURA 34 – IMAGENS DO NÚCLEO AGROFLORESTAL
FONTE: Cooperafloresta (2011). Imagens 5, 6, 7 e 9, O autor (2012).

A partir desse entendimento da organização e funcionamento dos processos de comercialização de cada grupo/associação pesquisado, realiza-se uma análise desses procedimentos, formatos de gestão, mecanismos de organização coletiva.

Articulados às demais informações obtidas nas entrevistas, aos questionários de campo e ao processo de observação participante, compreende-se que se pode aprofundar alguns aspectos sobre o perfil da construção social dos mercados no âmbito dos grupos pesquisados, a fim de extrair elementos que possam caracterizar uma proposta alternativa de organização dos sistemas agroalimentares.

5.4 CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS ALTERNATIVOS NO ÂMBITO DA REDE ECOVIDA

O mais importante de tudo acho que é a vida que a gente tá preservando, a vida da gente, o meio ambiente e mais os consumidores, porque são duas pontas que precisam uma da outra produtor e consumidor precisam um do outro, dependem um do outro.
(Olivirde Marchado, agricultor ecologista)

A realidade apresentada na descrição das formas de comercialização construídas pelos grupos em estudo explicita o caráter complexo e diferenciado que assumem as organizações vinculadas à Rede Ecovida no momento da comercialização. De fato, na grande maioria dos casos, uma das características essenciais ao processo de construção de canais em questão está na diversificação de estratégias de escoamento da produção.

De forma geral, prevalecem nos grupos em questão as feiras ecológicas, como ferramenta central de estruturação da estratégia geral de comercialização de cada grupo/associação. Alguns aspectos podem ser destacados desta realidade, que evidenciam o caráter das feiras ecológicas como um espaço socialmente construído, onde o princípio da troca se mescla a um conjunto de relações sociais estabelecidas entre agricultores e entre estes e os consumidores. Quatro destes aspectos serão destacados a seguir.

Em primeiro lugar, as feiras possuem a denominação de ecológicas por se caracterizar como espaços exclusivos para a comercialização deste tipo de produto, ou seja, são raros os casos observados (um dos pontos de feira da Afruta e o Ponto de Safra em Caixas do Sul/RS) em que há uma mescla entre bancas que vendem na mesma feira produtos ecológicos e convencionais. Porém, as bancas dos grupos da Rede Ecovida comercializam exclusivamente produtos ecológicos. Esta

característica possui relação direta com a necessidade de, num primeiro momento, estabelecer uma comunicação clara com o consumidor, ou seja, evitar a confusão entre o que é e o que não é um produto ecológico, muito comum na população em geral, notadamente quando se mesclam as denominações artesanal, natural, colonial ou da agricultura familiar.

Este aspecto representa importante ponto de discussão no âmbito da Rede Ecovida, havendo uma clara definição pelo melhor esclarecimento possível sobre as características do produto, seja por responsabilidade e compromisso com os consumidores, seja pela valorização das qualidades intrínsecas do produto. Em um segundo momento, a delimitação dos espaços da feira para a comercialização exclusiva de produtos ecológicos responde à necessidade de construção de uma identidade entre os agricultores e destes com a proposta da agroecologia, bem como a agregação dos consumidores neste processo. Comumente, as feiras ecológicas acabam por se tornar espaços de manifestações culturais e políticas em torno do produto ecológico. Como exemplo, pode-se tomar as campanhas contras os transgênicos e agrotóxicos, amplamente difundidas nos espaços das feiras ecológicas.

O segundo elemento a se destacar como aspecto diferenciado das feiras ecológicas é a presença permanente do agricultor no espaço de comercialização. Ou seja, a venda é realizada pelos próprios agricultores que integram a Rede Ecovida, caracterizando as feiras ecológicas como espaços de venda direta do produtor. As formas de organização e representação em torno deste princípio comum da venda direta do produtor variam enormemente, podendo caracterizar maior ou menor vínculo e compromisso com os consumidores, bem como com o próprio funcionamento e organização das feiras. Em geral, a comercialização é feita de forma coletiva, em pequenos grupos, sendo que cada grupo possui uma banca com os produtos de seus integrantes. Na seção anterior destacamos algumas das formas de gestão desse processo coletivo de venda. Porém, muitas outras situações podem ser observadas, nos casos da Cooperafloresta e Ecoterra, por exemplo, associações que agregam vários grupos e que comercializam seus produtos como associação. Nesses casos, a participação na feira se dá de forma representativa, ou seja, alguns agricultores representam a associação no momento da comercialização nas feiras.

Diferentemente da comercialização coletiva em pequenos grupos, em que há um revezamento na participação, neste caso observa-se um menor envolvimento e compromisso dos agricultores por participarem menos dos momentos de comercialização. Essa preocupação é evidente nas entrevistas realizadas principalmente com os gestores das duas associações em questão. Muitas outras formas podem ser observadas no âmbito da Rede Ecovida. Em primeiro lugar, é preciso destacar que as bancas não se encontram fechadas à comercialização de produtos de outros grupos da região ou de outras regiões, aspecto bastante evidente no caso dos produtos que circulam pelo Circuito Sul. Há casos, porém, em que as bancas são individuais, montadas por família, havendo negociações de venda em consignação de produtos de outros membros do grupo, bem como relações de compra e revenda entre famílias de um mesmo grupo ou de venda separada dentro da mesma banca, ou seja, os produtos não são reunidos, mas vendidos por produtor.

Tais formatos familiares apresentam facilidades em sua gestão, evitando a realização de controles mais complexos, negociações, realização de reuniões e, principalmente, dirimindo conflitos em torno da qualidade e padronização dos produtos. No entanto, não são esses os casos presentes na maioria das realidades observadas a campo, tanto em sua etapa individual quanto coletiva. De uma forma geral, a comercialização coletiva prevalece, e a resolução de conflitos, por exemplo, em torno da padronização, bem como a necessidade de uma maior frequência de reuniões, é vista como meio de fortalecimento do grupo como espaço coletivo e unidade gestora do processo de comercialização.

O terceiro aspecto relevante na constituição das feiras ecológicas refere-se justamente à perspectiva coletiva de comercialização. Apesar das diferentes relações estabelecidas no momento de gestionar a comercialização, predominam as formas coletivas de gestão que, mesmo complexificando bastante os mecanismos de controle e organização de entregas e pagamentos, são vistas como fundamentais pelos grupos. De fato, essa perspectiva não se sustenta necessariamente em um caráter estritamente ideológico, uma vez que diversos grupos manifestam ser a comercialização coletiva a melhor ou a única forma de viabilizar uma feira. A necessidade de agregar volumes de produtos, ampliar a diversidade de oferta, a racionalização de custos, a viabilização do frete estão entre alguns aspectos

concretos que explicam a prioridade dada às formas coletivas de gestão. No entanto, cabe ressaltar que a perspectiva da agroecologia assumida pela Rede Ecovida pressupõe a criação de instâncias coletivas, anteriores ao próprio processo de comercialização. Da mesma forma, o caráter 'utilitário' deste processo de organização fortalece as relações políticas e sociais dentro do grupo, entre grupos (em rede) e destes com a sociedade em geral, ou seja, reforçam o caráter ideológico da proposta da agroecologia. Essa realidade fica bastante evidente no depoimento de um dos técnicos que acompanham e auxiliam na gestão dos processos de comercialização no Núcleo Serra do Rio Grande do Sul:

O aspecto dela ser coletiva, eu acho que gera conflito, depende do nível de organização. É como a gente tava conversando, a questão da ética, essa questão comercial ela gera conflitos por aspectos de organização. Agora, o pessoal que faz feira em Porto Alegre, as associações que fazem feira em Porto Alegre, é uma comercialização coletiva, mas ela já é pré-ajustada. Então o pessoal já sabe que se o produto foi feio ele vai ser devolvido e vai ser descontado dele, né [...] Então, vamos dizer assim, é uma constante administração de conflitos. [...] É mais vantajosa [*a forma coletiva*]. De novo no aspecto econômico, quando eu falo econômico é diluir o custo do todo, principalmente de novo no aspecto logística, acho que esse é o grande fator positivo. Que isso vai interferir acho na remuneração do agricultor, acho, não tenho certeza. E acho que o fator negativo é exatamente essa necessidade de estar permanentemente administrando a possibilidade de conflito: padronização de produto, garantia de volume, vende mais de um do que do outro, planejamento de produção, é nesse sentido. Mas senão, o pessoal por necessidade, a questão da comercialização coletiva, ela não se deu por uma ideologia, ela se da por uma necessidade. [...] O grande exemplo disso foi a questão da Coopeg, quando a Coopeg começou se organizar pra mercado, ela fortaleceu e cresceu tá? E ela cresceu não só em termos de volume de comercialização, ela cresceu enquanto ideologia cooperativa. Acho que é fundamental isso. Onde não acontece esse crescimento, não tem como tu administrar esse conflito se tu não se entender nesse meio cooperativo. [...] O que a gente percebeu assim, são vários os casos, mas alguns casos onde não acontece essa incorporação do coletivo, esse fortalecimento do coletivo, alguma pessoa acaba predominando e dominando, e aí acaba o grupo. Então, vamos dizer assim, a questão de mercados ela é fundamental na manutenção ou não do grupo, da associação, cooperativa, o que for, né? Quando é bem gerenciado fortalece, quando é mal gerenciado, quebra, não tem meio-termo. (Gestor 4, Núcleo Serra. Pesquisa de campo).

Por fim, a quarta característica considerada de relevância na análise das feiras ecológicas refere-se ao vínculo com o consumidor. Conforme já abordado, ao tratar da venda direta do agricultor, a feira caracteriza-se para essas famílias como um espaço que apresenta horizontes muito mais amplos que os da mera obtenção de renda. Os depoimentos dados pelos grupos e pelas associações pesquisados indicam um forte processo de aproximação e estabelecimento de vínculo social com o público consumidor. O vínculo estabelecido entre agricultores e consumidores

neste momento das feiras reforça este aspecto de compromisso e a perspectiva do diálogo que se abre a partir dessas estratégias diferenciadas de comercialização, conforme pode-se observar no depoimento dos agricultores que realizam feira em Porto Alegre.

E tu pega uma feira convencional, ali o pessoal chega na feira e só quer vender, né? Na nossa feira tu além de vender o produto, tu conversa com o cliente, o cliente tá conversando, fica na dúvida, tu vai lá explica pra ele, conversa com ele, já chega outro, e tá tá tá, e você dá atenção pro cliente, tem essa relação que é muito forte, então cria um laço maior. (Apevs/Apema/Apesa. Núcleo Serra. Pesquisa de campo).

Assim como toda relação social em construção, esse diálogo não ocorre sem tensões e conflitos, algumas das falas dos grupos e das associações pesquisados referem-se à dificuldade em lidar com as queixas e exigências dos consumidores. Da mesma forma, o fato de as feiras ecológicas se caracterizarem pelo contato direto entre agricultores e consumidores, este se dá de forma diferenciada, levando em conta, inclusive, as próprias diferenças nas formas de participação e organização das feiras em cada grupo e associação. Porém, prevalecem amplamente as avaliações de caráter positivo, tal como demonstrado na avaliação da Apevs/Apema/Apesa, tomada como referência.

Nesse sentido, **a feira ecológica configura-se como a experiência básica e fundamental na experimentação da construção social de mercados alternativos no âmbito da Rede Ecovida. É a partir da constituição das feiras ecológicas que se adquire e desenvolve a experiência em torno da gestão administrativa da comercialização, do planejamento da produção e organização da propriedade, da organização coletiva e criação de mecanismos de resolução de conflitos, da vivência de novas sociabilidades para além daquela restrita à família e à comunidade. Fundamentalmente, a feira ecológica é o meio que possibilita a aproximação – uma primeira experiência didática – enfim, o diálogo inicial com os mercados, numa perspectiva diferenciada e com resultados econômicos efetivos.** Essa perspectiva se materializa na vivência da construção social de um mercado, ou seja, da intervenção neste, algo alheio à realidade anterior da maioria das famílias pesquisadas que, em sentido contrário, possuíam uma relação de submissão em suas incursões esporádicas e passageiras pelos caminhos do mercado agroalimentar hegemônico antes do trabalho com a agroecologia.

Como elemento inicial da análise da construção de mercados alternativos no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia, as feiras ecológicas evidenciam a utilidade da perspectiva de enraizamento apontada pelos autores da NSE. Seu surgimento se dá a partir do desenvolvimento de relações em rede estabelecidas inicialmente entre os agricultores e a partir de sua implantação, entre estes e consumidores. A implantação de feiras ecológicas, na grande maioria dos casos, se deu na perspectiva de ocupação de espaços vazios, que se configuram como '**espaços de criação**', no sentido de que são alternativas inexistentes dentro dos parâmetros e possibilidades da comercialização de produtos orgânicos no âmbito do sistema agroalimentar hegemônico. Ou seja, os **espaços de criação** são espaços onde o novo se realiza e que, pelas suas características, não podem ser ocupados ou reproduzidos pela lógica hegemonicamente estabelecida, pelo contrário, se ocupam do enfrentamento a esta, mesmo que desenvolvidos em seu âmbito.

Conforme apontado, sua dinâmica de funcionamento se encontra permeada por sociabilidades que superam o caráter meramente mercantil da relação de troca em torno da oferta e compra de produtos ecológicos. Seu desenvolver se dá mediante o estabelecimento e restabelecimento de acordos entre os atores envolvidos. Os agricultores, atores centrais no processo, participam ativamente de sua construção, fortalecendo sua capacidade de intervenção nos mercados e, conseqüentemente, em toda a sociedade. Seu funcionamento se estabelece a partir da negociação constante entre agricultores e seus grupos e destes com o público consumidor, definindo parâmetros de qualidade do produto, compartilhando relações de confiança e credibilidade em torno da origem dos produtos e veracidade da qualidade ecológica, assim como de fidelidade na compra e compreensão das dificuldades inerentes à produção agrícola.

Por outro lado, as feiras, apesar de em muitos casos representarem a principal fonte de renda de vários grupos, apresentam limites em relação ao seu desenvolvimento e capacidade de expansão. Em primeiro lugar, faz-se necessário destacar que a criação e manutenção de feiras ecológicas demandam um significativo esforço político e organizativo por parte das organizações de agricultores e de assessoria. Conforme dito, ao se realizar em '**espaços de criação**' dentro do mercado estabelecido, a organização das feiras ecológicas demanda o mapeamento de possíveis espaços para sua montagem, viabilização de

infraestrutura, divulgação, diálogo com atores urbanos (associações de bairro, escolas, sindicatos etc...) e a negociação com os poderes públicos locais, muitas vezes previamente e em muitas outras após o 'fato consumado', ou seja, a realização da feira. Considere-se que as ações destacadas anteriormente tratam dos aspectos da implantação da feira em si, porém, para poder iniciar esse processo de negociação, uma série de outros aspectos técnicos, produtivos e de logística já deve estar estruturada de forma a que, a partir do momento em que se viabiliza a implantação da feira, esta já possa ser abastecida e posta em funcionamento. Dentre estas atividades prévias, pode-se considerar o planejamento e levantamento de produção, a organização do recolhimento de produtos, a aquisição e viabilização de materiais e equipamentos necessários (caixas, balanças, barracas, transporte, embalagens, entre outros) e fundamentalmente a formação das famílias em torno da qualidade e higiene dos produtos, de seu acondicionamento, dos controles de envio e pagamento de produtos, bem como gerar capacidades em torno do atendimento e diálogo com os consumidores.

Em síntese, a realização de uma feira ecológica pressupõe um processo mínimo de organização social e de assessoria e acompanhamento que em muitas realidades é mais difícil concretizar. Considere-se que são muito poucas ou quase inexistentes as políticas públicas de apoio estrutural e principalmente de assessoria e formação neste campo. Formação esta que demanda um perfil de profissionais e orientação diferenciada daquela observada comumente, por exemplo, nos órgãos de extensão estatais. Com isso, restringem-se as possibilidades de expansão das feiras ecológicas, tanto em termos de ampliação das feiras existentes, como principalmente em torno da abertura de novos espaços.

Alia-se a isso um ponto de tensionamento observado nos grupos pesquisados no que se refere às possibilidades e ao interesse de abertura de espaços nas feiras ecológicas existentes. Notadamente da parte dos gestores do processo de comercialização em cada região, sejam eles técnicos ou agricultores, observa-se uma leitura de que há espaço para ampliar as feiras existentes e que, em geral, a incorporação de novos grupos ou famílias às feiras leva não a uma perda ou divisão do espaço de vendas, ao contrário, ao aumentar a oferta em volume e diversidade, ampliam-se como um todo os volumes comercializados. No entanto, esta leitura não se faz presente de forma tão incisiva entre os grupos. Nos grupos focais realizados,

pôde-se constatar restrições por parte de alguns grupos já estabelecidos em relação à abertura das feiras e, principalmente, críticas por parte de outros em relação a esse fechamento. Predomina uma visão consensual de que na maioria dos municípios há espaço e demanda para abertura de novos pontos de feira, porém não se verifica esse mesmo consenso em torno da ampliação das feiras existentes. Os depoimentos abaixo, de um dos grupos focais realizado e de um dos gestores de comercialização, deixam evidente os conflitos e as contradições em torno das possibilidades, mas também das condições dos grupos em ampliar as feiras ecológicas existentes.

Mas a feira é bom, porque o seguinte, tu sai daqui para Porto Alegre dá 200Km, em duas horas, tu tá lá, depois de você já tá com dinheiro no bolso, depois de uma semana para outra tu pode ver o que pode vender ou que não pode vender, só que tinha que abrir mais espaços pros grupos, hoje nós 'tamos' trabalhando [...] Porto Alegre é muito grande, porque que tem só num lugar, nós do grupo tem 14 'família', não custa hoje cada um vendesse uma moto, comprasse um ônibus, em boas condições, que pudesse rodá até Porto Alegre, botava um motorista, vendia lá, voltava todo mundo com dinheiro no bolso. Lá onde nós tamo fazendo [Bento Gonçalves] é muito longe e muito pequeno (Rio Bonito, Núcleo Litoral Solidário. Pesquisa de campo).

Os grupos mais recentes, até mesmo por não ter espaço nas "boas feiras", e quem que tem as "boas feiras" hoje, Caxias, Bento... Bento ainda tem espaço, mas Caxias e Porto Alegre, por exemplo, tem teoricamente um limite que eu acho que não atingiu o limite ainda, mas pra quem tá na feira já atingiu o limite, então não tem espaço pra novos produtores, ao menos que se abram outras feiras. Então estão buscando outros mercados, e aí que entra forte a questão dos mercados alternativos que não a feira, principalmente PAA e alimentação escolar (Gestor 4, Núcleo Serra. Pesquisa de campo).

Ou seja, ao mesmo tempo em que, em uma análise geral, observam-se muitas possibilidades de expansão das feiras como mecanismo alternativo de mercado, há um certo fechamento por parte dos grupos já estabelecidos em relação à integração de novas organizações ao processo. Isso no caso das feiras estabelecidas e, mesmo nestes casos, este é um ponto de debate no interior da Rede Ecovida, já que algumas organizações consideram interessante a ampliação das feiras existentes e outros entendem que não é possível abrir mais espaços nestas. Porém, o principal ponto em questão trata da ampliação do número de feiras, este sim avaliado como o grande potencial em questão. No entanto, as organizações estabelecidas não priorizam, ou não têm condições para tal, esta expansão; as organizações de assessoria se encontram cada vez mais fragilizadas em termos de composição de equipes de trabalho e, por fim, o contexto geral do

mercado de orgânicos e da abertura do mercado institucional tem demandado volumes de produção que acabam por colocar em segundo plano este esforço de expansão. Mesmo assim, cabe ressaltar que grupos em formação têm buscado, historicamente, sempre iniciar sua atuação na comercialização, a partir das feiras ecológicas, ou procurar criar ou participar de uma feira no decorrer de seu trabalho, no sentido de que esta venha a compor sua estratégia de construção de mercados.

Porém, a condição para ampliação das feiras existentes e principalmente pela abertura de novos pontos de feira não passa somente pela decisão dos grupos e das organizações envolvidos no processo. Há uma necessária relação a ser estabelecida com o poder público local em torno da concessão de alvarás, liberação de espaços públicos e vigilância sanitária, que são determinantes para as possibilidades de expansão das feiras ecológicas. O que se torna evidente nas realidades pesquisadas é que, à exceção de Caxias do Sul com o Ponto de Safra, Canoas e Bento Gonçalves, todos no Rio Grande do Sul, as feiras não são o resultado de políticas públicas promovidas pelos governos locais ou estaduais. Na grande maioria dos casos, as feiras são autorizadas pela negociação e(ou) pressão política dos grupos interessados, sendo o Ponto de Safra muito provavelmente o exemplo isolado de uma ação mais proativa de uma prefeitura. Nos demais casos, a realidade se caracteriza pela aceitação e simples regularização ou pelo conflito e enfrentamento entre grupos e poder público. Este é o caso da Ecoterra, com problemas frequentes e muitas dificuldades de negociação com a vigilância sanitária municipal, bem como com a manutenção do terreno cedido pelo governo estadual. No caso da Cooperafloresta, com a excessiva burocratização por parte da prefeitura de Curitiba; na Afruta, por outro lado, os relatos dão conta de uma atitude passiva do poder público, que se restringe à concessão dos alvarás, obtidos pela pressão política que a associação exerce.

Nesse sentido, as possibilidades para uma ampla difusão da estratégia das feiras ecológicas se veem restringidas pelas condições conjunturais de cada localidade ou região. A ausência de políticas públicas, aliada a uma fragilidade política das organizações vivenciada nos últimos anos, tem dificultado a expansão das feiras ecológicas. Porém, a limitação à expansão das feiras pode ser explicada também por outros motivos, inerentes à sua lógica de funcionamento e ao seu perfil de abastecimento e consumo. De fato, um dos aspectos mais destacados pelos

agricultores como virtude das feiras, a absorção de uma grande diversidade de produtos em escalas menores, configura uma limitação quando se trata de produtos cultivados em escala, quase sempre presentes na realidade da agricultura familiar. O caso da banana no litoral gaúcho e catarinense, bem como na Cooperafloresta, evidencia esta realidade, as feiras absorvem importantes volumes de uma grande diversidade de produtos e representam uma parte considerável da renda gerada. No entanto, as feiras não têm sido capazes de absorver os volumes produzidos de banana nessas regiões, à exceção do Ponto de Safra em Caxias do Sul, que se caracteriza como um 'mercado de safra', vendendo grandes volumes a preços mais acessíveis.

Ou seja, a conjuntura política (externa e internamente) desfavorável na grande maioria dos casos, bem como as limitações em absorver maiores volumes de uma menor diversidade de produtos, apresenta limites à adoção da feira ecológica como único canal de comercialização por parte dos grupos pesquisados. De fato, este é o mecanismo visto com mais virtudes e possibilidades por parte dos grupos, mas também é consenso a leitura sobre os seus limites. Considera-se que, em um contexto de ausência quase total de políticas públicas para o fomento desta estratégia, as feiras ecológicas tal qual estruturadas no momento possuem limites em sua capacidade de absorção dos volumes produzidos pelos grupos da Rede Ecovida e, principalmente, para inserção de novas famílias no processo.

Agrega-se a essa realidade o fato de a feira ecológica ser um processo de comercialização que, mesmo avaliado positivamente, tem gerado alguns desgastes para os grupos que delas participam há algum tempo. Entre as dificuldades expressadas pelos grupos está a penosidade do trabalho nas feiras. A regularidade das feiras obriga a presença todas as semanas nas bancas, restringindo possibilidades de dias livre ou de descanso que coincidam com os dias de feira. Para além dessa questão, o trabalho na feira exige que as famílias despertem na madrugada do dia da feira, às vezes realizando deslocamentos longos, sendo que o dia anterior foi todo ocupado na colheita e no condicionamento dos produtos, para que cheguem o mais frescos possível nas bancas. Dessa forma, conforme já abordado, muitos agricultores têm demonstrado um certo 'cansaço' em continuar trabalhando nas feiras. Alia-se a esta penosidade a ausência de infraestrutura, obrigando a montagem e desmontagem de bancas a cada feira, bem como a

dificuldade de acesso a sanitários que limitam as condições de trabalho. Por fim, há uma clara restrição das feiras relacionada aos consumidores, uma vez que a maioria delas ocorre uma vez por semana e restringem a oferta de alimentos ecológicos para seus frequentadores, que passam a ter que buscar outros espaços para aquisição de produtos no restante da semana.

Em contrapartida, os relatos obtidos a campo mostram que a flexibilidade da estratégia em termos da diversidade de produtos absorvidos, da negociação dos padrões de qualidade, bem como da regularidade e frequência de pagamentos recebidos têm compensado as limitações anteriormente apontadas. Considere-se, ainda, o evidente processo de elevação da autoestima e construção de identidade coletiva relatado pelos grupos, atribuído principalmente à sua participação nas feiras ecológicas. Daí porque se entende que a realização das feiras ecológicas constitui importante momento de aprendizagem, no sentido de uma inserção diferenciada nos mercados, da mesma forma configura-se como momento inicial de garantia de obtenção de renda, bem como de fortalecimento da estratégia de produção de caráter agroecológico.

Sua influência na composição de renda e peso em termos dos volumes comercializados varia de grupo para grupo, chegando a 80% em casos como a Serra Gaúcha e planalto norte catarinense, a menos de 20% nos casos do grupo Rio Bonito e da Acevam no litoral norte gaúcho e sul catarinense. No entanto, mesmo em grupos com maior inserção no mercado e onde a feira pode representar volumes menores de comercialização, esta é mantida e tida como espaço fundamental para composição das estratégias de mercado dos grupos da Rede Ecovida. Na Figura 35, procura-se apresentar uma síntese da discussão realizada até o momento, analisando-se as potencialidades e limitações das feiras ecológicas e como estas se apresentam como subsídios e estímulos para a construção social de novos mercados. Da mesma forma, dentro deste processo, eleva-se a complexidade em torno das questões de organização dos grupos, gestão dos processos de comercialização, padrão dos produtos e logística de recolhimento e entrega de produtos. Aumentam também as demandas por organização social, regularidade na oferta de produtos, estrutura para transporte, condicionamento dos produtos e para gestão, assim como de políticas públicas que facilitem o atendimento a essas demandas e a superação das condições de complexidade no processo.

As feiras ecológicas seguramente são a estratégia de comercialização mais difundida dentro da Rede Ecovida; sua implantação, funcionamento e dinâmica social representam de forma emblemática a perspectiva da construção social de mercados proposta em seu âmbito. O próprio processo de certificação participativa, desenvolvido pela Rede Ecovida, em grande medida se apoiou na dinâmica das feiras ecológicas para o estabelecimento de seus princípios e métodos. A necessidade de organização em grupos, a construção de credibilidade a partir do diálogo entre agricultores e consumidores, bem como as visitas feitas entre famílias de agricultores e de consumidores em propriedades de feirantes, foram alguns dos elementos centrais de constituição dos procedimentos da certificação participativa.

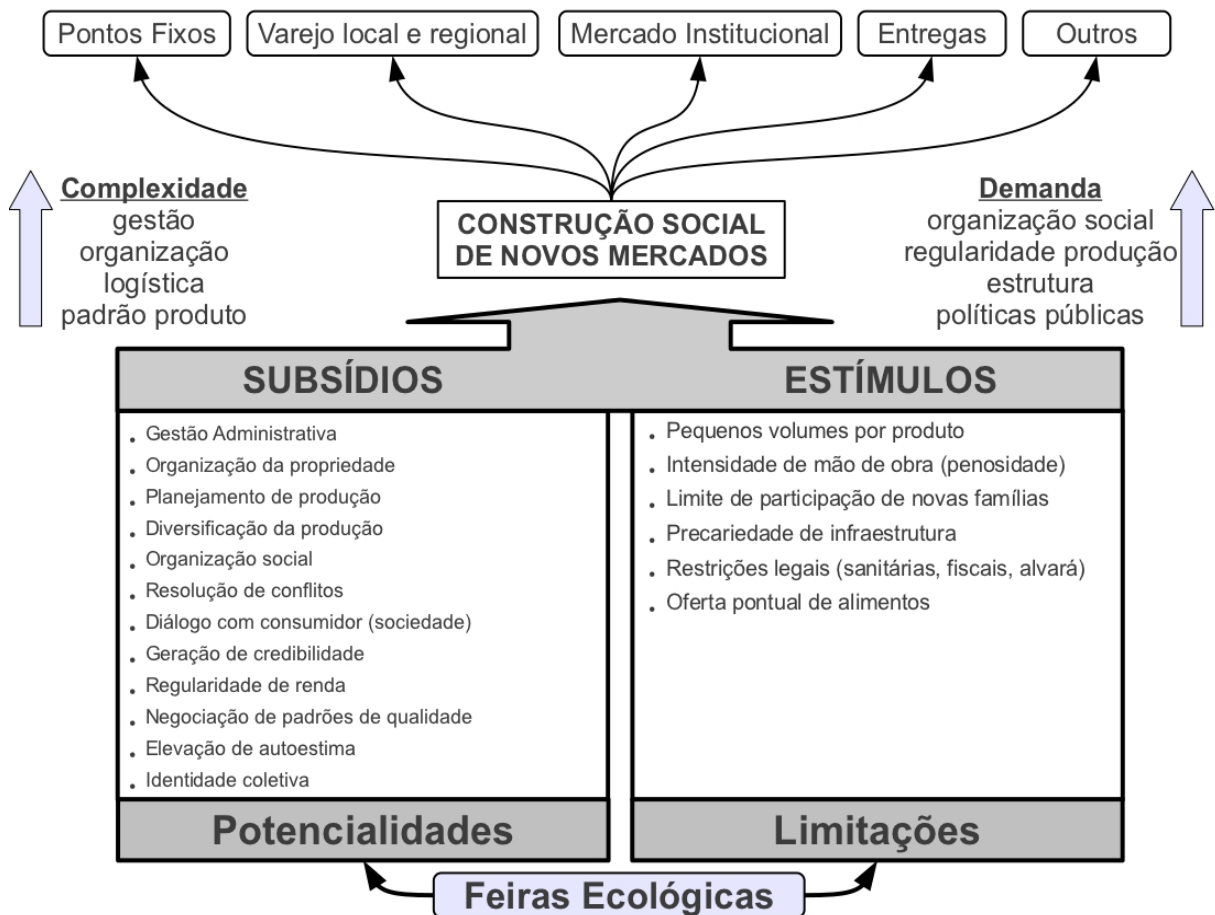


FIGURA 35 – FEIRAS ECOLÓGICAS COMO SUPORTE À CONSTRUÇÃO SOCIAL DE NOVOS MERCADOS
FONTE: O autor (2012).

No entanto, conforme observado no item 5.3, é grande a diversidade de mecanismos de mercado construídos e acessados pelos grupos em estudo.

Somente na Ecoterra, são mais de 15 iniciativas diferentes e, nos casos em que há menor participação nos mercados, pelo menos quatro ou cinco mecanismos diferentes integram a estratégia das organizações, como no caso da Apemsul e Rio Bonito. Em todos os casos prevalecem no âmbito das organizações pesquisadas mecanismos de mercado construídos pelos grupos, ou seja, o predomínio de canais de comercialização desenvolvidos não passa pelos espaços já constituídos ou estabelecidos para a comercialização de produtos orgânicos. O caso mais evidente e explorado aqui é o das feiras ecológicas, mas outros mecanismos também possuem importante relevância tais como a abertura de pontos fixos próprios, entregas domiciliares, vendas nas comunidades, em eventos comunitários e regionais, bem como a própria parceria com o pequeno varejo. A construção dos mecanismos em questão, esteve em geral, orientada pelo estabelecimento de relações pessoais e pela estruturação de processos em rede que possibilitaram a viabilização dos canais, nem sempre contando com sucesso nessa empreitada. Por exemplo, nos casos das feiras em parceria com os grupos de economia solidária da Cooperafloresta, a presença de grupos organizados em ambas as pontas poderia indicar uma maior facilidade no avanço da proposta, mas até o momento avanço tem sido difícil de ser concretizado.

A construção das estratégias de comercialização em questão parte da lógica já debatida em relação às feiras ecológicas. Seu estabelecimento se dá na constituição de espaços alternativos de comercialização a partir de 'espaços de criação' dentro da dinâmica de funcionamento do sistema agroalimentar hegemônico. Essa lógica se diferencia da redução do mercado de orgânicos à perspectiva de nicho, orientado ao público diferenciado, em geral, de maior poder aquisitivo e centrado na especialização da produção, construindo uma imagem atrelada entre qualidade orgânica e refinamento dos produtos e que restringe as possibilidades de comercialização e, portanto, de acesso ao produto ecológico. A iniciativa da Afruta, ao estabelecer em um município de média escala uma série de pontos de feira pulverizados, ilustra a realidade de construção de novos espaços:

E dai em 98 já começou a primeira feira agroecológica, lá de Santa Rosa e essa do C., que foram de bicicleta de trator, encheram o trator de produto e gente em cima dai, e foram fazer feira. A reunião da Afruta tinha uma vez por mês, dai lá ia o pessoal a cavalo, de bicicleta, e já no outro ano já partiu pra mais 2 ou 3 feiras, e foi aumentando, hoje tem 22 feiras da "Afruta" na cidade, mais algumas pela a Cooperativa também. [...] Mas o consumidor pedia, nós queremos feira mais perto de casa, como é que ele vinha do

bairro comprar? Dai não vinha, ele vinha uma vez, duas e lá no bairro ele vai toda semana! Então é o consumidor que exigiu a feira perto dele, dai nós começamos a dividir, até o pessoal dizia: 'vai atrapalhar abrir uma feira ali, outra ali. Pelo contrario, né? Daí começou a aumentar, né? Hoje cê anda numa rua você vê uma feira, depois outra feira, daqui a pouco outra feira, daqui a pouco mais uma feira! Daí diz: 'mas fez negócio é esse!' O cara para! Isso é marketing, você tem que dar visibilidade. Que nem a história das combi, sete combi com o nome 'Afruta', todo dia vê uma combi com a Afruta passando na cidade, dai poem uma plaquinha da Afruta: ah, eu vou chegar aí! O maior mercado da cidade tinha 4 combi! Então nós era o maior na cidade, e vendendo um pouquinho, vendendo cinco por cento dez por cento. (Gestor 9. Núcleo Planalto Norte. Pesquisa de campo)

Nesse sentido, mais do que espaços vazios, passíveis de serem ocupados pelas formas hegemônicas de comercialização, as estratégias de mercado desenvolvidas pelos grupos em estudo de constituem como elementos novos, ou seja, constroem algo a partir de uma realidade previamente inexistente. Possivelmente, as feiras sejam o exemplo mais evidente dessa realidade, porém, a abertura de pontos fixos, a realização de entregas domiciliares, as vendas nas próprias comunidades dos agricultores, em festas e eventos se caracterizam por reproduzir esta dinâmica. Dessa forma, 'cunhas' vão sendo abertas dentro dos mecanismos estabelecidos de comercialização de alimentos e, particularmente, de alimentos ecológicos, de forma a possibilitar o estabelecimento de espaços onde se abrem as possibilidades para a constituição de relações diferenciadas de mercado. No depoimento tomado junto à representante de uma das cooperativas de consumidores de produtos ecológicos, torna-se evidente a diferença de enfoque entre a perspectiva de mercados das grandes redes de supermercados e, por outro lado, dos pontos de venda das cooperativas de consumidores, socialmente enraizados, e orientados pela preocupação em qualificar a oferta aos seus membros e priorizar os agricultores da Rede Ecovida como fornecedores.

[o supermercado] não tem o foco. O supermercado trabalha com o orgânico como nicho. E como nicho, eles não tem a diversidade, é um cantinho de uma prateleira e o preço, no caso a verdura tá num cantinho também, altíssimo. O supermercado vai buscar onde tem e coloca o preço que quer. Aqui a Coopet compra dos produtores locais e depois é que vai pegar em outras regiões o que não tem aqui. O foco da Coopet é comercialização de produtos orgânicos a partir dos agricultores familiares da região. E daí outras regiões da Rede Ecovida, vinculados às organizações que a gente trabalha e que são parceiras e aí depois que vai buscar de grandes empresas. (Representante de cooperativas de consumidores, Núcleo Litoral Solidário. Pesquisa de campo).

Um dos diferenciais mais marcadamente destacados pelos gestores e grupos

pesquisados refere-se ao processo de comunicação e diálogo nos espaços de comercialização. O diálogo se apresenta como pressuposto ao processo de comercialização de produtos ecológicos, mediante informação sobre a qualidade e as virtudes do produto, sobre sua origem e as relações que permeiam seu processo de produção, bem como marcando as diferenças com os produtos convencionais.

Mais do que uma estratégia de marketing ou divulgação do produto, o que se estabelece é um processo de comunicação entre vendedores e compradores, que define um caráter humanizador nas relações de troca. A informação e comunicação sobre as características e origem do produto estão orientadas por uma preocupação com a seriedade do processo e a credibilidade em torno do produto ecológico, pelo comprometimento com a clareza da informação junto aos consumidores. Esta perspectiva pode ser observada não somente no contato direto entre agricultores e consumidores, mas torna-se evidente também em outros espaços de comercialização, tal como nos pontos fixos de comercialização. O depoimento abaixo, feito pelo proprietário de uma 'fruteira', como são chamados os pontos fixos na Serra Gaúcha, e que integra a coordenação da Rede Ecovida, traz elementos deste compromisso com o diálogo e a informação junto aos consumidores.

A gente registrou o nome “Fruteira ecológica”, e deu certo, graças a Deus. A gente faz um trabalho sério. Porque esse produto que a gente vende aqui é uma coisa diferenciada, tanto é que ali dentro, o que gente tiver que dar de explicação, não sei se você já trabalhou com comércio de produtos orgânicos. Não é como qualquer fruteira que os caras entram ali e é tudo igual, vão lá se servem, vai lá e normal, não vai pedir o que que é isso, como é que é. Aqui tem que explicar tudo. Mas eu atribuo isso daí, a nossa loja estar bem, porque a gente é muito sério no que faz e transmite confiança pro cliente. A gente briga aqui dentro, a gente já brigou muito pra defender a ecologia dentro da Fruteira. E os clientes ouviam e enxergavam nós. Porque sempre teve, aqui no início, o pessoal que chegava duvidando da gente: 'não, porque não é! Tem certeza de que isso aqui é? Porque é tudo igual!' Essa história toda.... E nós sempre batendo em cima, brigando e dizendo: 'não, eu te mostro a procedência de tudo que eu vendo aqui, se quiser te levo na casa do produtor.' [...] [*É diferente*] Naquele aspecto de tu explicar pro cliente o que que é um produto orgânico e o que não é orgânico, o que que é o meu produto aqui e o que que é aquele que compra no mercado, a gente explica bem. Até quando fala em preço, a gente vai dizer, só que o meu aqui não é igual àquele que a senhora compra em mercado, o nosso aqui é produzido, a gente fala bem direto, não tem rodeio, o nosso produto aqui é sem veneno. [...] É explicar a diferença do que nós vendemo aqui e do que eles compram no mercado, bem isso aí, tem que ser assim. É totalmente diferente daquilo que tem no mercado orgânico. (Gestor 5. Proprietário de Ponto Fixo, Núcleo Serra. Pesquisa de campo)

Para Maluf (2004) e Wilkinson (2008), o debate em torno da relação com os mercados, no âmbito da agricultura familiar e camponesa, deve ser orientado pela

perspectiva da construção social de mercados. Esta abordagem, conforme descrito no item 5.1.1, insere-se na leitura mais ampla de Polanyi (2004) e Granovetter (2007), de que todos os mercados são socialmente construídos, com maior ou menor intensidade de influência das relações sociais e da constituição de relações em rede nas diferentes situações da ação econômica. Segundo Walter e Wilkinson (2011), o mercado pode ser socialmente construído a partir do estabelecimento de estratégias e acordos entre os atores sociais envolvidos no processo, possibilitando que aqueles diretamente envolvidos no processo, no caso, os agricultores ecologistas, realizem as intervenções necessárias ao funcionamento da cadeia. Essa condição permeia os processos de comercialização construídos pelos grupos da Rede Ecovida.

Uma das características que pode ser destacada dessa capacidade de intervenção no arranjo e rearranjo dos mercados está relacionada aos processos de organização coletiva que sustentam a construção social de mercados no âmbito destes grupos. Em todos os casos pesquisados, a construção dos mercados se dá de forma coletiva, sendo que as negociações, o planejamento de produção, a participação nos espaços de venda, a gestão administrativa e logística estruturados a partir de um processo de organização social se constituem em condição básica para sustentação dos processos de comercialização.

É variável a intensidade e o grau de politização entre os diversos formatos organizativos que cada grupo ou associação assume. Conforme já abordado quando se tratou especificamente das feiras ecológicas, muitas vezes o próprio processo organizativo se estruturou a partir de necessidades concretas de agregar volumes e diversidade de produção ou de viabilizar a logística de entregas. No entanto, na grande maioria dos casos, o que se observa são processos de organização já estabelecidos, como parte da metodologia de trabalho com a agroecologia proposta pelas organizações da Rede Ecovida. Nesse sentido, a comercialização tem representado um momento de tensão nesses processos organizativos, uma vez que demandam um aprofundamento dos mecanismos de controle social estabelecidos internamente, bem como de construção de relações de confiança e compromisso entre as famílias.

Os depoimentos dos grupos e gestores do processo de comercialização dão conta de que a comercialização tem permitido uma maior aproximação e

comprometimento mútuo entre as famílias. Dessa forma, os processos coletivos têm possibilitado maior capacidade de intervenção dos grupos em questão junto aos mercados em construção. Inclusive nos momentos de acessar canais já estabelecidos, junto à redes supermercadistas ou empresas exportadoras, por exemplo, a intervenção coletiva tem garantido maior autonomia nos momentos de negociação e fechamento de contratos junto aos compradores.

A organização comunitária, seja ela de caráter formal (associações ou cooperativas) ou informal (grupos), torna-se uma das condições fundamentais para possibilitar a construção de mercados alternativos, bem como para o estabelecimento de relações mais autônomas junto aos mercados convencionais. De maneira geral, à medida que os processos de comercialização vão se complexificando, segue-se uma complexificação das instâncias de organização e mecanismos de decisão, bem como se passam a agregar mais e novos atores a esses processos organizativos. Ou seja, há um nível de organização de base, dado pelos grupos nas comunidades, por vezes suficiente para o estabelecimento de algumas iniciativas de comercialização, tal como as feiras. Porém, em todos os casos pesquisados, essa organização assume novas dimensões, em termos espaciais, de agregação de novos integrantes, bem como da complexidade de organização, como nos casos das associações locais (Ecoterra e Cooperafloresta) e das cooperativas regionais (Econativa e Comsol).

O que se considera interessante ressaltar é que mesmo se os processos de organização representarem maiores desafios no que se refere aos mecanismos de tomada de decisão, à gestão do processo de comercialização, por muitas vezes gerando entraves e uma certa falta de 'agilidade' na tomada de decisões, estes sempre são uma prioridade no momento de construir ou acessar mercados. Essa realidade indica o estabelecimento de uma certa 'racionalidade' construída pela experiência de cada organização e do intercâmbio entre estas, que demonstra que, para a realidade dos agricultores inseridos na Rede Ecovida, a construção e o acesso a mercados devem estar precedidos por processos de organização coletiva. Tais dificuldades no processo de organização e a persistência nesse formato de trabalho podem ser observadas no depoimento abaixo, feito por um dos gestores de comercialização, que é responsável pelo recolhimento dos produtos, abertura de novos mercados e pagamento aos agricultores.

Assim ó, tem uma coisa que é diferente, se o comércio fosse meu, eu trabalharia do meu jeito, que nem, outro jeito de trabalhar, faria funcionar de outro jeito diferente, aí seria mais viável. Como é um grupo e depende de muita coisa, é diferente o jeito de trabalhar, você não consegue às vezes... Eu não consigo botar um funcionário por minha conta, eu não posso fazer isso. E aí, eu tenho uma ideia pra trabalhar, mas não posso, é o grupo. E tem a associação, tem o escritório, são dez ideias... Limita, entende? Limita! O R. [agricultor-intermediário] vai de vento em popa, ele ta como atravessador, ele não tem um grupo que tem que ta prestando conta, bota e tira e toca né? Aí é diferente. (Gestor 7. Núcleo Sul Catarinense. Pesquisa de campo).

Uma ressalva pode ser feita justamente à realidade citada acima, observada no caso no Núcleo Litoral Solidário no Rio Grande do Sul e Sul Catarinense, dada pela presença de um dos agricultores que atua como intermediário na comercialização da banana ecológica junto à Rede Zaffari de supermercados em Porto Alegre. Mesmo estando organizados em grupos, a negociação com o intermediário é feita individualmente com cada agricultor, ao qual se fazem pedidos e se realizam os pagamentos de forma separada. No entanto, na entrevista realizada com o próprio agricultor-intermediário e com os grupos da região, observa-se um diferencial em relação à intermediação convencional, histórica na região. Inicialmente por este próprio agricultor integrar a Rede Ecovida, participar de seus espaços e compartilhar de seus princípios e objetivos; em segundo lugar por haver uma compreensão coletiva dos agricultores de que a iniciativa deste agricultor viabilizou economicamente uma série de famílias, que os próprios processos coletivos por eles estabelecidos não foram capazes de possibilitar. Enfim, o que pode-se observar é que mesmo havendo intermediação, há um certo 'controle social' sobre esta, dado pela participação do agricultor-intermediário no núcleo da Rede Ecovida e pela capacidade de interpelação que os demais agricultores têm junto a este ator. Porém, durante a pesquisa de campo também foi possível observar críticas à forma de atuação desta intermediação, tornando este processo de comercialização mais conflituoso do que os demais observados, mesmo aqueles de vendas a grande redes supermercadistas, porém, feitos pelas próprias organizações locais.

Outro aspecto a se considerar sobre o perfil da construção social de mercados no âmbito dos grupos em estudo refere-se à diversidade de canais de comercialização utilizados. Em nenhuma das realidades pesquisadas os grupos se atêm a uma ou duas estratégias de comercialização, mas participam de pelo menos

três ou mais iniciativas. É nessa perspectiva que se mesclam os canais construídos de forma direta pelos grupos àqueles já estabelecidos, que são acessados pelos grupos, notadamente o das redes supermercadistas. Entre os canais em construção, têm ganhado força nos últimos anos a abertura e expansão do mercado institucional, por meio do PAA e das aquisições do PNAE. **É frequente a avaliação entre os grupos, e principalmente entre gestores, da importância de se diversificar estratégias no sentido de garantir maior autonomia dos agricultores nas negociações dentro de cada canal.**

Esse aspecto vem sendo cada vez mais aperfeiçoado no âmbito dos grupos. À medida que eles vão convivendo e conhecendo cada vez mais cada canal trabalhado, vão se construindo estratégias de complementariedades entre eles. As feiras, por exemplo, juntamente com os pontos fixos, são responsáveis por manter a diversidade na produção, por consequência na própria alimentação das famílias, bem como pela obtenção de retorno econômico imediato e regular. A ela articulam-se as entregas no mercado institucional, que também contempla diversidade, porém demandando maiores volumes; sua principal vantagem está na garantia da comercialização, ou seja, é uma relação contratual estabelecida, que possibilita melhor planejamento econômico e produtivo por parte das famílias. A comercialização no âmbito dos mercados convencionais, em geral, possibilita o escoamento de volumes maiores, quando há esta oferta e, em muitos casos, a obtenção de preços melhores, por exemplo, em relação ao mercado institucional.

Dessa forma, os diferentes mecanismos de comercialização se justapõem e compõem uma estratégia voltada à garantia de maior autonomia e capacidade de negociação por parte dos agricultores e suas organizações. Esse, no entanto, é um processo em andamento e carregado de tensões e contradições. As dificuldades das feiras ecológicas já foram aqui apresentadas; no mercado institucional, a burocracia para elaboração de projetos, acessar chamadas públicas e organizar e enviar documentação e prestação de contas gera muitos desgastes no processo, como atrasos nos pagamentos, insuficiência de gestão por parte das organizações, bem como os próprios atrasos na liberação de recursos por parte dos governos.

No que tange ao mercado convencional, compreende-se que há uma visão muito atrelada ao curto prazo por parte dos grupos que a ele se integram. A necessidade de obter produtos por parte das grandes redes faz com que as formas

de negociação sejam flexibilizadas, construindo uma imagem de maior capacidade de intervenção por parte das organizações, mas que dificilmente venha a se manter no momento em que as tais redes acessarem novos fornecedores. No momento atual, algumas situações sinalizam para um maior nível de exigência e rigidez nas negociações. Ressalvas devem ser feitas, no entanto, para a realidade vivenciada pela Acevam. Em sua relação com os pequenos varejos da região, destacam-se a flexibilidade na negociação e o diálogo com os compradores de pequenos supermercados, lojas e armazéns, mais abertos à negociação de valores e padrão dos produtos, bem como ao destino de sobras e aos custos de comercialização que, para as grandes redes, são todos embutidos por meio de descontos e bonificações (entregas feitas sem receber) junto aos fornecedores. Segundo os agricultores da Acevam, a relação com as grandes redes (Unidas Sul) e o pequeno varejo:

é diferente, assim ó, aqui no comércio da região, o pessoal não te domina, entendeu? O mercado ali é mais difícil dele te dominá. Agora na Unidas Sul, ele te domina, não adianta eu chegá e querê dizer, olha eu não vou entregar banana, não vai mandar então não manda, eles te desligam, eles não tão nem aí pra ti. Se você quer vender produto pra eles, eles tem que ganhar, se eles não ganham bastante, eles não compram de ti. (Acevam. Núcleo Sul Catarinense. Pesquisa de campo).

Um dos aspectos de maior dificuldade de negociação no que se refere ao acesso de mercados convencionais em relação aos canais construídos pelas organizações, está vinculado ao padrão do produto comercializado. A discussão em torno deste tema é polêmica e mescla falta de informação e visões difusas e por vezes distorcidas sobre a qualidade dos produtos. Inicialmente verifica-se uma dificuldade por parte dos agricultores em compreender a necessidade de padronização dos produtos, bem como de suas condições sanitárias e de apresentação visual. O perfil de produtos comercializados anteriormente à agroecologia, em geral grãos ou banana em alguns casos, dificulta compreender o padrão de qualidade de verduras, frutas e legumes que, diferentemente daquilo geralmente consumido no âmbito familiar, deve ter uma aparência visual mais destacada e padronizada.

Da mesma forma, pode-se tratar dos cuidados em relação à higiene e condições sanitárias dos produtos. No entanto, o convívio com os consumidores e a vivência nos espaços de comercialização fazem com que rapidamente os agricultores incorporem essas perspectivas e busquem adequar sua produção às

exigências do processo de comercialização. Porém, conforme já abordado, o diálogo possibilitado pelas feiras e pelos espaços de comercialização próprios, bem como no mercado institucional, onde há a possibilidade do contato direto com os consumidores, propicia uma flexibilidade na negociação de padrões de produto, bem como uma compreensão sobre possíveis falhas ou deficiências por questões climáticas ou de época, por exemplo. Apesar disso, há um processo crescente de aumento das exigências dos consumidores e consequente qualificação da produção, segundo os grupos Apevs/Apema/Apesa, do Núcleo Serra (Pesquisa de campo), “agora, as feiras são diferentes, precisa ter qualidade mais no produto pra poder vender na feira, já não é mais como antes, qualquer coisinha ia embora. Hoje, como tem mais oferta de produto ali, se for produto bom tu vende, senão...”.

No âmbito das negociações junto às redes supermercadistas e empresas exportadoras fica evidente a imposição de padrões a partir dos compradores, sempre voltados ao foco do produto especializado e requintado, mesclando a noção de qualidade orgânica com a de qualidade visual dos produtos. Da mesma forma, esses espaços demandam apresentações focadas na embalagem dos produtos, elevando custos e estabelecendo uma contradição em relação à própria sustentabilidade do processo. Essa realidade pode ser observada em várias situações, destacam-se, aqui, os depoimentos do representante da Econativa, que comercializa no mercado institucional, e junto à Rede Zaffari em Porto Alegre e da Afruta, que mantém uma parceria com uma empresa exportadora de grãos:

O Zaffari ele tem uma política lá que eles são eles e o resto é o resto, tu se encaixa nisso aí, vai se negociando mas eles querem tudo certinho, senão não descarrega mercadoria. Eles nunca reclamam depois, se tu não tiver em dia, eles nem descarregam a mercadoria [...] Eles definem qualidade do produto, tem que ser bom [sic], de vez em quando tu faz oferta com preço e eles pagam menos ou pagam a mais [...] eles que definem, a gente só faz uma proposta. [...] A porcaria do produto do Zaffari é que tem muito é bandeja de isopor, é filme, é rótulo, entendeu? Então é um monte de lixo, que o produto já não chega mais ecológico lá. No outro mercado não, por exemplo no mercado de colégios. Aí não precisa ter um produto 100% do mesmo tamanho, pode ir um pouco mais pequeno, claro, com uma qualidade sempre, né? Aí tu vai lá, tu negocia. (Gestor 3. Núcleo Serra. Pesquisa de campo)

Parceria tipo a Gebana, com o feijão feijão-adzuki é quantidade maiores é caminhões, vende setenta, oitenta toneladas, então não absorve isso no mercado local, então tem que ter a parceria com essas empresas. E desvantagem é que, é a lógica do mercado! Eles ditam a classificação, o preço, até você discute o preço, mas eles que ditam o preço e mesmo a certificação ainda, por que eles não aceitam ainda a certificação da Rede, nós temos a certificação da Imo. (Gestor 9. Núcleo Planalto Norte. Pesquisa de campo)

Por fim, muito provavelmente o aspecto mais polêmico no debate em torno da comercialização de produtos ecológicos, a questão dos preços aparece com um ponto permanente de tensão dentro dos grupos, entre os grupos e destes com os consumidores. O perfil da pesquisa aqui realizada não permitiu a realização de levantamentos comparativos em cada região, no entanto, a partir dos depoimentos dos agricultores e gestores, pode-se afirmar que, na grande maioria dos casos, os preços dos produtos ecológicos, praticados nos espaços de venda direta agricultor-consumidor, se equiparam aos dos produtos convencionais. Porém, muitas questões devem ser analisadas ao se constatar esta realidade.

O primeiro aspecto refere-se ao perfil recorrente da formação de preços nesses espaços de comercialização. Em geral, a formação inicial de preços segue um padrão médio dos preços dos produtos convencionais, porém, por opção das organizações, os preços praticados não variam no decorrer do ano. Essa prática facilita a gestão da comercialização por parte dos grupos e, em princípio, possibilita melhores condições de planejamento financeiro por parte dos consumidores, uma vez que sabe-se o valor praticado pelos feirantes durante todo o ano. Muitos dos relatos, porém, descrevem que os consumidores não observam esta 'vantagem', realizando comparações frequentes em épocas de safra, quando os preços de alguns produtos são reduzidos no mercado convencional e mantidos nas feiras ecológicas. Portanto, torna-se difícil estabelecer um parâmetro claro sobre a variação de preços entre produtos convencionais e ecológicos.

De forma geral, locais onde há possibilidade de atingir consumidores de uma melhor faixa de renda, os preços praticados se elevam, como no caso da feira ecológica de Porto Alegre, no parque da Redenção, uma das mais antigas do país, e as feiras de Curitiba. Porém, as feiras realizadas em bairros, no mesmo dia e, por vezes, pelos mesmos grupos, possuem preços inferiores, dado o perfil do consumidor. Isso também acontece nos municípios menores, onde os níveis de renda são mais baixos, os preços atingem níveis menores, conforme depoimento dos agricultores que integram a Afruta, relatando sobre o perfil das feiras ecológicas da região:

O consumidor ganha com isso, nós ganhamo um preço melhor e maioria das vezes o consumidor paga um preço menor que o convencional no mercado, né? A maioria das vezes né? Geralmente tá na média ou abaixo, geralmente abaixo do convencional.[...] Nossa região é pobre né, se a gente fosse pra Joinville, Curitiba, Florianópolis, Blumenau, aí era outra história [*pra vender mais caro*], mas a gente tá numa cidade pobre, e a gente

mantém lucro em cima disso, dá pra trabalhar bem. (Afruta. Núcleo Planalto Norte. Pesquisa de campo).

Um aspecto considerado fundamental na análise da formação de preços dos produtos ecológicos refere-se à dispersão da produção e, conseqüentemente, da oferta. A baixa presença de agricultores ecologistas em relação ao total de agricultores familiares nas regiões reduz a oferta de determinados produtos, o que acaba por elevar o seu custo. Os casos do arroz, do trigo e derivados, da maçã, café, somente para citar alguns exemplos, evidenciam esta situação. Poucos são os grupos que produzem estes alimentos, que, em geral, demandam condições climáticas, de solo e do próprio conhecimento técnico mais restritas, reduzindo o número de produtores e elevando o preço. E, não somente nestes produtos, mas, no cômputo geral da produção ecológica, a dispersão da produção demanda maiores custos de logística e gestão, o que dificulta uma análise mais aprofundada sobre a formação de preços. Os custos são mais elevados por que os agricultores aproveitam a oportunidade de mercado? Ou são os custos de logística e gestão que elevam esses preços?

Esta realidade é particularmente evidente nos casos dos produtos industrializados. Sucos e doces, em geral, principalmente os primeiros, têm um custo acima dos produtos convencionais, no entanto, é difícil afirmar se esta diferenciação ocorre pela possibilidade dada pelo 'mercado orgânico' ou se os custos são mais elevados para as agroindústrias familiares. A aquisição de insumos (garrafas, vidros, tampas, rótulos, caixas) em menores volumes elevam o custo, o não uso de aditivos e conservantes reduz a vida útil dos produtos, também elevando custos. Enfim, há um contexto complexo em torno da formação de preços dos produtos ecológicos, havendo uma demanda latente por estudos e pesquisas que aprofundem esta discussão.

Nesse sentido, há pouco acúmulo de conhecimento e, principalmente, discussão na Rede Ecovida sobre os mecanismos de formação de preços, cálculos de custo de produção ou debates em torno do que se considera uma remuneração adequada pelo produto. A opção pelo cálculo de custo de produção se torna difícil e trabalhosa pelo perfil da atividade produtiva, diversificada, realizada em grande parte com a elaboração própria de insumos, sendo muito difícil organizar a distribuição de mão de obra por atividade ou produto. Dessa forma, a formação de preços toma em

conta os parâmetros do mercado convencional, com as variações e contradições a ele inerentes, dadas pelo mercado internacional de alimentos, pela inundação de produtos de outras regiões em determinadas épocas do ano, pelas promoções de grandes redes de supermercados a partir da expropriação de seus fornecedores e, conseqüentemente, dos agricultores. Para os agricultores do grupo Rio Bonito essa realidade dificulta a comercialização dos produtos ecológicos, segundo os agricultores, “do que tá hoje, o produto orgânico, produto ecológico tá muito caro pro consumidor, porque outros produtos em mercado, fruteira, eles fazem muita promoção [...] é muita picaretagem no comprá [*do agricultor*] aí chega lá mais barato.” (Grupo Rio Bonito. Núcleo Litoral Solidário. Pesquisa de campo).

O relato feito por um dos responsáveis pela gestão da comercialização na Ecoterra deixa evidente essa dificuldade e as tensões que esse processo gera internamente aos grupos, principalmente no que se refere à forma como as relações e os nexos estabelecidos entre agricultores e destes com os consumidores influenciam as tomadas de decisões, para além de uma perspectiva meramente mercantil.

Tem agricultores que defendem que tudo, a oferta e procura, tem que definir o preço da Ecoterra pra vender. De tanto o pessoal batê nisso, a gente disse assim: 'vamo fazê isso'. Aí um filho de agricultor veio pra Erexim, sortearam cinco mercados, fez uma pesquisa de preço, fez a média dos preço e botô na Ecoterra pra vendê. Duas semana depois os agricultor tavam desesperado, inclusive quem mais provocô, quem fez ferveo véio por causa disso, tavam desesperado dizendo vamo fazê uma reunião de coordenação porque nós temo que derrubá essa proposta aí. Os preço subiram exageradamente, teve produto ali que subiu mais de 50%, e aí não vende mais. Imagine o queijo que era vendido a sete pila o quilo, foi pra dezesseis o quilo. Ah, venderam, ótimo! Sim, mas venderam um quilo! Então essa mescla do preço ali é um variável, tem produtos que tu vai fazê pesquisa tá mais caro que o mercado, tem produtos que não. A Ecoterra nunca botô cinco pila um quilo de feijão, o ano passado pra tu comprá no mercado tu pagava cinco pila aqui! Não tinha feijão, e a Ecoterra botô no máximo 3,75. Os agricultor ficaram louco da vida porque: 'imagina, agora que daria pra aproveitar!' Botá um preço mais alto e tal, mas acabou ficando nisso, alguns agricultor reclamavam e outros diziam: 'mas eu tenho cinco saco de feijão pra vendê, se botá cinco pila eu não vô vendê'. O cara que quer aumentar o preço é porque tem dois saco de feijão pra vendê, então faz-se uma média, esse debate acontece nas assembleia, né? Esse fechamento de preço e tal. Aquela história de sempre querê puxa pra cima ela ainda existe, mas não é tão forte, porque os agricultor sabem que se aumentá muito eles podem não vendê em quantidade e é interessante vendê em quantidade. (Gestor 6. Núcleo Alto Uruguai. Pesquisa de campo).

O momento da formação de preços evidencia as tensões e contradições existentes na configuração das estratégias de mercado por parte dos grupos

vinculados à Rede Ecovida. Por um lado, muitos dos espaços construídos se prestam a oportunidade dada pelo mercado de nicho e, conseqüentemente, pela diferenciação de preços. Por outro lado, de acordo com a região onde o processo se desenvolve, a realidade tensiona para uma maior aproximação dos preços dos produtos convencionais. Em outro sentido, observam-se as pressões exercidas pelos mecanismos convencionais de formação de preços estabelecidos pela especulação financeira, em alguns casos, por influências do mercado internacional e, principalmente, pelas conjunturas locais e regionais de pressão por parte das centrais de distribuição e das grandes redes supermercadistas.

Abre-se um hiato em torno das possibilidades de construção de mecanismos de formação de preços que preservem as instâncias e os espaços de diálogo abertos pelos canais em construção em relação a outros aspectos aqui já destacados como credibilidade, falta de produtos, padrão de qualidade, fidelidade, entre outros, possibilitados pelas relações de proximidade estabelecidas entre agricultores e consumidores nos mercados socialmente construídos pelos grupos da Rede Ecovida de Agroecologia.

Nesse sentido, procura-se apresentar na Figura 36 algumas das principais características da construção social de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia. Os aspectos que aqui se apresentam buscam realizar uma síntese das discussões trazidas até o momento, a fim de orientar as análises a seguir que, compreende-se, partem deste perfil de organização e estruturação dos mercados nos grupos pesquisados. **Considera-se que os grupos que compõem a Rede Ecovida possuem uma 'estratégia geral' de construção de mercados, a partir da qual se podem extrair algumas características gerais, predominantes na maioria dos casos pesquisados. Com base nessa estratégia geral, algumas características específicas são observadas, presentes em maior ou menor intensidade de acordo com o tipo de canal do qual se participa.**

Para efeitos de sistematização das informações, os canais que compõem a estratégia geral de construção social de mercados da Rede Ecovida foram organizados em dois grupos. Um primeiro daquelas iniciativas construídas essencialmente a partir de esforços e iniciativa dos grupos, constituídos no âmbito dos 'espaços inexistentes' acima descritos, tal como as feiras ecológicas, pontos fixos, mercado institucional, pequeno varejo e outros. O segundo grupo se

caracteriza por aqueles mercados já estabelecidos, aos quais os grupos da Rede por vezes acessam como forma de compor sua estratégia geral de construção social de mercados, tais como grandes redes de supermercados, exportação, lojas especializadas e outros. As características específicas estão organizadas de acordo com aquilo que pode ser observado e captado da pesquisa de campo, portanto, não esgota todas as possibilidades e características presentes. Os aspectos apresentados no Figura 36 são classificados de acordo com a intensidade em que se fazem presente em cada perfil de mercado, maior intensidade (+), menor intensidade (-) ou ausentes (Ø). Esta classificação possui caráter didático, a fim de possibilitar uma leitura agrupada e resumida das discussões realizadas até o momento, porém, não se compreende que a leitura deste quadro possa ser feita de forma estática, podendo haver variações e mudanças de perfil dentro de cada característica de acordo com a realidade local ou com a evolução dos processos de comercialização em cada região.

Como forma de exemplificar essa realidade, pode-se observar o caso do mercado institucional, até o momento ainda bastante orientado pelas características dos mercados alternativos da Rede Ecovida. No entanto, são muitas as vozes críticas no âmbito da Rede em relação ao perfil deste mercado, que pode comprometer as demais estratégias dos grupos, bem como os princípios e o perfil da comercialização propostos pela Rede Ecovida. A demanda por grandes volumes de produção associada à garantia de mercado – em que pese os empecilhos dados pela burocracia – é vista como um risco por muitos dos gestores entrevistados, no que se refere à composição da estratégia geral de construção social dos mercados, por exemplo, pela simplificação dos sistemas de produção (menor diversidade e maior volume) ou pela prevalência deste mercado em relação aos demais, gerando desabastecimento das demais estratégias.

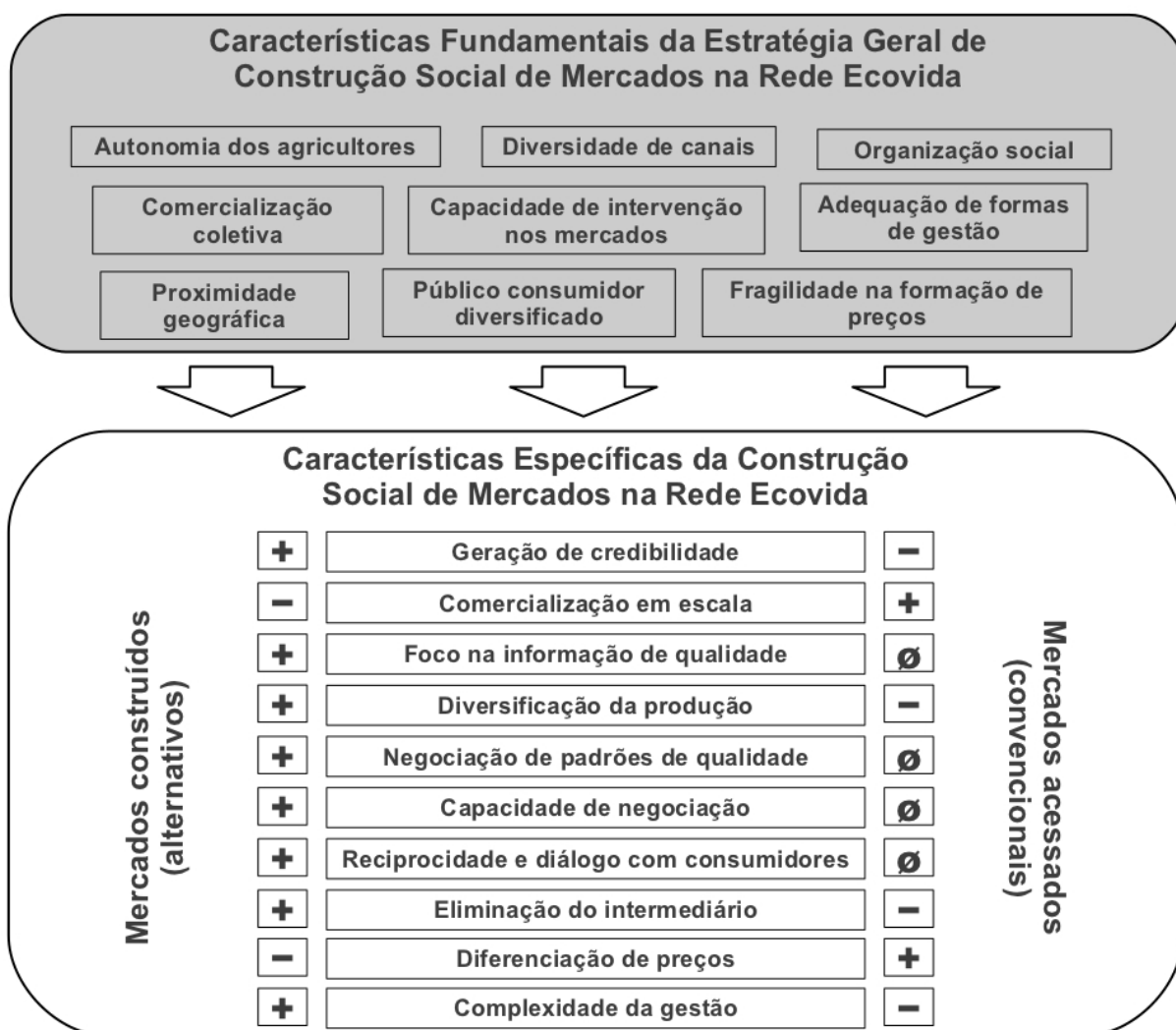


FIGURA 36 – CARACTERÍSTICAS DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS NO ÂMBITO DA REDE ECOVIDA
FONTE: O autor (2012).

Em diálogo com um dos gestores do Circuito Sul de comercialização, essa preocupação fica evidente, por exemplo, com a simples mudança causada pela alteração do dia de entrega dos produtos, anteriormente feita às terças ou quartas e, no momento, aos sábados, a fim de possibilitar a entrega de produtos de outras regiões no início da semana para as escolas. Essa pequena alteração na dinâmica de recolhimento e entregas dificultou, por exemplo, o abastecimento de banana nos demais canais da Ecoterra no Núcleo Alto Uruguai, pois a banana já maturada, recolhida no sábado em Curitiba, não consegue ser conservada até o sábado seguinte no momento das feiras. Da mesma forma, observa-se uma tendência em algumas regiões em especializar a produção de menos produtos em maior escala, para garantir o abastecimento das escolas, via PNAE, em detrimento da produção

diversificada necessária às feiras e ponto fixos.

As relações de mercado estabelecidas no âmbito da Rede Ecovida constituem-se, então, a partir de uma estratégia geral de construção social de mercados que, mesmo sendo desenvolvida e dialogando com a racionalidade e forma de organização hegemônica do sistema agroalimentar, cria mecanismos de 'proteção' ou defesa dos agricultores em um contexto que tende à sua exclusão e eliminação do processo. Mesmo acessando espaços de comercialização tipicamente de caráter mercantil e concentrador, a estratégia desenvolvida permite uma relação menos desigual e mais autônoma junto a esses espaços. Claramente essa relação se vê permeada por muitas tensões, de forma mais evidente no que se refere à capacidade de negociação (padrão de qualidade, preços, prazos de pagamento, etc.) e ao reordenamento da atividade produtiva (maior ou menor diversidade, maior ou menor 'insumização' etc.). Porém, apesar de muitos gestores demonstrarem preocupação quanto ao futuro dessas relações, não se observa, ainda, um ponto de inflexão ou de quebra nos seus princípios e nas estratégias quando se trata da relação com os mercados 'convencionais'. Um dos gestores entrevistados, pertencente ao Núcleo Serra e membro da coordenação da Rede Ecovida, retrata esta preocupação em relação aos interesses em conflito no âmbito da Rede Ecovida:

Eu penso assim, a opinião que eu falei agora pra ti foi a mesma que eu falei lá na [reunião] da coordenação. Que tem dentro da própria Rede, existe pessoas que tão com aquela mentalidade de querê entrar em mercado grande, tem, que a Rede tem que entrar em mercado grande. Eu dei minha opinião, falei que isso pode estragar o orgânico mesmo, entrar muito em mercado grande [...] sei lá, porque lá eles não vão explicar direito, daqui um pouco eles pegam um caminhão agora, daí eles fazem que nem fazem com outros fornecedor, dali a pouco já não pegam mais. (Gestor 5. Núcleo Serra. Pesquisa de campo).

Essa tensão pode ser observada no dia a dia das organizações pesquisadas, em maior ou menor grau entre elas, mas aquelas que já acessam algum mercado de caráter convencional se veem cada vez mais premidas e aumentar os volumes para abastecimento destes canais. Até o momento, conforme observado, a estratégia de acesso dos grupos e a necessidade de fornecedores dos compradores têm possibilitado uma condição relativamente autônoma de negociação, sem que isso signifique até o momento que esta condição poderá se manter. Mais do que isso, ela se mantém pela articulação que se realiza com os mercados alternativos em

construção, dentro de um equilíbrio de forças que envolve uma complexa série de relações sociais, econômicas e políticas para sua sustentação.

Por outro lado, há uma série de iniciativas e estratégias em construção que, estas sim, tem possibilitado uma reconstrução das relações de mercado centradas em outros parâmetros para além daqueles do princípio da troca, conforme destaca Sabourin. São claros os elementos de reconstrução de sociabilidades e do estabelecimento de relações de reciprocidade entre agricultores e destes com os consumidores, que reconfiguram as relações de mercado. Por outro lado, esses espaços em construção estabelecem uma relação de retroalimentação com os sistemas de produção agroecológicos, que favorecem a diversificação dos sistemas de produção, a integração entre culturas e criações, respondendo de forma mais eficiente à sustentabilidade dos sistemas de produção. Se esses espaços em construção se realizam e encontram-se também permeados pela racionalidade hegemônica, por outro lado, têm permitido a construção de valores e práticas que já não são mais somente de proteção, mas também de oposição e enfrentamento à realidade dentro da qual se desenvolvem.

Para além da constatação de uma permeabilidade das relações de mercado em função das dinâmicas sociais e culturais inicialmente apontada por Polanyi e, posteriormente, atualizada por Granovetter, o que se observa nesses espaços em construção é a interação explícita entre as dimensões econômica, social, cultural e ambiental, não sem hierarquias, mas com elementos que potencializam um reequilíbrio entre tais dimensões. Não necessariamente essa perspectiva não se realiza nos moldes de sistemas econômicos submetidos às dinâmicas sociais, tal qual identificado por Polanyi nas sociedades pré-capitalistas, mas, na visão de Boaventura Santos, constituem-se como alternativas em emergência, capazes de lançar luzes para a construção dos caminhos para uma sociedade sustentável.

A partir dessa realidade, a seção a seguir concentra-se na discussão em torno dos mecanismos de gestão e organização dos grupos pesquisados e de que forma estes processos (re)configuram as relações de solidariedade e reciprocidade entre as famílias e destas com os consumidores.

5.5 MECANISMOS DE GESTÃO, FORMATOS ORGANIZACIONAIS ALTERNATIVOS E A (RE)CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE NOS MERCADOS DA REDE ECOVIDA

A discussão realizada no item 5.4, sobre o processo de construção social dos mercados no âmbito da Rede Ecovida, demonstrou a relevância do processo de organização social e, por meio destes, da adequação dos mecanismos de gestão para a constituição de processos de comercialização mais autônomos e focados na construção de alternativas aos padrões hegemônicos de organização do sistema agroalimentar global.

A realização da pesquisa de campo possibilitou vivenciar uma realidade diversa no que tange aos formatos organizacionais e, principalmente, aos mecanismos de gestão adotados pelos grupos em questão. A informalidade e a adequação de tais mecanismos às formas de organização de cada grupo ou associação é o que caracteriza a gestão da comercialização no âmbito da Rede Ecovida.

O aprofundamento deste aspecto se justifica pela importância crucial que os mecanismos de gestão possuem no sentido de fortalecer, ou não, os processos coletivos que pressupõem a construção social de mercados no âmbito da Rede Ecovida. Da mesma forma, há de se acrescentar que os mecanismos de gestão e, portanto, a forma de condução dos processos de comercialização, dizem muito a respeito da racionalidade que sustenta o perfil de tomada de decisão, o conceito de eficiência econômica que vigora em cada grupo, bem como quais princípios e valores serão priorizados no fazer da comercialização.

Atrelado a uma racionalidade de busca do lucro e da competitividade econômica, desenvolve-se uma série de valores e práticas em torno da eficiência econômica e do empreendedorismo, difundidas como fórmula única para viabilização de estratégias comerciais. Porém, conforme analisado no item 5.1.1, a valorização do 'capital humano' como meio para possibilitar a eficiência econômica, mediante receitas do empreendedorismo, reduz valores humanos potencialmente transformadores à restrita razão do acúmulo de bens materiais, via redução de custos. Por outro lado, a proposta apontada por Sabourin (2009) da constituição de 'mercados de reciprocidade' trata de incorporar valores humanos como a ética,

confiança e equidade às relações de mercado, no sentido de configurar estruturas de reciprocidade e solidariedade que sustentem a ação econômica. Dessa forma, cabe questionar se a proposta de construção de mecanismos alternativos de mercado pode responder a estas dinâmicas e, no mesmo sentido, quais são os mecanismos criados e estabelecidos de forma a favorecer o surgimento dessas estruturas.

Para tanto, conforme destaca o autor (*ibid*), é preciso identificar os valores que permeiam as práticas econômicas, de forma a possibilitar o discernimento entre estratégias de troca mercantil pura e simples e a busca de uma economia de reciprocidade.

Compreende-se que uma leitura mais aprofundada sobre os mecanismos de gestão das organizações em estudo pode trazer elementos que permitam revelar as racionalidades que permeiam suas estratégias econômicas. Muitas vezes, a perspectiva de inclusão social nos mercados se defronta com a necessidade de eficiência econômica, da mesma forma que a gestão 'profissionalizada' e competitiva se opõe, em muitas situações, à estruturação de processos de organização coletiva. De igual maneira, pode-se realizar esta leitura no que se refere ao caráter ambiental das iniciativas. Em geral, a visão hegemônica de viabilidade econômica centra-se na diferenciação do produto pela sua aparência e embalagem, por exemplo, levando assim a um gasto energético e material em torno desta embalagem que, por muitas vezes, compromete o próprio caráter ecológico do produto, conforme relatado no caso da Econativa e sua relação com a Rede Zaffari.

Nesse sentido, observa-se uma diversidade grande de formatos de gestão dentro dos grupos pesquisados. Três aspectos são considerados centrais na análise concreta dos mecanismos de gestão, todos os três articulados entre si, no sentido de possibilitar ou não a emergência de valores éticos e humanos no processo de comercialização. O primeiro está associado à forma de comercialização dos produtos. Em quase todos os casos, a comercialização é feita de forma coletiva, ou seja, os produtos de cada família são agrupados e comercializados como produtos do grupo ou associação, sem diferenciar sua origem, para fins de comercialização. Esse aspecto revela o estabelecimento de vínculos sociais de compromisso e controle social mútuos entre as famílias, tanto que tange ao padrão dos produtos quanto à sua qualidade ecológica. Por um lado, a comercialização coletiva reforça o

compromisso conjunto das famílias em garantir a qualidade ecológica do produto, uma vez que a violação de alguma das normas de produção (uso de veneno, por exemplo) acarretaria em descrédito para a totalidade do grupo ou da associação.

Por outro lado, nessa forma de comercialização, um dos principais pontos de tensionamento dentro das organizações refere-se à padronização de produtos. Ao realizar a comercialização coletiva faz-se necessário um processo de formação que qualifique os agricultores em termos da padronização dos produtos, bem como no sentido de garantir o compromisso em relação à qualidade. Produtos com muitas diferenças de padrão podem gerar tensionamentos, uma vez que aqueles de melhor padrão são comercializados mais facilmente do que os de menor qualidade, porém, a venda é feita coletiva, portanto o agricultor que mantém o padrão não se 'beneficia' de seu maior zelo na produção.

Em todos os grupos e as associações pesquisados já se encontram estabelecidos acordos e mecanismos em relação à garantia da padronização dos produtos. Nos grupos menores há um controle social coletivo, em que prevalece o bom senso na avaliação conjunta dos membros no momento da comercialização. Nos casos das associações regionais, notadamente na Ecoterra e Cooperafloresta, esse controle social se torna mais difícil pela distância entre as famílias e pela dispersão da produção. Nesse casos, a função é realizada pelos motoristas no momento da coleta ou pelas pessoas que atuam no acondicionamento e na embalagem dos produtos. A Acevam, apesar de não ser uma associação regional, também utiliza do expediente de atribuir ao motorista essa função. No caso da Afruta, não há necessidade de controle, pois a comercialização é 'parcialmente coletiva' (segundo seus membros), ou seja, cada família vende os produtos em sua banca e revende os produtos das demais, caso lhe faltem, havendo uma colaboração mútua entre as bancas, mas não uma comercialização coletiva "em si".

Nos casos em que a função pelo zelo da padronização está atribuída a um terceiro, esta é feita a partir de decisão conjunta em reunião ou assembleia da organização, que respalda as atitudes dos motoristas ou equipes de manuseio dos produtos. No entanto, o trabalho a campo permitiu observar que os processos nos quais há um controle social coletivo, normalmente em grupos menores, observa-se um maior compromisso dos agricultores em relação à qualidade dos produtos. Já nas associações que atribuem essa tarefa a terceiros, no caso os motoristas,

mesmo quando estes são sócios, observam-se maiores queixas e dificuldades em garantir a qualidade dos produtos, por um lado, e de muitos agricultores sobre a rigidez ou parcialidade dos responsáveis, por outro. De forma geral, neste formato, parece haver um menor comprometimento dos agricultores em relação à manutenção do padrão na produção, seja por não se sentirem responsáveis pelo controle desta qualidade, seja por estarem mais distantes do ato da comercialização em si e poder observar e sentir as dificuldades no momento da venda, conforme pode-se observar no depoimento dos agricultores da Ecoterra:

[quando era no grupo menor] a gente ficava mais vendo o produto: 'esse voltou...' e eu olhava pro produto e via por que voltou, na próxima semana, opa! Aquilo lá não tava bem preparado, bem no maço. E hoje, nós se distanciemo um pouco, tem gente que pra mandar pra feira: 'ah! Chega lá na Ecoterra, leva lá que o pessoal resolve!' Eu me sinto responsável ainda e ainda olho no caminhão e pergunto: 'ó como é que foi? E tal..'. Acho que esse sentimento tem que continuar, senão... (Ecoterra. Núcleo Alto Uruguai. Pesquisa de campo).

Apesar das dificuldades nessas associações, os relatos revelam que as organizações têm conseguido estabelecer seus mecanismos de resolução de conflitos, por exemplo, em relação à padronização dos produtos. Em alguns espaços de forma a gerar maior comprometimento individual, em outros pela pressão do coletivo em relação aos agricultores com problemas. Diferentemente desses mecanismos coletivos, com suas diferenças, está a situação observada da intermediação realizada por um agricultor no Núcleo Litoral Solidário. Neste caso, a decisão em torno da qualidade do produto é do comprador (intermediário), que estabelece uma relação individualizada com o agricultor, estando a decisão centralizada no intermediário. Mesmo assim, relatos dos agricultores e do próprio intermediário dão conta de que este busca debater os aspectos relativos ao seu processo de comercialização e, dentro disso, da padronização, em reuniões de seu grupo e do Núcleo Regional.

O segundo aspecto considerado relevante na análise dos mecanismos de gestão relaciona-se à divisão de perdas e sobras durante o processo de comercialização. Como forma de atender à perspectiva coletiva de comercialização, os grupos e as associações criaram mecanismos de divisão proporcional das sobras, para que houvesse maior equidade no momento da comercialização. Ou seja, aqueles agricultores que enviam mais produtos absorvem maiores sobras, independente de qual produto tenha sido mais comercializado, se o de uma família

ou de outra. Esse mecanismo está descrito em uma das falas dos agricultores das associações do Núcleo Serra e Litoral Solidário:

O produto é da banca.[...] Aí tem uma ficha [...] então eu mandei 10 pé de alface, ele mandou 50, ele mandou 100, tu mandou 200, e foi vendido 90%, então tem que diminuir os 90% que foi vendido, a sobra então é porcentagem, o frete é cobrado porcentagem sobre a venda.[...] Tem um colega de grupo que não quer ir na feira, não gosta, acha ruim[...] aí dele é cobrado uma porcentagem maior, os outros é rodízio pra ir na feira. (Apevs/Apema/Apesa. Núcleo Serra. Pesquisa de campo).

[o produto] é do grupo, daí cada um tem uma ficha, no fim conta os produtos de cada um, vamos supor que eu levo 20 molho de couve, o C. levou mais 20, da 40, sobra 10, aqueles 10 é dividido entre os dois que levaram.[...] se um leva 2 e outro 9 é dividido por porcentagem, né? Quem leva mais, ganha mais, mas pega mais também. (Apemsul. Núcleo Litoral Solidário. Pesquisa de campo).

Esse processo também se reproduz no caso das associações regionais; no entanto, a dificuldade nesses casos está no retorno dos produtos de sobra aos agricultores que os reutilizam para alimentação animal ou compostagem. As distâncias entre as famílias e sua ausência nos processos de comercialização fazem com que não seja viável esse retorno. Assim, as associações têm que criar mecanismos próprios para o destino destes produtos, que ficam, por exemplo, centralizados em algumas famílias ou entregues a alguma instituição. Exceção é feita a Afruta, onde cada família absorve suas próprias sobras, e à Cooperafloresta, que não trabalha com a divisão de ganhos e custos em porcentagem, caso que será detalhado a seguir.

O terceiro elemento a ser destacado refere-se à forma de cobrança do frete dos produtos. A logística de recolhimento de produtos constitui importante dificuldade no momento da comercialização na agricultura familiar e camponesa como um todo e, particularmente, na agroecologia. A dispersão das unidades de produção no espaço e os pequenos volumes produzidos por unidade elevam consideravelmente os custos de transporte da produção. No caso da produção de origem agroecológica essa realidade se vê agravada, uma vez que, ao ser uma proposta em desenvolvimento e construção, encontra-se ainda mais dispersa, reunindo por vezes um pequenos grupos dentro de comunidades e municípios, por vezes muito distantes uns dos outros.

Nesse sentido, a decisão política sobre a forma de rateio dos custos de frete em um grupo ou associação pode ser determinante sobre as possibilidades de

inclusão ou não de determinadas famílias no processo. Ou seja, em articulação com outros aspectos da comercialização coletiva e do processo de organização social, as formas de divisão do custeio de frete apontam relevantes indícios sobre os valores e princípios que orientam a ação econômica dos grupos em questão. Da mesma maneira, os gastos com transporte muito provavelmente sejam o principal custo a ser incorporado na dinâmica de produção e comercialização das famílias, particularmente no caso da agroecologia, centrada na produção com baixo nível de insumização, portanto de baixo custo de produção. O debate em torno do transporte dos produtos constitui, então, importante ponto de tensionamento entre diferentes visões da ação econômica, se, por um lado, está centrada tão somente na eficiência econômica e na competitividade ou se, por outro lado, busca articular viabilidade econômica com uma perspectiva solidária de inclusão social e ampliação da participação.

Não por acaso, dentre os três aspectos até aqui analisados, este é o que apresenta desenhos mais diversos dentro dos grupos e das associações pesquisados. Em duas das organizações pesquisadas há uma divisão dos custos de frete de acordo com a distância percorrida pelos veículos, ou seja, para a Acevam e o grupo Rio Bonito, os agricultores remuneram o frete de acordo com a distância que este percorre até cada uma das unidades de produção. Segundo um dos gestores entrevistados na Acevam, “se eu gastar cinco quilômetros pra buscar minha banana, eu vou pagar pelos cinco quilômetros. Se eu gastar dez, pago pelos dez. Não tem, é o custo real, né?” (Gestor 7. Núcleo Sul Catarinense. Pesquisa de campo).

No caso da Afruta, o frete é de responsabilidade de cada família, pois os pontos de feiras são individuais, há apenas um acordo entre os feirantes de remunerar, por meio de desconto nas vendas de produtos de outras famílias, o transporte dos produtos entre pontos, realizado no período das feiras. Nos demais casos, à exceção da Cooperafloresta, a solução para rateio de custos do frete passa pelo desconto em porcentagem de produto comercializado. Ou seja, independente da distância que o agricultor se encontra, o frete é pago de acordo com o volume que cada família comercializa, aquelas que mais comercializam, pagam mais e as que menos comercializam, pagam menos, sendo esta a forma mais presente nos grupos pesquisados.

Dessa forma, os grupos que adotam essa dinâmica de remuneração acabam

por favorecer a inclusão de agricultores de menor porte, menos estruturados que, quase sempre, são aqueles mais distantes geograficamente dos espaços de comercialização. A cobrança de porcentagens, independente da distância, “cobra mais” daquelas famílias mais estruturadas e, portanto, em melhores condições de colaborar com o processo coletivo. Estabelece-se uma dinâmica social que busca equilibrar as relações entre os membros das organizações, numa perspectiva de solidariedade e colaboração mútua entre seus integrantes, que, obviamente, não ocorre sem tensões e questionamentos, mas que se mantém e perdura em nome da manutenção da dinâmica coletiva de comercialização, conforme pode ser observado no depoimento de um dos gestores no Núcleo Alto Uruguai, filho de um dos agricultores da Ecoterra:

O transporte é cobrado 22% em cima de tudo que o agricultor vende, não importa se ele tá aqui em Três Arroios [*município mais próximo*]. Tipo assim, meu pai sempre diz o seguinte, ele tá a 35 km daqui, ele tem uma média de venda por ano, dá pra se dizer que chega lá nuns dois conto e meio por mês, ele diz assim: 'bota 30% disso em cima, nós temo aí 600-700 pila'. Diz ele: 'se eu fosse pegá meu produto, botá na camionete, levá até Erexim, eu não gasto isso nunca!' Ele questiona isso hoje, só que ele sabe que só o produto dele não dá, ele precisa tê o produto dele pra viabilizá vim produto de outras pessoas também. [...] A principal delas [*vantagem*] é que tu possibilita que famílias que tão nesse boleio, famílias individuais, que nunca pensaram que um dia iam chegar em Erexim pra vendê um pé de alface, conseguem vendê, trabalhando de forma ecológica. (Gestor 6. Núcleo Alto Uruguai. Pesquisa de campo).

No entanto, cabe destacar que, conforme o próprio depoimento evidencia, essa solidariedade, para além de sustentar-se em valores humanos e de colaboração mútua, também possui um caráter prático e concreto de viabilização da atividade econômica. Ou seja, há um racionalidade econômica embutida no processo e uma dimensão prática, centrada na obtenção de resultados concretos a partir dessas relações de solidariedade e reciprocidade, consideradas fundamentais à viabilização do processo. Resultados concretos e valores humanos se retroalimentam nesse processo, mediados pelas formas coletivas de organização, que garantem mecanismos de controle social desta dinâmica, bem como a obtenção de resultados econômicos satisfatórios às famílias.

No caso da Cooperafloresta, o mecanismo tomado para definição de pagamentos e sobras não está baseado em porcentagens, ou seja, os agricultores recebem porcentagens daquilo que venderam em cada canal e da mesma forma têm descontados proporcionalmente as sobras. Nesta última associação, o mecanismos

adotado é de definição de um preço fixo pago aos agricultores em cada produto, e a diferença entre este preço pago aos agricultores e o valor recebido nos diversos canais de comercialização é utilizada para cobrir todos os custos da comercialização, desde o transporte até o pagamento de pessoal e insumos. Esse formato preza também pela distribuição equânime dos custos, possibilitando um maior acesso das famílias ao processo. No entanto, sua dificuldade está na concepção construída junto aos agricultores, que, por muitas vezes, acreditam vender seus produtos para a própria associação. Geram-se, assim, menor compromisso com o processo de comercialização, bem como conflitos em relação ao preço ao produtor, estabelecendo uma certa contradição entre o processo coletivo e participativo e a compreensão da associação como compradora de seus produtos.

À seguir, apresentam-se esquematicamente figuras que simbolizam os três mecanismos descritos até o momento. O primeiro, centrado na divisão proporcional do frete de acordo com o volume de produtos comercializados, ou seja, através da co-responsabilização de todos os integrantes. As famílias 'repassam' parte de seus recursos para cobrir os custos, este modelo é aqui denominado de **Divisão proporcional participativa**, presentes na maioria das organizações. O segundo, focado na mesma divisão proporcional, porém, realizada de forma centralizada, pela equipe de gestão da comercialização, as famílias são 'cobradas' pelo custo, aqui denominado de **Divisão proporcional centralizada**, caso da Cooperafloresta. O último caso é o do desconto de acordo com a distância de cada família ou o frete realizado individualmente, denominado de **Divisão individual**, casos do Rio Bonito, Acevam e Afruta (Figura 37). O tamanho dos círculos "F" corresponde ao volume comercializado por cada família. A espessura das flechas das famílias até o centro representa o gasto de cada família em relação às demais. A distância de cada família até o centro, corresponde à distância da família até o ponto de comercialização.

A referência tomada aqui foi o da divisão dos custos de frete, no entanto, esses modelos se reproduzem em outros aspectos, como a divisão de sobras, custeio de embalagens, remuneração de pessoal, caixas plásticas, etc. Algumas organizações podem adotar o mesmo modelo para todos os aspectos, ou adotar mais de uma forma, dependendo do aspecto a ser custeado.

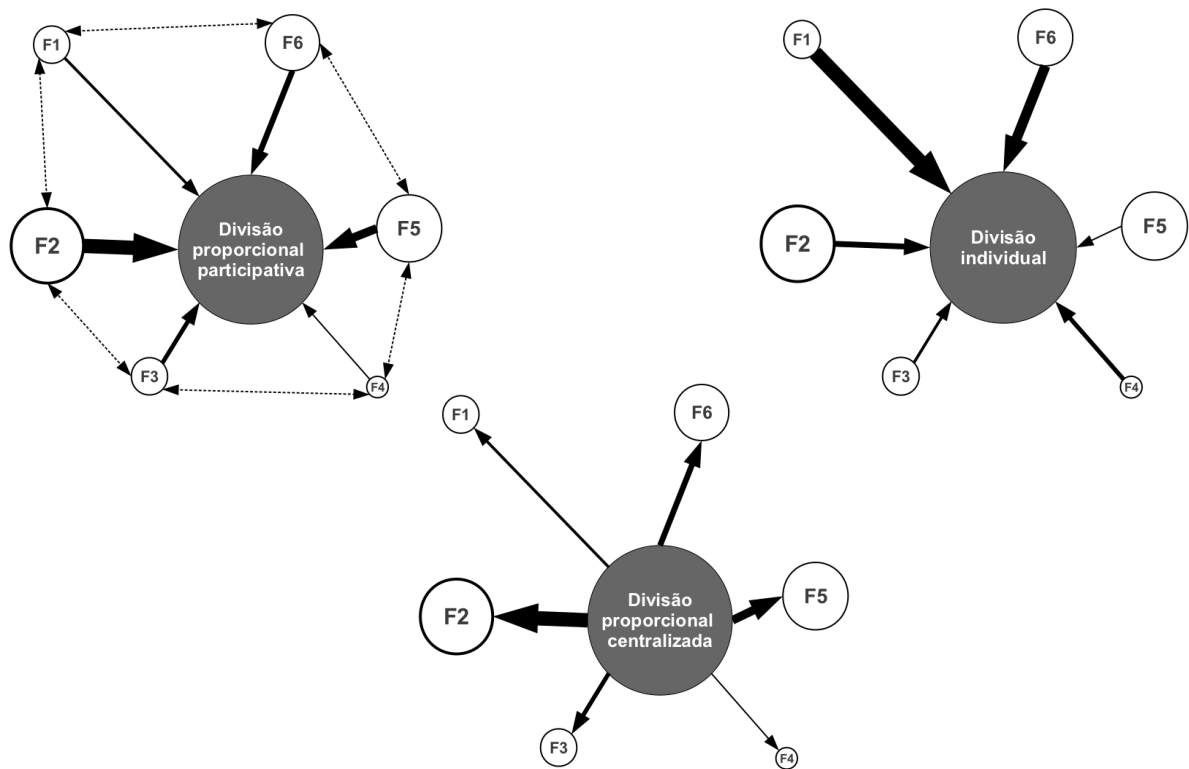


FIGURA 37 – REPRESENTAÇÃO DOS MECANISMOS DE DIVISÃO DE CUSTOS DE FRETE
 FONTE: O autor (2012).

A leitura realizada até o momento dos mecanismos de gestão construídos pelos grupos e associações pesquisados reforça o caráter apontado por Sabourin (2009) do estabelecimento de uma economia centrada no princípio da reciprocidade, pelo menos no que se refere à reciprocidade interna às organizações em questão. Compreende-se que, dos aspectos propostos por Portes (*apud* Sabourin, 2009), como forma de diferenciação entre as relações de solidariedade e reciprocidade em relação àquelas de troca mercantil, sejam eles a *obediência às regras*, a *reciprocidade bilateral*, a *solidariedade restrita* e a *reciprocidade indireta*, pelo menos os três primeiros se fazem presentes nos mecanismos de gestão adotados pelas organizações em questão em maior ou menor intensidade.

Ou seja, observa-se no âmbito das organizações em estudo, um processo de respeito às regras e formas de organização e funcionamento estabelecidos por parte de seus integrantes. Para além desta 'obediência', há de se ressaltar o fato de que tais normas foram construídas e são debatidas e readequadas de forma coletiva, mediante a participação de seus membros em reuniões e assembleias. Da mesma forma, a partilha coletiva de custos, bem como o compromisso coletivamente estabelecido e individualmente assumido, e o processo coletivo de organização da

ação econômica configuram elementos fundamentais à constituição de uma reciprocidade bilateral e de uma solidariedade restrita às organizações em questão.

No que se refere à reciprocidade indireta, entende-se que esta se dá na relação direta com os consumidores, aspecto a ser debatido mais a frente neste mesmo item.

Outro item a ser destacado dentro das dinâmicas de gestão pesquisadas é a sua adequação à realidade de cada organização e região. Uma das principais dificuldades no âmbito da agricultura familiar e camponesa e, conseqüentemente, da agroecologia, situa-se em torno da identificação de formas de gestão que se apropriem à sua racionalidade socioeconômica e à sua realidade social, cultural, econômica e ambiental. As soluções correntemente apresentadas para resolução dos problemas de gestão e organização da atividade econômica dos agricultores encontram-se focadas em uma perspectiva empresarial, representada pela lógica do empreendedorismo, totalmente inadequada e de difícil aplicação à realidade das comunidades de agricultores familiares e camponeses.

As formas de gestão construídas sob esse ponto de vista pouco privilegiam as dinâmicas coletivas e de caráter solidário e participativo; impõem uma cultura de competição e uma visão empresarial a espaços sociais orientados por uma racionalidade diferenciada, tal como abordado no capítulo 3 desta tese. Da mesma forma, conforme destaca Sabourin (2009), quando são incluídos elementos dessa perspectiva coletiva e centrada em valores de solidariedade e reciprocidade, o realizam com o objetivo final não de fortalecer tais valores, mas de utilizá-los a fim de racionalizar os custos de ações de cunho puramente mercantil.

Para Ploeg (2008), a artesanidade na agricultura familiar e camponesa é estratégica para obtenção de resultados produtivos e garantia da sustentabilidade. Esta não se refere somente a aspectos de ordem técnico-produtiva, mas também da lógica e da racionalidade de organização do trabalho, na qual o conhecimento local e o saber fazer dos agricultores cumprem um papel fundamental. Para o autor:

O modo empresarial de fazer agricultura representa um forte contraste neste aspecto. Neste modo, a capacidade central é o empreendedorismo, ou seja, capacidade de estruturar os processos de trabalho e de produção de acordo com as relações e aspirações *mercantis* torna-se decisiva. Enquanto na estrutura da artesanidade os indicadores *internos* são normativos [...], na estrutura do empreendedorismo os indicadores *externos* são as principais diretrizes. [...] No seu conjunto, a artesanidade, o conhecimento local e os padrões de comunicação e de troca que os suportam constituem a *qualidade* do trabalho. [...] No modo empresarial, o mercado é, acima de

tudo, um *princípio orientador*. Devido ao grau elevado de integração e dependência dos mercados, a unidade de produção empresarial tem de seguir a “lógica do mercado”. (PLOEG, 2008, p. 137. Grifos do autor).

No entanto, conforme ressalva o próprio autor, a centralidade na artesanidade não pode ser interpretada como a expressão de um comportamento não econômico por parte dos agricultores familiares e camponeses. Muito pelo contrário, sua racionalidade os torna em empreendedores inventivos e eficazes, porém, sua racionalidade não está centrada na busca única de uma forma de ação empresarial, mas segue uma lógica socioeconômica própria, que dialoga e tensiona com esta racionalidade hegemônica permanentemente (PLOEG, 2008).

Nesse sentido, as organizações em questão procuraram desenvolver suas formas de gestão realizando uma mescla entre alguns procedimentos práticos oriundos desta racionalidade hegemônica, mas, principalmente, valorizando e resgatando de sua história de organização social aspectos que possibilitem a criação de mecanismos que respondam à sua realidade e fortaleçam os valores historicamente construídos no âmbito das organizações. Nitidamente observam-se limitações na execução desses mecanismos de gestão e, notadamente, uma elevação no grau de complexidade desses mecanismos e, portanto, de sua implementação, de forma a que possam atender a esses valores e princípios, algo pouco compreendido e tido, por muitas vezes, como economicamente inviável ou ineficiente, dentro da racionalidade hegemônica, conforme se pode observar no depoimento de um dos gestores do Núcleo Serra:

Sabe que é interessante isso, o pessoal da Coopeg ta fazendo agora, a prefeitura tem um convenio com o SEBRAE de qualificação, então a Coopeg ta envolvida nesse processo. E o cara responsável, o instrutor do SEBRAE que ta trabalhando com eles a questão de gestão ta apavorado, apavorado! Pra ele, o que eles fazem é inadmissível, não da pra conceber. Claro, naquele padrão “sebraiano”, quadradinho, né, ele fica apavorado... Porque vem produto de um, junta com outros quatro, depois volta tem que descontar IPI pra um, IPI pra outro. Não é que vem pro bolo, o bolo vende, vem dinheiro, rateia e pronto. Não, é muito mais complexo que isso. (Gestor 4. Núcleo Serra. Pesquisa de campo).

Ou ainda na fala do gestor do Núcleo Planalto, relatando a importância da vivência no processo de comercialização como forma de aprendizado para o agricultor desenvolver seus mecanismos de gestão, internamente à propriedade e como grupo:

Não é num banco de uma universidade, escola que você vai ensinar o que é fazer a gestão de uma propriedade, Até é bonitinho, no papel é tudo uma

maravilha, eu tenho vários papel de gestão e eu não faço! Daí como é que eu vou ensinar o agricultor a fazer? Agora ele vai aprender com o mercado, com a feira. 'Dá? Opa! Eu preciso estudar melhor como é que eu vou fazer para mim organizar a Rede, organizar o grupo, trabalhar em grupo'. Aquele cinco por cento que ele tá perdendo, ele começa a ficar bravo: 'pra onde é que tá indo? Não, isso tá indo pra isso aqui.' Então você tem que ir na reunião, tem que ter uma reunião por mês, aí você começa a formar o agricultor. E a gestão da propriedade, da organização, vai daí né? Da perca da produção e da organização da produção, com planejamento de que época que vai tudo, daí ele vai começar a organizar: 'ah, para dar certo tem que ter grupo!' Ah, eu planto cenoura, eu planto aquilo, daí começa a dar a gestão da propriedade, que é isso que os administradores não enxergam, eles enxergam número! (Gestor 9. Núcleo Planalto Norte. Pesquisa de campo).

Nesse sentido, os mecanismos de gestão desenvolvidos por parte das organizações que integram a Rede Ecovida buscam superar e enfrentar a perspectiva restrita somente do acesso aos mercados, conforme destaca Maluf (2002, 2004). A lógica do empreendedorismo, da competitividade e da eficiência econômica se focam em uma perspectiva de viabilizar, quando possível, o 'acesso' dos agricultores e suas organizações aos mercados estabelecidos. Estes respondem a uma racionalidade mercantil, de acúmulo de bens materiais e da concorrência, que favorece a competição e o individualismo no âmbito das organizações. **A perspectiva em construção no âmbito dos grupos vinculados à Rede Ecovida busca, conforme abordado no item anterior, desenvolver uma lógica de mercados socialmente construídos, no sentido específico de serem mercados “criados” pela organização dos agricultores e no sentido de incorporar explicitamente valores de solidariedade e reciprocidade nas formas de gestão e organização da atividade econômica.** Perspectiva possível de ser captada a partir da fala de um dos gestores, envolvidos com o Circuito Sul de comercialização:

Porque se o funcionamento se desse pelo princípio econômico, primeiro você corta as viagens que não dão lucro, segundo, você não vai buscar famílias que tão longe, terceiro, você não vai carregar produtos que não te dão renda. Por exemplo, a estação de Erexim cansa de carregar produtos que puxam dinheiro da laranja, que é o produto que mais viabiliza frete, pra pagar um outro produto.[...] Só um funcionamento coletivo é que permite isso (Gestor 10. Circuito Sul. Pesquisa de campo).

Como todo processo em construção – e conforme observado nas diferenças entre formas de gestão entre as organizações pesquisadas –, seu desenvolvimento percorre caminhos tortuosos, repletos de contradições inerentes a um processo que se desenvolve dentro de uma sociedade em que predominam outros princípios, que

também influenciam a formação pessoal e a racionalidade daqueles que constroem estas dinâmicas.

Um dos aspectos que reflete essas dificuldades e contradições refere-se ao planejamento e à organização da produção. Muito provavelmente seja este um dos aspectos de maior tensão dentro das organizações, bem como de maior dificuldade de estruturação. Nos grupos de menor porte, tais como Apemsul, Apevs, Apesa, Apema e Rio Bonito, dentre aqueles pesquisados, essa dificuldade se encontra bastante dirimida. Por realizarem reuniões frequentes e contarem com poucas famílias, para eles torna-se mais fácil adequar um planejamento de produção que atenda aos interesses das famílias e às demandas dos espaços de comercialização. Porém, os grupos relatam as dificuldades de realizar estes ajustes no início do processo e demonstram que após vários anos é que se torna possível atingir um certo 'ponto de equilíbrio' entre as famílias.

São significativos os conflitos gerados em torno desta questão: há produtos que possuem maior demanda, ou aqueles que são produzidos mais facilmente, os que possuem maior produtividade ou os de maior valor agregado. Agregue-se a esse contexto o elemento sazonalidade, induzindo as famílias a investirem massivamente nas mesmas culturas concentradas em um período de tempo. Assim, torna-se extremamente difícil e conflituoso articular interesses das famílias e as demandas dos mercados, principalmente em processos de organização e comercialização regionalizados.

De fato, esse problema é mais evidente nos casos da Ecoterra e Cooperafloresta, em menor intensidade, mas presente na Acevam, praticamente inexistente no caso da Afruta pelo seu perfil de comercialização (bancas individuais). Porém é enfrentado no caso da ComSol, cooperativa regional que acessa o mercado institucional e do qual os agricultores da Afruta fazem parte. Da mesma forma com a Econativa, integrada pelos grupos e pelas associações do Litoral e Serra Gaúchos, já citados acima.

Na Ecoterra essa dificuldade está abertamente expressa, sendo ponto de discussão e conflitos dentro da associação há alguns anos, em função do que, segundo seus integrantes e gestores, se coloca como falta de compromisso em algumas famílias em respeitar limites e cotas mínimas de produção de determinados produtos, a fim de não desabastecer ou gerar uma oferta exagerada de

determinados produtos. O caráter intensamente politizado da organização possibilita o debate franco da questão e a tentativa de construção conjunta de várias propostas e formas de organização e planejamento da produção, mas que até o momento não tiveram muito sucesso. Quando da realização do trabalho de campo desta pesquisa, havia uma grande expectativa em torno do compromisso assumido pelos agricultores e do formato de planejamento construído, mas seus resultados não puderam ser verificados pelas limitações da pesquisa. Relatos posteriores de alguns de seus membros revelam um certo avanço na questão.

O caso mais emblemático muito provavelmente seja o da Cooperafloresta. Atrelado ao seu mecanismo de pagamento de preços fixos aos agricultores, construiu-se uma forma de funcionamento da comercialização em que não há planejamento ou controles prévios em relação ao tipo e volume de produtos enviados pelos agricultores. Ou seja, aquilo que os agricultores conseguem colher e preparar no momento é automaticamente absorvido pela associação e, conseqüentemente, assumido o compromisso de remunerá-los. Dessa forma, sobrecarregam-se os responsáveis pela gestão que, no momento do recolhimento dos produtos é que identificam aquilo que está disponível e procuram fazer a sua distribuição em torno dos mercados que participam. Essa realidade, identificou-se, só se torna viável pela participação no PAA e por ter como entidade beneficiária os dois principais bancos de alimentos de Curitiba, que absorvem grandes quantidades de produtos, evitando sobreoferta ou o não escoamento de produtos nos demais canais, notadamente nas feiras.

Dessa forma, evidencia-se um menor compromisso das famílias em torno do funcionamento e viabilização dos canais de comercialização. Quando perguntadas nos questionários de campo sobre o porquê da preferência de comercializar junto à associação, são comuns as respostas do tipo: “é só colocar na fonte e depois receber”, “a gente manda o produto e é só esperar o pagamento” ou “logo que entrega o produto não precisa mais se preocupar” (Cooperafloresta. Núcleo Agroflorestal. Pesquisa de campo). Portanto, apesar de estruturar sua gestão de forma a permitir a participação de um maior número possível de famílias, seus mecanismos não primam por maior participação e envolvimento das famílias que compõem a organização.

Por fim, a questão do planejamento afeta também a formação de cooperativas

regionais; processo em crescimento no âmbito da Rede Ecovida, principalmente motivado pelo acesso ao mercado institucional. Nesses casos, ainda são falhos os instrumentos de organização da produção e seu planejamento, sendo necessário o desenvolvimento de ferramentas técnicas que possibilitem articular a oferta dos agricultores com a demanda dos contratos firmados para atendimento, principalmente da alimentação escolar. Nesses casos, a novidade se encontra em desenvolver processos de articulação regional, tanto no planejamento de produção quanto no desenho da logística, uma vez que a articulação em pequenos grupos não é suficiente para o atendimento a este mercado.

Uma das características que pode ser destacada dos processos sociais que criam e operam os mecanismos de gestão aqui debatidos é a horizontalidade dessas dinâmicas. Os processos de organização social se caracterizam pela realização de reuniões frequentes e pela descentralização nas tomadas de decisão. Da mesma forma, agricultores e gestores destacam a transparência dos processos. As decisões em torno da construção de novos espaços de comercialização, qualidade dos produtos, formação de preços, pagamentos, prestação de contas e outras são, em geral, realizadas de forma horizontal primando pela maior transparência nos processos decisórios.

Ressalvas devem ser feitas à execução das ações de gestão. Nas instâncias regionais observa-se uma sobrecarga e uma centralização na execução das atividades de recolhimento e seleção de produtos, controle de entregas e pagamentos e a realização dos pagamentos que ficam concentradas nas mãos de poucas – quando não somente uma – pessoas nas organizações. Na grande maioria dos casos essas pessoas são integrantes das organizações que, apesar de conhecer profundamente a realidade das famílias e organizações, possuem pouca formação em processos de gestão. Em muitos casos há uma sobrecarga no próprios motoristas dos caminhões – em geral membros das próprias organizações –, que realizam tarefas de carregamento, controle de qualidade, controle de entregas e pagamentos, porém, de forma muito precária e com poucas condições de trabalho. Esta realidade pode ser explicada pela escassez de recursos, que inviabiliza a formação desses agentes ou mesmo a contratação de pessoal específico para tais atividades. No entanto, observa-se pouca preocupação das organizações em qualificar este processo, mesmo no momento da busca de recursos para viabilizar

as ações de comercialização.

Como referência nessa questão, pode-se tomar o estudo realizado por Costa e Silva (2012) para o caso específico da Cooperafloresta. A autora analisou as necessidades e fontes de informação no processo de comercialização levado à cabo pela associação. De uma forma geral, os processos de comunicação estão centrados na pessoalidade e informalidade, havendo poucos mecanismos formais ou coletivamente estabelecidos para condução das ações de gestão no processo de comercialização. Cabe ressaltar que a pessoalidade e informalidade são intrínsecos às dinâmicas de organização em questão, sem necessariamente representar uma fragilidade do processo, uma vez que, em grande medida, essa pessoalidade e informalidade se encontram apoiados em relações de confiança e solidariedade. No entanto, estas podem velar relações de poder, dificultar o controle social, bem como comprometer a eficiência do processo.

Destaca-se ainda nesse caso a dificuldade institucional em superar essa realidade, bem como o baixo investimento econômico, em termos de recursos de projetos investidos, e institucional em superar essa realidade, tida como aspecto inerente ao processo; há uma clara disparidade entre recursos investidos no enfrentamento desta questão em relação aos aspectos técnico-produtivos e de investimento em infraestrutura. A realização de um estudo específico nesta área na Cooperafloresta pode possibilitar uma análise mais aprofundada dessa realidade, no entanto, esta situação pôde ser observada a campo na grande maioria das organizações, notadamente aquelas regionais e mais amplas, que demandam maiores investimentos e inventividade na criação de forma de gestão. O depoimento de um dos gestores do Circuito Sul considera-se particularmente relevante neste aspecto. Sua vivência em diferentes regiões e associações, pelas características do Circuito, evidencia este contexto de dificuldade na gestão, em um primeiro momento pelo pouco investimento na busca por maior eficiência, mas, por outro lado, também revela a preocupação de que esta busca por eficiência se faça dentro dos princípios que a agroecologia e a Rede Ecovida se propõe:

A maior crise que eu vivo nesse momento, depois de ter levado algumas esfrega em comercialização, é o seguinte: quando é que a gente deixa o romantismo de lado e começa a desenvolver realmente comercialização. Dentro da nossa visão, to falando de comercialização dentro da nossa visão, com solidariedade, com princípios, com coletividade, certo? Com equilíbrio, certo? Não aquele troço desorganizado. Coletivo, mas bem interligado, bem interligado pra dar eficiência e pra poder escoar esses

volumes que a gente tem de alguns produtos, em cada uma das regiões que a gente atua. E aí eu não to vendo nenhuma perspectiva, aí eu não to conseguindo ver nenhum movimento entre nós, que vai dar essa eficiência que é necessária e que impeça o aparecimento dos atravessadores dentro desse sistema. E isso é grave, isso me desanima muito, se for pra gente ir pra esse rumo, sinceramente... Agora, de forma coletiva, nós não tamo conseguindo pensar um sistema de funcionamento que absorva, com a estrutura necessária, todos os volumes de diversos produtos que nós já temos em diversas estações do circuito e que passem por esse sistema coletivo. Com ética, com princípios, com controle social, enfim, toda aquelas coisas que a gente acredita. Nós não temos logística, não temos estrutura e não temos gestão. Não, o problema não é de gestão, o problema é de como é que a gente passa a usar mais e criar sistemas que funcionem com eficiência pra fazer o escoamento disso, entendeu? (Gestor 10. Circuito Sul. Pesquisa de campo).

Nesse sentido, acredita-se que se relega a um segundo plano o enfrentamento dessa questão nas organizações, o que pode ser explicado pelo próprio contexto desfavorável, visto que as possíveis tentativas de busca de alternativas esbarram em soluções pautadas por valores e princípios que não se adequam à sua realidade. Em contrapartida, assim como no enfrentamento do debate amplo em torno da construção de mercados, observa-se uma 'resistência' à incorporação ou adequação de mecanismos que possam ser eficientes e úteis aos formatos de gestão das organizações, mas que, por estarem pautados por uma racionalidade capitalista, a qual, em geral se enfrenta, dificultam uma possível mediação. O depoimento do Gestor 4, do Núcleo Serra, evidencia esta questão, ao tratar da tentativa de busca de apoio junto ao Sebrae, órgão marcadamente orientado pela promoção dos valores do empreendedorismo, e as dificuldades em conciliar a perspectiva do técnico do órgão com as práticas dos agricultores.

Em um sentido mais conjuntural, e pensando na Rede como um todo, o depoimento do Gestor do Circuito Sul é revelador, onde por um lado há uma preocupação em aumentar a eficiência dos processos, com isso proporcionar maior e melhor escoamento da produção e, portanto, um melhor abastecimento. Em outro sentido, uma preocupação permanente de que essa eficiência esteja pauta pelos princípios que a Rede se propõe quando da construção de mercados, de forma a evitar 'distorções' no processo, no caso, apontada pelo surgimento de intermediários dentre os próprios agricultores. Por um lado, essa realidade, segundo o Gestor, pode-se dar no 'vazio' da eficiência das formas de gestão atuais e pela criação de mecanismos de gestão que não incorporem os princípios e valores que sustentam esta construção social de mecanismos alternativos de mercados, questão, segundo

ele, fundamental ao futuro de tais processos de comercialização.

Da mesma forma, pode-se afirmar que, inclusive devido a essa sobrecarga de funções e uma menor atenção em relação à qualificação dos agentes em torno da gestão da comercialização, o fato de a comercialização ser realizada na grande maioria dos casos de forma coletiva acarreta menor agilidade na tomada de decisões e execução das atividades. Por muitas vezes, a simples decisão de aquisição de um novo jogo de pneus para um caminhão, por exemplo, leva dias para ser tomada, por vezes necessita passar por consultas colegiadas, que levam a uma morosidade nos processos. Situações como estas refletem, por um lado, o compromisso com o respeito às instâncias, mas também fragilidades na criação de mecanismos ágeis de tomada de decisão. Por se estar inserido em uma sociedade em que cada vez mais fazem-se necessárias a agilidade e eficiência na ação econômica, esta dinâmica por vezes gera perdas e, conseqüentemente, atritos no seio das organizações.

Em uma leitura mais ampla da realidade discutida até o momento, pode-se afirmar que os processos sociais de menor escala favorecem a organização e articulação entre as famílias, bem como a tomada de decisões de forma participativa e o estabelecimento de maiores níveis de compromisso das famílias em relação ao processo de produção e comercialização. No entanto, esses desenhos limitam as possibilidades de construção de mercados, por agregar volumes menores de produtos, não viabilizar investimentos em infraestrutura e logística de mais peso e por contar com menos capacidades humanas para o seu desenvolvimento. Assim, os processos de articulação em escala regional são mais afeitos a diversificação de canais e à construção de estratégias mais ousadas de comercialização. No entanto, necessitam redesenhar formas e mecanismos de gestão e tomada de decisão e monitorar seu andamento, a fim de não comprometer seu caráter de transparência e horizontalidade. Esta perspectiva pode ser evidenciada no caso da Ecoterra, que em uma comparação entre o trabalho realizado inicialmente por um dos grupos em relação ao trabalho realizado hoje, por meio de uma articulação regional, os agricultores afirmam que:

A má qualidade de um pé de alface era motivo de meia hora de debate no grupo. Hoje [*organização regional*], a má qualidade muitas vezes de quatro, cinco caixas de alface não significa ter o mesmo debate no coletivo. E é isso que eu digo. Muitas vezes é aquela história, a qualidade do produto, a aparência do produto, por exemplo, no final no ponto de comercialização, ele era visto dum jeito por que? A Z. ia hoje na feira, daqui duas semanas

ela ia de novo. O X. a mesma coisa o R. a mesma coisa. Hoje o R. vai na feira de Passo Fundo todo fim de semana, mas tem gente que não vai. Tem gente que não conhece a feira de Passo Fundo e que tá na comercialização hoje. (Ecoterra. Núcleo Alto Uruguai. Pesquisa de campo).

Da mesma forma, pode-se afirmar que os mecanismos de gestão desenvolvidos no interior das organizações que executam as ações de comercialização se orientam pelo resgate e pela valorização de princípios éticos e valores de reciprocidade e solidariedade. Seu desenvolvimento prima por uma perspectiva de inclusão social, de corresponsabilização sobre os processos, do estabelecimento de compromissos recíprocos entre as famílias e pela intervenção, mas também sujeição, nas tomadas de decisão. Essas características se tornam possíveis pelo estabelecimento de processos de organização social que buscam atualizar dinâmicas históricas de solidariedade e intercâmbio, de forma a atender aos interesses e objetivos de uma realidade que se amplia para além dos horizontes da família e das comunidades, para estender sua lógica para dinâmicas mais amplas da sociedade em geral.

Ou seja, ao incorporar os valores de reciprocidade e solidariedade, atrelados à sua racionalidade, aos processos de construção de mecanismos de mercados, as organizações de agricultores ecologistas expandem esses valores para o âmbito dos espaços de comercialização. Em outros termos, rompem as fronteiras da unidades familiar e da comunidade onde esta se encontra inserida, ou do 'espaço camponês' propriamente dito, para expandir e incorporar sua racionalidade para os demais âmbitos da sociedade, com a qual dialogam e na qual intervêm e participa, a partir desta nova perspectiva de construção de mercados.

Essa perspectiva fica nítida quando as famílias e os gestores são questionados sobre a relação existente entre a construção social de mercados e o fortalecimento ou não dos processos de organização social. Num primeiro instante, há uma argumentação prática e funcional em torno da necessidade de organização, como forma de viabilizar os processos de comercialização, racionalizar custos e possibilitar maior autonomia. Nesse sentido, há uma forte articulação entre a estruturação dos processo de organização e a viabilidade da comercialização, conforme se pode observar no depoimento de um dos gestores entrevistados:

O que vai dar organização pro agricultor é a renda, não é lucro, lucro é uma coisa, é um pseudo-capital, você ganhá uma produção em cima, né? Mas é a renda que tem né? Se ele tiver o dinheiro, que nem o cara ia colher uns

mil quilo de tomate ia dar lá uns mil reais, ele vai ta animado no grupo, ele vai participar, ele aceita as discussão do grupo. Agora com aquela perca ali, você imagina o sacrifício que vai ser as outras reunião. Ele vai estar desestimulado, então o fundamental pra organização é a comercialização. (Gestor 9. Núcleo Planalto Norte. Pesquisa de campo).

Por outro lado, mesmo contando com motivações de cunho prático e pragmático em torno da viabilização das ações de comercialização, é comum entre as organizações pesquisadas a leitura da contribuição desse processo de organização social e política na constituição de espaços de maior autonomia para as famílias. A possibilidade de, a partir desses processos organizativos, construir e acessar mercados de forma coletiva e articulada redesenha as relações destas famílias junto aos mercados, possibilitando a construção de um sentimento de 'domínio' e 'controle' sobre estes, raro de ser observado em sua realidade anterior ao trabalho com a agroecologia. Os agricultores da Ecoterra e Acevam evidenciam essa conjunção de fatores entre os aspectos pragmáticos do processo de comercialização (agregação de volumes, racionalização de custos, diversidade de oferta) com uma perspectiva mais ampla, de reconstrução de relações sociais e de constituição de uma nova relação com os mercados.

Mas se fosse pra ir daqui pra tu ir vendê em Passo Fundo sozinho, tu não ia, a despesa não dava. Tu não ia ter diversidade suficiente pra abastecer uma feira. Quando tem o coletivo tu divide as despesa, tu tem a diversidade, cada um produz uma coisa, tu divide o trabalho, tu faz aquela companhia, aquela amizade. (Ecoterra. Núcleo Alto Uruguai. Pesquisa de campo).

Na associação a gente tem essa liberdade na verdade, ela deixa assim, que a gente domine aquilo ali. É nosso, a gente faz reunião todo mês, toda primeira sexta-feira, a gente é dono, a gente domina aquilo ali, se a gente quer melhorar, tem que trabalhar pra melhorar um pouco. [...] A vantagem de ser sócio, no caso de tê uma cooperativa, tipo nós que temo nome aí, é a credibilidade com o comércio, se é 10 colono, 20 colono numa associação, vai ter mais crédito com o comércio onde tu tá vendendo: 'como é que eu vou comprar desses caras se eu não sei quanta quantia eles tem?' Mas se é 10 colono, não vai faltar nunca banana. [...] Nós somos o dono do comércio. (Acevam. Núcleo Sul Catarinense. Pesquisa de campo).

Aspectos referentes á contribuição da construção social de mercados na (re)construção da autonomia das famílias e suas organizações serão aprofundados no capítulo 6 desta tese, a partir da leitura das três abordagens teóricas levantadas no capítulo 3: *i*) fortalecimento das estratégias de autoconsumo; *ii*) (re)construção da identidade e relações de reciprocidade e *iii*) (re)construção da racionalidade socioeconômica. Interessa aprofundar neste momento da análise a leitura em torno de como esses processos de organização, profundamente articulados com as

estratégias de comercialização construídas, possibilitam a reconstrução de relações de solidariedade e reciprocidade no âmbito das famílias em estudo e destas com 'terceiros', no caso, os consumidores.

De início, ressalta-se que é consenso dentro das organizações pesquisadas que os processos de comercialização, apesar de tornarem mais complexas as relações e possibilitarem mais conflitos, têm fortalecido a dinâmica organizativa dos grupos e das associações. Não se pode atribuir o estabelecimento dos processos de organização à construção das estratégias de comercialização, na grande maioria dos casos, as organizações são anteriores a estes. No entanto, o que se observa é um processo de retroalimentação entre os dois processos, ou seja, à medida que canais de comercialização vão sendo construídos e as estratégias tornando-se mais complexas, são fortalecidos os processos de organização social. De uma forma geral, as famílias são enfáticas em afirmar e demonstrar como o avanço na comercialização levou a um amadurecimento nas organizações.

Eu acho que fortaleceu, né? Tu tá em grupo, tu tem que caprichar no produto que tu manda. Caprichar porque, isso aqui se vai perder tudo, tu vai aumentar os custos. E quanto mais gente melhor é.[...] Que nada! Isso aí tu se olha torto uns três dias depois volta tudo de novo. E batia na mesa às veis! Um defendia, mas depois chegava num entendimento, o cara ele já sabia que os produto, o comentário, levantava os ponto no começo da reunião, não era um que acusava outro, era um debate. (Ecoterra. Núcleo Alto Uruguai. Pesquisa de campo)

A necessidade de maior frequência de reuniões, pelas demandas de decisões rápidas na comercialização, bem como de lidar mais intensamente com a resolução de conflitos, demanda também maiores esforços de articulação e mobilização por parte das famílias e, conseqüentemente, das organizações. Ao lidar com situações em que se faz necessário agregar produtos de diferentes atores e realizar transações financeiras, ou seja, com dinheiro, a presença de conflitos e, conseqüentemente, a demanda por maior transparência e discussão das situações é permanente. exigindo mais intensidade e aprofundamento das relações sociais e políticas entre famílias e organizações, conforme pode-se observar na leitura feita por um dos gestores sobre a necessidade de articulação entre as diferentes atividades desenvolvidas pelas famílias e suas organizações:

Tem que ter organização, formação, produção e comercialização e uma quinta que é a certificação, que é a famosa roda da carroça. As duas rodas de trás da carroça é a produção e a comercialização e se quebrar uma roda, ainda se for no embalo vai. Agora sem formação e sem organização não vai, por isso que eu digo, primeiro para o agricultor aprender a se organizar e ter

formação, ele tem que ter renda, ele tem que vender, mas não é isso o fundamental para ele, o fundamental é formação e organização. Que daí o passo seguinte ele dá. Mas primeiro tem que quebrar a roda da carroça umas par de vez, perder produção, perder mercado, para ele aprender a se organizar, se não ele não aprende. (Gestor 9. Núcleo Planalto Norte. Pesquisa de campo).

Essa retroalimentação entre organização e comercialização leva ao aprofundamento das relações entre as famílias, bem como ao estabelecimento de compromissos mútuos que reconfiguram as relações sociais no âmbito das comunidades. De fato, é comum os agricultores fazerem referência a um passado em que as relações sociais eram mais intensas, as trocas recíprocas de produtos e sementes, os trabalhos comunitários e os mutirões eram frequentes. Da mesma forma, é consenso entre as regiões que essas relações vêm se perdendo cada vez mais, em função do esvaziamento do campo e, fundamentalmente, da pressão dos padrões convencionais de produção, cada vez mais intensos em insumos e, portanto, em custos, o que intensificou e individualizou o trabalho (em termos de unidade de produção), perdendo-se parte dos trabalhos intracomunitários. Os relatos dão conta de que a especialização na produção tem levado a uma dependência cada vez maior dos agricultores, gerando mais isolamento e fortalecendo tal individualismo, como se pode observar no relato dos agricultores da Ecoterra falando de sua disponibilidade para o trabalho na comunidade em relação aos demais agricultores:

[...] o próprio trabalhar, o serviço comunitário, a pessoa sempre faz e faz com amor. Os outros como não têm tempo é aquela coisa. Tem que ser tudo cobradinho. Pra gente parar um dia a mais ou um dia a menos não conta. E muita gente conta isso nas horas, não pode. Isso deu uma diferença. (Ecoterra. Núcleo Alto Uruguai. Pesquisa de campo).

Nesse sentido, as organizações pesquisadas fazem questão de destacar a mudança gerada na relação entre as famílias do grupo ou associação após o trabalho com a agroecologia. Observa-se uma satisfação em demonstrar que a participação nas organizações possibilitou um resgate dessas relações, retomando com isso, valores de solidariedade e reciprocidade que os padrões da agricultura convencional e do sistema agroalimentar hegemônico vinham desagregando.

Antigamente um vizinho carneava um porco, cinco vizinho ganhava um presentinho, né? Era uma relação né? Hoje perdeu-se né? Agora hoje mudou um pouco essa questão de associação, porque o V. já conhece minha filha e minha mulher, eu conheço a mulher dele. Vai la encontra o P., já tem quem cumprimentá, com quem conversá né? Então essa relação

entre famílias mudou. Já chegou mais nas pessoas. Tu vai pruma cidade, tu mora dez ano e as vezes não conhece o vizinho da porta. [...] esse negócio de grupo aproximou, aproxima. (Acevam. Núcleo Sul Catarinense. Pesquisa de campo).

Dessa forma, a construção de mecanismos alternativos de mercados, pautada pela estruturação coletiva destes, ao possibilitar o fortalecimento da organização dos grupos, propiciou a retomada de valores e princípios em franco processo de desestruturação nas comunidades. Laços comunitários são retomados a partir da configuração dos grupos e associações, atualizando as dinâmicas de solidariedade e reciprocidade de forma a adequá-las à realidade e ao contexto que se busca construir a partir da inserção na agroecologia. O estabelecimento de formas coletivas de intervenção nos mercados, bem como de compromissos mútuos em relação à qualidade e padrão da produção estimula a agregação social e a partilha de ideias e valores, aspectos fortalecidos, inclusive pelo estímulo que o próprio processo de certificação gera, por meio das visitas e de intercâmbios entre famílias, organizações e Núcleos. À sua maneira, cada grupo ou associação expressa esta realidade:

Tem uma convivência melhor, companheirismo, mais amizade, cada um sabe mais da vida do outro. Tá faltando ainda as visitas, tem propriedades que nós mesmos não conhecemos todas as propriedades do grupo, o grupo ainda não conhece, ainda tá faltando um pouco. (Grupo Rio Bonito. Núcleo Litoral Solidário. Pesquisa de campo)

A gente se une mais. Essas reunião que faz não é num local, é cada vez na casa de um produtor, tem um chimarrão, tem um lanchinho, tem um bate papo, vai vê como tá a propriedade, como é que tá trabalhando, como é ele que produz, o que não produz. É uma maneira de manter até uma certificação também, então todo mês é numa casa, vai fazendo rotativo. [...] Mais é com o grupo [*solidariedade, ajuda*], um ajuda cobrir o abrigo [*estufa*] do outro e tal, monta né? [...] Geralmente a gente trabalha com os vizinho, eu te ajudo, você me ajuda. (Afruta. Núcleo Planalto Norte. Pesquisa de campo).

No andar da carroça, quem que não tinha aquele sentimento de entreaajuda, de grupo, foi saindo. [...] Eu acho que é um novo trabalho e e eu venho duma família, dum grupo, que os meus problemas, eu tenho mais segurança de dividir com um vizinho por exemplo, do que com uma pessoa de fora do grupo. Parece que os nosso problemas são problemas deles e os problemas deles são problema nosso. Os outros tão fechado lá no chiqueiro, o assunto deles não é o mesmo que o nosso. (Ecoterra. Núcleo Alto Uruguai. Pesquisa de campo).

Hoje tu consegue, nessa dinâmica da Ecoterra, ter famílias que quando fala, por exemplo, famílias em Três Arroios que quando fala de tal produto, ele sabe quem que é o agricultor de Itatiba que produz esse produto, ele conhece a propriedade do cara. Hoje se tu pegá, 80% das famílias da Ecoterra conhecem a propriedade de quase todo mundo. [...] tu consegue ter essa motivação dos agricultores em melhorar, em ter técnicas diferente,

em mudar o sistema que ele tem de gestão da própria propriedade, de planejamento da própria propriedade [...] Essa questão que é forte também aqui, que é essa questão da amizade, por exemplo. Até pouco tempo atrás o grupo, ele tinha aquele grupinho fechado deles, a circulação de informação, a amizade era entre eles. Hoje tu tem famílias que vão se visitá de Três Arroio em Itatiba, de Itatiba a Aratiba, esse leque da amizade, ele é muito maior. (Gestor 6. Núcleo Alto Uruguai. Pesquisa de campo).

O resgate e reformulação das relações de solidariedade e reciprocidade dentro das organizações que compõem a Rede Ecovida tornam-se bastante evidentes a partir dessas constatações. No entanto, cabe ressaltar que, para além do fortalecimento dessas relações no âmbito interno, há um estímulo e fortalecimento da relação destas com a comunidade como um todo. O depoimento acima, da associação Ecoterra, demonstra o interesse e a maior disponibilidade dos agricultores ecologistas em participar e contribuir para as atividades comunitárias. A possibilidade de desenvolver e aprimorar as relações de solidariedade dentro dos grupos e associações leva a uma maior envolvimento também em outras instâncias da vida comunitária. Os gestores do Núcleo Planalto Norte e Alto Uruguai reforçam essa perspectiva, demonstrando como a organização dos grupos e das associações se expande para a comunidade, tendo nas famílias ecologistas um ponto de referência para este trabalho:

[...] esse é o normal que acontece, por que na realidade as comunidade aqui tem a organização dela, em volta da igreja, em volta do futebol, em volta das discussão. Lá tem uma equipe de trator, então aqui tem produtor que não é agroecológico que está na fiúsa de quem usa o trator, que tem umas trinta famílias nossa que fazem parte dos trator, então provocou outro sistema de organização, e nos grupos também, nas comunidades também. Então hoje o grupo agroecológico faz parte dentro da associação de moradores da comunidade, surgiu até cooperativa de leite ai em Porto União, tudo isso com base na organização que a gente faz. (Gestor 9. Núcleo Planalto Norte. Pesquisa de campo).

Os agricultores são vistos dentro da sociedade, das próprias comunidades de forma diferente, né? Eles são indicados hoje pra tudo que é diretoria, é diretoria do sindicato, é da Cresol. Ah, 'pega o agricultor ecologista lá daquela comunidade'. Por que? Porque são pessoas que o processo de discussão mais coletiva consegue formar essas pessoas [...] ela abre isso mais pra fora, pra comunidade como um todo. (Gestor 6. Núcleo Alto Uruguai. Pesquisa de campo).

Dessa forma, abre-se a perspectiva para a incorporação de elementos de uma reciprocidade mais amplamente difundida, para além do âmbito das organizações, pois sua dinâmica influencia e possibilita o restabelecimento dessas relações também no âmbito das comunidades às quais as organizações pertencem.

Pode-se, nesse sentido, retomar a ideia de uma *reciprocidade indireta* levantada na obra de Sabourin, como sendo aquela em que o retorno não provém necessariamente daquele que recebeu a dádiva, mas que a coletividade passa a ser responsável pela retribuição.

No entanto, onde melhor pode-se observar essa perspectiva é nas relações sociais que se estabelecem nos mercados em si, entre os agricultores e o público com o qual se relacionam nos espaços de comercialização, sejam eles os consumidores diretos ou os beneficiários e a comunidade escolar, no caso do mercado institucional. Essa perspectiva pode ser avaliada desde o ponto de vista dos agricultores e suas organizações, uma vez que pelos limites de tempo, recursos e da própria metodologia da pesquisa não se trabalhou diretamente junto aos consumidores, excetuando-se o caso daqueles organizados e que compõem a Rede Ecovida, como no caso das cooperativas de consumidores do litoral gaúcho.

Algumas noções sobre o estabelecimento de vínculos sociais de partilha e compromisso coletivo foram exploradas na seção anterior, no momento da análise das dinâmicas das feiras ecológicas. Assim, pode-se constatar que, a partir das feiras, como espaço central e simbólico da construção social de mercados alternativos no âmbito da Rede Ecovida, o perfil de organização e funcionamento deste mecanismo de mercado possibilita o estabelecimento de relações diferenciadas daquelas predominantes nos mercados agroalimentares convencionais. Ou seja, o formato das feiras abre a perspectiva para uma abordagem do mercado como um espaço de construção de sociabilidades em torno do compromisso com a qualidade dos produtos, da fidelidade na compra, mas, mais do que isso, no estabelecimento de vínculos sociais entre as pessoas, pelo convívio permanente nos espaços, pelas visitas de consumidores aos agricultores e pelo diálogo que o funcionamento das feiras possibilita.

Nesse sentido, os espaços de comercialização se constituem como ambiente em que relações econômicas, sociais e culturais se mesclam, caracterizando-se como um espaço de sociabilidade, onde o ato da compra e venda de alimentos motiva o estabelecimento de relações de proximidade, troca de informações, receitas, usos, intercâmbio de saberes e experiências de vida. São exaustivas as afirmações em torno das relações de amizade estabelecidas com os frequentadores das feiras, a presença constante do diálogo e, conseqüentemente, da negociação e

compreensão mútua no que se refere a padrões de qualidade, ausência de produtos, preços praticados e, notadamente, na geração de credibilidade em torno da confiança – do lado dos consumidores – e compromisso – por parte dos agricultores – em relação à qualidade ecológica do produto, conforme pode ser observado nas falas dos agricultores da Afruta e Apemsul durante o grupo focal realizado, bem como dos gestor entrevistado no Planalto Norte:

Você cria um laço com teu consumidor né? Se você falar pra ele que eu não to trazendo porque eu não uso produto pra manter esse produto bonito lá, ele acredita. Agora no mercado eles sabem que vem do CEASA, que se ele ligar pro cara lá e pedir duas, três caixa, ele vem. Então é a confiança que ele tem, se você diz que não tem e explica o motivo porque não tem, ele entende porque não tem, né? E o consumidor assim, a gente cria um laço, as veis um laço mais forte que a própria família [...] geralmente no mercado o que que ele conhece? O consumidor conhece o caixa, de vista, ele passa, cumprimenta, passa a compra e vai embora, as veis nem o nome não sabe, né? Na feira não, na feira tem freguês ali que tá há doze, treze ano com a gente, ele te conhece pelo nome, então cria um laço ali, uma confiança. [...] Eles conhece a propriedade, chega na propriedade do S., vê como ele trabalha já conta pro amigo dele. (AFRUTA, Núcleo Planalto Norte. Pesquisa de campo)

[...] tem consumidor que acostuma tanto com o vendedor que quando o vendedor não vai aquela semana, vem ele já pergunta, porque o fulano não veio? Adoeceu? Como é que é? Porque que não veio? Eles ficam assim, tão preocupado....” (34:15) “lá tu não tem um amigo, la tu tem 400 amigos! Gente que chega novo, que pede uma coisa, ah, traz isso aqui pra mim! Traz aquilo ali pra mim! [...] Hoje eles já vão chegando perguntando como é que tá, vão fazendo uma brincadeira... (Apemsul. Núcleo Litoral Solidário. Pesquisa de campo).

Uma questão é preço, o preço do mercado [*convencional*] lá é descarte, procura do produto, quer qualidade, padrão, na feira tem semana que tá bonito tem semana que não, o freguês leva, você convence ele, né? E a conversa, dialogo com o consumidor, não tem, o melhor mercado que tem é feira! Só que ela vende aquela quantia por semana, tem que ir caprichando, conquistando o consumidor para conseguir vender mais. Eu na minha feira pode chegar oito hora, nove hora da manhã, não tem nada, e tem produto convencional do lado mais bonito, mais graúdo, e vendo o nosso mais caro e vende o nosso primeiro, a cenoura as vezes tá grande, bonita do lado de lá, por um real o maço e a minha menorzinho tudo, por um real, vende a nossa primeiro. Depois ele leva a outra que não tem, nas feiras que tem mais agricultores, as da agricultura familiar. Até eles ficam bravos com a gente. Mas eu faço orgânico! Você cria, gerou credibilidade já. E isso ainda é pouco, muito pouco, ainda muito consumidor diz: 'eu acredito no pessoal da Afruta'. Mas não tem como que ele prove se é orgânico ou não, então o publico acredita no agricultor. (Gestor 9. Núcleo Planalto Norte. Pesquisa de campo).

Esse vínculo e essa reciprocidade, no entanto, não se observa somente no que tange às relações interpessoais estabelecidas, mas ao próprio compromisso expressado pelos agricultores com a qualidade de vida das famílias consumidoras.

O ato de comercializar de forma diferenciada, abrindo espaços para o estabelecimento de relações sociais, acaba por implicar também a sensação, frequentemente expressada, de se colocar 'no lugar do outro', ou seja, do consumidor, gerando maior compromisso em relação à qualidade do produto, mas principalmente em relação à popularização do acesso aos alimentos ecológicos. Abre-se um campo de expressão da solidariedade em torno da comercialização e consumo de alimentos ecológicos, que configuram a abertura de espaços para o estabelecimento dos 'mercados de reciprocidade' propostos por Sabourin. Essa expressão pode ser observada em alguns dos depoimentos tomados na fase de trabalho de campo coletivo:

Eu sinto uma felicidade porque de ver as mães vindo comprar meia dúzia de batatinha mas parece que elas não se davam ao direito de comer o alimento saudável. Ela pegava para o nenê e o consumo da casa era muito mais que isso. E eu ficava, meio assim, mas feliz porque ela dava o meu produto para o que era mais sagrado na vida dela. A gente tenta trabalhar com o preço do convencional, do supermercado. A gente procura manter uma média boa, para dar o sentido de que você pode comer o alimento. São pessoas humildes que vem ali comer, os doutores, médicos, bancários vem também, mas também vem o idoso, o aposentado que tem condições de comprar. Isso porque mantemos um padrão de preços, eles já sabem disso. (Agricultor 1. Núcleo Maurício Burmeister do Amaral. Pesquisa de campo coletiva)

Eu me sinto feliz, porque ofereço um produto de qualidade, sem agrotóxico. O que eu não concordo muito é que quem consome este produto é alguém com mais condição, uma elite. As vezes as pessoas de classe mais baixa não estão muito informados ainda. As vezes até gastam mais. O preço é um limitante, mas na feira o nosso produto é barato. Uma comida mais saborosa. (Agricultor 2. Núcleo Agroflorestal. Pesquisa de campo coletiva).

Gosto de vender o que produzo, sei que estou vendendo produto limpo, a gente sai na vizinhança, damos para os amigos e não cobramos. (Agricultor 3. Núcleo Litoral Solidário. Pesquisa de campo coletiva).

Por outro lado, não somente nas feiras, apesar de serem o espaço central e referência nessas perspectivas, esse diálogo e vínculo se estabelece. Os pontos fixos, as lojas de produtos ecológicos geridas por organizações ou famílias vinculadas à Rede Ecovida, reproduzem essa relação no seu dia a dia. O conhecimento da origem do produto, o compromisso e militância com a causa da agroecologia e principalmente a identidade construída em torno da Rede Ecovida e da agroecologia fazem com que a ação econômica de seus gestores se amplie para outras dimensões, da defesa da qualidade do produto, da informação sobre o que representa a aquisição daquele alimento, enfim, sustenta-se numa perspectiva muito

mais ampla do que aquela meramente comercial.

Tem um vínculo muito bom com os clientes, tanto é que essa aqui era cliente e virou funcionária! Uma outra também...fica um troço assim bem legal, ih! É uma coisa que chegam assim, brincam com a gente. Tem muita gente, cliente nosso que, não sei, é como se fosse da casa. [...] Tem muitos clientes que valorizam o que a gente tá fazendo. Eu me lembro que uma vez no final do ano, sempre a gente dá Feliz Natal, ano novo e tal, bah! Tem coisas que chamam a atenção. Um cara saindo na porta, eu disse: 'saúde pro ano que vem!' E ele disse: ' não, mas você vende saúde o ano inteiro!' São coisas que marcam! [...] Tem um agricultor que faz suco pra nós e um dia não conseguiu por um rótulo, eu trouxe pra por aqui. Daí o cliente veio aqui e pediu o suco dele, bah! Não tinha aqui na prateleira. Daí eu disse: 'o suco eu tenho mas não tá aqui, tá no depósito, eu tenho ele mas sem o rótulo, pode ser?' Diz ele assim: 'pra mim o rótulo são vocês!' Cê acha que isso acontece em mercado? Esse tipo de conversa? Não tem, então são coisas assim bem gratificante. (Gestor 5. Núcleo Serra. Pesquisa de campo).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a dinâmica estabelecida no mercados alternativos em construção no âmbito da Rede Ecovida se aproxima de ideia dos 'mercados de reciprocidade' proposta por Sabourin. Ou seja, **mais do que relações de troca, motivadas pelo valor dados as coisas, subsidiária de uma perspectiva de posse e acúmulo, o que prevalece são relações de reciprocidade, em que, conforme afirma Temple (*apud* SABOURIN, 2009), “o ato prevalece sobre a coisa”. A relação social passa a ser a base sobre a qual se apoia a ação econômica, gerando vínculos que vão além do momento da troca, que se encerra em si mesma. A troca se faz presente, pelo intercâmbio de bens, no entanto esta se articula com elemento simbólicos e sociais, mediante a sociabilidade possibilitada pelo diálogo. Desenvolve-se uma dinâmica cíclica e espiral, no sentido de que as relações se perpetuam no tempo e ao mesmo tempo se fortalecem e ampliam.**

Está presente, portanto, no âmago desses mecanismos de mercado, a ideia de uma reciprocidade indireta, na qual agricultores se veem beneficiando consumidores, pela oferta de um alimento saudável, por facilitar seu acesso e expor os significados que o produto carrega e, ao mesmo tempo, são beneficiados pela possibilidade do retorno econômico, pelo resgate da autonomia e da autoestima. Esse processo se encontra mediado por relações interpessoais, dialogadas, estabelecidas dentro de um marco de trocas sociais e culturais entre os atores envolvidos.

Evidentemente, mesmo por estarem inseridos em uma sociedade centrada na

troca capitalista, esses espaços alternativos em construção se encontram permeados pelas duas lógicas definidas por Sabourin, o princípio da troca mercantil mais “pura” e o da reciprocidade. Esse aspecto se torna mais evidente ao se analisar a estratégia geral de construção social de mercados dos grupos, visto que estes buscam a construção de espaços alternativos, mas não se negam a acessar os mecanismos de mercado já estabelecidos e regidos pelo princípio da troca mercantil. O que se deve destacar, porém, é que há um processo de busca permanente por formatos pautados por valores éticos e pelos princípios da reciprocidade e solidariedade. Essas características são amplamente valorizadas pelos grupos, que sentem, nessa dinâmica, que a maneira de funcionamento e organização desses mercados alternativos em construção respondem de forma mais concreta à sua racionalidade socioeconômica e cultural e aos valores historicamente construídos por estes em suas comunidades. Os mercados alternativos, de uma maneira ou de outra, 'extrapolam' para o espaço da sociedade como todo estes seus valores e princípios.

Longe de ser um processo dado ou consensual dentro da Rede Ecovida, do que se fala aqui é de uma tendência dentro das realidades pesquisadas. Tendência esta que se coloca em questão por alguns membros da própria Rede, ao refletir sobre os caminhos que muitas organizações têm tomado ao escoar grandes volumes de produtos, priorizando os mercados convencionais, que ainda são relativamente flexíveis em relação às exigências de padrão e regularidade de oferta. Da mesma forma no que se refere à inserção pouco refletida no mercado institucional, abrindo as portas para uma relação de dependência do Estado, bem como de desestruturação de outras estratégias de mercado em função destas, conforme abordado inicialmente na seção anterior desta tese.

Enfim, tendo presente as contradições e tensões características de um processo em construção, considera-se que é possível falar na gestação de uma 'economia da reciprocidade' no âmbito da Rede Ecovida, com forte presença no interior das famílias agricultoras e suas organizações, porém com importantes relações com o meio externo. Fala-se, nesse sentido, de uma economia que, mesmo pautada por valores sociais e humanitários, é geradora de excedentes, possibilita a circulação de bens materiais e imateriais que, por sua vez, contribuem, para além de sua simples sobrevivência, com a garantia da qualidade de vida das populações

envolvidas, gerando renda, dignificando o trabalho, possibilitando conservação ambiental e melhorias na saúde humana, trazendo elementos que possam ser tomados como indicativos para o estabelecimento de sociedades sustentáveis, conforme a própria Carta da Terra propõe.

Parte-se a seguir para a compreensão da contribuição da estratégia e mecanismos de mercados socialmente construídos pelos grupos da Rede Ecovida para o resgate e fortalecimento da autonomia no âmbito da agricultura familiar e camponesa. Como análise final, avalia-se a contribuição deste processo de construção social de mercados na constituição de sistemas agroalimentares alternativos, conforme se desenvolve no capítulo 6 desta tese.

CAPÍTULO 6 MECANISMOS ALTERNATIVOS DE MERCADO, (RE)CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES ALTERNATIVOS

Podemos concluir então que as comunidades camponesas tem desenvolvido formas de manejo dos recursos naturais, com elevados graus de autonomia do mercado, critérios de coesão social e solidariedade, guiados por uma racionalidade ecológica que respeita os limites da natureza e nas que o trabalho humano se orienta a garantir e manter a capacidade produtiva do agroecossistema do qual depende seu modo de vida. Não se trata de idealizar o campesinato, senão de reconhecer e recuperar os aspectos positivos tanto sociopolíticos como ambientais de forma a desenvolver propostas alternativas de desenvolvimento rural a partir de um enfoque agroecológico.
(Sevilla-Guzmán; Soler, 2010, p. 204, tradução livre)

6.1 OS MERCADOS DA REDE ECOVIDA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O RESGATE E FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA NO ÂMBITO DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA

Um dos aspectos centrais relativos à estratégia de construção social de mercados no âmbito da Rede Ecovida relaciona-se à sua capacidade em resgatar e fortalecer espaços de autonomia junto às famílias agricultoras e suas organizações. De fato, é a partir da ampliação dos espaços de autonomia que a agricultura familiar e camponesa realiza sua condição de reprodução social e econômica, garantindo sua permanência no espaço e no tempo, como grupo social, ou ainda como uma cultura ou civilização, nas palavras de Wanderley.

Conforme tratado nos primeiros itens do capítulo 3, a autonomia se constitui a partir de vários aspectos da vida social e econômica da agricultura familiar e camponesa, que possuem relação direta com as formas de manejo e uso dos recursos naturais do ambiente no qual se encontram inseridas as comunidades. Aspectos patrimoniais, alimentares, técnico-produtivos, de gestão da unidade de produção e de relações internas às famílias e destas entre si, no âmbito das comunidades, se articulam às condições e formas de relacionamento com o mercado e configuram, no seu conjunto, sua relação com toda a sociedade de forma a desenhar as possibilidades de maiores ou menores espaços de autonomia às famílias e comunidades.

Para fins de análise e leitura da realidade pesquisada, optou-se por três aspectos dentre a diversa gama de fatores que influenciam na configuração da autonomia dos agricultores. Essa delimitação explica-se pela maior relação que se considera haver com os processos de comercialização em estudo. O primeiro aspecto a ser tratado refere-se a importância que as estratégias de autoconsumo e, portanto, de diversificação da produção para uma condição de estabilidade social, econômica e ambiental para as famílias agricultoras.

Da mesma forma, as próprias estratégias de garantia do autoconsumo se realizam, também, pelo estabelecimento de relações de reciprocidade e solidariedade entre as famílias. Este é o segundo aspecto a ser aprofundado na análise a seguir, a forma como se estabelecem as relações de reciprocidade dentro das comunidades e organizações e de que maneira estas geram uma condição social, cultural e econômica que possibilita a abertura de espaços de autonomia para as famílias. Nesse sentido, tornam-se relevantes nesta leitura os processos de construção de identidade e resgate e valorização de autoestima das famílias como meio para recuperar uma condição de atores na sociedade.

Por fim, toma-se como parâmetro de análise da condição de autonomia das famílias a possibilidade de (re)constituição da racionalidade socioeconômica historicamente construída no âmbito do campesinato. Essa compreensão considera-se de fundamental relevância para o estabelecimento de processos sociais e econômicos que abram espaços para uma condição de reprodução social da agricultura familiar e camponesa. É no âmbito do confronto de racionalidades que se estabelecem os principais conflitos e as contradições que geram ou não uma condição de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, como forma social, cultural, ambiental e economicamente sustentável para o rural.

Notadamente no âmbito da ação econômica, o enfrentamento da racionalidade camponesa com a racionalidade capitalista, hegemonicamente estabelecida, se faz presente. Reforça-se, por um lado, uma visão de atraso e ineficiência do comportamento social e econômico da agricultura familiar e camponesa, por outro, se impõe a ela uma nova dinâmica que subjuga seus valores e princípios, trazendo evidentes conflitos ao interior das famílias e das comunidades.

É a partir da leitura desses três aspectos que se pretende abordar a construção social de mercados, ou seja, de sua influência e relação que estes

proporcionam para o fortalecimento ou não dessas características junto às organizações pesquisadas. As informações estão sistematizadas em seções correspondentes a estes aspectos.

Por fim, encerra-se este capítulo com uma leitura ampla e abrangente da contribuição da estratégia de construção social de mercados no estabelecimento de sistemas agroalimentares alternativos, que se apresentem como possíveis contraposições às formas de organização e estruturação do sistema agroalimentar hegemônico.

6.1.1 Aspectos produtivos e alimentares na reconstrução da autonomia no âmbito familiar e comunitário

Um dos aspectos centrais para a construção de espaços de autonomia no âmbito do campesinato tem a ver com a reestruturação da produção para o autoconsumo. Conforme destacado no item 3.2.2, o autoconsumo corresponde à garantia do mínimo básico para a manutenção da família, aquilo que, uma vez garantido, lhe permite realizar investimentos e estabelecer uma relação mais autônoma com o mercado. A garantia do autoconsumo pressupõe o primeiro passo para proporcionar as condições de reprodução social do agricultor familiar e camponês; por outro lado, sua desestruturação representa a porta de entrada para o comprometimento da continuidade dos estabelecimentos familiares (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007; WANDERLEY, 2009).

Da mesma forma, o autoconsumo cumpre importante função na sociabilidade entre as famílias, sendo ponto de referência das relações intercomunitárias (MARQUES *et al.*, 2007). A necessidade de garantir o abastecimento alimentar da família também contribui de forma determinante no desenho dos sistemas de produção e no manejo realizado pela família dentro de sua unidade produtiva. Em geral, a diversificação da produção e a integração entre agricultura e pecuária respondem ao objetivo imediato de garantir a quantidade e a qualidade da alimentação necessária à família. No entanto, tal estratégia proporciona também um manejo ambientalmente adequado, bem como a preocupação com a preservação dos recursos a fim de manter ou melhorar suas condições de produção no ciclo

seguinte.

Tal dinâmica corresponde a um dos princípios básicos da agroecologia. Tecnicamente falando, a diversificação da produção, a rotação de culturas, a integração agricultura-pecuária são alguns dos princípios que orientam o manejo agroecológico de um estabelecimento. Em um plano acima, a garantia da segurança alimentar e nutricional da família e tudo o que o conceito pressupõe (regularidade de oferta, qualidade dos alimentos, valorização de cultura e hábitos alimentares, sustentabilidade) compõe a estratégia agroecológica. Também faz parte dessa estratégia alcançar a base de estabilidade econômica que o autoconsumo proporciona às famílias, quando no momento da comercialização, pela redução da dependência de recursos externos para a garantia do mínimo necessário à sua sobrevivência.

Nesse sentido, a pesquisa procurou explorar este aspecto junto aos grupos pesquisados, a fim de poder observar de que forma e em que condições vêm se estruturando a produção para o autoconsumo no âmbito dos grupos de agricultores familiares ecologistas.

No que se refere à produção dos agricultores, procurou-se levantar junto às famílias, por meio do questionário, toda a diversidade de produtos no decorrer do ano. O levantamento revelou números interessantes, no entanto, deve-se destacar que este procedimento se tornava um tanto quanto exaustivo para os agricultores, além de muitos terem dificuldade em memorizar toda a diversidade de produtos cultivados no período de um ano. Em função disso, muitas vezes a informação obtida pode estar subestimada, por encontrar o limite da saturação do entrevistado ou da dificuldade em recordar com maior detalhe suas atividades produtivas.

Juntamente ao levantamento, duas informações complementares foram demandadas, para cada produto se buscava saber se sua produção era ecológica, convencional ou se havia produção das duas formas (ecológica e convencional). A segunda informação demandada era referente ao destino dos produtos: sobre cada produto era questionado se era destinado ao consumo, à comercialização ou aos dois (consumo e comercialização). O levantamento revelou uma diversidade considerável de produtos diferentes cultivados pelas famílias dos grupos pesquisados, no total, 167 produtos diferentes são cultivados. Em média, cada família cultiva 14 produtos diferentes (Gráfico 14), com destaque para a

Cooperafloresta e Ecoterra, associações que possuem maiores níveis de diversidade de produtos.

Tal diversidade revela um fundamento da proposta agroecológica no que se refere ao estímulo à diversificação da produção e conseqüentemente à melhoria dos níveis de autoconsumo da família. Nesse aspecto, 26,3% dos produtos são destinados somente ao consumo, enquanto 72% são destinados à comercialização e consumo, ou seja, somente 1% dos produtos são destinados à comercialização. Dos produtos levantados, cerca de 95% são produzidos de forma ecológica. As informações estão contidas na Tabela 17, a soma de alguns percentuais não fecha em 100% porque para alguns produtos levantados não foram captadas as informações complementares por falha no momento da entrevista.

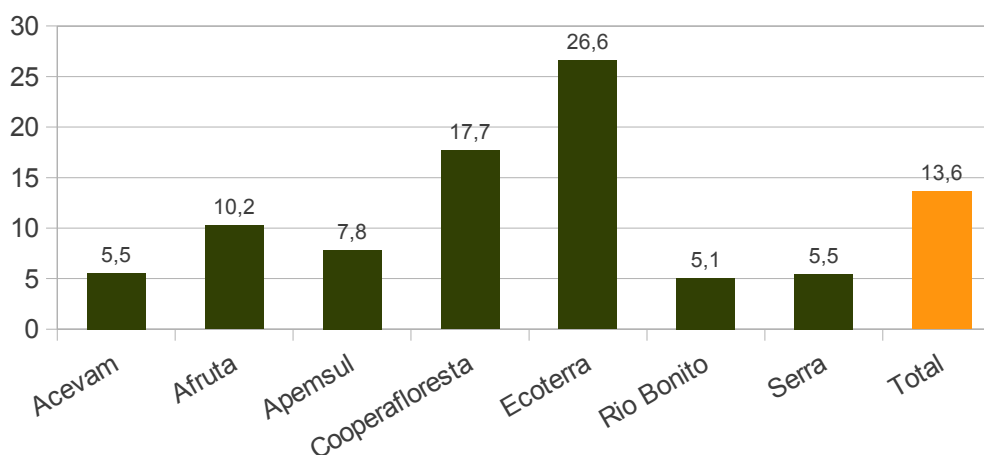


GRÁFICO 14 – MÉDIA DE PRODUTOS DIFERENTES CULTIVADOS POR CADA FAMÍLIA (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

TABELA 17 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO POR AGRICULTOR SEGUNDO FORMA DE PRODUÇÃO E DESTINO DO PRODUTO (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)

Grupo/ Associação	ecológico	ecológico e convencional	convencional	sem resposta	consome	comercializa e consome	só comercializa	sem resposta
Acevam	80,3%	1,6%	18,0%	0,0%	45,9%	54,1%	0,0%	0,0%
Afruta	96,2%	0,0%	3,8%	0,0%	2,3%	93,2%	4,5%	0,0%
Apemsul	93,6%	0,0%	0,0%	6,4%	0,0%	76,6%	17,0%	6,4%
Cooperafloresta	97,9%	0,0%	0,5%	1,6%	30,4%	68,8%	0,7%	0,2%
Ecoterra	93,8%	0,0%	6,2%	0,0%	17,2%	82,3%	0,0%	0,5%
Rio Bonito	89,5%	0,0%	1,3%	9,2%	27,6%	63,2%	9,2%	0,0%
Serra	80,0%	0,0%	20,0%	0,0%	16,7%	78,3%	5,0%	0,0%
Total	95,1%	0,1%	3,3%	1,5%	25,9%	72,1%	1,6%	0,3%

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Nesse sentido, evidencia-se claramente o resgate dessa característica central da constituição da racionalidade camponesa, conforme ressaltado por Wanderley (2009), Ploeg (2008) e Gazolla e Schneider (2007). Ou seja, **a inserção na agroecologia e nos mecanismos de mercado alternativos a ela associados possibilitou a retomada e o estímulo à diversificação da produção e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade alimentar das famílias.** Essa condição, associada à própria geração de renda, possibilitou, na grande maioria dos casos, uma melhoria considerável na qualidade de vida, atrelada a uma mudança nos padrões de produção e nas formas de manejo, conforme se pode constatar no depoimento dos agricultores pertencentes à Apemsul:

Hoje tem moto, tem carro [...] hoje dá pra comprar um carro! Na questão econômica melhorô bastante. [...] Antes a gente vendia só banana, agora vende de tudo, hortaliças... nós só não vende feijão porque não produzimo. [...] Antes de formar esse grupo, a gente não plantava verdura, couve, essas coisas...só banana [...] hoje nós plantemos de tudo pra vendê, vende tudo...bergamota, laranja, tudo que produz no meio dos mato aí tu leva e vende. (Apemsul. Núcleo Litoral Solidário. Pesquisa de campo).

A adesão à agroecologia acaba por motivar, então, o redesenho dos sistemas de produção, no sentido de aproximá-los e adequá-los aos aspectos sociais, culturais e ambientais que historicamente constituem a racionalidade camponesa. Esse redesenho, porém, atualiza as técnicas, o manejo e o próprio discurso em torno desta racionalidade. A dimensão ambiental passa a ser valorizada e difundida como diferencial, em relação à saúde das próprias famílias e no que se refere à sua relação com a sociedade, de forma mais concreta, mediante as formas de percepção do que significam os mercados construídos por elas (relações com os consumidores concretos e com a ideia geral de produzir alimentos saudáveis e uma agricultura sustentável). Retoma-se, aqui, o ideário social e cultural identificado por Brandão (1981), ao falar da relação dos lavradores (agricultores) com a natureza e, conseqüentemente, de sua relação com as dimensões produtiva e alimentar na família:

A possibilidade de múltiplas relações entre natureza (habitat), local preferencial da fonte de alimento e aspectos externos pode ser aceita se lembrarmos que, em seu sistema geral de crenças, o lavrador percebe a natureza como determinante das alternativas do homem, e o homem como um agente modificador da natureza através de trocas múltiplas que oscilam entre o mágico e o tecnológico. Quase não existe uma atividade ligada à produção de comida que não esteja ao mesmo tempo: a) regida por princípios divulgados de uma tecnologia rústica de cuja eficiência há poucas dúvidas entre lavradores; b) regida por princípios de eficácia simbólica

determinantes da atividade do produtor devido ao conhecimento de condições dadas pela natureza, com graus variáveis de possibilidades de manipulação direta (BRANDÃO, 1981, p. 129).

No entanto, esse ideário ganha nova dimensão ao se vincularem tais relações sociais, culturais e ambientais com a construção social dos mercados. Segundo Wanderley (2009), a articulação entre autoconsumo e a relação com o mercado está presente na história de constituição do campesinato no Brasil, e, segundo a autora: “esta dupla preocupação – a integração ao mercado e a garantia do consumo – é fundamental para a constituição do que estamos aqui chamando de 'patrimônio sócio-cultural', do campesinato brasileiro” (WANDERLEY, 2009, p. 172).

Não obstante, a própria autora destaca o caráter excludente e desestruturador da racionalidade camponesa pela modernidade, efetivado principalmente pelas relações de mercado. Todos os movimentos oriundos do 'exterior' se direcionam no sentido do rompimento deste ideário – que possui reflexos diretos na qualidade de vida das famílias e na sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção –, conforme pôde-se observar nas análises realizadas no capítulo 2 e item 3.3 (Figura 8) anteriormente. Assim, o perfil das relações de mercado estabelecidas possui marcante influência na promoção, ou não, de estratégias de fortalecimento do autoconsumo.

Este movimento de inversão se dá a partir de várias pressões exercidas desde fora, a partir do modelo técnico-industrial de agricultura, pela maior dependência de insumos externos, pela especialização da produção, mas, principalmente, pela pressão exercida pelo mercado, que atua no sentido de aprofundar o distanciamento da produção para o autoconsumo.

A construção de mecanismos de mercados alternativos possibilita a abertura de espaços de retomada e atualização desta racionalidade. Observa-se nos depoimentos colhidos uma clara relação entre o perfil do mercado acessado e o perfil de manejo das unidades produtivas. Notadamente, as feiras e os mercados locais em construção favorecem a diversificação da produção, possibilitam uma maior amplitude de oferta de alimentos e resgatam elementos da cultura alimentar local. Nesse sentido, pode-se falar da reversão de uma tendência geral à especialização e redução da diversidade, bem como da homogeneização dos padrões alimentares, aspectos que influenciam diretamente na segurança alimentar das próprias famílias produtoras, conforme afirma o gestor do Núcleo Alto Uruguai:

Principalmente em mercados que exigem um pouco menos de diversidade e maior escala, isso muda a diversidade de alimentos dentro da propriedade e isso querendo ou não influencia a alimentação da família [...] Tudo o que ele passou a produzir a mais melhorou a alimentação dele. Tem agricultores aí que produziam alface e temperinho verde, e só comiam isso, né? Hoje eles tem dez tipos de produto, eles podem escolher o dia da semana que eles querem comer cada tipo de produto. E pro mercado muitas vezes se tu escolhe, por exemplo assim, tu tira, um é mais agricultor pra tempero verde, corre o risco desse agricultor não tê mais nem tempero verde pra colocar na comida, isso pode acontecer. Reduz o leque de produtos, da diversidade que tem, essa é uma preocupação que a gente tenta sempre lembrá nos debate de planejamento de produção, é uma preocupação constante que se tem. (Gestor 6. Núcleo Alto Uruguai. Pesquisa de campo).

Assim, a valorização da produção para o autoconsumo configura-se estratégia fundamental para o resgate e fortalecimento da racionalidade camponesa e, portanto, configura-se também como princípio da agroecologia. Dessa maneira, sua realização encontra-se fortemente vinculada a uma maior diversificação de culturas e de variedades dentro destas culturas. **Essa realidade motiva e é motivada pelo resgate e pela valorização da cultura e dos hábitos alimentares locais, fazendo com que estes mercados alternativos se tornem espaços abertos à incorporação de alimentos típicos e característicos da realidade local. Há, neste aspecto, uma forte correlação entre as dimensões sociais, culturais, ambientais e econômicas.** A dimensão social, dada pelo diálogo e estabelecimento de relações entre agricultores e consumidores, possibilita a troca de informações sobre a história dos produtos, receitas, hábitos e costumes alimentares, articula-se com o resgate da cultura alimentar local. Este novo campo de relações fomenta a diversificação da produção e a valorização de culturas e variedades esquecidas e subjugadas dentro dos padrões do sistema agroalimentar hegemônico, possibilitando a reconversão dos sistemas de produção, no sentido de uma maior adequação ambiental, conforme se apresenta na Figura 38.

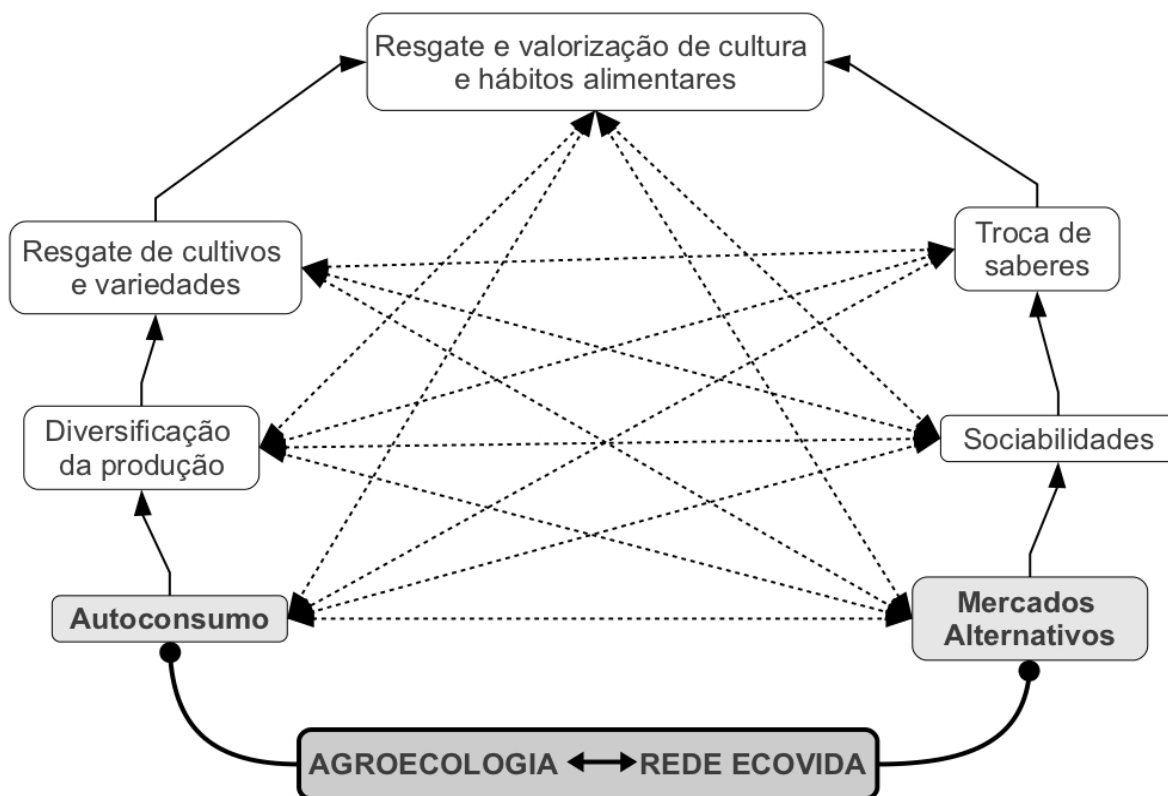


FIGURA 38 – RELAÇÃO ENTRE AUTOCONSUMO, MERCADOS ALTERNATIVOS E O RESGATE E VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR
 FONTE: O autor (2012).

Da mesma forma, observa-se a diferença no perfil de comercialização realizada mesmo no âmbito do mercado de orgânicos. Um dos gestores do Circuito Sul relata a transição vivida pela AOPA. Inicialmente, a associação comercializava toda sua produção para redes de supermercados de Curitiba e, após uma quebra de produção por questões climáticas e pela pressão exercida pelas redes por padrão, aumento de prazos de pagamento e exigência de bonificações, passou a orientar a produção de seus sócios para os mercados locais. Após um período de perda de sócios e redução de volumes de venda, no momento se comercializam volumes acima daqueles enviados às redes supermercadistas, porém, com maior diversidade de produção e, paradoxalmente, com maior qualidade de produção, sendo a região de Curitiba a principal demandadora de produtos no Circuito Sul:

Mudou bastante, mudou no sentido assim, quando eu produzo pro mercado, como era anteriormente, eu produzia aquilo que o mercado demandava, então eu produzia alface, beterraba, cenoura e brócolis. Quando eu vou produzir para a feira, eu vou produzir tudo isso mais o dobro, por que eu preciso ter tudo isso na barraca. E ainda eu vou produzir tudo isso mais o dobro de bonito, por que o consumidor vem dizer para mim: 'por que aquele alface não é bonito que nem o outro?' Então ele começa ver essa questão, então acho que isso mudou muito, eu digo assim, eu que acompanhei a

feira quase no começo dela. Eu digo assim que o nível de produto, de padrão de produto, que tinha na feira, e o nível de padrão que eu tenho na feira hoje, é assim da água para o vinho. [...] Um agricultor que antes plantava só para a AOPA, o máximo que ele plantava era cinco produtos, por que ele não dava conta mais do que isso. Hoje, o agricultor que está na AOPA e que faz esses outros canais, trabalha em uma média de quinze a vinte itens no mínimo, por baixo. Então ele diversificou em função do canal que ele tem, se ele não tiver diversidade, não adianta ter só alface na barraca, então ele viu que isso é rentável. (Gestor 1. Circuito Sul. Pesquisa de campo).

No entanto, há de se observar que muitas ressalvas foram feitas no sentido das ameaças à garantia dessa estratégia de autoconsumo. Conforme abordado anteriormente, o mercado institucional, por exemplo, ainda tem se mostrado um mecanismo adequado a essa realidade e a maioria das organizações tem conseguido conduzir sua participação nele, garantindo estes princípios. Porém, a pressão pela produção de volumes em escala e a segurança que o mercado possibilita, em que pese a burocracia para sua implementação, têm estabelecido tensões dentro das organizações e das famílias, no sentido de estimular certa especialização e desmobilização dos processos organizativos, em virtude da menor necessidade de envolvimento na gestão do processo, que se realiza de forma centralizada nas direções ou equipes técnicas das organizações.

Muitas famílias, conforme o próprio depoimento da Apevs/Apema/Apesa, se encontram cansadas com o processo da feira, por exemplo. Em outros casos, preferem ter rendimentos menores, desde que possam se envolver menos nas atividades de gestão, optando por apenas entregar produtos e ter um desconto maior para cobrir os custos de gestão e administração dos projetos.

O mesmo se dá com a crescente inserção em mercados convencionais. Estes têm pressionado por maiores volumes e, portanto, maior especialização da produção e, até o momento, permitido uma remuneração interessante pelos produtos, pela falta de fornecedores no mercado.

Vinculado a essas realidades, o contexto global de esvaziamento do campo e, portanto, de redução da mão de obra disponível, dificulta o estabelecimento de formas de manejo centradas na diversificação e integração de culturas, uma vez que, em geral, são mais demandadores de mão de obra.

Por fim, os valores simbólicos sociais e culturais em torno da 'modernização' da alimentação também se fazem presentes nas comunidades rurais, conforme destacam Wagner *et al.* (2007). A valorização de alimentos industrializados e o

status conferido a eles influenciam gostos e costumes, em detrimento dos produtos regionais e locais. A agroecologia tem permitido o estabelecimento de um contraponto a essa cultura em expansão, da facilidade no preparo, da modernidade dos produtos, dos riscos das carnes e gorduras, porém este é um processo em constante tensionamento e carregado de idas e vindas. É comum, ainda, em muitas famílias se valorizarem e terem maior status os refrigerantes em detrimento dos sucos de frutas próprias, da margarina em detrimento da banha de porco ou dos biscoitos recheados e saborizados em detrimento dos pães e bolos caseiros, somente para citar alguns exemplos.

Essa realidade se faz mais presente onde as famílias possuem um envolvimento mais recente com a agroecologia, ou quando participam com menor intensidade de atividades de formação e intercâmbio. Da mesma forma, entre aquelas famílias que possuem vínculos mais distantes com as relações diretas de mercado. Ao não conviver nos espaços das feiras e outros mecanismos de comercialização alternativos, não participam do diálogo em torno da valorização de seus próprios produtos por parte dos consumidores e da totalidade da sociedade, dificultando uma reflexão crítica em relação aos padrões alimentares impostos pela modernidade.

Essa preocupação pode ser observada na realidade da Ecoterra e, particularmente, da Cooperafloresta, onde o número maior de famílias, a distância entre elas e o perfil da construção de mercados dificulta um trabalho mais intenso com as famílias. Não por acaso, os gestores destas organizações foram os que apresentaram maiores preocupações em relação ao tratamento desta questão junto às famílias agricultoras. Outro exemplo pode ser observado na dependência quase exclusiva da banana, no caso da Acevam e fortemente presente nas organizações do Núcleo Litoral Solidário, apesar de estes últimos, com a realização da feira, já relatarem mudança no perfil técnico-produtivo – no sentido de uma maior diversificação – e, portanto, em sua alimentação.

Não obstante, de forma geral, os dados obtidos por meio dos questionários permitiram uma interessante análise dos aspectos relativos à (re)construção da autonomia no âmbito das famílias pesquisadas, a partir da reconstrução das estratégias de autoconsumo. Um aspecto a se destacar relaciona-se à frequência de respostas positivas quando perguntado aos agricultores se passaram a produzir

alguma nova cultura ou criação após iniciar a transição para a agroecologia, sendo que 71% das famílias responderam positivamente à questão, enquanto outros 25% disseram não ter passado a cultivar nenhum novo produto após o início do trabalho com a agroecologia, a porcentagem restante refere-se a agricultores que não responderam à questão. Cabe ressaltar que, entre os agricultores que responderam negativamente, todos estão situados nas regiões produtoras de banana (Acevam, Apemsul, Rio Bonito e Cooperafloresta), cultura que já era produzida comercialmente (à exceção da Cooperafloresta) antes do início do trabalho com agroecologia e sobre a qual se apoiaram, em geral, as estratégias de transição, diferentemente de outras regiões, onde a transição significou muitas vezes a produção de novas culturas (Tabela 18).

TABELA 18 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS AGRICULTORES SOBRE A PRODUÇÃO OU NÃO DE NOVOS PRODUTOS A PARTIR DA AGROECOLOGIA (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)

Grupo/ Associação	Não	Sim	Não respondeu	Total
Acevam	18	4		22
Afruta	4	8	1	13
Apemsul	2	4		6
Cooperafloresta	5	66	1	72
Ecoterra		8	6	14
Rio Bonito	7	8		15
Serra		11		11
Total	36	109	8	153

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Em média, os agricultores passaram a produzir 4,1 novos produtos a partir do trabalho com agroecologia (Gráfico 15). Em termos de comparação, quando questionados sobre quais os produtos que comercializavam antes do trabalho com agroecologia, a média de produtos comercializados era de 2,8. Ou seja, a adoção da agroecologia tem significado, em geral, um estímulo ao processo de diversificação da produção, tanto para o consumo quanto para a comercialização, o que acaba por se refletir em melhores níveis de autonomia por parte das famílias envolvidas.

Os valores acima indicados referem-se à média de diferentes produtos cultivados a partir da adoção da agroecologia entre as famílias que responderam positivamente. Dentre estas, há uma gama muito diversa de produtos adotados. Muitos destes correspondem à demanda feita por consumidores, ao interesse dos

agricultores ou a uma necessidade técnica dos sistemas de produção. O fato é que, em grande parte, esses produtos correspondem àqueles característicos da cultura alimentar local, confirmando os aspectos levantados nos depoimentos anteriormente apresentados. No total, 135 novos produtos foram citados nos questionários de campo; para fins de visualização gráfica, apresentam-se os 15 produtos com maior frequência de respostas entre as famílias pesquisadas (Gráfico 16).

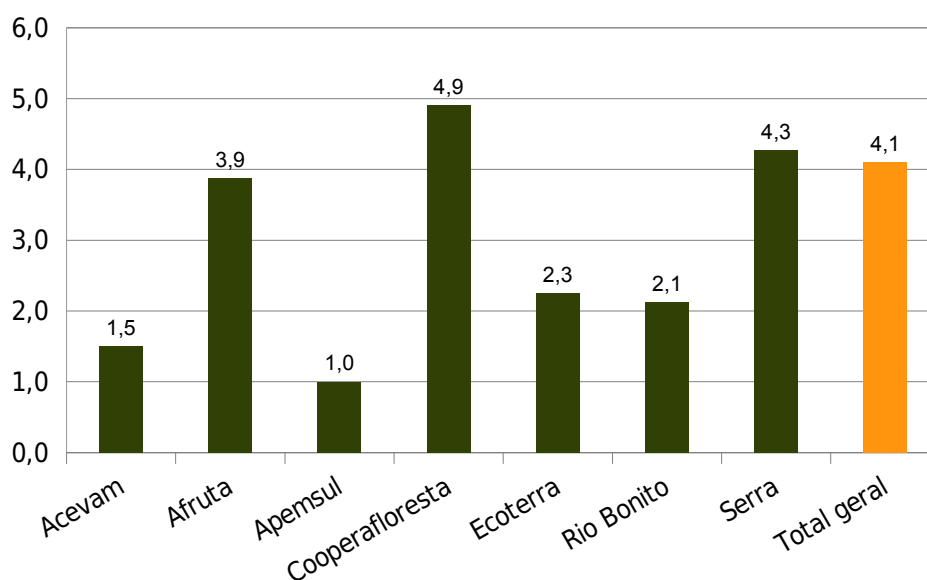


GRÁFICO 15 – MÉDIA NOVOS PRODUTOS CULTIVADOS A PARTIR DA AGROECOLOGIA (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)
FONTE: Pesquisa de campo (2011).

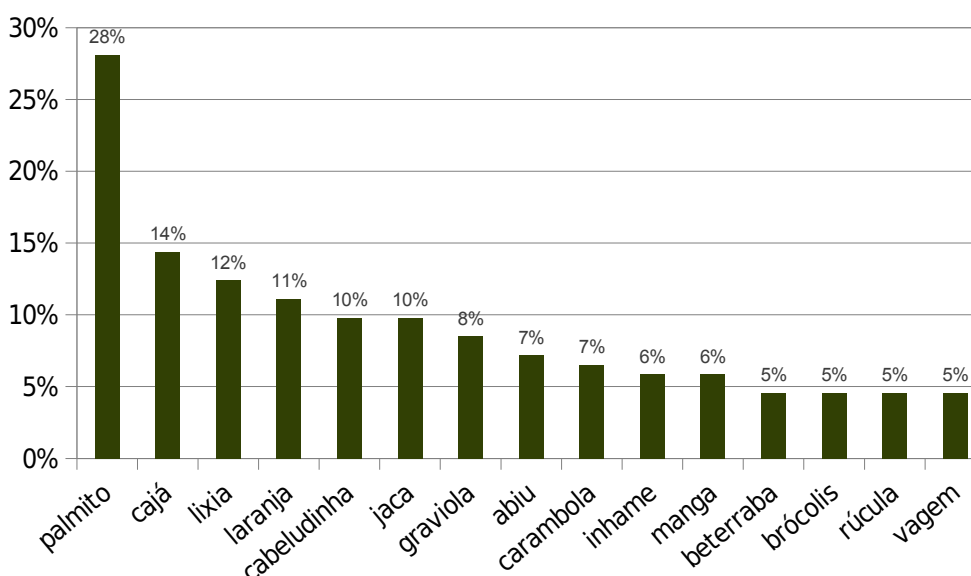


GRÁFICO 16 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO TOTAL DE AGRICULTORES POR PRINCIPAIS NOVOS PRODUTOS CITADOS
FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Ou seja, de uma forma geral, os dados do Gráfico 14 demonstram uma tendência a uma maior diversificação da atividade produtiva, em função do estímulo à produção para o autoconsumo e às demandas dos mecanismos alternativos de mercado. A informação contida no Gráfico 15 reforça a análise realizada anteriormente, no sentido de que não somente as plantas tradicionalmente cultivadas foram resgatadas, mas que novas culturas passam a ser introduzidas nos sistemas de produção, caracterizando um estímulo e motivação permanente pela diversificação dos sistemas de produção.

Cabe ressaltar que possui particular peso, nos dados acima demonstrados, a participação da Cooperafloresta. O trabalho com sistemas agroflorestais diversificados trouxe uma série de novas culturas, principalmente frutas para o âmbito das famílias que compõem a associação. Seus sistemas de produção se caracterizam pelo cultivo consorciado de uma grande diversidade de culturas, conforme mostra o gráfico acima. Predominam entre as novas culturas plantadas os palmitos e frutas nativas (cajá, lixia, jaca, graviola etc.), características dos sistemas agroflorestais sucessoriais²².

Essa condição de maior diversificação da produção, associada a um perfil de mercado que se adequa a esta dinâmica produtiva, amplia as possibilidades dos agricultores, no sentido de lançar mão do 'princípio da alternatividade', proposto por Garcia Jr (1990) e descrito na seção 3.2.2 desta tese. Ou seja, o agricultor passa a ter mais possibilidades no sentido de jogar com as condições que o mercado lhe impõe, sendo que a oportunidade de retorno econômico pode significar a comercialização de produtos orientados para o autoconsumo apelando, se necessário, para a aquisição de alimentos de fora. Ou seja, uma maior diversificação produtiva e a consequente melhoria nos níveis de autoconsumo, possibilitam maior flexibilidade aos agricultores na condução das relações de mercado. Para tanto,

²² Os sistemas agroflorestais podem ser definidos, de forma geral, como aqueles que combinam o componente florestal com culturas agrícolas e criações simultaneamente ou de forma sequencial. Há uma grande diversidade de sistemas agroflorestais possíveis, desde aqueles mais simplificados, dados pelo consórcio em faixas de uma cultura perene com anuais, até sistemas que consorciaram a produção animal com a presença de espécies arbóreas (GLIESSMAN, 2009). Segundo Gliessman (2009, p. 492) "o objetivo da maioria dos sistemas agroflorestais é otimizar os efeitos benéficos das interações que ocorrem entre os componentes arbóreos e as culturas ou animais, a fim de obter a maior diversidade de produtos, diminuir as necessidades de insumos externos e reduzir impactos ambientais negativos das práticas agrícolas." Os sistemas agroflorestais sucessoriais baseiam seu desenvolvimento na reprodução da dinâmica de sucessão vegetal observada nos ecossistemas nativos, buscando explorar a diversidade e a interação mútua entre culturas como forma de obter maiores produtividades e sustentabilidade dos sistemas de produção.

deve-se considerar esta 'bagagem' sociocultural construída ao longo da história pelo campesinato brasileiro, que sustenta esta construção social diferenciada dos mercados, conforme destaca Wanderley (2009, p. 172):

É este saber que fundamenta a complementação e a articulação entre a atividade mercantil e a de subsistência, efetuada sobre a base de uma divisão do trabalho interna da família ou da prática do “princípio da alternatividade”, formulado por Afrânio R Garcia Jr.

Esse processo não se dá, no entanto, sem tensionamentos ou contradições. As famílias de agricultores ecologistas, apesar de, em geral, possuírem uma leitura crítica da realidade, também sofrem a influência dos padrões e valores da modernidade, neste caso, no âmbito dos hábitos alimentares. Há, portanto, uma tensão permanente entre a valorização dos alimentos locais e regionais por ele produzidos e o status simbolicamente construído em torno de produtos industrializados e de fácil preparo.

Após buscar extrair as informações em relação ao que é produzido na propriedade, a família foi questionada sobre qual era a sua ideia sobre o quanto seria a economia mensal proporcionada pela produção para o autoconsumo. De forma geral, considera-se que a grande maioria dos agricultores subdimensionou este cálculo, o qual também não é comumente feito pelas famílias. Da mesma forma, os cálculos em geral são pensados calculando o preço pago ao agricultor, sendo que, no caso da necessidade de aquisição de tais alimentos, o custo seria de preços de varejo. Porém, os números obtidos revelam que uma parte considerável da renda da família é retida (ou não gasta) pela produção para o autoconsumo. Considerando que mais da metade das famílias afirma economizar entre 0,5 a 1 salário mínimo por mês com a produção para o autoconsumo, esta representa uma 'acréscimo' importante na renda, uma vez que praticamente metade das famílias possui renda bruta entre 1,5 e 4 salários mínimos (Gráfico 17 e Tabela 19).

Quanto aos alimentos consumidos externamente à unidade de produção, 29 itens surgiram nas respostas das famílias (17 foram sugeridos no questionário), dentre os quais 15 apareceram com frequência de 30% ou mais das famílias, sendo considerados os mais relevantes. Dentre estes, chama a atenção a alta frequência de aquisição de arroz (90%), já que, apesar de nenhuma das regiões estudadas ser característica para produção de arroz, é comum entre agricultores familiares a produção de pequenas áreas de arroz de sequeiro (uma vez que o consumo do grão

é diário entre as famílias), o que parece não ocorrer entre os agricultores pesquisados. Entre outras questões, tal aspecto pode ser explicado pelo reduzido investimento do Estado para produção desta cultura para além das áreas úmidas, de maior produtividade, havendo pouca disponibilidade de sementes de sequeiro no mercado, sendo que sua produção depende basicamente da troca de sementes entre os agricultores. Além disso, é uma cultura que demanda muita mão de obra, principalmente na colheita.

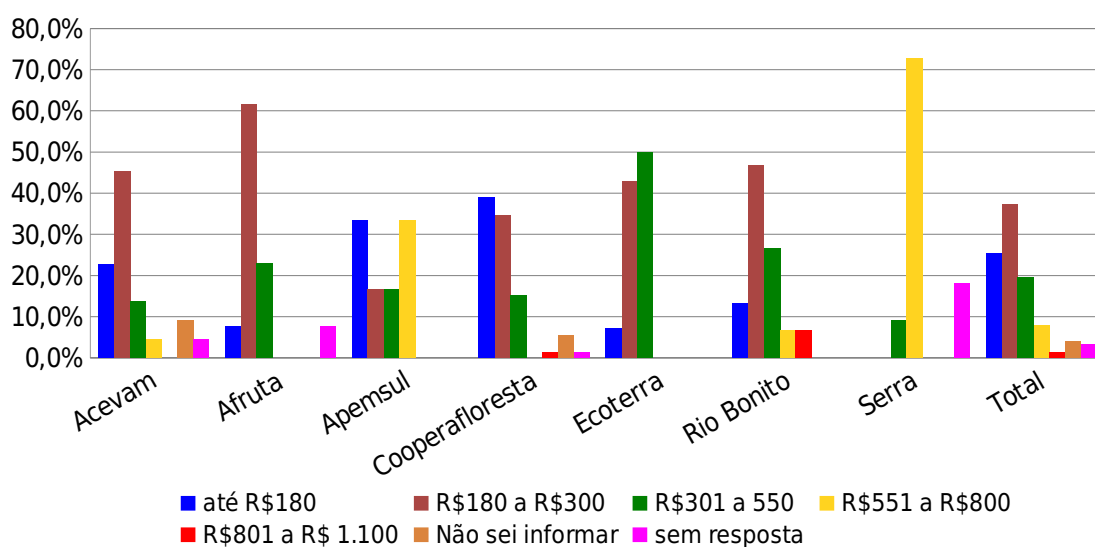


GRÁFICO 17 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGRICULTORES EM FAIXAS DE ECONOMIA MÉDIA COM A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

TABELA 19 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS AGRICULTORES EM FAIXAS DE ECONOMIA MÉDIA COM A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)

Grupo/ Associação	até R\$180	R\$180 a R\$300	R\$301 a R\$550	R\$551 a R\$800	R\$801 a R\$1.100	não sei informar	sem resposta	Total
Acevam	5	10	3	1		2	1	22
Afruta	1	8	3				1	13
Apemsul	2	1	1	2				6
Cooperafloresta	28	25	11		1	4	1	72
Ecoterra	1	6	7					14
Rio Bonito	2	7	4	1	1			15
Serra			1	8			2	11
Total	39	57	30	12	2	6	5	153

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Chama atenção também, apesar de em menor intensidade, a frequência de cerca de 30% das famílias que adquirem feijão de fora de suas propriedades,

produto característico da agricultura familiar. Na Cooperafloresta, 41% dos agricultores adquirem este produto, o que tem grande peso na média global. Nos demais itens, repete-se o perfil característico das aquisições de alimentos por parte dos agricultores familiares e camponeses (sal, óleo, panificados, trigo, café) entre os principais itens de consumo externo (Gráfico 18 e Tabela 20). Porém, deve-se ressaltar a presença, entre os itens mais consumidos, dos enlatados, embutidos, refrigerante e sucos (em geral referindo-se a artificiais), o que pode revelar, conforme discutido anteriormente nesta seção, uma tendência ao aumento do consumo de produtos industrializados e de preparo rápido e fácil entre as famílias.

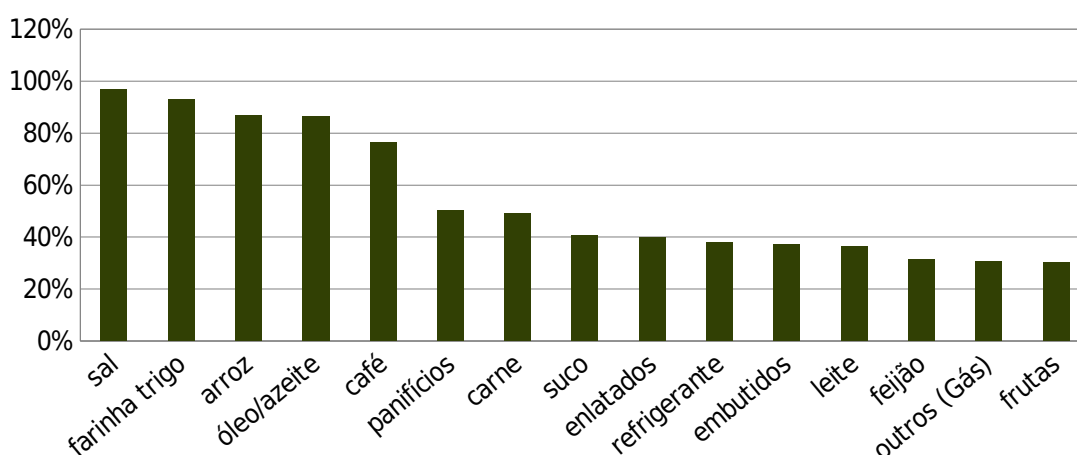


GRÁFICO 18 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS POR PRINCIPAIS PRODUTOS ADQUIRIDOS DE FORA DA PROPRIEDADE
FONTE: Pesquisa de campo (2011).

TABELA 20 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE AGRICULTORES POR PRINCIPAIS PRODUTOS ADQUIRIDOS DE FORA DA PROPRIEDADE (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)

Grupo/ Associação	sal	farinha trigo	arroz	óleo/ azeite	café	panificios	carne	suco	enlatados	refrigerante	embutidos	leite	feijão	outros (Gás)	frutas
Acevam	100%	100%	91%	59%	64%	59%	27%	41%	9%	36%	14%	9%	50%	0%	0%
Afruta	100%	92%	69%	85%	77%	15%	0%	8%	23%	62%	31%	8%	8%	0%	8%
Apemsul	67%	83%	67%	67%	67%	17%	33%	0%	17%	50%	17%	17%	33%	0%	33%
Cooperafloresta	99%	97%	97%	96%	78%	72%	85%	64%	63%	28%	53%	71%	43%	65%	39%
Ecoterra	100%	100%	64%	100%	86%	29%	0%	7%	0%	71%	14%	0%	0%	0%	71%
Rio Bonito	100%	100%	87%	87%	80%	40%	40%	33%	47%	60%	47%	7%	20%	0%	20%
Serra	82%	64%	73%	73%	82%	0%	0%	0%	27%	0%	18%	0%	0%	0%	18%
Total geral	96,7%	92,8%	86,9%	86,3%	76,5%	50,3%	49,0%	40,5%	39,9%	37,9%	37,3%	36,6%	31,4%	30,7%	30,1%

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Para além da produção própria, é praticamente inevitável a necessidade de aquisição de alimentos de fora da propriedade, seja porque na região não é possível produzir determinadas culturas, seja pela falta de produto suficiente para garantir o abastecimento do núcleo familiar. Nesse sentido, as famílias foram questionadas sobre qual o gasto mensal com a compra de alimentos. Em relação ao gasto mensal com aquisição de alimentos, as projeções feitas pelos agricultores indicam uma maior frequência de famílias na faixa de gasto entre 0,5 e 1 salário mínimo aproximadamente (Gráfico 19 e Tabela 21).

Dependendo da realidade analisada, esse pode ser considerado um valor baixo ou relativamente alto. No caso dos agricultores da Serra Gaúcha, por terem os níveis mais altos de renda bruta, este valor pode ser considerado baixo. Já no caso da Cooperafloresta, o valor pode representar, em alguns casos, metade da renda familiar mensal, o que significa um comprometimento importante da renda com a aquisição de alimentos. Apesar de serem questionados sobre o gasto mensal com alimentos, muitas vezes as respostas refletem o gasto global da compra mensal no 'mercado', o que incluiria produtos de limpeza, higiene pessoal e outros. Porém, a estrutura do questionário não permitiu captar esta informação.

Enfim, os dados coletados por meio dos questionários, bem como os relatos obtidos nas entrevistas a campo, revelam que a agroecologia tem possibilitado uma reversão da tendência imposta pelo sistema agroalimentar hegemônico, a especialização da produção e, por conseguinte, a desestruturação dos sistemas de produção para o autoconsumo. A mudança, porém, da matriz técnico-produtiva mostrou forte correlação com o perfil da ação econômica, ou seja, da construção dos mecanismos alternativos de mercados no âmbito das organizações. São exaustivos os relatos que destacam a relação entre o tipo de mercado que se constrói ou acessa e a maior ou menor diversidade na produção, diversidade esta que possui estreita vinculação com a segurança alimentar das famílias.

Não obstante, conforme analisado, há uma estreita relação entre o fortalecimento do autoconsumo e o resgate de relações de reciprocidade que se configuram em seu entorno (MARQUES *et al.*, 2007). Nesse sentido, o autoconsumo não se viabiliza somente pela produção própria, mas pelos intercâmbios que as famílias estabelecem entre elas. Enfim, vincula-se à proposta da agroecologia, e da construção de mercados a ela associada, uma busca pelo resgate e pela valorização

da sociabilidade entre as famílias.

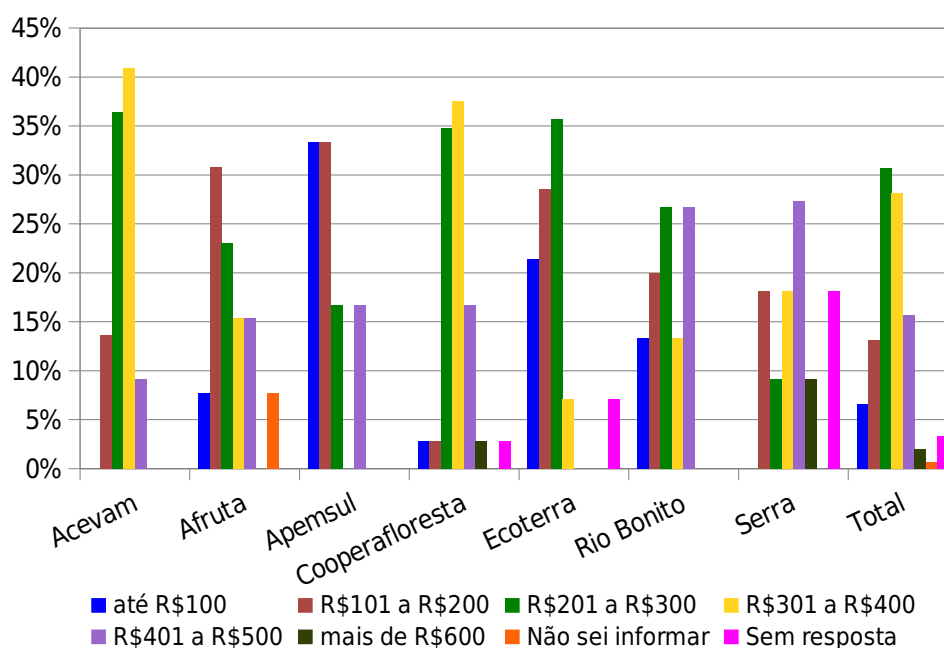


GRÁFICO 19 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGRICULTORES POR FAIXAS DE GASTO COM AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DE FORA DA PROPRIEDADE (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

TABELA 21 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS AGRICULTORES POR FAIXAS DE GASTO COM AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DE FORA DA PROPRIEDADE (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)

Grupo/ Associação	até R\$100	R\$101 a R\$200	R\$201 a R\$300	R\$301 a R\$400	R\$401 a R\$500	mais de R\$600	não sei informar	sem resposta	Total
Acevam		3	8	9	2				22
Afruta	1	4	3	2	2		1		13
Apemsul	2	2	1		1				6
Cooperafloresta	2	2	25	27	12	2		2	72
Ecoterra	3	4	5	1				1	14
Rio Bonito	2	3	4	2	4				15
Serra		2	1	2	3	1		2	11
Total	10	20	47	43	24	3	1	5	153

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Da mesma forma, essa reconstrução da sociabilidade se articula com a reconstrução do projeto de vida dos agricultores, como sujeitos da mudança que se propõem a fazer. Assim, considera-se que as possibilidades que a agroecologia e a participação na Rede Ecovida geram no âmbito das famílias, no sentido da reconstrução de seu projeto de vida e, portanto, de garantia de suas condições de reprodução social e de estruturação de uma alternativa para o rural, constituem-se em importante momento de afirmação das famílias e suas organizações.

Esta leitura pretende-se realizar na seção a seguir, trazendo elementos da construção social de mercados em análise que possam representar meios para a reconstrução da sociabilidade, de sua identidade como agricultores, bem como de sua perspectiva de futuro, ou seja, sua condição e interesse em fazer perdurar suas práticas e ideais no tempo.

6.1.2 Resgate e valorização da sociabilidade, identidade e projeto de vida por meio dos mecanismos alternativos de mercado

O importante é uma consciência que estou vendendo uma comida boa e que está comida que eu tô te vendendo não vai te fazer mal. E é reconhecido, saber que eu não tô vendendo nada para contaminar o ser humano. Eu não contaminao você e a sua família. Passa honestidade. O cara que vende convencional não tá nem aí. Nós estamos pensando no ser humano.
(Sr Juvenal e Sra Julia Schneider. Agricultores ecologistas)

As relações de solidariedade encerram importante fator para garantia da autonomia de agricultores familiares e camponeses. O estabelecimento de uma sociabilidade intensa, centrada na comunidade, a partir de relações de reciprocidade, é parte constituinte da racionalidade camponesa, estando intrinsecamente vinculado à organização e dinâmica social das comunidades rurais.

A construção social de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia tem primado pela articulação entre os princípios de troca econômica e os de reciprocidade e solidariedade, conforme se pôde observar nas análises realizadas até o momento. O processo de organização social e articulação política configura-se como um dos fundamentos dessa construção, permeada pelo diálogo e estabelecimento de sociabilidades entre agricultores e destes com consumidores. Afirma-se, assim, a perspectiva apresentada por Sabourin (2009), a partir de Ostrom, de que o retorno e compartilhamento entre os usuários, ou melhor dizendo, a reciprocidade é que garante a perspectiva de cooperação entre os agentes envolvidos.

O estabelecimento de relações de reciprocidade configura-se como uma das características fundamentais para delimitação do campesinato, tal qual proposto por Mendras (apud WANDERLEY, 2009), a importância estrutural do grupo doméstico e

a configuração de uma sociedade de interconhecimentos são elementos básicos da caracterização do campesinato como cultura ou grupo social. Para Marques *et al.* (2007), as estruturas de reciprocidade possuem estreita relação com os elementos necessários à reprodução social desta forma social, como a autonomia relativa, o autoconsumo, patrimônio comum e trabalho familiar (WANDERLEY, 2009), que configuram a racionalidade camponesa. Dessa maneira, a partir do fortalecimento de sua racionalidade, agricultores familiares e camponeses (re)constróem sua identidade, retomando os meios sociais e materiais necessários à sua reprodução social e ampliando sua capacidade de intervenção na sociedade. Para os agricultores da Acevam, a construção de mercados orientada pelo estabelecimento de relações de solidariedade e reciprocidade:

muda muito, tu não tá com as mão amarrada, não depende de um colega [*intermediário*] só lá, se ele quizé pegar 500kg, pega 500kg, se qué pegá 1000 pega, e o resto chuta tudo pra cima. E se foi! Aqui não, a gente tem consciência de que vai perder aquele pouco, mas não perde, tá certo que não é tudo que vai vendê. Mas devagarzinho, conforme vai indo o comércio, começa a investi mais, começa a vendê mais e com isso, o cara traz mais gente. O princípio básico da organização é esse, é chamá mais gente, pra fortalecê cada vez mais.[...] Cê tem que se valorizá na verdade, porque quando tu tem autonomia sobre si mesmo, eu acho que tu consegue se dominá melhor, aumenta a autoestima, aí tu consegue produzir mais, tanto na tua negociação, como lá no teu trabalho próximo, né? Se o cara pega e fica lá acuado, nem tem ânimo de fazê alguma coisa. (Acevam. Núcleo Sul Catarinense. Pesquisa de campo).

Nesse sentido, as organizações vinculadas à Rede Ecovida reafirmam a perspectiva apontada por Brandenburg (1998), de combinar a condição camponesa com elementos da modernidade de forma a sustentar sua reprodução social. Nesse contexto, se constrói uma identidade apoiada nas formas comunitárias de organização social, mas que se atualiza em uma perspectiva de revalorização do ideário ambiental e cultural proposto a partir da agroecologia, que, ao mesmo tempo, nutre e é nutrido pelo ideário camponês.

Assim, quando questionados na pesquisa de campo sobre qual a sua identidade, pode-se observar que há uma identidade construída entre os agricultores ecologistas, vinculada ao novo projeto em construção. Das mais variadas formas, os agricultores se identificam com a proposta da agroecologia e com sua identidade como agricultores familiares. A associação entre as duas condições é a que aparece com distribuição mais regular entre as organizações, conforme se pode verificar no Gráfico 20 e Tabela 22.

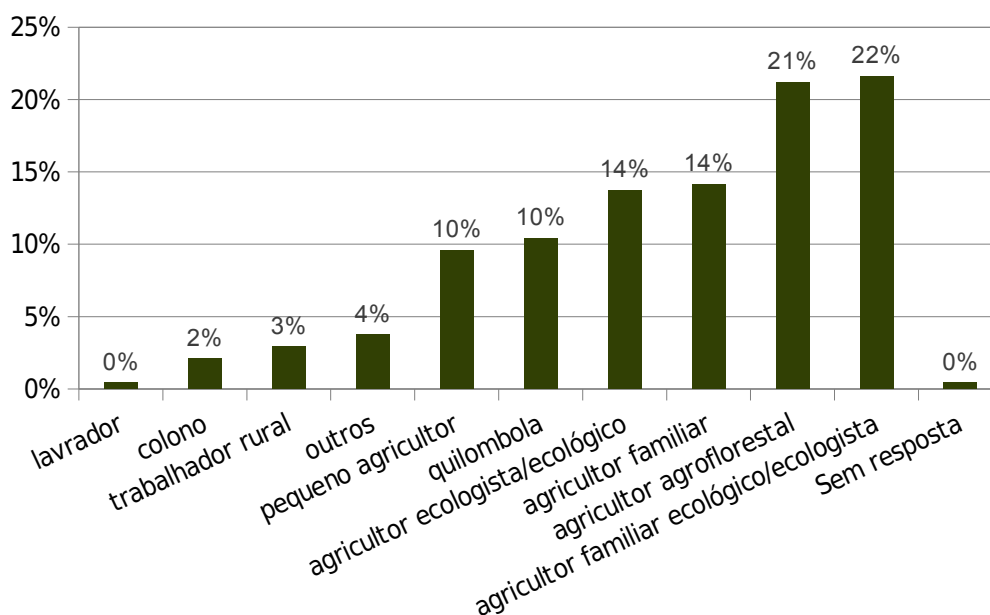


GRÁFICO 20 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL TOTAL DOS AGRICULTORES POR IDENTIDADES
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

TABELA 22 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS AGRICULTORES POR IDENTIDADES (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)

Grupo/ Associação	lavrador	colono	trabalhador rural	outros	pequeno agricultor	quilombola	agricultor ecologista /ecológico	agricultor familiar	agricultor agroflorestal	agricultor familiar ecologista/ecologista	sem resposta	Total
Acevam	0	0	0	1	6	0	3	5	1	9	0	25
Afruta	0	0	3	1	1	0	3	7	0	8	0	23
Apemsul	0	0	0	0	0	0	6	1	0	0	0	7
Cooperafloresta	1	0	0	0	11	25	2	10	44	28	1	122
Ecoterra	0	0	0	7	0	0	5	2	0	0	0	14
Rio Bonito	0	0	1	0	1	0	10	8	1	1	0	22
Serra	0	5	3	0	4	0	4	1	5	6	0	28
Total geral	1	5	7	9	23	25	33	34	51	52	1	241

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Em termos gerais, a denominação agricultor agroflorestal surge com maior predominância devido ao peso da Cooperafloresta na amostra. Da mesma forma, boa parte das comunidades onde há grupos da Cooperafloresta é quilombola, o que fez com que surgisse com peso tal identidade no total, porém, esta realidade se encontra presente somente neste caso. Conforme foi afirmado, destaca-se a perspectiva da construção de uma nova identidade a partir da adoção da agroecologia, compreendida como algo mais amplo do que a mudança tecnológica

que a proposta pressupõe. Dentro do item 'outros', reforça-se tal perspectiva, com respostas de agricultores que se definem como agroecologistas, produtor ou pequeno produtor ecológico ou 'agricultor independente', tal qual uma das famílias afirmou. Os agricultores foram estimulados a responder de forma aberta, as opções de respostas eram apresentadas quando demandado, o número de respostas supera o de agricultores, pois, ao se tratar de uma questão de identidade pessoal, foi aberta a possibilidade de cada agricultor informar mais de uma identidade.

Conforme afirma Brandenburg (1998), essa identidade é forjada nas lutas sociais e no confronto com os atores que representam a imposição de um modelo de organização da atividade agroalimentar que precariza suas condições de vida e os exclui. Particularmente no caso da construção de mecanismos alternativos de mercados – tal qual observado entre as organizações que integram a Rede Ecovida – esta realidade é afirmada e reafirmada pelos agricultores em seus depoimentos. A quebra na relação de submissão ao intermediário, à grande integradora ou às grandes cooperativas ou empresas no momento da comercialização da produção é evidente, de acordo com o que se constata no próprio relato da Acevam acima exposto.

Tal processo implicou efeitos sobre o resgate da autoestima e a reconstrução de sua identidade, que por muitas vezes se via subjugada aos padrões da modernidade, tendo o rural como espaço do atraso e rusticidade e, dentro deste, a agricultura familiar e camponesa como a imagem mais visível deste retrocesso. O pertencimento às organizações agroecológicas e, por conseguinte, à Rede Ecovida, possibilitou uma retomada de projeto de vida, no qual as relações de mercado cumprem papel central, mesmo por serem o principal momento e espaço de diálogo e intervenção na sociedade. Os relatos chegam a ser emocionados por parte de agricultores e agricultoras quando questionados sobre como se viam antes e depois de trabalhar com a agroecologia, no que se refere às relações de mercado:

Acho uma coisa boa, porque antes quando você vendia para o comerciante recebia aquele dinheiro na safra, agora tu tem semanal esse dinheiro. Agora tu tem o contato com quem tu vai vender. Faz a diferença tu ter esse contato com as pessoas. [...] A gente percebe em qualquer debate que quem é do grupo tem uma outra tranquilidade. Tem mais visão das coisas. O cara que tá trabalhando direto pra a firma tá mais estressado, não consegue enxergar as coisas. A gente tá mais ligado com as informações., essas coisas de produção. [...] Eu conheço colono que desfez a roça e vende lenha pra conseguir viver [...] o pessoal ta derrubando tudo [...] enquanto a gente, pensa em plantar. (Ecoterra. Núcleo Alto Uruguai. Pesquisa de campo).

Claro que vou ter mais autonomia! [...] Por exemplo ele não pode vir aqui e dar opinião do teu produto, da tua banana. [...] É vantagem mais na questão do produto, mais do preço. [...] De primeiro aqui, ninguém respeitava, antes a gente levava porrada, agora a gente dá porrada! Tu chega agora num lugar: 'ó, esse é o cara aquele lá...aquele da Pixirica, o Zé...ah sei, conheço ele lá, cuida com eles! Eles são perigosos!' Entendeu? Eles ficam com medo! Entendeu? (Apemsul. Núcleo Litoral Solidário. Pesquisa de campo).

As falas acima expressam esse resgate de autonomia a partir de uma nova relação que estabelece com os mercados. Ao falar em tornarem-se 'perigosos', fala-se nitidamente na força política da associação, que, a partir do processo de organização social, possibilitou uma inversão das relações na sociedade local e com o próprio poder público local, que passa a reconhecer e 'temer' a ação destas organizações. Enfim, **o processo de organização social e política, motivado pela agroecologia e sustentado nas relações de solidariedade e reciprocidade estabelecidas entre as famílias, possui influencia marcante na (re)construção de espaços de autonomia para estas famílias e, conseqüentemente, nas possibilidade de garantir sua reprodução social.** Conforme analisado por Brandenburg (1998) e Cândido (2009), o pertencimento a comunidade possui fundamental importância na constituição da sociabilidade camponesa, da mesma forma, esta participação sustenta a construção de relações sociais e de um modo de vida comum, faz com que os integrantes se identifiquem entre si e se reconheçam uns aos outros, cumprindo importante papel no estabelecimento de um projeto de vida. Esta condição é, em grande medida, retomada e ressignificada a partir da proposta da agroecologia e da construção de mecanismos alternativos de mercados, por meio da formação dos grupos e das associações em questão.

Porém, conforme abordado no item 5.5, um aspecto central do estabelecimento das relações de reciprocidade refere-se ao vínculo estabelecido com os consumidores e, de forma mais ampla, com toda a sociedade. O espaço aberto pela construção social de mercados alternativos e, por conseguinte, do estabelecimento de novas sociabilidades com o público urbano, abriu novas perspectivas. **De uma visão tímida, incipiente sobre suas possibilidades, as famílias reconhecem seu valor e, assim, reconstroem a sua identidade, no assumir de novos papéis na sociedade, agora como representantes de um ideário contemporâneo e humanitário, de preservação ambiental e retomada de valores éticos como a cooperação, a solidariedade, a confiança e a**

credibilidade. Esse é o contexto que se pode observar nos relatos das organizações, ao contar sua história de participação, por exemplo, nas feiras ecológicas:

[...] A gente vai vender pra aquelas mulher do cabelo pintado? Nós aqui vendendo pra essas mulher! A timidez, no começo todo mundo se achava que não tinha capacidade, só pra fazer a contabilidade ali com o consumidor olhando pra ti! Meu Deus, eu não servia! [...] Como é que um colono vai lá na frente daquelas gente poderosa fazê conta! Somar dez item e ser bem franco. [...] Agora isso motivou, criou aquele diálogo que eu me sentia mais valorizado pra fazer esse trabalho de produzir pra levar lá pra esse povo. Eu tirei esse medo! Porque eu via nos agricultor, via no grupo, nos começo das feira, aquele medo, quem é que vai lá? Como é que vamo fazê? A gente achava que o pessoal da cidade era aquele que chateava nós! [...] Imagina ir lá numa lona vendê produto! No centro da cidade! Nós achava que era aquilo de oferecê e gritá. E a gente, olha, as família que temo, da pra dizer que todo mundo gostou [...] todo mundo tem essa capacidade esse conhecimento.[...] tu cria uma segurança. (Ecoterra. Núcleo Alto Uruguai. Pesquisa de campo).

Hoje tem consumidores que vem na propriedade, toda a relação na feira [...] você conhece pessoas diferentes [...] senão você fica só na nossa realidade no nosso mundinho ali, tu abre o horizonte assim. Até pelas saídas que nós tivemos, tu tem várias oportunidades, não só o trabalho em si, mas tem toda uma questão de relação humana. [...] Nós lá em casa o que nós temo é em razão da feira, nós morava de favor na terra do tio, hoje tem terra! (Apevs/Apema/Apesa. Núcleo Serra. Pesquisa de campo).

A gente tinha medo [...] Hoje não [...] a conversa virou mais, conversar com o freguês, hoje a gente vê alguém do interior [e e/e] não tem jeito de conversar, a gente não, a gente tem mais jeito [...] a vida melhorou muito [...] A polícia na estrada, sabe que a gente trabalha, se tiver com o jaleco eles não param! A maioria conhece a gente. Isso o que que é? Confiança! (Afruta. Núcleo Planalto Norte. Pesquisa de campo).

Fosse antigamente... agradece aí pro Centro Ecológico, hoje a gente fala assim, até parece um rei né? Parece um doutor aí [...] porque a gente aprendeu, né? Se defende bem, sabe bem falar [...] nós temo bem preparado, tamo preparado mesmo! (Gestor 2. Núcleo Litoral Solidário. Pesquisa de campo).

Essa mudança na sua percepção de si mesmo reforça a perspectiva de que a agroecologia tem se constituído numa redescoberta do rural por parte das famílias, fazendo com que a vida no meio rural apresente perspectiva de futuro para estas. Da mesma forma, a projeção do futuro revela muito das condições dadas para viabilizar a reprodução social dos estabelecimentos, uma vez que as famílias passam a visualizar uma condição concreta para sustentação desta condição. Quando questionados se acreditam no potencial de trabalho e a qualidade de vida no meio rural, prevalecem as respostas de cunho positivo e motivador, conforme demonstrado no Gráfico 21.

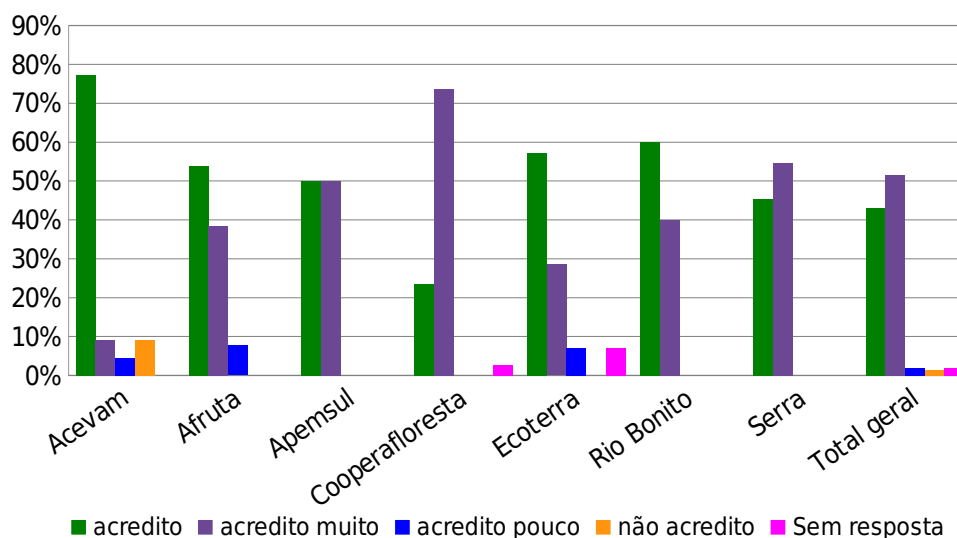


GRÁFICO 21 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS POR RESPOSTA SOBRE O POTENCIAL DE TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Outra forma de se considerar o valor dado a este novo projeto em construção está relacionada às perspectivas de futuro das famílias. É comum entre famílias de agricultores o predomínio de um pensamento em torno a viabilizar estudo e 'melhores' condições de vida para seus filhos, a fim de que estes não precisem permanecer no meio rural. Atrelado ao processo de perda de identidade e consequente baixa de autoestima vivenciado pelos agricultores familiares na modernidade, se apoia uma visão de que a saída do meio rural em geral significa 'evoluir' ou 'crescer' na vida.

No caso dos agricultores vinculados à Rede Ecovida, essa realidade parece diferir do padrão. Quando perguntados se consideram que têm condições de manter seus filhos no meio rural e, mais ainda, se esperam que esses permaneçam aí, a maioria das respostas aponta para uma crenças nas possibilidades do meio rural, inclusive para a permanência dos filhos (Gráfico 22). Na maioria das respostas pode-se observar um interesse dos pais na permanência dos filhos (Gráfico 23) e, mais do que isso, uma crença de que é possível de que isso se realize com boa qualidade de vida, conforme exemplo do relato de um dos agricultores da Afruta:

Eu pelo menos, uma das coisas que eu sempre comento quando me perguntam, é que nem, pra criar meus filho, né? Antigamente, antes de trabalhar orgânico, dondê que eu podia pegá um filho e largá no meio de um terreno ali descalço? Ou sentá ali, criança botá a mão na terra, não se usava. E as minha, graças a Deus, desde que nasceram, criei no meio das

verdura lá, comendo folha de salsinha, comendo morango, a B., mais velha, ia de fralda no meio dos morango, catá os morango, né? Então você pode criar teus filho assim. Desde o que tu põe na mesa, a água que ele toma, deixá brincá na terra, tirá, arrancá um pé de cenoura e comê sem lavá, isso pra mim é um dos fator que, olha, não tem preço. [...] A gente sai assim, como já vi, eu fui aqui em Paulo Frontim, na casa de um primo meu ali, aí nós almoçamo, depois que nós almoçemo eu falei, vamo da uma olhada na lavoura ali. Aí você chega na casa, naqueles canteiro assim, tem uma cerca em volta da casa, e um cadeado no portão, por causa das criancinha pequena. Você não pode deixá sair do portão pra fora, porque sai pra fora e cata uma folha e põe na boca, a partir do momento que sai da porta, eles aplicam fungicida e herbicida cada quinze dias, então um cadeado no portão tem que tê! E a gente graças a Deus não precisa disso! É um dos ponto que pra mim é fundamental. (Afruta. Núcleo Planalto Norte. Pesquisa de campo).

No entanto, muitos dos agricultores também afirmam que pouco querem ou têm como incidir nessa decisão dos filhos, e que há um contexto geral que não motiva sua permanência. Conforme observado por Carneiro (2008), é nítido o movimento global de esvaziamento do meio rural, e as explicações e motivações para esse processo não passam somente pela capacidade ou não de garantir a reprodução social do estabelecimento por parte das famílias. A perspectiva da individualidade, da independência, por exemplo, por vezes pesa sobre outros fatores, materiais inclusive, na decisão de o jovem de permanecer ou não no meio rural. São frequentes, ainda, os relatos em torno do perfil da educação formal, da qual os jovens participam. Os agricultores afirmam ser a formação totalmente voltada a uma perspectiva urbana e urbanizadora, sem valorizar ou considerar a realidade rural nos momentos de sala de aula.

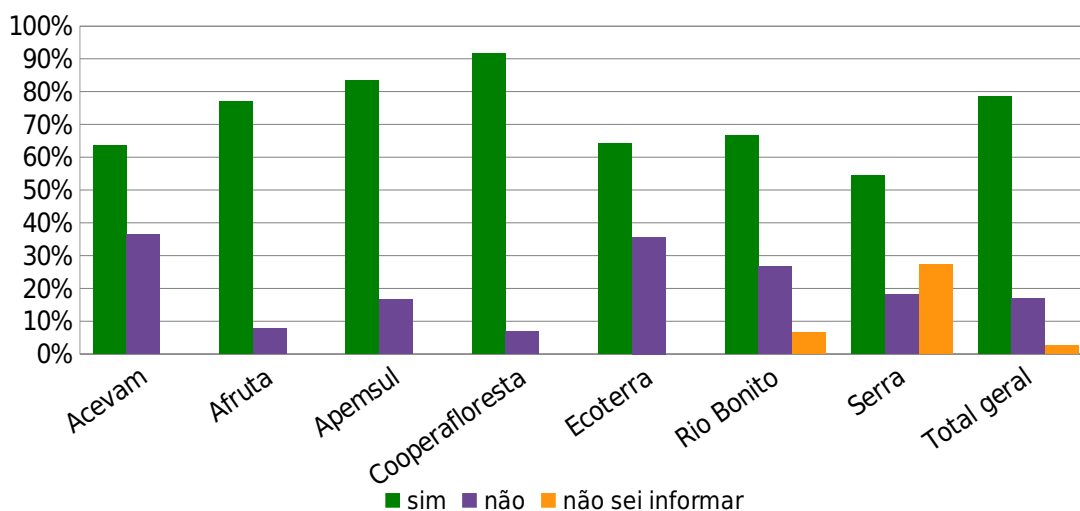


GRÁFICO 22 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS SOBRE AS CONDIÇÕES OU NÃO DE MANTER OS FILHOS NO MEIO RURAL (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

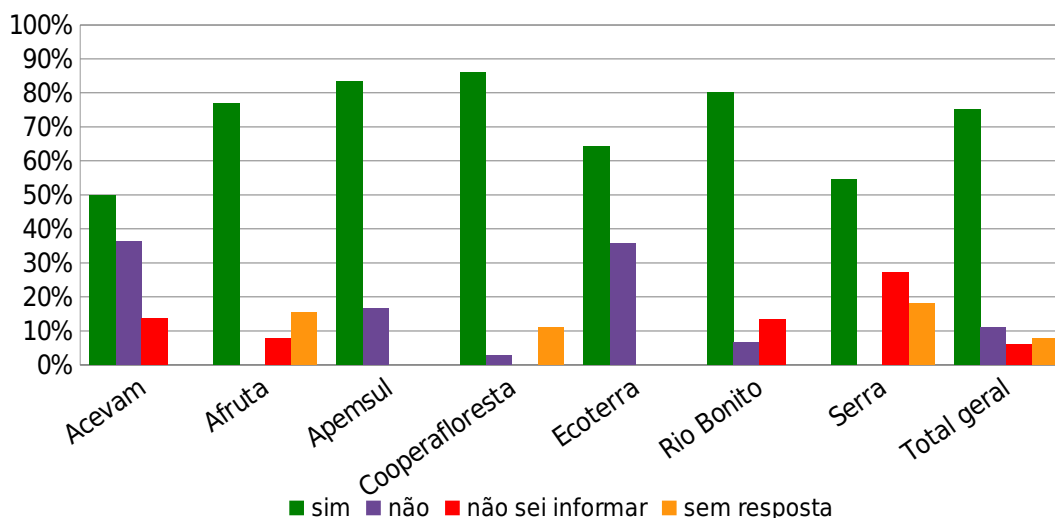


GRÁFICO 23 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS SOBRE O DESEJO DE PERMANÊNCIA DOS FILHOS NO MEIO RURAL (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Um dos agricultores do Núcleo Serra relata, por exemplo, que no caso de sua filha, a partir do momento em que ela passou a frequentar a escola, mesmo na própria comunidade, aos seis anos de idade, não se dispôs mais a acompanhar os pais no trabalho na lavoura, relutando a sujar-se ou mesmo brincar na 'terra', fato comum e frequente antes do início da educação formal. Agregue-se a todo esse contexto o paradoxo apresentado no item 4.3.2, visto que os filhos de agricultores ecologistas, pela sua melhor formação, sua história de participação em processos sociais, intercâmbios técnicos e nos próprios processos de comercialização, como atores destas relações, se encontram em melhores condições de obter trabalho e emprego nas cidades.

Assim, para além do desejo ou das condições materiais e sociais de permanência dos jovens, há um contexto social geral que traz outras influências no momento da tomada de decisão dos jovens rurais. Porém, o que se faz relevante na análise a se realizar neste momento é a motivação e confiança dos agricultores em relação às possibilidades que o meio rural lhes apresenta, a partir do trabalho com a agroecologia.

Os estabelecimentos de processos de organização social que primam pelo resgate e pela valorização de relações de solidariedade e reciprocidade, aliados à construção social de mercados alternativos apoiados nesta perspectiva, têm possibilitado uma reconstrução de valores e um ideário comum em torno de um novo

projeto para o rural. Resulta daí uma reconstrução da identidade destes agricultores, a partir de conflitos e tensões com os padrões e valores hegemonicamente estabelecidos, mas também da construção de alternativas sociais, econômicas e ambientais concretas, de forma a sustentar a condição de reprodução social destas famílias.

Abrem-se as possibilidades para a reconstrução da racionalidade camponesa, reelaborada e atualizada, em diálogo com as condições que a modernidade lhes impõe. Dessa forma, toma-se a seguir, como último aspecto de análise das condições de reconstrução de espaços de autonomia a partir da construção social de mercados alternativos, a reestruturação da racionalidade socioeconômica da agricultura familiar e camponesa. Toma-se como elemento central de análise, a lógica do balanço trabalho-consumo característica deste grupo social e central na construção de sua autonomia e das condições para sua reprodução social e econômica.

6.1.3 A abertura de espaços de autonomia a partir da reconstrução da racionalidade socioeconômica camponesa

Ao longo da história do campesinato e da agricultura familiar contemporânea, destaca-se, como ponto em comum às diferentes situações que vivenciaram, a busca permanente por maiores espaços de autonomia, que possibilitem as condições para garantia de sua reprodução social, conforme afirmam Ploeg (2008) e Wanderley (2009). Essa busca permanece como propósito e ideário (o *projeto*, conforme Lamarche, 1998), mesmo quando a dependência e subordinação são predominantes. Assim, pode-se dizer que faz parte da racionalidade camponesa – compartilhada por vários segmentos de agricultores familiares – expressando-se de formas diferentes, conforme o espaço/tempo em que vivem esses atores sociais. O foco na busca pela autonomia não significa uma tendência ao isolamento dos agricultores e suas comunidades. Ao contrário, sua racionalidade comporta a construção de um conhecimento apoiado na interação com a sociedade, realizado mediante a relação com os mercados e outras instâncias societárias. Uma autonomia, no entanto, relativa, como assinala Wanderley (2009, p. 161):

[...] mesmo nas sociedades rurais tradicionais, a autonomia é sempre relativa. A necessidade de reservar parte de seus recursos para as trocas com o conjunto da sociedade, e para atender a suas imposições terminam por introduzir no interior do próprio modo de funcionamento do campesinato, certos elementos que lhe são, originalmente, externos.

Portanto, quando se fala de uma racionalidade socioeconômica característica do campesinato, dois aspectos devem ser considerados e até certo ponto, 'desmitificados' no que se refere ao comportamento das unidades familiares de produção. Inicialmente, o fato de haver uma busca permanente por maiores níveis de autonomia e, assim, de fortalecimento de sua base própria de recursos materiais e sociais, portanto, de maior independência em relação à influência dos fatores externos, não exclui uma perspectiva de mercado na ação das famílias. As necessidades de consumo crescentes – materiais e imateriais – e da interação com a sociedade para comercialização são constantes no âmbito do campesinato, porém, esta sua ação está orientada por uma racionalidade própria, que não é a mesma da empresa agrícola.

Em segundo lugar, a busca por autonomia não leva ao isolamento das unidades familiares, mas sim, lhes permite dialogar e se relacionar como meio externo em melhores condições, podendo, inclusive, ampliar o seu leque de relações com a sociedade. De fato, a perspectiva predominante é de uma ação de proteção e reação em relação à sua presença no mercado, justificada pelo perfil e formas de intervenção que este mercado lhe impõe, de exploração e expropriação de seus recursos materiais, ambientais e sociais. Para Wanderley (2009, p. 169, 170),

[...] o campesinato brasileiro é profundamente marcado pela instabilidade das situações vividas. Com efeito, se são numerosos os estudos que indicam a luta dos camponeses para terem acesso ao mercado, são igualmente inúmeras as referências às suas derrotas neste campo de ação.

Logo, as dificuldades e restrições no trato com as relações de mercado não significam necessariamente uma resistência ou fuga desta interação, pela ausência de uma racionalidade econômica, mas representa na grande maioria dos casos, um mecanismo de autoproteção e adequação das condições que lhe são impostas desde fora, de forma a sustentar melhores condições de reprodução social. Nesse sentido, alguns questionamentos podem ser levantados no que se refere à relação com os mercados, por um lado, o mercado agroalimentar, tal qual se constitui hoje hegemonicamente, representa a única possível da agricultura familiar e camponesa

acessar ou construir mercados? Por outro, é possível a construção de mercados que atendam ou se adequem à racionalidade socioeconômica deste grupo social?

Para efeito da análise aqui realizada, tomou-se como uma das referências uma perspectiva comparativa feita pelos agricultores entre a sua inserção no mercado antes e depois da agroecologia. Ao mesmo tempo, tornou-se natural às famílias, no momento dos depoimentos, estabelecer comparações com outros agricultores das suas comunidades que trabalham na produção convencional, uma vez que este se torna um parâmetro palpável para avaliação de avanços e retrocessos em sua qualidade de vida e condição de autonomia.

No que tange ao perfil de mercado acessado antes do trabalho com a agroecologia, as respostas dos agricultores apontam para uma dependência de um ou no máximo dois canais de comercialização. Quando perguntados sobre quantos canais de comercialização acessavam antes da agroecologia, as famílias afirmaram acessar, em média, 1,3 canais de comercialização (Gráfico 24). Nesse sentido, configurava-se uma situação de maior dependência dos agricultores e, conseqüentemente, de menor capacidade de intervenção nos mercados.

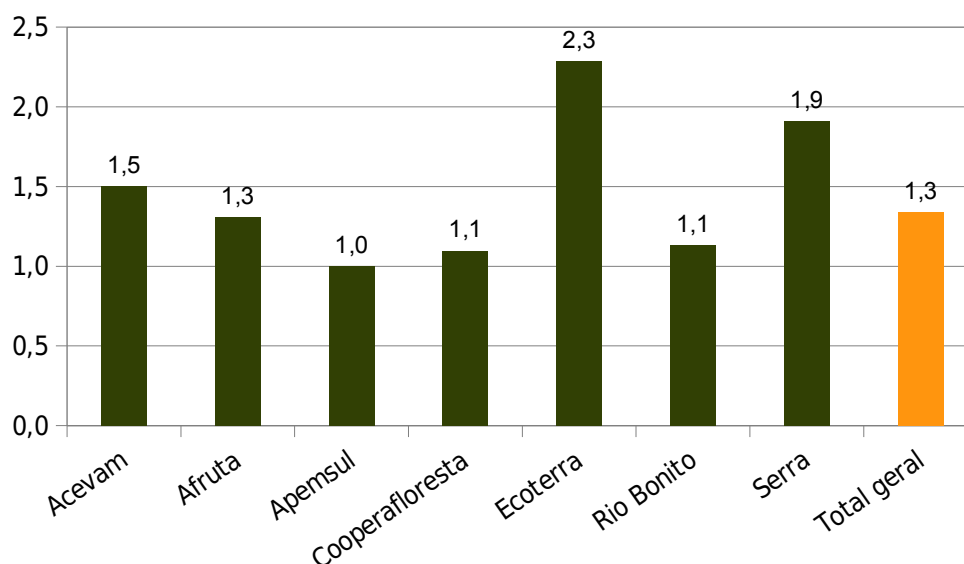


GRÁFICO 24 – MÉDIA DE CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO ACESSADOS PELAS FAMÍLIAS ANTES DA PRODUÇÃO ECOLÓGICA (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Da mesma forma, as famílias foram questionadas sobre qual o perfil de mercado acessado antes de iniciar o trabalho com a agroecologia. Foi apresentada uma gama de possibilidades de canais, havendo uma presença massiva de

agricultores que comercializavam junto a atravessadores, num total de 67% das famílias entrevistadas, seguidas por 15 das famílias que comercializavam para grandes cooperativas e/ou empresas e 12% para indústrias diretamente, as demais opções tiveram presença de 10% ou menos, conforme demonstrado no Gráfico 25. De forma geral, há um predomínio de canais de comercialização nos quais há menor capacidade de intervenção por parte dos agricultores, dados pela relação, em geral, de submissão com os intermediários ou de forma contratual com grandes cooperativas/empresas ou indústrias.

Nesse sentido, parecem claras a redução de opções e a maior dependência dos agricultores no que se refere à sua relação com os mercados. Ficam evidentes também, o tensionamento nesta relação e as menores possibilidades de autonomia das famílias com um perfil de mercado com estas características. De fato, em vários depoimentos esta realidade se faz presente, sendo frequentes as visões sobre a baixa ou nula condição de ingerência nas relações de mercado em tais mercados.

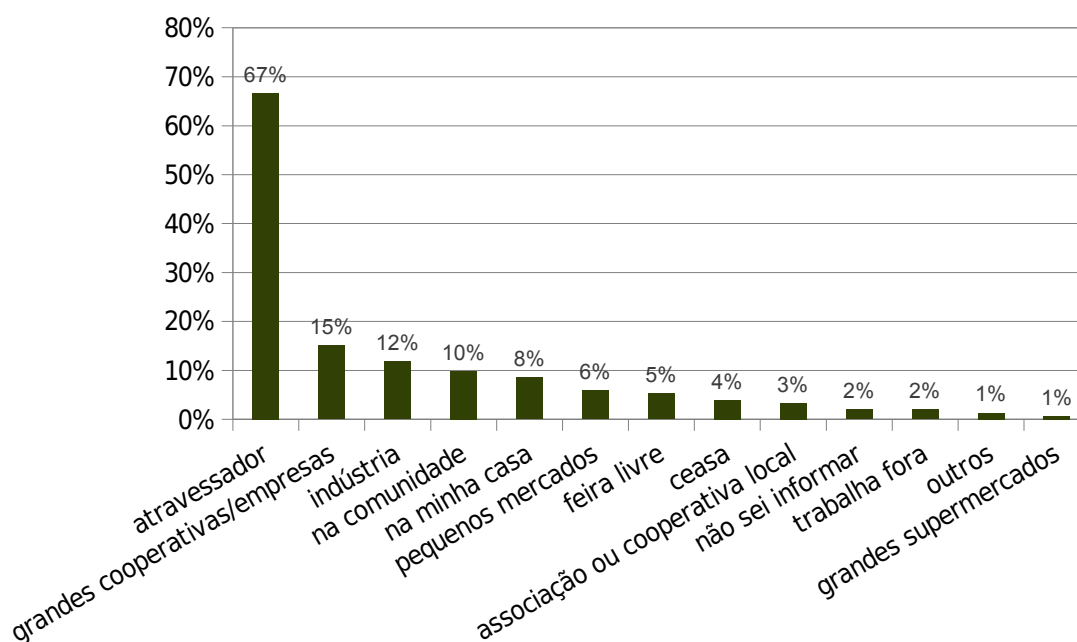


GRÁFICO 25 – PORCENTAGEM DOS ESTABELECIMENTOS TOTAIS, SEGUNDO TIPO DE CANAL ACESSADO ANTES DA PRODUÇÃO ECOLÓGICA

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Em sentido oposto, os mercados construídos a partir da agroecologia parecem possibilitar uma melhor condição de autonomia, dada a sua maior capacidade de intervenção nestas relações, bem como pelo fato de sua construção estar apoiada na adequação dos mecanismos de mercado à racionalidade

socioeconômica característica da agricultura familiar e camponesa. Assim observam os agricultores do Rio Bonito e Acevam, bem como o gestor do Circuito Sul, ao falar da realidade da comercialização na região de Curitiba:

Na época começou a classificação da banana de duas por uma. Antes a gente chegava, toda a formação de banana, a produção que dava, chegava, pesava ela, se o corte lá, a colheita, deu mil quilo, era mil quilo, se era dois mil quilo, não interessava, era um valor 'X'. Então a cooperativa aqui na região, todo mundo obedecia o valor, o preço que a cooperativa dava. Aí começou a questã daquela banana que não era bem classificadona, eles já passava duas por uma [...] custava, uma comparação, dezesseis reais a caixa, eles fazia duas por uma, daí custava oito.[...] não tinha outra opção. [...] Antes cortava banana, botava na pilha e não era mais dono da banana, hoje a gente corta e você é dono da banana, essa banana é dele. Mesmo aquela banana mais madura, que não vendeu na feira, ela continua sendo minha. Essa é que é a vantagem! [...] Acho que sim. É um trabalho mais aberto, do grupo, tu sabe quanto tu vende la, tu sabe quanto o consumidor come, paga pra comê, quanto tu vai pagá de frete. No comércio quando tá bom eles dizem que tá ruim, quando tá ruim eles já tão te explorando. E aqui não, aqui tu faz uma reunião e mostra tudo, dentro do grupo não tem nada, dentro do grupo todo mundo escuta né? (Rio Bonito. Núcleo Litoral Solidário. Pesquisa de campo).

A vantagem que a gente tem, é que a gente consegue fugir do atravessador, né? O atravessador que compra banana de cada produtor, ele quié tirá a margem de lucro dele em cima, naturalmente. E nós não aqui. O que nós vendê lá, nós tiramo as despesa, o resto é nosso! Tem a despesa de coleta a banana no produtor lá e tem a despesa de trazê aqui, o L. [motorista] trabalha assim, tem a despesa dele. Mas é só o que tem! Agora o atravessador não, não quer nem saber! Se a banana vai lá pra cima, eles cobram até dez pila, mas pro produtor não sobe! Ele tá ganhando em cima. E aqui isso não faz, a gente põe o preço exato que eu produzo, essa é a grande vantagem. (Acevam. Núcleo Sul Catarinense. Pesquisa de campo).

No sentido econômico mesmo, eu vejo assim, hoje com os agricultores que são feirantes, que estão na feira, ele tem uma autonomia de decidir economicamente o quanto que ele pode investir e tal. Porque ele tem o mínimo de noção de quanto que ele vende, ele tem uma noção de quanto que ele vende na feira e ao mesmo tempo o quanto que ele pode comprar, para poder pagar depois, então ele tem essa condição. Anteriormente ele tinha uma noção de quanto que ele tinha que produzir, pela demanda que se tinha. Agora, sempre estava no risco de que se o que ele produzia ia ser totalmente absorvido, por que a gente não conseguia garantir cem por cento, produz mil pés de alface, que eu vou comprar mil pés de alface a trinta centavos, podia produzir mil pés de alface mas sempre com aquele risco, que eu podia comprar os mil ou comprar só quinhentos e dai o que que ele ia fazer com os outros quinhentos? (Gestor 1. Circuito Sul. Pesquisa de campo).

Um dos aspectos estruturais à busca por maiores espaços de autonomia está vinculado a tendência permanente à diversificação da produção por parte dos agricultores. Conforme analisado no item 6.1.1, há uma relação direta entre o desenvolvimento da agroecologia, o fortalecimento do autoconsumo e, conseqüentemente, a diversificação da produção. Nesse particular, para além do

aspecto técnico, ambiental e da segurança alimentar das famílias, intrínseco à proposta da agroecologia, há uma influência marcante das relações de mercado em suas possibilidades de desenvolvimento. Os dados coletados a campo evidenciam essa realidade, no sentido de que, quando do acesso aos mercados convencionais, anteriormente à produção ecológica, não mais de três produtos diferentes eram comercializados pelas famílias, na média geral. Já quando do trabalho com a agroecologia, esta média se eleva para mais de 11 produtos (Gráfico 26).

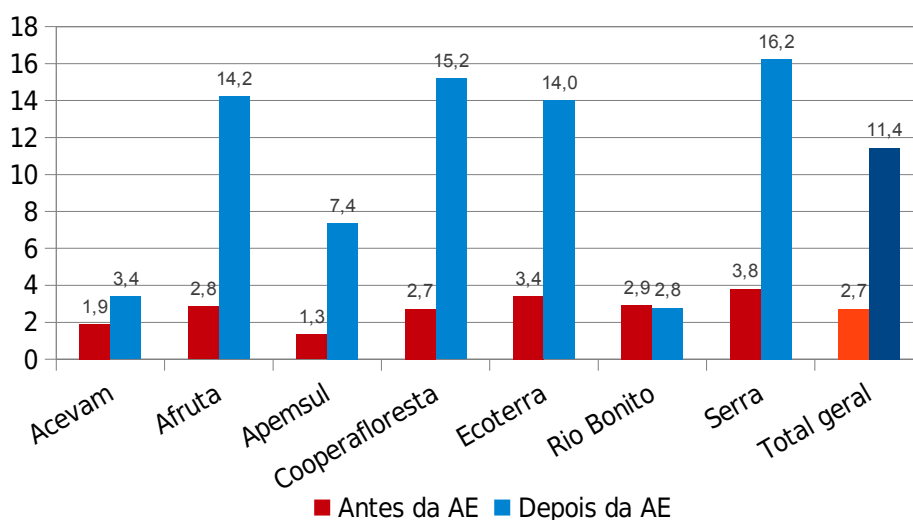


GRÁFICO 26 – MÉDIA DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS ANTES E DEPOIS DA AGROECOLOGIA (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Quando analisados os dados por canal de comercialização, após o início do trabalho com a agroecologia e a consequente construção de mecanismos de mercados alternativos, em espaços como as feiras ecológicas, mais de 15 produtos diferentes são comercializados (Gráfico 27). Enfim, esses espaços têm possibilitado uma aproximação das estratégias de mercado construídas com a lógica técnica, produtiva, ambiental e econômica característica da agricultura familiar e camponesa. Em outro sentido, para além da maior dependência e menor capacidade de ingerência nos espaços de comercialização, o perfil dos mercados acessados anteriormente à agroecologia demonstra uma tendência à especialização produtiva.

Além dos aspectos relacionados à demanda para o autoconsumo e pelo próprio caráter ambientalmente adequado, portanto, mantendo a capacidade produtiva das áreas, há uma racionalidade embutida neste processo que responde a uma lógica de garantir segurança e eficiência à ação econômica. Ao buscar não

dependem de uma ou poucas culturas em seu processo de comercialização, os agricultores reduzem as possibilidades de perdas por problemas climáticos ou de pragas ou doenças, que podem afetar umas culturas com maior e outras com menor intensidade. Da mesma forma, protegem-se de variações de preço e de oferta e demanda no mercado, bem como articulam virtudes e problemas de diferentes culturas, no sentido de garantir um maior equilíbrio à atividade produtiva.

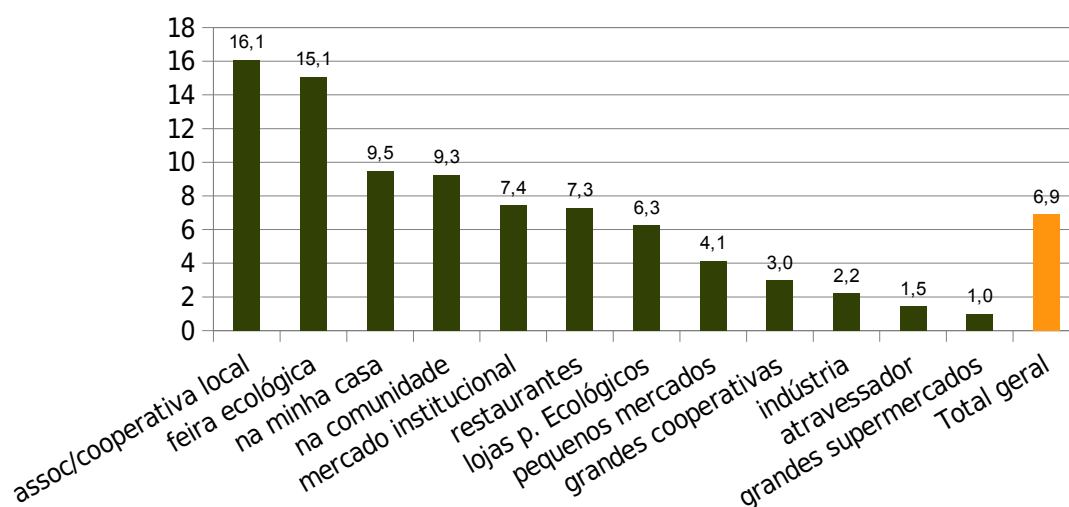


GRÁFICO 27 – MÉDIA DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS POR CANAL DE COMERCIALIZAÇÃO NA AGROECOLOGIA
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Ou seja, realiza-se um arranjo entre culturas que demandam mais ou menos mão de obra, são mais ou menos produtivas, de melhor ou pior preço, de maior ou menor aceitação por parte dos consumidores. Porém, conforme se destacou, essa lógica de segurança e eficiência só consegue se manifestar no âmbito de estratégias de mercado que incorporem esta racionalidade, como afirma o gestor do Núcleo Planalto Norte:

Eu não sei, porque na feira ele tá vendendo o produto dele, tá defendendo o dele na feira, ele define o que ele vai produzir, ele define o próprio padrão do produto de qualidade, tanto é que o outro ele tem que vender como o atravessador quer, né? Ele não tem o atravessador no meio, ou se ele quiser ter o atravessador, ele escolhe o atravessador, vou vender para a cooperativa, vou vender para o Circuito, então é ele mesmo que começa a definir o mercado que ele quer, para o PAA, para a Merenda escolar, pro 30%. (Gestor 9. Núcleo Planalto Norte. Pesquisa de campo).

Conforme observado nos depoimentos do Rio Bonito e Acevam, a principal

característica avaliada como diferencial entre os processos de comercialização realizados antes e depois da agroecologia vincula-se à autonomia das famílias no que se refere à sua capacidade de intervenção nos mercados, bem como a liberdade de decidir o que produzir e vender. É nesse sentido que se destaca a estratégia de construção de mecanismos de mercado das organizações em questão. Conforme abordado no item 5.4, as organizações compõem uma estratégia geral de construção de mercados, na qual o acesso a mercados convencionais e a construção de mecanismos alternativos de mercado se articulam, configurando uma realidade que lhes possibilita maior estabilidade, segurança e autonomia neste processo. **O princípio da diversificação produtiva, como estratégia de garantia de segurança alimentar e estabilidade produtiva, se reproduz no âmbito dos mecanismos de mercado, no sentido de buscar diversificar o número de canais, a fim de reduzir a dependência de um ou outro mecanismo.**

O Gráfico 28 evidencia esse processo das organizações quanto à diversificação de canais em que se participa. Em média, 2,2 canais de comercialização compõem a estratégia de construção de mercados das organizações. Esse número, no entanto, é bastante maior quando observadas mais a fundo as estratégias de cada organização. Ao apontar a opção cooperativa ou associação local como opção de canal de comercialização, muitas famílias citaram este como sendo o único canal de que participam. Notadamente no caso da Cooperafloresta, a média de canais foi de 1,4, devido a este tipo de resposta, baixando a média geral, por compor quase metade da amostra total do estudo. Se forem observados os fluxogramas, elaborados junto aos gestores, apresentados no item 5.3, evidencia-se um número maior de canais, em média 5,7 canais compõem a estratégia de construção de mercados das organizações.

Da mesma forma, há uma inversão no papel cumprido pelos diferentes canais de comercialização. Antes do trabalho com a agroecologia, há um predomínio de mercados convencionais, nos quais há pouca capacidade de intervenção e ingerência por parte dos agricultores, tais como atravessadores (intermediários), grandes cooperativas e empresas. A partir do trabalho com a agroecologia, essa relação se inverte, as organizações passam a priorizar o escoamento de sua produção via mecanismos alternativos de mercado, conforme demonstra o Gráfico 29. O acesso a mercados convencionais passa a ser operado na lógica de estes se

constituírem em um 'apoio' ou 'válvula de escape' em relação aos mecanismos alternativos. Ou seja, esses canais convencionais passam a ser um elemento a mais na composição da estratégia geral de construção de mercados, perdendo o caráter central e determinante que possuíam anteriormente ao trabalho com a agroecologia.

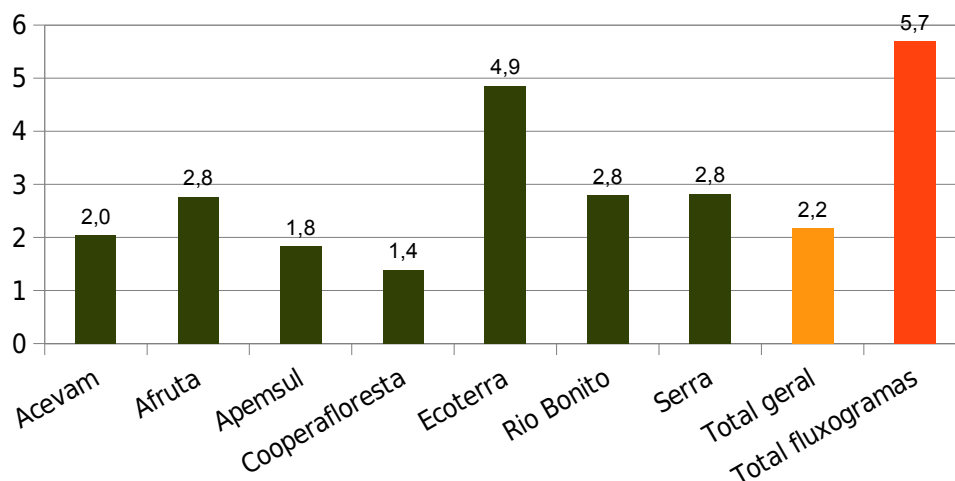


GRÁFICO 28 – MÉDIA DE CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO POR ESTABELECIMENTO NA AGROECOLOGIA (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

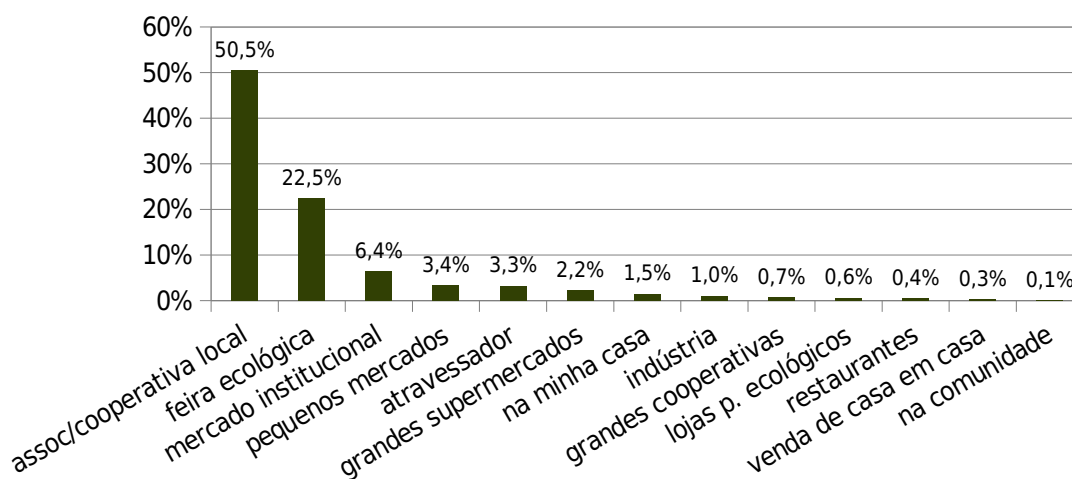


GRÁFICO 29 – PORCENTAGEM DA PRODUÇÃO ENVIADA PELOS ESTABELECIMENTOS EM CADA CANAL DE COMERCIALIZAÇÃO NA AGROECOLOGIA (POR ASSOCIAÇÃO E TOTAL)
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Deve-se ressaltar, ainda, o investimento feito pelas famílias nos mecanismos alternativos, como forma essencial de estruturar o processo de comercialização. Assim sendo, o fato de serem mecanismos alternativos não

significa que ocupem um lugar periférico ou de menor relevância dentro da estratégia geral de construção de mercados, pelo contrário, correspondem ao cerne da proposta em termos de volume comercializado e retorno econômico. Novamente, o predomínio de mais de 50% da produção escoado via associação ou cooperativa local, refere-se à concentração de respostas da Cooperafloresta e Ecoterra fundamentalmente, onde muitas das famílias apontaram esta opção sem considerar os canais para os quais a associação distribui a produção após o recolhimento dos produtos.

Essa diferença, entre a participação em mecanismos alternativos de mercado e o acesso a canais convencionais, está frequentemente presente nos relatos das organizações e gestores. Seja mediante comparação no tempo (antes e depois da agroecologia) ou mesmo entre os diferentes mecanismos de que se participa atualmente, destacam-se nos depoimentos as falas que revelam a maior autonomia em termos econômicos e produtivos no âmbito dos mecanismos alternativos de mercado, mas também no que se refere aos aspectos sociais e culturais, já abordados nos itens anteriores. A fala dos agricultores da Apevs/Apema/Apesa da Serra Gaúcha, e que estão há mais de 20 anos inseridos em processos de comercialização na agroecologia, revela essa situação, articulando diferentes dimensões da construção da autonomia na construção de mecanismos alternativos de mercado:

Se o consumidor achou caro, vamos dizer, você explica que tem toda aquela mão de obra pra limpar e pra produzir, com o mercado não adianta dizer isso, ele vai comparar o preço do mercado convencional. Da um real, o produto orgânico vai e bota até 50% em cima, então é ele quem faz o preço, o mercado é quem faz, vai se basear no preço que tá [...] Então é bem diferente você negociar com o consumidor que tá na feira do que com o Zaffari. E tem uma, na feira somos nós que tamo lá, e no supermercado não, tem um representante que vai negociá, não é o agricultor que vai entregá lá, fora que o agricultor que quer entregar pro Zaffari, tem que ter quantidade, absurdo, senão não entra. (Apevs/Aperma/Apesa. Núcleo Serra. Pesquisa de campo).

Neste processo de (re)construção de espaços de autonomia, vários aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais são importantes. No entanto, os vínculos mercantis são particularmente determinantes para a estruturação de maiores ou menores espaços de autonomia (WANDERLEY, 2009).

Nesse sentido, a participação nos mercados pode-se constituir no momento de consolidação de uma estratégia de busca de autonomia ou tornar-se o momento

em que esse esforço pode ser comprometido (WANDERLEY, 2009). Assim, cabe particular atenção à maneira como se constroem as relações de mercado, uma vez que este aspecto é predominantemente visto como uma relação de mão única, na qual os agricultores se integram ou não, ou se integram em diferentes níveis de intensidade a um mercado tido como dado.

Repensar as relações de mercado implica compreender as possibilidades da agricultura familiar e camponesa, quando das suas interações mercantis. Conforme já abordado até o momento, um aspecto considerado fundamental dessas relações refere-se à capacidade dos agricultores e suas organizações de construir mecanismos que se adequem ou respondam à sua racionalidade e forma de organização e funcionamento social, econômica, produtiva e ambiental.

O caminho analítico percorrido até o momento buscou destacar vários aspectos da construção da autonomia no âmbito da agricultura familiar e camponesa, demarcando sua relação com a construção de mecanismos alternativos de mercado no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia. No entanto, deve-se também entender uma outra dimensão da constituição da racionalidade socioeconômica da agricultura familiar e camponesa e, conseqüentemente, de sua autonomia. Essa dimensão encontra-se relacionada à lógica fundamental que rege a organização produtiva, social, técnica e ambiental do agricultor em seu agir diário.

Retoma-se, aqui, a análise realizada no item 3.2.1, sobre o princípio do balanço trabalho-consumo na organização da atividade econômica e produtiva nas unidades familiares de produção, desenvolvido por Chayanov (1974). Esse autor destaca a indissociabilidade entre os fatores de produção utilizados e o caráter familiar do trabalho nos estabelecimentos camponeses. Nestes, o trabalho empreendido pela família está diretamente vinculado à suas necessidades de consumo, sendo este último aspecto o determinante para estabelecer o maior ou menor esforço da família no momento de empreender sua atividade produtiva. Ou seja, não é a busca do lucro e do ganho crescente que orienta sua dinâmica, tal qual o empreendimento capitalista, mas sim a busca pelo atendimento às necessidades da família, podendo, por momentos, resultar em comportamentos 'antieconômicos' dentro da racionalidade capitalista hegemônica, mas que atendem à sua própria lógica de funcionamento. Chayanov (1974, p. 23, tradução livre) ilustra esta realidade ao afirmar que:

Uma análise mais a fundo indica o seguinte: o produto do trabalho indivisível de uma família, e conseqüentemente a prosperidade da exploração familiar, não aumentam tão marcadamente como o rendimento de uma unidade econômica capitalista nas quais influenciam os mesmos fatores, porque o camponês trabalhador, ao perceber o aumento de produtividade do trabalho inevitavelmente equilibrará antes os fatores econômicos internos de seu estabelecimento, ou seja, com menos auto-exploração de sua capacidade de trabalho. Satisfaz as necessidades de sua família mais satisfatoriamente com menos gasto de trabalho, e assim reduz a intensidade técnica do conjunto de sua atividade econômica (*ibid*, 1975, p. 23, tradução livre)

As observações e os depoimentos realizados a campo, bem como a extensa análise feita por diversos autores, tais como Maluf (2002, 2004), Ploeg (2008), Wilkinson (2008), Wanderley (2009) e outros, evidenciam o processo de desconstrução desta racionalidade quando do acesso nos mercados agroalimentares hegemonicamente estabelecidos, impondo de fora para dentro a lógica de funcionamento da empresa capitalista às unidades familiares de produção. No entanto, conforme assinala Wanderley (2009), os agricultores permanecem em sua atividade e, nesse processo, 'jogam' com as condições impostas desde fora e os elementos que constituem sua racionalidade socioeconômica, para construir suas estratégias de sobrevivência, dentro de um contexto marcadamente desfavorável ao seu desenvolvimento.

Ao ter como fundamento de sua construção teórica e prática a racionalidade camponesa, a agroecologia busca em seu fazer diário reconstruir esta racionalidade, favorecendo o desenvolvimento de uma lógica que a resgate, remodele e atualize. No entanto, conforme abordado de forma insistente neste trabalho, é no âmbito das relações de mercado que esse processo se afronta com seus maiores desafios e contradições, pois passa a situar a ação social e econômica dos agricultores no centro da constituição da racionalidade capitalista: as relações de mercado.

É nesse sentido que o trabalho aqui desenvolvido buscou analisar, a partir da vivência junto aos agricultores e suas organizações, elementos que pudessem caracterizar ou não uma possível reconstrução da lógica fundamental do balanço trabalho-consumo, a partir das estratégias de construção de mercados desenvolvidas pelas organizações que integram a Rede Ecovida de Agroecologia.

Ao analisar perdas e ganhos da sua inserção na agroecologia e nos mercados que construíram a partir dela, bem como sua condição atual em relação ao passado anterior à transição agroecológica, as famílias agricultoras e gestores de

comercialização evidenciam uma lógica de organização da atividade produtiva e econômica baseada na perspectiva do balanço trabalho-consumo. Para a grande maioria das famílias, a inserção na agroecologia e a participação na construção de mecanismos alternativos de mercado configuraram situações de maior autonomia e, fundamentalmente, de controle sobre sua atividade produtiva e organização do trabalho que revelam uma forma atualizada – e ressignificada – do cálculo entre penosidade do trabalho e necessidades da família, relacionando-o à autonomia que a agroecologia e seus mercados alternativos proporcionam. Esta realidade pode ser observada nas intervenções dos agricultores que integram a Afruta, Rio Bonito e Ecoterra:

A autonomia, né? Autonomia pra você fazer o que você quiser e parar a hora que tu quiser de produzir. Não, não vai produzir tomate. Na época [*antes da agroecologia*] você produzia o bicho-da-seda, ou produz ou produz! [...] Aquela época tu tinha que produzi, produzi e produzi! Hoje não, hoje com dois hectare você produz! O resto vira em madeira, reflorestamento... (Afruta. Núcleo Planalto Norte. Pesquisa de campo).

Hoje eu considero que a renda aqui em casa com os terrenos é razoavelmente boa, pela renda não me queixo não. E a gente não se mata de trabalhar. Vamo combiná! Que num dia quente aqui a gente volta 10 horas no horário de sol, dez horas, e volta pra roça as quatro, a gente tem todo esse tempo pra descansar. A gente não se mata de trabalhar.[...] Quem tem chiqueiro de porco [*integração*] não tem esse descanso de meio dia, por exemplo [...] Até domingo eles trabalham. [...] Um domingo eu tava numa festinha de aniversário [...] um cara que tem chiqueiro de porco chegou lá na festa onze e pouco e quando era duas e poucos da tarde foi embora. Eu não tava nem me ligando com meus porquinho, minha horta, até seis da tarde, nem penso nisso. Ele não, em questão deu meia hora deu tchau e pronto. Acabou o domingo pra ele! E foi embora. [...] Tem momentos que é de duas em duas horas que eles tem que tratar dos bicho. (Ecoterra. Núcleo Alto Uruguai. Pesquisa de campo).

O agricultor se governa, ninguém manda nele, que ir pra praia, quer sair... É dono dele mesmo. Pra você tê uma base, eu tenho uma casinha na praia, eu trabalho de segunda de manhã até sexta as três horas da tarde, chaveio a casa, pego o carrinho e vou para a praia e fico até domingo de noite, qual é o rico que pode fazer isso aí? [...] Isso é muito bom, bota o dinheiro no bolso, e corre fazer aquilo que o cara quer, não aquilo que os outros vão mandar fazer, onde é convencional se obriga a fazer. E também tem uma, quem trabalha com convencional tem que ter os dias certinhos dentro do bananal, obrigado. Tem que passar o pó nos dias certos, o veneno pra espichar banana, todo dia certo tem que vir pra cá, ele vira escravo do serviço. E vive trabalhando de a meia, porque metade é da agropecuária. Trabalha metade/metade, faz cinco mil reais de banana por mês, não te sobra dois e meio, dois e meio é da agropecuária, metade/metade. (Rio Bonito. Núcleo Litoral Solidário. Pesquisa de campo).

As falas apontam para a 'liberdade' proporcionada pelo trabalho desenvolvido a partir da transição a agroecologia, principalmente no que se

refere à construção dos mercados. Ao avaliar sua condição atual, dois aspectos são destacados. Inicialmente para além da liberdade sobre o que e quando produzir, a autonomia nas formas de funcionamento e organização da propriedade assume relevância e, dentro desta autonomia, a (re)constituição de uma dinâmica de organização do trabalho familiar em função dos ganhos que se obtém. De uma forma geral, o trabalho com a agroecologia tem proporcionado ganhos econômicos maiores do que aqueles obtidos anteriormente, com a produção convencional, no entanto, ao invés deste ganho significar maiores investimentos e ampliação da atividade produtiva, os agricultores claramente demonstram sua preferência em reduzir sua carga de trabalho (auto exploração) e dedicar maior tempo a, por exemplo, participar das dinâmicas sociais comunitárias.

Ou seja, há uma clara perspectiva de confirmação do princípio do balanço trabalho-consumo, notadamente a partir das possibilidades que os mecanismos alternativos de mercado têm apresentado. Por outro lado, poder-se-ia afirmar que se o fortalecimento deste princípio está relacionado aos aumentos nos ganhos por unidade de área, o mesmo poderia ocorrer no caso dos mercados convencionais, nos quais o produto orgânico possui um diferencial de preço que, em muitos casos, favorece o agricultor, podendo fazer com que este também reduzisse sua intensidade de trabalho. No entanto, no âmbito dos mercados convencionais, outros fatores externos, para além do ganho econômico, influenciam na organização do trabalho, como a demanda por grandes volumes de produção, sua regularidade de entregas, o padrão de qualidade estabelecido desde fora e a reduzida capacidade de negociação e intervenção dos agricultores, e acabam por fazer com que a dinâmica de organização interna da propriedade esteja muito mais sujeita às determinações exteriores à unidade de produção do que à sua própria dinâmica interna.

Portanto, o contexto que tem possibilitado uma potencialização da racionalidade socioeconômica camponesa, no sentido do balanço trabalho/consumo familiar, está relacionado à articulação entre diversos aspectos, que vão desde as técnicas de produção, passando pela valorização do autoconsumo, pelo fortalecimento da organização comunitária, mas, fundamentalmente, pela construção de mecanismos de mercado que se adequem e abram espaços para que esta lógica possa se expressar.

Um segundo aspecto relaciona-se à demanda de mão de obra. Este é um fator de grande controvérsia e discussão dentro das famílias de agricultores ecologistas. Em uma avaliação ampla da situação atual em relação a anterior à agroecologia, os agricultores se dizem satisfeitos com o ritmo de trabalho, conforme os depoimentos anteriores demonstram, principalmente pelo aspecto de terem autonomia sobre quando e como trabalhar, mas também pela possibilidade de trabalhar em áreas menores mantendo bons ganhos. Porém, na minúcia do dia a dia são frequentes os relatos que falam da maior demanda de mão de obra que as práticas agroecológicas requerem no manejo da propriedade. Da mesma forma, em relação ao volume de atividades relacionadas aos processos de organização e de comercialização.

Há um ponto de 'tensão' na própria avaliação feita pelos agricultores, entre as virtudes da liberdade e da autonomia e as dificuldades geradas pela penosidade do trabalho na agroecologia. As observações de campo, bem como os depoimentos colhidos e, obviamente, a própria manutenção das famílias na atividade mostram que este balanço é favorável a uma melhora de qualidade de vida após iniciar o trabalho com a agroecologia. No entanto, não é de se perder de vista em relação aos limites da proposta a restrição representada pelo aumento na penosidade do trabalho, bem como no volume geral de atividades em que as famílias se envolvem. Se, por um lado, esse maior envolvimento tem levado a uma maior capacidade de intervenção na sociedade e um resgate de autoestima das famílias, por outro há sinais que demonstram um certo 'cansaço' e esgotamento das famílias no que se refere a esta realidade. A fala da representante das cooperativas de consumidores retrata esta realidade, quando fala de muitas famílias que têm optado por reduzir seus ganhos, mas priorizar feiras locais e entregas às cooperativas de consumidores, mesmo que estes demandem volumes menores, para evitar maiores deslocamentos para feiras maiores e o desgaste que isso representa.

E agricultores daqui especialmente, muitos já estão cansados de ir a Porto Alegre [feiras] né? Muito, muito cansados. Então alguns fizeram a opção da feira de Torres, especificamente e da entrega nas cooperativas. Acho que os volumes não são muito grandes, porque a cooperativa não vende muito, mas poderia vender mais se tivesse mais diversidade, mais regularidade, mas aí não compensa trazer do interior, é um espiral né? Sempre cai naquilo de uma coisa puxando a outra. Eu acho que é uma excelente alternativa. Se você pegar, o mercado institucional, a feira de Torres, mais as cooperativas, a família, por exemplo do J. e da N., não vai mais pra Porto Alegre, eles optaram, o T. e a L. também não, chegam até a mandar algum produto, mas não vão. (Representante de cooperativa de consumidores.

Núcleo Litoral Solidário. Pesquisa de campo).

Esse parece ser um aspecto importante de ser enfrentado no pensar da capacidade de expansão da proposta e, principalmente, na construção de políticas públicas. Particularmente este último aspecto possui influência marcante nesta realidade. Em muitos casos, o aumento na penosidade do trabalho no manejo das propriedades encontra-se relacionado à ausência de investimento em pesquisa em técnicas e equipamentos e insumos adequados a este tipo de manejo, levando a uma maior demanda de atividades braçais para realizar o manejo das culturas. Por outro lado, nas feiras e espaços de comercialização alternativos, conforme já analisado no item 5.4, há uma deficiência de estrutura e logística que leva a um maior desgaste físico das famílias, que poderiam ser amenizados com o direcionamento e a adequação de políticas públicas neste sentido. Por fim, nos processos organizativos e de formação, há uma sobrecarga de técnicos e lideranças que, se por um lado, muitas vezes tendem à centralização em seu fazer e agir, por outro, assim o fazem por haver uma clara fragilidade nas organizações de assessoria e de agricultores, no sentido de conseguir compor equipes de assessoria que respondam a todas as demandas que o desenvolvimento da agroecologia em sua totalidade exige, havendo pouquíssimas opções de financiamento público da ação dessas organizações.

No entanto, a presença dessa realidade não tem sido motivo para o abandono da atividade, nem muito menos a descrença em seu potencial. Conforme abordado anteriormente, a perspectiva de geração de maiores espaços de autonomia é determinante no sucesso e na aceitação da proposta da agroecologia como um todo e, particularmente, da estratégia de mercados em construção, por parte dos agricultores e marca um diferencial fundamental em relação às formas anteriores de comercialização. Quando questionados diretamente sobre a comparação entre as formas de comercialização anteriores e posteriores ao trabalho com agroecologia, os agricultores em geral respondem de forma positiva em relação aos novos mecanismos de mercado constituídos.

Apesar de reproduzir em grande parte as análises realizadas até o momento sobre a adequação dos mecanismos alternativos de comercialização à racionalidade socioeconômica da agricultura familiar e camponesa, consideram-se relevantes os resultados da questão apresentada à seguir por resultarem de análises feitas

individualmente pelas famílias, ausentes da influência do grupo. Como se vê no Gráfico 30, os dados dos questionários não somente corroboram, mas legitimam a perspectiva construída por meio dos depoimentos tomados junto aos grupos focais e gestores de comercialização.

Para as famílias, de uma forma geral, a estratégia de construção social de mercados propiciada pelo trabalho com a agroecologia revela que sua capacidade de diálogo e intervenção no mercado foi ampliada, da mesma forma que a liberdade para gerir seus processos produtivos. Nesta questão, foram apresentados diversos aspectos relacionados ao processo de comercialização e demandado às famílias que atribuísem uma escala de 0 a 3 para cada aspecto, na comparação entre o processo de comercialização prévio e posterior ao trabalho com a agroecologia. Os aspectos apresentados foram:

- A - Aumentou a diversidade de produtos plantados e comercializados
- B - Melhorou sua capacidade de negociação na hora da comercialização
- C - Tem mais autonomia para decidir onde vender seus produtos
- D - Tem mais dificuldade para comercializar seus produtos
- E - Tem mais liberdade para decidir o que plantar e vender
- F - Tem mais possibilidades de comercializar seu produto

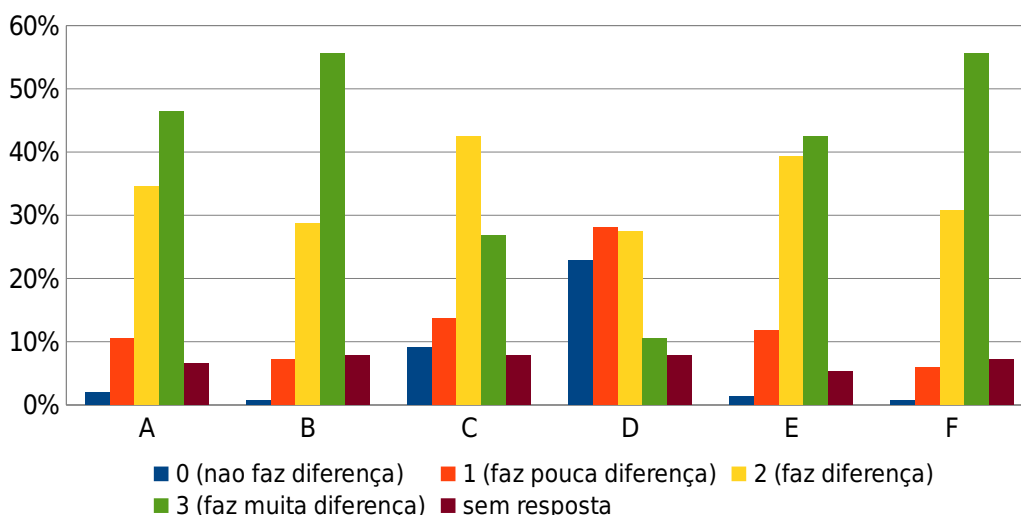


GRÁFICO 30 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS EM ESCALA NA COMPARAÇÃO ENTRE A COMERCIALIZAÇÃO ANTES E DEPOIS DA AGROECOLOGIA (TOTAL)
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Outro critério considerado como relevante para as famílias no sentido de garantir maior estabilidade na condução da atividade econômica e, portanto, de conquista de maiores espaços de autonomia, está ligado à frequência de pagamentos recebidos pelas famílias. De forma geral, as famílias trabalhavam com

uma ou duas culturas antes de fazer a transição para agroecologia. Assim, a entrada de recursos se dava concentrada uma ou duas vezes ao ano. O perfil dos mecanismos alternativos de mercado construídos abre a perspectiva para o recebimento de pagamentos com maior regularidade e frequência, em geral, semanal ou mensalmente.

Essa condição tem possibilitado uma maior estabilidade às famílias que, mesmo recebendo em pequenas quantidades, possuem uma disponibilidade regular de recursos o que, por um lado, acaba fortalecendo sua capacidade de negociação nos mercados e, por outro, fortalece sua autonomia na gestão da propriedade e organização do trabalho familiar. Há uma condição mais estável para se estabelecer o equilíbrio entre o esforço dedicado ao trabalho e o atendimento às necessidades de consumo da família, facilitando o cálculo e a avaliação de ganhos e demanda de trabalho. No Gráfico 31 podem ser observadas as diferenças na frequência de recebimento de pagamentos com a comercialização antes e depois da agroecologia.

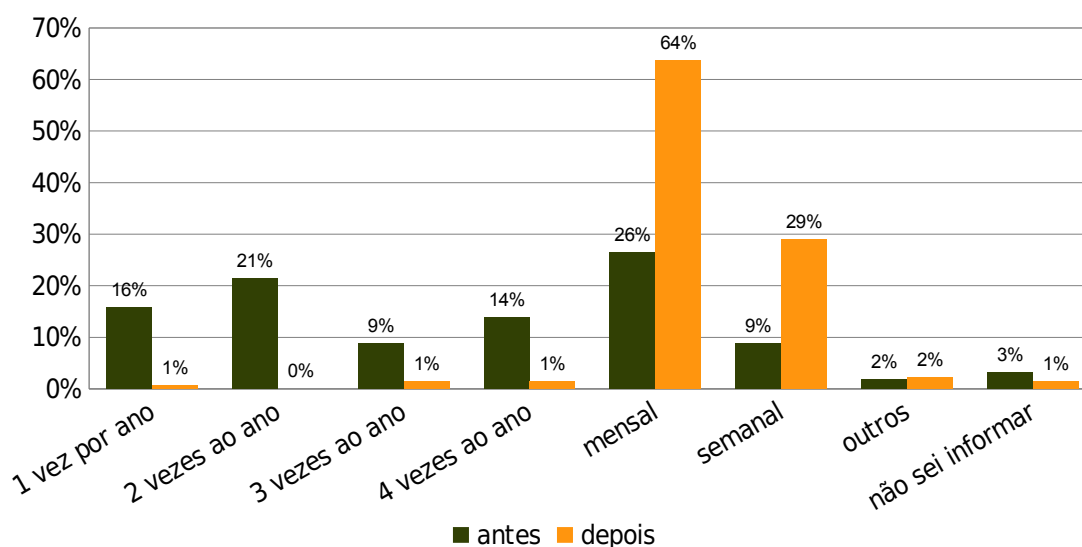


GRÁFICO 31 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS EM RELAÇÃO À FREQUÊNCIA DE PAGAMENTOS RECEBIDOS ANTES E DEPOIS DA COMERCIALIZAÇÃO NA AGROECOLOGIA (TOTAL)
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Por fim, procura-se concluir esta análise destacando o perfil da racionalidade socioeconômica que orienta a ação dos agricultores, distinta daquela da empresa agrícola, particularmente no que se refere à sua concepção de lucro em relação à sua atividade produtiva. A preocupação ao trazer este debate para dentro da análise realizada remete, mais uma vez, a adequação dos mecanismos de mercados dos

quais os agricultores participam à sua lógica de organização e funcionamento. Conforme destacado por Chayanov (1974), a unidade familiar de produção não responde da mesma forma aos fatores técnicos, produtivos e em torno do trabalho em sua ação econômica do que a empresa capitalista, estando a unidade familiar orientada por princípios de organização e funcionamento que fogem à lógica de maximização do capital e do lucro. Assim, conforme tratado no item 5.5, os parâmetros, as práticas e finalidades da empresa capitalista não se adequam à realidade social e econômica da agricultura familiar e camponesa. O discernimento entre estas lógicas tem particular relevância no âmbito das relações de mercado, em que a ação econômica se efetiva e que possui influência determinante sobre as atividades à jusante da comercialização.

Ao tratar junto às famílias agricultoras de sua concepção de lucro e ganhos em relação à sua atividade produtiva, as famílias tendem de uma forma geral a valorizar elementos da qualidade de vida familiar, aspectos vinculados à saúde da família, a questões ambientais, de convívio social e familiar e, principalmente, da liberdade e autonomia em decidir seu futuro e forma de trabalhar. A perspectiva do lucro como fator econômico, da possibilidade de maximizar ganhos e aumentar a rentabilidade do negócio, situa-se em um segundo plano ou pouco aparece.

Ou seja, a perspectiva de lucro ou de ganho para as famílias se desenha a partir de seu enraizamento nas dimensões sociais, culturais e ambientais, que compõem a unidade de produção familiar, e na possibilidade de poder garantir a reprodução social e econômica de tal unidade. Na extensa maioria dos relatos há a compreensão de que o lucro está diretamente vinculado à melhoria da qualidade de vida da família, portanto, do atendimento de suas necessidades de consumo. Há de se destacar, conforme Wanderley (2009), que essas demandas não são as mesmas hoje que há 50 ou 100 anos e que a influência da sociedade de consumo e do acesso a bens materiais muda o patamar e a qualidade das necessidades familiares.

É nesse sentido que se apresentam as falas dos agricultores das organizações pesquisadas. Na Apemsul (Núcleo Litoral Solidário. Pesquisa de campo), um dos agricultores afirma que “lucro é trabalhar, a primeira coisa é ter saúde, alimentação boa, outra coisa, como é que tu vai comê um alimento aí que tu bota veneno? No grupo Rio Bonito essa perspectiva é fortalecida, a visão do lucro como garantia de qualidade de vida, conforme a fala dos agricultores do grupo:

Não depende do lucro, depende é a saúde. Nem tudo na ecologia transforma-se em lucro. Eu acho que na realidade, comparando o grupo da ecologia com o convencional, pra mim tá melhor agora, menos gasto, menos investimento. Eu vou te falar uma coisa, a banana que a gente corta, diminui a produção, diminui a qualidade. Eu tinha um bananal arrendado, um pouco era meu, outro não, era muita produção, e não adiantava! Eu conto pro pessoal que eu cortei, num mês, uma carga e meia, 18 tonelada no mês [...]. Trabalhava toda família, as vezes não dava conta, arrumava peãozinho prum lado e pro outro, eu tirei 18 tonelada de banana num mês, só que chegô o fim do mês, não me sobrou nada. [...] Hoje eu cuido da minha casa, não arrendei tanto, tem quase quatro hectare que é só meu [...] e em dois hectare eu tiro mais dinheiro do que eu tirava quando eu tinha treze, quatorze hectare arrendado[...] O lucro pra mim é tu tê uma vida boa, não tê problema financeiro, pode conservar um carrinho, uma moto, comer bem, fortuna não tem! Hoje em dia ninguém consegue fazê fortuna na roça. Agora vida boa a gente tem aqui! Barriga cheia, dinheirinho no bolso, um carrinho bom pra sair. (Rio Bonito. Núcleo Litoral Solidário. Pesquisa de campo).

Da mesma forma, observa-se em relação aos aspectos ambientais, que de fato há uma associação bastante estreita, estabelecida pelas famílias entre saúde e preservação ambiental, como sendo o principal fator de 'lucro' das famílias, conforme destacam os agricultores da Ecoterra:

A gente gosta do dinheiro. Mas a gente não tá tão amarrado, a gente consegue fazer outras coisas, o meio ambiente, por exemplo, lenha, a terra com veneno. Mas tem muita gente que o que faz pra ganhar dinheiro! O que eles fazem de vista fechada! Parece que amanhã pra mim não é problema [...]. A gente consegue tentá não estragá uma água, por exemplo. [...] A gente não quer nem a mais nem a menos, dentro do valor do produto. O custo mais alguma coisa.[...] Minha propriedade, tu não tá desvalorizando, tu não tá tirando, acabando com as coisa, destruindo isso, a saúde. Preservar é um lucro, muita gente não conta isso, e a maioria dos agricultores tá destruindo o terreno ou tá devastando, e eles não percebem. (Ecoterra. Núcleo Alto Uruguai. Pesquisa de campo).

Igualmente pode ser observada esta abordagem no que se refere ao comportamento das famílias em relação aos investimentos realizados com os recursos obtidos por meio da comercialização. Na grande maioria dos casos, o uso dos recursos esteve destinado a repor as condições do próprio processo de produção ou na qualidade de vida da família, por exemplo, na melhoria das moradias. Ou seja, esta orientação reforça o caráter marcadamente centrado na busca por situações voltadas à garantia da reprodução social das famílias, conforme pode ser observado no Gráfico 32 e na Tabela 23. Os números totais diferem do número total de famílias pesquisadas, pois havia a possibilidade de indicar mais de uma resposta.

Nesse sentido, a experiência acumulada pelas organizações que integram a

Rede Ecovida aponta para possibilidades diferenciadas de construção e acesso a mercados. A esfera do vínculo mercantil, historicamente subjugadora e excludora dos agricultores familiares e camponeses, passa a tomar uma dimensão emancipadora e geradora de maiores espaços de autonomia. Ressalva-se, no entanto, que este não pode ser visto com um processo 'puro' ou ausente de contradições. Essa realidade se vê entremeada por influências marcantes de cunho mercantil capitalista e se realiza em espaços onde essa lógica se faz hegemônica e, portanto, apresenta constantemente pontos de tensão a este processo em construção.

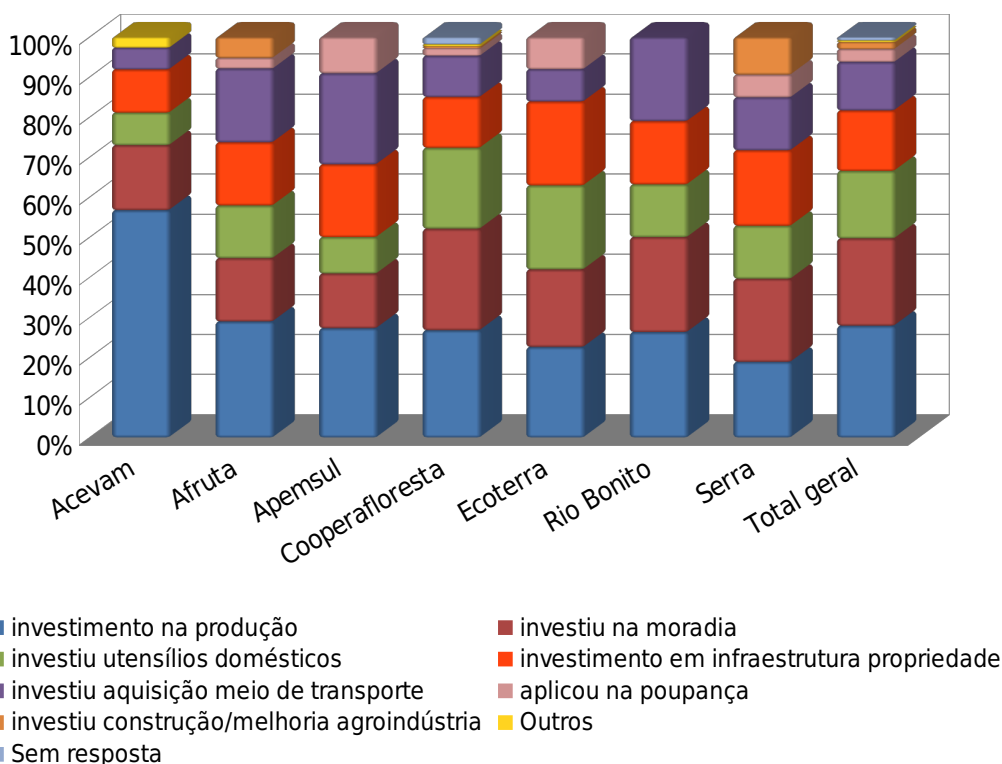


GRÁFICO 32 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS POR CATEGORIA DE DESTINO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A COMERCIALIZAÇÃO NA AGROECOLOGIA (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)
 FONTE: Pesquisa de campo (2011).

TABELA 23 – DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA DOS ESTABELECIMENTOS POR CATEGORIA DE DESTINO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A COMERCIALIZAÇÃO NA AGROECOLOGIA (POR ORGANIZAÇÃO E TOTAL)

Grupo/ Associação	investimento na produção	investiu na moradia	investiu utensílios domésticos	investimento em infraestrutura propriedade	investiu aquisição meio de transporte	aplicou na poupança	investiu construção/ melhoria agroindústria	outros	sem resposta	Total geral
Acevam	21	6	3	4	2	0	0	1	0	37
Afruta	11	6	5	6	7	1	2	0	0	38
Apemsul	6	3	2	4	5	2	0	0	0	22
Cooperafloresta	57	54	43	27	22	4	1	1	4	213
Ecoterra	14	12	13	13	5	5	0	0	0	62
Rio Bonito	10	9	5	6	8	0	0	0	0	38
Serra	10	11	7	10	7	3	5	0	0	53
Total geral	129	101	78	70	56	15	8	2	4	463

FONTE: Pesquisa de campo (2011).

Conforme já abordado, o próprio mercado institucional, considerado dentro de uma perspectiva de mecanismos alternativos de mercado, pode assumir um caráter de cunho mercantil e empresarial, desvinculando-se de outras esferas geradoras de espaços de autonomia, como o restabelecimento das relações de solidariedade e reciprocidade entre agricultores e entre estes e os beneficiários dos programas governamentais, dos processos de organização social, da articulação entre produção e garantia do autoconsumo, da manutenção e aperfeiçoamento das técnicas de manejo das áreas, do resgate e valorização da cultura alimentar regional, enfim, das várias dimensões que, articuladas, configuram uma realidade de maior autonomia e de uma condição mais estável de garantia da reprodução social da agricultura familiar e camponesa.

Da mesma forma, há uma pressão constante por uma maior adesão aos mecanismos convencionais de comercialização, no momento fortes demandadores de produtos. Internamente aos mecanismos alternativos em construção, também podem ser verificados pontos de tensão, notadamente em relação à política de preços praticados. Não há, apesar de os princípios da Rede Ecovida destacarem este aspecto, um consenso entre uma perspectiva de prática de preços acessíveis e ampliação do acesso e a busca pela diferenciação do preço como oportunidade de mercado, ou mesmo como forma de valorização do 'esforço' empreendido pelos agricultores ou de recompensa ambiental pelo perfil da produção.

Ainda pode-se destacar a controvérsia dada pela melhor estruturação e organização dos mecanismos alternativos de mercado. Ao melhorarem a qualidade

dos produtos apresentados, fortalecerem a articulação e organização entre as famílias de forma a organizar e ampliar a oferta de produtos, ao se estabelecerem mecanismos em rede para qualificação do abastecimento, tal qual o Circuito Sul de comercialização, os agricultores se veem mais preparados também para acessar os mercados convencionais. Assim, dá-se o contrassenso de que à medida que os próprios mecanismos alternativos vão se fortalecendo, os agricultores encontram-se em uma melhor condição para o acesso aos mercados convencionais, em termos técnicos, de gestão e logística, ampliando a pressão destes pelo seu fornecimento e a tensão entre a manutenção dos mecanismos alternativos ou uma maior adesão aos canais hegemonicamente estabelecidos.

No entanto, tanto os depoimentos de agricultores quanto de gestores, bem como os dados coletados por meio dos questionários, tomados individualmente, apresentam traços marcantes de uma efetiva abertura de espaços de autonomia no âmbito das organizações e famílias em estudo, mediante sua estratégia geral de construção social dos mercados, notadamente no âmbito dos mecanismos alternativos de mercado em construção. **Considera-se que o elemento central que possibilita esta abertura é a busca permanente pelo desenho de mecanismos de mercado que favoreçam o resgate e desenvolvimento da racionalidade socioeconômica camponesa, adequando mecanismos de gestão, formas de organização e funcionamento, logística, técnicas de produção à lógica de organização e funcionamento da agricultura familiar e camponesa.**

E esse é um dos sentidos que, retomando a ideia central do conceito de construção social de mercados, podem-se atribuir ao enraizamento social das estratégias de mercado construídas. Ou seja, **sua dinâmica de organização e funcionamento responde e busca se adaptar às dinâmicas sociais, culturais, ambientais e econômicas que caracterizam o pensar e fazer da agricultura familiar e camponesa. Nesse sentido, a partir do momento em que os agricultores passam a participar diretamente da construção de mecanismos de mercado, estes passam a estar 'enraizados' em sua racionalidade socioeconômica. Ou seja, os mercados passam a se estruturar, também, sob a marcante influência das formas de organização e funcionamento social, cultural, ambiental e econômica da agricultura familiar e camponesa, bem como de sua subjetividade, levando a estes novos mecanismos de mercado,**

em maior ou menor intensidade, seus valores e princípios, enfim, sua história socialmente construída.

É nesse sentido que se pode falar que a construção de mecanismos alternativos de mercados se articula com a perspectiva mais ampla da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional. Conforme foi possível compreender até o momento, a construção desses mecanismos abrange uma série de mudanças e inovações de caráter social, econômico, cultural e ambiental, ou seja, encontra-se inserida em uma perspectiva de promoção de sistemas agroalimentares que se oponham aos padrões hegemonicamente estabelecidos nas atividades agroalimentares na atualidade. Este aspecto busca-se aprofundar no item a seguir, como forma de articulação e conclusão da análise realizada até o momento.

6.2 A CONTRIBUIÇÃO DOS MECANISMOS ALTERNATIVOS DE MERCADO PARA CONSTITUIÇÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES ALTERNATIVOS A PARTIR DA AGROECOLOGIA

Uma das vertentes mais relevantes da agroecologia afirma que a principal finalidade da estratégia agroecológica encontra-se centrada na busca pela promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional. Conforme apontado por Sevilla-Guzmán e Soler (2010), a soberania alimentar se realiza mediante a redefinição de sistemas agroalimentares com princípios agroecológicos. Ou seja, a práxis agroecológica se efetiva quando esta se encontra inserida em uma perspectiva ampla de contraposição e redefinição da atual forma de organização e funcionamento do sistema agroalimentar global. É nesse sentido que a construção social de mercados situa-se como elemento integrante da proposta agroecológica e estratégia central para o redesenho dos sistemas agroalimentares e sua busca pela sustentabilidade. Dessa forma, conforme assevera Gliessman (2009, p. 595):

Se a agricultura como um todo deve tornar-se verdadeiramente sustentável, todos os aspectos da produção, distribuição e consumo de alimentos precisam estar incluídos nesse quadro. Isto significa transformar os sistemas globais de produção, processamento e distribuição de alimentos, os quais se estendem a quase todos os aspectos da sociedade humana e do ambiente construído. Os sistemas alimentares são muito mais abrangentes do que a atividade agrícola, o que faz da sustentabilidade algo mais do que unidades de produção agrícola (Buttel, 1993; Faeth, 1993). É a

interação complexa entre todas as dimensões, ecológica, técnica, social e econômica, de nossos sistemas alimentares que determinará se estes podem ser sustentáveis a longo prazo.

Considera-se de particular relevância, então, uma análise ampla sobre a forma como a construção de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida articula as várias dimensões de promoção da sustentabilidade, de maneira a propor um redesenho dos sistemas agroalimentares que visem à garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Assim, busca-se apresentar aqui alguns elementos desta construção que podem ser compreendidos como avanços na estruturação de sistemas agroalimentares alternativos, bem como seus limites. Conforme a abordagem proposta por Schmitt (2011), os mercados cumprem importante papel na reorientação de fluxos econômicos, materiais e de energia dentro do sistema agroalimentar, assim como nos mecanismos de apropriação e redistribuição de riquezas em seu âmbito.

Nesse sentido, a abordagem dos mercados realizada no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia tem possibilitado atingir os objetivos da soberania e segurança alimentar e nutricional, uma vez que parte do princípio básico da produção centrada no fortalecimento da agricultura familiar e camponesa e, dentro desta perspectiva, na estruturação de sistemas de produção ambientalmente adequados, conforme propõem as abordagens da Via Campesina (2009) e Consea (2004), como organizações e espaços políticos que propugnam estes conceitos. No entanto, conforme exposto por Gliessman (2009), o estabelecimento de sistemas de produção ambientalmente sustentáveis não pode estar restrito em sua própria função, havendo a necessidade de reformular os mecanismos por meio dos quais estes alimentos são beneficiados, comercializado e consumidos.

Ao centrar sua estratégia de construção de mecanismos de mercados no resgate e reconstrução da autonomia da agricultura familiar e camponesa, bem como na adequação à sua racionalidade socioeconômica, as organizações da Rede Ecovida buscam extrapolar sua ação prática e proposta política para o âmbito mais amplo dos sistemas agroalimentares como um todo. Procura-se estender a influência de sua concepção de sustentabilidade e equidade social para espaços além da realidade rural, por meio da proposição e realização de mecanismos alternativos de mercado, que se propõe a fortalecer as dimensões sociais, culturais

e ambientais em relação à primazia da esfera econômica e mercantil, característica do perfil do atual sistema agroalimentar hegemônico.

Assim um dos gestores dos processos de comercialização da Rede, vinculado ao Núcleo Planalto Norte, reivindica que a agroecologia, em sua concepção, é o 'único' caminho para a 'salvação' da agricultura. Esse agricultor-gestor enfatiza que a produção sustentável e baseada na agricultura familiar e camponesa deve também estar pautada por outras formas de comercialização e organização do sistema agroalimentar. A fala destaca a importância de se estabelecerem resistências e alternativas ao modelo hegemônico dentro dos princípios propostos pela agroecologia e pela Rede Ecovida, de forma a não reproduzir as situações as quais se propõem combater.

Não é alternativa, é a salvação! A agroecologia é a salvação da fome no mundo. Hoje você consegue produzir ecológico bem mais que o convencional, por que o convencional você vai produzir um hectare de cenoura, claro, vai produzir uma infinidade, muito mais que o orgânico. Mas é um que produz, essa cenoura sai e até chegar no Ceasa, até voltar, não sei, ele perde mais de cinquenta por cento do produto, que estraga, que perde, que fica na lavoura. E os pequeno não, você começa a alimentar o próximo, o local, depois vai para os outros mercados, e vai indo. [...] O mercado local tem que ter como segurança, ele que dá a renda melhor, ali mais próximo, não tem tanta perda mais. No mercado fora você já depende de mais condições ali, de logística, nesse sentido. O mercado fora se fortalece com grupos próximos lá. Que nem Curitiba, tem que estar ligado com os agricultores, os grupos lá, começar trocando com eles produto, não negociar com o atravessador, negociar com o produtor! Com cooperativa lá, com grupo lá, que daí ele negocia com o mercado lá. Que dai o produto chega com qualidade, chega no padrão. Mas a agricultura ecológica claro, é uma alternativa pro pequeno agricultor, é uma alternativa, mas dai vai daquela questão, tem que ter quatro coisa para isso funcionar [*produção, organização, formação e comercialização*]. [...] Isso faz parte da proposta da agroecologia, um dos princípio é esse, tem que ser esse, porque a agroecologia por si só produzir orgânico, vai virar uma capitalista, né? Como tem vários produtores grande. Lá em Colombo tem gente que vende pra vinte, trinta mil por mês, como agricultor orgânico, isso é um capitalista! Eu concordo que o agricultor ganhe bem também, mas dentro dessa proposta. (Gestor 9. Núcleo Planalto Norte. Pesquisa de campo).

Para Sevilla-Guzmán e Soler (2010), para se garantir a promoção da soberania alimentar é necessário, entre outros aspectos, que a alimentação seja enfocada como direito humano, que os recursos naturais sejam protegidos e que haja controle democrático dentro do sistema agroalimentar. Da mesma forma, a abordagem da SAN (Segurança alimentar e Nutricional) pressupõe o controle social e a participação popular para sua consecução (CONSEA, 2004; MARQUES, 2010). Assim, um dos aspectos em torno da construção de mecanismos de mercados

alternativos refere-se à sua condição de possibilitar espaços de diálogo e de participação e intervenção dos atores neles envolvidos em sua organização e funcionamento. Nesse sentido, algumas características desta construção no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia podem ser destacadas. Inicialmente, os mecanismos de mercados, bem como a estratégia geral de construção de mercados estruturada pelas organizações de agricultores ecologistas, têm possibilitado uma intervenção cada vez maior e mais qualificada dos agricultores nas relações de mercado.

Mais do que isso, a construção de mecanismos alternativos de mercado tem possibilitado a abertura de espaços de comercialização e formas de gestão e organização social, técnica e produtiva que correspondam, reconstruam e fortaleçam a racionalidade socioeconômica característica do campesinato, como forma diferente da capitalista e ambientalmente sustentável de organização da ação econômica. Igualmente, o estabelecimento de formas participativas de controle da qualidade orgânica, portanto de geração de credibilidade, estimula a participação dos agricultores, mas também dos consumidores, como agentes do processo de organização do sistema agroalimentar. O favorecimento do surgimento de sociabilidades no âmbito das relações de mercado também contribui para este controle social sobre os processos de produção, beneficiamento e comercialização dos alimentos.

De fato, a aproximação agricultor-consumidor promovida pelos mecanismos alternativos de mercado estruturados pelas organizações da Rede Ecovida favorece a mediação e transparência nos processos, bem como a circulação e troca de informações. Estabelecem-se, assim, procedimentos socialmente negociados, por exemplo, na definição de padrões e qualidade do produto. De forma geral, há um consenso entre as famílias pesquisadas de que o nível de exigência em relação à qualidade dos produtos têm se elevado, por parte dos consumidores. Da mesma maneira, agricultores têm aperfeiçoado suas técnicas de produção e processamento de forma a atender a esta demanda, bem como as exigências sanitárias legais. Porém, o que se destaca neste processo é a demonstração frequente por parte de agricultores e gestores, da mediação realizada entre agricultores e consumidores em relação ao padrão do produto.

Ou seja, ao mesmo tempo em que as famílias buscam se adequar às

demandas e aprimorar seus métodos de produção, elas destacam a condição de diálogo junto aos consumidores, no sentido de argumentar os 'porquês' de um ou outro produto apresentar tais características ou se encontrarem em determinada condição. Da mesma forma, no que tange à disponibilidade de produtos no decorrer do ano, aos problemas de ordem climática ou de sanidade dos cultivos. Há uma ênfase destacada por parte das famílias, em sua condição de intervir e negociar estes padrões junto ao seu público consumidor.

O mesmo pode ser afirmado em relação à circulação de informação sobre o perfil e a origem dos produtos. Há uma 'rastreadabilidade' socialmente construída no âmbito destes mecanismos de mercado: e mais que a técnica ou o controle físico da origem do produto, o diálogo e a transparência no processo de produção e consumo viabilizam esta rastreabilidade. Produtos identificados com os nomes das famílias produtoras, o controle social possibilitado pela comercialização coletiva, bem como a abertura das unidades de produção a visitas de consumidores, estabelece formas de controle social sobre a origem dos produtos.

Da mesma forma, no que tange ao controle e à participação social no âmbito desse sistema agroalimentar, verifica-se um elevado grau de transparência na geração e circulação de informações. Ao se estruturarem basicamente a partir de formas de organização social, os mecanismos de mercados construídos pelos grupos e associações definem espaços de comercialização, volumes de produção, formas de gestão e formação de preços – apesar das dificuldades e contradições particulares a este caso – de maneira coletiva e socialmente acordada entre os integrantes das organizações. É evidente que esses processos são mediados por relações e disputas de poder, bem como são frequentemente pressionados pela necessidade de maior eficiência e agilidade na tomada de decisões. No entanto, sua estrutura e forma de organização objetiva a busca permanente da transparência e circulação de informações entre seus membros.

Destaque-se, ainda, que os processos de comercialização conduzidos pelas organizações da Rede Ecovida têm possibilitado o (re)surgimento de dinâmicas de solidariedade e reciprocidade no âmbito das famílias que as integram. Pode-se afirmar o mesmo da relação junto aos consumidores. A expressão das famílias no que se refere à sua relação com os consumidores manifesta um processo de aproximação, troca e intercâmbio social e material entre agricultores e consumidores

que reconfiguram as relações de mercado, apontando indicativos de como, neste âmbito, pode-se pensar a reconstrução dos sistemas agroalimentares.

Em termos ambientais, a condição da produção ecológica está orientada pela adaptação dos sistemas de produção à dinâmica de funcionamento dos ecossistemas locais, respeitando os processos ecológicos e buscando integrar culturas e estas com as criações, bem como reduzir a dependência de insumos externos às unidades de produção. É grande a diversidade de situações nesse âmbito, havendo desenhos produtivos, tais como os sistemas agroflorestais sucessionais desenvolvidos pelos agricultores da Cooperafloresta, altamente diversificados e orientados pela reprodução da dinâmica sucessional dos ecossistemas locais. Por outro lado, a pesquisa de campo também permitiu observar sistemas de produção simplificados e ainda dependentes de insumos orgânicos importados de fora das unidades.

No entanto, são marcantes as diferenças em termos de diversificação da produção e da própria eliminação de insumos químicos em relação aos sistemas de produção anteriormente desenvolvidos, bem como em relação às famílias vizinhas dos agricultores ecologistas, que praticam agricultura convencional. São frequentes os relatos de redução de produtividade por cultura, quando comparados os sistemas ecológicos com os convencionais. Porém, também são destacados os aumentos de produtividade por unidade de área, ao englobar toda a diversidade de culturas trabalhadas pelas famílias. Não sem motivo, na grande maioria dos casos, o trabalho com a agroecologia levou à elevação dos níveis de renda e à redução da área produtiva, ou seja, há ganhos maiores por unidade de área. A explicação para tal fato pode ser dada pelo aumento no valor agregado aos produtos, ao criar seus próprios processos de comercialização. Não obstante, tanto quanto ou mais relevante que este aspecto, pesa neste aumento de ganho por unidade de área, o aumento de produtividade possibilitado pela diversificação de culturas, bem como pelo maior e melhor aproveitamento das áreas no decorrer do ano, proporcionado também pelo aumento da diversidade de cultivos manejados.

Ainda no âmbito das questões ambientais, deve-se destacar a centralidade dos mecanismos de mercado construídos para atender aos mercados locais e aos agrupamentos urbanos mais próximos das organizações em questão. Esta realidade é variável, havendo organizações que realizam feiras em seus próprios municípios,

outras em que as oportunidades surgidas levam a percorrer maiores distâncias até centros urbanos maiores, como é o caso de Porto Alegre e Curitiba. No entanto, mesmo no caso das organizações que se voltam a estes centros, há uma perspectiva de que outros mecanismos atendam aos mercados mais próximos, tais como os pontos fixos, entregas domiciliares, cooperativas de consumidores, articulação com o pequeno varejo e até mesmo o mercado institucional. Dessa forma, reduzem-se deslocamentos e os gastos energéticos para viabilizar a logística da comercialização.

Pesa desfavoravelmente nesta balança, o aspecto já mencionado em seções anteriores, da dispersão da produção ecológica, pois em muitos casos poucas famílias de uma mesma comunidade aderem a proposta e os veículos necessitam realizar deslocamentos maiores entre famílias, de forma a possibilitar a participação de todas nos processos de comercialização. Destaque deve ser feito à situação do Circuito Sul, onde há a circulação de produtos entre regiões e Estados, gerando maiores deslocamentos dos produtos. Uma análise mais aprofundada desse caso específico mereceria ser feita, o que não foi possível na pesquisa realizada para esta tese. No entanto, considera-se que alguns aspectos podem ser levantados em relação a esta situação, a partir das entrevistas realizadas e das observações em viagens feitas em algumas rotas, bem como a participação em reuniões do Circuito.

Apesar das distâncias percorridas dentro das rotas do Circuito Sul, seu foco está centrado no fortalecimento dos mecanismos de mercado estabelecidos localmente, de forma a possibilitar maior diversidade e regularidade de oferta de produtos. Por outro lado, essa circulação de produtos tem evitado a busca por escoar parte da produção acessando canais de mercado convencionais, os quais demandariam os mesmos ou maiores deslocamentos da produção. Cabe ainda a reflexão sobre o que se compreende por comercialização local ou regional, ao levar em consideração que as rotas mais distantes percorrem cerca de 600 km, pode-se considerar que esta circulação, apesar de distante, é muito menor do que o padrão observado nos espaços hegemonicamente estabelecidos. Não só pelo deslocamento direto do produto final até o ponto de venda, mas pelos deslocamentos realizados pelos produtos e insumos durante sua produção e(ou) beneficiamento. Deve-se levar em conta, no caso dos produtos que circulam no Circuito Sul, que grande parte dos deslocamentos de insumos necessários, por

exemplo, à produção convencional, bem como de insumos para produção de alimentos industrializados, não compõe o volume total de deslocamentos realizados. No entanto, a presença do Circuito, por outro lado, exemplifica a dificuldade estrutural em termos de abastecimento devido à dispersão da produção ecológica.

Considera-se, porém, que o debate em torno do fortalecimento dos mercados locais e dos circuitos ou canais curtos de comercialização necessita ser ampliado, em termos das várias dimensões necessárias ao cumprimento dos objetivos da soberania e segurança alimentar e nutricional. Inicialmente, cabe apresentar a observação feita por Soler (2009), de que o fortalecimento dos mercados locais não necessariamente significa o fortalecimento de processos sustentáveis de produção e consumo ou a garantia da soberania e segurança alimentar, uma vez que esses mercados locais podem ser e já estão sendo ocupados, por exemplo, pelas grandes redes supermercadistas. É comum na Europa e cada vez mais no Brasil, a abertura de lojas de pequeno porte, localizadas em bairros e centradas no atendimento às demandas locais, porém, mantendo a estrutura que caracteriza o sistema agroalimentar hegemônico.

Portanto, mais do que se falar em proximidade do consumidor, é necessário se falar na proximidade entre agricultores/produtores e consumidores. Surge a perspectiva dos canais ou circuitos curtos de comercialização, pautada não somente pela perspectiva da comercialização local, mas que se preocupa também com as distâncias percorridas pelos produtos até chegarem aos consumidores. Propõe-se a partir da ideia de canais curtos, a máxima redução de deslocamentos entre produção e consumo, a fim de reduzir gastos energéticos e fortalecer a sustentabilidade dos processos, simbolizadas pelo 'comer localmente'. Compartilha-se aqui, no entanto, uma ideia mais ampla de circuitos curtos, em que para além da proximidade geográfica, pesam no 'encurtamento' das relações entre produção e consumo, aspectos vinculados à democratização do acesso aos alimentos e da aproximação social e cultural entre os agentes envolvidos (MEIRELLES, 2004; SOLER; CALLE, 2010).

É nesse sentido que se considera – a partir da perspectiva de construção de mecanismos alternativos de mercado desenvolvida no âmbito da Rede Ecovida – falar em '**Circuitos de Proximidade**'. Em outros termos, a ideia da proximidade necessária ao redesenho dos sistemas agroalimentares não se restringe à dimensão

espacial ou geográfica. Trata-se de construir espaços e relações de mercado que **priorizem a proximidade espacial, mas que articulados a esta proximidade possibilitem a informação interpessoal, gerem e fortaleçam sociabilidades, bem como as relações de solidariedade e reciprocidade entre os atores envolvidos. Os Circuitos de Proximidade estão orientados pela busca fundamental da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, para o qual considera-se que, atrelada a uma busca permanente pela aproximação geográfica entre produção e consumo, encontra-se a busca pela proximidade social entre seus integrantes e a adequação cultural e ambiental à sua realidade e história de vida. A construção de Circuitos de Proximidade visa à geração de processos autônomos e socialmente enraizados de produção, beneficiamento e circulação de alimentos, que se orientem pela construção coletiva de processos de emancipação social no âmbito dos sistemas agroalimentares, baseados na solidariedade, transparência, horizontalidade e confiança.**

A articulação entre as diferentes dimensões presentes na concepção dos 'Circuitos de Proximidade' pode se dar com maior ou menor intensidade de acordo com a realidade social, cultural, econômica e ambiental de cada região. Ou seja, é possível se pensar em Circuitos de Proximidade nos quais a distância espacial não corresponda à dimensão do 'local', mas que se encontram estruturados a partir de um forte enraizamento social e cultural em torno dos atores envolvidos nos processos de produção, beneficiamento e consumo de alimentos. É nesta perspectiva que se compreende o papel cumprido pelo Circuito Sul de comercialização de alimentos ecológicos. Mesmo percorrendo distâncias regionais e estaduais, as relações que se dão no âmbito desse circuito se orientam e fortalecem a perspectiva construída a partir dos mecanismos alternativos de mercados na Rede Ecovida, justamente por estar estruturado com base no estabelecimento de relações em rede, entre atores que partilham dos mesmos princípios e que se propõem, nos termos de Ostrom (*apud* SABOURIN, 2009), a seguir as mesmas regras, coletivamente acordadas.

Outro aspecto a ser considerado quando da preocupação com a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional refere-se à perspectiva do abastecimento. Nesse sentido são grandes as dificuldades enfrentadas pelas

iniciativas em andamento. Uma comparação entre as formas convencionais de acesso a mercados, na perspectiva do nicho do mercado de orgânicos, com os mecanismos alternativos em questão, aponta para uma condição favorável destes últimos em relação à ampliação do acesso e, portanto, garantindo maiores e melhores condições de abastecimento. No entanto, ao se tratar da comercialização de alimentos como um todo, dentro do sistema agroalimentar hegemônico, a participação dessas iniciativas ainda é muito reduzida, significando, em muitos casos, um esforço e motivação particular das pessoas interessadas, para acessar o produto ecológico.

Essa realidade varia muito entre as realidades pesquisadas. Muito provavelmente a iniciativa da Afruta, de feiras pulverizadas e, neste caso, localizadas em um município de pequeno porte, tem facilitando o acesso, exigindo menos esforço por parte dos consumidores, para se adquirir os alimentos ecológicos. No entanto, em realidades de municípios de maior porte, com ofertas de feiras pontuais, torna desigual a relação entre a facilidade na aquisição de produtos convencionais, distribuídos por grandes superfícies comerciais, como as redes supermercadistas, e a 'busca' pelo produto ecológico em espaços, ainda, bastante confinados. Para a representante da cooperativa de consumidores e também técnica de uma das organizações de assessoria:

A opção pelo produto ecológico, a compra do produto ecológico, o acesso, é muito difícil, né? Então você chega lá no supermercado, tá tudo ali, o tempo todo. Tem dia que tem promoção de batata a trinta e nove centavos, eu pago três o quilo da batata na Coopet, três e pouco.[...] Então esse grande shopping center onde a gente vive hoje, onde tudo é fácil. E a vida que as pessoas tem construído pra si, é uma vida muito corrida, grana apertada...Então sair desse mundo é muito difícil, é muito dolorido você consumir produto ecológico, produto orgânico. E eu to falando dum lugar onde tem uma feira sábado de manhã e uma cooperativa durante a semana toda [...] e aí é que eu acho que mora um dos limites. Você pode até convencer alguém, ali no início, pessoa vai duas, três vezes, na terceira ela não encontra batata e 'eu gosto de comer batata todo dia'. [...] Então incorporar a coisa do consumo do produto ecológico, ela também prevê outras opções na vida, de você não consumir tudo o que você quer.... (Representante de cooperativa de consumidores. Núcleo Litoral Solidário).

A perspectiva apresentada por essa fala retrata bem a dificuldade neste acesso, que compreende questões de maior oferta, de concorrência de preços e, principalmente, de mudança de perfil de vida por parte dos consumidores. A superação de muitos desses limites claramente fogem do alcance e das possibilidades das famílias em estudo, bem como da Rede Ecovida em sua

totalidade. Trata-se de questões estruturais que têm a ver com o próprio modelo de desenvolvimento, para além, inclusive, da organização do sistema agroalimentar. Os relatos tomados a campo dão conta de observar mudanças neste comportamento no âmbito dos mecanismos alternativos identificados, podendo, portanto, ser vistos como espaços onde esta realidade é enfrentada e transformada. Mas esta leitura deve ser compreendida na perspectiva apresentada no início deste trabalho, de um olhar sobre as possibilidades que essas alternativas apresentam para o enfrentamento da realidade atual, ou seja, na perspectiva de uma 'sociologia das emergências', tal qual defendido por Santos (2007a).

Ainda no que se refere à questão do abastecimento e aos limites enfrentados pelas iniciativas em questão, destaca-se a leitura elaborada por Wilkinson (2009), em relação aos mercados das pequenas agroindústrias familiares. Para o autor, em uma leitura a partir de Granovetter, os mercados destas agroindústrias, centrados no âmbito local e a partir de redes de relações pessoais e familiares, evidenciam a perspectiva do enraizamento social apontada por aquele autor, favorecendo inclusive a desobrigação em relação ao atendimento de normas sanitárias e fiscais. No entanto, esse enraizamento também se configura como o próprio limite desses mercados, por se esgotarem no âmbito destas relações mais próximas, ou seja, “o mercado coincide com a rede social que exhibe fortes características de redundância no sentido de Granovetter. Os atores estão imersos em circuitos sociais que simplesmente replicam conhecimentos já existentes” (WILKINSON, 2008, p. 94).

A solução possível para essa situação poderia ser, conforme analisa Wilkinson, a promoção de formas de adaptação dos produtos e a capacitação dos agricultores para se adequarem aos padrões e às exigências dos mercados hegemonicamente estabelecidos. Porém, esta suposição, contraria a própria perspectiva do fortalecimento do enraizamento proposta pela NSE. A questão que se coloca, então, passa pela busca de meios para a estender a rede social de forma a possibilitar a construção de novos mercados (WILKINSON, 2008), ou seja, restabelecer a ideia da 'força dos laços fracos', apontada por Granovetter (2007), de forma a ampliar as relações pessoais estabelecidas, mesmo em que níveis de intensidade e proximidade menores (RAUD-MATTEDI, 2005b).

Considera-se que a realidade observada a campo mescla elementos destas duas condições. Por um lado, algumas organizações encontram-se restritas aos

circuitos de proximidade construídos, estabelecendo reduzidos vínculos sociais e econômicos para além das estratégias já estabelecidas. Em alguns casos observa-se uma certa 'acomodação' em torno das estratégias estabelecidas, reproduzindo a ideia de 'redundância' das relações estabelecidas na construção de mercados, notadamente naqueles grupos e associações mais antigos e com mercados mais estabelecidos. De alguma forma, a criação de cooperativas regionais, tais como a Econativa (Litoral Solidário e Serra) e Comsol (Planalto Norte), tem buscado ampliar o leque de relações estabelecidas, principalmente pelo acesso ao mercado institucional, e, a partir disso, novas possibilidades de relações vão se abrindo nos municípios em que se participa.

Essa é uma questão a ser problematizada no âmbito dos mecanismos em construção. Por um lado, muitas organizações se encontram estagnadas nos espaços de mercados já construídos, dessa forma, apesar de garantir uma condição suficiente para as famílias envolvidas, restringem-se as possibilidades de inclusão de novas famílias e organizações e, conseqüentemente, de expansão da proposta. Por outro, na composição da estratégia geral de construção de mercados, muitos dos canais convencionais acessados são espaços em disputa, onde, no momento, a relação é favorável aos grupos da Rede Ecovida, mas tudo indica que a pressão e a concorrência nestes espaços devam se acirrar, conforme destaca um dos gestores do Núcleo Serra.

Porque o Zaffari precisa colocar, até por uma questão de marketing, que tem produto orgânico dentro do mercado, produto ecológico dentro do mercado. [...] O que acontece a partir do momento que uma Ravip [*empresa produtora de maçã da região*] começa a produzir maçã orgânica? E tem lá 100 ha de maçã orgânica. Ela vai ocupar esse espaço do mercado, que hoje 25 produtores do Ipê estão atacando lá no Zaffari. A partir do momento que tem os dois, quem vai manter esse mercado? A Ravip, e não mais o pequeno, é por isso que eu critico, hoje tá bom, mas até quando vai tá bom? Porque hoje não tem a Ravip, que tá entrando com maçã, só tem os pequenos, a partir do momento que esse mercado for interessante... Ele é interessante, mas tecnicamente ele vai ser ocupado pela grande produção, de novo o pequeno vai ter que se sustentar no mercado local, e aí o mercado local é de quem chegar primeiro. Eu acho que quem ocupar o espaço do mercado local primeiro se mantém. (Gestor 4. Núcleo Serra. Pesquisa de campo).

Nesse sentido, considera-se haver uma questão a ser tratada como Rede Ecovida, ou seja, como processo de organização em rede, e não de forma isolada ou regional: como será possível ampliar o número de famílias que participam deste processo? Da mesma forma, se é possível e como escoar maiores volumes de

produção das famílias atuais e de novas famílias, no âmbito dos mecanismos alternativos de mercados em construção. Os depoimentos reunidos nesta pesquisa são descontraídos nesse sentido.

Por um lado, acredita-se que não é possível no âmbito desses mecanismos absorver grandes volumes, precisando estabelecer meios de manter uma relação mais autônoma com os mercados convencionais, conforme muitas situações hoje vivenciadas. Em outro sentido, notadamente entre os gestores, acredita-se ser possível fortalecer as redes locais e multiplicar os mecanismos alternativos de mercados, tais como as feiras, pontos fixos e a aliança com o pequeno varejo. Porém, o que é consenso na visão das organizações e gestores é que se faz necessário aprofundar este debate internamente à Rede Ecovida e, principalmente, investir na criação de estratégias inovadoras e na qualificação dos processos de gestão e logística. Esta abordagem encontra-se bem explicitada na fala de um dos gestores do Circuito Sul de comercialização:

Nós tamo sendo incapazes de desenhar um sistema que consiga que consiga fazê esses produto chegá na mão do consumidor, é só isso! Ela só existe [*a dificuldade em colocar grandes volumes*], porque nós somo incapazes de criar um sistema, dentro desses nossos princípios, dentro da ética, dentro da nossa visão de comercialização, um sistema eficiente, só por causa disso, senão, tem como fazê. Nosso problema é que nós temo que ousar, nós temo que botá mais dinheiro nesse troço, nós temo que criar estrutura. (Gestor 10. Circuito Sul. Pesquisa de campo).

O próprio Circuito Sul surge como resposta a essa situação. Muito provavelmente a estratégia mais inovadora em andamento na Rede Ecovida, o Circuito Sul tem por finalidade ampliar as possibilidades de escoamento da produção em uma ponta e aumento da oferta e, portanto, do acesso, na outra. Tudo isto, visando fortalecer os mecanismos alternativos de mercados construídos, ou seja, seu funcionamento se dá, primeiro, a partir da troca de produtos entre as regiões e, em segundo lugar, visando ampliar e qualificar o abastecimento nas estratégias estabelecidas em cada região. Não se observa na circulação de produtos no âmbito do Circuito a preocupação com o atendimento a mercados convencionais, como grandes redes supermercadistas ou indústrias.

Uma de suas dificuldades, no entanto, está no fato de que a proposta, apesar de agregar diversos Núcleos, ainda está sendo conduzida a partir do interesse e da motivação pessoal de seus membros, não sendo institucionalmente assumido pela Rede Ecovida em sua totalidade, de forma a ampliar sua atuação e tê-lo como

referência para problematizar o debate em torno da comercialização na rede como um todo. O Circuito tem possibilitado uma ampliação das redes sociais nas quais os mercados da Rede Ecovida se encontram enraizados, aproximando-se da perspectiva da 'força dos laços fracos' proposta por Granovetter (2007), apesar de suas limitações em termos de estrutura, logística e do próprio debate político-estratégico no âmbito da Rede Ecovida.

Papel central e estratégico tem cumprido no sentido do estabelecimento e ampliação dos 'laços fracos', a abertura do mercado institucional. Inicialmente com o PAA, e nos últimos dois anos através do PNAE, o mercado institucional tem se configurado como mecanismo fundamental no redesenho das estratégias de mercado das organizações. As formas de construção e acesso a estes mercados variam enormemente, bem como o grau de dependência das organizações em relação a este mecanismo. Conforme se tem destacado nas seções anteriores, as formas de organização e gestão desenvolvidas pelos grupos para participação no mercado institucional estão sendo e serão fundamentais para que estes assumam um caráter de fortalecimento ou não de uma estratégia geral alternativa de construção social de mercados.

As observações realizadas a campo, bem como os relatos feitos nas entrevistas e conversas com os atores vinculados à Rede Ecovida, dão conta de que ao incorporar o mercado institucional como um mecanismo a mais, que compõe a estratégia geral de construção de mercados, faz-se possível manter e fortalecer os mecanismos alternativos em construção. Um aumento na dependência deste mecanismo, assim como a organização dos processos de comercialização em função deste mercado, poderia, conforme avaliação de alguns gestores, desestruturar outros mecanismos, entre outras questões, pelo desabastecimento em função do atendimento ao mercado institucional, pela redução da diversidade produtiva e pelo esforço burocrático e de gestão que este demanda, em detrimento da gestão dos demais mecanismos. Essa situação, no entanto, pode variar de acordo com as diferentes realidades. O perfil produtivo de determinada região, bem como a distância dos espaços de comercialização, a formação cultural e educacional das famílias, a disponibilidade de mão de obra, são fatores que pesam fortemente no momento de priorizar, ou não, um ou outro mecanismo de mercado, com vistas a fortalecer uma estratégia geral mais autônoma de construção social dos mercados. A

ausência de uma discussão mais aprofundada nesse sentido, dentro da Rede Ecovida, fica evidente na reflexão realizada abaixo por um dos gestores de comercialização:

Eu acho que tem muitos poréns aí pra gente observar. Pensando no início, eu acho que a Rede deveria focar a construção desses mercados alternativos. Eu te digo assim ó, a questão da alimentação escolar, hoje, a Econativa entre litoral e serra fornece ali mais de 200 escolas, porque? Não é à toa que isso aconteceu, não é porque todo mundo gosta do V. [*gestor da cooperativa*]... É porque os núcleos estão trabalhando juntos em fazer, conversam com a prefeitura, e vai lá marca reunião, leva a cooperativa lá... Então nesse sentido sim, só que eu acho que ela deveria apontar melhor como fazer isso, né? Como fazer essa questão dos mercados alternativos. E aí entra a alimentação escolar, entra a questão das feiras, entra a questão dos mercados locais que não se falava absolutamente nada, ou pra mim agora é surpresa... Eu já via o pessoal de Praia Grande [*Acevam*], mas não sabia em que nível estava. Isso não é feito na Rede só ali. Acho que é um ponto importante a ser trabalhado. As lojas têm forte aqui em Caxias, mas acho que tem muitos municípios que poderiam... Aqui no núcleo acho que é muito forte a questão da loja, ta? Eu acho que isso deveria ser estimulado mais, a gente ouve críticas até no fato do A. [*dono de loja de produtos ecológicos*] fazer parte da coordenação geral da Rede Ecovida: “como é que pode um atravessador, um comerciante?”. Então sabe, essas coisas tem que quebrar um pouco. A questão da feira, ta, eu acho que o processo da feira deveria ser pensado melhor. A questão de um sistema, sei lá, de tele-entrega, de cesta, bah! As cooperativas de consumo estão indo pro buraco... Nesses pontos que a Rede Ecovida peca muito nisso. (Gestor 4. Núcleo Serra. Pesquisa de campo).

Por fim, uma das abordagens que interessa à consecução dos objetivos da soberania e segurança alimentar e nutricional está ligada à valorização e ao resgate dos saberes e da cultura alimentar local e regional. Os mecanismos alternativos de mercados em construção têm se consolidado como importante espaço para a emergência dessas questões. O diálogo e a informação interpessoal possibilitados nestes espaços levam a um resgate de produtos característicos da cultura alimentar local. Da mesma forma, o estímulo à diversificação da produção motiva a valorização desses alimentos, bem como sua difusão no âmbito desses mecanismos de mercado. Particular potencial é observado no caso do mercado institucional, em especial a alimentação escolar, onde as entregas de produtos ecológicos têm, em muitos casos, motivado ações de educação alimentar e nutricional e de educação ambiental, a partir a inserção dos alimentos ecológicos na merenda dos estudantes.

De forma mais ampla, a adequação dos mecanismos de mercados à dinâmica social, cultural, ambiental e econômica da agricultura familiar e camponesa, tem aberto espaços para a reconstrução de sua racionalidade e, portanto, para uma retomada e revalorização de sua história e cultura. Neste sentido, a Tabela 24

apresenta uma sistematização dos aspectos promotores, ausentes e as fragilidades no âmbito da construção social de mercados desenvolvidos pelas organizações da Rede Ecovida, no que se refere aos objetivos da soberania e segurança alimentar e nutricional em suas diferentes dimensões.

Podem-se denotar vários aspectos do atendimento aos objetivos da soberania e segurança alimentar e nutricional, necessários ao redesenho e à reconstrução dos sistemas agroalimentares. Assim, a práxis agroecológica desenvolvida pelas organizações que compõem a Rede Ecovida pode ser considerada como estruturadora da perspectiva apontada por Sevilla-Guzmán e Soler (2010), da construção de sistemas agroalimentares alternativos, de forma a reequilibrar as relações de poder entre produção e consumo e fazendo uma aproximação entre agricultores e consumidores.

Pode-se ainda falar na constituição de Sistemas Agroalimentares Localizados (Sial), proposta por Walter e Wilkinson (2011), pelos quais se busca compreender e articular a ação dos atores tendo como foco o território. Entende-se aqui a abordagem de território apresentada anteriormente, a partir de Souza (1995), sendo este compreendido não somente como o espaço físico, mas também como espaço social e delimitado politicamente como território de um grupo, constituindo suporte material de existência e de construção de uma identidade cultural e simbólica comum. Ou seja, a dimensão do território significa construir uma nova territorialidade sobre o espaço em questão, onde relações sociais, econômicas e culturais são redesenhadas a partir das emergências de novos e diferentes atores sociais.

Nesse sentido, pode-se falar da constituição de sistemas agroalimentares alternativos ou localizados, que se estruturam a partir de novas territorialidades desenvolvidas nos espaços de construção de mecanismos alternativos de mercados, por parte das organizações que integram a Rede Ecovida de Agroecologia. É a partir do que aqui se denominou como 'espaços de criação' que essas novas territorialidades se constroem e manifestam, abrindo espaço para o surgimento de novas sociabilidades, do resgate e reconstrução de valores e princípios, centrados na confiança, reputação, ética e solidariedade, bem como na busca pela maior sustentabilidade ambiental no interior da ação econômica e pela constituição de territórios geradores de processos de autonomia.

TABELA 24 – A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS NA REDE ECOVIDA EM FACE DOS OBJETIVOS DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL			
Dimensão	Aspectos promotores	Aspectos ausentes ou a serem problematizados	Fragilidades
Sócio-política	- Produção alimentar baseada na agricultura familiar e camponesa	- Construção política em relação às perspectivas futuras dos mecanismos alternativos de mercados	- Relação com o poder público
	- Comercialização coletiva, a partir de processos de organização social e política - Informação interpessoal/transparência - Construção social de padrões de qualidade - Construção de processos sociais orientados pela busca da autonomia - Participação e controle social - Reconstrução de relações de reciprocidade e solidariedade - Ampliação do acesso no âmbito dos mecanismos alternativos de mercados - Geração de credibilidade (certificação participativa)	- Construção política e estratégica em torno da participação no mercado institucional - Mudança de hábitos e perfil dos consumidores - Articulação social e política de consumidores	- Dificuldade do público amplo em acessar os produtos - Capacidade de expansão da proposta - Esvaziamento do campo (evasão da juventude)
Ambiental	- Manejo ecológico dos sistemas de produção - Diversificação dos sistemas de produção - Promoção da saúde entre agricultores e consumidores - Prioridade aos mercados locais (redução de deslocamentos)	- Conversão total das unidades de produção - Especialização da produção em função das demandas de mercado	- Dispersão das unidades familiares de produção
Econômica	- Formas de gestão adequadas à realidade da agricultura familiar e camponesa - Geração de renda e melhoria da qualidade de vida (agricultores)	- Criação e ampliação das redes de relações interpessoais (laços fracos) - escoamento de grandes volumes x alternatividade dos mercados	- Formalização dos processos de gestão - Investimento em formação de pessoal para gestão
	- Diversificação dos canais de comercialização - Ampliação da capacidade de negociação em mercados convencionais - Eliminação do intermediário externo		- Complexidade da gestão coletiva - Penosidade da mão de obra na produção e comercialização - Formação de preços
Cultural	- Resgate e reconstrução de identidade e autoestima - Resgate e valorização da cultura alimentar local e regional - Promoção da educação alimentar e nutricional (alimentação escolar) - Troca e intercâmbio cultural entre agricultores e consumidores - Associação entre diversidade produtiva, alimentar e cultural	- Papel da mulher e questão de gênero	

FONTE: O autor (2012).

Retoma-se, aqui, a leitura realizada no capítulo 3 desta tese, sobre os bloqueios ao desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa (WANDERLEY, 2009), a partir das pressões exercidas pelo sistema agroalimentar hegemônico, representado pela Figura 8, comprometendo a autonomia, o acesso aos recursos naturais e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e, conseqüentemente, a condição de reprodução social do campesinato. **Compreende-se que, a partir da estruturação de uma estratégia geral alternativa de construção de mercados, apoiada na construção de mecanismos alternativos de mercados, se amenizam e contrapõem os efeitos deste sistema agroalimentar hegemônico junto à agricultura familiar e camponesa. Possibilita-se a abertura de espaços de criação, onde são construídos estratégias e mecanismos centrados na reconstrução da autonomia deste grupo social, favorecendo suas condições de reprodução social e econômica.**

Para além do âmbito das relações internas à agricultura familiar e camponesa, esses espaços de criação, que configuram sistemas agroalimentares alternativos (Saaa) ou localizados (Sial), carregam em seu interior uma racionalidade baseada em valores e princípios alternativos que se manifestam e se expandem no âmbito da própria hegemonia a que se **contrapõe**. A Figura 39 procura expressar esta dinâmica, retomando o esquema apresentado na seção 3.4 desta tese, em que a construção social de estratégias e mecanismos alternativos de mercados possibilita a ampliação de espaços de autonomia para as famílias agricultoras. Da mesma forma, esta construção, ao estruturar sistemas agroalimentares alternativos ou localizados, constitui novas territorialidades que expressam uma nova racionalidade em seu interior, com potencial de influência e expansão no âmbito do sistema agroalimentar hegemônico.

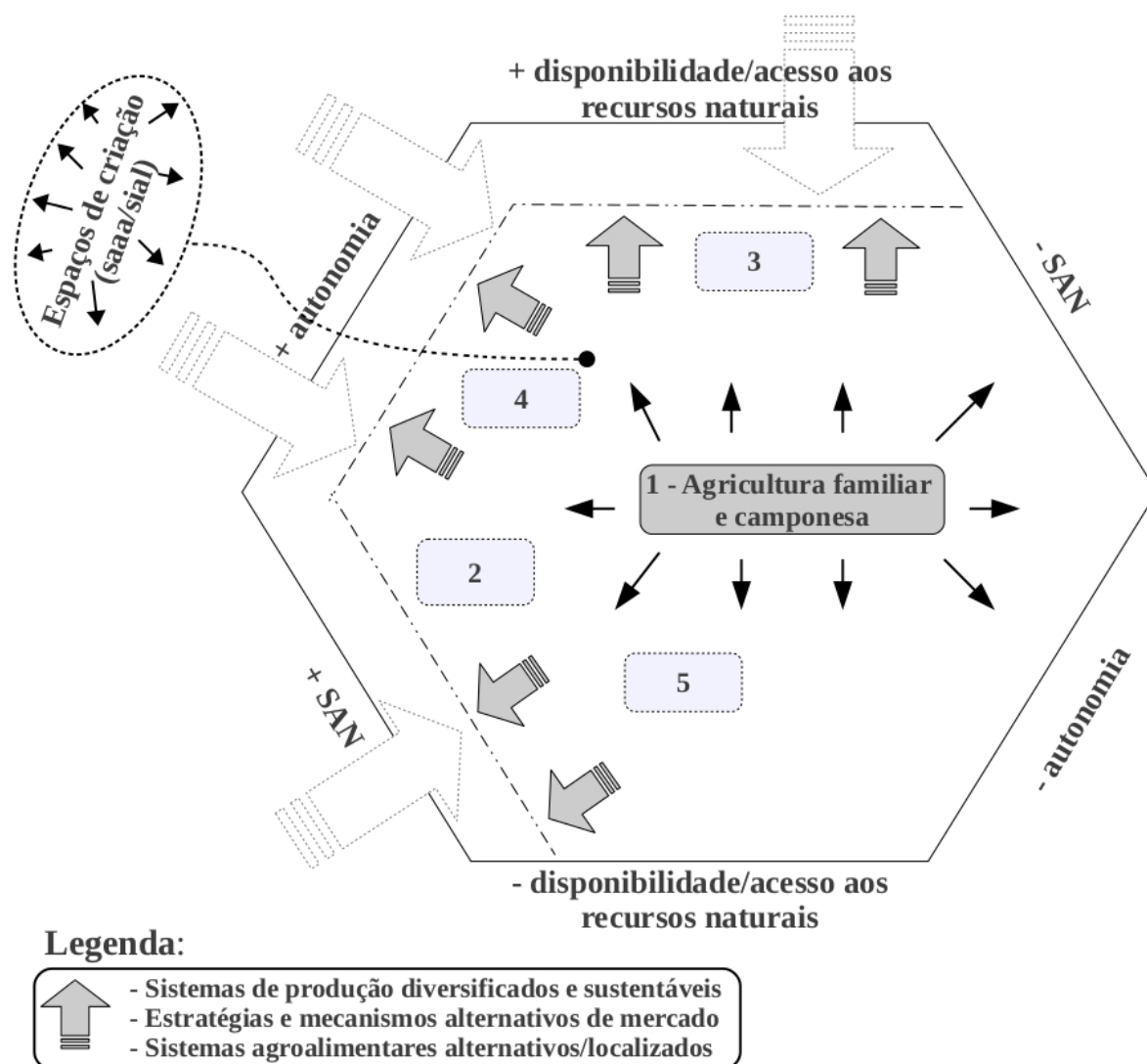


FIGURA 39 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA AMPLIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE MOVIMENTAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR A PARTIR DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS E DE SAAA/SIAL
 FONTE: O autor (2012).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva crítica e a preocupação em construir mecanismos de mercados que rompam com a lógica da mercantilização do alimento, predominante dentro do sistema agroalimentar hegemônico, têm possibilitado às organizações que integram a Rede Ecovida propor referências concretas sobre as possibilidades de constituição de formas alternativas de acessar e construir mercados.

De uma forma geral, a inserção na proposta da agroecologia propiciou às famílias agricultoras envolvidas uma reestruturação de seus sistemas produtivos e de suas relações de mercado. Por meio desse rearranjo produtivo e de novas opções de comercialização dos seus produtos, espaços de autonomia foram (re)construídos, sustentando melhores condições para sua reprodução social e econômica. A estratégia geral de construção de mercados – e os mecanismos alternativos que nela se inserem – tem gerado uma condição de intervenção e participação diferente nas relações mercantis, redesenhando uma condição histórica do campesinato brasileiro de submissão e de inserções desvantajosas ou de dificuldades de acesso ao mercado.

De forma concreta, essa autonomia se manifesta na reorientação do manejo dos sistemas de produção que, para além da eliminação de insumos químicos e da ecologização das práticas, tem, pelo perfil de mercados construídos, estimulado a diversificação da produção e a consequente qualificação do autoconsumo. Um segundo elemento observado como determinante para a reconstrução dos espaços de autonomia está dado pela adequação das formas e dos mecanismos de gestão à realidade social, cultural e ambiental das famílias envolvidas. Às formas coletivas de construção dos mercados corresponde a criação de formatos institucionais, logísticos e de gestão inovadores, que primam pelo ideário e práticas – não sem contradições – de solidariedade, equidade, confiança e reciprocidade presentes nas formas de organização social e comunitária da agricultura familiar e camponesa.

A (re)constituição das relações de solidariedade e reciprocidade configurou importante elemento de análise nesse sentido. Em um primeiro momento, verifica-se que as formas coletivas de comercialização têm possibilitado o resgate e fortalecimento dessas relações, em franco processo de desestruturação na grande maioria das comunidades pesquisadas. A demanda por resolução de conflitos,

organização da produção, articulação para participação nos mercados levou a uma aproximação das famílias que integram as organizações, mediante um denso, e por vezes tenso, processo de organização social, marcado pelo estabelecimento e cumprimento de procedimentos comuns, bem como pela reconstrução de vínculos sociais de partilha e ajuda mútua.

Em outro sentido, os mecanismos de mercados alternativos construídos extrapolam essas relações para além do espaço das comunidades rurais ou das organizações de agricultores. Feiras, pontos fixos, entregas domiciliares, a escolas, entre outros, têm possibilitado a construção de relações de mercado socialmente enraizadas, na qual o diálogo e, partir deste, a geração de credibilidade, confiança, fidelidade, reputação entre agricultores e consumidores se equiparam à ação econômica propriamente dita, dada pela troca material, dando indicativos para o estabelecimento dos chamados 'mercados de reciprocidade' (SABOURIN, 2009).

Ainda no que tange à abertura e reconstrução de espaços de autonomia, a partir da construção social de mercados desenvolvida pelas organizações da Rede Ecovida, os estudos teóricos e empíricos realizados permitiram observar uma interessante aproximação das práticas em andamento nas organizações agroecológicas com uma das lógicas social e econômica fundamental do campesinato, baseada no estabelecimento do balanço entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1974), condição que configura uma racionalidade diferente da capitalista. Nesse sentido, a maior capacidade de negociação com o mercado, o aumento do valor agregado pela eliminação da intermediação, o fortalecimento da base de recursos naturais disponível, bem como da produção para o autoconsumo, articulados ao resgate e à construção de relações de solidariedade e reciprocidade no âmbito das organizações em questão, e destas com os consumidores, têm possibilitado a abertura de espaços para a reformulação e o fortalecimento desta lógica econômica quando da organização da atividade produtiva e econômica das unidades em vistas à garantia de sua reprodução social.

Considere-se, ainda, que o fortalecimento dessa perspectiva representa um claro contraponto à racionalidade capitalista hegemônica e aos preceitos de organização da ação econômica que esta pressupõe. Assim, ao cumprir um papel de protagonismo na construção e execução das relações de mercado, os agricultores abrem espaço para esta expressão, baseada em princípios divergentes da

realização estrita do lucro e do liberalismo de mercado, para além do âmbito das unidades familiares, suas comunidades e organizações. Os espaços de criação, âmbito onde se manifesta a construção de mecanismos alternativos de mercados, passam a incorporar elementos desta racionalidade camponesa às relações de mercado estabelecidas, proporcionando – ao menos na esfera dos espaços de comercialização em questão – a constituição de uma ação econômica pautada por dimensões humanas, orientadas pelos princípios da ética e da solidariedade.

Em um quadro onde o sistema agroalimentar hegemônico se organiza na busca pela expansão e aprofundamento da mercantilização e privatização de todas as etapas e processos da atividade agroalimentar, a proposta de construção de mecanismos alternativos desenvolvida pelos grupos que integram a Rede Ecovida de mercados configura-se como uma importante referência à retomada de uma perspectiva do alimento enquanto direito humano. A tendência ao estímulo à diversificação da produção, fortalecimento da agricultura familiar e camponesa e a constituição de relações de mercado que visam fortalecer os princípios da reciprocidade e solidariedade, entre outros aspectos, significa o estabelecimento de elementos de contraposição à lógica hegemonicamente estabelecida. Assim, configuram-se espaços “emergentes”, centrados em valores e princípios diferentes daqueles estabelecidos pela globalização capitalista, onde, para o debate em questão, podem-se observar aspectos a serem potencializados no sentido da busca da superação de um estado permanente de crises alimentares, vivenciado nas últimas décadas.

Nesse sentido, a opção pela agroecologia tem significado não somente uma mudança em termos técnico-produtivos, mas tem assumido um caráter mais amplo e estratégico, em termos de contraposição ao sistema agroalimentar hegemônico, que, para além da ideia de um novo modelo, se apresenta como um novo saber em construção, a partir do qual novas alternativas podem se constituir. A agroecologia, assim orientada, assume papel central como alternativa concreta para a reconstrução dos sistemas agroalimentares. Mais do que uma experiência periférica ou isolada, articula iniciativas que, na perspectiva de Boaventura Sousa Santos, configuram alternativas emergentes, e deste modo devem ser vistas, não como um desenho pronto e acabado do que se deve ou pode fazer, mas como um espaço aberto à manifestação do novo, porém, carregado de concretude e realidade.

Os processos organizativos em questão e a construção de mercados alternativos que deles advém, conferem amplitude à práxis agroecológica e pavimentam os caminhos para que, a partir da agroecologia, se manifestem elementos para a estruturação de sistemas agroalimentares alternativos. Para tanto, considera-se que a estratégia posta em prática pelas organizações da Rede Ecovida tem incorporado aspectos fundamentais ao cumprimento dos objetivos da soberania e segurança alimentar e nutricional, dando mostras de seu potencial como contraponto aos padrões do sistema agroalimentar global.

Note-se que esse processo não se dá ausente de contradições e tensionamentos, característicos de uma construção inovadora, bem como de um processo alternativo, que se desenvolve em contraposição, mas no interior de um modelo hegemonicamente estabelecido. As pressões a partir dos mercados convencionais, muitas vezes tidas como oportunidades pelas próprias organizações em questão, fragilizam o funcionamento e a construção dos espaços alternativos, trazem para dentro das organizações questionamentos sobre a sustentabilidade destes processos, em face das fragilidades que enfrentam em seu desenvolvimento. Notadamente no que tange ao debate político-estratégico em torno das possibilidades de escoamento de maiores volumes de produção e de inclusão de novas famílias, esbarram na opção pelo fortalecimento e pela ampliação das articulações em rede ou de ampliação do acesso a canais convencionais de mercado.

Embora que as formas coletivas tenham facilitado essa construção e fortalecido as organizações, de outro ângulo, em muitos casos, comprometem-se a eficiência e a agilidade dos processos, necessárias à execução da comercialização. Da mesma forma, há um emaranhado de questões que permeiam o cotidiano das famílias e organizações que fragilizam os processos, sendo que cada vez menos a Rede Ecovida, como espaço de articulação social e política, têm conseguido estruturar-se para debater e apontar caminhos para a superação destas questões. Limites estratégicos, como a evasão de jovens do campo, a penosidade no trabalho em torno da produção e da própria comercialização, a complexidade dos processos de gestão e a falta de estrutura e logística significam importantes restrições ao fortalecimento, à ampliação e mesmo à manutenção das iniciativas pesquisadas.

Para além da fragilidade organizativa observada no momento atual da Rede

Ecovida, compreende-se que muitas das questões configuram-se como limites estruturais ao desenvolvimento da proposta. A penosidade do trabalho encontra-se fortemente associada à ausência de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento da agroecologia, bem como à precariedade de infraestrutura e equipamentos necessários aos processos de beneficiamento e comercialização dos produtos. Da mesma forma, a fragilidade nos processos organizativos e mecanismos de gestão reflete a falta de investimento em número e qualificação de pessoal, seja dos próprios agricultores, seja dos técnicos que assessoram as organizações.

Enfim, considera-se haver um importante debate a ser realizado em torno do papel das políticas públicas nesse sentido. A importância estratégica assumida pelo mercado institucional junto às organizações, que acabou por se tornar na principal política de comercialização e, inclusive, de estímulo à conversão para agroecologia, revela-se como indicador da ausência de políticas do campo da comercialização para agricultura familiar. Ausência de políticas, no que se refere ao fortalecimento dos mecanismos alternativos de comercialização, seja no que se refere à estrutura e apoio logístico, seja quanto aos processos de assessoria e formação e readequação dos marcos legais.

Iniciativas como o Ponto de Colheita em Caxias do Sul/RS evidenciam que pequenos estímulos por parte do Estado geram forte adesão de agricultores e consumidores, a partir de mecanismos simples de abertura de espaços para a construção de novos mecanismos de mercados. Há, ainda, grandes desafios em termos de construção de políticas e avanços na pesquisa em torno do desenvolvimento tecnológico voltado à produção ecológica, evidenciando-se claras restrições técnicas ao desenvolvimento e à expansão da proposta. Em outro sentido, de forma mais estrutural, as dificuldades enfrentadas na criação de alternativas para a manutenção dos jovens no espaço rural, bem como a extensão de serviços públicos de educação, saúde e lazer, parecem ser estratégicas à preservação e ao fortalecimento das iniciativas em questão, como de outras em curso no meio rural em geral.

Por fim, apesar de concretude das iniciativas em andamento e de seus resultados em termos de ganhos econômicos, volumes comercializados e processos de organização gerados, observa-se uma conjuntura de fragilidade política da organização Rede Ecovida, em relação ao seu passado recente. Em muitos

depoimentos, notadamente de gestores, essa fragilidade se situa no fato de que a Rede tem deixado de cumprir o papel motivador e de espaço de formulação e debate em torno da práxis agroecológica e as ações que desta derivam. Não foi possível, no âmbito desta pesquisa, realizar uma leitura mais aprofundada destas perspectivas futuras. Estas são consideradas fundamentais em termos do papel a ser cumprido pela articulação, particularmente no que se refere à sua capacidade de influência política no âmbito da construção das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento da agroecologia e dos mecanismos alternativos de mercados a ela associados. Da mesma forma, em relação à manutenção e ao fortalecimento da construção política e identitária gerada até o momento entre as organizações que a integram. Aspectos considerados possíveis de serem enfrentados, em virtude da existência de uma rede estruturada e fortalecida de organizações de agricultores e de assessoria que, concretamente, no dia a dia, realizam centenas de ações de comercialização que representam uma base sólida à necessária retomada de seu papel mobilizador e articulador da agroecologia no Sul do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. In: **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 16, n.2, pp. 35-64, novembro de 2004.

AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS (ABRANDH). **A Crise Mundial de Alimentos Viola o Direito Humano à Alimentação**. Brasília, junho de 2008. Disponível em: www.abrandh.org.br, acessado em 14 de julho de 2008.

AFRUTA. **Pontos de feira da Afruta recadastrados 2007**. Porto União, 2007. Documento interno.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/Fase, 1989.

_____. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Montevideo: Nordan Comunidad, 1999.

_____. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 5ª ed, 2009.

ALTIERI, Miguel; NICHOLS, Clara. **Agroecología: teoría y práctica para una agricultura sustentable**. Mexico D.F.: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA), 2000.

_____. Agroecologia: potenciando la agricultura campesina para revertir el hambre y la seguridad alimentaria en el mundo. **Revista de Economía Crítica**, nº 10, segundo semestre 2010.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Recife: ANA, 2006. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/publicacoes/carta-politica-do-ii-ena/>. Acessado em 15 de outubro de 2010.

ASSOCIAÇÃO ECOVIDA DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA (AECV). Florianópolis. **Ata da assembleia geral de constituição da Associação Ecovida de Certificação Participativa realizada em 16 de fevereiro de 2001**. Livro 1, p. 1.

BAQUE, Phillipe. Um novo sentido para os produtos orgânicos. In: **Le Monde Diplomatique-Brasil**. São Paulo: Instituto Pólis, ano 4, nº 43, fev. 2011.

BELIK, Walter. **Mecanismos de coordenação na distribuição de alimentos no Brasil**. In: BELIK, W, MALUF, R; FRIEDMANN, H (org). Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização. Campinas: IE/UNICAMP, 2000.

BERMANN, Célio (coord.) et al. Desafios e perspectivas dos agrocombustíveis no Brasil: a agricultura familiar face ao etanol da cana-de-açúcar, e ao biodiesel da soja, mamona e dendê. In: **Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa: subsídios ao debate**. – Rio de Janeiro: REBRIP/FASE, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher e comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BRANDENBURG, Alfio. Colonos: subserviência e autonomia. In: FERREIRA, A; BRANDENBURG, A (org). **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa 07 de 17 de maio de 1999**. Disponível em www.planetaorganico.com.br/instnorm.htm , acessado em 18 de janeiro de 2012.

_____. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa 06 de 10 de janeiro de 2002**.

_____. Presidência da República. **Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm , acessado em 7 de janeiro de 2012.

_____. Presidência da República. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm , acessado em 6 de setembro de 2011.

_____. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf , acessado em 10 de novembro de 2011.

_____. Presidência da República. **Lei 11.947, de 16 de junho de 2009**. Disponível

em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm , acessado em 19 de janeiro de 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006**. Brasília: MDA, 201?.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar. **Nota técnica MDA/SAF sobre PL 178/2008 que versa sobre a alimentação escolar**. 17/12/2008 (mimeo).

CALLE, Angel; SOLER, Marta Montiel; VARA, Isabel Sanchez. La desafección al sistema agroalimentario: ciudadanía y redes sociales. In: **I Congreso Español de la Alimentación**, Gijón 28-29 de maio de 2009. Disponível em: <[http:// sociologiade laalimentacion.es/site/sites/default/files/La%20 desafecci%C3%B3n%20al %20sistema%20agroalimentario.%20 CONGRESO.pdf](http://sociologiade laalimentacion.es/site/sites/default/files/La%20 desafecci%C3%B3n%20al %20sistema%20agroalimentario.%20 CONGRESO.pdf)> (acesso em 30/3/2011)

CANDIDO, Antonio. As formas de Solidariedade. In: WELCH, C; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J; WANDERLEY, M (org). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. In: **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Vol 3, n. 3. Porto Alegre: Emater/RS, jul-set 2002.

CARNEIRO, Maria José. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, L; FLEXOR, G; SANTOS, R (org). **Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2008.

_____. De “produtor” a “consumidor”: mudanças sociais e hábitos alimentares. In: NEVES, Delma Pessanha (org). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2009.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome, o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984 (1946).

_____. Subdesenvolvimento: causa da primeira poluição. In: **Revista Correio**. Ano I, nº 3. UNESCO: Março de 1973.

CENTRO ECOLÓGICO. Carta de Antonio Prado. **Seminario Latinoamericano sobre Sistemas Participativos de Garantía**. Antonio Prado, 22 al 27 de octubre de 2007.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974[1925].

_____. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. In: **Cuadernos Políticos**, Mexico DF, nº 5, jul-sept.: 1975.

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. In: **Estudos Avançados** 19(55). 2005.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Material institucional: Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_objetivos.html, acessado em 23/05/2009.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: CONSEA, 2004.

COSTA E SILVA, Letícia da. **As necessidades e fontes de informação para a comercialização de produtos agroecológicos na região metropolitana de Curitiba**: um estudo de caso na Cooperafloresta. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CRISTO, Alvorci Santos. **Matriz produtiva da região sul e Brasil, metodologia para estratégias de segurança alimentar, soberania e cidadania: uma construção a partir da agroecologia**. Curitiba: DESER, 2004.

DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. In: **Estudos Avançados/ USP**: São Paulo, 15 (43), 2001. p. 157-172.

DELGADO, Manuel. El sistema agroalimentario globalizado: imperios alimentarios y degradación social y ecológica. In: **Revista de Economía Crítica**, nº 10, segundo semestre 2010.

DEMO, Pedro. Santo Estado, maldito mercado: de certas esquerdas que são

direitas. In: **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.20, n. 2, p. 451-476, maio/ago, 2005.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável. Origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2ª ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

ENA. **Encontro Nacional de Agroecologia**: Anais. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003.

ETC GROUP. **¿De quién es la naturaleza? El poder corporativo y la frontera final em la mercantilización de la vida**. ETC GROUP, 2008. Disponível em www.etcgroup.org. Acessado em 12 ago de 2009.

FAO - ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. **Sumario de Estadísticas Agrícolas y Alimentarias Mundiales**. Roma: FAO, 2005.

_____. **Seguridad Alimentaria**. Informe de Políticas, nº 2. Roma: FAO, 2006.

_____. **El Estado de la Inseguridad Alimentaria en el Mundo**. Roma: FAO, 2009

_____. **El Estado de la Inseguridad Alimentaria en el Mundo: la inseguridad alimentaria em crisis prolongadas**. Roma: FAO, 2010.

_____. **Situación Alimentaria Mundial**. Roma: FAO, 2011. Disponível em: http://www.fao.org/worldfoodsituation/wfs-home/es/?no_cache=1 . Acessado em 20 de abril de 2011.

FERREIRA, Angela Duarte D. Agricultura Familiar: Caminhos Para Apreender Sua Diversidade. In: **Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande/PB: 1998.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno et al. A construção de alternativas nos territórios rurais. Trabalho apresentado no **III Encontro da Rede de Estudos Rurais do Brasil**, Campina Grande, Paraíba, setembro de 2008.

FLEXOR, Georges. A globalização do varejo e seus impactos no Brasil: o caso do Wal-Mart. In: COSTA, L. F. C; FLEXOR, G; SANTOS, R. **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: MAUAD X; Seropédica: EDUR, 2008.

FLORIANI, Dimas; FLORIANI, Nicolas. Saber Ambiental Complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. In: **Revista Brasileira de Agroecologia**. Porto Alegre, 5(1), pgs 3-23, 2010.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FRIEDMANN, Harriet. Uma economia mundial de alimentos sustentável. In: BELIK, W; MALUF, R. S (org). **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: IE/UNICAMP: 2000.

GARCIA Jr., Afranio. **O sul: caminho do roçado**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/UnB/ CNPq, 1990.

GAZOLLA, Marcio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S (org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 2ª edição.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, vol. 15, nº 1, 2007.

GEHLEN, Ivaldo. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla a inclusão social. In: FERREIRA, A. D. D; BRANDENBURG, A (orgs). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.

GEILFUS, Frans. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación**. San Salvador: IICA-GTZ, 1997.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GORZ, André. **Misérias do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume Editora, 2004 [1997].

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. In: **RAE-eletrônica**, São Paulo: FGV, v. 6, nº 1, Art. 9, jan/jun 2007. Disponível em: <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=4838&Secao=FÓRUM&Volume=6&numero=1&Ano=2007>

GRAIN. Soberanía Alimentaria y sistema alimentario mundial. In: BIODIVERSIDAD, SUSTENTO Y CULTURAS. **Ya es tiempo de Soberanía Alimentaria**. Separata. Montevideo: GRAIN/REDES-AT, 2006.

GRAVINA, Hector. Democratizando el Mercado Agrícola: mercados Locales y Participación Social. In: CANUTO, J. C; COSTABEBER, J. A (org). **Agroecología: conquistando a soberanía alimentar**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar; Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004.

GREEN, Raul; SCHALLER, Bernard. La dimensión logística de la racionalización productiva y comercial. In: MALUF, R; WILKINSON, J. **Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

GUAZZELLI, Maria José; PEREZ-CASSARINO, Julian. **Concentração Corporativa: transformando a vida em mercadoria**. Série Novas Tecnologias nº 6. Ipê: Centro Ecológico, 2010.

GUIVANT, Julia S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida *ego-trip*. In: **Revista Ambiente & Sociedade**, vol. VI, nº 2 jul/dez 2003.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2ª ed, 2006.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric; PATEL, Raj. **Rebeliones Alimentarias: crisis y hambre de justicia**. Espanha: El Viejo Topo, 2010.

LAMARCHE, Hughes. **Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, vol. 1.

_____. **Agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: UNICAMP, 1998.

LAPPÉ, Frances Moore et al. **Doce mitos sobre el hambre: un enfoque esperanzador para la agricultura y la alimentación del siglo XXI**. Barcelona: Icaria editorial, 2005.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. Tradução: Francisco Roberto Caporal. In: **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre: Emater/RS, vol 3, n. 1, jan-mar 2002.

_____. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

_____. **Aventuras de la epistemología ambiental: de la articulación de ciencias al diálogo de saberes**. México: Siglo XXI, 2006b.

MALUF, Renato S. Economia de rede, o papel da distribuição e a problemática da segurança alimentar. In: MALUF, R; WILKINSON, J. **Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

_____. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento territorial no Brasil. In: MOREIRA, Roberto J; COSTA, Luiz Flavio C. (orgs). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

_____. Mercados Agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre: FEE/UFRGS, v. 25, nº 1, p. 299-33, 2004.

_____. Elevação nos preços dos alimentos e o sistema alimentar global. In: **Artigos mensais OPPA**. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA, nº 18, 2008.

_____. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARFIL, José Antonio da Silva. **Circuito de Comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia**. Palestra proferida no VII Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, Ipê, 13 a 15 de novembro de 2009.

MARQUES, Claudio Luiz Guimarães et al. Formación y consolidación de la Red Ecovida de Agroecología. In: **Encuentro latinoamericano de comercialización y certificación orgánica y mercado justo**. Quito: MAELA, 23 al 26 de octubre del 2001.

MARQUES, Flavia Charão et al. Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. In: MENASCHE, R (org). **Agricultura familiar à mesa**, saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. In: **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas: NEPA/UNICAMP, vol. 17, nº 2, 2010.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MATO, Daniel. Des-fetichizar la "globalización": basta de reduccionismos, apologías y demonizaciones; mostrar la complejidad y las prácticas de los actores. In: MATO, D. (org), **Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MEDEIROS, Monique; MARQUES, Flavia Charão. Heterogeneidades camufladas, resistências emergentes: práticas inovadoras no sistema agroalimentar no sul do Rio Grande do Sul. In: **Revista Agriculturas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, vol 8, nº 3, p. 17-21, set de 2011.

MEIRELLES, Laércio. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. In: **Revista Agriculturas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, vol 1, nº 0, p. 11-14, set de 2004.

_____. **Agricultura Ecológica e Agricultura Familiar**. Dom Pedro de Alcântara, junho de 2002. Disponível em www.centroecologico.org.br. Acesso em 05 jul. 2007.

_____. **Agricultura orgânica: um movimento em disputa**. Dom Pedro de Alcântara: Centro Ecológico, junho de 2001. Disponível em: www.centroecologico.org.br>. Acesso em: 05 jul. 2007.

_____. **A Rede Ecovida de Agroecologia hoje**. Palestra proferida durante o VII Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, Ipê, 13 a 15 de novembro de 2009.

_____. **Credenciamento OPAC Ecovida**. [Mensagem de trabalho]. Mensagem recebida por: redo-ecovida@googlegroups.com>, em: 02/12/2010.

MICHELATO, André. O assessoramento técnico-organizativo como base para a organização social e política na agricultura familiar. In: BRANDENBURG, A et al (orgs). **Ruralidades e Questões Ambientais**: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília: MDA, 2007.

_____. **Atores sociais, agricultura familiar camponesa e o espaço local: uma**

análise a partir do programa de aquisição de alimentos. 267 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC-BRASIL). **Agroecologia: uma alternativa para a continuidade da vida.** Folder, s/d.

NEVES, Delma Pessanha. O Econômico e o Familiar: interdependências, potencialidades e constrangimentos. In: MOTA, D et al (eds). **Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade.** Aracaju: Embrapa-CPATC, SDR/MA, 1998.

NIEDERLE, Paulo & RADOMSKI, Guilherme, W. F. Atores sociais, mercados e reciprocidade: convergências entre a Nova Sociologia Econômica e o “Paradigma da Dádiva”. In: **Teoria & Sociedade**, v. 15, p. 146-177, 2007.

NUNES, Sidemar; PEREZ-CASSARINO, Julian. **Impacto dos agrotóxicos na biologia do solo.** Disponível em <http://www.ecovida.org.br/index.php?sc=SA011&sa=SA017&codPublicacao=ART00019&codIdioma=1>. Acessado em 2 maio 2011. Ecovida, 2008.

PELAEZ, Victor. **Monitoramento do mercado de agrotóxicos.** Palestra. Brasília: ANVISA/UFPR, março de 2010.

PEREZ-CASSARINO, Julian. Agroecologia e mercados locais: o caminho através da economia popular solidária. In: KÜSTER, A; MARTÍ, J. F; FICKERT, U (orgs). **Agricultura familiar, agroecologia e mercados no Norte e Nordeste do Brasil.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer (DED), 2004.

_____. **Metodologia de trabalho com grupos de base em agroecologia.** Material de formação da Escola de Formação de Educadores Populares – Módulo XIII. Irati: Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), 2005 (mimeo).

_____. **Oficina de seleção de experiências e construção de metodologia de sistematização realizada.** Curitiba: Agosto de 2010. Relatório Técnico-Produto 2 para o Projeto PNUD/CONAB BRA/03/034. 16p.

PEREZ-CASSARINO, Julian et al. Manifestações Conjunturais e Dimensões Estruturais da crise Alimentar: perspectivas e alternativas. In: **XXVII Congresso Asociación Latinoamericana de Sociología-ALAS.** Memórias. Buenos Aires: ALAS, 2009.

PETERSEN, Paulo, DAL SOGLIO, Fabio K., CAPORAL, Francisco R. A construção de uma ciência a favor do campesinato. In: PETERSEN, Paulo (org). **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PLOEG, Jan Dowe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S (org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 2ª ed.

POLANYI, Karl. Nuestra obsoleta mentalidad de mercado. In: **Foro de Economía Política – Teoría Económica**. 15/09/2004[1947]. Disponível em: www.red-vertice.com/fep. Acesso em 27 maio 2010.

_____. **La gran transformación. Los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007[1944].

PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. In: **Revista NERA**, Presidente Prudent, ano 8, nº 7, jul/dez 2005.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental. In: SADER, E. (org). **Os porquês da desordem mundial**, mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Sousa [org.]. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Vol. 2 da Coleção “Reinventar a emancipação social: para novos manifestos”, 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RAUD-MATTEDI, Cécile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, nº 57, p. 127-142, fevereiro de 2005a.

_____. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. In: **Política & Sociedade**,

nº 6, abril de 2005b.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Normas de Organização e Funcionamento**. Lages: Rede Ecovida, 2000 (mimeo).

_____. **Normas Simplificadas da Rede Ecovida**. Ipê: Rede Ecovida de Agroecologia, 2001(mimeo).

_____. **Rede Ecovida de Agroecologia**. Passo Fundo, [200-]. 1 fôlder.

_____. **Planejamento da Rede Ecovida de Agroecologia**. Lages: Rede Ecovida de Agroecologia, 2002. Relatório de Plenária de Núcleos da Rede Ecovida.

_____. 4º Encontro Ampliado: cultivando a ética e reproduzindo a vida. **Jornal da Programação**. Passo Fundo, 13 maio 2003.

_____. **Certificação participativa de produtos ecológicos**. Caderno de Formação. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

_____. **Certificación participativa de productos ecológicos**. Cuaderno de Formación. Trad. Maria Perez Cassarino. San José: CEDECO, [2005?].

_____. **Training manual of participatory guarantee of ecological products**. Trad. Margareth Carneiro. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia: [200-].

_____. **Uma identidade que se constrói em Rede**. Caderno de Formação nº 1. Curitiba: Rede Ecovida de Agroecologia, 2007a.

_____. 6º Encontro Ampliado da Rede Ecovida: nossa identidade se constrói em rede. **Jornal do(a) Participante**. Lapa, 17 jul. 2007.

_____. 7º Encontro Ampliado da Rede Ecovida: agricultura familiar ecológica: produzindo alimentos, alimentando sonhos. **Jornal do Encontro**. Ipê, 13 nov. 2009.

_____. **Plenária da Rede Ecovida de Agroecologia**. Lages, agosto 2010. Gravação digital, debate sobre regulamentação da certificação participativa na Rede Ecovida.

RIECHMANN, Jorge. **Cuidar la T(t)ierra. Políticas agrarias y alimentarias sostenibles para entrar en el siglo XXI**. Barcelona: Icaria, 2003.

RIGON, Silvia et al. A Alimentação como Forma de Mediação da Relação Sociedade Natureza – Um Estudo de Caso sobre a Agricultura Ecológica e o Auto-consumo em Turvo – Pr . In: **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade**. Anais. Brasília: ANPPAS, 2006.

RIGON, Silvia et al. **Soberania e Segurança Alimentar na Construção da Agroecologia: sistematização de experiências**. Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da ANA/FASE, 2010.

RODRIGUES, Almir et al. **Grupo questão alimentar-relatório de campo: Rede Ecovida de Agroecologia**. Relatório de campo elaborado junto ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba, 2010.

RUEGG, Elza Flores et al. **Impacto dos agrotóxicos: sobre o ambiente, a saúde e a sociedade**. Icone: São Paulo, 1991.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALLOWICZ, Mariana; ROLLI, Claudia. Concentração de supermercados sobe para 46% no país, diz estudo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jul. 2011. Caderno Mercado, p. B4.

SANTAMARTA, J. **La Crisis de la Biodiversidad**. World Watch, 2002. Disponível em www.worldwatch.org . Acesso em 9 set 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: SANTOS, B. S. (org). **A Globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

_____. **Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Págfina web do autor, 2007a. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/homepage.php>. Acessado em 10 de julho de 2009.

_____. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar e Emancipação Social.** São Paulo: Boitempo, 2007b.

SANTOS, Heliel Leepkahn dos. **Construção social de mercado orgânico: o caso da cooperativa Ecoserra na Serra Catarinense.** 117 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciência Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHMITT, Claudia. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S; BALESTRO, M. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. In: **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia.** Rio de Janeiro, AS-PTA, vol. 8, nº 3, p. 4-8, set de 2011.

SCHMITT, Claudia; GUIMARÃES, Leonardo A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar e base ecológica. In: **Revista Agriculturas,** Rio de Janeiro: AS-PTA, v. 5, nº 2, junho de 2008.

SCHMITT, Claudia; TYGEL, Daniel. Agroecologia e economia solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: PETERSEN, Paulo (org). **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SCHNEIDER, Sérgio et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, Sérgio (org). **A Diversidade da Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 2ª ed.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Redescubriendo a Chayanov: hacia un neopopulismo ecológico. In: **Revista Agricultura y Sociedad,** nº 55 abril-junio, 1990.

_____. **Desde el pensamiento social agrario.** Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba: ISEC/UCO, 2006a.

_____. **De la sociología rural a la agroecología.** Barcelona: Icaria editorial, 2006b.

_____. Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la soberanía alimentaria. In: **Revista Agroecología**. Murcia, Facultad de Biología/Universidad de Murcia, vol.1, p. 7-18, 2006c.

SEVILLA GUZMAN, Eduardo; SOLER, Marta. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. In: **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza**. PH Cuadernos. Vol. 26. Sevilla: Consejería de Cultura/Junta de Andalucía, 2010.

SHANIN, Teodor. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Barcelona: Editora Anagrama, 1976.

SILVA, Jose Graziano da. **Tecnologia & Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

SOLER, Marta. **El contexto socioeconómico de la agricultura ecológica: la evolución de los sistemas agroalimentarios**. Master en Agroecología: un enfoque sustentable de la agricultura Ecológica. Universidad Internacional de Andalucía/Universidad de Córdoba. *Texto Inédito*. 2009.

SOLER, Marta; CALLE, Angel C. Rearticulando desde la alimentación: canales cortos de comercialización em Andalucía. In: **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza**. PH Cuadernos. Vol. 26. Sevilla: Consejería de Cultura/Junta de Andalucía, 2010.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Santos. A Agroecologia no Brasil e o caso da Rede Ecovida. In: **Seminário: modelos de desenvolvimento da agricultura familiar e políticas agrícolas nacionais e internacionais: comparação França/ Europa/ Brasil**. Paris, 10 de novembro de 2003.

_____. **Redes de Cooperação no pequeno varejo: a construção social dos mercados de hortifrutigranjeiros no Rio Grande do Sul**. 308 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. In: **Tempo Social, revista de sociologia da USP**. São Paulo, Vol 16, nº 2, p. 7-32, novembro de 2004.

VALENTE, Flavio Luis. Segurança Alimentar e Nutricional: transformando natureza em gente . In: VALENTE, F. L. S. (org). **Direito Humano a Alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

VIA CAMPESINA. **Soberanía Alimentaria**. Disponível em www.viacampesina.org , 2009. Acessado em 10 de outubro de 2009.

VINHA, Valéria da. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social. In: **Econômica**, v. 3, n. 2, p. 207-230, dezembro de 2001.

WAGNER, Saionara Araujo; MARQUES, Flavia Charão; MENASCHE, Renata. Agricultura familiar à mesa. In: MENASCHE, R (org). **Agricultura familiar à mesa, saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

WALTER, Tatiana; WILKINSON, John. Fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal no Baixo Sul baiano. In: **Revista Agriculturas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, vol. 8, nº 3. Set 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V Chayanov. In: FERREIRA; BRANDENBURG (org). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

_____. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo/Salvador: Editora Hucitec/CEPA-BA, 1986.

_____. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

ZANETTI, Cândida; MENASCHE, Renata. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, R (org). **Agricultura familiar à mesa, saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA TELEFÔNICA COM LIDERANÇAS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA.....	466
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GRUPOS FOCAIS.....	467
APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA GESTORES DE COMERCIALIZAÇÃO.....	469
APÊNDICE 4 – QUESTIONÁRIO DE CAMPO PARA AGRICULTORES FAMILIARES ECOLOGISTAS.....	471
APÊNDICE 5 – FORMULÁRIOS DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS DOS NÚCLEOS DA REDE ECOVIDA.....	477

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA TELEFÔNICA COM LIDERANÇAS DA REDE ECOVIDA

- 1) O que você diria que são as principais estratégias de comercialização dos grupos da Rede Ecovida?
- 2) Existe alguma região ou Núcleo onde alguma destas iniciativas possa ser considerada como diferenciada em relação às demais?
- 3) Onde você considera que há uma certa concentração de iniciativas que possam estar gerando um impacto local e/ou regional?
- 4) O que você considera como iniciativas inovadoras hoje no campo da comercialização?
- 5) Lembra de alguma outra iniciativa, mesmo que pontual?

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GRUPOS FOCAIS

- 1) Quais os canais de comercialização de produtos ecológicos que vocês acessam? (*Introdução*)
- 2) Contem um pouco da história desses canais, como eles se organizaram, como vocês começaram a participar..... (*Introdução*)
- 3) Como vocês avaliam a gestão destes canais? A forma como se definiram (definem) os local de venda, preços, divisão de sobras, formas de pagamento, padronização de produtos,
- 4) A comercialização é coletiva? Se sim, quais os principais conflitos/dificuldades de trabalhar de forma coletiva? Quais as principais vantagens/benefícios desta forma?
- 5) No caso de comercialização ser coletiva, como se dá a participação dos integrantes? Como participam das decisões? Quais as instâncias para tomada de decisões?
- 6) Nas suas comunidades já havia uma história de organização comunitária? Esta forma de comercialização resgatou ou fortaleceu isto? Houveram mudanças no relacionamento dentro do grupo? No que essa forma de organização se diferencia das outras que há na comunidade?
- 7) O que vocês destacariam como aspectos importantes que viabilizaram a construção deste canal? (*rápido*)
- 8) Porque o grupo/associação optou por criar/acessar este tipo de mercado? O que motivou? (*rápido*)
- 9) Porque o grupo/associação decidiu por não acessar mercados já estabelecidos ou tradicionais (supermercados, distribuidoras, exportação, etc...) de produtos orgânicos?
- 10) Pontue as principais vantagens e desvantagens desta forma de comercialização em relação aos canais tradicionais de mercado?
- 11) De que forma vocês comercializavam antes de trabalhar com a agroecologia? O que vocês consideram como diferencial neste momento?
- 12) Esta forma de comercialização fortaleceu as famílias? Em que aspectos? De que forma? A vida melhorou?
- 13) O que pode ser considerado como diferencial para os agricultores neste

formato de comercialização? em termos econômicos, sociais, pessoais.... Sente que os agricultores tem mais autonomia? Em que sentido?

14) Existe algum tipo de relação direta com os consumidores? De que forma ela se dá? O que vocês consideram importante nesta relação?

15) Pensando em produtos ecológicos/orgânicos, você considera que o tipo de mercado que se acessa tem algum tipo de influência na forma de produzir (tipo de manejo, diversidade na produção, etc...)?

16) Você pretende que sua família permaneça na propriedade, trabalhando com agricultura?

17) Se sim, você acha que hoje tem melhores condições ou uma melhor situação para garantir isso? Porque? (explorar aspectos econômicos, ambientais, sociais). Vocês hoje tem lucro na agricultura? O que é o lucro pra vocês?

18) Caso não houvesse a possibilidade de trabalhar com os canais de comercialização que vocês trabalham hoje, quais outras possibilidades que você enxerga que poderiam viabilizar sua atividade produtiva

19) Destes canais, quais vocês participam? Porque não participam dos demais?

20) Feira () Ponto fixo () PAA/PNAE () Entrega domiciliar ()
Supermercados ()

21) Pequeno varejo () Distribuidores ()

22) Mais algum aspecto que vocês consideram relevante sobre o trabalho de comercialização que vocês desenvolvem e que queira destacar?

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTORES DE CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

- 1) Qual a história de formação/organização deste canal de comercialização?
 - a) Porque o grupo/associação optou por criar/acessar este tipo de mercado? O que motivou?
 - b) Porque o grupo/associação decidiu por não acessar mercados já estabelecidos ou tradicionais (supermercados, distribuidoras, exportação, etc...) de produtos orgânicos?
 - c) Pontue as principais vantagens e desvantagens desta forma de comercialização em relação aos canais tradicionais de mercado?
- 2) Foi necessário estabelecer relação com outras pessoas, organização, poder público para viabilizar a construção deste canal? Lembra de algum fator marcante neste processo? Aconteceu algo?
- 3) Como se dá o processo de gestão desta canal? Como se definiram (definem):
 - a) montar fluxograma
 - b) os locais de venda
 - c) preços
 - d) divisão de sobras
 - e) formas de pagamento
 - f) padronização de produtos
 - g) transporte (forma e pagamento)
 - h) qual a relação preço do produto ecológico e convencional na região
- 4) A comercialização é coletiva? Se sim, quais os principais conflitos/dificuldades? Quais as principais vantagens/benefícios desta forma?
- 5) No caso de comercialização ser coletiva, como se dá a participação dos integrantes? Como participam das decisões? Quais as instâncias para tomada de decisões?
- 6) Esta forma de comercialização tem fortalecido os espaços organizativos? Houveram mudanças no relacionamento dentro do grupo?
- 7) Existe algum tipo de parceria com outras organizações na comercialização? Quais? De que forma elas se dão? Qual a importância destas parcerias?
- 8) O que pode ser considerado como diferencial para os agricultores neste formato de comercialização? em termos econômicos, sociais, pessoais.... Sente que os agricultores tem mais autonomia? Em que sentido?

- 9) Pensando em produtos ecológicos/orgânicos, você considera que o tipo de mercado que se acessa tem algum tipo de influência na forma de produzir (tipo de manejo, diversidade na produção, etc...)?
- 10) Pensando na comercialização da agricultura familiar e dos produtos orgânicos em geral. Os mecanismos criados ajudam a superar as dificuldades comuns a esses espaços? Permitiu a inclusão de mais pessoas? De que forma?
- 11) Você acha que o que estamos construindo é algo alternativo? Em que sentido? Como? Almeja algo novo?
- 12) Vocês tem algum tipo de relação com os consumidores? Qual a percepção que vocês tem da relação com estes? O que os motiva a frequentar esses espaços?
- 13) Mais algum aspecto que você considera relevante sobre o trabalho de comercialização que vocês desenvolvem e que queira destacar?

APÊNDICE 4

QUESTIONÁRIO DE CAMPO PARA AGRICULTORES FAMILIARES ECOLÓGISTAS

1	DADOS GERAIS	Data da Entrevista:	
1,1	Agricultor:		
1,2	Grupo:		
1,3	Comunidade:		
1,4	Município:		

1,5 Tamanho da área

1	Até 3 há	4	11 a 20 há
2	4 a 6 há	5	20 a 50 há
3	7 a 10 há	6	mais de 50 há

Sobre a Área

1,6 área de produção ecológica

1	Até 3 há	4	11 a 20 há
2	4 a 6 há	5	20 a 50 há
3	7 a 10 há	6	mais de 50 há

1,7 área de produção convencional

1	Até 3 há	4	11 a 20 há
2	4 a 6 há	5	20 a 50 há
3	7 a 10 há	6	mais de 50 há

1,8 A área é

1	própria regularizada (com escritura)	4	parceria/meeiro
2	própria sem regularizar	5	cedida por familiar
3	arrendada	91	Não sei informar
		93	Outros: quais?

1,9 A renda familiar mensal (bruta) é:

1	até R\$ 180	5	de R\$ 801 a R\$ 1.100
2	de R\$ 180 a R\$ 300	6	de R\$ 1.101 a R\$ 1.640
3	de R\$ 301 a R\$ 550	7	de R\$ 1.641 a R\$ 2.180
4	de R\$ 551 a R\$ 800	8	mais de R\$ 2.180
92	Não quero responder	91	Não sei informar

1,10 A principal fonte de renda da família é: (marcar uma só)

1	Produção ecológica	4	Aposentadoria/pensão
2	Produção convencional	5	Trabalho fora
3	Benefícios sociais (bolsa família, outros..)	93	Outros: quais?
92	Não quero responder	91	Não sei informar

1,11 Quantas pessoas da família trabalham na propriedade?

1	Até 2 pessoas	5	6 pessoas
2	3 pessoas	6	7 pessoas
3	4 pessoas	7	8 pessoas
4	5 pessoas	8	mais de 9 pessoas

1,12 Recebe algum benefício de governo? (pode marcar mais de uma)

1	Bolsa Família	4	Aposentadoria rural
2	BPC (encostado)	5	Pensão
3	cesta básica	93	Outros: quais?
92	Não quero responder	91	Não sei informar

1,13 O que você produz na propriedade para comercializar e para consumir?

Destino: Marcar com (V) se Vende, (C) se Consome ou (V/C) se faz os dois / Tipo: Marcar com (E) se for ecológico e (CO) se for convencional

	Produto	Tipo	Destino
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			

1,14 Quanto você acha que economiza ou deixa de gastar (por mês) com o que consome de alimentos na propriedade?

1	até R\$ 180	4	de R\$ 550 a R\$ 800
2	de R\$ 180 a R\$ 300	5	de R\$ 800 a R\$ 1.100
3	de R\$ 300 a R\$ 550	6	mais de R\$ 1.100
92	Não quero responder	91	Não sei informar

1,15 O que precisa comprar de fora da propriedade?

	Produto		Produto
1	Sal	10	Frutas
2	Arroz	11	Embutidos
3	Feijão	12	Derivados de leite
4	Óleo/azeite	13	Leite
5	Farinha de trigo	14	Enlatados
6	Suco	15	Café
7	Refrigerante	16	Ovos
8	Came	17	Pães/massas/biscoitos
9	Verdura	93	Outros: quais?

1,16 Qual o gasto mensal com a compra de alimentos? (a compra do mercado)

1	até R\$ 100	4	de R\$ 300 a R\$ 400
2	de R\$ 100 a R\$ 200	5	de R\$ 400 a R\$ 600
3	de R\$ 200 a R\$ 300	6	mais de R\$ 600
92	Não quero responder	91	Não sei informar

2 SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO

2,1 Como você passou a participar do seu grupo ou associação ecológica?

1	Convite de vizinhos/amigos	4	Prefeitura
2	Associação/cooperativa	5	Emater/CAT
3	Sindicato	93	Outros: quais?

2.2 Desde que ano você comercializa produtos ecológicos?

1	antes de 2000	7	2006
2	2001	8	2007
3	2002	9	2008
4	2003	10	2009
5	2004	11	2010
6	2005	91	Não sei informar

2.3 Onde comercializa seus produtos? (pode marcar mais de uma)

1	Feira ecológica	8	Restaurantes
2	Na minha casa	9	Grandes Supermercados
3	Atravessador	10	Grandes Cooperativas/empresas
4	PAA/Fome Zero	11	Associação ou Cooperativa Local
5	Lojas produtos ecológicos	12	Indústria
6	Pequenos mercados	91	Não sei informar
7	Na comunidade	93	Outros: qual?

2.4 Qual a porcentagem aproximada vendida em cada canal em relação ao total vendido? (marcar o valor da porcentagem)

%		%	
	Feira ecológica		Restaurantes
	Na minha casa		Grandes Supermercados
	Atravessador		Grandes Cooperativas/empresas
	PAA/Fome Zero		Associação ou Cooperativa Local
	Lojas produtos ecológicos		Indústria
	Pequenos mercados	91	Não sei informar
	Na comunidade	93	Outros: quais?

2.5 Qual a quantidade de tipos de produtos diferentes que você envia para cada canal no decorrer do ano?

Qtde		Qtde	
	Feira ecológica		Restaurantes
	Na minha casa		Grandes Supermercados
	Atravessador		Grandes Cooperativas/empresas
	PAA/Fome Zero		Associação ou Cooperativa Local
	Lojas produtos ecológicos		Indústria
	Pequenos mercados	91	Não sei informar
	Na comunidade	93	Outros: quais?

2.6 Depois que passou a comercializar produtos ecológicos, teve algum novo produto que passou a produzir?

			Produtos
1	Sim	11	
2	Não	12	
91	Não sei informar	13	
		14	
	Se sim, quais produtos?	15	
1		16	
2		17	
3		18	
4		19	
5		20	
6			
7			
8			
9			
10			

2,7 Antes da comercialização ecológica, quais os produtos que a família comercializava?

	Produtos		Produtos
1		6	
2		7	
3		8	
4		9	
5		10	

2,8 Como comercializava seus produtos antes de iniciar a produção ecológica? (pode marcar mais de uma)

1	Feira livre	7	CEASA
2	Na minha casa	8	Grandes Supermercados
3	Atravessador	9	Associação ou Cooperativa Local
4	Pequenos mercados	10	Indústria
5	Grandes Cooperativas/empresas	91	Não sei informar
6	Na comunidade	93	Outros: quais?

2,9 Com que frequência recebia pagamentos antes de comercializar produtos ecológicos e depois? (pode marcar mais de uma)

Antes		Depois	
1	semanal	1	semanal
2	mensal	2	mensal
3	4 vezes ao ano	3	4 vezes ao ano
4	3 vezes ao ano	4	3 vezes ao ano
5	2 vezes ao ano	5	2 vezes ao ano
6	1 vez por ano	6	1 vez por ano
7	Não sei informar	91	Não sei informar

2,10 A comercialização de produtos ecológicos alterou a sua renda?

1	Aumentou a renda	3	Manteve a renda
2	Diminuiu a renda	91	Não sei informar

2,11 Se houve aumento da renda, em quanto aumentou (por mês)? valor por mês

1	até R\$ 180	5	de R\$ 801 a R\$ 1.100
2	de R\$ 180 a R\$ 300	6	de R\$ 1.101 a R\$ 1.640
3	de R\$ 301 a R\$ 550	7	de R\$ 1.641 a R\$ 2.180
4	de R\$ 551 a R\$ 800	8	mais de R\$ 2.180
92	Não quero responder	91	Não sei informar

2,12 Em geral, o dinheiro ganho com a comercialização de produtos ecológicos é usado em que? (pode marcar mais de uma)

1	Investimento na produção	5	Investiu em utensílios domésticos
2	Investimento em infraestrutura da propriedade	6	Investiu na construção ou melhoria da agroindústria
3	Investiu na moradia	7	Aplicou na poupança
4	Investiu na aquisição de um meio de transporte	93	Outros: quais?

2,13 De uma forma geral, como você avalia os canais de comercialização onde vende sua produção?

1	Pouco satisfeito	4	Muito satisfeito
2	Insatisfeito	91	Não sei informar
3	Satisfeito	92	Não quero informar

Por que?

2,14 Para você, qual a melhor forma de comercializar a sua produção?

1	Feira livre	7	CEASA
2	Na minha casa	8	Grandes Supermercados
3	Atravessador	9	Grandes Cooperativas/empresas
4	Lojas produtos ecológicos	10	Associação ou Cooperativa Local
5	Pequenos mercados	11	Indústria
6	Na comunidade	91	Não sei informar
		93	Outros: quais?

Porque?

2,15 Numa escala de 0 a 3, classifique quais as principais vantagens e desvantagens entre a sua comercialização hoje e antes da agroecologia?

Escala: 0 (não tem peso/importância), 1 (tem pouco peso/importância), 2 (tem peso/importância média) e 3 (tem muito peso/importância)

Escala	Vantagens	Escala	Desvantagens
	Aumento da renda		É mais trabalhoso
	Regularidade na renda		Exige muito tempo
	Vender maior diversidade de produtos		Os custos são altos
	Contato direto com o consumidor		A renda ainda é baixa
	Menor dependência do comprador		O trabalho coletivo é difícil
	Eu decido o que plantar e vender		É instável, não tem muita regularidade
	Permitiu que eu comercializasse meus produtos		É difícil organizar a produção
91	Não sei informar	93	Outros: quais?

3 AUTONOMIA E PROJETO DE VIDA

3,1 Como você se define? Ou Qual a sua profissão? (pode marcar mais de uma)

1	Agricultor familiar	7	Quilombola
2	Agricultor ecologista/ecológico	8	Trabalhador Rural
3	Camponês	9	Colono
4	Agricultor agroflorestal	10	Não sei informar
5	Pequeno Agricultor	11	Lavrador
6	Agricultor familiar ecológico/ecologista	93	Outros: quais?

3,2 Você recebe algum tipo de assessoria/assistência técnica?

1	Sim	91	Não sei informar
2	Não		

3,3 Se recebe, quem realiza a assessoria?

1	Emater/CATI	3	ONG/Entidade/Associação – Qual?
2	Prefeitura	91	Não sei informar
		93	Outros: quais?

3,4 A assessoria é mais voltada para...

1	Melhorar a produção	3	Organizar a comercialização
2	Melhorar a organização	91	Não sei informar
		93	Outros: quais?

3,5 Como você e sua família decidem o que e quanto vão produzir?

1	De acordo com a vontade da família	4	De acordo com o que a associação determina
2	Em reuniões do grupo/associação	5	De acordo com o que o comprador determina
3	por orientação da assessoria	91	Não sei informar

3,6 Como são os definidos os canais de comercialização dos produtos?

1	Cada família decide	4	Não somos nós quem definimos
2	Em reuniões do grupo/associação	91	Não sei informar
3	É uma orientação da assessoria	93	Outros: quais?

3,7 Como são definidos os preços dos produtos?

1	São os preços de mercado	4	Cada família decide
2	Em reuniões do grupo/associação	5	Outro: qual?
3	O comprador determina	6	Não sei informar

3,8 No que se refere à produção, você considera que depois de iniciar o trabalho com agroecologia, ela....

1	Depende mais de insumos externos	4	Reduziu a dependência de insumos externos
2	Está na mesma situação	91	Não sei informar
3	Não depende de insumos	93	Outros: quais?

3,9 Numa escala de 0 a 3, em relação a comercialização antes do trabalho com agroecologia e depois, você considera que:

Escala: 0 (não faz diferença), 1 (tem pouca diferença), 2 (faz diferença) e 3 (faz muita diferença)

	Melhorou sua capacidade de negociação na hora da comercialização		Tem mais liberdade para decidir o que plantar e vender
	Tem mais possibilidades de comercializar seu produto		Tem mais autonomia pra decidir onde vender seus produtos
	Aumentou a diversidade de produtos plantados e comercializados		Tem mais dificuldade pra comercializar seus produtos

3,10 Hoje, você acredita no potencial do trabalho e na qualidade de vida no meio rural?

1	Acredito Muito	4	Acredito Pouco
2	Acredito	5	Não acredito
3	Indiferente	91	Não sei informar

3,11 Há pessoas de sua família que trabalhavam fora/na cidade e retornaram para cá?

1	Sim	91	Não sei informar
2	Não		

3,12 Se sim, qual o motivo de terem voltado?

1	Não consegui mais trabalho na cidade	4	Acha que tem mais qualidade de vida no meio rural
2	Não se adaptou no lugar	5	Agora tem mais oportunidade de trabalho no meio rural
3	Compromissos familiares	6	Acha que agora pode ter mais renda no meio rural
91	Não sei informar	93	Outros: quais?

3,13 Em relação a qualidade de vida sua e da sua família, atualmente, você se considera:

1	Muito satisfeito	4	Insatisfeito
2	Satisfeito	5	Indiferente
3	Pouco satisfeito		

3,14 Quais as suas expectativas em relação ao futuro na agricultura?

1	Vai melhorar no futuro	4	Vai piorar
2	Já está melhorando	5	Não tenho opinião sobre o assunto
3	Vai ficar como está		

3,15 Você acha que a sua atividade atual tem condições de manter seus filhos na propriedade e no meio rural?**3,16 Você espera que seus filhos sejam agricultores e permaneçam no meio rural?**

1	Sim	1	Sim
2	Não	2	Não
91	Não sei informar	91	Não sei informar

3. MERCADO INSTITUCIONAL (se houver mais de um projeto citar todos, caso contrário, se possível informar números aproximados, se possível informar:

Programa	Municípios de abrangência (nominar separando com vírgula)	Número de Entidades/Escolas beneficiadas	Volume comercializado (R\$) Semana () Mês () Ano ()	Quantidade comercializada Kg () Ton () Semana () Mês () () Ano ()	Principais Produtos Comercializados
PAA PAA Alimentação escolar (PNAE) Alimentação escolar (PNAE)					

4. VAREJO (supermercados, armazéns, restaurantes, distribuidores, lojas especializadas, etc., se possível informar números aproximados, se possível informar:

Espaço de Venda	Municípios de abrangência (nominar separando com vírgula)	Volume comercializado (R\$) Semana () Mês () Ano ()	Quantidade comercializada Kg () Ton () Semana () Mês () Ano ()	Principais Produtos Comercializados

5. OUTRAS INICIATIVAS (entregas residenciais, circuito sul, cestas, exportação, etc., se possível informar números aproximados, se possível informar:

Espaço de Venda	Município / Estado / País de destino dos produtos	Volume comercializado (R\$) Semana () Mês () Ano ()	Quantidade comercializada Kg () Ton () Semana () Mês () Ano ()	Principais Produtos Comercializados